

ANNAES DO SENADO

DO

IMPERIO DO BRAZIL

---

1.<sup>a</sup> SESSÃO DA 17.<sup>a</sup> LEGISLATURA

---

VOLUME II

---

DO 1.<sup>o</sup> A 28 DE FEVEREIRO



RIO DE JANEIRO  
TYPOGRAPHIA NACIONAL  
1879

# SENADO

## Acta

EM 1.º DE FEVEREIRO DE 1879.

PRESIDENCIA DO SR. VISCONDE DE JAGUARY.

A's 11 horas da manhã, fez-se a chamado e acharam-se presentes 28 Srs. senadores, a saber: Visconde de Jaguary, Dias de Carvalho, Cruz Machado, Barão de Mamanguape, Visconde de Abaeté, Barros Barreto, Almeida e Albuquerque, Luiz Carlos, Barão da Laguna, Correia, Ribeiro da Luz, Barão de Cotegipe, Visconde do Bom Retiro, Junqueira, Fausto de Aguiar, Visconde de Nietheroy, Visconde de Muritiba, Uchôa Cavalcanti, Visconde do Rio Grande, Barão de Pirapama, Cunha e Figueiredo, Leitão da Cunha, Chichorro, Jaguaribe, Antônio, Candido Mendes, Paranaguá e Silveira da Motta.

Deixaram de comparecer, com causa participada, os Srs. Conde de Baependy, Diogo Velho, Duque de Caxias, Firmino, João Alfredo, Godoy, Visconde do Rio Branco e Marquez do Herval.

Deixaram de comparecer, sem causa participada, os Srs. Diniz, Nunes Gonçalves, Barão de Maroim, Barão de Souza Queiroz, Octaviano, Paula Pessoa, Silveira Lobo, Paes de Mendonça, Teixeira Junior, Fernandes da Cunha, Saraiva, Vieira da Silva e Visconde de Suassuna.

O Sr. 1.º SECRETARIO declarou que não havia expediente.

O Sr. 2.º SECRETARIO leu o seguinte

### Parecer.

Foi presente a comissão de pensões e ordenados a proposição da camara dos Srs. deputados de 11 de Setembro de 1877, approvando a pensão de 60\$000 mensaes concedida a D. Thereza Rosa

Martins Caldas, viuva do capitão honorario do exercito Francisco Torquato de Souza Caldas, por decreto de 30 de Agosto de 1876, igual a que fôra concedida ao dito capitão por decreto de 30 de Janeiro de 1869 e approvada pelo decreto legislativo n. 1683 de 18 de Agosto do mesmo anno, sendo paga a mesma pensão da data do mencionado decreto de 1877.

Examinado o processo por que passou a pretensão da agraciada entre o poder executivo, reconhece-se que satisfaz todas as exigencias para lhe ser concedida a mercê de que se trata e que ficou dependente da approvação do poder legislativo.

A comissão, considerando que não se trata propriamente de um caso de reversão, contra a qual teria de pronunciar-se pelos perigos e abusos que poderiam originar-se do semelhante precedente, uma vez estabelecido, mas sim unicamente da continuação do gozo de uma pensão que, em parto, já percebia a beneficiada, durante a vida de seu marido; considerando que essa pensão foi concedida em remuneração de muitos relevantes serviços prestados por um distincto official que se inutilizou em defesa da honra nacional; considerando por ultimo o estado de extrema pobreza em que ficou a sua viuva, privada de todos os meios de subsistencia, como provam os documentos com que instruiu a sua petição, é de parecer que seja adoptada a proposição vinda da outra camara, entrando para isso em discussão. Entretanto o senado deliberará como entender em sua sabedoria.—Sala das commissões do senado em 31 de Janeiro de 1879.—A. Leitão da Cunha.—L. A. Vieira da Silva.—Antonio M. Nunes Gonçalves.

Ficou sobre a mesa para ser tomado em consideração com a proposição a que se refere, indo entretanto a imprimir.



Às 11 1/2 horas da manhã, o Sr. presidente declarou que não podia haver sessão por falta de numero sufficiente de Srs. senadores; mas que achando-se na sala immediata o Sr. Pedro Leão Velloso, senador ultimamente eleito, ia proceder-se ao sorteio da deputação que o devia receber.

Foram em seguida sorteados para a dita deputação, os Srs. Leitão da Cunha, Correia e Candido Mendes, o sendo o Sr. senador introduzido no salão com as formalidades do estylo, prestou juramento e tomou assento.

O Sr. PRESIDENTE deu para a ordem do dia 3:

**1.ª parte (até ás 2 horas).**

Votação das materias, cuja discussão ficou encerrada.

2.ª discussão da proposta do poder executivo, com as emendas da camara dos deputados, e da commissão de marinha e guerra, fixando as forças de terra para o anno financeiro de 1878-1879.

**2.ª parte (ás 2 horas ou antes).**

Discussão do parecer da commissão de constituição sobre o projecto do senado, letra —G— do 1869, propondo a revogação do art. 37 do decreto que creára advogados especiaes para o conselho de Estado.

2.ª discussão das proposições da camara dos deputados:

N. 249, de 1875, concedendo á santa casa de misericórdia da cidade do Recife o proprio nacional, sito á margem da estrada de Santo Amaro.

N. 2, do corrente anno, autorizando o governo para conceder ao professor de latim do imperial collegio de Pedro II, Dr. Antonio José de Souza, um anno de licença com todos os vencimentos.

O Sr. PRESIDENTE convidou os Srs. senadores presentes para se occuparem com os trabalhos das commissões.

Compareceu depois o Sr. Sinimbu.

**23.ª Sessão**

**EM 3 DE FEVEREIRO DE 1879.**

**PRESIDENCIA DO SR. VISCONDE DE JAGUARY.**

**SUMARIO.**—Expediente.—Discurso e requerimento do Sr. Correia sobre a estrada da Graciosa, no Paraná. Explicação do Sr. presidente do conselho. Retirada do requerimento.—Discurso e requerimento do Sr. Silveira Lobo sobre transacções do Banco Nacional. Approvação.—Rectificação feita pelo Sr. Junqueira.—Discurso e requerimento do Sr. Silveira da Motta sobre movimento de fundos para Londres. Observações do Sr. presidente do conselho. Approvação.—Observações do Sr. Barão do Cotegipo e Dias de Carvalho sobre um officio publicado hontem no «Diario Oficial» pelo administrador da typographia nacional.—1.ª PARTE DA ORDEM DO DIA.—Meio soldo a D. Sebastiana Carolina de Amaral Fontoura. Approvação em 2.ª discussão.—Approvação de actas eleitoraes. Approvação do parecer.—Representação do commerciante do Mandos. Approvação do parecer.—Forças de terra para o anno financeiro de 1878-1879. Discurso do Sr. Correia.—2.ª PARTE DA ORDEM DO DIA. Sessão de um proprio nacional no Recife. Encerramento da 2.ª discussão.—Licença ao professor do collegio de Pedro II, Dr. Antonio José de Souza.—Encerramento da 2.ª discussão.

Às 11 horas da manhã acharam-se presentes 30 Srs. senadores, a saber: Visconde de Jaguar, Dias de Carvalho, Cruz Machado, Barão do Manguepe, Visconde de Almeté, Luiz Carlos, Chi-

chorro, Junqueira, Barros Barreto, Almeida e Albuquerque, Barão da Laguna, Vilela da Silva, Leão Velloso, Correia, Visconde do Niecheroy, Diniz, Visconde do Bom Retiro, Silveira Lobo, Ribeiro da Luz, Visconde de Muritiba, Parangaba, Cunha e Figueiredo, Leitão da Cunha, Barão de Pirapama, Diogo Velho, Marquez do Ilerval, Uchôa Cavalcanti, Antônio, Silveira da Motta e Jaguaribe. Compareceram depois os Srs. Fausto de Aguiar, Candido Mendes, Nunes Gonçalves, Fernandes da Cunha, Sinimbu, Visconde do Rio Grande e Barão de Cotegipo.

Deixaram de comparecer, com causa participada, os Srs. Conde de Bapendy, Duque de Caxias, Firmino, João Alfredo, Godoy e Visconde do Rio Branco.

Deixaram de comparecer, sem causa participada, os Srs. Barão do Marolim, Barão de Souza Queiroz, Octaviano, Paula Pessoa, Paes de Mendonça, Teixeira Junior, Saraiva e Visconde de Suassuna.

O Sr. PRESIDENTE abriu a sessão.

Leram-se as actas de 31 de Janeiro ultimo e 1 do corrente, e, não havendo quem sobre ellas fizesse observações, deu-se por approvadas.

O Sr. 1.º SECRETARIO deu conta do seguinte

**EXPEDIENTE.**

Officio de 30 de Janeiro proximo passado, do ministerio da justiça, remettendo, em resposta ao do senado de 27, cópias dos officios do presidente da provincia do Amazonas e dos avisos expedidos por aquelle ministerio acerca do assalto dirigido á typographia do *Jornal do Amazonas*.—A quem fez a requisição.

**ESTRADA DA GRACIOSA.**

**O Sr. Correia.**—Pessoa maior de toda a excepção, residente na minha provincia, dirigiu-me um telegramma, que acabo de receber, noticiando um desmoronamento na principal estrada daquella provincia, a da Graciosa, do qual resultou interromper-se o transitio de carros com incalculaveis prejuizos para a industria e para o commercio.

Atribue-se este desgraçado facto ao modo por que tem sido executado o contrato celebrado para conservação da mesma estrada.

Não pôde haver embargo maior ao desenvolvimento material da provincia do Paraná do que a interrupção do trafego de carros nessa estrada, que liga o litoral ao interior.

Muito se tem fallado acerca do mau estado financeiro da provincia do Paraná.

O facto explica-se considerando que a estrada da Graciosa foi feita por conta dos cofres geraes. É uma estrada de rodagem acabada com esmero e grande dispendio. Lançou-se porém a despeza da conservação aos cofres provinciaes.

Comprehendo o senado que quando, com seus proprios recursos, uma provincia trata da construção de uma estrada, o faz na proporção desses recursos.

Mas fazer-se uma grande estrada para a qual os meios da provincia não chegariam, e depois impôr-se a esta o dispendio da conservação é dar origem aos embargos financeiros, que agora indoevidamente se quer lançar á conta das administrações que a provincia teve nos ultimos annos.

Quando o illustrado ex-presidente daquella provincia, o Sr. Dr. Lamenha Lins, tomou as redes da administração, encontrou a estrada da Graciosa em mau estado e fez o grande serviço de pô-la em condições lisonjeiras, attendendo assim aos impetuosos reclamos do commercio e da industria da provincia. Evidentemente teve de fazer grandes despesas. Desde que cessam essas despesas, a estrada soffre, resultando d'ahi grandes embarços e prejuizos. Agora occorreu o facto de que me occupo: houve o desmoronamento de que dá noticia o telegramma a que me referi.

A continuação da interrupção do trafego de carros na estrada da Graciosa trará para a provincia, que tenho a honra de representar, funestas consequências.

E' possível que o governo ainda não tenha noticia do facto.

O SR. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*): — O governo também teve noticia da occorrença.

O SR. CORREIA: — Acabo de saber pelo nobre presidente do conselho que S. Ex. já está informado do desmoronamento que se deu; mas nem por isso me dispense de chamar a attenção de S. Ex. para as consequências, que d'ahi láo de provir, enviando á mesa um requerimento em que também peço informações acerca do motivo que occasionou o desmoronamento.

Foi lido, apoiado, e posto em discussão o seguinte

#### *Requerimento.*

« Requeiro que, pelo ministerio da agricultura, commercio e obras publicas, se peça informação ao governo sobre si foi ultimamente interrompido o transito de carros na estrada da Graciosa, provincia do Paraná, e porque motivo. — *Manoel Francisco Correia.* »

O SR. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*): — Posso annunciar ao nobre senador, representante pela provincia do Paraná, do que fui informado daquella provincia que com effeito a estrada da Graciosa tem soffrido nos ultimos dias sérias difficuldades no transito publico. As causas a que isto se attribue são as chuvas torrencias que durante o mez findo alli cahiram, e que não só damnificaram muito essa grande via de comunicação, como mesmo outras estradas e as colonias da provincia.

Como se achasse ausente da capital o presidente da provincia, porque foi fazer uma inspecção nas colonias do interior, não lhe pude ainda communicar meu pensamento, que vem a ser mandar proceder a exame e orçamento das obras a realizar, afim de ver o que será possível fazer no sentido de restituir o conveniente transito áquella grande via de comunicação.

E' quanto posso, por ora, informar ao nobre senador. Como elle acabou de referir ao senado, essa estrada é provincial; e sou custeio corro por conta da provincia. Sei que é pesado para a mesma provincia porque importa em nada menos de 80 a 90:000\$000, si bem me recorde...

O SR. CORREIA dá um aparte.

O SR. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*): — O que é realmente operoso para uma provincia de poucos recursos, como a do Paraná; mas

o facto não é da minha administração, é anterior: o custeio tem corrido sempre por conta dos cofres provinciales. Agora o que cumpre fazer é, como já disse, mandar examinar o desmoronamento por engenheiro de confiança, levantar a planta da obra e orçar a respectiva despesa para ver depois o que será possível levar-se a effeito.

O SR. CORREIA (*pela ordem*): — Depois das informações do nobre presidente do conselho, e como me persuado de que S. Ex. não se ha de limitar ás obras que pretende mandar fazer, depois de organizado o orçamento a que se referiu, mas tomara logo as providencias que no momento se tornem indispensaveis, peço a V. Ex. que consulte ao senado si consente na retirada do meu requerimento.

O senado, sendo consultado, consentiu na retirada do requerimento.

Achando-se na sala immediata o Sr. Manoel Pinto de Souza Dantas, senador ultimamente eleito pela provincia da Bahia, o Sr. presidente declarou que ia sortear-se a deputação que o devia receber.

Foram em seguida sorteados para a referida deputação os Srs. Leão Velloso, Correia e Cruz Machado, e, sendo o Sr. senador introduzido no salão com as formalidades do estylo, prestou juramento e tomou assento.

#### TRANSACÇÕES DO BANCO NACIONAL.

O SR. SILVEIRA LOBO: — Sr. presidente, nunca em minha vida parlamentar senti tanto a falta de saúde e de forças para occupar pelo menos uma ou outra vez a tribuna, como do presente.

Despontou uma situação que, na verdade, era e é liberal; á frente della apresentou-se um governo, em nome do liberalismo, mas pouco tempo durou a illusão, porque este governo professa doutrinas, segue caminho diametralmente opposto áquelle que devera trilhar!!

Em taes circumstancias, vendo nisto a deslealdade no programma, nos principios politicos do grande partido a que tenho a honra de pertencer, sinto dupla necessidade de combater, quanto possível, embora infructiferamente, semelhante governo.

V. Ex. e o senado sabem que as doutrinas as mais heterodoxas e paradoxaes são sustentadas pelos ministros; é conhecida a pressão sob a qual vive o ramo temporario do poder legislativo, podendo dizer-se, sem exaggeração e acrimonia, que foi levado ao maximo possível rebaixamento.

Neste estado de cousas, todo o esforço por parte daquelles que amam o systema representativo, prezam a dignidade da nação e suas instituições, devia ser empregado.

A opinião publica vive sob dolorosa pressão; ninguém conta com o dia de amanhã, porque o governo, tendo abandonado o regimen da constituição e da lei, não tem norma certa pela qual se dirija! O sobresalto é geral; a propria moralidade não encontra garantia. A opinião lança imputações gravissimas sobre alguns dos membros do governo.

Eu, Sr. presidente, apesar dos fortissimos motivos que tenho para combater um semelhante governo refalsado, traidor aos principios do partido, que diz representar, não sahirei do programma que me hei imposto de justiça em tudo;

não formularei jamais accusação que não seja baseada em provas, e de cuja procedencia não esteja convencido.

E' para este fim, para obter esclarecimentos sobre algumas imputações feitas com relação ao nobre presidente do conselho na sua gerencia desse malfadado Banco Nacional, que vou apresentar, sem justificar-o, o requerimento que tenho a honra de enviar á mesa.

O procedimento do governo autoriza a crer em muita coisa.

Foi lido, apolado, posto em discussão e approvedo o seguinte

#### Requerimento.

« Requeiro, que se peça ao governo, por intermedio do ministerio da justiça, as seguintes informações:

« 1.º Si, depois da moratoria judicialmente concedida ao Banco Nacional, este fez encontro de títulos de debito passivo com títulos de debito activo.

« 2.º Si esse encontro foi integral, isto é, pelos valores nominaes de taes títulos, ou si houve abatimentos, e quaes, individualmente, mencionados os valores e os nomes, quer individuaes, quer de companhias ou associações, com que taes transacções se fizeram, e as datas.

« 3.º Si, depois da referida moratoria, houve transferencia de acções do mesmo banco, declarado o numero dellas em relação a cada um dos transferentes, seus nomes e os daquelles a quem foram transferidas, e bem assim qual a somma das entradas realizadas e das que ainda se não realizaram.

— *Silveira Lobo.* »

#### RECTIFICAÇÃO.

**O Sr. Junqueira:** — Não gosto, Sr. presidente, de fazer reclamações, mas não posso nesta occasião deixar passar sem algum reparo o discurso do nobre presidente do conselho sobre a eleição senatorial da Bahia, publicado no *Diario Official*, visto como eu tendo fallado após S. Ex., e em seguida a mim o nobre senador pela provincia do Maranhão, argumentamos ambos com as palavras que tinhamos ouvido a S. Ex., isto é, que uma das razões que levaram o presidente da Bahia a adiar a eleição, fora a secca; entretanto, não vejo estas palavras de S. Ex. publicadas no seu discurso. Eu não faria a reclamação si, logo após S. Ex., eu não apparecesse argumentando com as palavras que ouvi, e que tambem ouviu o nobre senador pelo Maranhão, podendo suppor-se que estive criando castellos para sobre elles fallar. Foi, portanto, para rectificar esta parte que pedi a palavra.

#### MOVIMENTO DE FUNDOS PARA LONDRES.

**O Sr. Silveira da Motta:** — Sr. presidente, vim hoje para o senado com a intenção de pedir ao governo a remessa das tabellas do orçamento, porque tendo o governo obrigação de apresentar a proposta do orçamento cinco dias depois de aberta a sessão, comquanto houvesse demora na apresentação, demora maior ainda foi a da distribuição do relatorio, o além disso faltavam as tabellas para que o estudo do senado, e principalmente da commissão do orçamento, pudesse começar desde logo;

tanto mais quanto presinto que o parlamento tem de funcionar por muito pouco tempo.

**O Sr. SILVEIRA LOBO:** — Vivo sob a pressão dessa inepta ameaça.

**O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:** — Está ameaçado de dissolução breve.

**O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):** — Dissolução prévia?

**O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:** — Breve; eu creio que me explico bem, salvo si V. Ex. não me quer entender.

Estando o parlamento ameaçado de ser brevemente dissolvido, segundo as palavras do nobre presidente do conselho...

**O Sr. SILVEIRA LOBO:** — E, consequentemente, desmoralizado.

**O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:** — ... eu devia suppor que o ministerio ao menos resolvesse as leis annuaes de força e de orçamento, para então fazer a dissolução que projecta.

Para esse fim era de rigor que o ministerio facilitasse ao parlamento a discussão da lei do orçamento, e talvez já devesse ter dado nesse sentido alguns passos.

**O Sr. SILVEIRA LOBO:** — Já declarou que dissolve conforme as circumstancias apreciadas por elle. Nunca vi despotismo mais desmascarado.

**O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:** — Mandou-nos tarde o relatorio da fazenda, mandou-nos tarde as tabellas, porque só hoje vieram, e assim o parlamento, depois de mais de mez e meio de sessão, é que principia a ter alguma luz para o estudo de que carece.

Esta parte do meu requerimento tenho de abandonar, porque me consta que hoje distribuiram-se as tabellas; porém, Sr. presidente, além deste pedido das tabellas, eu, na persuasão de que o governo quer discutir os orçamentos, principiar a restauração de seu systema de orçamento pela discussão minuciosa das respectivas disposições, abandonando o vicioso systema seguido por muitas administrações anteriores, ha de vir a ultima hora pedir uma resolução prorogativa do orçamento anterior; eu, persuadido disto, tencionava ir pedindo successivamente, pelo ministerio da fazenda, alguns esclarecimentos que me habilitassem, como membro do parlamento e como membro da commissão do orçamento, para fazer alguma coisa de serio, que não importe apenas em palavras oucas e campanudas, a respeito de organização do orçamento, accusando vicios d'elle e continuando os mesmos vicios na proposta (*Apoiados*).

**O Sr. SILVEIRA LOBO:** — Fallando-se em economias e gastando-se muito mais, contrahindo-se compromissos sem autorização alguma.

**O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:** — Quanto á outra parte do requerimento, é limitada. O governo, nas suas tabellas que instruem a proposta, dá noticia dos fundos que moveu por Londres, para fazer face ao pagamento de juros e amortização da divida externa e despesa ordinaria do paiz que se fez pela delegação do thesouro em Londres.

Está nas tabellas este movimento de fundos até 22 de Outubro de 1878; mas, de então para cá, tem havido movimento mais importante por diferentes razões e uma dellas é porque, dessa data em diante,

o ministerio da fazenda tem feito saques sempre por cambios muito inferiores aos que até então vigoravam.

E' preciso saber quanto o governo tem mandado para Londres depois de 22 de Outubro de 1878, por que cambios, e por que sacadores.

Ultimamente o governo fez um emprestimo, emitindo 40 mil apolices. E' preciso saber, senhores, si acaso os tomadores deste emprestimo têm realizado as quotas que deviam entrar para o thesouro, ou si tem-n'as realizado em cambiases para Londres.

Ora, até 22 de Outubro de 1878, nós sabemos pelas tabellas quanto o ministerio anterior tinha remetido até 3 de Janeiro, e não só o que tinha remetido até aquella data, como o que provinha de remessas de fundo do ministerio passado até Março ou Abril, porque o governo costuma remetter com anticipação de tres a quatro mezes, para fazer face aos prazos das letras.

Por ali nós podemos saber quanto se applicou deste movimento, desde 3 de Janeiro, à amortização das quotas dos diferentes emprestimos que tinham vencimento a amortizar, desde os emprestimos de 1852 para cá.

E', porém, preciso saber ainda si os fundos que o ministerio da fazenda tem ultimamente remetido, com o desgraçado cambio de 21 e algumas fracções, têm sido inferior ou superior à necessidade da amortização de juros e de capital.

O governo, além dos fundos remetidos, tem em Londres, à sua disposição, o producto da venda do *Independencia*, que n'um relatorio está por 5.400.000\$000 o n'outro por 6.000.000\$000, diferença que hei de averiguar; o governo teve, além desses fundos, mais o auxilio dessas propriedades nacionaes, das quaes dispôs com o mesmo desembaraço com que as mandou fazer. Portanto, senhores, o senado deve estar habilitado para, na occasião da elaboração do orçamento, fazer alguma obra nova, que acabe com tanto arbitrio que as autorizações têm dado aos governos, precipitando-os na mania, que hoje têm, de despendir dinheiros sem importar-se com verbas do orçamento.

Mas, Sr. presidente, vejo que estou perdendo o meu tempo...

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—Está prestando um grande serviço ao paiz.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Eu não sei si ainda o ministro da fazenda é o ministro da fazenda (riso).

O Sr. C. DE SINIMBU' (presidente do conselho):—Sem duvida.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Si ha com offeito alguma cousa, o nobre presidente do conselho poupe-me no trabalho de mandar um requerimento, porque eu não sei si terei de fazer de novo, dado que a pasta da fazenda tenha de passar para o nobre ministro da agricultura.

Sr. presidente, creio que não ha remedio sinão mandar o meu requerimento, porque o nobre presidente do conselho não dá de si. Portanto, vou mandalo, porque não passá de um pedido de informações á respeito do movimento de fundos.

Quanto ás tabellas não mando requerimento, porque já vieram, posto que viessem incompletas, pelo que respeita ás despesas do ministerio da guerra.

Ora, estes senhores ministros, na verdade, têm sido infelizes com suas informações ao parlamento; mandam-n'as sempre tarde e a más horas ou mandam-n'as incompletas.

E' assim que vieram as tabellas relativas ao ministerio da guerra.

O Sr. C. DE SINIMBU' (presidente do conselho):—Estão se imprimindo.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Mas então porque não aproveitaram esta encadernação? (riso).

Não tenho outro remedio sinão mandar o meu requerimento á mesa. (*Dirigindo-se ao Sr. presidente do conselho.*) Creio que V. Ex. consentirá que eu dê ao requerimento este destino.

O Sr. C. DE SINIMBU' (presidente do conselho):—V. Ex. está em seu direito mandando-o á mesa.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Bem; mandarei o requerimento, uma vez que V. Ex. consente. (Riso.)

Foi lido, apoiado e posto em discussão o seguinte

#### Requerimento.

« Requeiro que, pelo ministerio da fazenda, se peça as seguintes informações:

1.º Qual a importancia do movimento de fundos remetidos pelo thesouro para Londres, depois de 22 de Outubro proximo passado.

2.º Si o governo tem usado do credito, que mandou abrir em Londres, para saccar sobre a casa Rotschild.

3.º A que cambio tomou letras, e quaes os sacadores.—S. R.—*Silveira da Motta.* »

O Sr. Cansansão de Sinimbu' (presidente do conselho):—Sr. presidente, não me opponho ao requerimento do nobre senador. Tambem entendo que o senado deve estar munido de todos os esclarecimentos, que sirvam para a melhor discussão do orçamento, opportunamente. Ha sómente um ponto no requerimento a que posso desde já satisfazer; creio que é na 2.ª parte, que o nobre senador procura saber si o governo usou do credito, que lhe foi aberto em Londres pela casa Rotschild. Posso declarar que o governo não teve necessidade de uzar desse credito, tendo nas épocas devidas feito diversas remessas de dinheiro para satisfazer as despesas a cargo da delegacia do thesouro naquella capital.

Pelo que toca á importancia dos fundos movidos, não posso de prompto satisfazer ao nobre senador, nem igualmente quanto ao cambio, pelo qual se tem feito taes operações, attentas as variações deste.

Dar-lhe-hei, porém, opportunamente estas informações, si assim lhe aprouver.

Posto a votos, foi approvado o requerimento do Sr. Silveira da Motta.

O Sr. Barão de Cotegipe:—Sr. presidente, li no *Diario Officiel* um officio do administrador da typographia nacional, dirigido ao nobre Sr. 1.º secretario. Desejava saber si S. Ex. recebeu este officio e que destino lhe deu; porque não me consta que o nobre 1.º secretario tenha ou deva ter correspondencia directa com o administrador da typographia nacional a respeito do contrato para a publicação dos debates, ou para qualquer outro fim. Entretanto, vejo que elle se dirigia ao nobre

1.º secretario, sendo talvez sua intenção travar debate com S. Ex.; e para meu esclarecimento desejo que a mesa providencie, afim de que não prosiga semelhante abuso.

**O Sr. Dias de Carvalho** (1.º secretario):—A secretaria, si recebeu esse officio, teve o bom senso de não m'o mandar entregar, pois que eu o não receberia, visto que, como 1.º secretario do senado, não me correspondo com autoridades subalternas (*muitos apoiados*); a minha correspondencia é com o governo. (*Muitos apoiados.*)

**O SR. BARÃO DE COTEGIPE**: — Estou satisfeito.

**O SR. DIAS DE CARVALHO**:—Creio que o nobre senador deve ficar satisfeito com esta declaração; mas, devo acrescentar que sómente hoje tive noticia desse officio, porque hontem não li o *Diario Official*. Pretendia ordenar ao official-maior da secretaria que declarasse ao administrador da typographia nacional que o 1.º secretario do senado sómente se corresponde com o governo.

E, na verdade, todas as communicações que tem havido relativamente á publicação dos debates do senado, quer com a typographia, quer com o emprehario têm sido por intermedio do official-maior da secretaria. O 1.º secretario, repito, não recebeu esse officio, nem o receberá. (*Muitos apoiados.*)

**O SR. LEITÃO DA CUNHA**: —Ninguém melhor que V. Ex. zelará a dignidade do senado, não recebendo officios dessa especie; é simplesmente uma audacia.

## PRIMEIRA PARTE DA ORDEM DO DIA.

### MEIO SOLDADO.

Votou-se em 2.ª discussão e foi approvada com as emendas da camara, para passar á 3.ª, a proposição da camara dos Srs. deputados, n. 207 de 1875, declarando que compete a D. Sebastiana Carolina do Amaral Fontoura o meio soldo de seu finado pai Antonio José do Amaral.

### ACTAS ELEITORAES.

Foi igualmente submettido á votação e approvedo o parecer da commissão de constituição, mandando archivar diferentes actas da eleição primaria e especial a que se procedeu em varias parochias das provincias do Pará, Pernambuco, Paraná e S. Pedro do Rio Grande do Sul, durante a ultima legislatura.

### REPRESENTAÇÃO DE COMMERCIAENTES DE MANÁOS.

Foi tambem approvedo o parecer da commissão de constituição, pedindo que se ouça o governo acerca da representação dos commerciantes da cidade de Manáos, reclamando contra o art. 13, § 6 da lei provincial n. 241, de 27 de Maio de 1872.

### FIXAÇÃO DAS FORÇAS DE TERRA.

Entrou em 2.ª discussão o art. 1.º da proposta do poder executivo, com as emendas da camara dos Srs. deputados, e da commissão de marinha e guerra do senado, fixando as forças de terra para o anno financeiro de 1878—1879.

**O Sr. Correia**: — Quando entrou em discussão nesta casa o projecto de lei fixando as forças de mar para o actual exercicio, layrei um protesto contra o facto anomalo e novo nos annaes patrios, de se estar tratando em uma das casas do parlamento de uma lei já em execução durante mais da metade do tempo em que tem de vigorar. Não posso deixar de repetir esse protesto na presente occasião, quando submete-se á consideração do senado a approvação de um projecto de lei que devia ter sido votado antes do 1.º de Julho de 1878, e de cuja 1.ª discussão nesta casa se trata no dia 3 de Fevereiro de 1879.

**O SR. BARROS BARRETO**:—No oitavo mez de execução.

**O SR. CORREIA**:—Contra expressa disposição constitucional, o governo julgou-se autorizado para decretar que os cidadãos brasileiros prestassem o serviço das armas!

Não quero renovar a discussão constitucional que houve ao occupar-se o senado com a lei de fixação das forças de mar. Dessa discussão resultou para o paiz a certeza de que o decreto a que me refiro foi uma usurpação das attribuições do poder legislativo. E pergunto ao governo: quando pretende solicitar do poder legislativo o *bill* de indemnidade, de que não póde prescindir?

Ainda quando não tivessem praticado sinão esta violação de preceito constitucional, corria aos ministros a obrigação rigorosa de não deixarem passar a primeira semana desta sessão legislativa, quanto mais mez e meio, sem solicitarem o *bill* de indemnidade, que aliás numerosos actos seus imperiosamente reclamam.

Quantas offensas á constituição por parte do governo tivemos de assignalar no periodo decorrido de 5 de Janeiro até hoje? Estamos em presença de uma; e foi a unica? O senado sabe que foram varias.

Houve violação da constituição com o decreto illegal de emissão do papel-moeda expedido pelo governo em Abril do anno passado; houve com a venda do encouraçado *Independencia*, propriedade do Estado, deliberada sómente pelo poder executivo; houve com a decretação das despesas, não cogitadas pelo poder legislativo, de tres estradas de ferro no norte do Imperio, como si a fixação das despesas publicas não competisse somente á assembléa geral.

São violações incontestaveis de disposições expressas da constituição do Imperio; e acaso, senhores, já o governo pediu, já deixou entender que teria de tratar do *bill* de indemnidade, de que carece?

**O SR. BARÃO DE COTEGIPE**:—Do que carece é de absolvição geral.

**O SR. MENDES DE ALMEIDA**:—Quem póde dar esse *bill* de indemnidade sinão a assembléa geral?

**O SR. CORREIA**: — Os sabedores em materia de systema representativo reconhecem que ha alguns casos extraordinarios em que o governo, por força de circumstancias imprevistas, acha-se na dura contingencia de apartar-se do cumprimento da lei; mas o que aconselham neste caso? Que, reunido o poder legislativo, trate o governo de obter um *bill* de indemnidade, que só póde ser concedido por lei.



« Em tal caso, diz Block, é dever dos ministros responsaveis apresentarem um projecto de lei para obterem *post factum* o assentimento das camaras. »

O SR. MENDES DE ALMEIDA: — Apoiado, das camaras.

O SR. CORREIA: — « Volada a lei, o governo recebe o que se chama *bill* de indemnidade. »

Si das violações constitucionaes passarmos para as violações de lei, então o numero cresce. E, para não enumerar outras, referirei o acto pelo qual foi reduzida a taxa de juros dos dinheiros de orphãos fixada na lei de Setembro de 1854...

O SR. MENDES DE ALMEIDA: — Apoiado.

O SR. CORREIA: — ... o decreto que reduziu a renda extraordinaria do Estado na parte relativa ao producto de 1% das loterias; os creditos numerosos apresentados ao paiz com a assignatura de todos os ministros e apartando-se das disposições legislativas acerca de creditos extraordinarios e supplementares; e ainda a violação de lei assignada pela digna commissão de marinha e guerra desta casa no parecer ora sujeito á nossa consideração.

Diz a nobre commissão:

« A commissão notou que o ministerio da guerra tivesse extinto o deposito de instrucção da provincia de Santa Catharina, *creado por lei*. »

Podia enumerar outras violações de lei por parte do governo; mas, não me propondo a fazer agora a relação dos actos desta ordem, limito-me a perguntar: pois, Srs. ministros, não solicitais a lei que vos conceda *bill* de indemnidade por esses actos que praticastes, usurpando attribuições do poder legislativo?

Duvidais destas usurpações?

Não ha como negal-as.

E menos o póde fazer o governo, porque nas exposições de motivos com que buscava justificar essas medidas contrarias á constituição e ás leis, declarava francamente o alcance de seus actos. O proprio governo reconhece que violou a constituição e as leis!

O SR. SILVEIRA LOBO: — E o declaram com um desembaraço assombroso, o que mostra a levandade dos cerebros.

O SR. CORREIA: — Devíamos acreditar que assim confessada de plano a violação da constituição e das leis seguir-se-hia, logo no começo da sessão, o pedido do *bill* de indemnidade a que o governo não póde esquivar-se; mas, apesar das reiteradas reclamações que temos feito para que ao menos se salvem as apparencias nestas graves questões do systema representativo, nada temos podido conseguir até agora. Sómente o Sr. ministro da fazenda, expondo em um dos seus discursos na camara dos deputados os motivos do decreto pelo qual se fez a illegal emissão de papel-moeda, disse: « eis aqui os motivos do nosso procedimento, concedei-nos o *bill* de indemnidade »; e nem mais uma palavra, nem mais se fallou na apresentação desse projecto de lei, indispensavel para que as cousas entrem, quanto possivel, nas normas constitucionaes.

O SR. SILVEIRA LOBO: — São ridiculos fanfarrões politicos, não passam disto.

O SR. CORREIA: — O que se vê é que, apesar da reunião das camaras, o nobre ministro da fazenda julga que subsiste o decreto relativo ao papel-moeda,

sobre o qual não pede o pronunciamento da assembléa geral; e ainda em 30 de Dezembro do anno findo emittiu \$5.000.000 e em 3 do mez passado 3.000.000\$000.

Devia começar o meu discurso por estas observações, ainda que não quizesse, como não quero, renovar a discussão constitucional, sem embargo de que todo o tempo que se dispensasse ao exame desta materia seria em bem da verdade do systema representativo.

Posso dispensar-me de fazel-o por ter ficado patente na discussão anterior a violação da constituição por parte do governo.

O que não posso é deixar de insistir ainda uma vez com o ministerio para que dê os precisos passos afim de que entremos, si é possivel entrar, nas normas constitucionaes.

O SR. SILVEIRA LOBO: — Com este governo?! Elle faz garbo do seu imperialismo absoluto, e posterga tudo mais: ameaça a camara, o senado, o poder judiciario, e tudo!

O SR. CORREIA: — Feitas estas observações, por parte da opposição conservadora, em presença do facto que se dá agora no senado, entrarei no exame da administração do nobre ministro da guerra.

Quando se dispõe o espirito para o estudo dos negocios referentes ao ministerio da guerra, a primeira idéa que acode é de indagar si o exercito está ou não em boas condições de disciplina, porque si temos um exercito disciplinado, temos garantia de segurança no interior e no exterior (*Apoiados*). Mas, si desgraçadamente, outras são as condições, ha um perigo para a sociedade.

Era pois natural que, destinando-me ao exame da administração da guerra, eu procurasse, primeiro que tudo, no relatorio do honrado ministro o seu juizo acerca do estado de disciplina do exercito. Procurei em vão! O nobre ministro não diz sim nem não, ao passo que aponta a pouca disciplina do *Asylo de Invalidos*.

Mas devíamos contentar-nos com o silencio do nobre ministro sobre este grave ponto? Não era possivel. Tive necessidade de procurar outros documentos officiaes para formar meu juizo sobre um ponto, a respeito do qual devia enunciar-se francamente o nobre ministro, e só encontrei que me pudesse auxiliar neste exame o obeso relatorio do ministerio da justiça.

Neste relatorio encontramos alguns factos que denotam pouca disciplina na força de linha.

Um desses factos deu-se no Rio Grande do Norte, e o ministro da justiça assim o refere:

« A 12 de Outubro ultimo, pelas 9 horas da manhã, quando se distribuiam viveres á pobreza, na cidade de Macáu, um destacamento de linha, chegado da provincia da Parahyba, dirigiu, ao desembarcar, insultos aos retirantes e ás familias rio-grandenses, encaminhou-se para os armazens dos generos, e alli provocou o povo, além de maltratar o promotor publico da comarca e outras pessoas.

« Armadas de estacas, espancaram as praças desapiadadamente os infelizes que iam em busca de soccorros, e, depois de dispersarem cerca de dez mil pessoas, percorreram as ruas da cidade e invadiram casas, promovendo conflictos, de que resultaram mortes e ferimentos graves. »

Termina aqui a noticia: sobre as medidas tomadas para a punição de um facto desta ordem, nem palavra.

O Sr. JUNQUEIRA : — Neste ponto opto pelo relatório do ministro da guerra.

O Sr. CORREIA (continuando a ler) : — Em Itambé, provincia de Pernambuco, a 27 de Agosto ultimo parte do destacamento, alli estacionado, insubordinou-se contra o tenente Tristão Florenço dos Santos e o subdelegado, que se occultaram. Durante dous dias estiveram fechadas as casas, e ficou a população entregue ao furor dos soldados, que vagaram ebrios, a dispararem tiros, chegando ao extremo de tira-lhes macela de algumas praças e offerecerem liberdade aos presos, que felizmente recusaram sair.

No dia 28 houve um forte tiroteio entre os soldados, do qual provieram, além de muitos ferimentos, as mortes de um cadete, de uma praça e de um menor.

O Sr. DANNOS BARRETO : — E a punição?

O Sr. CORREIA : — O que o relatório acrescenta são estas palavras : « A presidencia fez seguir para alli força sufficiente, commandada por official de confiança, para prender os amotinadores e restabelecer a ordem publica. » Si o conseguiu, não diz.

O Sr. CANSANÃO DE SINIMBU (presidente do conselho) : — Conseguiu ; vieram presos para a capital.

O Sr. CORREIA (continuando a ler) : — A 29 do mesmo mez (de Agosto), na capital da Pernambuco um guarda civico, estando de serviço, foi agredido e desarmado por tres soldados do 44.º batalhão de infantaria.

Com o fim de reaver a arma tomada, o commandante da estação e alguns guardas civicos dirigiram-se á força de linha que guardava a fiação, e da qual faziam parte os aggressores ; mas, sendo repellidos pelos soldados, deu-se luta, da qual sahiram feridos tres destes e dous guardas civicos.

No mesmo dia, ás 7 horas da noite, duas praças do 2.º batalhão de infantaria e quatro do 14.º, accometteram o guarda civico da 3.ª estação, Manoel de Souza Bandeira.

Foram presos tres soldados de linha.

— A 30 do referido mez, á noite, uma patrulha composta de oito guardas civicos foi assaltada por um grupo de cerca de 30 soldados do 2.º de infantaria e do 14.º. Travou-se conflicto, e ficaram feridos tres dos guardas civicos, sendo dous gravemente.

Passemos á provincia do Rio Grande do Sul.

As 9 horas da noite de 11 de Dezembro do anno passado, diz ainda o relatório do ministerio da justiça, na cidade de Uruguayana, grupos de soldados do 6.º batalhão, armados, em numero superior a 80 e com evidentes signaes de ameaça percorreram diversas ruas que vão ter ao quartel de policia.

Alli chegados atacaram a guarda, que os repelliu fazendo fogo ; mas a resistencia era impossivel á vista da desigualdade do numero entre os aggressores e agredidos.

Foi renhida a luta, mas fraguando estes pela impossibilidade da defesa, retiraram-se, e os assaltantes invadiram o quartel e roubaram armas, arreios, roupas, etc.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (ministro da guerra) : — Em que data?

O Sr. CORREIA : — Segundo o relatório, em 11 de Dezembro de 1877 ; é sempre meu proposito patentear a verdade.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (ministro da guerra) : — Tomo nota.

O Sr. CORREIA : — Vejamos o que passou-se no Ceará. Diz o relatório (L4).

Em S. Bernardo das Russas houve perturbação da ordem publica nos dias 20, 22 e 23 de Junho do corrente anno.

Achavam-se em condições anormaes algumas pontas limitrophas dessa provincia com as de Pernambuco, Parahyba e Rio Grande do Norte, assaltados constantemente por grupos de malfetores.

Para perseguir-os, o presidente, além de requisitar as necessarias diligencias dos das provincias confinantes, mandou uma esquadra de 40 praças commandada pelo tenente Alfredo da Costa Wergrne.

Ao chegar ao Aracaty este official manifestou-se imprudentemente contra alguns seus desaffectos de S. Bernardo, dos quaes tinha motivos de resentimento quando alli esteve destacado e no exercicio das funções de delegado de policia.

Um desses desaffectos, o juiz municipal, bacharel Manoel Joaquim Cavalcanti de Albuquerque, que, preparou, com animo aggressivo, uma força illegal, que levantou e manteve á custa dos soccorros publicos.

Poucos dias depois entrou o tenente Wergrne na cidade, onde, tendo de pernitar, recomendou que não sahissem os soldados do quartel, visto já ter conhecimento dos preparativos da aggressão.

Não foi cumprida esta ordem ; e ao passarem algumas praças pela casa, onde estava aquartelada a força do juiz municipal, receberam, tiros, sahindo feridos dous soldados.

Esta occurrencia resolveu o tenente Wergrne a permanecer em S. Bernardo, apesar das ordens expressas, recebidas da presidencia, para apressar a marcha.

No dia 22 aproximaram-se dous soldados do armazem de soccorros, quando foram ainda acometidos ; e repetindo-se no dia 23 a mesma aggressão, reagiram com vigor, pelo que foi crescendo o conflicto, até que com o concurso de outros soldados tornou-se geral a luta entre a força de linha e os homens armados pelo juiz municipal.

Cerca de meia hora durou essa luta, até que os soldados, forçando uma das casas d'onde partia o fogo, penetraram nella e perseguiram os aggressores.

Refiro estes factos para supprir a lacuna do relatório do nobre ministro da guerra a respeito do estado da disciplina do exercito.

São factos destacados, occorridos em diversas provincias, mas de certo não mostram que o principio da disciplina militar seja mantido como cumpre.

O que, em seu relatório, o nobre ministro da guerra deixa entender é que esses factos occorrem por se achar a força de linha empregada no serviço da policia.

Diz S. Ex. (L4).

Seria de conveniencia que providenciasseis do modo que a força do exercito não seja distrahida em diligencias policiaes, que sempre prejudicam a disciplina e instrucção dos corpos.

Mas, onde está a disposição legislativa que permite os factos contra os quaes protesta o nobre ministro? Onde está a disposição que carece de reforma para que o nobre ministro providencie no sentido que indica ao poder legislativo? Si são tão graves as consequências de se distrahir o exercito do seu serviço peculiar, e confiar-lhe missão estranha, e eu o reconheço com o nobre ministro que na qualidade de marechal do exercito tem mais razão de saber, como consentiu S. Ex. que se fizesse aquillo contra que protesta, deixando que a força de linha andasse em perseguição pelo territorio do Imperio, sobretudo no mez de Agosto do anno passado?

Espero que o nobre ministro da guerra nos dê informações acerca das ordens que expediu para movimento de tropas. No Rio Grande do Sul nenhum batalhão ficou no lugar em que se achava, á excepção, segundo me consta, de um em S. Gabriel.

O Sr. CAXAMÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—Quatro batalhões haviam em S. Gabriel.

O Sr. CONNEXA:—Digo, pelo que me consta, que só um batalhão continuou onde estava; e isto que se deu no Rio Grande, deu-se tambem em outras provincias.

As notícias do Pará e do Amazonas que tivemos, em meados do anno passado, annunciaram o movimento de forças de uma provincia para outra; e tambem houve da Bahia para Pernambuco e da corte para S. Paulo. Muitos commandantes foram mudados.

E, Sr. presidente, bem se vê que semellante movimento de batalhões não pôdo ser feito sem despesa e grande despesa que muito diminua a somma, em que o nobre ministro da guerra calcula a economia que tem feito.

A quanto montam as despesas feitas com transporte da força de linha? Espero que o nobre ministro nos preste informações a este respeito.

Não se trata de dezenas, mas de centenas de contos de réis.

Sobre este assumpto encontro em um discurso proferido na sessão de 11 de Setembro de 1877 pelo deputado pelo Rio Grande do Sul, o Sr. Silveira Martins, actual ministro da fazenda, as seguintes palavras (1):

« A mudança de corpos de um lugar para outro é uma ruína para os officiaes que têm familia, e uma despesa avultada para o thesouro; os officiaes são obrigados a vender por quasi nada suas mobílias que não podem transportar; o thesouro tem de fornecer os meios necessarios para a mudança, que não avultam pouco. Para que essas contradições de corpos de um lugar para outro, com prejuizo do thesouro e sem vantagem das tropas?

« E que se mette a politica na administração da guerra, onde nunca deveria entrar, porque o exercito não comporta politica, sob pena de entregar-se a sorte dos governos aos motins militares. »

Vou agora tratar de um ponto em que o nobre ministro da guerra não quiz estar de accordo com seus correligionarios, quando na sessão de 1877 reclamavam redução na força do exercito, que não devia exceder de 12.000 praças.

O nobre ministro não admitta a redução, e francamente louva o procedimento do seu illustre e honrado antecessor, infelizmente arrancado ao serviço do senado pela mão cruel da enfermidade.

V. II

Em seu relatorio diz o nobre ministro:

« Na proposta de fixação de forças de terra, que tive a honra de apresentar-vos para o exercito de 1879 a 1880, pedi a mesma força ultimamente decretada pelo poder legislativo, visto que não pôdo ser reduzido o numero fixado de 15.000 praças para o serviço regular da força de linha, disseminada como ella se acha pelo vasto territorio do Imperio, e attentas as constantes reclamações dos presidentes de provincia. »

Nesta parte as reclamações devem partir dos honrados membros da minoria liberal.

Levado pelo desejo de fazer redução de despesas, desejo que allás não obsteu ao movimento de tropas, o nobre ministro da guerra extinguiu repartições de seu ministerio.

Uma das repartições extintas foi a de obras militares.

Sobre este ponto faz S. Ex. algumas considerações, depois das quaes diz no relatorio. (1):

« Attendendo a estas considerações, e visto não ter sido instituida a repartição das obras militares por disposição legislativa, mas sim por avisos, resolveu o governo supprimil-a e transferir suas funcções para o archivo militar, concentrando neste todos os serviços concernentes ás mencionadas obras, como antigamente se praticava. »

Justifica o nobre ministro o seu acto com a razão de não existir disposição legislativa acerca da repartição de obras militares.

S. Ex. está em perfeito engano, como reconhecerá attendendo para a lei do orçamento, que comprehende a despesa com a repartição das obras militares; o que se verifica examinando as tabellas explicativas da mesma lei.

Leis de orçamento anteriores contemplam tambem esta despesa.

O nobre ministro da guerra devia ser autorizado pelo poder legislativo para proceder como procedeu.

Extinguiu tambem o nobre ministro a commissão de melhoramentos do material do exercito, cujos serviços lembra em mais do um ponto do seu relatorio, demonstrando assim indirectamente que não foi acertada a sua deliberação.

O Sr. SILVEIRA DA MOTA:—Devia ter supprimido ainda mais.

O Sr. CONNEXA:—Entendo o nobre ministro da guerra que as attribuições conferidas á commissão de melhoramentos podem ser perfeitamente desempenhadas por commissões de officiaes das armas scientificas que tenham os necessarios conhecimentos theoricos e praticos, sempre que houver necessidade de proceder-se a exame e estudos sobre qualquer aperfeiçoamento ou invento moderno.

Parece ao nobre ministro que o serviço encarregado á commissão de melhoramentos do material do exercito sómente se torna necessario em certos momentos em que apparecem novos inventos.

Quando assim fosse, não haveria alguma vez demora da parte do ministro da guerra em nomear as commissões a que se refere?

Nas administrações militares de outros povos que muito se preoccupam com estes assumptos, estou informado de que essas commissões são permanentes, porque todos os dias estão se descobrindo melhoramentos, aperfeiçoamentos nos inventos militares...



O Sr. JUNQUEIRA:—E dellos depende a sorte das companhias.

O Sr. CORREIA:—E os encarregados desses estudos têm muito que fazer para cumprirem o seu dever (apoiados).

Si os nossos officiaes encarregados de taes estudos não cumpriam o seu dever, o nobre ministro da guerra devia ser severo com elles.

O Sr. JUNQUEIRA:—Cumpriam sempre muito bem.

O Sr. CORREIA:—Mas, senhores, quando se vê o nobre ministro da guerra supprimir, por motivo de economia, a comissão de melhoramentos do material do exercito, que prestava serviços que elle proprio reconhece, ninguém podia esperar que alguma gratificação que se pagava por tal serviço continuasse. Entretanto foi o que fez o nobre ministro, como consta da portaria expedida á pagadoria das tropas em 27 de Maio, 16 dias depois do decreto que extinguiu a comissão de melhoramentos do material do exercito.

A portaria, como se vê do *Diario Official* de 18 de Junho, manda continuar a abonar ao tenente-coronel do estado-maior de 1.ª classe Julio Anacleto Falcão da Frota, official de gabinete de S. Ex. o Sr. ministro da guerra, os vencimentos de comissão activa de engenheiros, que percebia como membro da comissão de melhoramentos do material do exercito, além da gratificação daquello cargo.

De maneira que o nobre ministro justifica a extinção da comissão com as conveniências financeiras; e, mal a extingue, manda continuar a abonar a gratificação que percebia um dos membros da mesma comissão!

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (ministro da guerra):—Em que qualidade?

O Sr. CORREIA:—Já está dito. Si S. Ex. mandasse abonar esses vencimentos de comissão activa de engenheiro em substituição da gratificação que percebia aquelle militar como official de gabinete do nobre ministro, a questão seria diferente. Mas a portaria ordena se pague aquelles vencimentos, sem prejuizo da gratificação de official de gabinete.

Vou fazer ainda algumas observações com relação a este official, do qual devo dizer que tenho lisongeiras informações.

Por decreto de 22 de Junho de 1875 o major Julio Anacleto Falcão da Frota foi promovido a tenente-coronel por merecimento.

Em 22 de Junho de 1878 ter-se-hia completado o interstício para que elle pudesse ter novo acesso, si, em virtude do que dispõe o decreto n. 3570 de 3 de Janeiro de 1866, não lhe devesse ser descontado o tempo de diversas licenças que obteve, como se vê das seguintes ordens do dia do ajudante general:

Anno de 1876.—Ordem do dia n. 1228, quatro mezes. Ordem do dia n. 1262, tres mezes. Anno de 1877.—Ordem do dia n. 1270, tres mezes.

Descontadas taes licenças só em 22 de Abril do corrente anno se completariam os tres annos de interstício. Censurado pela imprensa o nobre ministro por ter promovido por merecimento aquelle official a coronel, quando já assim o tinha sido no posto anterior, sem que depois exercesse commissão alguma importante, ou praticasse actos a

que se pudessem applicar as disposições da lei de promoções e o art. 13 do regulamento de 31 de Março de 1851, e antes pelo contrario estivesse fóra do serviço perto de um anno; foi o acto de S. Ex. defendido no *Diario Official* de 14 de Dezembro, invocando-se a resolução de 22 de Novembro de 1865, que allás trata de licenças dadas havendo inspecção de saúde, o que não se verifica com o official de quem se trata; e negando-se valor ao decreto de 3 de Janeiro de 1866 para fazer descontar o tempo das licenças.

Entre outras cousas disse-se na desova:

• Este decreto (n. 3576 de 3 de Janeiro de 1866) em seu preambulo declara que, attendendo-se a necessidade de reunir e harmonisar entre si as diferentes disposições de leis, regulamentos, avisos e ordens, concernentes á licença de officiaes e prazos de prei, etc., referiu-se no art. 6.º § 3.º á lei n. 385 de 6 de Setembro de 1850; este decreto, pois, não innovou, reuniu e harmonisou disposições anteriores, ás quaes se refere.

• Os officiaes doentes não perdem suas antiguidades para todos os effectos senão quando as licenças excedem a um anno, findo esse prazo passam a aggregados.

Tal é a palavra official. Mas acho difficil conciliar-a com a seguinte ordem que se lê no *Diario Official* de 26 de Setembro, no expediente do ministerio da fazenda, relativo ao dia 22 do mesmo mez.

• A thesouraria da Bahia declarando que o meio soldo que compete a D. Amelia Augusta Guimarães Lobo é de 25,5000 mensaes e não de 25,2000, que lhe foi marcado pela dita thesouraria, por se haver deduzido do tempo de serviço de seu finado marido, o capitão Thomaz José de Araujo Lobo, os oito mezes de licença para tratar de sua saúde, gozados em 1867, visto declarar o decreto de 3 de Janeiro de 1866 não serem taes licenças computaveis nas reformas, e não poderem, portanto, aproveitar ás pensões de meio soldo.

Ora, si o decreto de 1866 tem força obrigatoria para o ministerio da fazenda, tambem a deve ter para o da guerra.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (ministro da guerra):—Contra a lei não.

O Sr. CORREIA:—Ontro defensor do nobre ministro no *Jornal do Commercio* de 19 de Dezembro, disse (12):

• A questão, não é saber si o decreto de 3 de Janeiro de 1866 está ou não em vigor, o que já está respondido por nossa argumentação; mas si as disposições de seu art. 6.º, que nunca foram allás postas em execução, tanto nos casos da especie em questão, como nas reformas e concessões do habito de Ariz, são ou não illegaes, têm ou não força obrigatoria.

• Afoutamente affirmamos, de accordo com o direito administrativo é com a intelligencia e applicação dada invariavelmente a esse decreto que taes disposições são illegaes e por consequencia nullas, por não terem força obrigatoria, visto como ellas não se baseam em lei alguma preestabelecida; são por sua natureza innovadoras e estão por consequencia fóra da orbita traçada por nossa constituição ao poder executivo.

Mas, neste caso convem que o nobre ministro da fazenda revogue o seu acto e mando restituir á

viuva do capitão Lobo os mil e duzentos réis mensaes que lhe tirou.

Esta questão tem importancia, tanto pelo meio soldo das viúvas dos officiaes, como por causa da reforma destes. O desconto de um ou dois mezes pôde muitas vezes influir para que um capitão, que já tenha completado 35 annos de serviço, deixe de ser reformado com a patente e soldo de major. Assim tambem o coronel não poderia obter soldo de brigadeiro.

Ainda algumas palavras sobre a promoção. O facto que vou expôr, parece-me que tambem não deve passar despercebido.

Na ordem do dia do ajudante general de 27 de Novembro ultimo sob n. 1427, pag. 627, lê-se: «Escola de tiro de Campo Grande.

«Relação dos alumnos que o conselho de instrução julgou não estarem no caso de continuar na dita escola, e sim de serem desligados.

• 1.º cadete 1.º sargento do 2.º regimento de cavallaria ligeira Frederico Augusto Falcão da Frota. Pouca applicação e pouca disposição para instructor.

Entretanto, no *Diario Official* de 8 de Dezembro, em que se acha publicado o decreto da ultima promoção, lê-se: «Promoção na arma de cavallaria. Alferes, o 1.º cadete 1.º sargento do 2.º regimento de cavallaria Frederico Augusto Falcão da Frota.

Ora, um cadete ou inferior qualquer, que completa seu tempo de-praça, como consta-me que aquelle já completou, sem conseguir sequer habilitar-se na escola de tiro por falta de applicação e aptidão para instructor; está no caso de ser promovido? Este o foi com preterição de outros cadetes-sargentos habilitados. Seria conveniente que o nobre ministro nos informasse quantos destes ficaram sem promoção.

Ou a pratica e exercicio de tiro é necessario ou não: no primeiro caso só deve ser de preferencia promovido quem se habilita na respectiva escola; no segundo supprime-se a escola, e não sejam distrahidos do serviço dos corpos as praças que nelles devem permanecer.

O nobre senador pela Bahia, o Sr. Visconde de Marituba, já notou no senado que o illustre Sr. ministro da guerra tem distrahido officiaes dos corpos arregimentados em commissões proprias dos officiaes do estado-maior de 1.ª e 2.ª classes. Este procedimento do nobre ministro é violador da circular de 2 de Janeiro de 1860, que determina «cesse o abuso de serem empregados officiaes dos corpos arregimentados em serviços proprios dos officiaes do estado-maior de 1.ª e 2.ª classes.

No mesmo sentido ha outras circulares do ministerio da guerra, mormente em relação aos maiores, capitães, ajudantes e quartéis-mestres dos corpos.

Entretanto, o nobre Sr. ministro nomeia ou consente que taes officiaes estejam exercendo commissões estranhas á sua arma.

Assim S. Ex. permittiu que o major do 1.º corpo de artilharia, Manoel José Pereira Junior, official de arma scientifica, esteja distrahido do serviço do seu batalhão, serviço para o qual se exigem estudos e habilitações adquiridos nas escolas do Estado e á custa deste, para ser nomeado commandante dos urbanos, commissão que pôde ser desempenhada até por paisanos.

Do mesmo modo foi distrahido do serviço do seu corpo o major do 1.º regimento de cavallaria, An-

tonio Germano de Andrade Pinto, para commandar o corpo policial da corte.

Não achou o governo nos corpos especiaes do exercito nenhum official que lhe merecesse confiança para o desempenho de tal commissão, e foi buscar o fiscal de um corpo arregimentado que, pela natureza das funcções que desempenha, não deveria ser dellas distrahido?

Ninguém melhor do que o nobre ministro sabe da que importancia é o cargo de major fiscal em um corpo arregimentado: é, por assim dizer, a chave de todo o regimen disciplinar e administrativo. E' por isso indispensavel a sua permanencia no corpo; e repetidas e terminantes têm sido as ordens do governo para que esses officiaes não sejam occupados em serviço estranho.

Na ausencia daquelles maiores estão os logares de fiscal sendo exercidos interinamente por capitães, que por sua vez são tambem distrahidos do commando das companhias, as quaes ficam commandadas por tenentes, dando-se assim uma serie de interinidades, que não pôde deixar de ser prejudicial ao serviço.

O nobre ministro, por sua parte, tem tambem feito nomeações de officiaes arregimentados para commissões estranhas.

Mencionarei duas. A primeira consta da ordem do dia do ajudante general n. 1406 de 29 de Abril de 1878. E' relativa ao capitão do 9.º batalhão de infantaria Antonio Jorge Moreira, nomeado por portaria de 27 de Março ajudante de ordens do presidente da Paralyha do Norte.

Note-se que é um commandante de companhia.

A segunda consta da ordem do dia n. 1501, e diz respeito ao tenente do 13.º batalhão de infantaria Pedro José da Lima, alumno da escola de tiro de Campo Grande, nomeado ajudante de ordens do presidente do Piahy por portaria de 22 de Fevereiro do mesmo anno.

O nobre ministro tomará em consideração os factos que relatei; e, quando julgar opportuno, porque não reclamo de S. Ex. prompta resposta, justificará estes seus actos para que não incorram em merecida censura.

O Sr. MARQUES DO HERVAL (*ministro da guerra*): — Tem feito um grande serviço.

O Sr. CORREIA: — S. Ex. sabe que estou no cumprimento de meu dever, sem faltar á deferencia que sempre tenho tido para com S. Ex.

Peço agora a attenção do nobre ministro para um aviso de 6 de Novembro ultimo, dirigido ao presidente do Rio Grande do Sul e publicado no *Diario Official* de 10 do mesmo mez, mandando pagar ao tenente do 10.º batalhão de infantaria Raphael Augusto da Cunha Mattos, que se achava commandando uma companhia da ala do batalhão de engenheiros no serviço da commissão de engenharia militar, os mesmos vencimentos que percebem os demais officiaes que servem na referida ala, isto é, vencimentos de commissão activa de engenheiros.

Eis um official de infantaria, sem estudos da arma de engenharia, percebendo vencimentos de commissão activa de engenheiros. Entretanto officiaes de engenheiros aqui existem na corte ou desempregados ou servindo no archivo militar, onde consta que não têm muito que fazer.

Direi algumas palavras ao nobre ministro sobre essa commissão de engenharia militar, em que não

lia um só official de engenheiros; quasi todos os officiaes são de artilharia e até de infantaria.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — Nenhum delles foi lá posto por mim.

O Sr. CORREIA: — Seria bom que o nobre ministro dissesse quantos officiaes fazem parte desta commissão, e a que arma pertence cada um delles, para que fôr lá ella creada, e em que serviço se occupa agora.

Pelo aviso que se segue parece que ella occupa-se em construir um quartel. Mas este não foi o fim de sua criação; e, quando fôrso, deveria agora, segundo o regulamento expedido pelo nobre ministro em 31 de Agosto do anno passado, que reorganizou o archivo militar, estar sujeita ao director dessa repartição, que é tambem o commandante do corpo de engenheiros. Mas é o que não acontece.

Vamos ao aviso de 9 de Setembro dirigido ao presidente do Rio Grande do Sul:

Ilm. e Exm. Sr.—Com officio n. 2249 de 9 de Agosto ultimo remetteu-me V. Ex. cópia do que lhe dirigiu o major Ernesto Augusto da Cunha Mattos, chefe da commissão de engenharia militar nessa provincia, communicando haver despendido até 30 de Junho deste anno com as obras do quartel do primeiro regimento de artilharia a cavallo a quantia de 29:997\$352, realizando uma economia de 23:344\$022.

De tudo inteirado, declaro a V. Ex. que deve mandar louvar o referido chefe e o ajudante da mesma commissão, capitão Carlos de Oliveira Soares, pelo interesse e zelo que mais esta vez demonstraram a bem do serviço publico.

Deus guarde a V. Ex.—*Marquez do Herval.*

Este aviso suscita uma primeira observação. Onde está o engenheiro que orçou a obra, e não foi mandado responsabilisar? Como orçou em 53:000\$ e o que pôde com interesse e zelo pelo serviço publico ser feito por 29:000\$?

Mas fez-se isto talvez para tornar saliente o merito destes dous officiaes, assim dese preparar alguma promoção.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — Seria muito justa, si pudessem ser.

O Sr. CORREIA: — Vejamos si ha a apregoadá economia.

A obra está sendo feita pela ala do batalhão de engenheiros. É sabido que, em construcções da natureza desta, a mão de obra regula por cêrea de dous terços do custo total. Ora, sendo as praças daquelle batalhão os operarios que fazem o trabalho, não se pôde dizer, como o nobre ministro, que houve economia devida ao zelo e interesse pelo serviço.

Quando a commissão foi organizada, e seguiu para o Rio Grande do Sul, era seu chefe o official de engenheiros, tenente-coronel Conrado de Niemeyer. Tendo sido este dispensado, ficou em seu lugar o major do estado-maior de artilharia Cunha Mattos.

Na obra de que se trata a despesa deveria correr pela verba — Obras militares —; mas sendo feitas as despesas com a commissão pela verba — Exercito —, segue-se que os 23:344\$022, a que se chamou economia, não são sino o valor do trabalho das praças do batalhão de engenheiros empregadas na obra; e o que se fez foi alliviar a primeira verba, onerando a segunda, e isto de mais a mais importa transporte de verbas por modo que a lei não permite.

Passando a outro ponto, peço ao nobre ministro que me informe porque o secretario do 9.º Batalhão de infantaria, alferes Joaquim Jorge de Mello Filho, em vez de acompanhar para a Bahia o seu corpo, do que não devia separar-se, at cargo que nelle exerce, ficou em Pernambuco, onde se acha servindo de ajudante de ordens do commandante das armas.

Peço tambem ao nobre ministro se digno de informar-me do que occorreu acerca do tenente-coronel Domingos Alves Barreto Leite, commandante do 12.º de infantaria, estacionado em Porto Alegre. S. Ex. o mandou chamar á côrte...

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — Tive motivo; elle escreveu-me; foi a pedido desse official, que sempre considerei muito distincto, que elle velu para a côrte. Aqui tenho a sua carta que posso mandar ao nobre senador. Regressou depois para o seu corpo.

O Sr. CORREIA: — Não desejo nenhum documento, além da palavra de V. Ex. Desde que esse tenente-coronel velu á côrte, por pedido seu, está satisfeita a minha pergunta, pois limitei-me a saber qual a razão da viagem.

Tenho ainda duas palavras a dirigir ao nobre ministro sobre a guarda nacional de sua provincia, que, como o senado sabe, nos pontos limitrophes está sujeita a regimen especial. E o que impõe ao governo esta especialidade?

O maior cuidado no que respeita á escolha de commandantes superiores e commandantes de batalhão. Pôde em algum momento ser a guarda nacional chamada a serviço extraordinario....

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — Quando é chamada a serviço de guerra, o governo põe nella os commandantes que lhe parecer.

O Sr. CORREIA: — Mas, si estes commandantes forem taes...

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — Approva-os.

O Sr. CORREIA: — ...que possam prestar conjunctamente com as praças o serviço de guerra, melhor é do que procural-os na occasião.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — Assim é; concordo.

O Sr. CORREIA: — Concordando neste ponto, ha de vir a reconhecer que as nomeações feitas incorrem em censura.

O governo tem nomendo para a guarda nacional do Rio Grande do Sul pessoas envolvidas na politica. Darei um exemplo. Quando foi demittido do commandante superior da guarda nacional de Jaguarão o brigadeiro Astrogildo Pereira da Costa, official que prestou bons serviços na guerra do Paraguay...

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — Demittido pela reclamação do governo vizinho, com quem quiz condescender, por cousas que alli praticou.

O Sr. CORREIA: — Eu apenas disse que fôra demittido o brigadeiro Astrogildo; V. Ex. é que está dando a razão dessa demissão — reclamação do paiz vizinho — com o qual quiz condescender.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — O governo.

O Sr. CORREIA: — Mas quem foi nomeado para o substituir?

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):  
—Um cidadão distincto.

O Sr. CORREIA:—O bacharel Henrique Francisco de Avila, que conheço, foi meu collega de estudos, de cujas qualidades nada precisa dizer-me o nobre ministro, mas que é chefe politico naquella comarca.

O Sr. BARNOS BARRETO:—A incompatibilidade politica só é para os conservadores.

O Sr. CORREIA:—Não havia entre os officiaes de habilitações conhecidas, de valor experimentado, que tivessem militado sob as ordens do nobre ministro da guerra, de cujas glorias participaram, um só capaz de exercer aquelle commando? Não podia o governo ter promovido a chefe do estado-maior do mesmo commando o tenente-coronel Villas-Bôas que occupava esse logar ha mais de dez annos, e, ao que parece, a contento do partido liberal ao qual pertence?

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):  
—O governo que o não nomeou foi porque achou que o não devia fazer.

O Sr. CORREIA:—Esse official, que por muitas vezes tem servido interinamente o cargo de commandante superior, tinha a seu favor, não só a pratica do serviço, mas ainda a circumstancia de ser official reformado do exercito, e, portanto, mais habilitado.

Não suscitirão estes factos a observação de que, no regimen do ministerio actual, a força na provincia do Rio Grande do Sul tem estado em circumstancias especiaes?

Comprehende o nobre ministro a hesitação com que devo ter fallado nesta materia, lutando com a necessidade de separar das noticias que chegam ao meu conhecimento as que me parecem que devem ser trazidas ao senado para fornecer occasião a S. Ex. de dar informações, por mais de uma razão precisas.

Os serviços militares do illustre Marquez, tornando prestigioso o seu nome, acarretam ao nobre ministro maior responsabilidade por qualquer facto em que se possa achar fundado motivo para censura.

Não quero dizer que o nobre Marquez não devesse ter occupado na administração o logar eminente que está desempenhando; mas, por isso mesmo que é membro proeminente do gabinete, deve escrupular em prestar sua annuência a qualquer facto que o exponha á censura. Mais militar que homem politico, cheio de notaveis serviços de guerra, as censuras a S. Ex., si procedessem, causariam no paiz sensivel impressão.

Nem referi factos sãõ porque espero que o nobre Marquez os ha de explicar do modo que sua gloria, que era grande antes de S. Ex. ser ministro, continue a resplandecer sem quebra depois que deixar o cargo.

Vou agora occupar-me com o aviso que o nobre ministro dirigiu ao presidente de sua provincia em 5 de Novembro do anno passado, mandando elevar a 80 praças o destacamento do 3.º batalhão de infantaria, que estaciona em Pelotas, o qual deve ser commandado por um capitão e ter dous subalternos, continuando sob as immediatas ordens do commandante da fronteira da cidade do Rio Grande, mas satisfazendo as requisições que forem feitas pela autoridade policial no intuito de garantir a tranquillidade publica.

O nobre ministro, apesar de protestar no seu relatório contra a incumbencia do serviço policial ás praças do exercito, expede avisos, como este, ao presidente do Rio Grande do Sul, augmentando o destacamento da cidade de Pelotas, e ordenando-lhe que se ponha ao serviço da autoridade policial.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):  
—Isso se dá em toda parte do Brazil onde ha tropa.

O Sr. CORREIA:—Mas, porque expediu directamente esta ordem? Pois o presidente da provincia não tomaria por si as providencias necessarias, si houvesse perturbação na tranquillidade publica? E, logo que cessassem os motivos que exigiam a medida extraordinaria, não estaria habilitado para fazer regressar as praças ao seu litalhão? Depois do que fez o nobre ministro, a volta não se poderá realizar sem outra ordem do governo geral.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):  
—Nem convirá.

O Sr. CORREIA:—Porque tirar nesta parte a acção do presidente de sua provincia?

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):  
dá um aparte.

O Sr. CORREIA:—Encontrei no *Diario Official* um aviso que denota o zelo do nobre ministro nas menores cousas da administração da guerra, o que aliás é louvavel.

Na fortaleza de S. João havia uma canõa para o serviço da amarração e desamarração do escaler da mesma fortaleza.

Houve um temporal em nossa bahia, inutilizou a canõa; e o nobre ministro apressou-se em expedir o seguinte aviso em 19 de Novembro ultimo:

• Ao conselheiro quartel-mestre general, prevenindo-o de que fica autorizado o commandante da fortaleza de S. João a despendar até a quantia de 40\$000 com a compra de uma canõa para o serviço da amarração e desamarração do escaler da dita fortaleza, em substituição da que alli servia para este mister o que foi inutilizada pelo ultimo temporal, cumprindo que se recomende ao referido commandante mais cautela em tais occasiões, fazendo recolher a canõa para terra, e devendo ser enviada a esta secretaria de Estado a conta da despesa com a aquisição de que se trata.

Rivalizando em zelo, o nobre ex-ministro da marinha expediu na mesma data este curioso aviso, que tambem se encontra no *Diario Official*:

• A inspectoría do arsenal da corte, determinando que seja admittido temporariamente no serviço da pedreira da Ilha das Cobras um cavouqueiro de 4.ª classe para empregar-se nos trabalhos de arrebentação de pedras, percebendo vencimentos não excedentes aos estipulados na tabela annexa ao decreto n. 5163 de 4 de Dezembro de 1872.—Ordenou-se ao quartel-general que providencie assim de serem tambem empregados naquelle serviço os sentenciados a trabalhos forçados, a quem, mediante pedidos, que pelo mesmo quartel-general forem enviados á Intendencia, serão fornecidos chapéus de palha, bem como blusas e calças de algodão de duas cores, assim de se distinguirem dos operarios que trabalham na Ilha das Cobras.

O Sr. LEITÃO DA CUNHA:—Que assumpto para occupar a attenção do governo!

O Sr. CONNEIA: — Sr. presidente, a hora está dada; mas desejo supprir, antes de terminar, duas lacunas, que tive na minha exposição.

Quando tratei dos factos relativos á disciplina do exercito, esqueci-me de pedir informações sobre o de que tive noticia por telegramma publicado na *Gazeta de Noticias*, dirigido da estação de Una ao *Jornal do Recife* em 23 de Outubro de 1878.

Diz esse telegramma que, tendo alli chegado um grande destacamento do 10.º batalhão de infantaria de linha procedente do interior da provincia, acompanhado de crescido numero de mulheres com destino ao Recife, recusaram-se as praças a tomar o trem, porque não podiam ser acompanhadas pelas taes mulheres, e declararam-se em estado de insubordinação, praticando insolencias e desatinos, que puzeram em sobresalto a população.

O Sr. BARNES BARRETO: — O presidente mandou um official que, para accomodar as praças, contemporisou com ellas, consentindo que viessem as mulheres.

O Sr. CONNEIA: — A outra lacuna que tenho de preencher é relativa á parte em que tratei da redução da força de linha, redução reclamada em 1877 pelos honrados membros da minoria liberal desta casa.

O nobre ministro da fazenda no seu relatório está em completo desacôrdo com o seu collega da guerra.

O nobre Marquez diz que não pôde prescindir de 15,000 praças; mas o nobre ministro da fazenda, tratando das reduções de despesa que devem ser feitas, assim se exprime:

« Conso em que não será difficil chegar ao desideratum de equilibrar a receita com a despesa si reduzirdes as despesas ao estritamente necessario, supprimindo alguns arsenaes e todos os estabelecimentos que se possam dispensar; limitando a força publica ao numero de tropas rigorosamente preciso para manter a tranquillidade no Estado; convertendo a maior parte das legações em consulados, que fazem os mesmos serviços com muito menor despesa, suspendendo absolutamente novas emprezas, dispendiosas para o thesouro, até que as encetadas, pelo augmento da renda ou pelas vantagens directas que offerecerem, permittam a criação de novas. »

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — Mas permittiu as emprezas de estradas de ferro e tudo mais.

O Sr. CONNEIA: — Já vê o senado que o nobre ministro da fazenda reconhece necessaria a redução da força de linha.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — Mas onde está a divergencia? Elle diz — a necessaria.

O Sr. CONNEIA: — V. Ex. não leu o relatório do seu collega da fazenda. S. Ex. quer que uma das reduções de despesa seja na parte relativa á força publica. Para isso é preciso diminuir o numero de praças; no que o nobre ministro da guerra não concorda. Logo ha divergencia.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — Si o corpo legislativo quizer pôde reduzir a força do exercito; mas é necessario manter-se a indispensavel ao serviço.

O Sr. CONNEIA: — V. Ex. devia ter dito isso mesmo ao seu nobre collega.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — Tem sido esta minha opinião, não me retractei della, nem me retracto.

O Sr. CONNEIA: — Entretanto a do nobre ministro da fazenda é differente.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — A despesa que se deve supprir é a que se está fazendo com mais de 1.000 crianças que se conservam em 5 arsenaes; não devemos diminuir o exercito para gastar com estes meninos.

O Sr. CONNEIA: — Estou vendo que o nobre ministro incommodou-se com a divergencia que notei.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — Não existe tal divergencia.

O Sr. CONNEIA: — Si o nobre ministro julga necessarias 15.000 praças, numero fixado na lei anterior, e si o seu collega da fazenda diz que não se pôde ter tamanha força, que é preciso reduzir-a, a bem do equilibrio do orçamento, não se pôde negar que ha divergencia entre os dous nobres ministros.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — Elle disse que se decreta a força indispensavel.

O Sr. CONNEIA: — Mas a força indispensavel é a que V. Ex. pede, e é essa a que o nobre ministro da fazenda entende que deve ser reduzida, no intuito de equilibrar a despesa com a receita.

Não desejo fatigar por mais tempo a attenção do senado.

Reservo para outra sessão as observações que ainda tento que fazer sobre a repartição da guerra.

A discussão ficou adiada pela hora.

## SEGUNDA PARTE DA ORDEM DO DIA.

### CESSÃO DE UM PROPRIO NACIONAL.

Entrou em 2.ª discussão, a qual ficou encerrada por falta de numero para votar-se, a proposição da camara dos Srs. deputados n. 249 de 1875, concedendo a santa casa de misericórdia da cidade do Recife o proprio nacional sito á margem da estrada de Santo Amaro.

### LICENÇA.

Entrou em 2.ª discussão, que ficou encerrada pelo mesmo motivo, a proposição da camara dos Srs. deputados n. 2 do corrente anno, autorizando o governo para conceder ao professor de latim do imperial collegio de Pedro II, Dr. Antonio José de Souza, um anno de licença com todos os vencimentos.

Esgotada a materia da ordem do dia, o Sr. Presidente deu a seguinte para 4:

### 1.ª parte (até ás 2 1/2 horas).

Continuação da discussão da proposta do poder executivo com as emendas da camara dos deputados e da commissão de marinha e guerra, do senado, fixando as forças de terra para o anno financeiro de 1878—1879.

2.ª parte (às 2 1/2 horas ou antes).

2.ª e ultima discussão do parecer da comissão do pensão e ordenados, sobre o requerimento de licença do official da secretaria desta camara Alonzo Carneiro Postana de Aguiar.

Discussão do parecer da comissão de constituição sobre uma representação da camara municipal da villa de S. Bernardo, do Maranhão, solicitando para seu municipio augmento do numero de eleitores.

Levantou-se a sessão às 2 1/2 horas da tarde.

### 98.ª Sessão

EM 4 DE FEVEREIRO DE 1879.

PRESIDENCIA DO SR. VISCONDE JOE AGUARY.

SUMARIO.—**EXPANDE.**—Discursos e requerimento do Sr. Silveira Lobo sobre coupons dos bonds de S. Christovão.—Discursos e requerimento do Sr. Silveira da Mota sobre licenças concedidas ao Sr. Duque de Saxe. Explicações do Sr. presidente do conselho.—1.ª PARTE DA ORDEM DO DIA.—Cessão de um proprio nacional ao Recife. Approvação em 2.ª discussão.—Licença ao professor do collegio de Paulo II, Dr. Antonio José de Souza. Approvação em 2.ª discussão.—Fixação das forças de terra para o anno financeiro de 1879.—1879. Discursos dos Srs. ministro da guerra e Barão de Cotegipe.—2.ª PARTE DA ORDEM DO DIA.—Licença a um official da secretaria do senado. Encerramento da ultima discussão.—Parecer da comissão de constituição sobre uma representação da camara municipal da villa de S. Bernardo, no Maranhão. Encerramento da discussão.

A's 11 horas da manhã acharam-se presentes 31 Srs. senadores, a saber: Visconde de Jaguary, Dias de Carvalho, Cruz Machado, Barão de Mamanguape, Visconde de Abaeté, Chichorro, Junqueira, Jaguaribe, Barros Barreto, Barão da Laguna, Almeida e Albuquerque, Correia, Silveira Lobo, Visconde de Muritiba, Leão Velloso, Leitão da Cunha, Visconde de Bom Retiro, Antão, Dantas, Paranaguá, Diniz, Barão de Cotegipe, Luiz Carlos, Visconde do Rio Grande, Vieira da Silva, Ribeiro da Luz, Candido Mendes, Teixeira Junior, Silveira da Mota, Barão de Pirapama e Diogo Velho.

Compareceram depois os Srs. Fausto de Aguiar, Nunes Gonçalves, Visconde de Nictheroy, Fernandes da Cunha, Cunha e Figueiredo, Marquez do Herval e Sinimbu.

Deixaram de comparecer, com causa participada, os Srs. Conde de Rapendy, Duque de Caxias, Firmino, Godoy, Saraiva, João Alfredo e Visconde do Rio Branco.

Deixaram de comparecer, sem causa participada, os Srs. Uchida Cavalcanti, Barão de Maroim, Barão de Souza Queiroz, Octaviano, Paula Pessoa, Paes de Mendonça e Visconde de Sanstun.

O Sr. PRESIDENTE abriu a sessão.

Leu-se a acta da sessão antecedente, e, não havendo quem sobre ella fizesse observações, deu-se por approvada.

O Sr. 1.º SECRETARIO deu conta do seguinte

### EXPEDIENTE.

Offcios:

De 3 do corrente, do ministerio do Imperio, declarando, em resposta ao do senado de 31 do mez

proximo findo, que em data de 25 do dito mez foram remetidos ao juiz de direito do 5.º districto criminal os papéis relativos á suspensão e responsabilidade dos cinco vereadores da camara municipal desta cidade.

Do 1.º secretario da camara dos Srs. deputados, communicando, em resposta ao do senado de 31 do mez proximo findo, que não existem alli as listas nominadas dos eleitores e de um terço dos immediatos de todas as parochias das provincias de S. Paulo, Ceará, Espirito Santo e Minas Geraes, durante a passada legislatura; mas sim actas das eleições referidas.—A quem fez a requisição.

Do mesmo Sr. 1.º secretario, do 1 do corrente, participando que constara á dita camara terem sido sancionadas as resoluções da assembleia geral: A 1.ª concedendo licença ao lente da academia das bellas artes Dr. Pedro Americo de Figueiredo e Mello; a 2.ª concedendo privilegio a João José Fagundes de Rezende e Silva para lavrar a área comprehendida pelos rios Cayapó, Maranhão e seus afluentes.—Ficou o senado inteirado.

OS COUPONS DOS BONDS DE S. CHRISTOVÃO.

O Sr. Silveira Lobo:—Sr. presidente, sinto não ver presente nem um dos Srs. ministros.

Tendo de fundamentar um requerimento de opposição, desejava fallar em presença ao menos de um delles.

Senhores, a historia antiga e moderna está cheia de modelos de ministros, que, prestando-se docéis nos paços reaes aos caprichos da realza, humilhando-se ante ella o mais possivel, entretanto á face dos povos ostentam admiravel arrogancia, e alardeam um poder que aliás suas qualidades pessoais, seus merecimentos e serviços não lhes dão. O facto é que, consciós da propria fraqueza, o seu grande recurso é, por via de regra, invocar o nome do rei, cujo instrumento são. Sem convicções, sem meios de sustentar as idéas e os principios que symbolisam a utilidade e vantagem para os povos, acobertam-se e julgam confortar-se com o manto da realza. É precisamente, Sr. presidente, o que dá-se entre nós.

Dá-se tambem outro phenomeno nunca visto neste paiz. Por outro lado, em sua fraqueza, recorrem a um elemento até agora não usado: recorrem á turbulencia (apoiados), á anarchia (apoiados) que se apresenta como autorizada por essa mesma invocação real, a que já alludi (apoiados).

Ainda que não revelem por nenhum pensamento que propositalmente communicam semelhante modo de acção, nem que a força do rei é transmitida aos agentes da perturbação, a verdade comtudo é que nestes factos descommunaes, nessa matizada com que pela primeira vez se sustenta um governo (apoiados) entra necessaria e muito inconvenientemente (apoiadissimos) a idéa da Corôa.

Senhores, pôde-se dizer que este ministerio, antipoda do que seria um ministerio verdadeiramente liberal, conta seus actos por desalinos (apoiados), por infracções do lei, por postergações de principios, que tinha obrigação não só de observar como de inocular na legislação do paiz, aquelles que ainda nella não figuram; e entretanto quando alguém por patriotismo, quando alguém que zela e ama esta patria e se preoccupa com seus destinos, lança em rosto ao gabinete suas aberrações, seus

desregramentos, dá-se por offendido e insultado, sem se lembrar que quem o offende ou o insulta, si insulto ha ou houvesse, é o seu proprio procedimento.

Illeceundo, Sr. presidente, não poder alongar-me devidamente, não referirei os factos a que venho de fazer rapidas allusões; mas tenho necessidade indeclinavel de formular uma resenha ligeira do proceder do governo actual com relação á administração e especialmente á concessão de emprezas.

Senhores, olhando para a cadeia do Sr. presidente do conselho, não sei si omitta o que pretendia dizer na presença do nobre presidente do conselho. Tinha tenção de dizel-o sem acrimonia, mas me pareceo de mais cavalheirismo reservar esses factos, que dessem perfeitamente a pessima posição em que se collocou relativamente a emprezas para quando S. Ex. se achar presente; e, portanto, Sr. presidente, omitindo esta parte do meu discurso, direi somente que em factos de grande alcance, quaes aquelles a que alludo, summamente detrimntosos para alios interesses dos povos, S. Ex. tem aberrado, e tem abusado tambem em grande escala em factos de valor secundario, e por ultimo, até sobre um facto, que constituirá a materia do meu requerimento e que, parecendo á primeira vista de pouco vulto, é sem duvida gravoso á liberdade do publico fluminense e não sustentavel ante os preceitos fundamentais da constituição do Estado, preceitos que reconhecem e proclamam os direitos individuaes do cidadão brasileiro.

No art. 179 da constituição diz-se em primeiro lugar que nenhum cidadão será obrigado a fazer ou deixar de fazer cousa alguma sinão em virtude da lei; entretanto nós vemos, Sr. presidente, que as companhias pelas quaes S. Ex. o Sr. presidente do conselho tem tanta predilecção em geral e tão particular sympathia, omitindo eu agora as razões desses sentimentos do S. Ex. porque se acha elle ausente neste momento, lhe merecem concessões e favores que constituem ou importam uma verdadeira offensa da liberdade e dos direitos dos cidadãos. Refiro-me, senhores, a essa obrigação imposta aos passageiros de aceitarem o manterem os *coupons*, por meio dos quaes as companhias fiscalizam seus interesses.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Apoiado.

O Sr. SILVEIRA LOBO: — Senhores, devo referir ao senado o que aconteceu comigo proprio a primeira vez, depois da minha chegada á corte, que tive de entrar em um dos *bonds* do S. Christovão.

O conductor entregou-me um tal papel, ou bilhete escripto, ou recibo de passagem; distralidamente atirei-o á rua, como faço e fiz sempre com bilhetes semelhantes que não traziam o onus da conservação, dados por outras companhias; fui, porém, advertido pelo conductor de que tal não lizosso. Perguntando-lhe a razão, respondeu-me: — porque teria de pagar segunda passagem. Como, contestei-lhe, si já tinha pago? Neste caso, terá de subir do carro—respondeu-me—.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — E isto mal-criadamento.

O Sr. SILVEIRA LOBO: — Achei extraordinaria, embora a ella me submettesse, uma tal imposição, não derivada de lei alguma; julguei-me de certo muito offendido em meu melindre, porque é para a sustentação dos direitos do homem que Deus

creou esta sentinella chamada — sentimentos briosos, ou de honra, ou de dignidade, e foi desde então que resolvi lavrar nesta tribuna um protesto contra semelhante abuso de que está sendo victimada a população da corte.

E' abuso, Sr. presidente, porque não confieo lei que imponha a nenhum cidadão a obrigação de ser portador de um bilhete alheio, como meio de fiscalisar interesses, que não correm por sua conta. O governo podia lançar mão de outros meios, embora onerosos para as companhias, que grandemente lucraram com suas emprezas; ellas que duplicassem os vigias, ou escolhessem o pessoal condignamente retribuido de maneira a dispensar taes duplicatas.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Outras companhias têm sua fiscalisação, independente dessa violencia.

O Sr. SILVEIRA LOBO: — Entendi, portanto, Sr. presidente, e entendo, que o governo deve vir dizer ao parlamento com que razão protege de modo tão especial essa companhia, em que disposição de lei se funda para semelhante imposição.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Autorização da policia.

O Sr. LEÃO VELLOSO: — Foi o governo que impoz?

O Sr. SILVEIRA LOBO: — Veiu a tempo o aparte do nobre senador, porque toda a população da corte sabe que a policia se apresentou sempre protegendo essa vexação (*apoiado*), direi mesmo, essa violencia que se pratica com o publico.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — E' pela policia e por seus soldados.

O Sr. SILVEIRA LOBO: — Não comprehendendo em meu requerimento outro procedimento de outras companhias que tambem me fero desagradavelmente os olhos; mas direi que si o trabalho em nenhuma de suas especies ou ramificações pôdo aviltar o homem; certas condições para que elle se exerça é fóra de duvida que aviltam. Eu me condoo quando vejo os conductores dos *bonds* obrigados por um toque de tympano a despertar a attenção dos passageiros, porque nisso vai a suspeita de fraude. Eu penso que o governo tinha o direito ou mesmo obrigação de, nobilitando o trabalho em todos os seus ramos, prohibir meios ou condições que aviltam a dignidade de quem dello carece; devia manter e resguardar a dignidade do homem, porque sua moralidade e seus brios devem pairar sempre acima de todas as conveniencias; isso não é mais do que um meio de aviltar o caracter do individuo desprovido da fortuna.

A interdicção por parte do governo...

O Sr. LEÃO VELLOSO: — Si o governo entrar nisto, deve entrar em muita cousa mais.

O Sr. SILVEIRA LOBO: — Devo entrar, para que não se offendam direitos nem conveniencias do decoro social; nem sempre pôdo fazel-o directamente, mas indirectamente, de certo que sim. Assim como influe para confirmar abusos, para impôr obrigações não prescriptas por lei, pôdo tambem influir para nobilitar o trabalho em todas as suas applicações.

Tenho concluido, Sr. presidente, o pouco que tinha a dizer, mandando á mesa o meu requerimento, que é o seguinte (*le*).



Em uma palavra, desconheço o direito que tem o governo de converter a cidadão em fiscal dos interesses particulares.

Foi lido, apolado, posto em discussão e approvedo o seguinte

*Requerimento.*

Requeiro que pelo ministerio da agricultura, o governo informe no que se fundou para permittir que as companhias de bonds, como a de S. Christovão, imponham aos passageiros a obrigação de receberem e conservarem os respectivos coupons, sujeitando-os á fiscalisação da companhia.—Págo do senado em 4 de Fevereiro de 1879.—*Silveira Lobo.*

AS LICENÇAS CONCEDIDAS AO SR. DUQUE DE SAXE.

**O Sr. Silveira da Motta:**—Sr. presidente, continuarei na minha tarefa, embora importante ao governo, de pedir informações a respeito daquelles factos da administração, dos quaes não acho nos relatorios os esclarecimentos necessarios. Este é o recurso que cabe ao parlamento, depois que recebe esses tardios relatorios, o de pedir supplemento ás informações deficientes.

Eu vejo que no relatorio dos negocios da marinha se diz que têm sido concedidas licenças para estar ausente na Europa ao almirante da nossa esquadra, o Sr. Duque de Saxe, presidente do conselho naval. Eu não sei com que direito o governo conceda licença, além de anno, a um funcionario publico, porque o Sr. Duque de Saxe não é outra coisa neste paiz sinão um funcionario publico.

Porque se concede licença além de anno sem autorização do corpo legislativo? Não sei que a qualidade do príncipe, e que o sangue azul altera a natureza dos funcionarios publicos. Entretanto, Sr. presidente, um ministerio que se elevou com a proclamação de liberal....

**O Sr. Silveira Lobo:**—E' que durou pouco.

**O Sr. Silveira da Motta:**—...que desenhou com tintas tão carregadas a côr liberal, enxertando em si até ministros conhecidos como republicanos por terem assignado o respectivo manifesto,—como é que este ministerio deixa desvanecer toda essa côr *foncé* do liberal, que devia ter, para abandonar-se a toda essa cortezanha, que talvez nos conservadores se pudesse abonar, ou ao menos se poderia explicar? O facto é, senhores, que o Sr. Duque de Saxe é almirante, feito pelo partido liberal, é presidente do conselho naval, está ausente do Imperio, creio que ha tres annos, pelo menos, e tem licença arbitrariamente do governo para conservar-se ausente, não sei si com vencimentos ou sem elles; o que me é indifferente, porque ainda mesmo sem vencimentos, elle não pode estar fóra do Imperio, tendo a posição official que tem de presidente do conselho naval e de almirante de nossa esquadra.

Não sei por que razão o governo não ha de, em alguns dos requerimentos do Sua Alteza, si é que elle faz requerimentos, não sei por que razão não ha de ter declarado que é incompetente para conceder licença por mais de um anno a nenhum funcionario, sem autorização da assemblea geral.

**O Sr. Visconde de Bom Retiro:**—E' almirante honorario, não é do quadro.

V. H.

**O Sr. Silveira da Motta:**—Do conselho naval não é honorario; é presidente do conselho naval, e o que está servindo actualmente serve como vice-presidente, por consequencia o Sr. Duque de Saxe é presidente effectivo do conselho naval.

**O Sr. Ruyzino da Luz:**—O presidente do conselho naval é o ministro; o vice-presidente actual é o Sr. Visconde de Tamandaré.

**O Sr. Cansanção de Sinimão (presidente do conselho):**—O Sr. Duque de Saxe pediu demissão de vice-presidente.

**O Sr. Silveira da Motta:**—Foi no tempo dos conservadores, ou dos liberes?

(*Ha diversos apartes.*)

Vejam em que ficam. Sr. presidente, V. Ex. tenha paciencia por um pouco, que eu mandei buscar o almanack (*pausa*).

Sr. presidente, si acaso fui induzido em equívoco, foi pelo almanack, que é documento official. Eis aqui o que diz o almanack (18): « Conselho naval—Presidente, o ministro e secretario de Estado dos negocios da marinha. Vice-presidente—S. A. R. o Sr. Duque de Saxe! »

Ora, o almanack da marinha foi quem me forneceu esta informação.

Alguns nobres senadores, que fizeram parte do ministerio passado, dizem que elle pediu demissão.

**O Sr. Cruz Machado:**—Veja o almanack de 1877.

**O Sr. Silveira da Motta:**—O almanack de 1877 é quem confirma o que eu disse, o é o que está tambem no almanack de 1878.

No almanack de 1877 se considera como membro effectivo do conselho naval S. A. R. o Sr. Duque de Saxe, almirante com licença; e no de 1878 se diz tambem que é vice-presidente do conselho naval—ausente na Europa.

Por consequencia tem logar o meu pedido de informações. O governo dirá si o Sr. Duque de Saxe não é mais vice-presidente do conselho naval.

O almanack de 1877 diz que era membro do conselho naval e que está ausente na Europa, com licença; e o almanack de 1878 continua a declarar que está ausente e que é vice-presidente.

Eu tenho razão, portanto, para perguntar ao governo quem lhe deu o direito de conceder licença por mais de um anno a empregados publicos, sem autorização do corpo legislativo.

Sua Alteza Real o Sr. Conde d'Eu, marido da princeza imperial, é tambem marechal do exercito e está ausente na Europa, creio que com licença.

**O Sr. Cansanção de Sinimão (presidente do conselho):**—Sim, senhor.

**O Sr. Silveira da Motta:**—Da mesma maneira, Sr. presidente, o Sr. Duque de Saxe, que é almirante honorario e vice-presidente effectivo do conselho naval, estando ausente na Europa, não pôde continuar a estar por mais tempo, além daquella que a lei permite ao governo conceder, sem autorização da assemblea geral.

Senhores, o corpo legislativo, ha muitos annos, é importunado com pedidos de licença a empregados publicos, com taes e taes vencimentos, por causa de molestia ou de necessidade de ir em á Europa, porque as viagens á Europa tornaram-se uma mania neste paiz. Já se julga que um homem, que tem



quaesquer meios, não pôde estar nesta terra ainda por absoluta necessidade; mas, principalmente com vencimentos do Estado, é melhor estar em Paris ou em qualquer outra parte do mundo do que no Brazil, de maneira que o corpo legislativo vê-se todos os dias importunado com estes pedidos.

Mas, note-se que está reconhecido por todos quantos querem fazer este passelo de saúde que o governo não pôde conceder licença além de um anno.

Ora, vendo-se um precedente destes, o governo julgando-se autorizado para dar licença a um príncipe para estar na Europa, gozando as vantagens do seu contrato de casamento, que não são pequenas, porque orçam por setenta e tantos contos por anno, sem duvida chocam-se os outros empregados, que pedem uma pequena licença com um ou dois contos, para tratar de sua saúde e que, entretanto, o corpo legislativo avaramente os concede ás vezes, como ainda ha poucos dias aconteceu com um empregadinho aqui do senado, tendo-nos o nobre presidente do conselho obrigado a votar a licença, porém com ordenado sómente, supprimindo-se-lhe a gratificação.

Entretanto, outros privilegiados passam annos e annos na Europa, com dezenas de contos de réis!

Ora, os empregados publicos, comparando essas concessões largas, que o governo faz aos grandes, com a avaréza com que concede as licenças aos pequenos, ás vezes em circumstancias bem difficis de sua vida, necessariamente sentem com razão a injustiça!

Não, senhores, não é assim que hão de tornar a monarchia querida e apreciada.

Quando o nobre ministro da fazenda (não sei si ainda o é), quando o nobre ministro da fazenda fez uma pintura medonha do estado do thesouro e dos recursos do Estado, ao ponto de appellar para todos os meios, para o papel-moeda e para a venda de apolices em larga escala, o governo do Estado olha assim com tanta facilidade para essas concessões de licenças para pessoas da familia imperial, só porque preferem estar na Europa a estar nesta terra.

Isto faz mau ver. A mania das viagens, si não devo justificar por tal forma que o thesouro publico esteja dando contos de réis ás dezenas para que os membros da familia imperial estejam sempre fóra do Imperio, e só aqui residam quando extrema necessidade os obriga.

Por isso, Sr. presidente, foi que julguei necessario averiguar este negocio. Desejo saber o direito com que têm sido concedidas estas licenças ao Sr. Duque de Saxe, que é membro effectivo do conselho naval. E si não é já membro do conselho naval, si é apenas almirante honorario, perguntarei ainda como príncipe consorte de uma augusta princeza, ao qual compete ex vi do seu contrato de casamento a meação dos alimentos que a ella pertenciam, quem é que lhe concedeu as licenças? Sem duvida o ministro. Eu creio, senhores, que só o ministro pôde dar licenças que importam pagamento de dinheiro, porque Sua Magestade o Imperador, dando licença a uma pessoa de sua familia para estar fóra do Imperio, não tem direito sem a responsabilidade do ministro, de impor ao thesouro a obrigação de pagar a dotação. Não duvido que o ministro ex vi do contrato matrimonial possa conceder a licença; mas sem licença concedida pelo Sr. ministro do Imperio, Sua Alteza não pôde receber no thesouro publico um

si real em virtude de licença concedida por Sua Magestade o Imperador (apoiados). Este é o principio; Sua Magestade o Imperador não dá licenças que importem ao thesouro a obrigação de pagar.

O Sr. SILVEIRA Lobo:— Seria uma parcella de absolutismo entre nós.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:— Por isso é que eu disse que ainda quando o Sr. Duque de Saxe fosse apenas almirante honorario e não fosse mais membro effectivo do conselho naval, ainda por outro lado eu tinha de averiguar si a licença concedida a Sua Alteza era da familia, ou acto da administração do Estado, que precisa de ser legalizado pela interferencia do ministro.

Talvez esteja enganado; si estou, perguntarei ainda com que direito o Sr. ministro do Imperio legalisa esta despesa por mais de um anno sem autorização do corpo legislativo.

Todos os empregados publicos, senhores, têm os seus vencimentos marcados em lei.

Sua Alteza o Sr. Duque de Saxe tem os seus estabelecidos em um contrato; porém, por contrato ou por lei, não podem ser pagos no thesouro sem ordem do ministro. Por isso entendo que, ainda mesmo tratando-se sómente do pagamento de alimentos, não se pôde legalisar esse pagamento sem um acto ministerial. E o que quero saber por meio de meu requerimento, em que pergunto qual é o acto do governo que legalisa as licenças concedidas ao Sr. Duque de Saxe, ou como almirante, ou como membro do conselho naval, ou mesmo como consorte de Sua Alteza a fallecida Sra. D. Leopoldina, o que lhe dá direito a metade dos alimentos prescritos pelo contrato.

Foi lido, apoiado o posto em discussão o seguinte

#### *Requerimento.*

• Requeiro que se pergunte ao governo em que qualidade se tem concedido ao Sr. Duque de Saxe licenças por mais de 3 annos, sem autorização do corpo legislativo; sendo elle almirante, e vice-presidente do conselho naval.

• E si o pagamento dos alimentos que lhe são devidos pelo contrato de casamento tem sido legalizado por acto do ministerio, e de que data.—S. R.—Silveira da Motta.

O Sr. CAUANO DE MINIMBU (presidente do conselho):— Sr. presidente, pedi a palavra, não para me oppôr ao requerimento do nobre senador, mas para lhe dizer desde já que as licenças concedidas a Sua Alteza o Sr. Duque de Saxe o têm sido em virtude do tratado estabelecido entre o governo brasileiro e o governo da Austria, quando se teve de fazer o casamento de Sua Alteza; e que essas licenças annuaes têm sido sempre dadas pelo governo e não por Sua Magestade sómente, como pensa o nobre senador.

Em todo caso, para esclarecer bem a materia, comprometto-me a trazer, quando se discutir o requerimento, os documentos concernentes a esta questão, para o que peço desde já a palavra.

O Sr. PRESIDENTE:—A discussão fica adiada.

## PRIMEIRA PARTE DA ORDEM DO DIA.

## Cessão de um honrio nacional.

Votou-se em 2.ª discussão e foi approvada para passar á 3.ª a proposição da camara dos Srs. deputados n. 249 de 1875, concedendo á santa casa de misericórdia da cidade do Recife o proprio nacional, sito á margem da estrada do Santo Amaro.

## LICENÇA.

Foi igualmente submettida á votação e approvada para passar á 3.ª discussão a proposição da mesma camara n. 2 do corrente anno, autorizando o governo para conceder ao professor de latim do Imperial collegio de Pedro II, Dr. Antonio José de Souza, um anno de licença com todos os vencimentos.

## FIXAÇÃO DAS FORÇAS DE TERRA.

Proseguiu a discussão do art. 1.º da proposta do poder executivo com as emendas da camara dos Srs. deputados e da commissão de marinha e guerra do senado, fixando as forças de terra para o anno financeiro de 1878—1879.

**O Sr. Marquez do Herval (ministro da guerra):**—Sr. presidente, foi hontem censurado nesta casa o ministro da guerra pelo meu nobre collega senador pela provincia do Paraná. Não me será possível responder a todos os topicos do discurso de S. Ex. porque foram muitos; seria materia para seis ou oito dias; responderei ao que me fôr possível, e peço desde já desculpa aos nobres membros desta casa, si não satisfizer aos seus desejos de ver bem explicados todos os factos a que o nobre senador se referiu, mas que em verdade não merecem censura.

O nobre senador estranhou que eu tivesse consentido na distribuição de forças do exercito para o serviço policial, entendendo que este serviço era prejudicial á disciplina do mesmo exercito. Sr. presidente, o ministro da guerra não pôde evitar que o exercito auxilie a policia, e que garanta a ordem publica nas provincias, que também contribuem para a manutenção do exercito e não têm força propria sufficiente, pois que não ha nenhuma provincia do Brazil que não tenha suas finanças de alguma sorte arruinadas. O exercito, senhores, não é do governo, é da nação, e deve estar onde a ordem publica reclamar os seus serviços, e o ministro da guerra não pôde oppôr-se a isso.

Este dever só foi cumprido pelo governo a pedido dos presidentes das provincias, os quaes, sem excepção, reclamaram forças para a guarnição das mesmas provincias, e isto não deixa de produzir, pela disseminação da força, a indisciplina, a quebra da instrução e até mesmo desordens com praças.

Para que os soldados de qualquer corporação militar afoxem nos seus deveres disciplinares, basta que a força seja diminuta e tenha um serviço quotidiano tal que impeça o seu descanso; e o exercito do Brazil, senhores, na sua maior parte está a meio dia e a dia e meio de folga em todo o Imperio. O homem que passa de guarda um dia e apenas tem o tempo indispensavel para lavar a roupa e limpar as suas armas, não se pôde en-

tregar de todo aos deveres exigidos pelo serviço e pela disciplina, pois que precisa de descanso para no outro dia não dormir na sentinella e não incorrer em falta grave. Enquanto os corpos do nosso exercito, aliás pequenos, estiverem disseminados, a disciplina, senhores, será impossivel.

O Sr. PARANAGUÁ:—Apoiado.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (ministro da guerra):—Todos vós sabeis que o Brazil, com um exercito apenas de 15.000 praças, guarnece um territorio enorme (apoiados) e que andam, nessas matas os nossos soldados semi-nús, perseguindo os malfetores e garantindo a tranquillidade do povo.

E demais, senhores, o actual ministro da guerra não fez cousa nova: recebeu do seu respeitavel antecessor as tropas como ellas estavam, guarneecendo os diferentes pontos do Imperio onde era preciso, e apenas teve que fazer uma alteração, de que dou conta ao senado que, penso, approvarei a medida por necessaria que é, posto que não esteja em lei.

A infeliz provincia do Ceará, assolada pela calamidade da sêcca, que tem acarretado sobre seus filhos todas as misérias, ainda trouxe a perseguição feita por alguns perversos, que, podendo armar-se, a cavallo percorriam todo o sertão daquella provincia para fazer mal aos seus habitantes.

O presidente que, com a infantaria de que dispunha, não podia prender esses malfetores, pediu ao governo alguma cavallaria. Não a podendo eu mandar vir do Sul, porque lá também não sobra, resolvi mandar d'aqui algumas praças de cavallaria, e douz officiaes, devendo mais o batalhão do Ceará, que guarnece a capital daquella provincia, armar como cavallaria 50 praças para perseguirem esses bandidos que assolavam a população pacifica do interior.

Desta medida surtiu bom effeito e com ella fez-se muito limitada despesa, porque os soldados lá estavam e lá se compraram os cavallos; e desejo que ella seja approvada, porque foi aconselhada por necessidade urgente.

Accusou-se o ministro da guerra pela extincção da directoria das obras militares da côrte.

Com effeito si se considerar este assumpto pela quantia votada para pagar a directoria das obras militares da côrte, ella do facto não estava creada por lei.

Senhores, extingui esta repartição por desnecessaria. Meia duzia de officiaes que estavam nella empregados e alguns paisanos tiveram outro emprego, e estas obras passaram a ficar a cargo dos empregados do archivo, que de longa data tinham esta incumbencia. Creio que isto data até de 1808.

O que podia resultar ao serviço publico? Sómente a homogeneidade no trabalho e trazer áquella repartição todas as habilitações a respeito de sua incumbencia.

Algumas gratificações se economisaram com isto. Porém não foi tanto por economia como pela conveniencia do serviço.

Foi censurado o ministro da guerra pela extincção da commissão de melhoramentos do material do exercito, commissão que era composta de vinte individuos, aliás todos nas melhores condições para desempenharem tão importante commissão. Porém o respectivo chefe sahio com licença e perguntou ao governo si devia dar por extincta a commissão ou si o governo julgava que ella devia continuar.

Senhores, não desdenho, nem nunca desdenhei a alta conveniência de achar-se o nosso exército em estado de desempenhar seus grandes serviços dentro e fora do paiz, e especialmente, como o nobre senador notou, na guerra, que tantas vezes temos visto apparecer de repente; porém a comissão tinha trabalhado bastantes annos; tinhamos os nossos arsenaes repletos de armas e de munições; os melhoramentos por ella indicados ou já estavam alguns executados, ou eu os mandei executar, porque não queria melhoramento só em papel, era preciso que estivessem em estado de servir a proporção que o exército necessitasse. Muitos dos empregados continuaram a prestar os seus serviços ao ministerio da guerra e têm continuado a fazer o seu dever, entre elles tres ou quatro, muito distinctos, têm satisfeito cabalmente suas obrigações. Os nossos encarregados de negocios a cada passo nos enviam qualquer descoberta ou aperfeiçoamento importante para o exército, e que elles julgam como cousa nova; o governo as manda examinar e guardar, si não merecem logo applicação.

O nobre senador ainda censurou o ministro da guerra pelos vencimentos que recebe como official de gabinete o coronel Julio Frota. Devo declarar que quando este coronel foi nomeado official de gabinete fazia parte da comissão de melhoramentos do material do exército, e não era equitativo que, mandando a lei que os officiaes de gabinete tenham de gratificação 200\$000 mensaes, além dos vencimentos de que estiverem no gozo, eu lhe desse menos do que manda a lei, salvo si for julgado peccado por causa do nome de Frota, nome em que tanto se tem fallado. Conservei, pois, os seus vencimentos, e dei-lhe, segundo a lei, a gratificação que devia ter. Podia dar essa gratificação a dous officiaes de gabinete, que são bem precisos, mas só dei a um.

Eis o que diz o art. 28, § 2.º do decreto n. 4156 de 17 de Abril: — Os officiaes de gabinete perceberão uma gratificação que não exceda a 2:400\$ que accumularão aos vencimentos de seu respectivo emprego. — Ora, o coronel Frota na comissão de melhoramentos estava com comissão activa de engenheiros e servindo no gabinete desde Fevereiro de 1878; sendo extinta essa comissão em 11 de Maio, tornou-se necessaria a portaria de Junho, a que se referiu o nobre senador, para que este official continuasse a perceber os mesmos vencimentos, pois que continuava a prestar os mesmos serviços.

Fui ainda censurado porque dei licença para o major de artilharia Pereira Junior e ao do 1.º regimento de cavallaria Andrada Pinto serem nomeados commandantes dos corpos da policia e urbanos. Não conheço lei que prohiba ao governo essa concessão, que me foi reclamada pelo respectivo ministro. O serviço militar, que devia fazer-me pensar no assumpto, para que não fosse prejudicado, nada soffreu. No 1.º batalhão de artilharia foi mandado servir outro major de artilharia, e no 1.º regimento de cavallaria, um capitão muito distincto passou a fazer o serviço de major.

É realmente certo que o serviço de fiscal é importante em um corpo, mas também é certo que não é vedado aos capitães e até aos tenentes desempenha-lo, quando por emergência do serviço torna-se isto necessario.

Ainda mais, eu não creio que, como ministro da guerra, devesse negar licença para dous officiaes do exército exercerem cargos na milicia civil, que precisava ser bem commandada no interesse dos habitantes desta corte, e a bem da ordem publica. Posso allançar que esses dous officiaes têm muito merecimento, tanto civil como militar. Não podia, pois, negar este auxilio ao meu collega, que precisava delles em prol do interesse publico.

O nobre senador fez algum reparo sobre a promoção do cadete Frederico Augusto Falcão da Frota.

Notou o nobre senador que este cadete fosse promovido ao posto de alferes, quando o commandante da escola de tiro o julgava inhabil para instructor. Ha mais de meio seculo que sou soldado, e nos corpos arregimentados, em que tenho servido, foi sempre muito raro encontrar individuos aptos para instructores.

O ser instructor é quasi um dom: não se aprende, pôde-se decorar, pôde-se aprender atirar ao alvo, o que muita gente sabe; mas não podem instruir. A capacidade do instructor é muito singular, entretanto não é qualidade exigida para os inferiores, nem para os officiaes serem promovidos: a lei de promoções não cogitou desse requisito.

Mas, quanto a esse cadete, na relação que me foi remetida do quartel-general dos cadetes e inferiores da arma de cavallaria habilitados a serem promovidos, consta que assentou praça em 15 de Abril de 1872, que era 2.º sargento desde 1 de Janeiro de 1873, que tinha a sargentação e o exame pratico da arma e que tinha muito boas informações nas relações semestres, não constando que tivesse soffrido prisão alguma, mesmo correccional.

Eu também não sei explicar o manejo do tiro, não podia pois ser promovido, si houvesse tal disposição de lei. Creio que dos officiaes do exército ainda são muito poucos os que sabem, sendo como ainda é limitadissimo o numero dos que têm sahido habilitados por aquella escola, dos quaes só podem bem ensinar aos corpos a que pertencem aquelles que têm habilitade para instructor.

Senhores, fui censurado mais porque um official do batalhão 9.º se acha servindo de ajudante de ordens do commandante das armas de Pernambuco.

Nós não temos esse numero de officiaes do estado-maior que se diz desempregado, muitos delles têm sido promovidos, ha muito pouco tempo, e as provincias não estão aqui tão perto que o governo mande fazer as cousas no mesmo momento em que deseja.

O commandante das armas de Pernambuco, chegando aquella provincia, tinha direito de nomear um official da sua guarnição, para seu ajudante; tirou o official em questão, o qual ficou servindo. Pouco depois, o seu batalhão teve outro destino, e o commandante das armas conservou-o porque não havia de querer ficar com algum outro official desconhecido no seu estado-maior. E que falta faz este alferes no batalhão? Mas, para ser substituido tinha o governo pedido a relação dos officiaes do estado-maior que se acham em disponibilidade na corte e em outras provincias para serem mandados servir nesses logares, como fosse conveniente, sem contudo obrigar a que um presidente de provincia tenha o ajudante que se quizer impôr, o que o commandante das armas tinha um secretario ou ajudante de ordens que não lhe inspire confiança.

Muitos de meus collegas têm sido presidentes de provincias, e nenhum ainda recebeu um ajudante de ordens que não fosse da sua escolha. No estado-maior de qualquer chefe militar é preciso que os individuos que o compuzerem sejam capazes de fiscalisar todos os seus actos; é essa a razão porque esse official ainda está empregado.

Entretanto trato de substituir, como já declarei, os officiaes arregimentados pelos do estado-maior, e por essa razão já foram mandados substituir os ajudantes de ordens das provincias de Goyaz e de Minas Geraes; mas si os presidentes fizerem quaesquer observações, não tenho duvida nenhuma de dar contra-ordem.

Passo a tratar do movimento de batalhões e de regimentos de cavallaria na provincia do Rio Grande do Sul. O nobre senador foi informado com mal-dade, segundo entendo, porque S. Ex. era incapaz de apresentar uma accusação, que não fosse fundada; e, entretanto, senhores, a provincia do Rio Grande tinha e ainda tem seis batalhões de infantaria, que estavam muito reduzidos em seu pessoal. E o ministro da guerra apenas removeu destes seis batalhões em Abril, e não em Agosto, como o nobre senador disse, o 13.º batalhão do Alto-Uruguay, onde vivia roto, com dous annos de divida, e não era capaz de fazer a guarnição daquelle immensa campanha, porque, senhores, para guarnecer um campo vasto, não hão de ser os soldados de infantaria, e sim os de cavallaria, e, na occasião em que o batalhão se retirou daquelle localidade, mandei ir o corpo de cavallaria mais forte e commandado por um official habil no serviço do campo e vaqueano daquelle localidade, na occasião em que uma revolução se dava nas provincias limitrophes, e mandei vir o batalhão para o Rio Pardo, assim de receber seu sardamento e guarnecer aquella cidade, pois que o batalhão 12.º, que alli tinha um destacamento, estava sem gente para o serviço. A força deste batalhão 12.º achava-se em diligencia pelos caminhos de ferro e por diversas localidades; portanto, era preciso que aquelle batalhão, que não podia prestar bons serviços onde estava, fosse para o lugar onde se tornava necessario, indo a cavallaria desempenhar satisfactoriamente o seu dever.

O segundo batalhão, que se moveu, foi o 3.º que guarnecia a cidade de Jaguarão, com outro corpo de cavallaria.

Entretanto a fronteira do Rio Grande, propriamente dita, e a cidade do Rio Grande não tinha guarnição ou tinha uma pequena força, visto que este batalhão estava dividido em 4 fracções. Nestas condições mandei que aquelle batalhão guarnecesse a mencionada cidade, deixando um pequeno destacamento em Jaguarão com o regimento de cavallaria.

Isto deu-se antes de Agosto e não como disse o nobre senador. Conheço os chefes daquelles corpos e aquellas localidades e quiz distribui-los como julguei que melhor convinha ao serviço.

Já vê o senado que entre os seis batalhões daquelle provincia só se moveram dous.

O nobre senador fez grande reparo sobre a commissão de engenharia militar na provincia do Rio Grande do Sul.

Sr. presidente, esta commissão foi nomeada em 1874 e em 1876 pelo meu antecessor tiveram logar as ultimas nomeações de officiaes.

S. Ex. praticou um acto conveniente ao serviço, porque nomeou officiaes capazes de desempenharem as commissões em que se acham empregados.

Esta commissão foi nomeada com o fim de fazer algumas fortificações e alguns quartéis, porque naquella provincia os corpos estão acostumados a servir sem entrar em quartéis, pois que não os tinham.

A commissão tem desempenhado o seu dever, e portanto o actual ministro da guerra não tinha razão para mandar dispensar aquelles officiaes e entregar o serviço a outros que não conheço.

Entretanto o que fez esta commissão depois dos trabalhos das trincheiras? Cumprindo a ordem do ministro da guerra, a quem substitui, começou a reconstruir alguns quartéis que já tinham cahido completamente. O quartel do regimento de artilharia em S. Gabriel, que tinha sido feito pelo proprio regimento em certa época, cahiu e ficou a tropa em barracas, assim como ficou exposto o respectivo material ao sol e á chuva.

O Sr. Duque de Caxias mandou fazer aquelle quartel, recommendando toda a brevidade; a commissão executou essa obra, mas, no empenho de fazer mais barato, nella empregou peças não só daquelle regimento como da ala do batalhão de engenheiros, economizando a mão d'obra.

O dinheiro que se poupou ficou na thesouraria. Para esta commissão mandei apenas tres officiaes e tres sargentos, porque as duas companhias do batalhão de engenheiros que lá estavam, não tinham levado d'aquí os seus sargentos.

Mais tarde foi preciso mandar um official para servir em uma das companhias, recaindo a nomeação em um official subalterno do batalhão 10.º, nomeação sobre a qual o meu nobre collega fez tambem muitos reparos.

Este official, senhores, é o tenente Raphael Augusto da Cunha Mattos.

Os officiaes do batalhão de engenheiros, na forma do art. 2.º do plano de sua organização approved por decreto, devem ser tirados de qualquer das armas scientificas, podendo ainda ser empregado um subalterno que não pertença aquellas armas em cada companhia, decreto n. 4572 de 12 de Agosto de 1870, e só percebe vencimentos de estado-maior de 1.ª classe, como é de lei, e não de commissão activa de engenheiros.

Creio, senhores, que não violei disposição alguma da lei, porque o batalhão que temos aqui tambem tem officiaes de diversas armas não scientificas, sendo um por cada companhia segundo a lei permite.

É verdade, Sr. presidente, que mandei elogiar o major Cunha Mattos, chefe da commissão, e os outros officiaes, porque elles não estiveram empregados em um só serviço, e têm desempenhado satisfactoriamente todos os que lhes foram cometidos. Fizeram uma ponte em Bagé que dá transito da cidade para o hospital militar, obra muito necessaria; construíram a parte da linha telegraphica que o corpo legislativo autorizou, assim de unir parte da fronteira daquelle provincia com a côrte; fizeram um quartel em Sant'Anna do Livramento e concluíram o quartel que se construía em Jaguarão. Uma commissão que assim tem cumprido os seus deveres e tem executado as ordens recebidas, creio que tem o direito de ser elogiada.

O nobre senador ainda fez reparo sobre algumas desavenças entre peças de preta, das quaes resultou derramamento de sangue. Pareceu que S. Ex. quiz assim provar que o exercito estava indisciplinado.

Mas, senhores, não é justo accusar uma corporação, da qual nem todos commetteram crimes, apenas porque um ou dois factos se deram na corte, e tres ou quatro no Rio Grande.

A disciplina, senhores, se mantem castigando os criminosos, e o que o ministro da guerra tem recommendado é isto mesmo. Os conselhos de guerra ou qualquer outro processo não se fazem tão depressa, como se suppõe, porque ha muitas circumstancias a que se deve attender no interesse da justiça e a bom da defesa dos réos. Certo é que logo que as partes chegam ao ministerio da guerra, expedem-se as ordens para se cumprir o que a lei manda, contra os que têm commettido delictos. Mas de factos isolados não se pode criminalizar o exercito, que é obediente, que costuma cumprir com o seu dever. A desordem, que houve na Uruguayana, da qual o nobre senador deve ter noticia, occorreu no tempo do ministerio passado. Quando tomei conta sabia do que se tinha passado em Uruguayana, e tomei a providencia de mandar para ali um chefe, cuja capacidade pudesse habilitar-o a manter a disciplina naquella guarnição, que chamava especial attenção por estar na fronteira. O que havia eu de fazer de mais? Não admira que houvesse um conflicto entre soldados de policia e praças do exercito; sempre casos dessa natureza se têm dado.

O nobre senador fallou de uma desordem succedida em Pernambuco em uma estação do caminho de ferro, provocada por um destacamento que vinha dos Palmares.

Muitas vezes tenho tido a prova disso, as insubordinações provêm de se maltratar praças sem motivo, desancalando-se os direitos que a cada um compete. Nem todostêm a mesma indole, a mesma paciencia. Meia dúzia de soldados recolhiam-se em companhia de outros com suas familias. Tendo de embarcar no caminho de ferro recusou-se dar passagem as suas mulheres. Isto foi uma imprudencia, deu causa á opposição dos soldados, de que resultou a desordem. Alguns fugiram, outros foram presos. Sem embargo, fez-se o processo, e todos os que commetteram esse crime foram processados.

O meu nobre collega achou que havia divergencia entre o meu relatório, na parte em que tratou da fixação da força, e o relatório do nobre ministro da fazenda.

Senhores, não parece que existe essa desarmonia. O ministro da guerra cumpre o seu dever dizendo a força de que precisa para o serviço do paiz, e o ministro da fazenda diz a esta camara si tem dinheiro para pagar e a quantos; porque o que disse o ministro da fazenda, segundo ouvi ler aqui, é que convinha reduzir-se a força ao numero indispensavel, visto que não podemos pagar maior numero.

Meu nobre collega fez tambem reparo sobre o destacamento que o ministro da guerra determinou que houvesse na cidade de Pelotas. Aquella cidade é bastante importante, tem relações francas para toda a campanha, e a seu respeito teve sempre o governo muita cautela pela massa de escravos que alli existe e pela facil communicação que ha com o paiz vizinho; entretanto a guarnição era feita pela força de Jaguarão, o que não satisfazia. Além disto, nas ultimas eleições houve alli desordens com deramamento de sangue; e, desde que o batalhão do Rio Grande recebeu a força precisa para seu estado completo, convinha dar guarnição á cidade, que della precisava. Eis a razão por que mandei para

Pelotas um destacamento, que ainda julgo necessario.

Censurou tambem o nobre senador ao ministro da guerra por ter retirado de Porto Alegre o tenente-coronel Domingos Alves Barreto Leite, Sr. presidente, eu não mandei retirar esse official por outro motivo que não fosse o desta carta que elle me havia escripto e que eu desejei que o Sr. presidente mande ler. O *Jornal* disse que eu passaria por ter fallado a verdade, si não apresentasse esta carta. (*Vai a minha carta.*) É um official distincto, meu amigo, posto que de diverso credo politico. Mandei-o vir á corte, porque elle me pediu isto por causa de intrigas que alli soffria e cuja injustiça elle desejava que eu soubesse; e, quando mais tarde pediu-me para ir, eu o mandei regressar.

O Sr. presidente está lendo a carta? É preciso que V. Ex. a mande ler, assim do que o senado tenha conhecimento.

O Sr. PRESIDENTE:—Para o senado ter conhecimento da carta, é preciso que V. Ex. a leia. (*A carta volta ás mãos do orador, que a entrega ao Sr. Cordeiro.*)

O Sr. MARQUEZ DE HERVAL (*ministro da guerra*):—Meu nobre collega fez ainda reviver a promoção do coronel Falcão da Frota, sobre a qual repetizei o que já disse. A lei de promoções não manda descontar aos officiaes as licenças para tratamento de saúde, o intersticio ou direito de antiguidade; e por isso esse official, sendo promovido ao posto de tenente-coronel com outros maiores, por decreto de 22 de Junho de 1875, tinha por conseguinte em 7 de Dezembro de 1878, data em que foi promovido ao posto de coronel, tres annos e cinco e meio mezes de intersticio ou antiguidade naquello posto, isto é, mais do que a lei exige, antiguidade que era a mesma entre todos os tenentes-coroneis.

A licença que este official obteve para tratar de sua saúde não completou um anno; e, ainda que completasse um anno, a lei diz que só se desconta a antiguidade dos officiaes, quando tenham passado o tempo cumprindo sentença, ou em serviço estranho á sua profissão ou com licença registrada. Esse official não se achava em nenhum destes casos, logo não podia perder o intersticio.

E o que com elle se passou tem-se passado com outros. Na ordem do dia n. 490 de 23 de Dezembro de 1863 se achap seguinte: «Tendo subido á augusta presença de Sua Magestade o Imperador o requerimento em que o tenente do esquadrão de cavallaria da provincia da Bahia Manoel José Dias, pediu que se lhe não descontasse para os effectos determinados no decreto n. 1638 de 19 de Setembro de 1855, a licença que obteve em 4 de Maio de 1861, e foi prorogada em 14 de Novembro do dito anno, o mesmo Augusto Senhor, por sua Immediata e Imperial resolução de 22 de Novembro findo, tomada sobre consulta do conselho de guerra, pramo militar, houve por bem mandar declarar que as licenças concedidas por motivo de molestia, em virtude de inspecção de saúde, e na fórma do parecer da respectiva junta, não estão comprehendidas nas disposições do supracitado decreto, a qual determina que o tempo passado em licenças não entrem em computação para diversos effectos.»

Ordem do dia n. 490, que se achia publicada e que vou ler (le):

S. Ex. o Sr. conselheiro ministro e secretario de Estado dos negocios da guerra .. (nota-se que é

mal moderno do que o decreto com que se tem argumentado) manda publicar as disposições e occorrenças abaixo transcriptas, atina de que cheguem ao conhecimento do exercito e tenham a devida execução.

Tendo subido á augusta presença de Sua Magestade o Imperador o requerimento em que o tenente do esquadrão de cavallaria da provincia da Italia Manoel José Dias, pediu que se não descontasse para os effeitos determinadnos no decreto n. 1638 de 19 de Setembro de 1853, a licença que obteve em 4 de Maio de 1861 e foi prorogada em 15 de Novembro do dito anno, o mesmo Augusto senhor, por sua immediata e imperial resolução de 22 de Novembro findo, tomada sobre consulta do conselho supremo militar, houve por bem mandar declarar que as licenças concedidas por motivo de molestia, em virtude de inspecção de saúde, e na fórma do parecer da respectiva junta, não estão comprehendidas nas disposições do supracitado decreto, o qual determina que o tempo passado em licenças não entram em computação para diversos effeitos.

Sr. presidente sentindo-me fatigado ponho termo ao meu discurso. (*Muito bem; muito bem.*)

**O Sr. Barão de Cotegipe:** — Sr. presidente, vou fazer algumas reflexões sobre a administração da guerra e rogo instantemente ao illustre marechal, que as não tenha em conta de censuras. Todos nós nos interessamos igualmente pela sorte do nosso exercito e, pois, ainda que paisano, as idéas, que eu possa enunciar em beneficio d'elle, não deverão ser *in limine* desprezadas pelo nobre marechal, e sim examinadas para que dellas se colha o proveito possível.

Sr. presidente, não posso deixar de sentir nesta occasião a ausencia de um nosso distincto general, uma das nossas glorias militares, e bastava a consideração que sempre lhe manifestei e o respeito que lhe tributo, para não dirigir ao seu emulo em glorias palavras que pudessem ser desagradáveis, tanto mais quanto o illustre general, a quem me refiro, sempre fez do nobre Marquez o mais alto conceito e foi um daquelles que mais occasiões lhe proporcionou para adquirir a gloria de que goza entre nós.

Sr. presidente, estou em completo accordo com o illustre general, de que mais vale um exercito pequeno e bem disciplinado, do que um grande exercito sem a devida instrução...

**O Sr. PARANAGUÁ:** — Apolado.

**O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:** — ... e folgo de ver que S. Ex., pondo de parte uma tentativa tantas vezes manifestada no senado pela opposição liberal, de reduzir a força do exercito ao menos que era possível, em contrario lastimasse que as nossas circumstancias financeiras não possam permittir que o exercito tenha um augmento conveniente para nossa defesa externa, e para nossa segurança interna.

Eu, portanto, podia, seguindo o principio adoptado pelos meus illustres adversarios ater-me ás 12 mil praças que elles julgavam sufficientes para a guarnição do Imperio; mas não faço, Sr. marechal, opposição systematica: voto pelas 15 mil praças, e si V. Ex. julgar que pôde pagar ainda maior numero estou prompto a dar-lhe o meu voto...

**O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (ministro da guerra):** — Muito obrigado.

**O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:** — ... porque em primeiro logar a boa marcha dos negocios e a nossa segurança.

Si por acaso devessemos só ter em vista a economia dos dinheiros publicos, eu diria que acabassemos com o exercito, e reduzissemos a força publica á mera força de policia; e, quando viessem as emergencias que apparecem muitas vezes inesperadamente entre as nações, armaríamos a população, como pôde fazer uma tribo, ou pequenas nações que não podem ter força armada. Mas si fazemos sacrificios por tantos annos, si mantemos escolas, si damos premios aos militares, mesmo em tempo de paz, senhores, isto não pôde ser justificado senão pela razão de conservarmos sempre uma força prompta e instruída para o caso de necessidade de defesa externa.

O exercito, portanto, ainda que pequeno, deve ser muito bem disciplinado, porque pequeno e indisciplinado, melhor é não o ter (*apolado*).

Os nossos quadros, uma das cousas mais necessárias para que o exercito se possa augmentar em caso de necessidade, além de instruídos, não devem ser nem insufficientes nem excessivos. Pergunto ao nobre marechal: Acha que os quadros do exercito são sufficientes para a força que nós podemos addir ao exercito activo em caso de necessidade?

Vejo no relatório que entre as medidas que S. Ex. apresenta para o melhoramento do nosso exercito se comprehende a extincção de certos postos; mas limita-se S. Ex. a lembrar a do posto de tenente-coronel e a de alguns postos inferiores. Promettimos um projecto neste sentido. Deveremos talvez aguardar o projecto de S. Ex. para poder-o analysar devidamente.

Mas eu não venho aqui fazer uma prelecção; seria da minha parte uma pretensão exagerada, o mesmo um charlatanismo si quizesse fallar de negocios militares perante o illustre marechal....

**O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (ministro da guerra):** — Não, senhor, V. Ex. tem muita proficiencia para tratar de todos os negocios.

**O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:** — ... mas pela leitura que todos nós somos obrigados a fazer para podermos dar um voto consciencioso neste e em outros assumptos que são sujeitos ao nosso conhecimento, parece-me que o quadro dos nossos officiaes generaes, e mesmo o de algumas classes do nosso exercito, é exagerado.

Pela força que mantemos parece que temos numero superior de officiaes nas diversas classes; portanto, seria bom que nesse projecto, que nos annuncia o illustre marechal, suas vistas se dirigissem para os postos de generaes, e a examinar tambem si os quadros, tanto do estado-maior de 1.ª e 2.ª classe, como de engenharia, podiam ser diminuidos, á semelhança do que se propõe para a marinha, cujos quadros tambem devem ser proporcionados á força respectiva.

É preciso que o exercito não se estramalhe por esses pequenos deslocamentos, cuja missão é tão reprovada pelo illustre marechal. Diz elle que não ha remedio; conheço que não ha remedio, em circumstancias dadas, senão separar dos corpos pequenas fracções de força; mas isto é origem de indisciplina do exercito; é impossivel mesmo que os corpos assim desfalcados possam fazer os exercicios precisos para adquirir a pratica das armas; e si elles não podem fazer o exercicio de batalhão, muito menos poderão fazer o de brigada e de di-



visão; e então, quando for necessário, não teremos exército capaz de apresentar-se em campanha.

Esta grande necessidade exige que o illustre marechal, com o prestigio que goza no ministerio e no exército, se opponha absolutamente a esses destacamentos de policia; antes se gaste alguma coisa mais, auxiliando as forças de policia nas provincias, mas tire-se ao exército semelhante missão.

A quantia de 600 ou 800 ou mesmo 1.000:000\$ que se gaste nesse intuito, ha de ser compensada no futuro; é despesa que virá a produzir economia enorme no futuro.

Mas, continuando as cousas como vão, quando for preciso acudir á defesa do paiz, ter-se-ha de gastar muito mais, como succedeu na guerra do Paraguay; hão de fazer-se esforços sobrehumanos, sem olhar a despesa, e talvez, gastando-se mais tempo do que si houvesse um exército pequeno, mas devidamente preparado, instruido, e armado com o armamento mais aperfeiçoado.

E porque não fizestes isto tambem? É um dos argumentos que nos apresentam em contestação. Senhores, é para que o mal não cresça que é preciso pôr-lhe termo, que é facil agora.

O ministerio actual não tem emendado tantos erros das administrações passadas? Tem; muitos desses erros são suppostos, como hei de mostrar; mas este, confesso que é um erro de todas as administrações; e então emende-se.

O SR. LEITÃO DA CUNHA:—Não foi porque não se dissesse sempre.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:—Todos somos culpados; era uma necessidade, não culpo a ninguém, reprovoo o systema.

Hesitei em pedir a palavra, porque imprudentemente disse em uma occasião, quando S. Ex. fallava, que havíamos de ajustar contas, mas depois, reflectindo melhor, vi que S. Ex. era o menos culpado. Cada vez fico assim mais convencido de que devemos fallar muito pouco e reflectir muito, no inverso do que succede a alguns que fallam muito e reflectem muito pouco.

O SR. BARNOS BARRETO:—Vai a quem toca.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:—Eu estava com a idéa de accusar o illustre marechal de ter-se prestado a combinações eleitoraes com esses destacamentos; absolvo-o; mas fique S. Ex. certo de que muitos dos destacamentos não tiveram outro fim sinão intervir nas eleições.... Não culpo o governo geral.... (*dirigindo-se ao honrado presidente do conselho*). Não me encare o meu nobre amigo como si eu lhe estivesse a fazer censura; não, de suas boas intenções estou certo....

O SR. CANSANÇÃO DE SINIMM (presidente do conselho):—Muito obrigado; conheço sua bondade para commigo.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:—Porém os presidentes de provincia entendem que se deshonram, perdendo uma eleição; e então, para me exprimir em phrase um pouco familiar, doitam as mangulinhas de fora, o a pretexto de prender criminosos, perseguir assassinos, manter a ordem publica, cercam as igrejas, e os soldados applicados a este mister aprendem a não respeitar seus concidadãos, a praticar actos de força, e por consequencia de indisciplina. Não é pois de admirar que elles tambem

se levantem contra seus superiores, e pratiquem actos daquelles que o nobre marechal viu citados pelo meu nobre collega.

O SR. CRUZ MACHADO:—Em alguns lugares serviram de capangas eleitoraes e receberam dinheiro como premio.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:—Muitas vezes o governo geral é illudido por tal forma, que difficilmente pôde descobrir-se a verdadeira causa de certos factos. Citarei um que, si é exacto (não allanço), mostra que o honrado marechal foi victima de uma surpresa.

Alguns persuadidos de que o governo geral autorizava, ou ao menos tolerava em nome de liberdade, suppuzeram-se livres para praticarem actos, aliás reprovados, mal que tambem inoculou-se em alguns officiaes do exército.

Em uma representação, que se deu em uma das cidades da provincia do Rio Grande do Sul, appareceu, como era natural, um dos actores com barrete-phrygio, symbolo da liberdade adquirida, que havia sido perdida na administração passada, e isto induziu um official a dar vivas á republica, e a praticar outros excessos de linguagem, improprios de qualquer cidadão, quanto mais de um militar que trajava a farda do exército.

O commandante prendeu o official em flagrante, mas o que aconteceu? O commandante foi depois sujeito a conselho de guerra, a pretexto de empregar praças em seu serviço; foi mudado de corpo para outra provincia, com gravame de seus pequenos haveres, porque sabe-se que um militar em geral é pobre; e o official foi solto, nada soffrendo.

Deste modo não se tem, não se pôde ter exército disciplinado.

Estou intimamente convencido de que o illustre marechal ignora o facto, si acaso é verdadeiro, mas de que sou informado por pessoas que têm razão de o saber, e mesmo vi alguma carta que a elle se referia. Não cito nomes porque sou avesso a citações, mas indague V. Ex. do facto e, si for exacto, não peço, mas espero que sem a menor prevenção fará reparar a injustiça, fazendo responsabilizar aquelles que foram causa de V. Ex. praticar um acto que me parece injusto.

O SR. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):—Não tem ligação alguma com o que se passou a respeito dos commandantes de batalhões.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:—Senhores, não venho censurar o governo por mudar os officiaes de uns para outros corpos; o governo está no seu direito, elle pôde melhor apreciar as conveniencias dessas mudanças; mas, o que eu tenho direito a pedir, como representante da nação, é que a politica não entre no exército, é que não sejam nomeados officiaes porque pertencem a este ou aquelle partido, o não sejam promovidos, porque pertencem a este ou aquelle lado; todos devem merecer o mesmo apreço, pela sua lealdade, pelos seus serviços e pelo seu patriotismo. Si assim não acontecer, si acaso os officiaes virem que sua sorte depende daquelles que pertencem ao mesmo partido; então triste será a sorte de nosso exército; então teremos os pronunciamentos da Hespanha e então os officiaes procurarão ter tres e quatro postos de accesso, segundo as revoluções que fizerem: é isso que não quero (*apoiados*).

Até agora não tem sido esta a tendencia do governo, e espero que assim continue. Esta re-

flexão, traz a pella a promoção a que se referiu e que justificou o illustre marechal, censurada,—não; não é censura,—nós não desejamos censurar o em coisa nenhuma,—mas, notada pelo nosso collega pelo Paraná.

Eu não entro nos pormenores da legislação que regula a materia, mas devo dizer que, no exame que fiz della, cheguei á convicção, apesar do que acabou de dizer o nobre marechal, de que a promoção foi illegal.

O Sr. CRUZ MACHADO:—Tambem examinei a materia, e estou convencido disto.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Não entro no desenvolvimento do assumpto, porque seria preciso ler artigo por artigo, combinar e interpretar, a hora urge e eu não quero demorar-me muito.

Apesar do meu protesto, sem querer advogar a causa de official algum, porque até da classe de que vou tratar nenhum conheço, direi que me pareceu não ter o illustre marechal attendido ás regras da justiça, deixando-se talvez levar mais pelo coração que pela cabeça, quando á par da promoção do seu official do gabinete, teve a outro official que supponho servir tambem no gabinete, o major Mallet.

Declaro que nada tenho com esse official; pelo contrario, as informações a seu respeito são as melhores, mas dá-se uma circumstancia que para V. Ex. conhecer a minha imparcialidade, importa censura ao ministerio conservador. O major Mallet, hoje tenente-coronel, era official de estado maior de artilharia, si me não engano, porque ainda hoje examinei o almanak militar e achei isto...

O Sr. BARÃO DE MUNITICA dá um aparte.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Elle era de artilharia o major graduado. A lei é de 1875. Essa lei, que permittiu a transferencia de uns para outros corpos, dispõe que não pôde haver passagem sinão até o posto de capitão, e seria então o official considerado o mais moderno da classe.

O Sr. JUNQUEIRA:—O major graduado é capitão.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Si elle era graduado, como havia de classificar-se capitão?

O Sr. JUNQUEIRA dá um aparte.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Foi por isso classificado como o mais antigo capitão, chefe de classe. Promovido á effectividade, foi tomar sua antiguidade acima dos outros maiores, e foi ultimamente promovido a tenente-coronel, por merecimento.

Comparando os serviços de diversos maiores com o daquello de quem se trata, não posso ser juiz da preferencia; creio que o nobre marechal teria feito o que era justo; mas vê-se que o Sr. Mallet introduziu-se no estado-maior de 1.ª classe, e veio afinal preterir aquelles que eram mais antigos do que elle na classe respectiva.

O Sr. CRUZ MACHADO:—Contra o sentido da lei.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (ministro da guerra):—Eu hei de provar o contrario disto.

O Sr. CRUZ MACHADO:—A transferencia, sem ser no sentido da lei, não é de V. Ex., já vem de detrás.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (ministro da guerra):—Ha o decreto de 1807, que ainda está em vigor, que determina que o official graduado conte sua

antiguidade pela graduação de seu posto: isso é uma coisa que está mais velha do que o general, e ainda ninguém o pôz em duvida, sinão por teima.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Para que ha de V. Ex. responder-me assim, quando eu o estou tratando com tanta delicadeza? Para que me ha de fazer V. Ex. perder o meu sangue frio?

(Trocam-se apartes.)

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Quando tratei desta promoção não desconheci o alvará; não disse que aquelle official não devia occupar logar que lhe compella por antiguidade; o que disse, e é este o ponto, foi que, como elle tinha vindo preterir officiaes que eram mais antigos na classe respectiva, era de justiça que nesta promoção não fosse preferido á outros, embora fosse mais antigo pela graduação anterior.

Só exigi do illustre marechal equidade para outros.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU' (presidente do conselho):—Era uma reparação.

O Sr. CRUZ MACHADO:—O primeiro acto foi illegal.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (ministro da guerra):—Qual é o primeiro acto?

O Sr. CRUZ MACHADO:—E' a promoção do Sr. coronel Frota. Si V. Ex. quer eu amanhã subo á tribuna e provo-o com a lei.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Tratando do pessoal sou obrigado a chamar a attenção do nobre ministro da guerra sobre um ponto do seu relatório. Quando S. Ex. falla do exercito, á paginas 10, dá parte ao corpo legislativo de que mandára mudar para a provincia do Paraná o 2.º corpo de cavallaria de Goyaz, e assim se exprime:

« Por aviso de 3 de Junho deste anno determinei que seguisse para a provincia do Paraná o casco do 2.º corpo de cavallaria de Goyaz, e reorganizado naquella provincia, fizesse o dito corpo alli provisoriamente o seu ponto de partida. E' conveniente que esta medida se torne definitiva, e que neste sentido autorizeis o governo a providenciar: a falta de elemento de locomoção, o cavallo, na segunda daquellas provincias, e ainda mais a circumstancia de ser a provincia do Paraná fronteira da Confederação Argentina aconselham a realização da transferencia de que trato. »

Estou de accordo com o nobre ministro quanto á primeira parte do aviso.

O Sr. CRUZ MACHADO:—Menos quanto á falta de cavallos em Goyaz.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Estou de accordo quanto á conveniencia de que o corpo de cavallaria de Goyaz estacione antes no Paraná do que em Goyaz, opinião esta que pouco vale, porque outros poderão pensar que é preferivel estacionar em Goyaz do que no Paraná.

Mas escapou ao nobre ministro a ultima parte do periodo, a circumstancia de que é a provincia do Paraná por ser fronteira á Confederação Argentina que aconselha a transferencia.

Sr. presidente, entendo que não ha motivo para que possamos temer qualquer aggressão da parte daquelle Estado.

Eu teria aconselhado ao nobre ministro da guerra, si tivesse sido ouvido a este respeito, que eliminasse esta parte do seu relatório.



O SR. CANSANÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*):—Permitto um aparte?

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:—Pois não.

O SR. CANSANÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*):— Nós sabemos que não ha motivos para temor aggressão, mas existem alguns individuos que estão se apossando dos nossos terrenos, e estas medidas são para mantermos a posse.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:— Eu já disse que estava de accordo com a 1.<sup>a</sup> parte do periodo que li, mas o que não desejára é a razão dada, quer seja verdadeira, quer possa ser. Um governo prudente, que pretende acatellar-se, não avisa os outros de seus intuitos.

E' este o meu reparo, especialmente tratando-se daquelles vizinhos, que sempre nos têm em tão má fé que qualquer expressão basta para lhes provocar as iras.

Diz mais adiante o nobre ministro em seu relatório:

« Outra medida, tambem reclamada pela conveniencia do serviço, é a continuação do 3.<sup>o</sup> regimento de artilharia a cavallo na villa de Corumbá, provincia de Matto Grosso: este corpo, conforme está estabelecido por lei, deve ter o seu quartel ou ponto de parada na provincia de S. Paulo, ou na do Paraná; mas, attenta a circumstancia de que na referida provincia de Matto Grosso existe apenas um batalhão de artilharia, o que não é sufficiente para guarnecer as fortificações de sua fronteira, e bem assim que de tal medida resulta economia, pois que o dito regimento prestará serviços de artilharia de posição, dispensando a despesa com animaes, me parece justificada uma deliberação naquelle sentido. »

Eu, servindo-me das razões do nobre ministro, tirava consequencia contraria, diria: não parece justificada uma deliberação naquelle sentido.

Pois, si o nobre ministro tira um corpo de cavallaria de Goyaz, o colloca no Paraná, por ser uma provincia fronteira da Confederação Argentina, como quer transformar em artilheiros a pé os artilheiros a cavallo, que devem estar guarnecendo uma provincia fronteira, e que têm os meios de locomoção a cavallo?

Parecia-me que o nobre ministro, ou devia reorganizar o corpo de artilharia, creando talvez um para Matto Grosso, ou mandar que a artilharia montada viesse estacionar no Rio Grande do Sul, onde é mais conveniente a existencia destes corpos.

Convido, pois, S. Ex. a reflectir sobre a conveniencia da continuação do 3.<sup>o</sup> corpo de artilharia em Matto Grosso, e espero que S. Ex. se convencerá, não da conveniencia da continuação d'elle alli, mas da mudança para o logar de sua parada, ou para a provincia do Rio Grande. Com as providencias que S. Ex. tem tomado para a conservação da cavallada no Rio Grande do Sul, isto lho será mais facil.

S. Ex. nos dá tambem conta do estado das invernações, onde, na sua opinião, fez consideraveis economias. Emprego a palavra *consideraveis*, porque é a primeira do que se serve o nobre ministro tratando desta materia.

O nobre ministro é digno de elogios por ter, a par de economias, melhor regulado esse serviço, tão importante para a mobilidade do exercito nos campos do sul, onde a arma de cavallaria é a principal. Mas doe-me um pouco vêr que S. Ex.

achou essa economia para fazer, naturalmente porque a administração passada havia sido um tanto perdularia mandando arrendar esses campos.

O SR. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):—Mas eu não tratei da administração passada.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:— Meu caro collega, V. Ex. bem sabe que muitos caminhos levam a Roma. V. Ex., com toda a delicadeza, disse o que apontei; mas eu vou mostrar que o nobre ministro não fez economias. E' uma doce illusão em que está S. Ex.; vou prova-lo com as informações que tenho, colhidas do proprio relatório de S. Ex.

A despesa orçada era de 110:000\$000, e a quantia despendida foi de 87:000\$000. Mas, segundo uma informação aqui publicada nos jornaes, e transcripta das folhas do Rio Grande, a cavallada que S. Ex. mandou mudar dos campos arrendados para o rincão de Saycan havia soffrido tal mortandade, que as praças que alli estavam de guarriões eram insufficientes para tirar a pelle dos animaes mortos. De sorte que, em vez da economia de 87:000\$000, houve um prejuizo, que talvez exceda a 200:000\$000, além do que resulta da perda das crinas e pelles dos animaes, que poderiam servir para qualquer outro mister do ministerio da guerra (*riso*).

Todavia, (attenda o senado) disse ainda S. Ex.:

« Deste modo são aproveitados os campos da nação para invernação das cavalladas, e obtem-se consideravel economia, porquanto cessa o dispendio proveniente do arrendamento das tres referidas invernações. »

Sorprende-me, Sr. presidente, que o illustre marechal Duque de Caxias, que conheço o Rio Grande tanto como o nobre Marquez do Herval, tivesse cahido em tal erro. Mas logo me alegrei quando li o seguinte:

« Procura o governo reaver tambem duas leguas de campo no rincão Itaroquem, que estão em poder de particulares, para alli invernaem as cavalladas dos corpos de cavallaria e serviço na de Missões. »

Veja o senado o que iri' por ali tendo-se de comprar, como pretende o governo, duas leguas de campo.

O SR. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):— Comprar não, reaver.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:— Bem, reaver; mas dando indemnizações.

O SR. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):— Não, senhor.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:— Reaver como?

O SR. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):— Mandando embora quem lá está.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:— Estes cavallos não comerão no tal pasto sinão com muito sabor de cobre. Ha de o governo reaver os campos tarde ou nunca, ou mediante transacção, em que despendirá grandes quantias.

Vejam os a continuação da economias.

« Com o fim de evitar, disse S. Ex., a fuga de animaes mandou-se construir no rincão de Saycan uma cerca de fio de arame. »

Nós todos que somos camponezes sabemos que para conter animaes é preciso ter uma cerca. Mas emquanto está orçado o fio de arame para essa cerca? Que circumferencia tem o rincão de Saycan?

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):— Posso mostrar um telegramma do chefe encarregado desse serviço, que diz que a cêrca poderá custar de 13 a 14 contos.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:— Dobre V. Ex. a parada, e não será muito. Portanto, lá vai esta verba prejudicar também as economias.

Disse ainda o nobre ministro:

• Determinai também que os comandantes de corpos de cavallaria arrendassem nas immedições de seus acampamentos meia legua de campo, mais ou menos, para servir de pastagem aos cavallos pertencentes aos respectivos corpos, e bem assim um pequeno poleiro junto aos quartela com capacidade para 20 ou 30 cavallos destinados ao serviço diario e de promptidão.

De sorte que, além das despesas que se fazem, vão se arrendar tantas meias leguas de terra quantos são os corpos de cavallaria que estacionam no Rio Grande do Sul. A quanto se elevarão tuos arrendamentos?

A conclusão é que foi uma sonhada economia. Si acaso os cavallos tinham boas pastagens nos campos arrendados, e si mudados para o rincão de Saycan morreram em tamanho numero, além de ocasionarem tantas despesas, resulta que o dispendio actualmente excede ao que se fazia antes.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):— D'antes também se arrendavam estes campos, porque os corpos que estão na fronteira não têm os cavallos em argolas.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:— Eu insisto principalmente sobre o ponto das economias, porque o nobre ministro, ainda que com alguma modestia, mais do que alguns dos seus collegas, julgou tão importante mencioná-las que juntou um mappa, do qual se prova que S. Ex. diminuiu no ministerio da guerra mil e tantos contos. Eu não me prevaleço da falta que se deu nas tabellas do relatório para dizer que a economia foi a supressão total das despesas com o ministerio da guerra; não, foi um engano: esperemos por essas tabellas para, comparando-as com as despesas anteriores, deduzir a maior ou menor economia que porventura se tenha feito.

Entre as apontadas vê-se que a supressão da comissão de melhoramentos, por exemplo, produziu a economia de 600\$....

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):— Só?

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE (*depois de examinar o relatório*):— Aqui se diz 600\$ mensaes, logo são 7:200\$000.

Ora, senhores, pela economia de 7:200\$ annuaes não valia a pena que o nobre ministro houvesse extinguido essa comissão, que em todos os paizes do mundo é permanente e importantissima.

Será mister que nós renunciemos a fazer por nós mesmos qualquer invenção ou melhoramento para abrímos mão desses estudos.

O Sr. CORREIA:— Mais essa razão.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:— Os directores dos arsenaes de guerra e os officiaes das armas scientificas applicam-se a estes estudos para terem delles um conhecimento mais ou menos perfeito, e alguns ha que, quando não têm necessidade de fazel-os, não os fazem. Mas uma comissão de

generaes ou de pessoas as mais entendidas nos diversos ramos da sciencia militar, que recebe e estuda diariamente os aperfeiçoamentos e as invenções, é uma cousa indispensavel para o progresso da boa organização de um exercito.

E o nobre ministro mesmo justilicou a necessidade desta comissão, fazendo os elogios que lhe fez e dizendo que até nas peças Krupp havia ella introduzido melhoramento que tornava esse armamento de guerra muito mais adaptavel ás nossas circumstancias. Ora, si fôssemos a adoptar sómente aquillo que vem do estrangeiro, sem procurarmos examinar si tem applicação entre nós, já vê V. Ex. que esse melhoramento importantissimo, porque a artilharia representa um dos principaes papéis no exercito, não se teria feito.

Diminuir umas tantas libras (ainda uso dos termos antigos, porque não posso habituar-me aos novos) no peso de uma carga, é um melhoramento de grande importancia. Nós outros não costumamos fazer esta reflexão; mas, pelo pouco que tenho lido da historia militar de outros paizes, noto que até os arreios feitos de tal ou tal modo muitas vezes decidem de uma acção; porque si se arrebeitar a peça não pôde chegar a tempo; e o mesmo succede, si o peso é maior do que aquelle que o animal pôde supportar; tudo isto tem influencia na mobilidade da força para poder atacar ou defender-se.

Portanto essa comissão tem o nobre ministro de restabelece-la, si não tão numerosa, ao menos mais proporcionada aos nossos meios financeiros. Tem-se de estudar praticamente, e lembro-me de que mesmo na guerra do Paraguay os arreios que vieram da Europa, como sendo alli os mais aperfeiçoados, foram substituidos por outros fabricados pelos nossos operarios.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):— E não foi preciso comissão de melhoramentos; lá mesmo no exercito se fez isso.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:— Não digo que foi preciso comissão de melhoramentos.

O Sr. CRUZ MACHADO:— Era objecto de conhecimento local.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:— A comissão serve para estudar na paz o que se deve applicar na guerra; concentra estes estudos.

Tambem nos arsenaes apresenta o nobre ministro uma economia, que é a mais avultada; mas, senhores, dous pontos é mister que fixemos nesta questão de economias: 1.ª em virtude de que disposições se fizeram essas economias? Estas disposições estão na lei do orçamento, a lei do orçamento foi dada pelo partido conservador, e portanto, si dessas economias resulta alguma gloria, grande parte compete a nós outros que habilitamos o nobre ministro para realizal-as sem saltar por cima das leis.

Outra circumstancia a attender é que o algomismo não significa economia real (*apoiado*); lembre-se o nobre ministro que ha de pagar a mão d'obra nos generos que comprar para os arsenaes. A economia no pessoal ha de ser representada nos objectos que entrarem feitos; não ha pois economia nos termos que o nobre ministro diz; e pelo balanço de sua administração se ha de conhecer que taes economias não se realizaram.

E quer vêr o senado como o nobre ministro mesmo confessa que não ha lá essas economias, o que, si

não se tomar muita cautela, os desperdícios hão de continuar, como dizem que d'antes se davam? Vou provar-o, não com informações particulares, mas com actos officiaes.

E' o *Diario* do governo a fonte mais preciosa para se beberem informações sobre a marcha politica e administrativa do ministerio actual. Os meus collegas não desprezem; leiam todo o expediente.

Na folha official de 27 de Junho do anno passado vejo um aviso expedido ao presidente do Rio Grande do Sul pelo ministerio da guerra declarando o seguinte: « que existindo na intendencia da guerra quantidade de bonets em bom estado, o que dispensa promptificação deste artigo no arsenal de guerra de Porto Alegre, deve a mencionada intendencia mandar organizar e transmitir a secretaria do Estado dos negocios da guerra o pedido de bonets que forem necessarios, no caso de que o dito arsenal já os não tenha promptos. »

Existiam bonets em quantidade sufficiente, e segundo informações que depois deu a mesma folha official eram nove mil ou mais. Ora, isto se dizia no dia 27 de Junho, e no dia 1.º de Julho transforma-se no seguinte pedido publicado na mesma folha official:

« Aviso à intendencia da guerra, declarando, em resposta ao seu officio n. 110 de 26 de mez proximo passado, que fica autorizada a contratar com Almeida Irmãos o fornecimento de 15.000 bonets de feltro envernizados, ao preço de 3,5380 cada um, prevenindo-se de que os ditos bonets devem entrar para a referida intendencia à medida que forem necessarios, e que a sua duração é de um anno, regulando a mesma tabella que marcou para aos antigos que elles substituirem. »

Pois bem, em 4 dias aquillo que havia de mais apparece de menos! Ora, que quer isto dizer?

O Sr. DANNOS BARRETO:—Almeidas e mais Almeidas.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Na mesma folha apparece outro aviso dirigido à typographia nacional dizendo « que fica approvada a encomenda que ella fez aos negociantes Almeida & Irmãos de varios objectos precisos à officina de fundição da referida typographia. »

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA dá um aparte.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Ora, meu collega, estes Almeidas não são aquelles por quem o Tejo chora, são os Almeidas do Cahy, são aquelles que contribuem para as glorias do nobre ministro da fazenda, aquelles que, segundo os seus principios, elle deve preferir a outros, porque são seus coadjuvantes, os que o empurram à gloria immortal.

O nobre ministro já vê que não basta todo o seu desejo de economias para que ellas se realizem; é preciso que S. Ex. tome muito cuidado a respeito de supprimentos e encomendas.

O Sr. CRUZ MACHADO:—Apolado.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Não censuro que se dê preferencias; mas, senhores, não accusem aquelles que fizeram cousa semelhante, ou menos do que isto.

Quanto não foi accusado o ministerio passado, porque incumbiu a um negociante de comprar alguns generos na Europa, embora d'ahi resultassem centenaes de contos de economia para o Estado! O que não soffreu o ministro da marinha

por este facto, e o que não soffre ainda pelas insinuações que no rolatorio da marinha se faz a respeito desso assumpto!

Senhores, é preciso que nos convençamos de que não fallamos no deserto e que o caracter nacional não chegou ainda a tal baixura que não se possam repellir as calumnias e as injusticias.

Diz Thiers na sua obra *O Consulado e o Imperio*: « Por males corruptas que sejam as eleições em qualquer paiz, os homens reunidos sempre mostram alguma independencia. »

E' o que está succedendo na camara dos Srs. deputados. Não obstante ser, na phrase do ministerio, feitura delle, estão seus membros mostrando independencia.

Podem artificialmente promover todas as demonstrações que quizerem, a opinião publica, a opinião real, a opinião sensata ha de fazer justiça a todos; a nós e a vós.

Sr. presidente, tenho fallado *ex abundantia cordis*. Si acrescentei mais algumas phrases foi para preencher a hora, para que o meu collega não tivesse em tão más circumstancias de tomar a palavra.

Pego desculpa ao nobre ministro si em algum ponto possa ter-o mortificado, o que não creio, e ao senado por ter-me occupado de materia estranha à minha profissão, e em hora em que elle costuma dar por findos os seus trabalhos. (*Muito bem, muito bem*.)

A discussão ficou adiada pela hora.

## SEGUNDA PARTE DA ORDEM DO DIA.

### LICENÇA A UM EMPREJADO DA SECRETARIA DO SENADO.

Entrou em 2.ª e ultima discussão o parecer da commissão de pensões e ordenados, sobre o requerimento de licença do official da secretaria desta camara Alonzo Carneiro Pestana de Aguiar.

Ficou encerrada por falta de numero para votar-se.

### REPRESENTAÇÃO DA CAMARA DE S. BERNARDO, DO MARANHÃO.

Seguiu-se a discussão do parecer da commissão de constituição sobre uma representação da camara municipal da villa de S. Bernardo, do Maranhão, solicitando para seu municipio augmento do numero de eleitores.

Ficou pelo mesmo motivo encerrada.

Esgotada a materia da ordem do dia, o Sr. presidente deu a seguinte para 3:

#### 1.ª parte (até às 2 1/2 horas).

Votação das materias cuja discussão ficou encerrada.

Continuação da discussão da proposta do poder executivo fixando as forças de terra para o anno financeiro de 1878—1879.

#### 2.ª parte (de 2 1/2 horas ou antes).

2.ª discussão da proposição n. 236 de 1877, da camara dos deputados, approvando a pensão de 60\$000 concedida a D. Thereza Rosa Martins Caldas.

Levantou-se a sessão às 2 horas e 45 minutos da tarde.

## 27.ª Sessão

EM 5 DE FEVEREIRO DE 1879.

PRESIDENCIA DO SR. VISCONDE DE JAGUARY.

SUMMARIO.—Parecer da comissão de constituição requisitando documentos sobre a eleição de senadores por S. Paulo.—Rectificação feita pelo Sr. Ribeiro da Luz.—Discurso e requerimento do Sr. Correia sobre colonisação da provincia do Paraná.—Explicações do Sr. presidente do conselho. Approvação.—Ordem do dia.—Licença a um official da secretaria do senado. Approvação do parecer em ultima discussão.—Parecer da comissão de constituição sobre uma representação da camara municipal de S. Bernardo, n.º Maranhão. Approvação do parecer em ultima discussão.—Fixação das forças de terra para o anno financeiro de 1878—1879. Discursos dos Srs. Junqueira, ministro da guerra e Correia.

A's 11 horas da manhã acharam-se presentes 29 Srs. senadores, a saber: Visconde de Jaguary, Dias de Carvalho, Cruz Machado, Barão de Mamanguape, Luiz Carlos, Junqueira, Barros Barreto, Barão da Laguna, Almeida e Albuquerque, Visconde de Nitherooy, Chichorro, Correia, Visconde de Abaeté, Visconde de Muritiba, Candido Mendes, Leão Veloso, Uchôa Cavalcanti, Diogo Velho, Antão, Jaguaribe, Barão de Pirapama, Vieira da Silva, Visconde do Rio Grande, Ribeiro da Luz, Leitão da Cunha, Diniz, Fausto, Dantas e Cunha e Figueiredo.

Deixaram de comparecer, com causa participada, os Srs. Conde de Baependy, Duque de Caxias, Firmino, João Alfredo, Visconde do Rio Branco, Visconde de Bom Retiro, Saraiva e Godoy.

Deixaram de comparecer, sem causa participada, os Srs. Barão de Marim, Barão de Souza Queiroz, Paula Pessoa, Silveira Lobo, Paes de Mendonça Octaviano e Visconde de Suassuna.

O Sr. 1.º SECRETARIO declarou que não havia expediente.

Tendo comparecido mais os Srs. Nunes Gonçalves, Marquez do Herval, Silveira da Motta, Teixeira Junior, Sinimbu, Paracaguá e Barão de Cotegipe, o Sr. presidente abriu a sessão.

Leu-se a acta da sessão antecedente, e, não havendo quem sobre ella fizesse observações, deu-se por approvada.

O Sr. 2.º SECRETARIO leu o seguinte

*Parecer.*

« A comissão de constituição, para dar parecer sobre as eleições especiaes da provincia de S. Paulo, requer que, pelo ministerio do Imperio, se solicite com urgencia:

« 1.º Cópia da portaria do presidente daquella provincia espaaando o prazo das mesmas eleições.

« 2.º Cópia da portaria do mesmo presidente mandando no principio do anno ultimo reintegrar os juizes de paz das parochias de Nossa Senhora do Rosario, da cidade de Santos, cuja eleição havia sido annullada por acórdão da relação de S. Paulo, e bem assim do aviso do ministerio do Imperio approvando aquella medida.

« 3.º Cópia da portaria do antecessor do referido presidente, ordenando o cumprimento do acórdão, e a factura de novas eleições desses juizes, com o aviso do mesmo ministerio, autorizando a medida.

« 4.º Cópia do acórdão da dita relação sobre o assumpto.

« 5.º Cópia do aviso circular de 19 de Junho de 1878, do ministerio do Imperio, sobre a qualificação que deveria servir para as eleições.

« 6.º Cópia do aviso de 27 de Julho de 1878 do referido ministerio sobre individuos providos pelos juizes de direito e excluidos pelo tribunal da relação.

« Sala das commissões em 4 de Fevereiro de 1879.—Barão de Cotegipe.—Candido Mendes de Almeida.—L. A. Vieira da Silva. »

## RECTIFICAÇÃO.

**O Sr. Ribeiro da Luz:**—Sr. presidente, no discurso do honrado senador pela provincia de Goyaz, que vem publicado no *Diario Official* de hoje, encontro um aparte meu completamente inexacto.

O aparte é o seguinte: « O presidente do conselho naval é o ministro; o vice-presidente actual é o Sr. Visconde de Tamandaré. »

Eu não disse semelhante cousa. O aparte que dei foi nestes termos: « O presidente do conselho naval é o ministro da marinha e o vice-presidente o official mais graduado membro do mesmo conselho. Assim determina a lei.

Foi este o meu aparte e desejo que assim seja rectificado.

## NEGOCIOS DA PROVINCIA DO PARANÁ.

**O Sr. Correia:**—Parece que a mão da fatalidade pésa sobre a provincia do Paraná, que tenho a subida honra de representar nesta casa.

Em uma das passadas sessões tive de pedir a attenção do governo para o desmoronamento que se deu na estrada da Graciosa, a principal da provincia, embaraçando o transitio de carros com grande prejuizo para a industria e o commercio da mesma provincia. Depois de ouvir as palavras do nobre presidente do conselho, instei com S. Ex. para que não deixasse de tomar as providencias immediatamente reclamadas, afim de que não fosse duradouro o lastimavel facto a que me referi.

Com a chegada do vapor do sul recebi outras noticias, que, pela importancia que têm, sou forçado a trazer promptamente ao conhecimento do senado e do governo: refiro-me ao movimento de retirada da provincia que estão realizando muitos dos colonos russo-allemaes, que nella se estabeleceram.

Tratando em seu relatorio destes colonos, o honrado Sr. ministro da agricultura, presidente do conselho, declara « acharem-se estabelecidos nos municipios da Lapa, Palmeira e Ponta Grossa 3.522 colonos russo-allemaes em satisfactorias condições; com casas proprias e plantações, tendo muitos adquirido á sua custa instrumentos aratorios e animaes proprios para o serviço rural e para a reproducção, e todos satisfeitos de sua collocação. »

Entretanto as noticias hontem recebidas dão muitos destes colonos retirando-se do interior da provincia, achando-se já nos municipios do litoral cerca de 600.

No *Jornal do Commercio* de hoje vem transcripto um artigo da folha official da provincia em que o facto é confirmado, fallando-se entretanto em desabono da colonisação russo-allema.

Em outras folhas da provincia que recebi diz-se a este respeito :

*Paranaense* de 16 do mez passado:

« Cerca de 400 russo-allemaes acabam de passar por esta cidade, cobertos de andrajos, e offerecendo á nossa população o espectáculo da mais atroz miseria.

« Voltam esses immigrants das colonias que o presidente da provincia declarou emancipadas, e que figuraram nos artigos laudatorios da folha official como estancias florescentes, e dignas do genio que as arrancou dos areaes.

« Talvez já tivessem esquecido os nossos leitores que bradamos contra as compras de terras safaras, e a todos os respeitos imprestaveis, para proteger-se uma familia poderosa, á custa dos interesses da colonisação, e dos creditos do paiz.

« Realizaram-se as nossas previsões...

« Nunca ouvimos dizer que se pudesse cultivar pedreiras, campos onde não brota a propria vegetação silvestre. Nunca ouvimos dizer que se emancipassem colonias, quando estas não têm casas que abriguem os habitantes, nem terrenos susceptiveis de cultura.

« Entretanto tudo isso se fez...

« Tres mil contos de réis, vejam bem! — tres mil contos de réis, agora setecentos, cujo dispendio foi autorizado ultimamente, sob responsabilidade da presidencia, escoaram-se, já com a compra de campos imprestaveis, já com o luxuoso e inutil pessoal da colonisação, já com os fornecedores que repentinamente enriqueceram. »

O *Eco do Paraná*, que se publica na cidade de Paranaguá, diz em 30 de Janeiro ultimo:

« Chegaram ha 3 ou 4 dias a esta cidade, vindos das colonias Botucuará e Taquary, situadas em Ponta Grossa, cerca de 400 colonos russos, que pretendem seguir para Europa, por intermedio do Rio de Janeiro.

« Neste facto pouco agradável e bastante melindroso, relativamente á tão necessaria colonisação desta provincia, vamos nós colher, com pezar, mais uma prova inconcussa em apoio do que temos escripto neste jornal com referencia a tão magno assumpto.

« Não basta influir por este ou aquelle modo para a vinda de europeus para o Brazil; toda a questão está em conhecer-se os meios de estabelecer e conservar os no paiz, que, mais ou menos, se sacrifica para obter esta gente, e que sobremodo se desmoralisa, vendo-a sair, sem razões plausiveis para se justificar.

« Com effeito, pasma-se diante destes factos inexplicaveis, sendo realmente para sentir que a continua repetição de males de tão tristes effeitos, ainda não despertasse a *therapeutica* governativa, que tão vigilante devia andar em casos taes. »

Vê-se, pois, que acharam-se em Paranaguá 400 colonos russos que, reunidos aos que se acham em Antonina, elevam o numero, segundo consta de communicações particulares, a 600.

Si a indole desses colonos não fosse pacifica, comprehende-se por que sobresaltos não passaria alli a população. Informado do facto, o governo imperial fez seguir no ultimo vapor uma força de linha.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*): — Não é exacto; não foi d'aqui força de linha.

O SR. CORREIA: — O nobre presidente do conselho contesta o facto da ida de um contingente de 50 praças de linha; entretanto observei que assentou-se-me d'alli que no dia 1.º do corrente chegara essa força.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*): — Em que navio iria essa força; só se foi pelo telegrapho, pelo ar.

O SR. CORREIA: — Tivesse ou não ido a força, o que é exacto é que alli se acha esse consideravel numero de colonos russo-allemaes. Pretende o governo deixar que permaneçam taes colonos nas povoações do litoral da provincia? Elles queixam-se de que não lhes deram terras proprias para a cultura. Dizia-se na provincia que a ordem do governo fora para que se retirassem para o Rio da Prata ou directamente para a Europa; mas o senado sabe que não ha communicação directa dos portos do Paraná para a Europa, e, pelo que respeita á ida para o Rio da Prata, também não pôde effectuar-se, porque os vapores da linha do sul, em consequencia das quarentenas, não passam do Rio Grande.

Emquanto não se resolve sobre este assumpto, vagam os colonos pelas cidades de Paranaguá e Antonina, fornecendo assim argumento para se desacreditar a colonisação para o Brazil; e, o que peor é, deixando em abandono os proprios colonos a respeito dos quaes o nobre presidente do conselho em seu relatorio se exprimiu da forma que o senado ouviu.

Em um dos artigos que li, diz-se que já se tem despendido no dominio da actual situação 3.000.000\$ pela verba—Terras publicas e colonisação.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*): — Foram votados 1.800.000\$ só.

O SR. CORREIA: — Este calculo não é exagerado.

Entretanto no relatorio do nobre ministro encontra-se uma demonstração das despesas feitas com diversas colonias da provincia do Paraná, desde a criação de cada uma dellas até o fim do exercicio de 1876—1877, começando no exercicio de 1858—1859; e, tratando-se de 17 colonias, a despesa total apresentada é de 1.700.696\$072.

No pouco tempo da actual situação se tem alli despendido mais de tres mil contos; e isso vou provar, não tendo aliás podido fazer sinão ligeiro exame no *Diario Official*, onde encontrei avisos ou ordens approvando os seguintes creditos:

14 de Janeiro de 1879.	389.771\$329
7 de Dezembro de 1878.	284.071\$070
4       "       "       "	10.000\$000
31 de Outubro       "	308.836\$530
29       "       "	168.603\$381
Total.	1.161.362\$430

Acresce o credito constante do aviso de 14 de Setembro ultimo, que o nobre presidente do conselho expediu quando achou-se em S. Paulo, na avultada importancia de 1.840.549\$928.

Esses differentes creditos, aos quaes se deve acrescentar o que foi distribuido á provincia no começo do exercicio para a verba—Terras publicas e colonisação,—elevam-se a 3.001.852\$358; e não posso assegurar ao senado que não me tivesse escapado algum outro credito no exame que fiz pelo expediente publicado no *Diario Official*.



Si toda essa enorme somma tivesse sido bem applicada, eu não pediria ao governo outras contas sinão sobre a facilidade com que se prescinde da lei do orçamento. Mas, não só nas publicações que li, como em outras, accusa-se o mau emprego do parte dessa somma; e, com effeito, não se pôde estar satisfeito com tamanha despesa, quando se vê que os colonos, que a deviam aproveitar, abandonam os nucleos colonias, e reítram-se para os pontos do litoral, com desejo de abandonarem a provincia.

O que estamos presenciando não demonstra que se fizesse dos dinheiros do Estado o uso conveniente. Sobre dous graves factos tenho pedido a attenção do governo: a interrupção do transitio de carros na estrada da Graciosa, e a retirada dos colonos russo-allemaes dos pontos em que quizeram que se estabelecessem para o litoral. Estes factos mostram quanta attenção deve o nobre presidente do conselho prestar á situação da provincia.

Não seria tão grande o embaraço em que se acha o governo, si já estivesse construída a estrada de ferro...

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*): — Apoiado.

O Sr. CORREIA: — ... que tem de ligar o litoral ao interior.

O nobre ministro da agricultura tomou sobre essa estrada uma deliberação, que foi muito agradável aos habitantes de certos pontos da provincia; tendo-me elles encarregado de transmittir a S. Ex. um voto de agradecimento...

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*): — Fiz o meu dever.

O Sr. CORREIA: — ... o que effectuel, por meio de um officio que dirige ao nobre presidente do conselho, e foi publicado, no qual declarei que, em minha opinião, o nobre presidente do conselho havia nesta parte dado acertada solução; e não tenho duvida de repetir hoje o que então disse, pois persisto na mesma opinião.

Nem podia deixar de assim apreciar o acto de S. Ex., quando o meu constante empenho, como representante da provincia do Paraná, tem sido o de poder concorrer para que se faça a provincia esse grande beneficio; e por isso não terminarei sem pedir ao nobre presidente do conselho, si as puder dar, informações acerca da possível realização da mesma estrada.

Os factos que se estão dando, ainda mais revelam a necessidade da construcção de uma estrada, que tudo faz crer que não será onerosa aos cofres publicos.

Vou sujeitar á deliberação do senado o requerimento em que peço informações, de que necessito, acerca do serviço da colonização na provincia do Paraná.

Foi apoiado o posto em discussão o seguinte

#### *Requerimento.*

• Requeiro que, pelo ministerio da agricultura, commercio e obras publicas, se peçam ao governo as seguintes informações:

• 1.ª Qual a despesa feita na provincia do Paraná pela verba—Terras publicas e colonização—do

principio do anno passado até agora, com decação do emprego que têm tido as quantias despendidas.

• 2.ª Quantos colonos russo-allemaes têm ultimamente abandonado, e por que motivo, as colonias, dirigindo-se para o litoral da mesma provincia.

• 3.ª Que providencias tem tomado o governo com relação a esses colonos.—*Manoel Francisco Correia.*

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*): — Sr. presidente, cheguei quando o nobre senador tinha já começado seu discurso; portanto não poderei satisfazer a todos os pontos em que tocou; mas, referindo-me ao objecto do requerimento, responderei ao nobre senador.

Primeiramente é certo que nos portos da marinha da provincia do Paraná se têm accumulado ultimamente alguns colonos russos, que, desamparando as terras que lhes foram dadas, se passaram para Antonina com a intenção de irem para o Rio e d'aqui se repatriarem.

Devo declarar a V. Ex., que tem sido enorme a despesa do Estado com a collocação desses colonos. Em tempo opportuno, quando se tratar do ministerio a meu cargo, entrarei em maiores detalhes, e o senado ficará convencido de que essa despesa tem sido feita com grande sacrificio dos dinheiros do Estado, e posso acrescentar que com pouca esperanza de futuro (*apoiados*).

Senhores, tem-se feito as maiores concessões a esses colonos: compraram-se terras, fizeram-se casas, dividiram-se lotes, fizeram-se adiantamentos de semente e até de gado...

O Sr. CRUZ MACHADO: — De dinheiro.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*): — ... crearam-se trabalhos de proposito para dar-lhes salario; emfim o governo fez tudo quanto podia para bem collocar esses colonos.

Não obstante todas essas concessões, elles desampararam seus lotes com a intenção de se transportarem para a Europa, segundo diziam.

Desde que constou-me semelhante intenção, dirigi-me ás autoridades do Paraná, dizendo-lhes que o governo não podia mais continuar a fazer sacrificios com estes colonos, porque já havia feito tudo quanto era possível; e sobretudo não estava disposto a conceder-lhes por sua conta a repatriação.

É preciso dar uma explicação ao senado. Esses colonos, que em má hora vieram para o paiz, gente ignorante, fanatica e sem habito de trabalho, não deviam ser acoltos, e foi um erro admittil-os sem conhecer seus costumes.

Segundo se dizia, vieram espontaneamente; mas alguns delles, apenas chegaram ao Rio de Janeiro, d'aqui mesmo exigiram repatriação.

Agora veja o senado o que aconteceu. Tendo perdido os sóros de sua nacionalidade, as autoridades de Hamburgo os tomavam como brazileiros, e a nossa legação queixava-se de que elles iam cahir ainda sobre os nossos cofres; era preciso que as despesas feitas em Hamburgo com esses colonos fossem levadas á nossa conta.

Tomei então a resolução definitiva de não conceder-lhes mais passagem para aqui, nem repatriação. Viriam de Antonina, e naturalmente

aqui chegando metiam-se na hospedaria do governo, de onde provavelmente sahiriam, empregando-se a força armada. Não querendo tomar esse alvitre, teria de conceder-lhes repatriação.

Resolvi por isso declarar ao presidente do Paraná que não lhes dêsse mais passagem para o Rio de Janeiro, e tanto mais esta medida era aconselhada pela presidência, quanto ha necessidade, nesta quadra, de retirar os colonos d'aqui em razão da febre amarella e outras epidemias que reinam durante a estação calmosa.

Si em outras épocas, nesta estação, temos sido obrigados a internar os imigrantes recém-chegados, como consentir que os colonos russos viessem para aqui?

Declarei-lhes, entretanto, que lhes era livre fazer o que quizessem; si desejavam ir para o Rio da Prata, boaviagem; e confesso que não teria saudades d'elles; si quizessem ir para a Europa, podiam fretar para isto um navio, mas não á custa dos cofres publicos.

Senhores, o martyrio maior que tenho tido no ministerio a meu cargo é a colonisação; porque manter tantas colonias, como temos, e receber colonos constantemente sem estarmos preparados para isto, é um sacrificio immenso para os cofres publicos (apoiados).

Convido o nobre senador para mais tarde fallarmos sobre este assumpto. O serviço da colonisação é todo especial: o que menos importa é pagar o frete do colono; os accessorios são que avultam.

Para estabelecer o colono precisa-se de terras em logares que possam ser aproveitados, e estas estão em mãos de particulares; logo a necessidade da compra; vem depois a necessidade das estradas, das escolas, do padre e tudo o mais.

O Sr. CONNEIA:—Mas pretende V. Ex. deixar os colonos agglomerados em Antonina e Paranaguá?

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—Não sei.

O Sr. CONNEIA:—Lá tambem as vezes apparece a febre amarella.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—Elles podem sair á sua vontade e ir para onde quizerem, mas não á custa do Estado.

Apezar do que acabo de referir, o governo não deixa de tomar em consideração este estado de cousas.

O senado permitirá que eu leia o telegramma que recebi hontem e que é mais moderno, certamente, do que as cartas que recebeu o nobre senador.

Diz o presidente da provincia o seguinte: (lê):

« Andei cerca de 90 leguas, inquiri do estado das colonias e sobre cada uma providenciei. O procedimento dos russos, salvo rarissimas excepções, só pôde ser justificado pela estupidez e indolencia. »

Já em outra occasião, o presidente me tinha dito em officio que a maior parte dos colonos se entregava constantemente ao jogo da bóia e a fumar cachimbo, em vez de se dedicarem á cultura de seus terrenos, que ficaram em abandono.

Antes de proseguir, devo dizer que, tendo em consideração o estado desses colonos, adoptei o arbitrio de mandar abonar-lhes um subsidio diário, mas com a condição restricta de se applicarem exclusivamente á lavoura de setas lojes; porque,

senhores, o methodo de colonisação tem sido o que vou dizer.

Como, por um regulamento do governo, tem de se fornecer aos colonos recém-chegados trabalho, durante 15 dias mensalmente, acontece que os colonos abandonam o trabalho rural para viver sómente á custa do salario; de sorte que, quando termina o tempo marcado para esse serviço se acham no mesmo estado em que estavam quando chegaram. Como disse, ordenei que durante um certo tempo se dêsse uma diaria, como auxilio, a esses russos, que fizeram objecto das observações do nobre senador.

O Sr. CONNEIA:—V. Ex. está condemnando as despesas que tem feito.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU:—Certamente condemnno-as, porque as tenho feito e estou fazendo contra a minha vontade (apoiados). Extremamente sinto que não me seja possível estabelecer um plano de colonisação, segundo minhas idéas, e que seria o seguinte.—Escolher, á margem das vias ferreas, terras já descortinadas, onde os colonos pudessem applicar os instrumentos agrarios, methodo em que se avantajam sobre os nossos cultivadores, preferindo aquellas vias ferreas, como muitas vi na provincia de S. Paulo, e em cuja direcção existem já cidades, que seriam outros tantos mercados para os productos coloniaes. Por este meio não sómente a despesa seria menor, como mais lisongeiro o futuro dos colonos, e de proveito para os proprios fazendeiros, que nesses nucleos coloniaes achariam facil supprimento de trabalhadores.

Si fosse este o methodo seguido, os sacrificios até agora feitos pelo Estado seriam altamente recompensados e poderíamos esperar estabelecer uma corrente activa á immigração européa.

Mas, prosigo na leitura do telegramma (lê):

« Ha colonias realmente prosperas, sendo as piores invejaveis habitações: dei a cada uma um director moral e desta medida muito espero. »

« Indiquei pessoalmente qual o serviço a fazer-se, estendendo-o aos de Ponta Grossa, medida indispensavel. Duas familias retirantes communicaram-me já seu regresso para as colonias. O pastor protestante da capital tem prestado serviço relevante. O padre polaco, que falla allemão, não quiz ir. Embora mais um sacrificio, insto pela vinda de um padre catholico e outro protestante, pois a razão da retirada da maior parte é a falta de padre. »

De maneira que, além de tudo mais, tenho necessidade de procurar e contratar padres catholicos e protestantes, que fallem a lingua allemã, o que não é facil obter, e tanto que tem sido preciso contratal-os na Europa.

O Sr. CRUZ MACHADO:—E, fallando russo; ainda mais difficil.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—Os colonos russos em geral fallam allemão. Continuo a ler o telegramma:

« As chuvas constantes em Morretes têm impedido a emancipação da Nova-Italia. »

Devo agora uma satisfação ao nobre senador a quem prometi providencias relativas aos estrangeiros que tem soffrido a estrada da Graciosa. Vou lêr-lho o que neste mesmo telegramma se diz acerca desta estrada:

« O transitio da Graciosa amanhã fica restabelecido. »

Portanto, creio que ficará satisfeito o nobre senador.

Agradeço ao nobre senador, como já tive occasião de lhe dizer por carta, as expressões de benevolência, que se dignou de dirigir-me, por occasião da deliberação que tomei, quando tive de resolver a questão da estrada do ferro do Paraná.

Não fiz mais do que o meu dever, promovendo a organização de uma empresa, que tem por fim realizar uma obra, que muito importa ao futuro da provincia do Paraná.

Não tinha, pois, direito ás manifestações de agradecimento que fez a população daquella provincia, assim como o nobre senador, ás quaes, entretanto, me confesso em extremo reconhecido.

O nobre senador pediu no seu requerimento informações sobre a organização da companhia, que tem de construir a indicada estrada. Declaro a S. Ex. que esclarecimentos officiaes ainda não recebi; mas estou informado de que é uma das que têm merecido melhor acção na praça de Londres, havendo assim todas as probabilidades de que em breve estará organizada. A este respeito é o que por ora posso dizer.

Também pediu o nobre senador informações acerca de compras de terras. Não me é possível responder de prompto a este respeito, porque trata-se de algarismos que é difficil conservar de memoria com a necessaria exactidão.

Mas, opportunamente ministrarei a S. Ex. esses esclarecimentos, assim como quaesquer outros que de mim exigir, em relação a esta materia.

Encerrada a discussão, foi approved o requerimento do Sr. Correia.

O Sr. Diogo Velho:—Peço a palavra.

O Sr. Presidente:—Está esgotada a hora do expediente.

### ORDEM DO DIA.

#### LICENÇA A UM OFFICIAL DA SECRETARIA DO SENADO.

Votou-se em 2.ª e ultima discussão, o foi approved com a emenda da mesa, o parecer da comissão de põesões e ordenados sobre o requerimento de licença do official da secretaria desta camara, Alonso Carneiro Pestana do Aguiar.

#### REPRESENTAÇÃO DA CAMARA DE S. BERNARDO, NO MARANHÃO.

Foi igualmente votado e approved o parecer da comissão de constituição sobre uma representação da camara municipal da villa de S. Bernardo, do Maranhão, solicitando para seu municipio augmento do numero de electores.

#### FIXAÇÃO DAS FORÇAS DE TERRA.

Proseguiu a discussão do art. 1.º da proposta do poder executivo, com a emenda da camara dos Srs. deputados e da comissão de marinha e guerra do senado, fixando as forças de terra para o anno financeiro de 1878—1879.

O Sr. Junqueira:—Sr. presidente, como membro da comissão de marinha e guerra, e tendo esta apresentado duas emendas a proposta

V. II

que velu da camara dos Srs. deputados, não posso deixar de tomar a palavra para justificar as referidas emendas, e igualmente tratar de alguns assumptos relativos a repartição da guerra, bem que meus nobres collegas que me precederam, tivessem trazido á discussão os assumptos mais importantes.

Entendo, Sr. presidente, que muito lucra o palz, e lucra mesmo o governo com a discussão nesta casa, porque, no estado em que se acham as cousas politicas, vejo que a resistencia que vai apresentando a opposição do senado é justamente a base em que o ministerio actual pôde sustentar-se. Dizia um grande publicista francez: « Os governos apoiam-se em alguma cousa que resiste. » Si o senado não resistisse mais, fazia-se em torno do governo o silencio e o vacuo, e, por assim dizer, desaparecia o unico vestigio da legalidade, abstando-se os representantes da nação de intervir no exame dos actos da administração.

Portanto, nesta occasião, em que se trata de uma proposta tão importante, talvez viesse á proposito interpellar ao nobre presidente do conselho acerca do que se diz por toda a parte sobre a modificação do ministerio, porque comquanto nós não levantesmos questões politicas propriamente, comtudo uma lei de forças, lei de confiança, não pôde ter seu caminho regular de discussão, sem que se saiba ao certo quaes são os cavalheiros que estão á frente da administração do Estado, ou si esta administração tem de soffrer em poucos dias uma modificação de tal ordem que possa influir no animo de alguns na decisão de seu voto.

Bem sei que nem todos pensam desta maneira em relação aos nossos direitos.

Mesmo no seio do gabinete actual ha quem, referindo-se ao senado, nos chamou de ralhadores. Ora, Sr. presidente, parece-me que o senado não pôde ser qualificado deste modo; que a discussão aqui levantada, toda de exame dos actos da administração, e sem capricho, esta opposição que assim discute, não pôde ser qualificada de opposição de ralhadores; nem nenhum membro desta casa podia merecer do nobre ministro da justiça uma qualificação desta natureza.

O Sr. Teixeira Junior:—Mas elle disse que isso era theoria da democracia moderna.

O Sr. Junqueira:—Isto é cousa nunca vista; estamos atravessando uma quadra em que opiniões e actos successivos se vão exhibindo, que não têm precedentes em nossa historia politica.

O Sr. Teixeira Junior:—Si é moderna...

O Sr. Junqueira:—Quando se viu um ministerio firmar-se principalmente para conservar o poder, em alisar os seus adversarios? Quando se viu que a principal base, em que se estriba o governo, é denegrir os actos, ainda os mais puros, daquelles que o precederam? Quando se viu um ministro, como o nobre ministro da justiça, no seu discurso publicado ainda hoje no *Diario Official*, referindo-se á situação conservadora, dizer della o que talvez ainda não se disse, e appellar para as tintas mais inflammadas de um Tacito futuro para pintar aquella situação?

O Sr. Bando de Correia:—Onde achou elle os Calígulas, Neros e Sejanos?

O Sr. Junqueira:—A esse respeito direi que a penna de Tacito exerceu-se em pintar as scenas



dos Tiberios e dos Neros, mas ao mesmo tempo prestava homenagem aos grandes exemplos de virilidade e coragem civica, que appareciam no meio daquelles tempos tenebrosos; entretanto que na actualidade a penna de Tacito não encontraria meios de escrever a historia, porque não se dá o devido apreço a esses actos de dignidade humana, de elevação dos sentimentos do homem.

Agora trata-se de tudo levemente, e tudo se desvirtua.

A época actual estava mais propria para o riso e satyra de Juvenal, do que para a penna séria e incisiva de Tacito.

O Sr. TRIXEIRA JUNIOR: — E' que Tacito não estava inspirado pela democracia moderna....

O Sr. JUNQUEIRA: — Por isso, Sr. presidente, eu pela minha parte continuarei a fazer o meu dever; hei de discutir aquellas materias cuja discussão julgar conveniente, ainda que algum membro do ministerio queira lançar uma especie de desdem sobre alguns membros desta casa, porque acima da opinião passageira do Sr. ministro da justiça está a opinião, que fica, do paiz inteiro.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — *Il voit double....* (riso).

O Sr. JUNQUEIRA: — Mas, Sr. presidente, como eu dizia, a comissão apresentou duas emendas, uma eliminando a palavra *depositos* que vela na proposta, e a outra incluindo as palavras — *aprendizes militares*. Vou justificar estas duas emendas.

Nas propostas anteriores figura a palavra *depositos*, porque nós tínhamos deposito de caçadores na Bahia, deposito de recrutas em Pernambuco, deposito no Rio de Janeiro e deposito em Santa Catharina.

Os depositos de Pernambuco, da Bahia e do Rio de Janeiro foram eliminados em virtude de lei; o deposito de Santa Catharina, porém, foi conservado pelo legislador.

Nas leis de fixação de forças está incluído este deposito; a lei de 1877 porém, reduziu-o a duas companhias commandadas por um major. Ora, já se vê que é um deposito creado por lei. No entanto o nobre Sr. ministro da guerra, a quem me dirijo com o maior acatamento...

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (ministro da guerra): — Obrigado.

O Sr. JUNQUEIRA: — ...porque reconheço os seus altos serviços ao Estado e á patria, — o que de alguma maneira, em virtude destes seus serviços, congo o orador que não pôde ter a liberdade precisa, porque antes de ver o ministro vê o invicto general; no entretanto o nobre Sr. ministro da guerra extinguiu este deposito de Santa Catharina.

Em primeiro lugar, nós tomamos a questão da legalidade: este deposito não podia ser extinto (*apoiados*), porque ainda foi confirmado na lei de 1877; em segundo lugar a razão por que foi creado é altamente procedente.

O senado comprehende que si nós quizermos ter soldados nas campinas do Rio Grande do Sul, proprios a supportar a rudeza daquello clima, soldados de infantaria vindos do norte, precisamos estabelecer, por assim dizer, algumas escalas em que elles se vão acclimando pouco a pouco. O infante, que vem das provincias do Maranhão, Ceará e Rio Grande do Norte e outras, precisa fazer uma parada antes de chegar á região mais fria do sul, e por isto muito convenientemente creou-se o deposito

de infantaria na provincia do Santa Catharina, que possui um bello porto de mar e um clima temperado, para que os infantes do norte vão alli estacionar por algum tempo para irem se acclimando, e depois em occasião precisa serem transportados ao Rio Grande do Sul ou ao Rio da Prata. Eis aqui, portanto, uma razão de alta conveniencia para a criação do deposito de Santa Catharina: além desta razão existia a lei.

Meus senhores, precisamos firmar ainda outro principio em relação ao gabinete actual. Em sessões anteriores recorde-me de que o nobre senador pela provincia da Bahia, cuja morte todos nós deploramos, o Sr. Zacarias, disse com applausos geraes de toda esta casa que um governo não tinha o direito de felicitar o paiz contra o voto dos seus representantes. (*apoiados*). Ainda quando se tratasse de felicitar o paiz o governo não o podia fazer contra o voto expresso de seus representantes. (*apoiados*).

O Sr. CRUZ MACHADO: — *Invito non datur beneficium.*

O Sr. JUNQUEIRA: — O governo jámais pôde collocar-se acima da lei, entendendo que com isto faz um acto que pôde trazer alguma vantagem de momento; não, a lei é a lei. Si em 1877 se determinou expressamente que o deposito de Santa Catharina devia continuar, por que razão foi elle extinto?

O Sr. CORREIA: — Já fallei neste ponto, mas o nobre ministro não me respondeu.

O Sr. JUNQUEIRA: — Allega-se economia para justificar a extinção deste deposito. Mas, senhores, pôde haver economia contra o voto legislativo? E o que é economia?

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (presidente do conselho): — E' uma grande cousa.

O Sr. JUNQUEIRA: — Economia, Sr. presidente, em relação ao elemento administrativo, é fazer o serviço plenamente com o menor dispendio possível. Não é economia extinguir serviços necessarios; não é economia fazer esses serviços sob outra denominação; não é ainda economia acabar com serviços que o corpo legislativo não mandou cessar. Portanto, a razão de economia ali não prevalece, porque havia o voto das camaras que mandava continuar o deposito. E si, porventura, no acto da extinção pôde-se encabeçar a questão da economia, então uma simples portaria acabando com todo serviço militar traria uma economia maior.

Por isso mandamos uma emenda eliminando as palavras — das companhias de deposito — porque entendemos que, faltando apenas cerca de quairo mezes para a finalisação do exercicio, não valia a pena restabelecer agora aquelle deposito e sim agitar-se a questão na futura lei de forças.

Quanto ao outro ponto, isto é, aprendizes militares, é uma criação não só da lei do recrutamento como da lei de forças de Setembro de 1874. Esta criação foi repetida nas leis subseqüentes e o nobre Duque de Caxias em virtude desta autorização creou duas companhias de aprendizes militares, uma em Minas Geraes e outra em Goyaz.

Esta criação não está incluída na proposta, porque esta foi feita em occasião em que as duas companhias ainda não estavam creadas. Portanto, ora mister incluí-las.

Mas o nobre Sr. ministro da guerra, no seu relatório, propoz a extinção destas companhias. Não

posso concordar com este modo de pensar; e por isto combinel com os meus nobres collegas em que se introduzisse essa creação na lei de forças. Não posso concordar, porque o pensamento que presidiu a organização destas companhias foi o mais conveniente possível.

Não temos um nucleo para a formação de soldados de infantaria.

Mesmo em razão da lei de 28 de Setembro de 1871, é conveniente ir creando um certo numero de estabelecimentos, em que se possam collocar os ingenuos provenientes daquelle lei. O nobre deputado pela provincia da Bahia, apresentando um projecto acerca destes ingenuos, calculou que só neste anno, uns poucos de milhares de ingenuos, tinham de ser entregues ao governo. Desejo que grande numero destes ingenuos sejam dedicados aos estabelecimentos agricolas; mas nem por isto devemos deixar de applicar alguns a estabelecimentos militares.

A lei do recrutamento, Sr. presidente, estabeleceu um novo regimen para se adquirir as forças para o exercito; o sorteio ainda não teve logar porque a affluencia de voluntarios foi muito grande. Mas, supponhamos que esta affluencia de voluntarios diminua, é mister preparar os meios de ter soldados moralizados e disciplinados. O melhor viveiro para os soldados de infantaria deve estar nessas companhias creadas nas provincias onde não ha arsenaes de guerra, porque nelles ha as companhias de menores; e desta maneira ficará o exercito com o mesmo viveiro que tem a marinha nas suas companhias de aprendizes marinheiros.

O Sr. BARÃO DA LAGUNA:—Apoiado.

O Sr. JUNQUEIRA:—Portanto é uma creação util e determinada por lei; deve por consequencia fazer parte da lei de forças que estamos votando.

São estas as duas emendas que a commissão apresentou.

Agora, Sr. presidente, vejamos si a extincção de algumas das repartições do ministerio da guerra por acto do nobre ministro, deve ser applaudida, ou si por ventura o poder legislativo deve externar o seu pensamento em ordem a que não continue semelhante estado de cousas.

O nobre ministro nos diz no seu relatorio que extinguiu a commissão de melhoramentos do material do exercito. Si não temesse dirigir ao nobre ministro algumas expressões que talvez offendessem seu justo melindre, eu diria que essa extincção era um attentado. Mas não o faria; direi apenas, tendo em vista a boa fé que presidiu ao acto do S. Ex., que foi uma falta.

O nobre ministro naturalmente foi guiado por informações de pessoas que quizeram exagerar os chamados principios de economia; mas a commissão de melhoramentos do material do exercito deveria escapar a esse cutello destruidor. Aquella commissão era um nucleo de officiaes distinctos que se occupavam com os melhoramentos que appareciam em qualquer parte do mundo acerca do armamento dos exercitos; prestou os melhores serviços, e o que se dispendia com ella era relativamente quantia minima para os serviços importantes que prestava. E ainda assim, pôde-se affirmar que nenhuma economia houve, porque os officiaes que compunham a commissão foram empregados em outras repartições da guerra, com vencimentos iguaes ou quasi iguaes.

Essa commissão que durou muitos annos sob a presidencia de Sua Alteza o Sr. Conde d'Eu, prestou ao Estado os mais relevantes serviços; era uma corporação que já estava montada, composta de officiaes distinctissimos, alguns dos quaes nada venciam, serviam ali com os vencimentos do seu cargo; tues eram o director do arsenal de guerra da corte, o do laboratorio do Campinho, e o da fabrica de polvora da Estrella, etc.

Já tinha o seu archivo, seu pequeno museu de armamentos, tinha os specimens de todas as armas de precisão, tinha os jornaes da Europa que tratavam de negocios militares. Essa commissão, portanto, ha prestando quotidianamente os melhores serviços; muitas das armas mais aperfeçoadas que temos, vindas da Europa, aqui soffreram modificações apresentadas por essa commissão.

Diz-se-lha, como se diz no relatorio, — quando se apresentar um invento, o ministro da guerra nomeará uma commissão de officiaes para tratar e examinar esse invento. Mas o senado comprehende que isto está muito longe de ser o que é mais conveniente.

A sciencia militar não pára; a commissão era permanente; examinava dia por dia os melhoramentos que iam apparecendo; das discussões que estabelecia, daquelle atrito de opiniões resultava o maior proveito para a causa do nosso exercito.

A questão do armamento aperfeçoado é hoje uma questão de maxima importancia; um exercito que se apresentar em força igual diante do outro, si não estiver armado com as melhores armas de precisão, si não tiver espingardas de retro-carga, si não tiver artilharia moderna, não pôde encerrar o inimigo 5 minutos. As victorias dos allemães sobre os francezes explicam-se em grande parte pela superioridade de sua artilharia, de seu armamento.

E como é que nós, sem riscarmos primeiro do orçamento toda a despesa com o ministerio da guerra, havemos de tratar como questão de nonada o melhoramento do nosso armamento—, do material da guerra?

Mas dizem que não somos um povo bellicoso; não queremos gastar muito dinheiro com negocios militares.—E' porque estamos agora no reinado da paz; em 1861 a linguagem foi inteiramente diversa em ambas as casas do parlamento, em todo o jornalismo, então se accusou os governos de incuria por não terem procurado estudar os meios mais convenientes de ter um exercito bastante forte, muito efficiente, e muita gente leve de curvar a cabeça diante dessa accusação. Não, é portanto, uma cousa aceitavel; essa commissão existia ha muitos annos, o nobre ministro não a devia ter extinto, releve-me que lh'o diga.

O mesmo se diz acerca da commissão de promoções. Esta commissão foi creada em 1851, em virtude de regulamento expedido naquella occasião pelo Sr. Manoel Fellizardo, do saudosa memoria (apoiados); continuou a exercer as suas funções até que durante a guerra do Paraguay, quando era preciso fazer economias em tudo quanto fosse serviço interno; quando todo o nosso exercito estava realmente na campanha; quando as promoções eram lá feitas; o illustre representante da provincia do Piaulhy, que então dignamente dirigia a repartição da guerra, na sua reforma de 1868, passou para a repartição do ajudante general este serviço. Com effeito, naquella occasião não havia outra cousa a fazer; toda a officialidade estava na campanha; alli é que se faziam as promo-

ções que depois tinham de ser approvadas pelo ministerio da guerra; mas logo após, quando o exercito regressou, o illustre Sr. Visconde de Muritiba restabeleceu esta commissão, que prestou mui bons serviços.

Ora, todos comprehendem que uma commissão assim organizada pôde prestar muito melhor serviço do que a propria repartição de ajudante general, que está onerada com muitos outros trabalhos.

E, depois vê-se que foi preciso deixar de parte a disposição legal para fazer-se semelhante cousa.

Mas a razão é a economia.

Já disse ao senado, e repito, não ha tal economia: tendo-se extinto a commissão de promoções, creou-se de facto na repartição de ajudante general uma secção composta de alguns officiaes do exercito para tratar do semelhante trabalho; esses officiaes mandados addir áquelle repartição missão talvez façam maior despesa que a propria com-de promoções fazia; por isso o quadro que vem annexo ao relatorio do nobre ministro sob a letra—A,—o do qual eu o absolvo, porque principalmente foi feito por aquelle cidadão que interinamente servia na pasta da guerra, antes da chegada do nobre ministro a esta corte; esse quadro está multissimo longe da verdade.

O Sn. CANSANÃO DE SINIMU (*presidente do conselho*):— Isto é que é preciso esclarecer.

O Sn. Juxqueima:— O nobre ministro extinguiu os hospitaes militares da Bahia e Pernambuco, e reduziu-os a simples enfermarias. A legislação que rege o caso é a seguinte:—O regulamento do Março de 1837 determina que haverá um hospital na corte e nas provincias onde houver força consideravel; o regulamento de 30 de Janeiro de 1861 determina que as enfermarias se estabelecerão em logares onde houver força muito diminuta.— Ora, — pergunto — a força da guarnição das provincias de Pernambuco e da Bahia é tão diminuta que se devesse extinguir os hospitaes militares e estabelecer-se nellas enfermarias?

Nunca se entendeu assim; desde 1837, anteriormente mesmo, desde os tempos coloniaes essas provincias tinham hospitaes militares; agora foi preciso fazel-as descer um pouco em categoria, para terem simples enfermarias.

Mas o serviço publico ganhou com isso? fez-se economia? Affirmo que não; nem o serviço publico ganhou, nem se fez economia.

O serviço publico não ganhou, porque os hospitaes militares da Bahia e Pernambuco estavam convenientemente organizados; os doentes eram alli muito bem tratados; entretanto que esta mutação rapida para simples enfermarias, transformou a administração daquello estabelecimento, nem proporcionou aos doentes os mesmos meios para se restabelecerem.

No hospital militar ha engajamento de enfermeiros. O enfermeiro é um homem que tem vocação para aquelle serviço, e que mediante uma paga, engaja-se para tratar do doentes; isso é no hospital; na enfermaria não, porque para ali designa-se pelas companhias as praças que devem servir de enfermeiros. Todos comprehendem que esses soldados, tirados assim das companhias, não podem ser enfermeiros, nem soffríveis quanto mais bons; depois ha uma alta consideração que o legislador, como o ministro, como um membro

qualquer da administração publica, deve fazer, que é olhar para o conjunto das disposições legais e para o conjunto daquillo que é conveniente ao paiz:—Pergunto: depois da promulgação da lei de 26 de Setembro de 1874, que estabelece novas bases para o recrutamento, é lícito a qualquer governo tirar das fileiras do exercito o cidadão que se engajou voluntariamente, e dizer-lhe—vã ser enfermeiro, vã tratar de variolosos e de affictados de qualquer outra doença? Não é uma violencia feita ao cidadão brasileiro, que voluntariamente engajou-se para o serviço das armas, mandando-o tratar de variolosos, não é isso uma violação da lei? Os voluntarios se hão de arredar e com razão, porque dirão elles:— quero servir ao paiz, mas não quero pela disciplina militar, ser levado para enfermarias, o ali tratar de variolosos ou pestilenciaes. Assim, pois, não se consultou o bem-estar do soldado, e reduzindo-se esses hospitaes a enfermarias, não se fez nenhuma economia como vou demonstrar-o.

O que se gastava com a administração superior dos hospitaes e com o pagamento dos enfermeiros, está altamente compensado com o soldo e etapa que se dá a essas praças, que vencem do Estado uma retribuição, equivalente ao que ganhavam aquelles. Dir-se-hia: esses soldados terão sempre de ganhar soldo e etapa: não duvido; mas, si assim é, aggravava-se a situação das provincias, porque retirava-se um certo numero de praças do serviço da guarnição, e obriga-se o soldado a estar a meio dia de folga, como disse o nobre ministro da guerra. Portanto, não se consultou nem o interesse dos soldados nem o interesse do thesouro fazendo-se essa transformação de hospitaes em enfermarias; apenas desorganizou-se o serviço. Era preciso abater-se as provincias de Pernambuco e da Bahia *comme les autres*.

Talvez, Sr. presidente, quando tratei da commissão de melhoramentos do material do exercito, devesse referir-me ao facto da exoneração que se deu a dous addidos militares: era uma despesa relativamente pequena.

O Sn. CANSANÃO DE SINIMU (*presidente do conselho*) dá um aparte.

O Sn. Juxqueima:— O nobre presidente do conselho acha tudo grande, mas devo dizer que maior que tudo isso, são os tres mil contos gastos agora com a compra de terrenos no Paraná; o deficit que se está preparando, isso é que ha de ser assombroso. O nobre presidente do conselho marcha sempre na mesma trilha de seus companheiros; é rotaliando contra a situação passada que S. Ex. pensa fazer de algum modo desaparecer a triste impressão que vai o ministerio deixando sob seus passos; mas, felizmente acima de mim e do nobre presidente do conselho, está a opinião publica. Em auxilio do paiz existe a propria guerra intestina que os está devorando, porquanto o ministerio assemelha-se aquelle phantasma da lenda que ia largando os membros, ora um braço, ora uma perna, depois a cabeça, depois o tronco, até que ouviu-se um grande estampido, restando apenas fumo e ruínas.

Era uma despesa minima a que se fazia na Europa com os dous addidos da ordem dos Srs. major Madureira e capitão Fialho, que mandavam informações e escreviam obras, como fazia o distinctissimo Sr. Madureira, e essa despesa de 7:200,000 annuaes, era altamente remuneradora, porque d'ahi

o ministerio da guerra tirava elementos para fazer economias e economias consideraveis, quando porventura tivesse de adquirir algum armamento ou material de guerra.

Senhores, a economia não consiste em cortar por tudo; consiste em cortar despesas superfluas, mas o governo actual destróe tudo quanto se fez, e cria novas despesas; pôde isso ser economia para muitos, mas para mim não é.

Nesta occasião em que se trata da organização da força, eu perguntaria ao nobre ministro, si S. Ex. considera a lei de 26 de Setembro de 1874, que estabelece o modo de recrutamento, como uma lei que deve ser mantida em todas as suas partes ou si, porventura, acompanha a alguns de seus correligionarios que se manifestaram contra ella?

Sr. presidente, em materia de legislação como de governo, o povo tem a lei, ou o governo, que me recce. Eu propugnei pela reforma dessa lei que acabou com a terrivel caçada de homens; entretanto si me provarem que o paiz, em sua grande maioria, não quer essa lei, darei meu voto contra ella. E' preciso que o governo liberal, que se apresenta perante o paiz depois de mais de um anno de intervallo do parlamento, venha dizer o que pensa sobre essa lei do sorteio limitando que muitos chamam erradamente lei da conscripção.

E' preciso que ella, para produzir seus effeitos, tenha grande força moral; é preciso que o ministerio diga si quer que ella se mantenha tal qual, ou si tem em vista sua revogação ou modificação; isso é essencialissimo: o paiz deve saber como ha de ser o modo de obter o pessoal para o exercito. Tivo nesta casa de sustentar discussões contra membros do partido liberal que não queriam semelhante lei; a gora, porém, que o governo trata de reformar e de modificar tudo, é preciso que diga si a quer ou si trata de revoga-la; isto é, se quer a mesma lei, ou si quer voltar ao antigo systema da caçada pelos subdelegados de policia.

Tambem, Sr. presidente, o nobre ministro precisava dizer-nos si pretende promover a passagem do codigo penal militar. E' uma necessidade para o exercito; o vago dos artigos de guerra do Condo de Lippe não pôde continuar; é necessario promover já a passagem do codigo.

O Sn. MINISTRO DA GUERRA:—Leia o meu relatório.

O Sn. JUNQUEIRA:—Li-o, e vi a opinião de V. Ex., que faria um bom serviço si porventura puzer-se á frente da passagem deste codigo; será um rastro luminoso que deixaria V. Ex. no ministerio da guerra para unir-se ás suas glorias como grande cabo de guerra.

O Sn. MINISTRO DA GUERRA:—Obrigado.

O Sn. JUNQUEIRA:—O nobre ministro que illustrou-se por tantos annos no serviço das armas e, principalmente, no ultimo periodo em que foi commandante de nossas forças, não pôde, conheço, dedicar-se completamente hoje a essas questões não só de legislação como parlamentares.

Não é esta a principal gloria de S. Ex., por isso eu disse que estava, de alguma maneira, concto, porque via diante do ministro da guerra o general que a 24 de Maio de 1866 soubo elevar tão alto a bandeira nacional (apoiados).

Por essa razão o nobre ministro da guerra não deve agastar-se, por fazerem estes ralhadores algumas observações.

O Sn. MARQUEZ DO HENVAL (ministro da guerra):—Em attenção ao partido e por opposição systematica. (Não apoiados.)

O Sn. BAIÃO DE CORTES:—O que elle disse?

O Sn. CORREIA:—Opposição systematica!

O Sn. JUNQUEIRA:—O nobre ministro não tem razão desde que viu a maneira por que discutimos aqui os negocios da marinha e votamos a lei de forças de mar; S. Ex. viu que o nobre ministro da marinha foi aqui tratado com a maior benevolencia e cavalheirismo. Igualmente S. Ex. o está sendo.

Estamos fazendo observações para cumprir o nosso dever, e sem o menor espirito de hostilidade, porque sabemos que o nobre ministro foi e é grande general antes de encetar a carreira administrativa, em que muitas vezes tem de guiar-se por informações que não são as mais convenientes.

S. Ex. não deve tomar as nossas palavras sinão no bom sentido que ellas têm.

Recordo-me, Sr. presidente, que um presidente do conselho de ministros em França, o marechal Soult viu-se uma vez na camara em antagonismo com o seu collega Guizot. O marechal queria uma cousa e foi contrariado por Guizot que disse: «O meu presidente, o marechal sabe ganhar batalhas, mas aqui eu creio que sei um pouco mais.»

A camara seguiu o pensamento do Guizot e o illustre vencedor de tantas batalhas não se agastou, porque conhecia que a sua gloria principal estava nos campos de peleja, em que tanto se tinha illustrado.

Sr. presidente, ou comprehendendo e proclamando que um general da ordem do nobre ministro da guerra é, por assim dizer, um deposito nacional em que todos confiam, (apoiados) para desaggravo da honra da nação, (apoiados) e por isso não o quizera jamais ver envolvido activamente nos val-vens, ou paixões da politica, ou prestando seu nome a erros alheios.

Quem não vê, senhores, que Mac-Mahon é muito maior, é um vulto muito mais importante quando commandava nas batalhas de Magenta ou de Richofsein, do que quando despachava com os seus ministros como presidente da republica franceza? Quem não vê que elle é muito maior quando desembañhava a espada para defender a França e vencer os seus inimigos?

E' por isso que ficamos conctos diante do distincto general, e não ousamos fazer a S. Ex. sinão os reparos que o nosso dever nos suggere, porém, sempre em termos proprios, e sem o menor desejo de hostilidade.

E' verdade que penso que quasi todos esses actos de extinção e redução foram devidos ao nobre ministro que esteve interinamente no pasta da guerra; foi justamente por esse tempo que se fizeram esses cortes, que se incluem no quadro para *inglês ver*, este quadro que não tem razão de ser.

O Sn. MARQUEZ DO HENVAL (ministro da guerra):—Parece-me que não cabe ao ministro que esteve alguns dias antes de mim a responsabilidade desse acto. Esse quadro foi feito pela repartição fiscal annexa á secretaria da guerra.

O Sn. JUNQUEIRA:—Este quadro decompõe-se da maneira seguinte:

Primo, serviços extinctos ou reduzidos em vir-

tude do orçamento votado em 1877 pelo partido conservador.

*Secundo*, extincção de serviços necessários e contra a lei.

*Tertio*, serviços que apenas mudaram de denominação, e que devem apparecer como despesa debaixo de outras rubricas.

Neste quadro apenas vejo como diminuição de despesa propriamente dita a dispensa de alguns addidos e outras cousas de minima importancia.

Na secretaria de estado concordo que se dessem semelhantes economias em pequena escala; na repartição de ajudante general figura uma economia de 40:128,000 que não é real.

A repartição tem hoje um pessoal maior do que aquelle que tinha, porque, como já disse, para lá levaram algumas officinas que estavam servindo em outras commissões extintas.

Portanto esta redução é illusoria.

Na repartição de quartel-mestre general figura uma diminuição de 5:496,000 annuaes, mas é illusoria, porque para lá têm ido depois alguns officiaes.

Na repartição fiscal a economia é muito menor annualmente do que afirma o quadro da letra A. Em rigor, pôde-se dizer que houve até um desfalque para o thesouro.

Vou explicar isto.

As repartições annexas á secretaria da guerra, como sejam a repartição fiscal, a repartição de ajudante general, a repartição de quartel-mestre general durante a guerra do Paraguay, pela força das circumstancias que induziam á severas economias no interior, foram reduzidas, e ficaram muito desfalcadas de empregados. Todos os ministros da guerra, d'ahi para cá, têm pedido augmento do pessoal.

A repartição fiscal foi a que ficou peor dotada, e assim mesmo teve de destacar empregados para occorrer ás necessidades do serviço de intendencias fóra do paiz, de filiaes da repartição fiscal em Assumpção e Montevideu.

Em virtude disto admittiu-se addidos e fez-se mais: mandou-se que fóra das horas do expediente esses empregados examinassem as contas, que se amontoaram, para ver si alguma cousa havia contra os interesses da fazenda.

Esse trabalho fóra das horas do expediente produziu bons resultados: verificou-se nas contas dos responsaveis erros, ou enganos contra a fazenda publica em somma superior á que se despendia com a gratificação por esse serviço extraordinario.

As glozas eram tão grandes que davam para pagar a gratificação dos empregados e ainda o thesouro devia receber uma avultada quantia.

Si o nobre ministro mandar organizar um quadro das glozas que foram feitas nas contas, verá que o dinheiro despendido com essas gratificações não foi em pura perda, e que a inculcada economia do quadro annexo é illusoria neste como em outros pontos.

Senhores, é assim que se escreve a historia! Mãos informantes levam um ministro a afirmar que se dão economias em tal escala, quando realmente ellas não passam de pouca cousa; nem mesmo se podem fazer esses milagres de realizar os serviços conhecidos com tão enorme diminuição de despesa, como a apregonda pelos arautos da situação. Os balancos futuros hão de demonstrar-o.

Quanto á commissão de melhoramentos, já fiz no-

tar que esses officiaes passaram para outras repartições, pois tinham os seus vencimentos militares. Portanto ali não houve propriamente diminuição.

*Arsenal de guerra da corte*. Em primeiro logar essa diminuição foi autorizada pela lei do orçamento votada em 1877. Além disso pelo facto de se despedirem jornaleiros e extinguir-se algumas officinas não se deve concluir que a despesa total seja diminuida, pois os artefactos são indispensaveis; e si o arsenal os não fabrica, si tem de recorrer á industria particular cujos preços são mais elevados, ha de pagar-os inclusive o valor da mão de obra.

Logo não houve economia propriamente na verba jornaleiros e officinas, visto ficar a despesa compensada em outra verba.

Nos hospitaes militares não houve tambem economia, porque os soldados fazem as vezes de enfermeiros; e os soldados vencem soldo, etapa e fardamento: arredam-se do seu serviço proprio.

Ha outra economia de 35:000,000 que se diz effectuada com os conselhos de guerra, para os quaes eram chamados officiaes reformados; mas depois se reconheceu que aquella despesa era indispensavel e tom-se chamado aquelles officiaes. Assim a economia não existe; fez-se unicamente menção della para brilhar no quadro.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):— Economia se fez embora em pequena escala.

O Sr. JUNQUEIRA:—Mas não de 35:000,000.

Nas obras militares se diz que houve a diminuição de 15:000,000; mas, é certo que os officiaes alli empregados tiveram outro destino.

E' real a economia com a fabrica de polvora da Estrella, na importancia de 31:000,000 por anno: é real, porque a fabrica até segunda ordem não faz mais nem um grão de polvora.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):— Porque não temos onde arrecadala.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Mas fez polvora a fabrica de Coxipó no Matto-Grosso.

O Sr. JUNQUEIRA:—Fiz um calculo, Sr. presidente, que demonstra qual a diminuição feita com suppressão de serviços. Essas suppressões sobem a 629:383,140. Suppressão de serviços determinados por lei, ou exigidos por conveniencia publica, não é economia. Além disso é necessario ver que nestas verbas em que se diz ter-se feito economia estão classificadas sob outra rubrica. Muitos serviços que se deram por extintos foram depois renovados. De sorte que na realidade a redução do despesa não excede de 300:000,000, e portanto as economias de que tanto se tem fallado não são tantas. O quadro apresenta a economia annual na repartição da guerra de 1.138:980,528: ha nisso uma exaggeração de cerca de 800:000,000.

Com estas observações, como disse, não quero fazer carga ao nobre ministro da guerra. Sei perfeitamente que nessa repartição é mister despendir dinheiro com muitos serviços urgentissimos. Quero sómente dizer que não se deve lançar sobre a situação passada todas essas accusações com que os nossos adversarios querem sustentar-se.

Digo que admitto e reconheço que o ministerio da guerra fizesse algumas economias; mas apresentar esse quadro maravilhoso de 1.138:980,528, de economias, quando naes economias não se effectuaram, é realmente um artificio de informantes

ou uma doce illusão para enfeitar um relatório, mas que se desvanecerá a menor analyse.

O Sr. CRUZ MACHADO: — Apoiado. É um jogo de cifras que não exprime a verdade.

O Sr. JUNQUEIRA: — Muito estimei que o nobre ministro dissesse que os arsenaes estão repletos de bom armamento, e agradeço-lhe pela parte que nisso tive. Na verdade isto muito contenta, para que não succeda que, quando de repente tenhamos uma questão externa, não estejamos desapercebidos, sem poder recorrer ao estrangeiro, visto que presentemente, em virtude de convenções internacionaes, não se pôde obter facilmente armamento; e além disso o seu fornecimento consumiria tempo. Mas peço a S. Ex. que na guarda desse armamento melhorado haja o maior cuidado, afim de não ser desviado do seu destino.

Do expediente do ministerio da guerra consta que algumas armas a Comblain tinham sido emprestadas á policia da Parahyba do Norte.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — Não é exacto.

O Sr. JUNQUEIRA: — Que foram emprestadas diz o aviso de S. Ex. que passo a ler (*lê*):

« Aviso de 23 de Dezembro ao presidente da Parahyba, declarando que, devendo ser restituído á respectiva companhia de infantaria o armamento á Comblain, que, por empréstimo, foi dado ao destacamento do corpo de policia que seguiu para o interior da mesma provincia, cumpre que solicite o fornecimento do armamento necessario para aquelle corpo, quando não o haja no deposito de artigos bellicos, afim de se resolver a semelhante respeito, mediante a competente indemnização. »

Foi S. Ex. mesmo quem fallou em empréstimo.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — O presidente mandou dal-as, e o ministerio da guerra reprovou o facto.

O Sr. JUNQUEIRA: — Eu não disse que o nobre ministro fôra quem emprestara.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — Mas quem ouve pensa que foi o ministro quem fez o empréstimo, quando elle reprovou o acto?

O Sr. JUNQUEIRA: — Quem ouve, ouve as palavras que estou dizendo, salvo si não entende o valor comeseinho das expressões. O que eu disse foi que o presidente da Parahyba emprestou ao corpo de policia armamento á Comblain.

Por isso peço a V. Ex. que interponha sua autoridade, afim de que semelhantes empréstimos não se repitam, porque o armamento vem a ficar completamente estragado.

Sr. presidente, fallou-se nesta casa a respeito de um facto, em cujo começo tive parte, isto é, na transferencia do então major graduado João Nepomuceno de Medeiros Mallet. A lei de 24 de Maio de 1873 autorizou a reorganização do corpo de engenheiros e do de estado-maior da 1.<sup>a</sup> classe; e posteriormente expediu-se o decreto de 27 de Junho de 1874, em que se determinou que sómente no posto de capitão tenham de passar os officiaes de outras armas para aquelle corpo de estado-maior. Diz-se que o então major graduado Mallet não podia ser transferido, porque não era capitão; mas, senhores, pela legislação militar, o major graduado capitão é, vence o mesmo soldo de capitão, faz o mesmo serviço de capitão, é considerado como tal

no almanack militar; não havia, pois, cousa alguma que inhibisse o ministro daquella época de fazer transferencia, e por isso a fiz.

Ainda se tem objectado que o Sr. Mallet não tinha todas as approvações plenas; mas, elle tinha, Sr. presidente, as habilitações theoricas e praticas, e as approvações todas plenas não eram exigidas para essa transferencia; o decreto de 27 de Junho de 1874 exige-as unicamente para a promoção ao posto de tenente; seria dar á lei effeito retroactivo.

Digo estas palavras para demonstrar sómente que a transferencia que fiz foi legal, e, si me fosse lícito acrescentar algumas palavras, diria que o major Mallet é um official distincto.

A respeito da disciplina do exercito, Sr. presidente, eu não carregarei as côres do quadro. Acho que o exercito não pôde ser acoinado em geral de falta de disciplina. O castigo corporal está felizmente abolido no nosso exercito, e, na verdade, é para admirar que, depois da extincção desse castigo, não tenham apparecido factos em tal quantidade que fizessem com que o legislador se arrependesse de ter realizado essa liberal reforma, e ao orador, que se dirige ao senado, o ter propugnado por ella. Neste ponto me colloco ao lado do nobre ministro da guerra e contra seu collega da justiça. Acho que, realmente, pequenos motins, brigas entre uma praça de linha e um soldado de policia, ou entre uma praça de linha e um paisano, não mereciam as honras de ser mencionadas em um relatório e trazidas ao parlamento como questões que affectam a disciplina do nosso exercito.

Nos exercitos melhor disciplinados taes factos se dão quando os corpos estão em serviço de guarnição e, principalmente, quando como entre nós, estão em serviço de policia. Portanto acho que o nobre ministro da justiça carregou a mão neste quadro, para o qual aliás não devia procurar as tintas de Tacito, e sim procurar um pincel um pouco mais leve.

O nobre ministro da guerra propõe em seu relatório que os officiaes de corpos especiaes possam ser temporariamente transferidos para corpos arregimentados. Esta medida, Sr. presidente, tem seu assento no exercito da Prussia, mas alli a organização é um pouco diversa. Entre nós é muito difficil que um official scientifico possa ir fiscalisar um corpo arregimentado; seria não commandante ou um major que não cumpriria exactamente seus deveres por não conhecê-los.

Si nossa organização militar fosse outra, poderíamos talvez tentar alguma cousa nesse sentido, como se fez na Prussia; mas com a actual reorganização acho que a medida traria más consequencias, por exemplo, ir um official do corpo de engenheiros commandar por algum tempo um corpo de infantaria.

O nobre senador pela Bahia, que hontem fallou, referiu-se ao corpo de Goyaz. Sobre este ponto minha duvida provém da legalidade do acto. Sabe o nobre ministro que, depois da guerra teve o nosso exercito uma reorganização pelo decreto de 12 de Agosto de 1870; crearam-se 21 batalhões de infantaria e deu-se á artilharia e á cavallaria a organização precisa, mas o corpo de Goyaz foi considerado corpo fixo. Como é, pois, que sem um decreto revogando aquelle pôde-se fazer um corpo passar para outra provincia e mudar inteiramente sua séde?



O Sr. MARQUÊZ DO HERVAL (*ministro da guerra*) dá um apêndice.

O Sr. JUNQUEIRA:—Eu soubo que do arsenal da provincia de Pernambuco tinha sido demittido um empregado antigo de nome Candido Lobo, o que fôra nomeado, não muito de accordo com o regulamento um official, cujo serviço foi de tal ordem que deu-se um desfalque e esse official suicidou-se.

Não sei bem até que ponto são procedentes as censuras a estes actos, mas as refiro porque conheci o honrado empregado que foi exonerado, para o que talvez influíssem as eleições, contra as quaes o nobre ministro da guerra parece hoje pronunciar-se.

Sr. presidente, como eu disse no começo, meu fim principal era justificar as emendas; por isso não alongarei as observações que estou fazendo, mesmo para que o nobre ministro não pense que desejamos fazer-lhe opposição systematica.

O senado e eu, pela minha parte ao menos, o que faremos é discutir aquelles assumptos que viarem à tala do debate sem ter em vista absolutamente crear ao governo embaraços que não sejam aquelles que a constituição e o regimento nos permitem.

De nenhuma maneira queremos fazer opposição systematica. Havemos de votar esta lei como votaremos todas as outras que aqui vierem no sentido do interesse publico, e só nos opporemos quando entendermos que o interesse do Estado e a prosperidade do Brazil nos determinam positivamente que nos opponhamos (apoiados).

Os nobres ministros, si entenderem que isto é opposição systematica, que as observações que fazemos no sentido de trazer a luz sobre a administração publica é unicamente por espirito de opposição, podem pensar assim, na certeza porém de que não nos demoverá do nosso proposito nem o juizo favoravel nem o juizo desfavoravel que os nossos adversarios possam fazer a nosso respeito. (Muito bem.)

O Sr. MARQUÊZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):—Muito bem.

O Sr. MARQUÊZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):—Sr. presidente, darei algumas explicações aos reparos que em seu discurso fez o nobre senador pela provincia da Bahia sobre assumptos do ministerio da guerra. Perguntou S. Ex. si o ministro da guerra pensa no projecto de reorganização do exercito de que fallou no seu relatorio, reduzindo o numero dos officiaes dos corpos scientificos e dos postos de generaes. Responderei ao nobre senador que tenho um projecto neste sentido para opportunamente apresentar ao corpo legislativo, visto que temos ainda muito tempo, projecto que nem ha de augmentar despesa e nem prejudicar o serviço. Neste projecto tambem tenciono fazer a redução dos dous ultimos postos de generaes.

Não sou, porém, daquelles que têm em si tão alta confiança que dispensam o conselho dos seus camaradas mais illustrados, e, pois, submeterei o meu projecto á sua apreciação e afinal, como tudo depende do corpo legislativo, a representação nacional fará nessa occasião o que melhor julgar.

Os Srs. PARANAGUÁ E DANTAS:—Muito bem.

O Sr. MARQUÊZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):—O nobre senador aconselha que o ministro da

guerra se opponha aos destacamentos que os presidentes das provincias costumam pedir. Já disse alguma coisa a esse respeito que julgo desnecessario agora repetir. Entretanto, direi ainda, que não acho o ministro da guerra autorizado para recusar ás autoridades legitimas os recursos de que ellas necessitam, para manterem a sua autoridade e a de seus subalternos e a tranquillidade publica.

Alguem fez o reparo de que o ministro da guerra lançasse á conta do corpo legislativo o remedio para este mal da distribuição do exercito, quando o corpo legislativo não tinha recursos para isto. Penso que a idéa do nobre senador poderia ser satisfeita si o corpo legislativo em vez de crear companhias de 50 soldados, para as provincias que não têm maior guarnição, creasse essas companhias com 120 homens, pelo menos.

Este meu pensamento ainda mais se robusteceu depois que ouvi o nobre senador declarar com todo o criterio e acôrto que o dispendio de alguns contos de réis não era motivo para deixar de fazer-se um serviço util, com o que concordo inteiramente.

As companhias de 120 praças serão companhias de guarnição pertencentes ao exercito, e que em caso de guerra formarão corpos arregimentados e poderão ter a conveniente instrucção e disciplina.

E, porém, assumpto que deve fazer objecto de um projecto e que a nobre commissão de marinha e guerra, pôde, si lhe parecer, tomar a seu cargo apresentar.

O nobre senador fallou do comportamento de um official da provincia do Rio Grande do Sul que foi preso pelo respectivo commandante. Tenho noticias de que esse official não se tem comportado bem em parte alguma onde tem servido.

Tendo alcançado ser alferes de commissão na guerra do Paraguay, e graduado posteriormente em virtude da lei não pôde ser ainda confirmado até agora por causa de suas más notas. A justiça ha de tomar conta do facto; mas desde já declaro ao nobre senador que não foi isso o que produziu a prisão e o conselho de guerra do tenente-coronel, commandante daquelle alferes.

O nobre senador, fallando a respeito do 2.º corpo de cavallaria de Goyaz, e do que se acha em meu relatorio, indicando a necessidade da mudança desse corpo, chegou a concluir que eu devia tirar daquelle relatorio a palavra—Argentino.—Eu acceitaria esse conselho de alta politica, si tivesse a intenção de ao escrever essa palavra excitar alguma desavença. Não, senhores, assim como somos vizinhos dos argentinos, tambem o somos dos orientaes; uma guarnição de fronteira é coisa muito delicada e muito necessaria, que mal commandada pôde produzir questões que mais tarde compromettam as relações internacionais. Foi neste sentido que usei da palavra, á que se referiu o nobre senador.

De passagem fallarei da mudança do corpo de cavallaria de Goyaz para o Paraná, e nas oito companhias creadas nas diferentes provincias.

Uma companhia de 50 praças aquartelladas para fazer o serviço de uma provincia, si levarmos em conta a guarda do quartel, os soldados para o serviço do rancho, os doentes, que geralmente é uma sexta parte; os plantões da companhia; as patrulhas da localidade, que fica á disposição do presidente de uma provincia para o mais serviço?

Isto moveu-me a dizer que tais companhias deviam ser elevadas a um numero capaz de satisfazer as necessidades do serviço publico, porque cincoenta homens só servirão para justificar o gasto que se faz com fardamento, quartéis e hospitaes: este numero de homens não chega para o serviço.

Quanto ao 2.º corpo de cavallaria transferido para o Paraná, não posso explicar os motivos que determinaram a sua criação de modo que satisfaça ao senado, porque me repugna citar nomes e cousas que pudessem ser tomadas em má conta, o não venho aqui fazer recriminações, nem tão pouco alimentar animosidades no seio desta distincta corporação.

O SR. PARANAGUÁ:—Muito bem.

O SR. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):—... não venho brigar; procuro coadjuvar os Srs. senadores no serviço do paiz...

O SR. DANTAS:—Honra lhe seja feita.

O SR. MARQUEZ DO HERVAL:—O resto depende do vosso voto. Pensei então que esse corpo de cavallaria alli inútil, sem cavallos, porque quando vai um soldado ou official em serviço se lhe diz no detalhe—montado na canoa tal, e lá vai a cavallaria de canoa (*risadas*), e não sei para que crear cavallaria a pé.

Ora, attendendo a que a provincia do Paraná tem um extenso territorio, que confina com os nossos visinhos e que precisa do serviço daquella arma, e que tem, como ha pouco se disse aqui, uma massa de trabalhadores inquietos; precisamos por isso de ter alli cavallaria, em maior numero que o esquadrão que creou-se no Paraná, esquadrão que não está completo, e nunca suppoz que o corpo legislativo se oppuzesse á transferencia desse corpo, porque a conveniencia publica está acima de todos os caprichos, e nessa supposição expedi ordem para que o casco do 2.º corpo de cavallaria, (temporariamente) fosse reorganizar-se no Paraná e guarnecer aquella fronteira, deixando, porém, um esquadrão para fazer o serviço da provincia de Goyaz. Foi por isso que escrevi essas palavras no meu relatório; não escondendo a resolução ao corpo legislativo que, si não quizer acceeder á minha opinião, deixará as cousas como estavam e ficará a cavallaria remando (*risadas*).

O nobre senador fez uma comparação sobre este assumpto, que parece não ter dado attenção ás minhas palavras. Quando se creou o corpo de Goyaz com uma parada fixa, creou-se tambem o 3.º de artilharia, que está actualmente em Matto-Grosso. O nobre senador que ha pouco fallou incommodou-se muito porque era contra a lei mover-se o corpo de Goyaz para o Paraná; e o nobre senador a quem respondo, melhor aconselhado pela sua alta razão, disse que o governo devia mover o 3.º; o 3.º, porém, está nas mesmas condições; a lei o creou para estacionar em S. Paulo ou Paraná; e entretanto o governo deixou-o ficar alli, porque precisava delle para guarnecer as fortalezas com a artilharia com que estava armado.

Si o corpo legislativo entende que deve crear soldados para não se poderem mover sinão em virtude de uma nova lei, muito bem, mas si entender que o governo ainda tem a obrigação constitucional de empregar a força como julgar conveniente, escusamos de denominar corpo fixo desta ou daquella provincia, quando esse corpo pertence ao exercito.

V. II

Affirmou-se que o ministro da guerra havia feito economia com as providencias relativas á cavallada. O senado se incommodaria si tivesse de ouvir toda a explicação desse desgraçado assumpto na provincia do Rio Grande; devo, porém, repetir o que sempre disse: tem sido um esgoto dos dinheiros publicos em pura perda, e só devido ao deleixo dos que devem administrar esse trabalho; e pois, senhores, uma vez que pude quiz fazer alguma coisa no sentido de acabar com tanto desmantelo, com tanta desordem. São centenaes de contos que têm salido dos cofres publicos o que têm sido postos fora, sem se aproveitar coisa alguma: e quando o exercito necessita dos animaes que comprou, não encontra: está a pé. E porque? Porque todos descuidam-se e na hora da necessidade recorre-se á verba.

Senhores, quando os nossos antepassados conquistaram aquelles campos, foram, conforme a necessidade que tinham, applicando-os para o serviço do exercito, e quando a provincia invadida levantou os povos das antigas Missões que tambem tinham extensos campos em varios lugares, o governo decretou que elles passassem á propriedade publica, bem como que tivessem o mesmo destino os campos que pertenciam aos traidores que acompanhavam o exercito inimigo.

O exercito que se organizou em 1811 e 1812 na actual villa do Rosario, tomou conta do rincão de Saican para ter nelle a boiada de transporte e a cavallada; do mesmo modo as tropas de Missões tomaram conta de varios outros campos, v. g., rincão de S. Gabriel e Taroucan. Quando se povoou Porto-Alegre, com o inimigo á frente, tambem tivemos o rincão de Capivary e o de Bujuti. Depois da guerra de 1831 o presidente commandante do exercito, mandou para o rincão de Saican toda a boiada do exercito e bem assim a numerosa cavallada que estivera ao serviço de 15 ou 16 000 soldados (já se vê que era alguma coisa). Pois, senhores, dentro de poucos annos, estando na administração da provincia o nobre senador por Minas que está presente, não havia cavallos para dar aos corpos que tinham de fazer o serviço! Mil e seateculos bois mansos foram mettidos naquelle rincão, e tive noticia de que havia agora sómente 53!!!...

Um SR. SENADOR:—São mortaes.

O SR. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):—... os quaes mandei vender por inúteis e com o dinheiro comprar outros novos. Por ser este campo muito proprio para a criação, diversos particulares trataram de arrendal-o, e o que é mais interessante, é que no anno de 1853, (si bem me lembro) deu-se o rincão em questão a um particular com obrigação de cuidar nos poucos cavallos e bois que alli existiam, pagando-lhe a nação, no 1.º e 2.º anno dous contos de réis e d'ahi por diante um conto de réis ate o 9.º anno.

Esse contrato esteve aqui na mão de um senador, e existe em uma ordem do dia assignada pelo general Caldwell. Morrendo aquelle arrendatario ficaram seus successores no gozo de vantagens que o arrendatario auferia, deixando para os cavallos da nação um pedaço do mesmo campo, e que não prestava, porque era onde se criavam as sanguesugas que matavam os cavallos. Nessas condições, apparecem as difficuldades com a Republica Argentina, e o governo mandou comprar 25 a 30 mil animaes que foram recolhidos áquelle ponto.

Tinhamos quatro leguas ainda de campo inutil e ruim; e como cada legua apenas pôde dar pastagem a 2.000 animas e não a 25.000 (como se propuzera), em pouco tempo o que não morreu, fugiu desesperado; e os guardas, não podendo control-os, tivemos de perder oito mil e tantos cavallos, e além de se haver nullificado um dos bons officios de nossa cavallaria, que não podendo vencer as difficuldades que se multiplicavam foi mettido em um conselho de guerra, eahi está em Santa Cruz cumprindo sentença.

O governo, sabendo disso, mandou alugar tres campos particulares, mas esses campos não deviam continuar a servir de pastagem á cavallada, pela excessiva despeza que acarretava ao Estado.

A primeira vista, um vintem ou quinze réis por dia parece uma pequena quantia; mas annual importa em muito dinheiro no decurso de 365 dias. A cavallada que foi para essas invernadas, já se achava em mau estado, e, não podendo melhorar, tinha forçosamente de morrer. Nestas condições, entrando eu para o ministerio, prevaleci-me de uma clausula do contrato assignado pelo ex-ministro da fazenda, em virtude da qual podia o governo rescindir-o, e fiz effectiva a rescisão. Depois de muitas difficuldades e de muito trabalho pude obter dos dois campos do Estado para a cavallada. Não foi uma economia?

Até o mez de Novembro poderiam ir os cavallos para o seu destino, porque antes não podiam caminhar.

Deixamos de pagar um arrendamento carissimo; não se perderá mais a cavallada; estamos de posse do campo, e para evitar futuras duvidas mandei cereal-o de arame assim de saber-se que aquillo pertence á nação.

Com estas providencias temo o governo um campo fechado, e com excellentes pastagens no municipio de S. Gabriel, para conservar as cavalladas de reserva.

A despeza não excederá á 16:000\$000.

Quanto á outra despeza que o nobre senador disse que se ha de fazer com os campos arrendados para a cavallada dos corpos, essa é indispensavel porque o corpo que não tem campo arrendado recebe os cavallos, pastordam-nos até que elles morram e quando isto succede pedem outros.

—E isso que acontece quando não ha boa administração.

A compra de algum desses campos não pôde ser atacada de anti-economica, attendendo-se ás enormes despesas que se tem feito com as continuas remontas.

O Sr. Barão de Cotegipe:—Não contesto.

O Sr. Marquez do Herval (ministro da guerra):—O nobre senador aliron ao ministro da guerra uma accusação, que não me pareceu razoavel, mas quero crer que não houve proposito offensivo.

O nobre senador avançou que o ministro da guerra dissera que para o Rio Grande do Sul não se precisava bonets, e depois contratou-os.

Senhores, no Rio Grande do Sul não existiam bonets daquelle modelo, não convinha a confecção delles, fora do uniforme.

Foi preciso, pois, lançar mão dos que estavam depositados no arsenal da corte, e que deviam ir para a tropa daquelle provincia que ha dois annos estava sem fardamento, e então distribuindo o que tínhamos em deposito, força foi procurar os meios para obter outros para os futuros fornecimentos.

Eu, porém, que não conheço o Sr. Almeida nem o Sr. Palhares, dando as minhas ordens ao respectivo intendente, respondeu-me o illustre general, que occupa aquelle cargo, o seguinte: (Id)  
Rio de Janeiro.—Intendencia da guerra em 20 de Junho de 1878.

Illm. e Exm. Sr.—Em obediencia aos despachos hontem exarados nas duas propostas, em que Joaquim José Palhares se offerece a fornecer a esta Intendencia 49.000 bonets de feltro envernizados, iguaes aos que já tem fornecido, e pelo preço de 3\$000 cada um, e Almeida & Irmãos somente 13.000 bonets inteiramente iguaes áquelles mas a 3\$380 cada um, vou firmar contrato com este ultimo proponente, visto ser sua proposta a mais conveniente aos interesses da fazenda nacional.

—Não constando, porém, nesta repartição qual a duração estabelecida para taes bonets, e existindo ainda nella disponíveis 8.098 dos quinze mil bonets com que ultimamente acabou de entrar o primeiro daquelles proponentes em cumprimento de seu contrato de 14 de Julho do anno proximo passado, rogo a V. Ex. que se digne declarar-me qual a quantidade de bonets que devo contratar, para occorrer aos fornecimentos a fazer-se em o anno proximo futuro, ou no tempo que a V. Ex. aprovar.—Deus guarde a V. Ex.—Illm. o Exm. Sr. marechal de exercito, conselheiro Marquez do Herval, ministro e secretario de Estado dos negocios da guerra.—O bacharel José de Miranda da Silva Reis, brigadeiro intendente.

Fizeram-se estes contratos nas condições expostas. Si, á vista das informações das autoridades respectivas, fez-se o contrato com Almeida & Irmãos, a razão foi porque estes senhores propunham-se a fornecer os mencionados bonets por 520 réis menos que outros fornecedores.

Dou por terminando o que tinha a dizer (Muito bem.)

O Sr. Correia:—Em um aparte, quando orava o meu nobre amigo senador pela provincia da Bahia, o honrado marechal ministro da guerra deixou entender que via nas observações daquelle illustre senador o proposito de opposição systematica. Quem attendeu ao discurso do nobre senador teria notado que bem longe estava S. Ex. de tal proposito. Nem o desejo de fazer systematicamente opposição podia ser attribuido pelo nobre ministro da guerra a qualquer dos membros desta casa que até este momento se têm empenhado na discussão.

Encetando esta discussão, o senado viu que continuel a ter para com S. Ex. a deferencia que, em occasiões anteriores, lhe testemunhei.

O Sr. Marquez do Herval (ministro da guerra):—Apoiado.

O Sr. Correia:—A mesma deferencia tiveram para com S. Ex. os nobres senadores pela Bahia, Srs. Barão de Cotegipe e Junqueira. Foi pois uma injustiça immerecida que nos fez o nobre ministro (apoiados) querendo descobrir nas observações que fizemos em cumprimento do nosso dever o proposito de opposição systematica que até agora não temos tido, e não esperamos ter para com S. Ex.; porque, como bem ponderou o nobre senador pela Bahia que hoje fallou, sempre vemos no nobre Marquez o general que nos campos do Paraguay levantou alto a bandeira nacional (apoiados).

Mas já que S. Ex. entendeu dever occupar a posição de ministro da guerra, para a qual não

quero negar-lhe competência, não devia estranhar qualquer observação que fizéssemos no empenho de analysar os actos do nobre ministro que declarou hoje não estar no parlamento em seu elemento.

O Sr. DANTAS: — Mas isto é exacto; o seu primeiro elemento não é o parlamento; mas também não o tem estranhado; tem estudado e respondido.

O Sr. PARANAGUÁ: — Houve-se brilhantemente na resposta que acabou de dar.

O Sr. CORREIA: — O nobre senador não tem pessoalmente maior deferencia para com o illustre general, valente soldado do Imperio (apolado), do que eu. S. Ex. mesmo dará testemunho de que, na ultima sessão legislativa, em mais de uma occasião demonstrei quaes eram os meus sentimentos.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (ministro da guerra): — Apolado.

O Sr. CORREIA: — S. Ex. deve ouvir sem impacientar-se as observações que a posição em que fomos collocados nos impõe. Si o nobre ministro elevar também a sua gloria administrativa a um alto grão, teremos com isto prazer.

Para demonstrar a S. Ex. ser este o sentimento que nos anima, começarei pelo ponto da resposta do nobre ministro, em que S. Ex. tem razão.

Eu havia fallado em movimento de tropas na provincia do Rio Grande do Sul, dizendo que somente tinha permanecido um regimento em S. Gabriel.

Foi uma informação que tive. Referindo-se a ella, o nobre ministro disse que me fôra dada com maldade. Não creio que assim fosse.

Procurei porém, depois que ouvi a contestação do nobre ministro, novas informações acerca do que havia de real no movimento de tropas na provincia de que S. Ex. é digno representante. Vou submettel-as á apreciação de S. Ex., rogando-lhe que as conteste si não forem verdadeiras.

Existem na provincia seis batalhões de infantaria, um regimento de artilharia e quatro regimentos de cavallaria. Quanto ao regimento de artilharia, permanece em S. Gabriel. Dos batalhões de infantaria S. Ex. transferiu o 13.º de S. Borja para o Rio Pardo, e o 3.º de Jaguarão para o Rio Grande. Dos regimentos de cavallaria transferiu o 2.º de Bagé para Jaguarão, o 3.º de Jaguarão para Bagé, o 4.º de Sant'Anna do Livramento para S. Borja, e o 4.º de S. Borja para Sant'Anna do Livramento.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (ministro da guerra) dá um aparte.

O Sr. CORREIA: — Acolto qualquer rectificação que o nobre ministro faça; porque nos meus anteriores discursos, assim como agora, o meu proposito é a verdade; somente com a verdade desejo argumentar.

Quanto aos commandantes dos corpos de infantaria, S. Ex. mudou: o tenente coronel Francisco de Lima e Silva para o 13.º, no Ceará; o coronel José Lopes de Oliveira do 6.º para o 2.º em Pernambuco; o tenente coronel Americo Antonio Cardoso do 13.º para o 9.º na Bahia, e o tenente coronel João Theodoro Pereira de Mello do 18.º para o 16.º na Bahia.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (ministro da guerra): — Sim, senhor.

O Sr. CORREIA: — Estas informações, como o senado acaba de ver, são exactas. Deram-se estas mudanças até molado do anno passado?

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (ministro da guerra): — Não, senhor.

O Sr. CORREIA: — Deram-se algumas logo que o nobre ministro entrou no exercicio do cargo?

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (ministro da guerra): — Não posso responder senão mandando vir o mappa do quartel-general. A este respeito já lhe disse o que cumpria.

O coronel do 6.º é aquelle que não pôde conter seus soldados, quando se deu uma desordem entre elles e a policia. Eu não devo questionar aqui sobre a qualidade dos officiaes. Quando elles erram, tenho obrigação de corrigil-os, mas não devo trazer para o parlamento as correções que cada um sofre em particular.

O Sr. CORREIA: — Estou unicamente tratando de precisar factos, sem pedir que o nobre ministro dê seu julzo sobre o merito dos officiaes.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (ministro da guerra): — Si o nobre senador me permittisse, dizer duas palavras, veria que o lado politico a que pertence perden mais de cem votos de meus camaradas que se mudaram dos logares aonde estavam qualificados. Entretanto quer o nobre senador attribuir a essas mudanças interesse eleitoral.

O Sr. DANTAS: — Nunca força publica interveiu tão pouco nas eleições. Na Bahia nenhum soldado interveiu. Opportunamente se ha de discutir isso aqui.

O Sr. CORREIA: — Não vejo presente nenhum representante da Bahia do lado contrario ao do nobre senador, que começa suas observações nesta casa com os mesmos sentimentos, que tanto o recommendam, na defesa dos interesses de sua provincia e do seu partido.

O Sr. DANTAS: — E do nosso paiz, a que pertence mais do que a meu partido, estimando-o aliás muito.

O Sr. CORREIA: — São patrioticas palavras que folgo de ouvir da bocca do nobre senador, ex-ministro e provavelmente futuro ministro.

O Sr. DANTAS: — Não o desejo.

O Sr. CORREIA: — O senado tomará nota dessas palavras, o paiz as registrará e ficará sabendo que o nobre senador, ministro ou não, collocará sempre o interesse geral acima do interesse do seu partido.

O Sr. PARANAGUÁ: — Apoiado.

O Sr. CORREIA: — Mas prosigamos. Reunindo esses factos, que o nobre ministro da guerra em seu longo aparte não contestou, a outros que se deram com relação á guarda nacional da provincia do Rio Grande do Sul, não é de mais o dizer, e foi isto o que eu disse quando fallei pela primeira vez, que no regimen da actual administração a força publica no Rio Grande do Sul se acha em condições especiaes.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (ministro da guerra): — Não apoiado.

O Sr. CORREIA: — Está tão adiantada a hora, Sr. presidente, que sinto não poder tomar em consideração, visto que muitas outras observações

tenho ainda de fazer, as contestações do honrado ministro acerca da promoção dos officiaes a que me referi no meu primeiro discurso. Entretanto, quanto a do 1.º cadete, 1.º sargento, promovido a alferes, notei que o nobre ministro, lendo o sonado a relação dos que estavam no caso de ser promovidos, declarou achar-se esse no n. 50. Corrobora isto a pergunta que então fiz a S. Ex.: quantos dos 1.ºs cadetes, 1.ºs sargentos, habilitados como não estava o promovido, ficaram à margem? S. Ex. foi muito abaixo na lista procurar o 1.º cadete promovido.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):— A lista foi feita há mais de um anno.

O Sr. CORREIA:— Parecia-me que S. Ex. contestaria melhor minha observação dizendo: «Era esse o cadete, 1.º sargento, a quem cabia a promoção.»

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):— Si não fosse, não era promovido.

O Sr. CORREIA:—Pode ter sido legal a promoção, mas haver na lista outros que as condições do promovido reunissem a habilitação que faltava a este, collocando no numero 50; e de certo que, como bem observaram o nobre ministro e os honrados membros da minoria liberal, não entrando na administração da guerra, sobretudo em promoções, a politica (*apoiados*); a promoção deve recahir, em igualdade de condições, no mais antigo. No caso de que nos occupamos, nem havia igualdade de condições. Estavam outros em condições mais favoráveis: a promoção não devia ser a que foi.

De muitos pontos sobre que fallei não tratou em sua resposta o nobre ministro da guerra. S. Ex. occupou-se com o movimento de tropas na provincia do Rio Grande do Sul, mas nada se dignou de dizer acerca de outros em que toquei: do Pará para o Amazonas, de Pernambuco para a Bahia e desta corte para S. Paulo. Este ultimo é da inteira responsabilidade do nobre ministro.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):— É grande...

O Sr. CORREIA:— E nada tambem se dignou dizer acerca da despesa feita com esses movimentos de tropa. Eu ponderei que, conhecido o algarismo da despesa, muito se teria de reduzir na tabella das economias que o nobre ministro juntou ao seu relatorio.

No paquete nacional *Bahia*, que chegou a esta cidade no dia 15 de Outubro, regressou o 10.º batalhão vindo de Pernambuco. Qual a despesa feita com a ida e vinda? Não havia possibilidade de conduzir o batalhão em algum transporte do Estado?

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):— Não.

O Sr. CORREIA:— Disse-se que sómente com a remoção deste batalhão despendeu-se mais de duzentos contos.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*) dá um aparte.

O Sr. CORREIA:— Não é exatto? Desejo muito que o nobre ministro conteste. Mas foi este o calculo que se fez então pela imprensa, onde colhi os apontamentos que agora apresento ao nobre ministro. Si ha exaggeração na somma, estimarei sabel-o, assim como conhecer o verdadeiro, o real alga-

rismo da despesa feita com o movimento de tropas.

O nobre ministro contestou a divergencia que notei entre a proposta de fixação de forças de terra apresentada por S. Ex. e as palavras que a tal respeito escreveu em seu bem redigido relatorio; e o que, tratando das economias que devem ser feitas para o equilibrio da receita e da despesa, recommenda o seu collega da fazenda, o qual espezifica, entre as reduções de despesa, a que se refere a força de linha.

A divergencia não pôde ser mais clara. Si o numero de praças fixado na ultima lei de forças de terra é 15.000, desde que o nobre ministro da guerra apresenta uma proposta com este mesmo numero, evidente é que não se pôde fazer a redução que em seu relatorio aponta o nobre ministro da fazenda com relação a força de linha.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):— É porque V. Ex. não vai ás companhias de menores com que o ministerio da guerra responde, ás companhias de aprendizes militares, de cuja despesa tenho aqui a nota, o que ha de horrorisar a quem não sabe quanto se gasta.

O Sr. CORREIA:— Mas propoz V. Ex. alguma redução nesta parte?

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL:— Não.

O Sr. CORREIA:— Esta despesa é horrorosa, diz o nobre ministro.

Referiu-se a ella o nobre ministro da fazenda em seu relatorio? Ainda que assim fosse, a divergencia subsiste, porque o nobre marechal não propõe redução alguma em tal despesa.

Respondendo-me o nobre ministro na parte em que tratei do assentimento que S. Ex. dava para arredar dos corpos arregimentados os respectivos officiaes, afim de serem empregados em commissão estranha, S. Ex. disse que não conhecia lei que o impedisse de o fazer.

Eu esperava que o nobre ministro respondesse antes, mostrando a lei que o permitia; porquanto na propria natureza dos corpos arregimentados está a necessidade de permanecerem os officiaes no exercicio de suas funções, sobretudo em relação aos maiores fscas que têm serviço especial e muito importante.

A retirada desses officiaes para commissão estranha torna necessaria uma serie de interinidades que não deve ser tolerada senão quando resulta de circumstancias que não se podem remediar.

S. Ex. de certo modo deu-me razão quando declarou ter já mandado organizar a relação dos officiaes do estado-maior que podem ser nomeados para essas commissões de secretario dos commandos de armas, de ajudante de ordens das presidencias, etc.

Porque S. Ex. mandou organizar essa relação? Porque reconheço que taes nomeações são as regulares; e numerosas são as ordens do ministerio da guerra, para que cesse o abuso de serem empregados officiaes de corpos arregimentados em commissões proprias dos officiaes do estado-maior do 1.º e 2.º classes.

E porque tem-se declarado invariavelmente que isso é um abuso? Porque o que convem é que permaneçam nos corpos arregimentados os respectivos officiaes. Entretanto, o nobre ministro ainda fez, segundo noticia do *Diario Official*, a mudança de um official do estado-maior do 2.º classe, que servia como secretario do commando da fronteira e guar-

nição da cidade do Rio Grande, nomeando para substituí-lo um capitão do batalhão 12.º de infantaria. Tinha servido mal aquelle official do estado-maior, que allás prestou serviços na guerra do Paraguay? Não. Digo-o fundado no seguinte documento (18):

« Quartel-general do commando da fronteira e guarnição da cidade do Rio Grande do Sul, 12 de Julho de 1878.

#### ORDEN DO DIA.

« Dispensado por aviso de 19 de Junho findo, como me foi communicado em officio n. 2394 de 7 deste mez do Exm. Sr. marechal commandante das armas, do logar de secretario deste commando o Sr. alferes do corpo de estado maior de 2.ª classe Thomaz de Mello Guimarães que se recolherá á corte do Imperio e nomeado pelo mesmo aviso para exercer essas funções o Sr. capitão do 12.º de infantaria Anacleto Ramos de Abreu Corvatho Contreiras, addido ao 3.º da mesma arma, determino que hoje entre nesse exercicio.

« Ao fazer publica a guarnição do meu commando essa disposição, grato me é enunciar que o Sr. alferes Thomaz muito me satisfaz durante o tempo que sob minhas ordens serviu; revelando muita delicadeza, intelligencia e zelo pelo serviço; pelo que cumpro o dever de agradecer-lhe, sentindo separar-me de tão distincto companheiro queo excellento auxiliar. — Augusto Cesar da Silveira, brigadeiro graduado. »

Na tabella de economias realizadas pelo nobre ministro, annexa ao seu relatório, S. Ex. menciona as que resultam das resoluções tomadas acerca dos conselhos de guerra.

Sobre este ponto já fallou hoje o honrado senador pela Bahia, ex-ministro da guerra.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — E' repetição.

O Sr. CORREIA: — Se eu repetisse....

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — Estava no seu direito.

O Sr. CORREIA: — Reconhece? Mas V. Ex. andou muito depressa; tomou o recado no topo da escada; vai ver que não é uma repetição e que o aviso que passo a ler ainda não foi trazido ao senado.

Eis o aviso dirigido ao presidente da Parahyba em 21 de Novembro ultimo:

« — A presidencia da provincia da Parahyba, declarando que fica approvada a deliberação que tomou de chamar, na falta absoluta de officiaes superiores reformados do exercito, o major honorario João Mamede de Solxas Machado para servir em conselho de guerra; devendo informar porque razão não foi nomeado para aquella commissão o melhor reformado Luiz Estanislao Rodrigues Chaves que reside na mesma provincia, cumprindo que tenha em vista o que dispõe sobre tais nomeações a circular de 21 de Junho do corrente anno. »

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — O presidente não precisava ordem para chamar officiaes para o conselho de guerra.

O Sr. CORREIA: — Mas V. Ex. approva o acto do presidente, exigindo uma informação e chamando-lhe a attenção para a circular de 30 de junho, para a economia.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — Está desnaturando os factos.

O Sr. CORREIA: — Desnaturando os factos quando leio um aviso? Não é com intenção. Será porque não entendo bem da materia.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):

— V. Ex. pôde dar leis nisto e em tudo, mas está desnaturando os factos, porque as leis autorizam o presidente a chamar os officiaes de que puder dispôr para os conselhos de guerra; é assim que chama medicos, officiaes de policia e de guarda nacional. Eu não queria os officiaes que lá estavam fazendo o conselho e multiplicando o serviço, não se pôde fazer de um procedimento deste um acto digno de accusação.

O Sr. CORREIA: — Eu trouxe o acto para corroborar o que disse o meu illustre amigo, senador pela Bahia.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — Inventou, poetizou.

O Sr. CORREIA: — Mas o aviso tambem é poetico?

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — Mas V. Ex. está fallando tanto sobre elle!

O Sr. DANTAS: — Este aviso é militar no fundo e na forma.

O Sr. CORREIA: — O nobre ministro approva uma despesa...

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — E como não havia de fazer-se despesas?

O Sr. CORREIA: — Depois de tudo isto, o que fica subsistindo é que ainda se fazem, como anteriormente, despesas com a chamada de certos officiaes para o serviço dos conselhos de guerra.

O aviso foi muito bem trazido para a discussão, visto que prova o que se pretende demonstrar.

O Sr. DANTAS: — A consequencia é que a regra passa a ser excepção.

O Sr. CORREIA: — O nobre ex-ministro da guerra, o Sr. Junqueira, disse que a despesa que se está fazendo com esses officiaes em serviço nos conselhos de guerra não ha de ser muito menor do que aquella que antes se fazia.

O Sr. DANTAS: — E' o que cumpre mostrar.

O Sr. CORREIA: — A este respeito refiro-me á autorizada opinião do Sr. Junqueira. Não tenho os dados precisos para fazer a comparação que o nobre senador deseja.

Por aviso de 7 de Dezembro do anno passado o nobre ministro declarou que approvava a deliberação que tomou o presidente da provincia do Rio Grande do Sul de mandar entregar ao vigario da freguezia da Lagôa Vermelha, para o serviço da respectiva matriz, os paramentos, livros e mais objectos que pertenceram á capella da colonia militar Caseros, já emancipada. Esses objectos pertenciam ao Estado, e o nobre ministro, sem autorização que me consta, os cedeu á provincia.

Em aviso de 12 do mesmo mez de Dezembro o nobre ministro requisitou do ministerio da fazenda « que, por conta do exercicio ainda aberto de 1877—1878, fosse concedido á thesauraria da fazenda da provincia de Pernambuco o credito de 73:981:506 para liquidar as despesas do dito exercicio. »



Foi muito imperfeitamente feita a publicação deste aviso no *Diário Official*.

Trata-se do exercício de 1877—1878, quando já o semestre adicional estava a terminar; o nobre ministro abre um credito de 73:984,5064 e não diz quões as verbas assim reforçadas. Contenta-se com a declaração de que o credito é concedido para liquidar as despesas do exercício. Entregou o nobre ministro a thesouraria o distribuir essa quantia pelas diferentes verbas em que havia excesso de despesa?

Mas isso não é conforme nos principios da contabilidade publica.

Concedendo taes creditos, o governo deve declarar quões as verbas em que se dá augmento de despesa e a que se ha de applicar o credito; isto deve ficar constando na repartição fiscal do ministerio da guerra e no thesouro nacional.

Talvez não haja ainda incompleta publicação do que determinou o nobre ministro; mas a verdade é que, com a noticia que foi dada no *Diário Official*, têm cabimento as observações que acabo de fazer sobre este acto de S. Ex.

Quero demonstrar mais uma vez ao nobre ministro que não é ainda em cumprimento do dever que me tenho occupado com os actos de S. Ex., deixando de fazer agora algumas perguntas que estavam no caso de ser feitas, mas que posso dispensar; e concluirei tratando de um acto que o nobre ministro me permitirá que diga não está de perfeito accordo com o proposito de não fazer reeriminações, que S. Ex. manifestou, com tanta satisfação de minha parte.

Na exposição com que o nobre ministro justificou o decreto n.º 7060 de 20 de Outubro de 1878, autorizando o transporte de verbas na importância de 769:057,5037, encontra-se esta razão geral:

« Sendo o credito concedido para todas as despesas do ministerio da guerra na importância de 14.897:809,5439, já se tinha despendido (no primeiro semestre), inclusive a distribuição feita ás thesourarias, a quantia de 9.229:486,8935. »

Esta razão serve, ainda que tal não fosse a intenção do nobre ministro, para afeiar a administração de seu honrado antecessor.

O nobre ministro dá a entender que não teve para as despesas do segundo semestre do exercício de 1877 a 1878, ainda 5.668:312,5564, ao passo que o seu honrado antecessor despendeu no primeiro semestre 9.229:486,8935. Não reflectiu porém o nobre ministro que com a sua exposição não prova o que pretende. É S. Ex. mesmo quem diz que nos 9.229:486,8935 estão incluídas as quantias contempladas na distribuição feita ás thesourarias de fazenda.

É sabido que na distribuição do credito ás thesourarias, feita no começo de cada exercício, atende-se á despesa necessaria em todo elle.

O Sr. MARQUEZ DO UENVAL (ministro da guerra):— O que mais diz o decreto?

O Sr. CORREIA:— Não posso dizer tudo ao mesmo tempo.

O Sr. MARQUEZ DO UENVAL (ministro da guerra):— Ainda não fallou na razão que dá o decreto.

O Sr. CORREIA:— Vou para diante.

Despendendo-se em um semestre o mesmo ou quasi o mesmo que se gasta no outro, segue-se que metade dos creditos distribuídos ás thesourarias de fazenda estava por despenden no segundo

semestre do exercício de 1877—1878. Devia, pois, a somma correspondente ser deduzida dos 9.229:486,8935 que se pôde suppor haverem sido gastos pelo honrado antecessor do nobre ministro; e acrescentada á de 5.668:312,5564 que ficou ao nobre ministro para acudir ás despesas do segundo.

E' assim que se ficará sabendo qual a verdadeira somma que, para o segundo semestre, ainda restava dos creditos concedidos pelo poder legislativo.

O nobre ministro pediu-me que continuasse a ler a exposição de motivos; vou satisfazer a S. Ex.

Tratando do excesso de 90:000,5000 na despesa com o corpo de saude e hospitais, é elle explicado nestes termos: « porque não obstante ter o governo de Vossa Magestade Imperial reduzido provisoriamente a enfermarias os hospitais da Bahia e Pernambuco em 3 de Março do corrente anno, com tudo o augmento no preço dos viveres e dietas em algumas provincias do norte, e a conservação (até principio do segundo semestre) de grande numero de medicos e pharmaceuticos reformados, e contratados, para pagamento de cujos vencimentos não havia verba, exigiu despesas extraordinarias por esta rubrica. »

« Mas onde a conservação de grande numero de medicos e pharmaceuticos reformados e contratados, cujos serviços podiam ser dispensados e que illogalmente percebiam vencimentos? »

O proprio decreto n.º 7060 está aliás mostrando que o nobre Duque de Caxias zelava os dinheiros publicos, pois que o ministro actual encontrou sobras em varias rubricas do orçamento da guerra, com que pôde reforçar outras na importância de 769:057,5037.

Na verba—Diversas despesas e eventuaes—houve o deficit de 93:247,5914, que pesou sobre a administração do nobre ministro. Como S. Ex. o justifica? Deste modo:

« Porque por esta rubrica correram despesas não previstas na lei, além das que foram feitas com comedorias de embarque e transporte de tropa que o governo foi obrigado a remover por conveniência da disciplina e de uma mais adequada organização nas guarnições das fronteiras do sul, bem como pela necessidade de acudir a algumas provincias do norte, para prevenir desordens nos pontos em que se agglomeravam retirantes, o que tudo elevou a despesa a quantia superior á que se havia calculado. »

Para justificar essa despesa o nobre ministro invoca o principio da disciplina e a mais adequada organização nas guarnições das fronteiras do sul, e até a necessidade de acudir ás provincias do norte e prevenir desordens nos logares onde se agglomeravam os retirantes.

Ora, havia tão urgente necessidade de despesas não previstas na lei, como diz o nobre ministro em sua propria exposição, que justificasse o excesso que S. Ex. declara ter havido em sua administração? Pois si houve, admittamos que as razões são procedentes e o nobre ministro devia d'ahi tirar motivo para apreciar mais favoravelmente os actos de seu illustre antecessor.

A discussão ficou adiada pela hora.

O Sr. PRESIDENTE deu para ordem do dia 6 a mesma já designada.

Levantou-se a sessão ás 3 1/4 da tarde.

22.ª Sessão

EM 6 DE FEVEREIRO DE 1879.

PRESIDENCIA DO SR. VISCONDE DE JAGUARY.

**SUMARIO.** — **EXPEDIENTE.** — Discursos a requerimento do Sr. Correia sobre a representação de alguns accionistas do Banco do Brazil, que pediram o aviso de 30 de Julho. Explicação do Sr. presidente do conselho. Approvação. — 1.ª PARTE DA ORDEM DO DIA. — Fixação da força da terra para o anno financeiro de 1878-1879. Discursos dos Srs. Cruz Machado, Teixeira Junior, presidente do conselho e Silveira da Motta. — 2.ª PARTE DA ORDEM DO DIA. — Pensão a D. Theresa Rosa Martins Caldas. Encerramento da 2.ª discussão.

As 11 horas da manhã acharam-se presentes 30 Srs. senadores, a saber: Visconde de Jaguary, Dias de Carvalho, Cruz Machado, Barão de Mamanguape, Visconde de Albuquerque, Leão Vellozo, Luiz Carlos, Chichorro, Almeida e Albuquerque, Correia, Junqueira, Silveira Lobo, Visconde do Rio Grande, Barros Barreto, Teixeira Junior, Dantas, Visconde de Muritiba, Diniz, Uchôa Cavalcanti, Barão da Laguna, Antônio, Visconde de Niteroy, Marquez do Iterval, Diogo Velho, Barão de Pirapama, Ribeiro da Luz, Leitão da Cunha, Paranaguá, Vieira da Silva, Candido Mendes.

Compareceram depois os Srs. Nunes Gonçalves, Saraiva, Fausto de Aguiar, Cunha e Figueiredo, Sinimbu, Silveira da Motta, Fernandes da Cunha e Barão de Cotegipe.

Deixaram de comparecer, com causa participada, os Srs. Conde de Baependy, Jaguaribe, Duque de Caxias, Firmino, João Alfredo, Godoy, Visconde de Bom Retiro e Visconde do Rio Branco.

Deixaram de comparecer, sem causa participada, os Srs. Barão de Marinho, Barão de Souza Queiroz, Octaviano, Paula Pessoa, Paes de Mendonça e Visconde de Suassuna.

O Sr. PRESIDENTE abriu a sessão.

Leu-se a acta da sessão antecedente, e, não havendo quem sobre ella fizesse observações, deu-se por approvada.

O Sr. 1.º SECRETARIO deu conta do seguinte

## EXPEDIENTE.

## Offícios:

Tres do ministerio do Imperio de 4 do corrente:

O 1.º, communicando, em resposta ao do senado de 30 do mez findo, que Sua Magestade o Imperador digna-se de receber no sabbado 8 do corrente ás 3 1/2 horas da tarde no paço da cidade, a deputação que tem de apresentar ao mesmo Augusto Senhor o decreto da assembleia geral, fixando a força naval para o anno financeiro de 1878-1879;

O 2.º, declarando que expediu ordens aos presidentes das provincias de S. Paulo, Espirito Santo, Minas Geraes e Ceará, assim do que com urgencia prestem informações a respeito da somma dos qualificados em cada parochia das referidas provincias, tendo-se em consideração as listas geral, suplementar e complementar, com declaração expressa da epocha em que a qualificação foi terminada;

O 3.º, communicando, em resposta ao do senado, de 31 do mez proximo findo, que expediu aviso ao presidente da provincia do S. Paulo, assim de que

remetta com urgencia as actas electoraes a que se refere o parecer que acompanhou o dito offcio. — A quem fez a requisição.

O AVISO DE 30 DE JULHO AO BANCO DO BRAZIL.

**O Sr. Correia:** — O requerimento que vou subjellar á deliberação do senado versa sobre assumpto do ministerio da fazenda. Não sei si, no caso de ser elle approvado pelo senado, será o actual ministro quem terá de remetter o documento que vou pedir.

Pela declaração do governo feita hontem na camara dos deputados ha divergencia no seio do ministerio acerca de um ponto do projecto relativo á reforma electoral. Segundo esta mesma declaração a divergencia ainda não havia tomado o caracter de crise ministerial.

Não está presente nenhum dos Srs. ministros para dizer-nos si a divergencia tomou esse caracter depois que foram proferidas na camara as palavras a que me referi.

Passo ao assumpto do meu requerimento.

Tendo de reunir-se ultimamente a assembleia geral do Banco do Brazil, e querendo regularisar o modo de compô-la, a directoria do mesmo Banco, em vez de tomar a resolução, que lhe aconselhasse a responsabilidade, que em casos semelhantes deve assumir, sujeitou a decisão do nobre ministro da fazenda uma consulta que outros estabelecimentos bancarios, em cujos estatutos ha disposição semelhante, dispensaram.

Não tomando em consideração esta consulta e attendendo somente á representação que varios accionistas lhe dirigiram, e da qual pretendo requerer copia para completo esclarecimento da questão, o nobre ministro da fazenda dirigiu um aviso ao presidente do Banco em 30 de Julho do anno passado sobre a intelligencia do art. 12 dos estatutos, aviso entregue no dia em que devia reunir-se a assembleia geral.

O art. 12 diz: « Não poderão fazer parte da assembleia geral os accionistas pelas acções que possuirem caucionadas. »

O aviso de 30 de Julho manda admitir, contra o que pretendia a directoria do Banco, os accionistas que têm acções caucionadas; e funda-se nas leis geraes garantidoras do direito de propriedade; não podendo os estatutos despojar os accionistas do direito de fiscalisarem a administração do seus interesses.

Si o principio invocado tivesse o alcance, que lhe quer dar o nobre ministro, a consequencia não seria simplesmente a que S. Ex. tirou. Não devia servir somente para annullar o art. 12 dos estatutos, mas tambem outros que contêm diversas restricções. E' assim que não vota o accionista por procuração; não vota o que possui menos de 50 acções; não vota o que não tem inscriptas as acções em seus nomes, pelo menos com seis mezes de antecedencia; não vota o que possui mais de 300 acções pelo excesso, pois que não tem maior numero de votos o accionista que possui 3.000 acções do que aquelle que apenas possui 300.

O Sr. Cruz Machado: — Segue-se que a restricção do art. 12 é igual ás outras, e que tão legal é uma como as outras.

O Sr. Correia: — O principio applicavel é que o contrato, a convenção, faz lei entre as partes.

O Sr. RAIMUNDO BARRERO:—Apoiado.

O Sr. CORREIA:—No caso especial de que se trata, os estatutos em que se encontra o citado art. 12 foram organizados em virtude de disposição da lei.

Pela lei n. 1349 de 12 de Setembro de 1866 o governo foi autorizado para modificar as disposições dos estatutos approvados pelo decreto n. 1223 de 31 de Agosto de 1853. Por mais esta razão devem ser cumpridos os estatutos assim feitos por força de autorização especial.

Os inconvenientes apontados no aviso de 30 de Julho, como resultantes da intelligencia dada ao art. 12 pela directoria do Banco, são assim expostos no aviso: «Resultariam desta interpretação dous inconvenientes no estabelecimento. O primeiro era impedir muitas vezes a reunião da assembleia geral por falta de numero legal para deliberar; o segundo affecta o credito do Banco, e é o de poder tornar a directoria representante dos interesses de um grupo em vez de ser a protectora dos direitos da massa dos accionistas.»

O Sr. CRUZ MACHADO:—Estas razões são applicaveis tambem ás outras restricções dos estatutos.

O Sr. CORREIA:—Estes dous inconvenientes não são reais. O primeiro é impedir muitas vezes a reunião da assembleia geral por falta de numero legal para deliberar.

Admita que tal razão fosse apresentada pelo nobre ministro da fazenda, pois que revela completo desconhecimento do que se acha determinado acerca da reunião da assembleia geral do Banco do Brazil.

Historiarei o que a este respeito tem occorrido.

Os primeiros estatutos pelos quaes se regulou o Banco foram approvados pelo decreto n. 1223 de 31 de Agosto de 1853. Estes estatutos dispunham:

• Art. 28. A reunião dos accionistas que possuirem 20 ou mais acções, por si ou como procurador de outrem, formará a assembleia geral, a qual será presidida pelo presidente do Banco.

• Art. 30. A assembleia geral poderá deliberar com o numero de membros que representem um terço do valor nominal das acções subscriptas no Rio de Janeiro. Si no dia designado para a reunião não comparecer numero sufficiente de membros, será de novo convocada a assembleia geral com antecipação de cinco dias; e nesta reunião poderá deliberar-se si os membros presentes não representarem menos da quarta parte do valor das mesmas acções.

Estas disposições, exigindo o comparecimento de accionistas, que representassem pelo menos a quarta parte do valor nominal das acções subscriptas no Rio de Janeiro, podiam dificultar, e dificultaram as deliberações da assembleia geral, sobretudo depois que o aviso de 25 de Julho de 1863 determinou que não fossem nella admittidos os credores pignoratícios.

Esta dificuldade levou a directoria do Banco a dirigir ao governo uma representação em 1864. Motivou essa representação o aviso de 10 de Janeiro de 1866, determinando que pudessem fazer parte da assembleia geral os accionistas que tivessem as acções caucionadas em estabelecimentos bancarios, exhibindo documento destes.

Desde 1863 ficou, portanto, a questão decidida, quanto aos credores pignoratícios.

O direito reservado foi o do verdadeiro accionista, embora com as acções caucionadas.

Só a este, pois, podem referir-se as disposições posteriores sobre o assumpto.

A face das cousas, porém, mudou depois da lei de 12 de Setembro de 1866, a que já fiz referencia. Em virtude da autorização dada por esta lei, o decreto n. 3720 de 18 de Outubro de 1866 approvou novos estatutos. Sobre a assembleia geral dispõem elles o seguinte:

• Art. 9.º A assembleia geral do Banco será representada pelos 200 maiores accionistas, como taes inscriptos nos registros do Banco seis mezes pelo menos antes da sua reunião ordinaria ou extraordinaria.

• Art. 10. A directoria do Banco organizará, com a necessaria antecedencia, antes da convocação da assembleia geral, a lista dos subreditos accionistas para ser publicada conjuntamente com o edital de convocação. Na mesma occasião organizará, e fará publicar do mesmo modo, outra lista supplementar dos 100 maiores accionistas que se seguirem nos da primeira lista, e residirem na cidade do Rio de Janeiro, contando que se achem inscriptos nos registros do Banco do mesmo modo que os da primeira lista.

• Art. 12. Não poderão fazer parte da assembleia geral, nem serão inscriptos na lista, de que trata o art. 10, os accionistas pelas acções que possuirem caucionadas.

• Art. 15. A assembleia geral poderá deliberar legalmente, achando-se reunida maioria absoluta.

Ainda assim, era excessivo o numero de 101 accionistas para que a assembleia geral pudesse funcionar. A pratica mostrou a conveniencia de alterar esta disposição. Vieram os estatutos pelos quaes actualmente se rege o Banco, approvados pelo decreto n. 4566 de 10 de Agosto de 1870. Sobre a assembleia geral as disposições são as que se seguem:

• Art. 9.º A assembleia geral do Banco será representada pelos accionistas possuidores de 50 ou mais acções, e que, como taes, estejam inscriptos nos registros do Banco seis mezes pelo menos antes da sua reunião ordinaria ou extraordinaria.

• Art. 10. A assembleia geral poderá deliberar legalmente, achando-se presentes 80 accionistas. Si no dia designado para a reunião não tiver comparecido numero sufficiente de membros, será de novo convocada a assembleia geral com antecipação de cinco dias, e nesta reunião se poderá deliberar com o numero de membros presentes.

• Art. 12. Não poderão fazer parte da assembleia geral os accionistas pelas acções que possuirem caucionadas.

De que accionista se trata neste artigo? Do proprietario das acções, embora as tenha caucionadas. Já então não se cogitava do credor pignoratício. Quanto a este, a questão estava, como já disse, resolvida desde 1863. A unica duvida que sobre o credor pignoratício podia mover-se foi resolvida pelo art. 23 dos estatutos, de harmonia com as disposições anteriores. Este artigo diz: — «Não poderão ser eleitos para a administração do Banco os credores pignoratícios si não possuirem acções proprias.»

Como, pois, determina agora o nobre ministro, no aviso de 30 de Julho, que faça parte da assembleia geral o accionista que tem as acções caucionadas, ao qual refere-se o art. 12 dos estatutos? E como allega, para sua determinação, o inconveniente de ficar de outra sorte impedida, em muitas occa-

siões, a reunião da assembleia geral, quando é certo que hoje esse inconveniente não pôde dar-se, desde que, convocada pela segunda vez a assembleia geral, pôde deliberar com qualquer numero? Aqui ha manifesto erro.

Segundo inconveniente.— Poder a directoria tornar-se representante dos interesses de um grupo, em vez de ser a protectora dos direitos da massa dos accionistas.

Mas sempre a directoria foi eleita por um grupo de accionistas; pelos estatutos de 1853 dos que representassem a terça, ou, em ultimo caso, a quarta parte do valor nominal das acções subscriptas na cidade do Rio de Janeiro; pelos estatutos de 1866, dos 200 maiores accionistas; e pelos estatutos de 1870, dos accionistas possuidores de 30 ou mais acções. E nem por isso entendeu-se, ou podia entender-se, que a directoria deixava de ser a defensora dos direitos da massa dos accionistas. Esta allegação mostra que o nobre ministro não estudou acuradamente a materia.

Demais, nos estatutos do Banco Industrial e Mercantil ha disposição identica á do art. 12 dos estatutos do Banco do Brazil.

Na ultima assembleia geral, pedindo-se a opinião da directoria sobre os votos dos accionistas, que têm as acções em caução, o nobre senador pelo Rio de Janeiro, o Sr. conselheiro Teixeira Junior, presidente daquello Banco, respondeu, por parte da directoria, que, sendo clara e terminante a disposição dos estatutos a tal respeito, não seriam admitidos a fazer parte da assembleia geral os accionistas em taes condições. Esta é a verdadeira decisão, e foi cumprida sem embaraço. O nobre ministro da fazenda teve de conformar-se com ella.

O nobre senador pelo Rio de Janeiro, que então presidiu o Banco Industrial e Mercantil, acrescentou estas palavras: « Assim se procederá emquanto a disposição não fôr modificada pelos tramites legaes. »

O fundamento em que assentam estas palavras não pôde ser atacado.

Não me occuparei com o outro aviso sobre este assumpto, expedido pelo nobre ministro em 3 de Outubro de 1878, e entregue ao presidente do Banco do Brazil, pouco antes das 10 horas da noite, devendo a assembleia geral do mesmo Banco reunir-se no dia seguinte.

Nesse aviso S. Ex. reincide nos erros do anterior, e pretende estender as consequências da doutrina que sustentou, não somente, como no aviso de 30 de Julho, aos accionistas que têm acções caucionadas nos estabelecimentos bancarios, mas ainda aos que as têm caucionadas em mãos de particulares.

Com este aviso não conformou-se a directoria do Banco; ficou elle sem execução, não tendo o nobre ministro da fazenda meios para o fazer manter.

Este aviso foi grammaticalmente analysado em artigo publicado em uma das folhas desta cidade. Não recorro o facto sinão para notar a defesa que, em artigo de fundo de 6 de Outubro, fez o *Cruzeiro* (16).

« Espirito muito penetrante, profundamente culto, o Sr. ministro da fazenda tem-se, entretanto, mostrado mais solícito em proseguir os fins justos que se propõe, do que em attender a minucias de fórmulas, que a presteza da acção ás vezes não comporta. »

V. II.

Não me parece que esta defesa seja muito para agradecer.

Ao começar o meu discurso disse algumas palavras, que tenho necessidade de repetir por achar-se agora presente o nobre presidente do conselho.

Referi-me então á declaração do governo, feita hontem na camara dos Srs. deputados, de que ha divergencia no seio do ministerio sobre um ponto do projecto de reforma eleitoral; mas que essa divergencia não havia até então produzido crise ministerial. Desejava saber, a ser possível, si, depois que essas palavras foram proferidas, accentuou-se mais a divergencia, ou si continuavam as cousas no mesmo estado.

Tendo o requerimento, que vou sujeitar ao senado, de ser attendido pelo ministerio da fazenda, não era de mais o sabermos si, no caso de ser esse requerimento approvedo, a resposta seria dada pelo actual ou pelo futuro ministro da fazenda.

Foi lido, apoiado e posto em discussão o seguinte

#### Requerimento.

« Requeiro que, pelo ministerio da fazenda, se peça ao governo cópia da representação de varios accionistas do Banco do Brazil, que motivou o aviso de 30 de Julho ultimo dirigido ao presidente do mesmo Banco.—Manoel Francisco Correia.»

**O Sr. Cansanção de Sinimbu** (presidente do conselho):—Sr. presidente, não assisti ao discurso do nobre senador na parte primeira, em que se occupou da materia de que trata o seu requerimento. Pedi a palavra sómente em deferencia ao nobre senador para não deixar sem resposta a pergunta que directamente me dirigiu.

Deseja S. Ex. saber, si, além da declaração, hontem feita por um membro do ministerio na outra casa, ha alguma cousa de mais que possa autorizar a verdade do que se chama crise ministerial.

Respondo ao nobre senador. A situação do ministerio hoje é a mesma em que se achava hontem, quando o Sr. ministro do Imperio, respondendo a interpegação igual, proferiu as palavras que estão publicadas nos jornaes.

Existe, Sr. presidente, com effeito, entre os membros do ministerio um ponto de divergencia em relação ao projecto de reforma eleitoral; mas esta questão não sabemos ainda si será resolvida por meio de uma modificação ministerial. Logo que este ponto tenha sido resolvido, o que será em muito poucos dias, o senado terá conhecimento, pois que serei o primeiro a informá-lo.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—E' exacto?

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—Por ora asseguro ao nobre senador que a situação de hoje é a mesma de hontem.

O Sr. CRUZ MACHADO:—A molestia ainda não se sabe si é mortal.

O Sr. SILVEIRA LONO:—Vamos ver qual a parte que arrasta a outra.

Encerrada a discussão, foi approvedo o requerimento do Sr. Correia.

## PRIMEIRA PARTE DA ORDEM DO DIA

## FIXAÇÃO DAS FORÇAS DE TERRA.

Proseguir a discussão do art. 1.º da proposta do poder executivo com as emendas da camara dos Srs. deputados e da commissão de marinha e guerra, fixando as forças de terra para o anno financeiro de 1878—1879.

**O Sr. Cruz Machado:**—Sr. presidente, não tinha a menor intenção de tomar parte no debate do projecto de fixação de forças de terra; reconhecia a minha insufficiencia para elucidar os diversos ramos desse importante serviço publico, *maxime* quando neste debate tinham de tomar parte ex-ministros e membros da commissão que pertencem á classe militar de terra e da marinha. Entretanto, movido pelo desejo e pelo dever de acompanhar os acontecimentos do meu paiz, e pela posição em que me collocaram a minha provincia e a Corôa, procuro estudar os factos sobre os quaes a opinião levanta especialmente contestações.

No mez de Dezembro deu-se uma promoção no exercito e a imprensa discutiu parte dessa promoção, achando que não estava de conformidade com as leis e regulamentos respectivos.

Estudei por mim a questão, e convenci-me de que na verdade houve falta, houve desvio na observancia dessas leis e regulamentos.

Orando na sessão de 4 do corrente o nobre senador pela Bahia, e enunciando sua opinião syntheticamente a este respeito, eu, por meio de um aparte, prestei-lhe meu assentimento.

Pareceu-me ver da parte do distincto marechal, o nobre ministro da guerra, certa sensação de incommodo, por ter eu combatido a sua opinião, qualificando esta manifestação de teima. Em seguida a este incidente, que não foi tomado pelos tachygraphos porque succedea rapidamente, sendo a palavra *teima* objecto do reparo do nobre senador pela Bahia, disse o nobre marechal:—não me refiro a V. Ex. e sim ao meu collega da direita,—ao que eu respondi que a palavra era applicavel, tanto a mim como ao nobre senador pela Bahia, porque ambos estavamos accordes na mesma opinião.

Como que chamado por essa qualificação de teima, eu disse a S. Ex. que, se me permitta, subiria á tribuna para provar com a lei e regulamentos que uma das promoções foi feita illegalmente.

Venho cumprir esta promessa sem que tenha em vista magoar o nobre ministro, porquanto S. Ex. já declarou que o nome por elle promovido veiu na proposta do ajudante general, e por isso talvez fosse o nobre ministro induzido em erro.

Tambem não viso molestar o ajudante general porque este podia igualmente ser induzido em erro, por sua secretaria; e nella havia quem estava sob a figueira, e na promoção conhecho a graduação de coronel.

**O Sr. SILVEIRA Lobo:**—Afinal quem responde pela injustiça?

**O Sr. Cruz Machado:**—Vou provar que houve desvio da lei; a responsabilidade cabia a quem do direito, mas não tenho em vista, repito, magoar ao nobre ministro, a quem tenho dado provas do apreço desde que o conheço pelo seu retrato montado garhosamente em seu gineco no campo de batalha, até que teve entrada nesta casa.

Creio que disto dei prova quando S. Ex. apresentou um projecto para que a gratificação adicional fosse convertida em soldo fixo, e encontrando na maioria do senado certa opposição, eu, para que S. Ex. não perdesse uma batalha, embora de genero diverso...

**O Sr. SILVEIRA Lobo:**—Isto aqui é outra cousa.

**O Sr. Cruz Machado:**—... entendi que o projecto não devia ser desprezado *in limine* em primeira discussão, e o senado, comprehendendo o meu intuito, digo mesmo benevolo intuito, immediatamente acellou a idéa, e o nobre senador pelo Paraná, que era um daquelles que combatiam o projecto, resolvendo-se, porém, que, adoptado em primeira discussão, fosse o projecto a uma commissão para examinal-o, a qual até o presente ainda não deu a sua opinião sobre a materia.

O nobre ministro da guerra, apesar da opposição que encontrou, ainda em seu relatorio, á paginas 11, entendo que é uma necessidade converter a gratificação adicional em soldo fixo e sustenta que esta medida não augmentará a despesa, apenas favorecerá aos officiaes doentes, sem attender a que nas reformas e meios soldos esta junção da gratificação ao soldo irá pesar sobre o thesouro, motivo pelo qual o senado pareceu recusar a idéa do illustre general.

Desde que decretarmos que a parte adicional do soldo se converterá em soldo fixo, ella entrará nas reformas e meios soldos e desta forma veremos augmentada a verba da despesa com os pensionistas da guerra e com os reformados.

Por essa occasião eu comeei a dar provas de veneração ao illustre general, e ainda agora nestas observações procurarei, quanto puder, dar a S. Ex. todas as provas de benevolencia e apreço.

Fallarei apenas, si não como juriscunsulto, ao menos como amator da jurisprudencia e appellatei para aquelles que estudam estas materias.

Antes disto é do meu dever, como homem politico, não passar á materia especial sem manifestar os meus sentimentos de estranheza pela declaração feita hontem na camara dos deputados pelo nobre ministro do Imperio...

**O Sr. SILVEIRA Lobo:**—Repetida agora pelo presidente do conselho em segunda edição.

**O Sr. Cruz Machado:**—...isto é, de que ha divergencia sobre a reforma eleitoral entre os membros do gabinete.

O ministerio, segundo o nobre presidente do conselho, está doente; mas não se sabe ainda si a molestia exigirá da cirurgia politica alguma amputação.

Antes do manifestar a causa dos meus reparos, direi que faço votos para que, dado que seja indispensavel a amputação, não se faça esta na cabeça, porque então o corpo morrerá. Eadmittindo mesmo que o nobre presidente do conselho, com sua natural modestia não queira ser a cabeça, desejo que a parte que representa continue sã e perfeita, para que: ao menos com o seu espirito calmo, a sua prudencia, os seus sentimentos manifestados em todas as épocas da sua vida, continue a ser uma apreciavel garantia.

**O Sr. CANSANÇÃO DE SINTIMÓ (presidente do conselho):**—Todo o ministerio offerece as mesmas garantias.

O Sr. Cruz Machado:—E' uma manifestação sincera de quem não é adepto do ministerio.

O Sr. CANSANÇÃO DE STRIMUD (presidente do conselho):—Agradeco.

O Sr. Cruz Machado:—Direi agora a causa do meu repuro. Si o ministerio foi organizado com o programma da eleição directa, accordando-se em synthese o modo de realizal-a, si este foi o poderoso escudo com que o ministerio entrou na guerra...

O Sr. SILVEIRA LOBO:—Foi apenas pretexto.

O Sr. Cruz Machado:—...si foi a lenda de sua inscripção, por cujo triumpho teria de bater-se em bem do paiz, como então não havia um accordo completo sobre esse ponto, a que aliás deve sua existencia o gabinete?

Pois é possível que o ministerio, organizando-se para realizar a eleição directa, não estivesse de accordo sobre esse ponto principal de seu programma, tenha vivido um anno inteiro em divergencia incubada, e reunida a nova camara dos deputados, quando trata de exhibir o seu pensamento, ainda não tenha combinado sobre os pontos substanciaes?

O Sr. SILVEIRA LOBO:—Como não havia de ser assim si é filho do pais incognitos? (riso).

O Sr. Cruz Machado:—Pois quando tem de sair a procição para a run, o que quer dizer ignorar-se ainda quaes são os andores de que se ha de compor? São cousas tão mysteriosas, que a minha intelligencia não pôde comprehendel-as.

Quaes são os pontos de divergencia? Decreto-se a eleição directa, diz a falla do throno, por meio do reforma da constituição. Parecia-me que o programma inteiro estava na falla do throno. Si occorre alguma cousa que antes não fora prevista, como se organizou o ministerio, sem saber ao certo o que queria, e como levaria a effeito o seu programma com partes discordantes entre si? Si não havia accordo na occasião da abertura das camaras, como se formulou o programma para ser incluido na falla do throno? Porventura o programma vai ser alterado, si não de foud en comble, em algum de seus pontos fundamentaes?

(Trocam-se dicursos apartes.)

Comprehendo que o homem politico modifique a sua opinião em presença de factos importantes e em circumstancias inevitaveis; mas não acredito que taes razões e circumstancias tenham tamanha influencia que o façam mudar inteiramente.

Combinando-se o passado com o presente, o quo felizmente é facil, graças ao systema dos annaes, se vê claramente sobre objecto determinado qual opinião foi enunciada em uma certa época. O nobre presidente do conselho, na sessão de 2 de Janeiro, na outra camara, declarou que sempre nos 10 ultimos annos sustentou a idéa da eleição directa; mas nunca se pronunciou sobre o methodo sobre o modo por que ella se devia effectuar.

Recordo-me de haver S. Ex. amigo apoiado vehementemente o nosso saudoso collega o Sr. Pompeu, quando expendeu o pensamento de que não era precisa a reforma da constituição para se effectuar a eleição directa; recordo-me de que em 1875 o nobre presidente do conselho proferiu solemnemente o seu voto sobre a eleição directa, exprimindo-se de modo que deixou manifesto ser sua convicção que a reforma da constituição para esse fim era dispensavel. Nessa occasião usou destas

expressões bellicas: « Os nossos adversarios, que se queriam encastellar no terreno constitucional, foram nelle batidos. »

Para quem duvidar da citação que faço da memoria, exhibo os apontamentos que tomei das paginas dos annaes; na sessão de 24 de Agosto de 1875, pags. 190, se acha o trecho do discurso proferido pelo finado nobre senador pelo Ceará a que o nobre presidente do conselho deu sua adhesão; assim como na sessão de 10 de Setembro, pags. 147, estão as expressões, então empregadas pelo nobre presidente do conselho.

O Sr. SILVEIRA LOBO:—Mas elle não tem idéa alguma; em politica as suas opiniões são sempre conforme a occasião.

O Sr. Cruz Machado:—De maneira que, Sr. presidente, á vista destas simples annotações, em que não ha o proposito de censura, se pôde conhecer que as divergencias que ora surgem procedem de ter o nobre presidente do conselho tomado o partido de querer a reforma eleitoral, sem a reforma da constituição. Não indago quaes sejam as intenções do S. Ex.; mas dos trechos dos annaes, que acabei de mencionar, sem querer com isso fazer censura, nem magoar o nobre presidente do conselho, se pôde inferir que a divergencia de que se dá noticia resulta dessa mudança de opinião.

Si realmente assim é; si o ministerio entende agora que pôde decretar a eleição directa, sem reforma da constituição, declaro que eu, o creio que muitos estamos promptos a acompanhá-lo nesse terreno.

Uma vez que não obtenho explicação, como desejava, espero que se faça a amputação para se conhecer o novo membro que a operação cirurgica tenha de produzir, ou se restabeleça o doente completamente, o tratarei do ponto especial do meu discurso.

Aqui trago os artigos de defesa e censura em referencia ao assumpto; aqui trago a resolução de consulta a que fez referencia o nobre marechal e que não se acha na collecção de leis. Pelo almanack se vê que o Sr. tenente-coronel Frota é o penultimo na antiguidade, que sua promoção a tenente-coronel foi de 22 de Junho de 1875.

O Sr. MARQUEZ DO HENVAL (ministro da guerra):—Como a de todos.

O Sr. Cruz Machado:—Como a dos outros, com a differença de que elle foi promovido a 22 de Junho de 1875 por merecimento, e o 1.º dos maiores foi promovido na mesma data por antiguidade; do sorte que o merecimento, que não conteste, porque não conheço esse official, o creio firmemente que o tem, visto o apreço e a autoridade competente do nobre marechal, tem-lhe dado duas promoções; si desde 22 de Junho de 1875, data da promoção a tenente coronel, tivesse estado em effectivo exercicio do posto teria completado o triennio, o intersticio exigido pela lei, mas isto é o que se nega.

Esse official não esteve no exercicio deste posto por espaço de 10 mezes, e não consta que precedesse ás licenças, que lhe foram concedidas durante esse tempo, inspecção de saude.

Pela ordem do dia de 27 de Julho de 1876, n. 1228, vê-se (id):

« Licenças.—Ao Sr. tenente-coronel do corpo do estado-maior de 1.ª classe Julio Anacleto Falcão da



Frota, de quatro mezes, com soldo simples, para tratar de sua saúde, onde lhe convier. • Portaria de 13 do corrente mez.

Pela ordem do dia n. 2262 de 30 de Dezembro de 1876 vò-se (lê):

• Licenças. — Ao Sr. tenente-coronel do estado-maior de 1.ª classe, Julio Anacleto Falcão da Frota, de tres mezes, em prorrogação da com que se achava na provincia do Rio Grande do Sul. • Portaria de 28 do corrente mez.

Pela ordem do dia n. 1279 de 20 de Março de 1877 vò-se (lê):

• Licenças. — Ao Sr. tenente-coronel do estado-maior de 1.ª classe, Julio Anacleto Falcão da Frota, de mais tres mezes, em prorrogação da com que se achava na provincia do Rio Grande do Sul. • Portaria de 2 do corrente mez.

Temos, portanto, por estas tres ordens do dia dez mezes de licença, sem constar que houvesse inspecção de saúde, o que nada faz ao caso para minha argumentação, mas faz para os que se firmam na resolução de consulta, que não é lei do paiz, apenas dada sobre um caso especial. Por consequencia, o Sr. tenente-coronel Frota, quando foi promovido a coronel por decreto de 7 de Dezembro de 1878, tinha menos de tres annos de exercicio. Tinha tres annos e cinco mezes de antiguidade do posto, mas não tinha tres annos de serviço effectivo necessarios para completar o intersticio.

O nobre general confundiu a antiguidade com intersticio, como vejo do seu discurso proferido antes de hontem e publicado hoje por inteiro no *Diario Official* (lê):

• O Sr. Marquez do Herval (ministro da guerra): — Meu nobre collega faz ainda reviver a promoção do coronel Falcão da Frota, sobre a qual repetirei o que já disse. A lei de promoções não manda descontar aos officiaes as licenças para tratamento de saúde, o intersticio ou direito de antiguidade; e por isso esse official, sendo promovido ao posto de tenente-coronel com outros maiores, por decreto de 22 de Junho de 1875, tinha por consequente em 7 de Dezembro de 1878, data em que foi promovido ao posto de coronel, tres annos e cinco e meio mezes de intersticio ou antiguidade naquello posto, isto é, mais do que a lei exige, antiguidade que era a mesma entre todos os tenentes-coroneis.

Citou S. Ex. aqui a resolução de consulta do supremo conselho militar de 14 de Novembro de 1865 que depois analysarei. Agora vou mostrar ao senado que a antiguidade rege-se diversamente do intersticio.

O Sr. SILVEIRA LOBO: — Ella não é prejudicada pelas licenças não registradas, e o intersticio é cousa differente.

O Sr. CRUZ MACHADO: — A lei de promoções feita em 1850 durante o ministerio do Sr. Manoel Felizardo de Souza e Mello, de saudosa memoria, no tempo em que eu fazia parte da camara dos deputados, tendo sido eleito pela primeira vez, dispõe o seguinte (lê):

• Lei n. 585 de 6 de Setembro de 1850, art. 3.º: Nenhum militar poderá ser promovido ao posto de alferes ou 2.º tenente sem ter completado dous annos, pelo menos, de praça effectiva no exercito.

• Art. 4.º... nenhum official poderá ser promovido até ao posto de capitão inclusive sem ter dous

annos de serviço em cada posto, nem terá accesso aos postos superiores sem ter completado tres annos naquello em que se achar.

O artigo, portanto, dispõe que o intersticio até capitão seja de dous annos de serviço no posto anterior, e para os postos superiores tres annos, por certo, de serviço tambem.

Diz-se-ha intersticio o antiguidade é a mesma cousa. Não, á vista do art. 4.º que rege aquelle e art. 9.º da lei, e signanter á vista do regulamento respectivo. O art. 14 da lei autorizou o governo a expedir os regulamentos necessarios para execução della, ficando, porém, dependentes da approvação do poder legislativo. Vejamos o regulamento expedido pelo governo em virtude de autorização legislativa (lê):

• Decreto n. 772 de 21 de Março de 1851, art. 3.º: Nenhum militar poderá ser promovido ao posto de alferes ou 2.º tenente sem ter completado dous annos de praça effectiva no exercito...

• Art. 8.º Serão promovidos ao posto de capitão os tenentes e 2.º tenentes mais antigos... que contarem dous annos de serviço effectivo neste posto.

O art. 8.º exige que se conte dous annos de serviço effectivo. Logo a palavra—serviço—do art. 4.º da lei, não é antiguidade, é o serviço effectivo explicado pelo regulamento que o governo expediu com autorização legislativa. Vamos agora ao art. 9.º que é o que trata dos officiaes do engenheiros e do estado-maior de 1.ª classe.

Os postos de major serão preenchidos pelos capitães que ao curso completo de estudos do seu respectivo corpo ou arma e tres annos de serviço effectivo neste posto, reunirem as habilitações seguintes, etc.

Tratando de tenentes-coroneis e coroneis, diz o art. 10:

• O preenchimento das vagas dos postos de tenente-coronel e coronel será feito pelo modo analogo ao que fica estabelecido no artigo antecedente.

Logo, a lei de 1850 e o seu respectivo regulamento, impedia que um tenente-coronel, que não tivesse tres annos de effectivo serviço no seu posto, pudesse ser promovido a coronel.

O mesmo regulamento estabeleceu no art. 19 o modo de contar-se a antiguidade, que é em que os defensores da proposta querem se firmar.

Diz o art. 19: « Não será contado para a antiguidade do serviço militar:... 1.º o tempo passado em serviço estranho á repartição da guerra, 2.º o de licença registrada, 3.º o de cumprimento de sentença condemnatoria. »

Está claro que pelo art. 19 do regulamento as licenças que não são registradas são computadas no tempo de antiguidade, mas não no do intersticio, que exige effectivo exercicio do posto.

E si recorrer-se á legislação analogá daquelle tempo, temos a lei n. 557 de 26 de Junho de 1850 que marca o modo de se contar aos juizes de direito a antiguidade e a lei n. 559 de 28 de Junho o intersticio.

Diz a lei:

• Por antiguidade dos juizes de direito só se entenderá o tempo do effectivo serviço nos seus logares, deduzidas quaesquer interrupções. • Exceptuam-se:

• § 1.º O tempo em que estiverem com parte ou licença de doente, comtanto que não exceda de seis mezes em cada período de tres annos.

• § 2.º O tempo aprazado ao juiz removido de se transportar para outro lugar, si não fôr excedido.  
• § 3.º O tempo de suspensão por crime de responsabilidade de que forem absolvidos.

Entretanto a lei de 28 de Junho de 1850, que designou as comarcas e o modo de remoção, marcando os interstícios já, usa de outra phrase:

• Art 1.º As comarcas serão divididas em tres classes, a saber: de 1.ª, 2.ª e 3.ª entrância... nem passará de uma de 1.ª entrância para outra de 2.ª sem que tenha quatro annos de serviço effectivo.

• De 2.ª para a 3.ª poderão ter logar as remoções havendo tres annos de effectivo serviço na classe anterior.

Vê-se bem, pois, que pela lei de 26 de Junho de 1850 para marcar antiguidade não se descontam licenças, mas que pela lei de 28 de Junho de 1850 para se dar interstício descontam-se licenças e exige-se tempo de effectivo serviço.

A lei de promoções na armada, que foi calcada pela lei de promoções do exercito, está inteiramente de accordo quanto ao interstício.

Havendo duvidas a respeito dos effectos das licenças militares, o Sr. Duque, então Marquez de Caxias, sendo ministro da guerra, fez expedir o decreto n. 1638 de 19 de Setembro de 1855 concebido nestes termos:

• Convindo fixar de uma maneira peremptoria os effectos necessarios das licenças aos officiaes e praças do exercito sobre as antiguidades dos mesmos officiaes e praças, hei por bem determinar que o tempo de duração de taes licenças não entre em computação... no tempo em que os officiaes devem permanecer em um posto e no exercicio das funções especiaes delle, para poderem ter accesso ao posto immediato.

Do sorte que o decreto de 19 de Setembro de 1855 está de conformidade com o de 31 de Março de 1851...

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (ministro da guerra): — De 1855 de que data, meu collega?

O Sr. CRUZ MACHADO: — Já disse, de 19 de Setembro de 1855.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (ministro da guerra): — E o que diz elle?

O Sr. CRUZ MACHADO: — Que o tempo das licenças não entra no interstício para os officiaes terem accesso no posto immediato.

Mas aconteceu que em 1863, dez annos depois, um official obteve uma licença com inspecção de saúde; mandou-se ouvir o conselho supremo militar, e elle deu uma consulta, datada de 14 de Novembro de 1863, favorecendo a este official.

Esta consulta, porém, não pôde estabelecer regra, não podia sinão reger naquelle caso, não pôde fazer desaparecer os arts. 4.º e 5.º da lei de promoções e os arts. 9 e 10 do regulamento respectivo, e o decreto que acahou de lôr de 1855. Depois dessa consulta, promulgou-se o decreto n. 3570 de 3 de Janeiro de 1866 fixando, quanto a licenças, o sentido da lei e regulamentos anteriores, e esse é o ultimo. De sorte que, si a consulta tivesse força para revogar toda a legislação anterior a este respeito, ella tambem já tinha sido derogada por um decreto do poder executivo, contrariamente á opinião de um articulista do *Jornal do Commercio*, que diz que as consultas do supremo conselho

militar não podem ser revogadas por um decreto mas só por uma lei.

Eu vou lêr o decreto ultimo que está de accordo com os decretos anteriores e com a propria lei. É o de n. 3570 de 3 de Janeiro de 1866, que diz no art. 6.º, § 3.º:

• O tempo da duração das licenças de que tratam o art. 1.º e § 3.º do art. 2.º, em caso algum poderá ser computado para qualquer dos seguintes fins... 3.º para o interstício exigido para accesso. (lei n. 353 de 6 de Setembro de 1850 arts. 3.º, 4.º e 5.º).

Aqui dá-se uma curiosidade, e é que o defensor official desse acto do ministerio da guerra quer que a referencia mate o texto; diz que o decreto é nullo, é inexecuvel, porque, desde que se referiu aos arts. 3.º, 4.º e 5.º da lei de 1850, esses artigos não descontando no tempo preciso do interstício a licença, o decreto é nullo. Mas dissé-o, porque não comprehende que os arts. 3.º, 4.º e 5.º da lei fallam em tempo de serviço, e este tempo está definido pelo regulamento de 1851: é de serviço effectivo, e não o tempo do posto, ou da antiguidade. A referencia não mata o texto, nem vejo que se possa argumentar por semelhante modo; a referencia é conforme o texto, e o texto prohibe que o tempo de licença seja incluído no interstício; a referencia é de artigos que exigem serviço no posto: logo está claro que o serviço é o effectivo e não o tempo da licença.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — O decreto não podia revogar a lei.

O Sr. CRUZ MACHADO: — Não podia revogar, está de accordo com o texto della; o articulista é que dá á lei uma intelligencia contraria á sua letra por querer que a referencia mate o texto, e por consequencia que o decreto fique nullo.

Está, pois, demonstrado que a lei de promoções exige o serviço por tres annos no posto; o regulamento de 1851 exige o serviço effectivo no posto; o decreto de 1855 manda não contar no interstício a licença; o decreto de 1866 igualmente determina que não se conte no interstício a licença. Assim, á vista destes actos legislativo e regulamentares, o official que foi promovido, tendo menos seis a sete mezes de exercicio necessario para completar o triennio do interstício, não foi legalmente promovido.

A defesa que appareceu no *Diario Official* de 14 de Dezembro é dando esses decretos como nulos, interpretando a lei de promoções de maneira que o interstício conste sómente da antiguidade e não do exercicio. A outra defesa, que appareceu no *Jornal do Commercio* de 19 de Dezembro, segue o mesmo systema, e então o grande jurisconsulto que a lavrou diz que a consulta do conselho supremo militar vale mais que os decretos e a propria lei, e não pôde ser alterada sinão por uma nova lei.

A materia presta-se a muito maior explanação; eu não tenho em vista sinão apontar as fontes do lei que são contrarias ao acto praticado; não tenho tambem em vista magoar ao nobre general, ministro da guerra; elle aqui nos disse que esse nome veio na proposta do ajudante general, e entendeu que estava de conformidade com a lei, e promoveu-o; não tenho em vista igualmente magoar o ajudante general, que poderia ser mal informado pela sua secretaria...

O Sr. SILVEIRA LONO: — Não deixe a corda reboentar pela parte mais fraca.

O Sr. Cruz Machado: — Mas o caso é que o acto não está de conformidade com a lei; o Sr. Frota é coronel do quadro ilegalmente. O meio que o nobre ministro terá de fazer uma reparação é de preencher a vaga do finado coronel Elsbão na forma da lei, retirando o coronel Frota do quadro até que na próxima vaga, tendo o interstício, possa entrar de novo no mesmo quadro como coronel. Mas enfim isto é um alvitre que lembro; o nobre ministro fará o que melhor entender.

Tenho cumprido o compromisso que tomei em aparte, si não com a lucidez, que seria desejável nesta matéria, contudo exhibindo todos os pontos da legislação que regem o objecto, que poderão melhor ser deduzidos por quem tem a prática desses negocios e mais conhecimento da jurisprudência, de que me confesso um simples amador; o senado apreciará si eu tinha razão quando em aparte sustentei que a promoção era ilegal, e si cumpri o compromisso que tomei nesse aparte.

Tenho concluído.

**O Sr. Teixeira Junior:** — Não deseja prolongar esta discussão. Pediu a palavra tão somente para vir fazer um protesto em nome do bom senso.

Não quer causar o menor embaraço ao ministerio de 3 de Janeiro; mas não pôde deixar de declarar que, este ministerio não representa nenhum dos dous partidos em que se divide o paiz. Conservador não é elle, o que ficou logo patente, desde que o nobre presidente do conselho foi chamado para organizá-lo. Liberal também não é; será tudo quanto quizer, menos isso: os factos ali estão para comprovar esta asserção.

O partido liberal não pôde reconhecer como representantes dos seus principios ministros que restringem a garantia do *habeas-corpus*; que recusam a iniciativa á camara dos deputados, immediata representante da nação; que apregoam a doutrina de que é dever do governo violar a lei, quando entender que isso é conveniente ao paiz; que sustentam que importará a quêda do ministerio o facto da camara emendar alguma proposta do governo. O partido liberal não pôde aceitar como representantes dos seus principios ministros que assim reduzem a uma burla o systema representativo.

Não é sua intenção, como disse, atacar o gabinete, mas apenas formular um protesto em nome do bom senso, visto que tudo quanto se está passando são symptomas da grande perturbação que reina na alta administração do paiz.

Não reproduzirá a narração dos attentados com que se têm occupado os nobres autores de alguns requerimentos a que o senado tem dado sua approvação; basta recordal-os para confirmar a opinião que o orador forma do que se está presenciando.

Ainda hoje publica a imprensa o seguinte telegrama: « Recife, 3 de Fevereiro. — Foram assassinados em Mossoró o delegado de policia e o commandante do destacamento, em grande luta que se travou entre o povo e a força publica. O vice-presidente assumiu a presidência e requisitou força ao presidente de Pernambuco, que enviou hoje, pelo vapor *Imperador*, 60 praças.

Foram hoje demittidos o delegado de policia do Natal e o director da casa de detenção, por consentirem que os presos passeassem á noite pela cidade.

Estes e outros factos semelhantes são filhos legítimos das idéas propagadas por alguns dos Srs. mi-

nistros. E' isto o resultado da subversão dos principios do ordem e do respeito á autoridade; quem semela ventos colhe tempestades. Não pôde, portanto, o orador fazer ao partido liberal a injustiça de attribuir-lhe a autoria das doutrinas que estão produzindo estes factos. E, quando isto não fosse, para que não visse nos actuaes ministros os representantes dos principios liberaes bastava a questão do dia, a questão latente, a divergencia no seio do gabinete: poder-se-ha querer facto que, mais do que esse, assignale a gangrena da situação inaugurada em 3 de Janeiro de 1878?

O nobre ministro do Imperio disse hontem, e hoje confirmou o nobre presidente do conselho, que a divergencia era sobre um ponto do projecto de reforma eleitoral; mas é manifesta a contradicção entre o facto e a causa assignalada.

E' deploravel para a sorte das instituições do Brazil que a gloria do gabinete de 3 de Janeiro consista em responsabilisar a Corôa pela sua administração. E' isto o contrario do que se vê no systema constitucional dos paizes representativos.

Crê que o Sr. presidente do conselho vai mal collocando-se em opposição ao seu collega, o Sr. ministro da fazenda, porque assim promoverá nova manifestação a favor desse collega.

Não sabe como se declarou indispensavel a intervenção da Corôa na organização da lei da reforma eleitoral, como terceiro elemento do poder legislativo, quando o partido liberal combateu sempre a sua intervenção nas deliberações desse poder?!!

Até que ponto na propria solução da questão da reforma eleitoral estava contida a questão da reforma constitucional, era assumpto que devia ser estudado logo que se enunciou a falla do throno.

Quizeram uns duvidar que houvesse homogeneidade de pensar entre os membros do gabinete sobre a reforma eleitoral, e o orador foi um delles, tanto que interpellou a este respeito o Sr. presidente do conselho.

De facto deu-se a divergencia, que se esperava, e esta começou desde que o Sr. ministro da fazenda teve necessidade de pedir á camara dos deputados seu voto de confiança. Depois desta manifestação de confiança, quando o Sr. ministro da fazenda occupava a tribuna, as galerias se enchiam e choviam-lhe estrepitosos applausos. Mais tarde, misturavam com vãos os applausos, e agora, que se tem de deileir sabbado as divergencias existentes entre o Sr. presidente do conselho e o Sr. ministro da fazenda, annunciam as folhas manifestações populares, que só podem ter o caracter pessoal ao referido Sr. ministro da fazenda, e não de consolidação da politica actual.

O Sr. SILVEIRA LONO: — São provas de suprema fraqueza.

O Sr. TEIXEIRA JUNIOR: — Esses factos do manifestações populares têm caracter grave. Ou têm elles significação, ou não a têm. Si a têm, o povo então quer dizer: — quem tem razão é o ministro da fazenda. Si não têm significação, para que este as aceita?

Tomo o Sr. presidente do conselho nota deste ponto para responder; salvo si S. Ex. participa dessas ovações. Se não for o Sr. presidente do conselho contemplado nellas, é evidente que o Sr. ministro da fazenda é que tem razão, e é a elle que presta o povo sua adhesão.

Não obstante render preito e homenagem ás glorias do Sr. ministro da guerra e á sua boa von-

tado pelos interesses do Estado, não podia deixar de fazer sentir que em seu relatório consignou S. Ex. idéas que julga o orador perniciosas áquelles interesses; e entre estas a de requerer que, em vez de se diminuir o exército, supprima-se a despesa, que se faz com as companhias de aprendizes militares. Pois ha conveniencia e mesmo economia para o Estado na suppressão de escolas que preparem soldados para o futuro? Supprimir a educação moral e artistica de crianças desvalidas, que mais tarde terão de prestar serviços á sua patria, não será uma iniquidade, uma idéa que não envolva em si explicação alguma? E o que fazer desses desvalidos?

Em nosso paiz não são tantas as fontes de instrução necessaria, que, tirando no Estado esse elemento civilizador dos desvalidos, não reverta essa medida para elle em futuro prejuizo.

**O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (presidente do conselho):**—O nobre senador que acaba de sentar-se, começou o seu discurso fazendo um protesto contra a actual situação politica, que bem analysada considera indefinida, pois não é liberal, não é conservadora, nem sabe mesmo que qualificação mereça.

**O Sr. TEIXEIRA JUNIOR:**—E' a democracia moderna.

**O Sr. SILVEIRA LOBO:**—E' uma democracia *sui generis*.

**O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (presidente do conselho):**—Senhores, o ministerio actual está disposto a soffrer que aquelles que são adversos á situação o qualifiquem do modo que lhes parecer mais conveniente; pois isto não obsta a que elle com o programma, com que a inaugurou, prosiga em sua marcha, disposto a realisar-o.

O nobre senador, querendo accusar esta situação, invocou opiniões que foram sustentadas na outra camara; quiz com ellas demonstrar que effectivamente a situação está em antinomia com os principios do partido liberal.

Entendo que a discussão aventada pelo nobre senador será talvez mais propria quando tivermos de discutir a resposta á falta do throno; desde já me comprometto a responder a S. Ex. em cada um dos topicos em que tocou; hei de demonstrar que a doutrina sustentada pelo meu collega, o Sr. ministro da fazenda, na camara dos Srs. deputados, é a verdadeira doutrina constitucional.

De alguma maneira surpreendeu-me que o nobre senador, tão versado na sciencia politica, mostrasse ter duvidas sobre a exactidão dessa doutrina.

O nobre senador procurou enxergar na situação actual symptomas que demonstram que a ordem publica se acha comprometida. Felizmente para mim os factos que allegou reduzem-se a excessos ou desgraçadas occorrenças, que os jornaes noticiam, havidas no termo de Mossoró, provincia do Rio Grande do Norte.

Sr. presidente, si durante o tempo em que quatro provincias do norte estiveram quasi em anarchia com a seclção dos quebra-killos, o partido liberal se tivesse levantado para disso tirar argumento contra a situação, poderia elle com mais razão dizer que naquella época a ordem publica fora alterada, pois foi preciso que o governo mandasse força armada para reprimir os desordeiros;

entretanto o partido liberal nunca invocou esta circumstancia para accusar a seus adversarios.

O nobre senador invocou ainda factos succedidos na provincia do Ceará. Declaro a S. Ex. que estou disposto a entrar na discussão do requerimento apresentado pelo nobre senador o Sr. Jaguaribe, e então ficará conhecido o acontecimento da Villa Viçosa, a parte que nelle teve o governo, e as providencias que deu para reprimir factos que todos deploramos, sendo summamente injusto pretender-se hoje que foram devidos á protecção do governo os actos de barbaridade praticados pela familia denominada *Jurity* contra a familia Corrêa.

Posso affirmar que as intrigas d'onde resultaram esses crimes são de longa data, e que a familia agora perseguida havia sido por sua vez perseguidora e tambem hei de demonstrar com documentos que parte da familia *Jurity* havia sido assassinada pela familia Corrêa, mas isto ficará para occasião opportuna.

O nobre senador notou ainda que houve-se divergencia no ministerio, em relação á reforma eleitoral, e entendeu que ella consistia na idéa-mãe da reforma. Entendo que não ha necessidade de entrarmos nesta discussão, porque em poucos dias, na semana proxima, terá de ser apresentado o projecto de reforma, e então, conhecido o ponto de divergencia, verá o senado que são improcedentes as accusações hoje dirigidas nesta casa.

O nobre senador teve tambem em vista chamar a attenção do governo para as manifestações que diz se preparam.

**O Sr. TEIXEIRA JUNIOR:**—Para as que houve.

**O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (presidente do conselho):**—As que houve não produziram outro resultado sinão a demonstração de agrado de uma parte da população a um dos membros do ministerio; quanto á que se prepara, não tenho do menor conhecimento, podendo, porém, affirmar que não tenho inquietação alguma sobre a conservação da ordem publica na capital do Imperio.

**O Sr. TEIXEIRA JUNIOR dá um aparte.**

**O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (presidente do conselho):**—Quando em uma rua publica desta cidade se quebrou uma typographia, o commercio tinha mais motivo de recear que a ordem publica fosse perturbada do que hoje.

**O Sr. LEITÃO DA CUNHA dá um aparte.**

**O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (presidente do conselho):**—E' que VV. EExs. são muito susceptiveis; sempre que se apresenta um facto da situação passada, e com elle se compara algum da situação presente, os nobres senadores se incommodam.

Sr. presidente, não está nos meus habitos fazer retaliações; mas, quando vejo que o nobre senador quer tirar de alguns factos argumento contra a situação actual, não me poderão negar o direito de argumentar com os da situação passada.

**O Sr. TEIXEIRA JUNIOR:**—Não apoiado. O actual ministerio deve corrigir estes actos; sinão, o que lucrou o paiz?

**O Sr. BARÃO DE COTRINHÊ dá um aparte.**

**O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (presidente do conselho):**—O nobre senador pela provincia da Bahia tem discutido nesta casa como homem de governo, o que declarei que tive muito prazer vendo em uma

das ultimas sessões o modo por que S. Ex. tratou o nobre ministro da guerra. O nobre senador mostrava ser homem que comprehende perfeitamente as idéas do governo.

A's vezes na capital do Imperio tem havido desordens que não eram de esperar, que vieram do subito; — e por acontecimentos desta natureza nenhum governo poderá responder; — o que posso asseverar é que o governo não tem conhecimento de cousa alguma que pareça perturbar a ordem, e devo declarar que elle está disposto a empregar todos os meios para manter a tranquillidade publica.

O Sr. LEITÃO DA CUNHA: — E' o que esperamos, mesmo porque de V. Ex. não se pôde esperar cousa diversa.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*): — O nobre senador demorou-se em fazer observações relativas ao ministerio da guerra, e tomou por thema do seu discurso a extinção da companhia de aprendizes militares.

Sr. presidente, é muito facil grangear o sentimento da população, principalmente quando se trata da causa da infancia desvalida. E' um ponto que não pôde deixar de attrahir muita sympathia, mas pergunta-se: o corpo legislativo está disposto a empregar os tributos arrecadados do povo em objectos que não são propriamente do serviço publico, mas que são mais proprios da caridade?

(*Apartes dos Srs. Junqueira e Cruz Machado.*)

Onde até faltam os meios de garantir a ordem publica, podem-se distrahir sommas para garantir a infancia desvalida? Pelo menos não seria esse o canal mais competente.

O Sr. CRUZ MACHADO: — Eu penso o contrario, devia haver muitos lyceus de artes e officios em todos os pontos do Imperio.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*): — O nobre senador, antes de emitir este pensamento devia calcular quanto custa ao Estado a manutenção desses estabelecimentos.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Muito menos do que mil soldados.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*): — Não de ser pagos como aprendizes e depois como soldados. Si o nobre senador entende que se devia diminuir a força publica para alimentar estas crianças desvalidas, é porque julga que a força publica é demais.

O Sr. JUNQUEIRA dá um aparte.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*): — Estas companhias, segundo o relatorio do nobre ministro da guerra, foram creadas especialmente a pedido das presidencias; quasi que o impulso creador dellas não dependeu do governo geral, pois que no relatorio está escripto que a instancias dos presidentes das provincias se mandaram crear estas companhias.

O Sr. JUNQUEIRA: — Mas são soldados.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*): — Estou dizendo que foram creadas a instancias dos presidentes das provincias. Era melhor que o governo estabelecesse escolas agricolas, e fizesse applicação desses braços á lavoura.

O Sr. JUNQUEIRA: — Essas instituições são antiquissimas, são desde os tempos colonias, e têm dado bons soldados.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*): — O nobre senador demorou-se ainda em querer saber qual a causa do desacôrdo do ministerio, em relação á reforma eleitoral. Declaro ao nobre senador que não é opportuna a occasião para entrar em maior desenvolvimento e o que podia dizer a este respeito já tive a honra de informar quando respondi ao nobre senador pelo Paraná.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Sr. presidente, discutindo-se a lei de fixação de forças de terra, não posso deixar de fazer algumas considerações, afim de mostrar coherencia de meus principios nesta materia.

Na ultima discussão desta lei, sendo ainda ministro da guerra o Sr. Duquê de Caxias, que propunha um effectivo de 16.000 homens, offreei uma emenda reduzindo essa força a 12.000, e allual foi a lei approvada com 15.000 homens, que é a força que tambem pede o actual Sr. ministro da guerra.

As circumstancias actuaes, Sr. presidente, não me demoveram das idéas que tive outr'ora quando offreei essa emenda; pelo contrario, a necessidade de economia, e o não haver preocupação alguma de perigo externo deviam concorrer hoje, mais do que então, para essa redução pedida.

Por essa razão, Sr. presidente, para ser coherente com os meus principios, e com os meus precedentes na tribuna, hei de mandar á mesa uma emenda reduzindo a força a 12.000 praças.

Sinto muito, Sr. presidente, discordar da opinião do nobre ministro da guerra, de quem sou amigo, e cujas intenções ninguém melhor aprecia e reconhece do que eu. Porém, como disse, as circumstancias do paiz concorrem ainda mais hoje para a redução da força do que outr'ora, quando a propuz em 1877.

Além disso, no relatorio do nobre ministro da fazenda, entre as fontes de economias a que devo recorrer-se no estado actual de nossas finanças, vejo inclindada a necessidade de reduzir a força publica; e realmente, querendo o governo adoptar um systema de economia para melhorar as condições do nosso orçamento, a primeira medida seria sem duvida essa redução.

Tenho contra minha opinião a mais autorizada do nobre ministro da guerra, que julga necessarias as 15.000 praças; mas o que tem acontecido no paiz me convence de que o governo, preocupando-se de necessidade de economias, podia muito bem poupar ao Estado a despesa de 3.000 praças, não só porque o Imperio não pôde ter hoje receio de perigos externos, mas porque tambem vemos que o exercito tem servido mais para empregar-se no serviço de policia do que no propriamente militar.

A excepção de alguns corpos estacionados nas nossas fronteiras, principalmente no Rio Grande do Sul, no norte do Imperio e no oeste, todos os outros estão empregados no serviço policia, no qual a disciplina se tem relaxado e estragado.

Os presidentes das provincias estão reclamando constantemente contingentes e força, e a segregação dos corpos traz a indisciplina.

É assim que a ala de um batalhão vai para S. Paulo na época das eleições e outro batalhão vai para o norte, a título de perigo no Ceará por causa dos reitantes, e justamente tambem em época de eleições.

O Sr. Cruz Machado: — Lá não carecia; as actas foram lavradas sobre os tumulos, e em nome dos defuntos.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — A excepção de 4 ou 5.000 homens, si tanto, que estão no Rio Grande do Sul, e de 2.000 que estão em Matto Grosso, a força tem servido unicamente para serviço de destacamento e de policia, em que não deve ser empregado exército; por isso hei de insistir na milha emenda de redução, como o unico expediente para a economia, e para se evitar o abuso que se faz com a força de linha, applicando-a a fins que não são os proprios da sua instituição.

Sr. presidente, não seria fora do proposito insorir nas leis de força uma disposição, que obrigasse o governo a não empregar a força de linha em operações que não fossem puramente militares.

Na lei de 19 de Agosto de 1846 estabeleceu-se uma disposição para cohibir o abuso de se empregar tropa de linha em fazer eleições. Diz o seu art. 108 (4):

«Art. 108. Suspender-se-ha o recrutamento em todo o Imperio por tres mezes, a saber: nos sessenta dias anteriores e nos trinta posteriores ao dia da eleição primaria. Ficam prohibidos armamentos de tropa e qualquer outra ostentação de força militar no dia da eleição primaria a uma distancia de uma legua do lugar da eleição.»

Esta disposição deveria ser inserida na lei de forças do terra, hoje principalmente para armar o nobre ministro da guerra contra as exigencias de seus collegas e dos presidentes de provincia, quando pedem força de linha para ser empregada em eleições.

Estou convencido que em lugar de toda essa bulha que o nobre presidente do conselho está fazendo com o—cumpre que decreteis a reforma eleitoral directa mediante a reforma da constituição—o que ha de produzir algumas disposições subltis tendentes a garantirem a liberdade do voto, seria mais conveniente que repetisse na lei de força aquella disposição. Por esse modo se conseguiria fazerem-se eleições em nosso paiz sem intervenção de fardas e balonetas (apoiados).

Em qualquer parochia, Sr. presidente, a maior parte das vezes a autoridade abusa do seu direito intervindo na eleição, por contar com o apoio externo da força publica. Talvez que saltando esta haja o perigo do emprego da força particular contra a força particular; mas antes isso; antes os partidos se combatam, e mesmo se molestem, e vençam os mais fortes, os que representam a maioria da localidade, e recue a minoria ante a violencia dos seus adversarios do que ante as sentinellas collocadas ás portas das igrejas para vedarem a entrada dos cidadãos.

Estou certo de que si nesta lei inserissemos alguma cousa que obrigasse o governo a não pôr a tropa á disposição dos subdelegados para fazerem eleições, proviria d'ahi melhor resultado do que de qualquer dessas leis que se estão fazendo ha tanto tempo, que causam divergencias entre os ministros, e que afinal darão resultados iguaes aos das leis electorales anteriores. Pelo menos eu, que não me opponho á adopção do novo systema da eleição directa, creio que ella ha de trazer os mesmos, si não maiores inconvenientes que temos observado no systema da eleição actual (apoiados). Mas deixemos isto para occasião opportuna.

Já vê o senado que eu, em hora tão adiantada, sou obrigado a encher o tempo sómente para fun-

damentar um voto de coherencia, que hei de sustentar sempre.

E' preciso que reconheçamos que, militarizando o paiz, não conseguiremos o que temos em vista. Os Estados-Unidos não têm força maior do que o Brazil, sendo aliás sua população cinco ou seis vezes superior á do Imperio. Poder-se-ha dizer que o paiz ficará em perigo sendo desarmado; mas os Estados-Unidos, em sua ultima guerra, apresentaram exercitos de 500 e 600 mil homens.... apresentaram generaes, e se deram batalhas tão assigualmente como as que se têm dado no continente da Europa (apoiados).

Portanto, senhores, conservemos alguma instrução militar, como disposição para uma eventualidade, em que as aptidões não se podem obter repentinamente; conservemos algumas instituições; entre ellas essas que dão instrução aos meninos militares, dos quaes se podem formar habéis inferiores (apoiados), que na reorganização dos exercitos são uma das cousas essenciaes.

O Sr. Cruz Machado: — Os bons inferiores são muito uteis em todos os corpos.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Já vê o senado que estou seguindo um systema de opposição inteiramente diverso do systema seguido pelos nobres senadores que enunciam suas opiniões a respeito da administração da guerra. Os nobres senadores estiveram brigando com o Sr. ministro...

O Sr. JUSQUEIRA: — Ninguém brigou.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: —... para que S. Ex. conserve algumas instituições que elle, por economia, a meu vêr muito bem feita, supprimiu, como *verbi-gratia* a comissão de melhoramentos do material do exercito, e outras cousas desta natureza. Não sei si os nobres senadores quizeram até que se augmentasse a força de linha...

O Sr. JUSQUEIRA: — V. Ex. vai ao negocio radicalmente, quer acabar com o exercito.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: —... de maneira que a opposição foi mais governista do que o nobre ministro da guerra.

O Sr. Cruz Machado: — Logo não brigou.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Eu estou no lado opposto, Sr. presidente, não defendo todas estas instituições annexas ao ministerio da guerra, e nas quaes talvez se pudesse fazer alguma supressão por economia. Por exemplo, não sei por que razão um paiz pacifico, como é este nosso, para um exercito de 15.000 homens, e para uma esquadra de meia duzia de chavecos em mau estado, precisa ter dous laboratorios pyrotechnicos, o da guerra e o da marinha, para fazerem espoletas.

O Sr. BARÃO DA LAGUNA: — O da marinha faz mais do que espoletas.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (ministro da guerra): — O da guerra tambem.

O Sr. BARÃO DA LAGUNA: — Fazem muitas cousas.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Fazem espoletas, alguns foguetes, amostras de torpedos, etc.; mas, senhores, esses laboratorios funcionam ha tantos annos, que já devem estar abarrotados de productos; essas espoletas fulminantes já devem estar podres, porque não se gastam sinão nas salvas e em alguns exercitosinhos que se fazem ahi.



O Sr. LEITÃO DA CUNHA: — Creio que no exército nem ha mais exercícios.

UMA VOZ: — Ha.

O Sr. LEITÃO DA CUNHA: — De fogo? Na marinha sim, ás sextas-feiras.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Para isto é que eu queria que a opposição olhasse, pedindo economias, porque entendendo que um dos laboratorios deve cessar; basta um para fazer espoletas.

O Sr. CRUZ MACHADO: — Então fazem só espoletas?

O Sr. LEITÃO DA CUNHA: — Na marinha ha exercicio de fogo todas as sextas-feiras.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Que tem que na marinha haja exercicio de fogo todas as sextas-feiras? Quantos dias tem a semana? Quantos milhares de espoletas se fazem de cada vez?

O Sr. LEITÃO DA CUNHA: — Estou auxiliando V. Ex., estou dizendo que no exército nem isso ha.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — Não posso dizer de memoria tudo quanto se faz no laboratorio pyrotechnico da guerra, mas faz-se o quanto é preciso.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — E como se precisa de pouco, o laboratorio faz pouco.

Enfim, toquei nisto de passagem, porque já tenho tocado mais vezes.

Tambem pedi a palavra, Sr. presidente, porque ha dias, quando foi aqui censurado o nobre ministro da guerra por ter promovido a coronel o tenente-coronel Frota, del um aparte que indicava approvação a esse acto de S. Ex.

O Sr. CRUZ MACHADO: — O merito do official ninguem contesta.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — A opposição tem continuado nessa censura, e ainda hoje o nobre senador pela provincia de Minas mais detidamente entrou na analyse da legislação regulamentar, querendo provar que houve abuso da parte do Sr. ministro da guerra na promoção desse official.

O Sr. CRUZ MACHADO: — Eu não disse que houve abuso; deixaram de observar-se os regulamentos.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Pois é a isto que se chama abuso.

O Sr. CRUZ MACHADO: — Não offendi a intenção.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — A's vezes abusa-se sem má intenção. A expressão é exacta; porque m'a corrige? Que nome quer que tenha uma transgressão de regulamento?

Sr. presidente, o facto é muito simples, e mesmo pela exposição que fez o nobre senador pela provincia de Minas Geraes, fica reconhecido que o governo neste ponto procedeu de conformidade com a lei.

O Sr. CRUZ MACHADO: — Não apoiado.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Segundo mesmo a exposição do nobre senador, o é o que consta dos documentos, o tenente-coronel Frota teve duas licenças em um anno...

O Sr. CRUZ MACHADO: — Tres.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Ou tres.

O Sr. CRUZ MACHADO: — Dez mezes ao todo.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — ... e que importaram em dez mezes de interrupção do serviço activo. Porém estas licenças nunca foram registradas, si o tivessem sido e si acaso, houvessem completado o anno, teriam obrigado o governo a passar immediatamente este official da primeira para segunda classe.

O Sr. CRUZ MACHADO: — Si excedesse do anno.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Excedendo do anno, ora o caso justamente em que se poderia dizer que o curso da antiguidade official tinha-se interrompido, pois assim o governo teria reconhecido que elle havia tido mais de um anno de licença.

O Sr. CRUZ MACHADO: — Não tratei de antiguidade, mas do intersticio, que é cousa diversa.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Acho que não é.

O Sr. CRUZ MACHADO: — Por lei é.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Acho que não é. O que se chama intersticio é justamente o intervallo que vai de uma promoção á outra.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — Apoiado.

O Sr. CRUZ MACHADO: — De serviço effectivo.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Ora, este intervallo, desde que não foi de mais de anno, não pôde ser considerado como intersticio interrompido. O que ha de lei a este respeito é muito claro.

O art. 9.º da lei de 6 de Setembro de 1850 diz: « Não será contado para a antiguidade militar o tempo passado em serviço estranho á repartição da guerra, excepto o tempo de serviço na guarda nacional, nos corpos policiaes, marinha, missões diplomaticas, etc. »

Ora, pela disposição do art. 14 do decreto de 31 de Março de 1851, foi approvedo o regulamento para a execução da lei do promoções, e esse decreto, approvedo pelo corpo legislativo, determina no art. 18 o seguinte: — « A antiguidade para o accessio deverá ser contada da data do decreto que conferiu o posto. »

Isto é o que marca o principio do que se chama intersticio, é o primeiro ponto da partida do intersticio.

O Sr. CRUZ MACHADO: — Leia o art. 10.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA (*continuando a ler*): — « Não será contado para antiguidade do serviço militar: 1.º, o tempo passado em serviço estranho á repartição da guerra; 2.º, o de licença registrada; 3.º, o de cumprimento de sentença condemnatoria. »

O Sr. CRUZ MACHADO: — Leia os arts. 9 e 10.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Desde que estes são os tres casos em que se excluiu a contagem para a antiguidade...

O Sr. CRUZ MACHADO: — Para a reforma.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Não se trata de reforma, mas do antiguidade para a promoção...

O Sr. CRUZ MACHADO: — Não confunda antiguidade com intersticio; leia os arts. 9 e 10.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Eu confundo.

O Sr. CRUZ MACHADO: — É o que não deve fazer.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — É isso o que quero; acho que antiguidade e intersticio é a mesma cousa.

O Sr. CRUZ MACHADO:—Não é; para a antiguidade não é preciso sempre effectivo exercicio.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Do effectivo exercicio falla o regulamento, e não a lei. Mas o regulamento, quando falla em serviço effectivo, não pôde excluir o tempo de licença não registrada; e, não sendo registrada a licença, e não tendo elle sido passado para a 2.ª classe...

O Sr. CRUZ MACHADO:—Então a licença é serviço effectivo?

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Não será, mas a lei não o manda descontar na antiguidade. Por essa regra ou intelligencia que dá o nobre senador...

O Sr. CRUZ MACHADO:—Não é intelligencia minha; é disposição clara da lei.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Não lia tal; já lia a disposição do regulamento...

O Sr. CRUZ MACHADO:—A lei da promoção da marinha foi calcada por esta, e a lei da marinha exige serviço effectivo no posto; não se conta licença nenhuma.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Não sei si esta lei foi calcada ou não por essa; estou argumentando com a legislação militar...

O Sr. CRUZ MACHADO:—A lei da marinha exige os tres annos de embarque, isto é, tres annos de serviço effectivo, e não tres annos de licença em sua casa.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—As condições são muito differentes.

O Sr. CRUZ MACHADO:—Não são differentes; a lei não dá accessão a official algum sem ter tres annos de serviço effectivo no posto immediato, quer na marinha quer no exercito....

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—O que a lei quer é que tenha antiguidade...

O Sr. CRUZ MACHADO:—A lei de entrancia dos juizes tambem o exige.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—A que vem isso para a discussão?

O Sr. CRUZ MACHADO:—São legislações parallelas, feitas no mesmo anno.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Deixe-me V. Ex. acabar, porque não quero tomar tempo ao senado.

O Sr. CRUZ MACHADO:—O meu fim não é perturbar-o; é accentuar o meu pensamento. Dou estes apartes para não voltar á tribuna por coisa tão clara.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Não será preciso invocar a doutrina da resolução da consulta do conselho supremo militar aqui citada. Creio que o mesmo nobre ministro já apresentou esse argumento, que é muito procedente.

Pôde o nobre senador entender que o conselho supremo militar não é autoridade sufficiente para resolver o modo de contar as licenças; eu, porém, julgo que uma consulta desse tribunal estabelece uma regra que não pôde ser tomada amente como um favor individual.

O Sr. CRUZ MACHADO:—Mas veio immediatamente um decreto revogando essa regra.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Vejamos porém a regra como foi estabelecida em 1865, (lendo):

• O mesmo Augusto Senhor, por sua immediata e imperial resolução de 22 de Novembro findo, tomada sobre consulta do conselho supremo militar, houve por bem mandar declarar que as licenças concedidas por motivo de molestia, em virtude de inspecção da saúde, e na forma do parecer da respectiva junta, não estão comprehendidas nas disposições do supracitado decreto.

O Sr. CRUZ MACHADO:—O conselho não é competente em questões juridicas.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Não posso aceitar a discussão nesse terreno; admitir que o conselho supremo militar é ignorante...

O Sr. CRUZ MACHADO:—Em questões de direito.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Então é preciso acabar com elle.

Senhores, esse official foi promovido porque tinha tres annos e cinco mezes de antiguidade...

O Sr. CRUZ MACHADO:—Antiguidade tinha.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—A licença que teve para interromper-se o que se chama intersticio, não foi registrada; nunca deu logar a que o passassem para 2.ª classe, e nunca esteve occupado em commissão alguma que não fosse militar....

O Sr. CRUZ MACHADO:—Menos nos dez mezes em que esteve occupado em sua casa com sua saúde.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—E' official muito distincto...

O Sr. CRUZ MACHADO:—Isso não contesto.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—...de muito merecimento. Por isso entendo que o governo não podia por este motivo ser censurado...

O Sr. CRUZ MACHADO:—Quanto a merecimento, estou perfeitamente de accordo com o nobre general.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Sr. presidente, pedia palavra nesta hora adiantada, com a attenção captiva em outros assumptos mais importantes.

Mas no fim da sessão já não tenho forças para continuar a discutir, por isso me limitei ás observações que me impunha o meu dever de coherencia. Tinha offerecido uma emenda de redacção da força; queria ao menos em um discurso continuar a manter minha opinião. Respeito muito a autoridade do meu nobre amigo, actual ministro da guerra. Elle pede a força de 15.000 homens, e é muito competente para julgar da conveniencia da medida; porém, não podia deixar de reproduzir o mesmo pensamento que emittí quando na ultima discussão da lei de forças propuz a sua redacção.

E hei de continual-a a propôr, porque entendo que é preciso diminuir a physionomia militar que se quer dar a este paiz, que tende mais a ser um paiz industrial, um paiz que primo pelo adiantamento em outras artes, que primo n'outros progressos, outras aspirações, e não se deixe enlevar nas fumaças de gloria militar, que é sem duvida alguma muito honrosa, mas na occasião do perigo.

Como porém o paiz está hoje desassombrado do perigo, e ha necessidade de economisar e o governo reconheceu que a diminuição da força é uma de suas bases, declaro que hei de continuar na discussão do orçamento da guerra a pedir e a propôr a diminuição do pessoal no ministerio da guerra.

Foi esse o motivo por que pedi a palavra e creio ter cumprido o meu dever.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):  
—Pego a palavra.

A discussão ficou adiada pela hora.

## SEGUNDA PARTE DA ORDEM DO DIA.

### PENSAO.

Entrou em 2.<sup>a</sup> discussão a proposição da camara dos Srs. deputados n. 230, de 1877, approvando a pensão de 60\$000 concedida a D. Thereza Rosa Martins Caldas.

Ficou encerrada por falta de numero para votar-se.

Esgotada a materia da ordem do dia, o Sr. PRESIDENTE deu a seguinte para 7 do corrente:

### 1.<sup>a</sup> parte (até as 2 1/2 horas).

Votação da proposição cuja discussão ficou encerrada.

Continuação da discussão da proposta do poder executivo, fixando as forças de terra para o anno financeiro de 1878-1879.

### 2.<sup>a</sup> parte (das 2 1/2 horas ou antes).

3.<sup>a</sup> discussão da proposição da camara dos Srs. deputados n. 207, de 1875, declarando que compete a D. Sebastiana Carolina do Amaral Fontoura o meio soldo de seu pai, Antonio José do Amaral.

Levantou-se a sessão ás 3 horas da tarde.

### 20.<sup>a</sup> Mensagem

EM 7-DE FEVEREIRO DE 1879.

PRESIDENCIA DO SR. VISCONDE DE JAGUARY.

SUMMARY.—EXPEDIENTE.—Proposição da camara dos Srs. deputados sobre o estudante Silvio Pellico Belchior.—Parecer da commissão de empresas privilegiadas sobre a navegação entre os portos do Rio de Janeiro e New-York.—Rectificação feita pelo Sr. Correia.—Discurso e requerimento do Sr. Jaguaribe sobre negocios do Ceará. Observações do Sr. presidente do conselho. Approvação.—PRIMEIRA PARTE DA ORDEM DO DIA.—Pensão concedida a D. Thereza Martins Caldas. Approvação em 2.<sup>a</sup> discussão.—Fixação das forças de terra. Emenda do Sr. Silveira da Motta. Discursos dos Srs. ministro da guerra e Leitão da Cunha.—Encerramento do art. 1.<sup>o</sup> da proposta e discussão do art. 2.<sup>o</sup> Discursos do Sr. Correia.—SEGUNDA PARTE DA ORDEM DO DIA.—Meio soldo a D. Sebastiana Carolina do Amaral Fontoura. Encerramento da discussão.

Às 11 horas da manhã acharam-se presentes 30 Srs. senadores, a saber: Visconde de Jaguaray, Dias de Carvalho, Cruz Machado, Barão de Mamanguape, Visconde de Abaeté, Luiz Carlos, Chichorro, Visconde do Rio Grande, Correia, Almeida e Albuquerque, Barão da Laguna, Junqueira, Jaguaribe, Barros Barreto, Leão Velloso, Visconde de Niteroi, Visconde de Curitiba, Uchôa Cavalcanti, Leitão da Cunha, Barão de Cotegipe, Marquez do Herval, Paranaguá, Silveira Lobo, Candido Mendes, Teixeira Junior, Silveira da Motta, Ribeiro da Luz, Cunha e Figueiredo, Diniz e Visconde de Bom Retiro.

Compareceram depois os Srs. Diogo Vello, Antônio, Fausto de Aguiar, Dantas, Saraiva, Simão, Barão de Pirapama e Nunes Gonçalves.

Deixaram de comparecer, com causa participada, os Srs. Conde de Bapendy, Duque de Caxias, Firmiano, João Alfredo, Godoy e Visconde do Rio Branco.

Deixaram de comparecer, sem causa participada, os Srs. Barão de Marolim, Barão de Souza Queiroz, Octaviano, Paula Pessoa, Paes de Mendonça, Fernandes da Cunha, Vieira da Silva e Visconde de Suassuna.

O Sr. PRESIDENTE abriu a sessão.

Leu-se a acta da sessão antecedente, e, não havendo quem sobre ella fizesse observações, deu-se por approvada.

O Sr. 1.<sup>o</sup> SECRETARIO deu conta do seguinte

### EXPEDIENTE.

#### Offícios:

Do vice-presidente da provincia do Rio de Janeiro, de 3 do corrente, remettendo um exemplar da exposição com que o Sr. Visconde de Prados passou-lhe a administração da dita provincia, no dia 6 de Dezembro ultimo.—Ao archivo.

Do ministerio do Imperio, de 5 do corrente, declarando, em resposta ao do senado de 3, que Sua Magestade o Imperador ficou inteirado de que naquella data tomou assento no senado o conselheiro Manoel Pinto de Souza Dantas, senador do Imperio pela provincia da Bahia.—Ficou o senado inteirado.

Do mesmo ministerio, e da mesma data, remettendo o autographo sancionado da resolução da assembléa geral autorizando o governo para conceder ao padre Felix Barreto de Vasconcellos, professor de latim do curso annexo á faculdade de direito do Recife, um anno de licença com o ordenado, para tratar de sua saúde.—Ao archivo o autographo, communicando-se á outra camara.

Do 1.<sup>o</sup> secretario da camara dos Srs. deputados, de 6 do corrente, remettendo a seguinte proposição:

• A assembléa geral resolve:

• Art. 1.<sup>o</sup> O governo é autorizado a mandar admitir o estudante paisano da escola de marinha, Silvio Pellico Belchior, a exame da materia que lhe falta da 1.<sup>a</sup> cadeira do 2.<sup>o</sup> anno e ao de manobras do 3.<sup>o</sup> para poder completar o curso da referida escola.

• Art. 2.<sup>o</sup> Ficam revogadas as disposições em contrario.—Págo da camara em 6 de Fevereiro de 1879.—Visconde de Prados.—José Cesario de Faria Alvim.—José Feliciano Horta de Araujo.—A commissão de instrucção publica.

O Sr. 2.<sup>o</sup> SECRETARIO lêo seguinte

### Parecer.

• A commissão de empresas privilegiadas habilitada com as informações verbalmente prestadas ao senado pelo Sr. ministro da agricultura sobre o contrato celebrado para o estabelecimento de uma linha de paquetes a vapor entre os portos do Rio de Janeiro e New-York, nos termos do decreto n. 6729 de 10 de Novembro de 1877 a que se refere a proposição da camara dos deputados de 8 de Janeiro do corrente anno, approvando o mesmo contrato com addeicionamento do porto do Maranhão aos de

escala dos paquetes, vem dar parecer sobre o assumpto.

• Está verificando, conforme a informação alludida, que o serviço da navegação contratada não pôde ser alterado na parte concernente aos portos de escala sem modificações essenciaes não consideradas nas clausulas ajustadas e acollas *bona fide* pela casa commercial que o tomou a seu cargo, como sejam—capacidade dos paquetes, prazo das viagens, *quantum* da subvenção, etc.

• Ora, sendo de intuitiva utilidade esse serviço, attentas as relações commerciaes entre o Brazil e os Estados-Unidos, como reconhecem o publico em geral, e o poder legislativo que anteriormente subvencionou uma outra linha de paquetes, o governo que acaba de contratar a actual, e a camara dos deputados que approvou o contrato modificando-o apenas quanto a um porto da escala, não parece justo prejudicar o serviço já em execução, addicionando-se uma obrigação que as partes não podem desde já acollir, segundo declarou o Sr. ministro da agricultura.

• Assim, entende a commissão que o contrato está no caso de ser approvado, tal como foi celebrado, ficando entretanto o governo autorizado a innovar-o no sentido de addicionar o porto do Maranhão aos da escala dos paquetes, e concluir propondo que a dita proposição entre na ordem dos trabalhos para ser opportunamente dissendida com as seguintes emendas substitutivas que offereço :

• Artigo 1.º Fica approvado o contrato celebrado pelo governo com a casa commercial de John Roach & Son, para estabelecimento de uma linha de paquetes a vapor entre o Rio de Janeiro e New-York, nos termos do decreto n. 6729 de 16 de Novembro de 1877.

• Artigo 2.º O governo é autorizado para modificar o contrato mencionado no artigo antecedente no sentido de addicionar-se o porto do Maranhão aos da escala dos paquetes.

• O artigo 3.º da proposição passa a 3.º.—Sala das commissões, 6 de Fevereiro de 1879.—*Fredrico de Almeida e Albuquerque.—Diogo Velho.*

Ficou sobre a mesa para ser tomado em consideração, indo entretanto a imprimir.

#### RECTIFICAÇÃO.

**O Sr. Correia:**—Quando fallava o nobre presidente do conselho, tratando do facto dos colonos russo-allemaes, agglomerados nas cidades de Antonina e Paranaguá, da provincia do Paraná, disse que dera ordem para que elles não viessem a esta cidade tambem pelo risco que podiam correr si aqui se desenvolvesse a febre amarella. Dei eu então este aparte :

• Lá tambem apparece a febre amarella.

O aparte não foi bem ouvido, e acha-se publicado deste modo: • Lá tambem ha a febre amarella. • Não quiz fazer rectificação; limitei-me a pedir ao nobre Sr. presidente do conselho que, quando revisse o seu discurso para os annaes, se dignasse de substituir a palavra que havia sido mal tomada. Hoje, porém, tenho necessidade de rectificar, porque um distincto e illustrado representante da minha provincia viu neste meu aparte a asseveração da existencia da febre amarella em Paranaguá e Antonina, noticia que serviria para desabonar as condições sanitarias daquellas localidades; acrescentando que só si a febre amarella

tinha ido pelo telegrapho, como dissera o nobre presidente do conselho acerca das 50 pracas de linha que, fundado em informações recebidas da provincia, eu declarei tinham alli desembarcado, como effectivamente desembarcaram, pois que esta noticia tambem consta de uma carta que recebeu o Sr. Dr. Ferreira de Menezes e se achou publicada na *Gazeta de Noticias* de hoje.

Não assegurei a existencia da febre amarella actualmente em Paranaguá e Antonina; refórte-me a um facto conhecido, isto é, que aquellas cidades têm sido tambem, infelizmente, flagelladas por esta epidemia.

#### NEGOCIOS DO CEARÁ.

**O Sr. Jaguaribe:**—Sr. presidente, tenho de mandar á mesa um requerimento acerca dos negocios sanitarios da provincia que me cabe a honra de representar, a provincia do Ceará. Fazendo-o no intuito de pedir informações ao governo a respeito das providencias adoptadas no sentido de diminuir os flagellos que pesam sobre aquella provincia, julgo cumprir um sagrado dever. Tendo, porém, em vista obter informações do governo em relação ás epidemias e outras desgraças que pesam sobre a minha provincia, não pareça ao senado que sou egoista, e que me esqueço das outras provincias, irmãs daquela que tanto soffre. Portanto, si me limito a pedir informações sobre a provincia do Ceará, eu, julgando-me mais obrigado a desempenhar esta missão relativamente á provincia que para aqui mandou-me, não deixo de aproveitar a occasião de pedir ao governo que em suas providencias para melhorar o tristissimo estado da minha provincia preoccupa-se tambem com o do suas vizinhas que, si não soffrem tanto como a do Ceará, soffrem todavia horivelmente, como consta dos jornaes e é notorio a todo o senado.

**O Sr. PANANAGUÁ:**—Apolado.

**O Sr. JAGUARIBE:**—O senado se recorda de que um nobre sonador, no intuito de conhecer o largo dispendio que o serviço da sêcca tem acarretado ao Estado, já dirigiu á mesa um requerimento que foi approvado, pedindo informações relativamente á verba dos creditos abertos, bem como dos generos remetidos pelo governo central ás provincias soffredoras; por isso, não me occuparei deste ponto.

O meu requerimento se destina a saber quaes as providencias empregadas no intuito de diminuir os effeitos das epidemias, bem como, quaes os meios praticos que o governo tem de empregar assim de realizar este serviço de modo que seja o menos oneroso possível.

Todos se recordam de que em um dos ultimos vapores, segundo annunciaram os jornaes, partiram alguns medicos e pharmaceuticos para a provincia do Ceará, assim de prestarem soccorros aos affectados das epidemias; creio que foram em numero de oito a dez, sendo cinco ou seis medicos e quatro ou cinco pharmaceuticos.

A este respeito o que me occorre dizer é que da parte do governo me parece ter sido cumprido um dever sagrado, havendo apenas a notar que só tão tarde o governo se lembrou desta providencia, aliás manifestamente reclamada pelo estado de uma provincia, onde as epidemias ha longo tempo fazem celta aos milhares, não digo em muitas dezenas de dias, mas diariamente.

Quando uma tal desgraça existe, e ninguém a ignora, parece que o governo, aquelle que tom a sua cuidado immediato o dever de diminuir ou procurar attenuar esse flagello, cumpria ser o primeiro a lembrar-se de tomar esta providencia.

Mas ao contrario disto, parece que, preocupado com outros altos negocios do Estado, não cogitou d'este, sendo que somente uma triste circumstancia o despertou do lethargo em que jazia. A circumstancia, a que alludo, foi o facto deploravel do fallecimento da estimavel consorte do presidente do Ceará.

Enquanto morriam os infelizes cearenses aos milhares, respeitando todavia a morte as altas regências, o governo não se movia diante daquella tristissimo espectáculo. Desde que, porém, a epidemia attingiu ao palacio, fazendo victimas a estimavel esposa do presidente da provincia, o negocio tornou-se serio; e então lembrou-se o governo de contratar medicos e de enviar-os á provincia do Ceará.

Constou-me que esses medicos foram contratados não sei bem, a 2:000\$000 por mez. Não tenho nada a dizer a respeito do preço; parece-me que em certas circumstancias é no que menos se deve cuidar. Uma vez que se trata de obter um serviço urgente, e que este seja desempenhado o melhor possível, seguramente não se deve regatear o preço por que tem de ser feito.

A este respeito, observarei tão somente que em lugar de ter o governo mandado medicos principiantes, pois que me consta que aquelles que seguiram para o Ceará, não obstante nada ter eu que dizer contra elles, antes eston informado de que são moços habéis; observarei tão somente, digo, que, sahidos da academia, não tendo portanto ainda a longa pratica que, para uma occasião destas, seria indispensavel não só para a applicação dos meios convenientes a debellar o mal, como para apreciar-lhe as causas e indicar os meios de removel-as, etc., não eram esses moços os mais proprios, e sim homens proveitos na profissão, abonados pela experiencia, e pelo prestigio, como, por exemplo, os lentes de uma faculdade, onde naturalmente devem estar collocadas, as primeiras capacidades medicas, visto como esses inspirariam muito mais confiança aos infelizes a quem tivessem de soccorrer, bem como ao governo sobre a efficacia dos meios que tivessem de empregar.

Portanto, muito mais conveniente me parecia que, em vez de moços principiantes, ou ao menos com esses moços, alguns professores abalizados deveriam seguir para dirigir os diversos serviços de modo a obter-se um resultado effcaz. Homens em taes condições, seriam mesmo muito mais competentes para vencer o estado de torpor, em que parece-me ter ficado a administração publica, de modo a não haver esperança de que medicos, não obstante habéis, mas sahidos da academia, possam alguma coisa conseguir no sentido de vencer esse torpor, que collocou a administração publica em geral em um indifferentismo de fazer tremer.

É verdade que constou-me, mas não o assevero, que o governo dirigiu-se a alguns professores, medicos abalizados para fazerem parte dessa commissão, offerecendo-lhes honorarios vantajosos; mas que esses illustres cidadãos convidados recusaram-se. Si assim é, o governo se defenderá, dizendo que empregou os meios ao seu alcance, não podendo coagir aos medicos convidados a aceitarem a com-

missão. Esta defesa é procedente, não o contendo; mas ha sempre a notar-se que, o governo, composto de notabilidades, suppondo-se rodeado de todo o prestigio, não tivesse força bastante, quando não para conseguir pelo incentivo do honorario avultado medicos de primeira plana que fossem desempenhar a commissão, ao menos para obter de seus amigos que em uma occasião tão critica, em que fazia appello ao seu patriotismo, não deixassem ficar mal o governo, recusando uma tal commissão, sem duvida difficil, mas sobre maneira honrosa, pois que se tratava de servir á humanidade, e em uma occasião em que o governo não podia deixar de apreciar altamente semelhante serviço.

A propria consciencia daquelles que se prestam, devia sem duvida sentir a satisfação inherente ao cumprimento do dever, além do prazer que naturalmente resulta da pratica das boas acções, sobretudo quando estas importam verdadeiros actos humanitarios.

Portanto, sobre este ponto, não posso deixar de censurar o governo; maxime porque deixa uma população inteira soffrer por tão longos mezes, sem se lembrar de um soccorro que occorria á qualquer intelligencia commum, só lembrando-se dessa medida quando a casa dos amigos, ou a do delegado do governo, era por sua vez invadida pelo mal; de modo que, Sr. presidente, parece que mais vale, para os que nos governam, a vida dos amigos ou a de uma pessoa cara aos amigos, do que a de milhares e milhares de individuos.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — Não foi essa a razão que resolveu o governo a mandar medicos. Si me permite, direi que quando o governo teve participação de que novo flagello devastava a provincia do Ceará, resolveu mandar logo os recursos que eram necessarios. O governo tem sido muito solícito e muito franco, e lastima a sorte daquella infeliz provincia.

O Sr. JAGUARINE: — Eu agradeço cordialmente ao illustre senador o Sr. ministro da guerra a informação que me acaba de dar, e aproveito a occasião para pedir-lhe, para supplicar-lhe mesmo que, o humanitario e nobre Sr. ministro da guerra...

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — Obrigado.

O Sr. JAGUARINE: — ... venha em meu auxilio, lembrando-se, provinciano, como também é S. Ex., de quão fraco é o orador...

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — Não apolado.

O Sr. JAGUARINE: — ... que neste momento dirige-se ao senado, e de quanto deviam abalar-o as noticias que chegam, como estou certo, abalariam o coração de S. Ex. si, por infelicidade a sua briosna provincia fosse flagellada, já não digo do mesmo modo, mas pela decima parte do que tem sido o desgraçado Ceará!

Assim, eu confio que o nobre senador ha de achar-se a meu lado, lembrando a seus collegas que o que, mais que tudo, o Ceará precisa é de administração.

Sr. ministro da guerra, não actua em mim nenhuma paixão, nenhuma desaffeição ao Sr. presidente daquella provincia; e diante de V. Ex. e de seus collegas nenhuma pretensão da minha parte houve que tenha sido mallograda. Sou sómente impellido pelo sentimento de humanidade, identico

aquelle que impelliria ao nobre senador, si visse a terra do seu nascimento flagellada, como se acha a minha provincia.

O SR. MANUEZ DO HENVAL (*ministro da guerra*): — Embora não tenha a honra de ser filho do Ceará cumprio o meu dever, desejando a infeliz provincia do Ceará a mesma felicidade que desejo aquella a que pertengo.

O SR. CORREIA: — Todos nós lastimamos muito a sorte da provincia do Ceará.

O SR. JAGUARIBE: — De novo agradeço ao nobre ministro da guerra os generosos sentimentos que acaba de manifestar em relação á provincia que represento, mas peço a S. Ex. permissão de proseguir no pensamento que ia desenvolvendo acerca da falta de administração que alli ha.

Eu dizia, Sr. presidente, que nenhuma desaffeição havia entre mim e o presidente do Ceará, e é occasião opportuna para dizer tambem que, posto que seja seu adversario, sempre apreciei os seus talentos, o além deste apreço, naturalmente devido á justiça, entre mim e o presidente do Ceará me parece que haviam antes sentimentos de affeição, do que quaesquer outros. Nunca tive com S. Ex. nenhum genero de luta; é filho de um cidadão que me honrou com a sua amizade; eu mesmo acompanhei os primeiros passos do Sr. José Julio, e quasi que me posso lisongear de que fui quem lhe conferiu as esporas de cavalleiro na carreira que iniciou, a de advogado. Era ainda estudante, quando eu já exercia o cargo de juiz em sua terra natal. Durante as ferias, na occasião em que tive de presidir o jury, apparecendo elle no tribunal, foi por mim muitas vezes incumbido da defesa de réos pobres, a que sempre se prestou de boa vontade, desempenhando bem e dignamente a missão de que se encarregava.

Compreendo-se que isso era devido a seu talento, mas tambem comprehendo-se que por minha parte havia o desejo de animação, o que S. Ex. não contestará.

O SR. JUNQUEIRA dá um aparte.

O SR. JAGUARIBE: — Assim, si algum laço existe entre mim e o presidente do Ceará, é o de affeição; mas aquelle cidadão, não obstante ser intelligente e illustrado, não tem, infelizmente para a minha provincia, a energia que devia ter nas circumstancias em que ella se acha.

O SR. LEÃO VELLOSO: — Tem prestado muito bons serviços.

O SR. JAGUARIBE: — Diz o nobre senador que tem prestado muito bons serviços, mas está o nobre senador informado dos milhares de victimas que morreram por falta de soccorros?

O SR. LEÃO VELLOSO: — Não estava nas mãos delle obstar.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE: — O maler erro foi nomear cearense.

O SR. CANSANÇÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*): — Não podia o governo fazer melhor nomeação; hei de sustentar.

O SR. JAGUARIBE: — Folgo de ouvir o aparte do nobre presidente do conselho...

O SR. CANSANÇÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*): — Para o presidente do Ceará, não ha sinão motivo de muito louvor.

O SR. JAGUARIBE: — ... no menos o final do meu discurso vai ser honrado com a presença de S. Ex. para que não me lique o pezar de fallar na ausencia do nobre presidente do conselho, a quem alias muito prezo.

O SR. CANSANÇÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*): — Obrigado.

O SR. JAGUARIBE: — Ia eu dizendo que o presidente da provincia do Ceará é um cidadão distincto, dotado de talento e illustração, mas que alli não desenvolve a energia reclamada pelas circumstancias excepcionaes.

O SR. CANSANÇÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*): — Na crise calamitosa por que tem passado a provincia do Ceará, não podia encontrar melhor administração.

O SR. JAGUARIBE: — Acham que elle merece os applausos do governo e quando um filho do Ceará se levanta nesta casa para queixar-se de que a sua infeliz terra soffre por mal da administração, o governo declara que não conhece os factos.

Eu peço licença aos nobres membros do governo para dizer-lhes que, em vista disto, começo a duvidar desses bons desejos de que tanto se falla. Os factos ali estão.

O SR. CANSANÇÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*): — São os factos mesmo que havemos de discutir.

O SR. JAGUARIBE: — As misérias da administração estão patentes e os proprios amigos do governo as confessam.

Eu tenho informação (não posso afirmar) de que ainda ha pouco um membro do gabinete, o nobre ministro do Imperio, fallando a respeito do serviço da sêcca, confessára na camara dos deputados que effectivamente havia ladrões de casaca e luvas de pellica.

O SR. LEÃO VELLOSO: — Tem havido alguem que tem abusado da desgraça publica.

O SR. CANSANÇÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*): — Em todos os partidos.

O SR. JAGUARIBE: — Senhores, si existem ladrões de casaca e luvas de pellica e a administração não os arreda, antes os tolera, o governo participa da responsabilidade de semelhante procedimento.

O SR. CANSANÇÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*): — V. Ex. especifique os factos que eu responderei.

O SR. JAGUARIBE: — Os factos são notorios.

O SR. CANSANÇÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*): — Não senhor, é preciso especifical-os.

O SR. JAGUARIBE: — Sr. presidente, a occasião e a brevidade do assumpto de que me occupo, não permitem-me entrar em largos desenvolvimentos, conforme pede o nobre presidente do conselho, mas eu perguntarei a S. Ex. si não sabe que, no meio da calamidade que tudo avassala no Ceará, se tem levantado fortunas da noite para o dia, o que essas fortunas não podem surgir assim sinão dos cofres publicos?

O presidente da provincia sorá cego que desconheça estes factos, quando todo mundo os vê, a ponto de poder agarrar pelo braço aquelles que se loqueptam com a desgraça de seus comprouvincianos e dizer: — *ecce homo?*



Este era hontem um proletario e hoje edifica predios e adquire propriedades; este era ainda ha poucos dias um negociante fallido e agora não só effectua grandes transacções, tanto na praça da provincia, como em todo o Brazil e na Europa. Haverá duvida, pois, que este homem foi um delapidador dos cofres publicos e que somente suas relações com o presidente da provincia o collocara nessa posição?

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (presidente do conselho): — V. Ex. diga quem é.

O Sr. JAGUARIBE: — Senhores, eu não devo apontar nomes, mas si o nobre presidente do conselho quer eu os apontarei.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — Não é proprio da tribuna.

O Sr. JAGUARIBE: — Sr. presidente, quando o proprio governo diz que ha ladrões do casaca e luya de pollica, o nobre presidente do conselho diz que não sabe disto.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (presidente do conselho): — Então pensa que si soubesse era capaz de tolerar?

O Sr. LEÃO VELLOSO: — O presidente tem prestado muito bons serviços.

O Sr. JAGUARIBE: — Si deixar morrer as populações á fome e ao desamparo é prestar muito bons serviços, concordarei com o nobre senador.

Senhores, eu não sou suspeito; o senado devo recordar-se que, quando na administração passada, levantei-me nesta tribuna e fiz diversas considerações a respeito da sêcca, eu predisse algumas destas calamidades, si providencias não fossem tomadas a tempo; e infelizmente lamento hoje ter tido a sorte da infeliz Cassandra, porque vejo que todos os meus vaticínios se têm realizado.

Com effeito, eu faço justiça, reconhecendo que havia tal ou qual razão de supôr-se exagerada a pintura que então se fazia. Entretanto, hoje estão vendo a verdade.

O Sr. LEÃO VELLOSO: — O Sr. José de Alencar dizia na camara que havia exageração.

O Sr. JAGUARIBE: — O Sr. José de Alencar nunca disse isto; fallando sobre este assumpto fez apreciações a respeito da época das chuvas. A minha consciencia nunca se sentiu em opposição com este illustre amigo, cuja falta lamento.

Mas, Sr. presidente, trata-se agora de factos.

Haverá duvida de que os flagellos do Ceará são extraordinarios e que têm at'ingido a estado desesperador?

O Sr. LEÃO VELLOSO: — E o governo tem feito o que tem podido.

O Sr. DANTAS: — Não exijam mais do que é humanamente possivel.

O Sr. CRUZ MACHADO: — São superiores ao que se podia prever; até appareceu a peste negra.

O Sr. JAGUARIBE: — E' certo que o governo tem prestado algum serviço ao Ceará, mas o que eu sei é que os cofres publicos têm sido *sangrados*...

O Sr. DANTAS: — Isto é que é máo.

O Sr. JAGUARIBE: — .... o que eu sei é que a população com tão grande mortalidade e com a immigração que o governo favoreceu, tem dimi-

nuido consideravelmente, mas ao passo que a população decreesce a despesa augmenta.

Os nobres ministros já notaram que os creditos abertos para soccorros publicos tenham diminuido? Ao contrario, Sr. presidente, os creditos se mantêm no mesmo pé enquanto a população diminue e as despesas augmentam.

Ha argumento mais claro? Eu não sei si a arithmetica é algum mysterio, mas me parecia que quanto menor fosse a população a quem se tivesse de soccorrer, tanto menor devia ser a despesa.

Senhores, o estado do Ceará chegou a tal ponto que é de temer para as futuras administrações. E' possivel que alguns destes individuos que se habilitaram a fazer fortuna rapidamente tratem até de inventar uma sêcca (riço) tão larga tem sido a colheita que se tem feito!

Um Sr. SENADOR: — E' tão impossivel como inventar a chuva.

O Sr. JAGUARIBE: — Eu peço licença ao nobre presidente do conselho para referir um facto que por vezes tem sido commentado.

O Sr. JAGUARIBE: — Nessas guerras que tantas vezes temos tido no Rio da Prata sabe-se que muitos abusos têm havido da parte dos fornecedores e que é isto um *bon negocio* para fazer fortuna.

Em virtude dessa ambição, diz-se que muitas vezes se tem levantado falsamente motivos de honra nacional para fazer a guerra, mas no intuito de abrir essa fonte de receita, em que os fornecedores se têm locupletado.

De maneira que muitas vezes se tem dito que é necessario a maior cautela com esses inventores de guerras contra os Estados vizinhos. E por esta razão digo que de hoje em diante deve-se tomar as maiores precauções na provincia do Ceará para se evitarem as invenções das futuras sêccas.

Uma sêcca como a actual, só rara vez se faz sentir; falta absoluta de chuvas por espaço de dous e tres annos é phenomeno que não se tem notado com frequencia. Mas sêccas parciaes, em um ou em outro districto, e de maneira que de outros pontos possam ser enviados soccorros para esses logares, se dão quasi sempre.

Receio que, no caso de apparecer uma dessas sêccas parciaes, não falte quem se aproveite da occasião para figurar uma grande calamidade, e por este meio arrancar dos cofres publicos os soccorros que com mão larga têm sido liberalisados, mas que aproveitam principalmente aos delapidadores, os quaes á custa da miseria publica têm feito como que por encanto grandes fortunas.

O Sr. JUXQUEIRA: — O exemplo de tantos Crocos que apparecem ha de abrir o appetito.

O Sr. JAGUARIBE: — Eu disse, Sr. presidente, que no proprio juizo dos amigos do governo, daquelles que o defendem, e até dos proprios membros do ministerio, havia consciencia de que a delapidação no Ceará tem subido a tal ponto que merece a séria attenção do governo, assim de que haja uma repressão.

Peço permissão para ler o trecho de um artigo publicado no *Jornal do Commercio* de 17 de Janeiro deste anno acerca do Ceará, sob o título — *As provincias*. — Desde já devo declarar que seu autor é insuspeito. Assignando-se com as iniciais S. A., parece-me ser um nobre deputado daquelle provincia que usa de iniciais semelhantes; e além disso

se notam nesses artigos quasi exclusivamente louvores ao governo. Allí se indicam certas medidas, mas o seu alvo principal é elogiar o governo. Entretanto de um desses artigos destaquemos o seguinte trecho:

« Não terminarei estas succintas observações incompletas e deficientes sem reconhecer que, apesar do esclarecido zelo do Dr. José Julio e dos amigos que se collocaram a seu lado para auxiliá-lo, muitos abusos, malversações e torpezas continuaram a revelar-se em prejuizo da grande causa da humanidade, e direi sem reboço com grave damno dos cofres publicos.

« Alguns responsáveis foram destituídos, outros, cujas faltas eram mais graves, foram submettidos a processo criminal, e outros naturalmente terão gozado impunemente o fructo das transaccões que praticaram.

(Ha um aparte.)

Eu estou apenas mostrando que no proprio juizo dos amigos do governo as delapidações têm sido em grande escala.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (presidente do conselho) dá um aparte.

O Sr. JAGUARIBE:—Respondo as intenções do governo; direi mesmo que são angelicas, mas o governo se tem descuidado ou esquecido de ver onde está o mal; e então se comprehendo que essas intenções angelicas, em vez de effeitos benéficos, tenham produzido resultados diabolicos.

Faço, portanto, justiça ao governo; mas não posso deixar de deplorar que não olhe com bastante attenção para o estado do Ceará, e deixe passar esses abusos sem reprimi-los.

O Sr. José Julio, dit-o um senador pelo Ceará, não pôde continuar a ser presidente daquelle provincia nas actuaes circumstancias. Comquanto seja illustrado, como já o reconheci, é um caracter tibio, não tem a força sufficiente, deixa-se dominar excessivamente por amigos que o rodeiam; está em uma atmosphera que se chama *meu partido*, em que se lhe fazem muitas imposições a que elle é incapaz de resistir, e os delapidadores têm sabido aproveitar-se dessas circumstancias.

O Sr. JONQUEIRA:—Um dos primeiros estadistas liberais devia ser o presidente do Ceará; é um lugar de honra

O Sr. JAGUARIBE:—São sabidos os meios de enriquecer no Ceará: consiste em receber commissões, e distribuir dinheiros, de que a maior porção cabe aos distribuidores, porque o bem deve começar por casa; e ter deposito de generos que são offerecidos á presidencia, cabendo avultada commissão aos interventores que se interpõem entre os negociantes e o presidente, quando, como quasi sempre succede, se effectuam as transacções. Isto se faz publicamente; ninguém o ignora; somente os nobres ministros não o sabem.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—É verdade; os ministros o ignoram.

O Sr. JAGUARIBE:—Já declarei que nenhum interesse tenho na administração do Ceará, e que os nobres ministros podem dar testemunho a esse respeito. Também não tenho desaffeição ao actual presidente; o meu grande interesse consiste em ver o Ceará bem governado.

V. II

Senhores, aproveito a occasião para declarar que entre mim e o governo, para com o Sr. presidente do conselho, especialmente, ha motivos de affeição e até de gratidão. E prevalecendo-me do ensejo, agradeço a S. Ex. um grande serviço que prestou á minha provincia encampando a estrada de ferro de Baturité e ordenando o seu prolongamento, assim como decretando a construcção de outra estrada de ferro na mesma provincia.

Portanto vê o nobre ministro que os motivos do meu procedimento não podem ser sinão os do bem publico.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—Não tenho motivos para dizer o contrario.

O Sr. JAGUARIBE:—Cumpro somente o meu dever, expriro a consciencia que tenho do horroroso quadro que todos os dias mais se agrava naquella infeliz provincia.

Ainda hoje, Sr. presidente, ao sahir de casa, li no *Jornal do Commercio* uma noticia que me trouxe á tribuna, não obstante o mau estado de minha saúde, noticia vinda pelo vapor hontem.

É transcripta de um jornal de minha provincia (não sei que grua de credito mereça ao governo); mas em todo o caso compungiu-me e creio que compungirá o nobre ministro (lé):

« De Mecejana escrevem á *Constituição*, em data de 13:

« A terrivel variola continua a grassar nesta infeliz terra, e depois dos dous grandes incendios que se manifestaram no immundo lazareto desta localidade, nos quaes muitos doentes de bexigas succumbiram no meio de horrorosas chaminas, quasi todas as pessoas que têm sido atacadas desta terrivel peste não têm querido ir mais para o tal lazareto, preferindo morrer em suas pauperrimas choupanas, sem remedio algum, a serem queimadas por um outro incendio.

« Está no conhecimento de todos os habitantes desta villa que neste lazareto os pobres enfermos, além de passarem muito mal, têm quasi sempre bebido agua quente, o que muito tem contribuido para augmentar a mortalidade.

Senhores, os que conhecem a cidade da Fortaleza sabem que nos suburbios della ha um grande numero de casas de palha de carnaúba; e os que sabem que a carnaúba é uma planta dotada de substancias que se convertem em cera, devem comprehender quanto a palha, como tudo dessa arvore, é inflammavel; pois bem: a cidade da Fortaleza é cercada de tugurios cobertos de palha de carnaúba, e todavia os incendios são ali raros; as pessoas de fóra, quando alli chegam, admiram esse phenomeno, alias explicavel para os que conhecem os habitos da terra. Os moradores dessas pequenas choupanas, por isso mesmo que sabem quanto é inflammavel a palha da carnaúba, têm o maior cuidado em fazer sua cozinha ou fogo de maneira que este não se transmita ás paredes e á cobertura das casas.

Ora, si os incendios nas choupanas habitadas por gente miserissima e que não dispõe do recurso algum, são raros, muito mais raros ou quasi impossiveis deviam ser em um hospital, que mo consta ser também coberto de palha de carnaúba, mas que, sendo mantido pelo governo, tem director, guardas, em summa, um pessoal encarregado do zel-o, e deve ter elevação muito maior do que as choupanas das pessoas da classe pobre.

9

Entretanto a noticia diz que primeira e segunda vez se desenvolveu o incendio, morrendo os infelizes no meio das chammaes!

Parece que o Ceará está votado a todo o genero de males. Já tive occasião de mencionar aqui que uma numerosa familia e pessoas da vizinhança foram victimas de um incendio, alli por não da perversidade proposital, aqui não sei si por infeliz acaso ou antes por condemnavel defeito, o incendio se desenvolveu sobre aquelles que deveriam merecer os desvelos do governo.

Os nobres senadores davam-me, ha pouco, apartes acerca dos serviços do actual presidente do Ceará. Eu, Sr. presidente, vou manifestar francamente minha opinião. Penso que o Ceará seria menos infeliz, si o governo nunca se tivesse lembrado de dar-lhe soccorros. Nestas condições, cada um procuraria fugir da desgraça com seus recursos; não iria fazer a desgraça de outros, como acontece com a accumulção de emigrantes que, attrahidos pela promessa de grandes soccorros, vão morrer de epidemia na capital, transmittindo o mal a outros que, sem esta circumstancia, estariam isentos de tal desgraça.

Já se vê que o governo, fazendo tão largo sacrificio, tinha obrigação de organizar os serviços; mas nunca se embeu disto, tudo correu á matroca a trouche-mouche, permita-se-me a expressão.

Ainda sou informado de que os emigrantes são enviados para o abarracamento, e ali occupam os mesmos leitos d'onde acabaram de sahir dezenas e centenas de mortos de variola! Comprehende-se imprevidencia maior, incuria mais condemnavel?

Não está saltando aos olhos de todos que, desde que se trata de epidemia desta natureza, é necessario estabelecer cordões sanitarios para cortar o mal pela raiz, ao passo que alli, longe de cordão sanitario, ha confusão, vai o recém-chegado occupar o leito deixado pelo infeliz, que se enterrou hoje ou hontem?

Não sei os nobres ministros o que mais querem ver para acreditar que no Ceará não ha governo; ha imprevidencia, ha indolencia que agrava consideravelmente os males com que a natureza pesa sobre aquella provincia.

Todos sabem que nos paizes civilizados, quando ha epidemias, nomeam-se commissões, estuda-se o mal, trata-se de evitar sua propagação e consequente isto. Ha um mal mais tremendo do que, por exemplo, o cholera-morbus?

Entretanto quantas vezes na Inglaterra esta epidemia tem sido debellada antes mesmo de approximar-se ás portas da cidade. Tomam-se todas as cautelas, os batallhões sanitarios occupam seus postos e o mal desaparece como por encanto. No Ceará o mal está desenvolvido, tomou todas as proporções, e nenhum serviço se organizou ainda.

Pergunto aos nobres ministros: que serviço se organizou no Ceará a respeito da variola? Consta aos nobres ministros que se tenham levantado hospitales e tomado outras providencias, não essa de um mesquinho lazareto na Lagoa Funda, para onde não ha medicos que queiram ir, porque o mal tem tomado proporções de aterral-os?

E nestas condições os nobres ministros não se compenetraram ainda de que podem fazer do Sr. José Julio bispo, mandarem-o para onde quizerem, mas que não convem a sua conservação no Ceará?

Acaba um meu nobre collega de fornecer-me um jornal do Ceará, em que se diz que alli não ha mais peste. Não preciso commentar isto, basta re-

ferir-me ao que ha pouco dizia. Temo muito as sêccas artificiaes para o futuro.

O jornal é liberal ....

O Sr. TEIXEIRA JUNIOR:—Ello diz que a sêcca está quasi extinta; leia o artigo.

O Sr. JAGUARIBE:—Quasi extinta, dizem elles, mas as noticias dadas pelos outros jornaes trazem um calendario de mortes.

No começo da epidemia eu lia o nome dos mortos, e muitas vezes me eram desconhecidos. A razão era muito simples. E' porque eram pobres emigrantes do interior, que eu não conhecia. Agora, porém, não se dá o mesmo, pois que noto entre as mortes noticiadas nos jornaes, as de pessoas de primeira classe, o que significa que a epidemia já attinge á classe elevada, aquella que vive com mais commodidade, não sendo poupada nem muitas pessoas que eram vaccinadas. Entre essas pessoas mortas, conheci varios empregados publicos, mulheres e filhos de funcionarios. Assim, pois, como acreditar nessa noticia de que a epidemia está quasi extinta? E' um desses artificios, que ha pouco mencionei, e nos quaes pôde ter havido especulação.

O Ceará, senhores, enhiu em um estado de dissolução, em um estado em que se pôde dizer: *saufé qui peut*.

Parece que muita gente entende que esse estado de cousas vá acabar, e diz lá consigo: arranjemos a nossa vida enquanto é tempo, tratemos de enriquecer-nos, porque o mais é historia.

Ora, quando este é o verdadeiro estado do Ceará, não admira que um jornal, que tem interesse em pintar as cousas cor de rosa, diga que a epidemia está quasi extinta, quando, pelo contrario, sei que ella assola não só a capital, como outras cidades, o entro ellas a do Aracaty, quasi tão populosa como a capital, e que reuniu tão grande numero de emigrantes como ella. Esta Mecejana de que me occupei, é quasi um suburbio da capital, e tem soffrido muito, como se vê da noticia de 13 do mez passado. Como, pois, dizer-se que não ha mais epidemia?

A epidemia nunca foi sinão a variola. Esta idéa de peste negra foi uma outra invenção.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINTIMÉ (presidente do conselho) dá um aparte.

O Sr. JAGUARIBE:—O que digo é que si esta noticia veio do Ceará, encobriu uma nova especulação. O que me consta é que a molestia é bexiga de mati caracter, que mata em poucos dias, como o cholera e outras epidemias.

Sr. presidente do conselho, peço ainda a V. Ex. licença para algumas reflexões.

V. Ex. lembre-se de todas as provincias que soffrem, mas sobretudo do Ceará, para a qual sou obrigado a pedir providencias. O nobre presidente do conselho tem uma larga escala de amigos, entre os quaes não faltará um homem bastante elevado que seja capaz de pôr termo aos males da minha provincia.

O Ceará do que precisa é de um presidente que esteja superior a este corritio, que se arvora em opinião e congo os presidentes a fazer o que elle exige.

O Sr. CRUZ MACHADO:—Apoiado.

O Sr. JAGUARIBE:—Si o nobre presidente do conselho acha difficuldade em encontrar um ho-

mem, pelo recelo de que vá saltar no Ceará e morrer da epidemia, o governo, que tem tantos navios, mande desembarcar este presidente em um porto vizinho e installe nelle a administração, no que haverá até a vantagem de não cercar-se logo o presidente desses dominadores; e d'aht, mande levantar esses serviços e providencias, que nunca foram organizadas; mande mesmo aproveitar esses dinheiros do Estado, que custam o suor do povo e cujo dispendio todo brasileiro deve lamentar, sabendo que os largos sacrificios já feitos não têm aproveitado ás victimas para quem eram destinados....

O Sr. CRUZ MACHADO:— Isto é verdade. O intento foi salvar muita gente, mas assim não tem succedido.

O Sr. JAGUARIBE:— ... a ponto de parecer, já o disse o repito, que muito melhor seria que nunca se tivesse o governo lembrado de dar soccorros de ordem alguma.

O Sr. CRUZ MACHADO:— Isto não.

O Sr. JAGUARIBE:— As victimas não soffreriam tanto, e sobre tudo, senhores, não haveria esta dôr, que me parece ser de todas a mais pungente, de que, enquanto morrem tantos miseraveis, se levantem esses delapidadores á custa das misérias e das lagrimas, e façam-se Crescos, de um dia para outro. Isto dóe mais do que a propria morte. Esses infelizes dizem: o governo do meu paiz manda soccorros em larga escala para nos mitigar a fome, mas, entre o governo e nós, que soffremos, levantam-se essas aves de rapina insaciaveis, que arrebatam aquillo que nos era destinado.

Isto dóe muito mais, senhores, do que mesmo morrer pura e simplesmente por falta de alimentação.

Aquello que emigrasse em busca de melhor clima e morresse, sentiria, antes de morrer, que ora um facto da triste sorte dos paizes ingratos, em que falta a regularidade das estações; mas não morreria condemnando essas aves de rapina, que converteram a maior das calamidades em prosperidade propria, á custa do infortunio e até da honra, visto que a prostituição se tem diffundido em larga escala nessas occasiões; não lamentaria esses males e morreria victima de um acontecimento natural.

Sr. presidente, sobre este assumpto comprehende-se que tenho muito que dizer; mas sou o primeiro a reconhecer que a occasião não é opportuna. Si Deus me der vida e saúde, terei outras occasiões de occupar-me com os negocios do Ceará!

Brevemente teremos a discussão da falla do throno e outras materias em que é permitido alguma amplitude no debate; e para então me reservo, pedindo desde já permissão ao nobre presidente do conselho para tambem apparecer nessa occasião.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):— Estimarei muito que o nobre senador tome parte nessa discussão.

O Sr. PRESIDENTE:— A hora está dada.

O Sr. JAGUARIBE:— V. Ex. me permita agora, por effeito de coherencia, que faça outra citação. Tenha paciencia comigo.

Eu me tinha referido a diversos factos em relação á doença; e como alguns nobres senadores duvidaram, preciso comprovar minhas asserções. O senado me releve estas observações, attendendo a que não

occupo muitas vezes a tribuna e agora tenho necessidade de justificar-me.

Lá, ha poucos dias um artigo na *Reforma*, jornal desta corte, que o publicou pouco antes de morrer, e é mais uma razão para que moreça lá, pois que dos moribundos o direito fez uma menção especial, declarando que aquillo que revela o homem antes de morrer deve ter-se por verdade. Invoco este principio juridico com relação a *Reforma* (risos), que pouco antes de morrer disse o seguinte:

Segundo um relatório official, foram atacados de febre amarella, nos Estados-Unidos, cento e vinte e cinco mil pessoas, das quizes falleceram doze mil. Os soccorros fornecidos pelo governo importaram em 400:000\$000. Muito mais avultada quantia tem despendido o nosso governo com os famintos e enfermos do Ceará; com a differença, porém, que alli produzem os desejaveis effectos, e aqui, quanto mais despende menos aproveita. Questão de clima, dizem uns, de *distribuição*, dizem outros.

Já se vê que isto é a confirmação da minha opinião.

E' artigo da *Reforma* e de redacção, não é publicação a pedido.

Sr. presidente, para concluir: como o meu requerimento versa sobre informações acerca de medicos mandados para o Ceará, eu peço ainda licença ao nobre presidente do conselho para lhe suggerir uma idea. Já fiz sentir no começo do meu discurso que não regateava dinheiro, quando se trata de certos objectos; seria muito louvavel que o governo despendesse quantia muito maior, com tanto que mandasse medicos abalisados...

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):— Já foram.

O Sr. JAGUARIBE:— Foram moços, que sahiram apenas da academia. Proseguirei para chegar ao meu fim: e é que si o governo tem ainda de mandar medicos desta ordem, lembrava eu uma economia. Sabe-se que na capital da Bahia existe uma faculdade de medicina, que todos os annos forma muitos medicos; que esses medicos procuram trabalho, e por muito pouco dinheiro; por tanto, em vez dos contratados aqui a 2:000\$000 mensaes, o nobre presidente do conselho, lá na Bahia, tel-ahia por muito menor preço (apoiados). Acrescento ainda que ha medicos militares muito distinctos; e entre elles alguns que não se negariam a aceitar a commissão; e visto que o governo não tem mandado medicos abalisados, porque os não encontrou que quizessem ir....

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (presidente do conselho) dá um aparo.

O Sr. JAGUARIBE:— E' o que me constou; são, pela maior parte, moços recentemente formados; a pessoa que os indico é competente, conheço suas boas intenções; elle lutaria com as difficuldades com que me consta que lutou o governo; procurou medicos mais abalisados e não os achou. Mas, dizia eu:— Nesta falta de medicos mais praticos, que tenham longa clinica, ha o corpo militar de saúde, onde existem medicos habilitados, alguns dos quaes iriam com satisfação para essa commissão.

Eu mesmo tive aviso de que o distincto Dr. Firmino Doria, que se acha em Alagôas, tinha manifestado desejo de ir para o Ceará, si o governo quizesse. E' medico militar com longa clinica. Apenas indico esse meio, não tenho interesso em que se escolha este ou aquillo; não entro em negocios

de administração, limito-me a pedir protecção para o Ceará.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBUÍ (*presidente do conselho*):—O governo tem dado toda protecção.

O Sr. JAGUARIBE:—Sr. presidente, tenha V. Ex. a bondade de mandar buscar o meu requerimento. Tenho terminado.

Foi lido, apoiado e posto em discussão o seguinte

#### *Requerimento.*

Requeiro que se solicite do governo, pelo ministério do império, cópia dos contratos celebrados com os médicos e pharmaceuticos, que ultimamente foram enviados à provincia do Ceará, afim de prestar socorros aos affectados das epidemias alli reinantes, bem como do offeio, ou offeios, em que a presidencia daquella provincia os requisitou, si os houve.—S. H.—Sala das sessões do senado; 7 de Fevereiro de 1879.—Domingos José Nogueira Jaguaribe.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBUÍ (*presidente do conselho*):—Eu não queria que se encerrasse o debate sem levantar um protesto contra a influencia que o nobre senador pelo Ceará, no seu zelo de defender os interesses de sua provincia, o que é muito louvavel, fez ao actual presidente do Ceará.

O governo não tem motivo de erer que o presidente daquella provincia tenha introduzido, nem tolerado mesmo, os abusos a que se referiu o nobre senador. S. Ex. não teve a bondade de indultar os; si tivesse usado daquella coragem, que é dever dos que denunciam taes factos e attentados, declaro ao nobre senador que nenhuma consideração demoraria o governo de mandar proceder ao inquerito mais rigoroso para punir os delapidadores que fossem denunciados.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—E é muito preciso.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBUÍ (*presidente do conselho*):—Mas, não tendo o nobre senador declarado facto algum, fica o governo no mesmo estado de incerteza, sem poder deixar de dar o credito que mereço a palavra autorizada do seu delegado.

Todavia, como o nobre senador insistiu com uma convicção que parece ser sincera, e eu creio que é, declaro a S. Ex. que o governo ha de empenhar esforços em proceder a syndicação, para conhecer até que ponto podem ser fundadas as accusações que hoje o nobre senador produziu nesta casa.

Quanto, porém, à pessoa do illustre presidente do Ceará, declaro ao nobre senador que não posso de nenhuma sorte partilhar a opinião que manifestou a esse respeito (*apoiados*). É meço illustrado, de muito patriotismo, que fez sacrificio, como todo o mundo sabe, acceitando aquella presidencia, na quadra mais calamitosa por que tem passado o Ceará (*apoiados*).

O que o governo sabe é que aquelle administrador tem empregado, sem descanso, todos os seus esforços para minorar os effeitos da grande calamidade; tem offerecido socorros, não só em relação ás comedorias, que são examinadas e distribuidas com toda a regularidade, como mesmo mandando hospitaes para aquelles que estão doentes.

Que culpa pôde ter o governo, ou o presidente da provincia, de que esses dous hospitaes, que não estão na capital, mas em logares distantes, em elegas ehortas de palha, fossem incendiados, quando vemos que mesmo na capital do império, edificios solidos, construidos com toda a segurança, onde ha todos os recursos para extinguir incendios, são quotidianamente victimas deste mal? Como se pôde fazer tanto reparo porque duas casas de palha se queimassem?

Pois o presidente do Ceará dispõe de tantos meios na actualidade, que pudesse ter guardas em redor desses hospitaes, para prevenir a possibilidade do incendio? É preciso não levar a exaggeração a factos que, embora verdadeiros, perdem toda sua gravidade sendo assim exaggerados.

Quanto aos medicos a que fez allusão o nobre senador, declaro a S. Ex. que o governo esforcou-se por mandar socorros, não por pedido do presidente daquella provincia, mas logo que lhe chegou, por um telegrama vindo do Ceará para Pernambuco e de Pernambuco para esta corte, que se tinha desenvolvido a variola em maior intensidade, e que mesmo era attribuida a mortalidade a uma peste de natureza mais grave; e encarregou a pessoa que lhe pareceu competente, e presidente da junta de hygiene, para contratar medicos, sem marcar limites quanto ao sacrificio do dispendio, nem designando pessoas.

Si este distincto funcionario não conseguiu mandar as sumidades medicas, que desejava o nobre senador que fossem enviadas, não é culpa d'elle, nem do governo, que não pôde exercer pessoalmente essa commissão.

Quando constou ao governo a necessidade da remessa de medicos, teve o cuidado de informar ao presidente daquella providencia, o qual respondeu que a variola declinava consideravelmente, o que por isso julgava não convir a remessa de novos medicos.

Não posso informar ao senado agora das noticias trazidas pelo vapor chegado hontem; pelos h. b. lics da nossa secretaria, ainda não pude receber a correspondencia que esse vapor trouxe; por isso não me referirei á correspondencia official, mas ao testemunho de um digno militar, que acaba de chegar, o qual me affirmou e ao meu nobre collega, o honrado ministro da guerra, que na realidade a variola tem declinado, e que, felizmente, na provincia do Ceará a mortalidade está muito diminuida.

O Sr. JAGUARIBE:—Diminuida a população, infallivelmente terá de diminuir a mortalidade.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBUÍ (*presidente do conselho*):—Não me refiro á causa, assignalo os effeitos: a mortalidade está muito diminuida. À vista disto, entendemos não ser necessario augmentar a despesa com a remessa de novos medicos. Si, todavia, essas informações não forem exactas, si qualquer circumstancia superveniente determinar a necessidade dessa remessa, fique certo o nobre senador que o governo, tendo em attenção o estado calamitoso daquella provincia, não deixará de enviar os socorros que forem necessarios.

São, por ora, as informações que posso dar ao senado.

Encerrada a discussão, foi approvado o requerimento do Sr. Jaguaribe.

## PRIMEIRA PARTE DA ORDEM DO DIA.

## PENSAO.

Votou-se em 2.ª discussão e foi approvada para passar á terceira, a proposição n. 236, de 1877, approvando a pensão de 60\$000 concedida a D. Thereza Rosa Martins Caldas.

## FIXAÇÃO DAS FORÇAS DE TERRA.

Proseguiu a discussão do art. 1.º da proposta do poder executivo, com as emendas da camara dos Srs. deputados, e da commissão da marinha e guerra do senado, fixando as forças de terra para o anno financeiro de 1878-1879.

Foi lida, apoiada e posta em discussão com a proposta, a seguinte

## Emenda.

• Ao art. 1.º da proposta: em lugar de 15.000 praças, diga-se 12.000.—S. R.—*Silveira da Motta.*

**O Sr. Marquez do Herval** (*ministro da guerra*):—Sr. presidente, não voltaria a occupar a attenção do senado sobre uma materia que me parece discutida sobejamente, si não tivesse sido censurado ou accusado pela opposição de haver desorganizado as repartições da guerra de modo a não estarem montadas convenientemente para o serviço.

Foi o nobre senador pela Bahia, o Sr. Junqueira, quem deixou entrever no seu discurso essa idea de censura.

Fui tambem accusado por querer propôr a dissolução de duas companhias de aprendizes militares, como que indicando-se que eu não recebia do boa vontade a educação dos menores aprendizes artífieiros e de outros de que estão repletos os nossos arsenaes.

Podem suppor os nobres senadores, pois, que eu desdêho o dever de cooperar para que o exercito esteja no estado de poder prestar serviços ao paiz e que sou um inimigo da instrução dos pobres!...

Não mereço essa accusação, senhores....

**O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMU** (*presidente do conselho*):—Sem duvida.

**O Sr. Marquez do Herval** (*ministro da guerra*):—... porque fui o primeiro homem que, concluida a guerra civil da minha provincia, pedi ao general para mandar soltar um prisioneiro que sabia bem ler e escrever, assim de ser mestre de uma escola regimental, de cuja escola ha hoje coronéis e brigadeiros no exercito brasileiro, que acabam de honrar nossa bandeira e nossa patria. Por virtude desse meu pedido crearam-se depois as escolas regimentaes.

Não gosto de fallar de mim, alardeando meus proprios serviços, e desmerecendo os dos outros; o que pôde a muitos parecer modestia minha, mas affirmo que gostei sempre muito desse sentimento.

**O Sr. BANDEIRA DE COTTAIRE**:—Não é molestia, é merecimento.

**O Sr. Marquez do Herval** (*ministro da guerra*):—Eu desejaria que o Imperio do Brazil pudesse ter uma escola em cada quartelão (*apoiados*), mas pergunto aos nobres senadores—quem são os pedagogos e quaes os recursos que temos para sus-

teentar essas escolas? (*apoiados*). Então, é preciso soffrer o que não se pôde remediar.

As escolas ou as companhias de aprendizes militares, disse o meu distincto collega, a quem substitui na pasta, são escolas para fornecer ao exercito inferiores para infantaria. Está escripto no seu relatório, e logo, seguindo, disse S. Ex. outra verdade—as escolas regimentaes fornecem os inferiores para os corpos.

Orá, senhores, são duas escolas para um só fim; parece que podemos dispensar, portanto, as escolas de aprendizes militares, porque não temos officiaes no quadro para professores e os officiaes reformados, ou por cansados, ou por nulos, ou por doentes, ou por má conducta, não podem educar convenientemente os projectados sargentos.

Creio que as escolas regimentaes se pôde dar maior desenvolvimento; no quartel é que o soldado aprende a ser soldado, a ser cabo e a ser sargento, aprendendo na escola e praticando no serviço do quartel. Mas, senhores, ainda ha outra consideração: nossas leis mandam que o cidadão brasileiro seja chamado ao serviço das armas aos 19 annos. Em poucos mezes se faz um soldado de infantaria; e havemos pagar 8 e 9 annos de instrucção a um menino para ser sargento, na incerteza de que o seu physico se preste á vida militar?

E ha de ficar um commandante á espera dos aprendizes de Minas e Goyaz para os fazer sargentos das companhias?

Si me disserem que as escolas creadas naquellas provincias podem ser transformadas em escolas de agricultura....

**O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMU** (*presidente do conselho*):—Apoiado.

**O Sr. Marquez do Herval** (*ministro da guerra*):—... então, senhores, eu que sou soldado, sem muita paixão pela vida da guerra, digo que precisamos de colonos brasileiros mais do que de pagar um estado-maior immenso para uma companhia de aprendizes militares; pague-se antes ao mestre que ensine a lavrar e a plantar; porque, senhores, pensa muita gente, e sem razão, que um lavrador não é bom soldado. Oh! meus senhores, eu que vi esses heróis do norte que acabavam de deixar a enxada e o machado combaterem como heróis, não acredito que o lavrador, sendo um homem forte, não seja apto para ser um bom soldado. (*Apoiados, muito bem.*) Sem embargo, nunca julguei-me capaz de impôr o meu pensamento aos homens da sciencia, e, principalmente aos encyclopedicos; portanto, si as minhas idéas não prestam, sejam postas á margem, e eu por isso apenas ficarei pensando que cumpri o meu dever.

Já que fallamos em aprendizes, demonstrei em quanto importa um aprendiz e quanto custa ao ministerio da guerra aturar os pais, que, logo que os filhos têm aprendido alguma coisa e acham-se criados, vão empenhar-se com os senadores, deputados, as marquezas, as duquezas (*risadas*), ministros, etc., etc., para tiral-os do estabelecimento em que se acham.

Senhores, os aprendizes custam á nação uma quantia que não compensa a sua educação, porque todos os annos as escolas perdem uma quarta ou quinta parte dos que para ellas entram, ou por morte, ou por molestias, ou por baixas (*collando-se para o Sr. Barão da Laguna*), ou por outras causas que a marinha sabe (*risadas*). Muito poucos desses



meios caríssimos ao paiz têm prestado algum serviço ou começam a prestal-o.

Tratando dos arsenaes, todos sabemos que seria de alta conveniencia podermos dar á classe mais desfavorecida da fortuna uma educação tão proveitosa a elles e á patria, que d'aquí tirassem os meios honrosos com que vivem os homens independentes (*apoiados*).

Mas, senhores, temos no arsenal da corte duzentas crianças; e em cada uma das provincias que têm arsenaes: com essas crianças faz-se uma despesa extraordinaria; mas enfim eu não me animo a dizer sinão que o estado financeiro do nosso paiz não permite estes encargos. Sabem os nobres senadores que governaram até 3 de Janeiro qual é o estado do thesouro de nossa patria e sabem tambem que os que entraram para o governo não bateram moeda sinão do papel (*risadas*).

Pois, si vós não deixastes moeda e nós não a temos, como quereis tantos estabelecimentos de instrucção á custa do Estado? (*Muito bem.*)

Senhores, não sei como se póde pretender tanto. Está na mente dos meus antagonistas...

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—V. Ex. não tem antagonistas.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):—(Assim devia ser)... Não tenho um pergaminho, mas nem por isso sou inimigo da sciencia; e tanto a desejei que cheguei a obter licença para estudar, mas não pude aproveitar-me della porque envelheci nos campos das batalhas. Ora, sendo justo, não pretendo recusar á mocidade brasileira esse beneficio que tanto lhe falta. (*Não apoiados.*)

VOZES:—Muito bem.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):—Senhores, eu quizera que neste paiz todos fossem doutores...

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Não bula nessa casa de marimbondos (*risadas*).

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):—...quizera que até os negrinhos, ingenuos, da lei de 28 do Setembro fossem educados e formados (*risadas*), mas, senhores, não tendo com que sustentar o exercito; não tendo com que sustentar uma esquadra cujos navios na maior parte estão imprestaveis; não tendo com que dar estrada á agricultura; não tendo com que dar-lhe braços uteis, pois a lavoura fallece á falta de braços, e não se lhe tem podido dar sinão borrachos... (*Apoiados; risadas.*)

O Sr. CRUZ MACHADO:—Muito bem, isto é que é franqueza.

O Sr. DANTAS:—Isto é muito serio e verdadeiro.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):—...que vem para o Brazil a peso de ouro e não querem trabalhar...

O Sr. DANTAS dá um aparte.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):—...não tendo com que occorrer a tantas necessidades, não devemos cuidar só dos estabelecimentos de instrucção.

Sr. presidente, eu não attribuo o estado em que nos achamos a este ou áquelle partido (*apoiados*); mas não posso deixar de reconhecer que após os angustiosos annos da guerra do Paraguay, a victoria endoidece a todos; ficaram os homens allucinados pelo prazer do triumpho, e começaram a gastar

mais do que se podia, ostentando grandezas e fazendo presentes sem ter com que. (*Risadas e apoiados.*)

Pensou-se que não se acabava o credito e o dinheiro (*apoiados*).

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMU (*presidente do conselho*):—E' uma grande verdade.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):—Sr. presidente, não sabemos ainda até onde esse erro se fará sentir; mas as economias hão de ser obrigatorias para muitos...

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMU (*presidente do conselho*):—Apoiado. E para muitos serviços.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):—...ou tudo isto ha de voar. Não haverá remedio; ou miseria, ou trabalho com economia.

Quanto á commissão de melhoramentos do material do exercito ella continuou depois da guerra sem apresentar invenções modernas, intervindo apenas para a acquisição da artilharia Krupp, lanças francezas e espingardas a Comblain.

O Sr. PARANAGUÁ:—E a Spencer.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):—Essas já tinhamos nós experimentado na guerra; agora estão melhores; V. Ex. veria, quando vier para cá (*risadas*). Não ha que admirar; o nobre senador as conheço; já foi ministro da guerra.

Senhores, a commissão de melhoramentos do material do exercito era composta de distinctos militares em numero de 20, mais do que os melhoramentos que se verifcaram. Fez muita coisa boa, é verdade, mas entendi que ella não fazia falta; desde que se podia preencher o mesmo fim que ella tinha, com menos dispendio dos dinheiros publicos, aproveitando, sempre que se tem apresentado occasião opportuna, os conhecimentos dos distinctos membros dessa extincta commissão e de outros.

Assim, um delles é o tenente-coronel Ancora, para quem no seu arsenal de guerra não ha impossiveis, ajudado dos distinctos officinaes que com elle servem perfeitamente bem (*apoiados*).

Esses officinaes, por assim dizer, adivinham as ordens para cumpri-las; e, por sua dedicação ao serviço, tornam-se dignos de consideração.

O Sr. JAGUARIBE:—O Sr. Ancora é muito digno.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):—Que direi do general Miranda Reis, a quem nem as balas o têm afastado do cumprimento do seu dever? Vejo na fabrica da Conceição um desses officinaes, ajudante do arsenal....

ALGUNS DOS Srs. SENADORES:—O Sr. Pimentel.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):—...que satisfaz perfeitamente suas obrigações. Na fabrica da polvora está outro excellente official.

O Sr. PARANAGUÁ:—Apoiado. É muito distincto.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):—Menciono tambem o Sr. Fausto, que, por suas habilitações e reaes serviços, merece todos os elogios; e não poderel esquecer o coronel Tiburcio digno de especial attenção por sua dedicação, seus merecimentos, e sua sciencia militar (*apoiados*). Fallando desses officinaes, não posso esquecer o digno quartel-mestre general do exercito.

Com officiaes, como estes, não preciso mais da comissão de melhoramentos (*apoiadas*).

O nobre senador, referindo-se ao nosso arsenal, muito folgou por ter eu dito que alli ha bastante armamento. Devo dizer a S. Ex. que o armamento que alli encontrei não é uniforme. Existem lanças francezas cujo conto não cabe na coxa do estribo; o soldado não ha de andar com a lança ás costas. Existem 25.000 armas a Comblain que ficaram algum tanto desmerecidas, porque alguém da comissão mandou cortar-lhes um botão da alavanca, que era essencial na arma e d'ahi resultou prejuizo para a facilidade do manejo. Fiz, porém, remediar esse mal, e isto, em segredo o digo, (*risadas*) nos ha de custar alguns contos, e ainda assim esse armamento não ficará perfeito. Isto é para nós, que ninguém nos ouça (*riso*). O armamento mandado comprar na Europa e que encontrei no arsenal, segundo me informam, custou centenas de contos, e entretanto não serve para os nossos muros; prestaria-lhe para os cavallos de Frederico o Grande (*risadas*).

Não foi preciso recorrer á comissão de melhoramentos para se fazer novos arreios. O tenente-coronel Ancora, apenas eu lhe disse o que queria, preparou arriamento para quatro baterias que estão promptas a servir. Os outros ficarão guardados para a comissão de melhoramentos (*risadas*), quando algum outro ministro a restabelecer.

Precisando de um carro proprio para conduzir doentes na guerra, o tenente-coronel Ancora, por indicação minha, foi encarregado de preparal-o, e quando eu menos esperava ficou prompto, e terá de servir nos corpos.

Quando entrei para o ministerio não existia no arsenal pistolas para os lanceiros, arma que é para elles muito necessaria, porque os lanceiros servem na linha avançada do exercito, fazem piquetes, etc., e o meio de dar uma parte de novidade é descarregar um tiro, o que não poderiam elles fazer com as lanças; d'ahi a necessidade de estarem armados de pistola.

Reconhecendo tal necessidade mandei que na fabrica da Conceição se transformasse uma clavina Winchester em pistola, segundo a indicação que dei, de modo que as pistolas calçassem os mesmos cartuchos das clavinas, porque na guerra não se pôde levar munições diferentes que estabeleçam confusões prejudiciaes.

Mandei procurar na Europa uma pistola que não se pôde obter alli; tenho a carta de um illustre general que me explica o facto; entretanto nossa fabrica de armas fez essa pistola de modo que, não só os peritos, como até eu que não entendo da materia (*risadas*), ficamos perfeitamente satisfeitos, porque obtivemos pistolas de retro-carga que ainda a Europa não possui.

Os porta-cartuchos que achei no arsenal não podiam conter os cartuchos sinão por muito pouco tempo por causa da fraqueza das correias e systema da sua collocação; por indicação minha o director do arsenal de guerra fez uma transformação que, por boa, não deixa nada a desejar.

O Sr. JUNQUEIRA:—De tudo isso se tratou na comissão de melhoramentos.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):—Não sei si se tratou; o que sei é que a cousa não se fez... (*Muito bem.*)

O Sr. DANTAS:—Está mostrando que o serviço publico ganhou com as providencias que tomou agora.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):—E o director do arsenal não accumulou gratificações por este e outros melhoramentos.

Ha um anno que estou aqui, tenho ido ao arsenal e verificado que antes não se tratou da execução de taes melhoramentos, quasi alguém os fez, não sei onde os guardou (*risadas*).

Não condemno a ninguém, e era melhor que tambem não me censurassem injustamente.

O Sr. JUNQUEIRA:—Tratei a V. Ex. quasi como a um semi-deus.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):—Muito obrigado.

O Sr. JUNQUEIRA:—Mais do que isso era impossivel.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):—No laboratorio do Campinho, senhores, seu director, o major Fausto, resolveu um problema militar muito importante. Tinhamos diversos calibres de espoletas para canhões de calibre diverso, demandando assim espoletas especiaes para cada um. Chegamos a conseguir que um só calibre de espoleta servisse para todas as granadas dos canhões diversos.

Meu illustre collega e serra-sila (*voltando-se para o Sr. Barão da Laguna; risadas*) pôde dizer a importância que tem esse facto....

O Sr. BARÃO DA LAGUNA:—Apoiado.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):—...porque é possível que a fumaça alguma vez o incommodasse.

Nossos cartuchos de infantaria em pouco tempo ficavam arruinados; entretanto, o laboratorio pyrotechnico introduziu-lhes um melhoramento, que é admiravel para a conservação da pólvora.

Não digo isto, senhores, sinão para provar que não me parece justa a accusação de que o ministro da guerra actual descurasse seus deveres. E desde já declaro, não só por não me julgar encyclopedico, mas porque sempre gostei de receber os conselhos da sciencia, que, si algum dos Srs. senadores tiver noticia de algum melhoramento, que convenha ao exercito, terá em mim um pupillo para receber com todo o carinho seus conselhos.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Creio que deste trabalho está livre...

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):—O nobre senador de Guarapuava... (*Apontando para o Sr. Correia. Hilaridade prolongada.*)

O Sr. CORREIA:—Tive menos votos em Guarapuava do que V. Ex. em Sant'Anna do Livramento.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):—Desculpe-me... O nobre senador pelo Paraná desejou saber como se gastaram 200:000\$ com a ida e vinda do batalhão 10.º Não tenho idéa do semelhante despeza, salvo si ella se deu antes de ser em ministro, porque agora a conta que me dá a repartição fiscal é de 23:000\$, e já vê o nobre senador que para 200 falta alguma cousa.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Só uma cifra.

O Sr. CORREIA:—Tambem não affirmei que fosse

isso, referi-me a uma publicação que não foi contestada.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — Eu afirmo que a despesa foi de 23:000\$ porque é o que consta da conta da repartição fiscal; mas declaro que não fui eu quem fez o pagamento.

O Sr. CORREIA: — Si 200:000\$ são muito, visto o tres parece pouco.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — Disse o nobre senador que com despesas de transportes de tropas no Rio Grande do Sul, se empregaram quantias enormes, que não poderia precisar; mas, senhores, segundo consta da nota que tenho, elevaram-se em dois annos somente a 18:512\$790, inclusive transportes por agua.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — Ha de haver algum engano, é muito pouco.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — O que tenho dito da escola dos menores serve para responder ao nobre senador, o Sr. Teixeira Junior. Prometti dizer-vos o que nos custam certos serviços. Actualmente despende-se o seguinte:

• Com 200 menores do arsenal de guerra da corte 69:721\$, com 100 da Bahia 28:840\$, com 400 dos arsenaes do Pará, Pernambuco, Matto Grosso e Rio Grande do Sul 111:360\$. Com as companhias de aprendizes militares de Goyaz e Minas 62:922\$. Os futuros sargentos 11 Com as companhias de aprendizes artilheiros 225:157\$. Somma total 501:000\$.

Reduzindo os menores dos arsenaes, bem como o pessoal correspondente de maneira que só fiquem 50 menores em cada arsenal das provincias, e 100 no da corte, a despesa será apenas de 91:320\$000.

Os aprendizes artilheiros que levam aprendendo 9, 10, 11 e 12 annos, para depois irem servir nos corpos, obrigam actualmente a seguinte despesa: Um comandante—1:492\$800, (até tem forragem para andar a cavallo... na fortaleza) (*risadas*); cinco officiaes—3:261\$; cinco professores—3:600\$; quatro adjuntos—4:200\$; cinco 1.<sup>o</sup> sargentos—1:460\$; seis ditos 2.<sup>o</sup>—919\$800; quatro forrieis—167\$200; 28 cabos—2:041\$; 25 anspedadas—1:377\$500; nove cornetas—657\$; 335 soldados—82:709\$; fardamento para 402 praças—22:248\$000.

Vejam, meus senhores, que esses não servem na artilharia sinão d'alli a 10 ou 12 annos, e quando lá chegarem quanto custam taes recrutas? quando nós recrutando, segundo a lei um homem de 19 annos, em poucos dias se torna um soldado!

O Sr. JUNQUEIRA: — Não de artilheiros como estes.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — De artilharia e de tudo mais; aprende-se, não é assim tão difficil. Mas, enfim, si querem conservar um numero maior, venha o dinheiro (*risa*).

O Sr. JUNQUEIRA: — Eu não propuz o augmento delles.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — Creio ser escusado tratar da despesa do arsenaes.

Para provar que nossa instrucção militar não está descuidada, vê-se do orçamento que com o pessoal administrativo e docente das escolas militares da corte, preparatoria annexa, escola de cavallaria e infantaria do Rio Grande, do tiro do Campo Grande, regimentos, e aprendizes artilheiros, se despende 240:022\$160, além do fardamento, etapa, soldo, medicamentos, etc., etc., etc., com os alumnos.

O nobre senador fallou sobre a transferencia de verbas. Era indispensavel fazer-se, e o seu fim era acudir ás despesas que se originaram do augmento do valor do fardamento e da etapa. Todos sabemos que as provincias que soffreram o mal da sêca ou da peste, foram suppridas com o que as outras tinham, tornando os generos mais caros em toda a parte, sendo geral a carestia; e até os Srs. senadores da Bahia se hão de recordar de que foi preciso obstar á sahida da farinha da Bahia, afim de não privar o povo desse recurso.

Para o fardamento, meus senhores, os orçamentos anteriores consignavam 51\$, pouco mais ou menos, e despendia-se o dobro, porque em verdade o fardamento de um soldado de infantaria custa 98\$, cavallaria 115\$, artilharia montada 119\$ e artilharia a pé 91\$, fóra as fracções.

Não gostei que o nobre senador pelo Paraná me attribuisse uma intenção que não tive e não tenho, principalmente para com aquellas pessoas a quem sempre respeitei por muitos e attendíveis motivos.

Eu disse na exposição de motivos do decreto de transferencia de verbas que havia essa necessidade, porque ninguém ignora que todos os ministros da guerra nos primeiros seis mezes de exercicio fazem a sua distribuição ás diversas thesourarias, e nisto se gasta dous terços, pouco mais ou menos, de todo o credito, e porque eu dissesse que se tivesse gasto em tal tempo para precisar os seis mezes, o nobre senador atirou-me uma insinuação que nem o regimento da casa permite...

O Sr. JUNQUEIRA: — Não, não estava na intenção delle.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — ... dizendo que eu lançava uma indirecta ao meu camarada, o Sr. general Caxias.

Mas, como tal não foi minha intenção, declaro ao senado que repillo essa insinuação porque, si esse general, por cuja vida faço votos na sua doença, esqueceu por um momento os abraços do amigo dedicado no perigo, não attribuo isto á sua vontade nem á ingratitude; qualquer de nós pôde soffrer uma grave enfermidade; eu nunca soube sinão respeitá-lo.

Sr. presidente, vi na synopse do senado, que V. Ex. fez-me a honra de mandar, um projecto relativo a uma representação em que se pedia ao corpo legislativo desse á provincia do Rio Grande do Sul meia legua de campo em quadro no rincão de Saicán. Tratando desta materia, tenho por fim dar ao senado uma informação, para que tal cousa se não faça. Si dêssemos dentro daquelle terreno meia legua de campo, iriamos inutilisar um campo de que o governo mais tarde ou mais cedo ha de precisar...

O Sr. JUNQUEIRA: — Apoiado.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — ... e até si se lembrar algum dia de formar um campo de instrucção para o exercito, quando isto deixar de fazer a policia, é alli que isto se ha de fazer. Direi mais que, quando se pediu ao corpo legislativo esse campo, já sem nenhuma cerimonia foram mettidas alli dentro, com o que fazem muito mal, uma pequena capella e 16 ou 17 casas. ficando d'alli a seis leguas a grande povoação do Rosário, com todos os elementos de prosperidade que se pôde desear.

O nobre senador por Minas Geraes, o Sr. Cruz Machado, sinto que me suppozesse desagradado de sua tanta bondade para com seu collega. Não sou inimigo da consideração que me tem prestado os meus amigos; portanto, acredito que, si em alguma cousa lhe desagradei, não foi intencionalmente; por isso peço que me desculpe, e retire qualquer expressão que não agradasse ao meu nobre collega.

O Sr. Cruz Machado:—V. Ex. me penhora sempre.

O Sr. Marquez do Herval (ministro da guerra):—Agradeço ao senado a attenção que me tem prestado. (Muito bem, muito bem; o orador é cumprimentado.)

**O Sr. Leitão da Cunha:**—Votarei, Sr. presidente, contra esta proposição pela mesma razão por que votei contra outra identica, a que fixou as forças navaes para o exercicio de 1878—1879.

A razão é a seguinte: Tendo o governo, por decreto n. 6931 de 28 de Junho de 1878, mandado vigorar para esse exercicio a lei n. 270 do 31 de Maio de 1878, e tendo, em virtude desse decreto, regido essa lei durante oito mezes do exercicio, não vejo motivo algum para promulgarmos lei diversa que reja os quatro mezes, resto do exercicio corrente, tanto mais quanto nesta questão se envolve um principio, que devemos acautelar, contra a theoria dos *factos consummados*, preconizada na camara dos Srs. deputados por um dos *leaders* da actualidade politica.

Com effeito, senhores, o governo reconheceu que expedindo o decreto a que alludi, tinha exorbitado de suas attribuições, e pediu por consequencia ao corpo legislativo que o approvasse. E nós, em vez de approvarmos aquelle decreto, tratamos de promulgar uma lei, que deverá regular apenas em quatro mezes do exercicio.

Isto me parece que é irregular; o que devíamos ter feito fora iniciar a camara dos deputados um projecto approvando o decreto do governo; projecto que ao senado mereceria sem duvida alguma adhesão, porque o governo já deu as razões de estado porque o expedira.

Portanto, dizia eu, apesar da tal theoria dos *factos consummados*, entendo que essa questão de principios não podia ser prejudicada. E por esta razão que negarei o meu voto á proposição que se discute.

E deixaria, Sr. presidente, de tomar parte tambem na discussão, já porque ella se tem alongado, já porque os diferentes negocios que correm pela administração da guerra têm sido brilhantemente tratados pelos oradores que me precederam, si eu não tivesse de articular em nome das provincias do Pará e do Amazonas uma queixa contra, não direi o desdém, mas o esquecimento, com que foi tratada pelo honrado ministro da guerra.

Sr. presidente, reduzirei a bem poucas observações o que tenho a dizer a este respeito; não farei mesmo um discurso; limitar-me-hei apenas a dirigir algumas perguntas ao honrado ministro da guerra, que está presente, declarando a S. Ex., desde já, que não exijo a resposta promptamente. S. Ex. terá a bondade de tomar nota das minhas perguntas, e opportunamente dará a resposta, ainda que não seja nesta discussão.

Antes disso, porém, eu me congratulo com o partido conservador, hoje em opposição, pelo grande

V. II

triumpho que obtivemos em uma questão que foi objecto do renhido debate nesta casa.

Reitro-me, Sr. presidente, ao numero de praças, que se julga hoje necessario para composição do nosso exercito.

V. Ex. se recordará que quando nós fixamos 15 ou 16,000 praças para o estado completo do exercito, o partido liberal, então em opposição, combaten-nos ardentemente, pretendendo demonstrar-nos que 12,000 praças eram mais que sufficientes para o serviço que o exercito tinha de prestar. Ainda ha dias o nobre senador pela provincia de Goyaz voltou a essa questão. Entretanto, lemos hoje o testemunho insuspeito do honrado ministro da guerra, que nos diz em seu relatório (16)

« Na proposta de fixação de forças de terra, que tive a honra de apresentar-vos, para o exercicio de 1879 a 1880, pedi a mesma força ultimamente decretada pelo poder legislativo. Visto que não pôde ser reduzido o numero fixado de 15,000 praças para o serviço regular da força de linha, disseminada como ella se acha pelo vasto territorio do Imperio, e attentas as constantes reclamações dos presidentes de provincias. »

Portanto, está reconhecido hoje por uma autoridade insuspeita, e insuspeita por dous motivos: pelas opiniões politicas que professa, e porque nenhuma autoridade pôde haver maior na materia do que S. Ex., que nos declara que 15,000 praças são ainda insufficientes para acudir a todo o serviço que o palz reclama de seu exercito. E, com effeito, Sr. presidente, eu lançando as vistas para o mappa que vem annexo ao relatório da distribuição da força, vejo que S. Ex. tem hoje muita razão, como nós tínhamos outrora em achar 15,000 praças insufficientes para o serviço do exercito.

Eu vejo, por exemplo, que para minha provincia natal, a do Pará, foram distribuidas apenas 777 praças de artilharia e infantaria, e para a sua vizinlia, a do Amazonas, o numero de 283 praças. Ora, aqui temos menos de 1,000 praças para duas provincias fronteiras, limitrophes de cinco ou seis Estados estrangeiros; — e Estados como são, infelizmente, as republicas que nos cercam, e onde ha fortalezas a guarnecer. Ninguém dirá, por consequencia, que menos de 1,000 praças para aquellas provincias são sufficientes para o serviço que ellas exigem.

O Sr. Marquez do Herval (ministro da guerra):—Não chegam.

O Sr. Leitão da Cunha:—Mas, Sr. presidente, vem aqui uma questão, que constituirá desde já a primeira pergunta que desejo fazer a S. Ex. Pelo mappa da distribuição da força, annexo ao relatório do ministerio da guerra, eu vejo que se diz, por exemplo, que o batalhão de artilharia da guarnição do Pará tem 231 praças; mas o mappa não declara si essas 231 praças constituem o estado completo ou si o estado effectivo desse batalhão.

O Sr. Marquez do Herval (ministro da guerra):—O estado effectivo.

O Sr. Leitão da Cunha:—S. Ex. sabe que em todos esses mappas costuma vir uma casa com o estado completo e outra com este dizer—*falta para completar*, ou então—*estado effectivo*.

O Sr. Marquez do Herval (ministro da guerra):—É estado effectivo; faltava então, mas hoje deve estar completo.

O Sr. LEITÃO DA CUNHA:— Si é estado effectivo, S. Ex. me permitirá que eu assignale a contradicção que ha entre o mappa a que alludo e o relativo neste periodo que no mesmo se lê:

• Actua-se, pois, completa a força decretada, sendo que o excesso que consta do mappa junto, organizado na repartição do ajudante general, provem de não ter chegado ainda das provincias communicação de haverem-se realizado as baixas ultimamente ordenadas.

De modo que no corpo do relatorio S. Ex. diz que a força que foi decretada pela assembleia geral já está completa, e que ali, ha um excesso; entretanto que o mappa, segundo diz S. Ex., trata apenas do estado effectivo do corpo, e não do estado completo, que é maior; por consequencia, vem a faltar a esse batallão que está no Pará praças que deviam completá-lo.

A esse respeito devo dizer a S. Ex. que os corpos que estão no Pará e no Amazonas são insufficientissimos para o serviço das duas provincias nas épocas normaes, como sejam o da guarnição e o das fortalezas; mas, si tivéssemos infelizmente um motivo de conflicto, a falta seria então indesculpavel. Ainda não ha muito tempo foi destacada do Pará para o Amazonas a ala esquerda do 11.º batallão de infantaria; de manobra que esse batallão, que pelo mappa tem apenas 446 praças, ficou reduzido nesta occasião a 200 e poucas. E o honrado ministro sabe perfeitamente que com essas praças é impossivel fazer o serviço da guarnição do Pará.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (ministro da guerra) dá um aparte.

O Sr. LEITÃO DA CUNHA:—Não quero que o nobre ministro dê prompto remedio a isto; mas tenho por fim fazendo estas observações provar que quando governavamos, tinhamos razão em dizer que 15.000 praças eram insufficientes para o serviço.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (ministro da guerra):—Para mim não é preciso, eu já sabia disto.

O Sr. LEITÃO DA CUNHA:—Mas os correlligionarios de V. Ex. dizem o contrario. Estas mesmas considerações podem fazer-se com relação a todas as provincias, principiando pela do honrado ministro, o Rio Grande do Sul, que naturalmente não tem a força precisa.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (ministro da guerra):—De certo que não tem.

O Sr. LEITÃO DA CUNHA:—Senhores, tratou-se aqui da indisciplina do exercito. Para mim não ha duvida que uma das causas deste mal é a insufficiencia do pessoal, porque é impossivel haver disciplina sem que as praças tenham os habitos do quartel e os exercicios necessarios, deixando de estar continuamente montando guarda, sem terem dia para descansar.

A segunda causa da indisciplina do exercito é incontestavelmente o desvio das praças do seu fim essencial para serem occupadas em serviço de policia nas provincias.

O honrado ministro da guerra pede que demos remedio a este mal, mas a assembleia geral já fez o que podia fazer a este respeito.

O nobre ministro deve saber que já promulgamos uma lei auxiliando as provincias com dinheiro para augmentarem as suas forças policiaes,

assim como autorizamos a creação de corpos urbanos com o fim de isentar o exercito desses serviços, que não são proprios e que não podem fazer sem grave prejuizo da disciplina.

Entretanto, o que tem feito o governo para dar execução a esta disposição legislativa?

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (ministro da guerra):— Nada podia fazer.

O Sr. LEITÃO DA CUNHA:— Então já vê V. Ex. que o corpo legislativo não pôde hoje fazer mais do que já fez, nem as circumstancias actuaes do thesouro permitem outra medida além daquelle que já tomamos com relação ao auxilio da força policial das provincias.

Sr. presidente, eu disse a principio que tinha de articular uma queixa do honrado ministro da guerra com a devida venia de S. Ex.

Com relação aos estabelecimentos militares das provincias do Pará e do Amazonas não se diz uma palavra sequer no relatorio da guerra, quando aliás o Estado tem gasto e continua a gastar sommas não pequenas com esses estabelecimentos, e quando o honrado ministro não pôde desconhecer que é impossivel deixar de considerar aquellas duas provincias como provincias fronteiras e consequentemente com o caracter militar que devem ter.

O proprio Sr. ministro da guerra, reduzindo os hospitais militares de Pernambuco e Bahia a simples enfermarias, não tomou a menor providencia a respeito do hospital do Pará.

Porque fez isto o nobre ministro? Porque conheceu, e muito bem, que é impossivel deixar de considerar o Pará como ponto strategico, e como tal reconheceu a necessidade de manter alli certos elementos militares.

Por isso mesmo era muito natural que o relatorio da guerra dissesse em que estado se achava o hospital militar do Pará, e os outros seus estabelecimentos. Sabe o honrado ministro que esse hospital não está em casa propria; achava-se em casa alugada e em pessimas condições.

Eu assevero isto ao nobre ministro, porque conheço a casa e a localidade.

O Estado despende com esta casa sommas não pequenas para poder collocar-se ali o hospital; depois paga um aluguel não pequeno porque ella está em um bairro onde as casas auferem boa renda sem o menor proveito para o hospital, porque a localidade não é boa, com relação a condições hygienicas.

Portanto, era natural que o nobre ministro dissesse alguma coisa a respeito daquelle hospital e pedisse alguma providencia para pô-lo em melhor pé.

As mesmas observações que tenho feito sobre o hospital militar poderei fazer sem receio a respeito do arsenal da guerra.

O honrado ministro talvez saiba que o arsenal da guerra estava collocado no antigo convento dos mercenarios, onde estava tambem a alfandega. Ahí esteve por muito tempo em contacto com esse estabelecimento de arrecadação; reconheceu-se afinal o inconveniente que havia em estar o arsenal paredes-meias com aquella repartição, e mandou-se transportar para a casa que era occupada pelo hospital militar.

Transportou-se o arsenal para o hospital, e este foi para a casa a que alludi.

De maneira que nem o hospital nem o arsenal ficassem convenientemente collocados!

Sendo este assumpto da administração da guerra e de alguma ponderação, e não dizendo o nobre ministro sobre elles, repito, a menor palavra no seu relatório, eu desejaria saber quaes as informações que S. Ex. tem tido a este respeito e o que pretende fazer sobre semelhante assumpto; porque, Sr. presidente, continuar o arsenal de guerra no estado em que se acha, é melhor não ter-o; aquillo, eu posso asseverar, é um deposito de ferros velhos; não serve sinão para manter o pessoal que alli vive, com grave detrimento do serviço e da economia.

Chamarei, portanto, a attenção de S. Ex. para semelhante estabelecimento, affin de que o faça collocar no pé em que se deve manter, ou mande extinguir-o de uma vez; porque realmente ter um deposito de ferros velhos com o nome de arsenal de guerra, sem o menor proveito publico, antes com detrimento do thesouro, é um despropósito. A este respeito apello para o testemunho do nobre senador pela provincia da Bahia, que já foi presidente do Pará.

O Sr. LEÃO VELLOSO: — E' exacto.

O Sr. LEITÃO DA CUNHA: — Todos os presidentes têm insistido com o governo para providenciar a respeito daquelle estabelecimento; mas nada determinaram, nem os governos da politica transacta, nem o nobre ministro actual, cuja autoridade em negocios militares reconheço ser de todo o peso.

Portanto, S. Ex. sirva-se tomar nota, e resolva definitivamente, ou mandando fechar esse arsenal ou reformando-o como é conveniente.

Outra queixa tenho de articular a respeito de omissões no relatório do nobre ministro, e é com relação ás fortalezas. Esta é maior do que as anteriores; porque, não fallando na grande praça de Macapá, que o governo colonial mandou edificar na foz do rio Amazonas, como um ponto strategico e com vistas politicas, e que está caindo aos pedaços, visto que as correntezas do Amazonas o estão minando pela base, de sorte que em breve desaparecerão as suas muralhas, fallarei das fortalezas de Obidos e de Tabatinga.

A fortaleza de Obidos foi mandada construir no lugar em que o Amazonas é mais estreito; de modo que esse rio poderá ficar completamente fechado, no caso de uma invasão por artilharia de alto calibre. Alli se gastaram grandes sommas em construcções; novas obras depois se fizeram em virtude de reformas propostas por um official que alli foi em commissão de inspecção. Mandámos vir da Europa artilharia de moderno e grosso calibre para guarnecel-a; mas em um bello dia foi abandonada a fortaleza de Obidos, e ninguém fallou mais nella, como o relatório do nobre ministro não disse uma palavra a tal respeito!

O Sr. LEÃO VELLOSO: — Em 1867 gastou-se alli muito dinheiro.

O Sr. LEITÃO DA CUNHA: — O Estado tem enterado alli grandes sommas; entretanto toda essa despesa parece perdida.

Um Sr. SEYBON: — Não tem guaraição?

O Sr. LEITÃO DA CUNHA: — De quatro ou cinco praças, talvez, e invalidas. E' um facto digno da attenção do nobre ministro.

Passemos a Tabatinga. Esta fortaleza está na fronteira do Amazonas; mandou-se fazer alli um

quartel pelo plano de uma commissão que esteve examinando as obras, e que deu um parecer, á vista do qual o governo destinou dinheiro para novas obras; ultimamente o nobre ministro destacou para essa fortaleza um official, o Sr. Pereira Graça, incumbido de examinal-a. Entretanto, a respeito de Tabatinga, que, além de ser uma fortaleza, é um ponto strategico sobre o limite entre o Imperio e o Perú, o nobre ministro não escreveu uma palavra no seu relatório!

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — Para que?

O Sr. LEITÃO DA CUNHA: — Para sabermos a despesa que se tem feito e a que se deve autorizar naquelle ponto; affin de que o poder legislativo opportunamente mande, ou abandonar ou pôr essa fortaleza em estado conveniente.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — Não ha de ser o senado quem mandará os 10 trabalhadores que alli são precisos.

O Sr. LEITÃO DA CUNHA: — Confio bastante no criterio do nobre ministro para crer que S. Ex. não se deixará dominar da monomania actual das economias, que leva o governo a demolir o que temos de mais importante.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — Não sei si isso é economia.

O Sr. LEITÃO DA CUNHA: — Si fosse esta a occasião de entrar em considerações politicas, o que não está no meu proposito, facil me seria mostrar ao nobre ministro que certas economias feitas em seu ministerio como em outros foram verdadeiras demolições. Eu, pois, peço a S. Ex. que, libertando-se dessa mania, não deixe em abandono as fortalezas de Obidos, Macapá e Tabatinga. Abandonal-as não é economia, porque pôde vir uma occasião imprevisível em que sintamos a necessidade de ter aquelles pontos devidamente fortificados, e no entanto nos falem meios para soccorrel-os promptamente. Sirva-nos o exemplo de 1863.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — Si o meu honrado amigo em 10 annos não providenciou sobre isso, como quer que eu em um tempo tão limitado reparasse todas essas fortalezas?

O Sr. LEITÃO DA CUNHA: — Não exijo que o nobre ministro em um anno fizesse o que não fizemos em 10; apenas noto que em assumpto de tanta importancia S. Ex. não dissesse uma palavra.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — Para chamarem obeso o relatório do ministerio da guerra.

O Sr. LEITÃO DA CUNHA: — Desde que em um documento dessa natureza não se diz uma palavra sobre esse grave assumpto, o pensamento que assalta a mente de qualquer é que não inerecia a pena de escrever-se nollo meia duzia de linhas a respeito.

E como eu possa crer que talvez fosse este o pensamento daquelles a quem S. Ex. encarregou do trabalho material dessa peça, que do ordinario é feito na secretaria respectiva, por fallecer tempo ao ministro; como posso crer que os autores desse trabalho nutram esse pensamento, é por isso que chamo a attenção do nobre ministro para esse ponto, e peço que, precedendo as necessarias informações, dê as providencias que couberem em suas faculdades. Não quero que S. Ex. faça impossiveis;



longe de mim o pensamento de suppor que em um anno S. Ex. devesse fazer aquillo que diz não fizemos em 10.

Sr. presidente, prometti não me alongar, porque desejo que esta proposição seja votada, por consequencia limito-me a estas observações. Repito, peço ao honrado ministro que, tomando nota das perguntas que lhe fiz, me responda em occasião opportuna.

Encerrado o debate, não se pôde votar o art. 1.º por falta de numero.

Entrou em discussão o art. 2.º

**O Sr. Correia:**—Ha no art. 2.º pontos sobre os quaes convem ouvir a opinião do nobre Sr. ministro da guerra.

Um delles é o da isenção do serviço militar por contribuição pecuniaria. O nobre ministro da guerra não quiz ouvir-me; e entretanto eu não desejo sinão conhecer a sua opinião autorizada sobre pontos de que S. Ex. não tratou no relatorio.

Quando discutiu-se nesta casa a lei de 26 de Setembro de 1874, alguns honrados senadores liberais mostraram-se pouco favoraveis á isenção do serviço militar por contribuição pecuniaria.

**O Sr. NUNES GONÇALVES:**—Não foram todos.

**O Sr. Correia:**—Eu disse alguns.

Quando assisti na camara dos Srs. deputados á discussão do artigo que se refere a esta isenção, ouvi aos militares com assento naquella casa que não era muito conforme ás conveniencias do exercito a isenção que ainda agora se mantem no presente projecto.

Não partilhei esta opinião. Não desejo militarizar o paiz; e, reconhecendo que si se presta serviço á patria no exercito, tambem presta-se nas artes, no commercio, na agricultura, e em outras industrias; não me pareceu que fosse exorbitante o deixar a lei ao cidadão um meio, qual o da contribuição pecuniaria, para poder manter-se em suas occupações, ainda que a sorte o chame ao serviço das armas.

A guerra não se faz somente com soldados, faz-se tambem com dinheiro; e creio que o legislador não deixou de ter em vista as conveniencias publicas, quando incluiu na lei essa isenção. Entretanto desejava conhecer como um ministro, tão competente para fallar sobre questões praticas que interessam á organização do exercito, entende e aprecia essa disposição da lei.

Si S. Ex. estivesse presente, como me parece que seria conforme á obrigação de seu cargo, talvez com poucas palavras em aparte podesse dispensar-se de vir á tribuna explicar o seu modo de apreciar esta disposição de lei, dizendo-nos si em sua opinião convem manter a isenção do serviço militar por contribuição pecuniaria, ou si S. Ex. entende que desta disposição resulta desigualdade na maneira dos cidadãos prestarem o serviço militar, aconselhando-nos com sua experiencia a prescindirmos de semelhante isenção.

Si o meu honrado amigo senador pela provincia da Bahia e ex-ministro da guerra pediu a opinião do nobre ministro ácerca da conveniencia de manter-se a lei de 26 de Setembro de 1874, com igual motivo devemos procurar conhecer a opinião de S. Ex. sobre um ponto em que os seus companheiros de armas se têm pronunciado no parlamento de modo contrario ao que se achá estabelecido.

O § 2.º do art. 2.º diz que quando os voluntarios e engajados forem escusos do serviço se lhes concederá nas colonias militares ou de nações um prazo de terra de 108,900 metros quadrados.

Gusta-me a comprehender, Sr. presidente, porque limita-se a concessão de terras ás colonias militares ou de nações; não descubro razão para que esta concessão não se faça em qualquer das colonias do Estado, conforme pedir o voluntario ou engajado escuso do serviço.

Porque se ha de tolher o governo de attender a esse pedido si não se tratar de colonia militar ou de nações?

Tenho encontrado nas leis de fixação de forças esta limitação; mas porque arredar das colonias, em que se acham estabelecidos estrangeiros, os voluntarios e engajados que terminam o seu tempo? qual a razão de conveniencia publica que pôde justificar esta prohibição?

E tambem um ponto sobre o qual o nobre ministro da guerra podia dar-me a sua opinião em breves palavras, si estivesse presente; habilitando o senado para com mais segurança pronunciar-se sobre o paragrapho com que me estou occupando.

Quando fallei sobre o art. 1.º, o nobre ministro da guerra mais de uma vez interrompeu-me, dando apartes longos; apreciei-os; não reclamei contra esta interrupção, porque tanto quanto possível desejava poupar ao nobre ministro as fadigas, os incommodos da tribuna. Lamento, pois, que S. Ex. se ausentasse; porque poderia agora, da mesma forma, esclarecer-nos sobre o ponto do que estou tratando. Eu de certo não insistiria para que o nobre ministro viesse dar sua opinião formalmente occupando a tribuna...

**O Sr. PARANAGUÁ:**—Elle não se tem esquivado a isto; retirou-se por incommodado.

**O Sr. Correia:**—No começo do art. 2.º lê-se:

• O premio para os voluntarios será de 400\$000, e para os engajados de 300\$000, pago em tres prestações, sendo o dos segundos proporcional ao tempo pelo qual de nove se engajarem, nos termos do art. 2.º da lei n.º 2625 de 13 de Setembro de 1875.

No relatorio o nobre ministro diz que as vagas abertas nas fileiras do exercito têm sido preenchidas por voluntarios que têm affluído em grande numero, principalmente das provincias do norte flagelladas pela sêcca.

Si tem havido affluencia de voluntarios, não era fôrça de proposito perguntar a S. Ex., que tanto fallou hoje sobre o estado pouco prospero das finanças do Estado, si alguma redução se podia fazer nesses premios, ou si esta pequena redução podia trazer o inconveniente de obstar ao preenchimento das vagas que se dão no exercito pelo meio, que em tanto aprecio, dos voluntarios e dos engajados. Para mim, tudo que tender ao preenchimento do exercito, por movimento espontaneo do cidadão, é objecto digno da maior consideração.

**O Sr. PARANAGUÁ:**—Apoiado.

**O Sr. Correia:**—Não regatearei, pois, o premio que o nobre ministro julgar preciso para a obtenção desse resultado; mas não encontro base, nem no relatorio, nem nas palavras que S. Ex. tem proferido na tribuna do senado, para julgar de sua opinião ácerca da possibilidade de redução nesses premios. E pelo que respeita aos engajados, que são os nossos veteranos, eu queria perguntar a um

general veterano si não haveria conveniencia em reuni-los em companhias separadas. Era este um ponto de reorganização da força de linha, sobre o qual, creio, ninguém poderá dar opinião mais autorizada do que o nobre ministro da guerra.

Si S. Ex. não tivesse tido o encommodo que o fez retirar-se do senado, talvez que deixasse em poucas palavras liquidado este assumpto; e eu teria a satisfação de fazer conhecida do paiz opinião tão competente sobre um ponto de organização do exercito, referente aos veteranos que, com justa razão, devem merecer a nossa solicitude.

O senado viu que nas observações que tenho feito cingi-me ás diversas disposições contidas no artigo em discussão; e espero não negar que o fiz procurando exprimir o meu pensamento no menor numero de palavras.

Creio que os meus honrados collegas reconhecerão que essas observações eram proprias para atrahir a sua esclarecida attenção.

A discussão ficou adiada pela hora.

## SEGUNDA PARTE DA ORDEM DO DIA.

### MEIO SOLDADO.

Entrou em terceira discussão, com as emendas da commissão de pensões e ordenados, a proposição da camara dos Srs. deputados n. 207 de 1875, declarando que compete a D. Sebastiana Carolina do Amaral Fontoura o meio soldo de seu finado pai, Antonio José do Amaral.

Ficou encerrada a discussão por falta de numero para votar-se.

Esgotada a materia da ordem do dia, o Sr. presidente deu a seguinte para 8:

Votação das materias cuja discussão ficou encerrada.

Discussão dos requerimentos adiados, pela ordem de sua votação.

Levantou-se a sessão ás 2 horas e 40 minutos da tarde.

## Acta

EM 8 DE FEVEREIRO DE 1879.

PRESIDENCIA DO SR. VISCONDE DE JAGUARY.

Às 11 horas da manhã fez-se a chamada e acharam-se presentes 21 Srs. senadores, a saber: Visconde de Jaguary, Cruz Machado, Barão de Mamanguape, Visconde de Abaeté, Correia, Barros Barreto, Barão da Laguna, Almeida e Albuquerque, Jaguaribe, Visconde de Muritiba, Visconde do Rio Grande, Diniz, Junqueira, Candido Mendes, Silveira Lobo, Leitão da Cunha, Ribeiro da Luz, Fausto de Aguiar, Fernandes da Cunha, Visconde de Bom Retiro e Silveira da Motta.

Deixaram de comparecer, com causa participada, os Srs. Conde de Baependy, Duque de Caxias, Firmino, Paula Pessoa, João Alfredo, Sinimbu, Paranaguá, Godoy, Luiz Carlos, Marquez do Herval e Visconde do Rio Branco.

Deixaram de comparecer, sem causa participada, os Srs. Uchôa Cavalcanti, Chichorro, Barão de Cotegipe, Barão de Marolim, Barão de Pirapama, Barão de Souza Queiroz, Diogo Velho, Octaviano, Teixeira Junior, Antão, Saraiva, Dias de Carvalho, Vieira da Silva, Visconde de Nietheroy, Dantas, Leão Velloso e Visconde de Suassuna.

O Sr. 2.º secretario, servindo de 1.º, deu conta do seguinte

## EXPEDIENTE.

Officio do Sr. senador Francisco de Paula Pessoa, communicando que, perdurando seus antigos padecimentos, ainda este anno não pôde comparecer ás sessões do senado.—Ficou o senado inteirado.

Às 11 horas e meia da manhã o Sr. presidente declarou que não podia haver sessão por falta de numero sufficiente de Srs. senadores.

Em seguida deu para ordem do dia 10:

Votação das materias cuja discussão ficou encerrada.

Continuação da discussão da proposta do poder executivo, fixando as forças de terra para o anno financeiro de 1878—1879.

O Sr. PRESIDENTE convidou os Srs. senadores presentes para se occuparem com trabalhos das commissões, e a deputação encarregada de apresentar á Sua Magestade o Imperador o decreto da assembléa geral, fixando a força naval para o anno financeiro de 1878—1879, a cumprir sua missão á hora designada.

Compareceram depois os Srs. Nunes Gonçalves e Cunha e Figueiredo.

## 30.ª Sessão

EM 10 DE FEVEREIRO DE 1879.

PRESIDENCIA DO SR. VISCONDE DE JAGUARY.

SUMARIO.—EXPEDIENTE.—Modificação ministerial. Discursos dos Srs. presidente do conselho, Silveira da Motta, Silveira Lobo, Saraiva e Correia.—Ordem do dia.—Pensão a D. Sebastiana Carolina do Amaral Fontoura. Adiamento da votação.—Fixação das forças de terra para o anno financeiro de 1878 e 1879. Adiamento da votação sobre o art. 1.º Discursos do Sr. ministro da guerra sobre o art. 2.º Encerramento da discussão dos arts. 2.º e 3.º

Às 11 horas da manhã acharam-se presentes 31 Srs. senadores, a saber: Visconde de Jaguary, Dias de Carvalho, Cruz Machado, Barão de Mamanguape, Visconde de Abaeté, Chichorro, Luiz Carlos, Almeida e Albuquerque, Junqueira, Barros Barreto, Visconde de Nietheroy, Correia, Uchôa Cavalcanti, Visconde de Muritiba, Fausto de Aguiar, Barão da Laguna, Silveira Lobo, Diniz, Silveira da Motta, Leão Velloso, Fernandes da Cunha, Candido Mendes, Barão de Pirapama, Antão, Cunha e Figueiredo, Dantas, Leitão da Cunha, Visconde do Rio Grande, Visconde de Bom Retiro, Ribeiro da Luz e Sinimbu.

Compareceram depois os Srs. Vieira da Silva, Diogo Velho, Marquez do Herval, Nunes Gonçalves, Paranaguá, Saraiva e Barão de Cotegipe.

Deixaram de comparecer, com causa participada, os Srs. Conde de Baependy, Duque de Caxias, Fir-

mino, Paula Pessoa, João Alfredo, Godoy e Visconde do Rio Branco.

Deixaram de comparecer, sem causa participada, os Srs. Barão de Marolim, Barão de Souza Queiroz, Jaguaribe, Octaviano, Paes de Mendonça, Teixeira Junior e Visconde de Suassuna.

O Sr. PRESIDENTE abriu a sessão.

Leram-se as actas de 7 e 8 do corrente e não havendo quem sobre ellas fizesse observações, foram dadas por approvadas.

O Sr. 1.º SECRETARIO deu conta do seguinte

#### EXPEDIENTE.

##### Offícios :

Do hoje, do Sr. conselheiro Affonso Celso de Assis Figueiredo, communicando que, por decreto de 8 do corrente, houve por bem Sua Magestade o Imperador nomeal-o para o cargo de ministro e secretario de estado dos negocios da fazenda.

De 8, do Sr. senador Marquez do Herval, participando que por incommodo de saude retirou-se antes de terminar a hora da sessão de 7, e como ainda continuava incommodado, não podia comparecer á sessão do dia 8.

Ficou o senado inteirado.

Carta imperial datada de 8, de nomeação do senador do Imperio pela provincia do Espirito Santo, do Sr. conselheiro Christiano Benedicto Ottoni. — A' commissão de constituição para dar parecer com urgencia.

O Sr. VISCONDE DO RIO GRANDE, obtendo a palavra pela ordem, declarou que a deputação encarregada de apresentar a Sua Magestade o Imperador o decreto da assembleia geral, fixando a força naval para o anno financeiro de 1878—1879, cumpriu a sua missão com as formalidades do estylo, dignando-se o mesmo Augusto Senhor responder — que examinaria.

O Sr. PRESIDENTE declarou que a resposta de Sua Magestade o Imperador era recebida com muito especial agrado.

#### MODIFICAÇÃO MINISTERIAL.

**O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU** (*presidente do conselho*):—Sr. presidente, em uma das ultimas sessões, respondendo a uma interpegação que me foi dirigida pelo nobre senador pela provincia da Bahia, relativamente á crise ministerial, tive occasião de dizer ao senado que com effeito uma divergencia se havia manifestado no seio do ministerio, divergencia de que porventura poderia resultar uma modificação do gabinete: caber-me agora informar ao senado que com effeito essa modificação teve logar com a retirada de dous membros do ministerio, do Sr. ministro da fazenda e do Sr. ministro dos negocios estrangeiros.

O Sr. SILVEIRA LORO:—Val cabindo nos pedaços.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*):—O senado, Sr. presidente, naturalmente desejava conhecer o motivo desta divergencia e por isso antecipo-me em referir-o.

Desejava o meu ex-collega, o Sr. ministro da fazenda, que no projecto de reforma eleitoral, que tem de ser presente dentro em poucos dias, talvez

amanhã ou depois, ao corpo legislativo, fosse tambem incluída a idéa da elegibilidade dos acatholicos.

Deste ponto nasceu a divergencia, tendo sido esta tambem esposada pelo nobre ministro dos negocios estrangeiros.

Não tendo sido possível chegar a um accordo, apesar dos esforços que empreguei para conseguil-o, o resultado foi sahirem os dous nobres ministros, sendo substituídos, o da fazenda por um distincto parlamentar, representante pela provincia de Minas Geraes, já conhecido pelos seus talentos e pelos serviços relevantes prestados ao Estado em occasião critica (*apoiados*), o Sr. conselheiro Affonso Celso de Assis Figueiredo. A pasta dos negocios estrangeiros ficou interinamente a cargo do ministro da agricultura, e será opportunamente preenchida.

E' escusado dizer ao senado que esta modificação não importa a menor quebra do programma com que o ministerio de 3 de Janeiro se organizou, isto é, promover por todos os meios ao seu alcance a reforma da eleição directa, extreme de qualquer outra idéa que não seja esta.

**O Sr. Silveira da Motta**:—Sr. presidente, eu tinha-me anticipado, pedindo a palavra na occasião em que o nobre presidente do conselho tambem a pediu.

Reconheci, porém, que em todo o caso e principalmente neste, a S. Ex. devia caber a precedencia, tendo necessidade de explicar a modificação ministerial, que se operou nos ultimos dias. Pedindo eu a palavra, Sr. presidente, não para fallar sobre as declarações do nobre presidente do conselho, mas para fundamentar uma indicação, que tenho de offerecer á consideração do senado, não sei si V. Ex. permite que eu faça algumas observações sobre as declarações do nobre presidente do conselho ou si me dá a palavra para fundamentar a minha indicação.

O Sr. PRESIDENTE:—Dei a palavra ao nobre senador sobre o assumpto do que tratou o Sr. presidente do conselho, a modificação do ministerio.

O Sr. Cruz Machado:—Conforme os estylos.

O Sr. SILVEIRA DA MOTA:—Então reservo o que tinha de dizer sobre a indicação para quando eu a apresentar e aproveitarei agora o ensejo para fazer algumas observações sobre as declarações do nobre presidente do conselho a respeito das causas da modificação ministerial, e dos meios que elle empregou para supprir os membros, que se retiraram.

As causas, Sr. presidente, apresentadas pelo nobre presidente do conselho para a modificação ministerial não podem satisfazer o paiz.

O Sr. SILVEIRA LORO:—Apoiado.

O Sr. Cruz Machado:—E' uma verdade.

O Sr. SILVEIRA LORO:—E' questão que estava decidida de ha muito.

O Sr. SILVEIRA DA MOTA:—Si o motivo da divergencia foi a reforma eleitoral, essa divergencia devia estar manifestada desde a falta do throno (*apoiados*), devia estar manifestada principalmente no dia em que o nobre ministro da fazenda na camara dos Srs. deputados explicou o programma do governo, declarou que não havia divergencia entre os ministros, o reconheceu que o programma do governo era unicamente a reforma eleitoral.

O Sr. SILVEIRA LOBO:—Dando-a como muito sufficiente.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Si o nobre ministro na occasião da moção tinha já conhecimento da discordancia que havia entre elle e os seus collegas, o devia logo porque era um ponto culminante, o nobre ministro não teria sem duvida alguma fallado á camara dos Srs. deputados com a sobrançeria com que o fez, supprindo as omissões das declarações do nobre presidente do conselho nessa sessão solemne.

Está na consciencia do paiz, senhores, que uma divergencia sobre um ponto de reforma eleitoral era uma divergencia conhecida desde o principio...

O Sr. CRUZ MACHADO:—Apoiado.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—... desde que se tratou de reforma eleitoral, o Sr. ex-ministro da fazenda teve a franqueza, que lhe touvo, de externar sua opinião a respeito da elegibilidade dos catholicos, e a respeito de outras reformas com que elle julgou se devia completar o programma ministerial...

O Sr. SILVEIRA LOBO:—Como, por exemplo, a temporariedade do senado.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—... elle chegou a manifestar na camara electiva a necessidade da reforma do senado.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Foi opinião individual, disse elle.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Perdoe-me V. Ex.; os senhores, quando entram para o ministerio, perdem o direito de ter opinião individual...

O Sr. CRUZ MACHADO E OUTROS SENHORES:—Apoiado.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—... não têm sinão a opinião do governo; os homens do governo são solidarios...

O Sr. CRUZ MACHADO:—A democracia moderna vai degenerando em cezarismo.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Creio que neste ponto o nobre ex-ministro da fazenda estava em unidade no ministerio; creio que a respeito da grande naturalização, que era outro ponto seu da reforma para completar o programma ministerial, talvez o nobre ex-ministro da fazenda estivesse em minoria no ministerio, porém a respeito da elegibilidade dos acatholicos, e é um facto importantissimo de que o paiz deve ser informado, o ministerio esteve por muito tempo de accordo...

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Não é exacto.

O Sr. CRUZ MACHADO:—E não encontrara obstaculo algum.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Si não estivesse de accordo, não devia chegar ao ponto de, até ha poucos dias, declarar na camara dos deputados pela boca do Sr. presidente do conselho que não havia no mesmo ministerio nem sombra de divergencia.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Eu não disse isto.

O Sr. DANTAS:—Foi o ministro da fazenda, depois o do Imperio.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Declarou-o S. Ex., quando foi interpellado, creio que pelo nobre deputado por S. Paulo, o Sr. conselheiro Martim

Francisco, dizendo que se fallava em divergencia no ministerio. O nobre presidente do conselho declarou que não havia tal divergencia.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Não disse isso na camara.

O Sr. LEITÃO DA CUNHA:—Foi o Sr. ministro do Imperio.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—V. Ex. mesmo declarou que não havia divergencia; o Sr. ministro do Imperio fez a mesma declaração, que é o mesmo que si V. Ex. a fizesse.

O Sr. ex-ministro da fazenda disse tambem que não havia divergencia; si elle tivesse apresentado que a respeito da elegibilidade dos acatholicos estava em divergencia com seus collegas, então o nobre ex-ministro teria revelado á camara que havia ao menos germen de divergencia, havia um ponto em que ella se dava. Mas não; quem foi então que faltou á lealdade para com o parlamento?

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Ninguém.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Foi o Sr. ministro da fazenda ou os senhores?

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Ninguém.

O Sr. CRUZ MACHADO:—Foi um pretexto para o alijamento.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Quem foi que faltou á verdade?

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Nenhum.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Parece que se póde oppôr a proposição inversa—faltaram á verdade todos. O nobre presidente do conselho consentiu que o seu collega ministro do Imperio declarasse que não havia divergencia alguma, quando a havia latente, pronunciada...

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Engana-se.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—... em um ponto importante, como esse da reforma eleitoral...

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—O que elle disse na camara, disse eu aqui.

O Sr. SILVEIRA LOBO:—Talvez hoje saibamos mais alguma cousa.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—O que havemos de saber é o que já se sabe. No dia em que um dos nobres senadores, creio que o Sr. conselheiro Teixeira Junior, dava noticia ao senado da crise e das manifestações que se preparavam a bem da conservação do Sr. ministro da fazenda, eu dei d'aquí um aparte. Quando o nobre presidente do conselho respondeu dizendo nessa occasião, que havia divergencia (isto foi já na terça-feira), annunciei que a divergencia e as manifestações ao Sr. ex-ministro da fazenda seriam nesse dia, porém que a manifestação do ministerio toria logar no sabbado.

Agora, expliquemos senhores o que quer dizer um ministerio que desaba, que já perdeu um dos seus membros, o ministro da marinha, e que perdeu agora mais dous membros por um ponto capital, a respeito do qual elles deveriam estar inteiramente accordes desde que fizeram a falla do throno, e apresenta-se hoje ao corpo legislativo, participando

que perdeu dois membros, mas que não pôde arranjar ainda um!

Pois, senhores, estando as camaras abertas, o ministerio não pôde conseguir para completar-se si não um membro, que recebeu ao mesmo tempo as duas nomeações de ministro e senador do Imperio!

O Sr. Cruz Machado:—Foi portador da adhesão do ex-ministro da fazenda.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—O nobre presidente do conselho pôde dar alguma explicação plausivel de não ter completado o ministerio na mesma occasião? Duvido. Pois, na sua grande maioria da camara electiva, não achou um homem para ministro dos negocios estrangeiros? Que desculpa poderá ser essa?

O Sr. SILVEIRA LOBO:—Objecto de combinações e arranjos que não se fazem em um dia.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Isto não se comprehende; indica que os ministerios entre nós não se formam, nem se dissolvem em condições parlamentares....

O Sr. Cruz Machado:—E' um amphiguri.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—A prova é que esse mesmo que ali está não se pôde compôr durante a reunião do parlamento, foi organizado a 5 de Janeiro, ás escuras, porque o paiz está ás escuras, quando não tem o seu parlamento aberto.

O Sr. Cruz Machado:—Apoiado.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Si motivos havia para mudança da situação politica, já existiam quando as camaras estavam reunidas. Quando o Imperador regressou de sua viagem fazendo incontinentemente a declaração de que não tinha expedido um só telegramma da Europa para este paiz durante sua ausencia, estava traduzido o seu descontentamento pela situação politica passada; o parlamento estava então reunido, podia-se ter organizado este ministerio á vista do parlamento; mas desde que até Setembro o ministerio passado subsistiu, e manteve-se, como disse o nobre ex-ministro da fazenda desse ministerio, até 5 de Janeiro, sem receber uma só demonstração, um só signal de reprobção de sua politica, e a prova foi que ainda se aproveitou o ultimo dia do gabinete moribundo para se approvarem creditos, que são actos de confiança da Corôa no ministerio, como, senhores, se pôde dizer que o ministerio actual nasceu em condições regulares? poderia ter nascido á luz, mas nasceu nas trevas. E as consequências de sua vida nas trevas....

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (presidente do conselho) dá um aparte.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—... são esses periodos de dissolução, por que está passando, e que eu espero....

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—Ha o resto.

O Sr. SILVEIRA LOBO:—Isto é verdade.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—... cheguem ao resto. Não posso, portanto, Sr. presidente, acceitar como completa, nem o paiz acceita, a declaração que fez o nobre presidente do conselho. Si foi por causa de divergencia no ponto a que se referiu—a reforma da eleição directa,—esse ponto deveria estar divergente ha muito tempo, e desde que o ministerio apresentou-se perante as camaras, essa divergencia devia ter apparecido.

Mas, senhores, o nobre ex-ministro da fazenda foi logrado....

O Sr. SILVEIRA LOBO:—Parece que sim.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—... o está logrado ha muito tempo. Elle enganou-se, suppoz que o caçador havia de soffrer o peso da pata do tigre, como elle dizia; enganou-se, o caçador foi mais astuto, não atirou; fez um *fôjo* e ornou-o de uma cobertura de boa folhagem; o tigre lá queror pôr a pata, mas pizou nas folhas e foi ao fundo, caiu no *fôjo*.

O Sr. Cruz Machado dá um aparte.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Eu tinha ouvido dizer a um homem illustre, muito espirituoso, homem publico e politico,—não quero pôr mais caracteristicos para não ser adivinhado:—é um homem de muito espirito. Dizia elle alludindo á confiança que o ex-ministro da fazenda tinha de fazer prevalecer suas idéas democraticas no conselho: «O Gaspar ha de conseguir tudo que quizer; elle fez do Imperador seu prisioneiro de guerra; e o homem andou nesse enlévo lèdo de que com effeito tinha conquistado uma posição para impôr idéas democraticas; e idéas como estas, que trazem o germen de outras reformas a respeito da liberdade de cultos e de consciencia.» Creia, portanto, o nobre presidente do conselho que as suas explicações não são acceitas pelo paiz....

O Sr. SILVEIRA LOBO:—Apoiado.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—... *repugnam ao bom senso do povo*; e o povo tem bom senso, o mais do que os homens de Estado. O povo diz:—Esses senhores ministros retiram-se agora por causa da elegibilidade dos catholicos; entretanto era esse um ponto importante da reforma e não tinham dado por isto até agora? O que são esses homens, quando até hoje não sabiam que estavam divergentes em um ponto destes?

Eu não sei explicar, nem a incoherencia dos nobres ministros que ficaram, nem mesmo a incoherencia dos nobres ministros que se retiraram; mas, ao menos justiça seja feita, o ministro que se retirou, teve um momento de coherencia, teve uma hora de energia, teve uma hora de desillusão, e chegou a reconhecer que estava mal collocado em um gabinete, onde se suppunha que elle era a guarda avançada das idéas democraticas, quando no fim de contas o que se achou foi que as idéas que elle tinha não eram abraçadas pelos seus collegas.

O Sr. Cruz Machado:—Foram consideradas im-  
portunas.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Não foram abraçadas durante um anno inteiro nem por uns nem por outros: o que não se comprehende em homens de Estado; houve illusão durante um anno (*aparte*).

O nobre presidente do conselho nos disse aqui que o projecto de reforma seria apresentado nos primeiros dias da semana que acabou. Pois si assim era, é porque estava assentado o projecto em todas as suas partes. E note o senado que a divergencia não foi só de um ministro; agora é que sabemos que o Sr. Barão de Villa Bella opinava pela elegibilidade dos catholicos, o que nos veio surprender, porque eu sempre julguei que o nobre Barão de Villa Bella, posto que liberal, não fosse tão adiantado, e que se retirasse do gabinete por

outros motivos e talvez mesmo por motivos pessoais do saúde, o que era plausível; entretanto, o nobre presidente do conselho nos veio dizer que havia uma discordância, não de um ministro, mas de dois num ponto capital: e essa discordância em ponto capital, durou tanto tempo!

Ora, com effeito, é preciso não ter bom senso para propor-se a governar um paiz apresentando-se como programma a reforma eleitoral, sem se estar concorde nas bases cardinaes desse programma.

Eu estou com uma extrema curiosidade de ver a recepção que tem esta declaração do nobre presidente do conselho na camara electiva.

Como é, senhores, que uma camara que fez uma moção em favor do ministro da fazenda, que deve se reputar tendo uma grande confiança naquelle ministro, cujas opiniões eram, conhecidas; como é que esta camara ha de receber uma minguada declaração, qual esta que fez o nobre presidente do conselho, de que elle retirou-se por uma discordância, que se conheceu agora, ha poucos dias, a respeito de um ponto importantissimo da reforma eleitoral?

O Sr. Cruz Machado:—A modificação é um desprezo do voto da camara e o que admira é que entrasse nella o autor da moção.

O Sr. SILVEIRA DA MOTA:—São remendos, senhores; as cartas imperiaes já servem para remendar ministerios.

Um Sr. SENADOR:—E a prerogativa, não esqueça a prerogativa.

O Sr. SILVEIRA DA MOTA:—Sr. presidente, eu fiz estas observações, porque entendi que devia protestar contra as declarações insufficientes, que acaba de fazer o nobre presidente do conselho; porque entendi que devia protestar contra a irregularidade com que se apresenta ao parlamento, tendo havido retirada de dois ministros e preenchimento só de uma pasta.

Não podia deixar de protestar contra as razões que deu S. Ex. dessa divergencia, porque ellas deviam ser previstas e não deviam actuar somente agora para a dissolução do ministerio.

Sr. presidente, tencionava tocar nestas questões quando fundamentasse a minha indicação, mas por ora limto-me a este protesto.

Quando offerecer essa indicação, completarei minhas observações, que se relacionam com o assumpto da mesma indicação.

O Sr. Silveira Lobo:—Sr. presidente, quanto á pouca fé que desgraçadamente entro nós merece a palavra ministerial o meu nobre collega pela provincia de Goyaz que acaba de sentar-se, disse quanto era sufficiente.

O meu fim, pedindo a palavra, depois de annunciada a modificação, pela qual acaba de passar o gabinete actual, é, Sr. presidente, declarar ao so-nado e ao paiz que continuo no meu posto de honra fazendo-lhe opposição. Exporei ligeiramente os motivos por que assim procedo.

Senhores, a falta de força do gabinete actual, a sua impossibilidade para corresponder ás vistas do partido liberal, para bem servir ao paiz, provém de causas, que de nenhum modo foram modificadas pela entrada do actual ministro da fazenda.

Pelo contrario, si é possível, a fraqueza a que alluda ainda se aggravou.

Sejamos francos: o mal do ministerio, a sua

v. II.

inhabilitação e incapacidade procedo da *aza negra* da presente situação, procedo de quem o organizou.

Sr. presidente, este ministerio não pôde continuar a fazer serviço de serviços ao paiz, de serviços cujo alcance a ninguém é dado calcular, que se aturam pavorosos aos espiritos patrióticos e verdadeiramente interessados pela sorte do paiz.

O ministerio é filho de um mero acto da vontade da Corôa; devia portanto envidar tudo para fortalecer-se com um pronunciamento espontaneo e livre das camaras; assim porém não o tem feito e foge sempre o se arreceia da espontaneidade de uma manifestação parlamentar, que aliás tem tornado impossivel em face da coacção em que vive a camara dos deputados.

Elle reconhece-se impotente para realizar a alta missão que tomou sobre si. Esta impotencia transparece nos meios que tem empregado para sustentar-se; e procede ao mesmo tempo de suas obras e de suas doutrinas.

Senhores, o ministerio faz ostentação de força que não possui nem é possível possuir; commette innumeradas illegalidades e faz disso ostentação; faz tambem alarde de contrariar e inverter o systema que nos rege, em suas bases mais fundamentaes.

A rapidez do debate não me permite de precisar e menos analysar os factos illegaes que aliás são conhecidos.

Tocarei nas doutrinas que innova e professa pelas quaes se tem tornado antipathico e repugnante á nação, que ama as instituições livres que nos foram legadas por nossos antepassados.

O ministerio faz garbo de assignalar como procedentes da Corôa a idéa politica que tem de realizar, as medidas violentas que está disposto a empregar para a sua realização, e indica e assignala assim a intervenção indolita que a mesma Corôa está exercendo para fazer passar taes medidas.

É um ministerio que ostenta força que seus titulos proprios e poderes legitimos não lhe podem conferir, especialmente o nobre presidente do conselho que não tem nem o talento, nem a illustração e nem o prestigio que eram indispensaveis para poder fazer quanto promette; e é por isto mesmo que frequentemente descobre a Corôa envolvendo-se no seu manto, apresentando as idéas e medidas do governo como partidas da realza.

Ameaça levar a effeito uma e mais dissoluções. Com isto consegue trazer a camara coacta sob pressão dolorosa e horrivel. Ameaça a qualquer dissidente de exclusão ou condemnação eterna. Não tolera a minima contrariedade ou opposição.

Desprestigia e annulla a camara; os deputados são o não são deputados ao mesmo tempo. Elles sabem que votem ou não a reforma têm de ser dissolvidos. Sabem que o governo pôde excluil-os e isto, como já disse, se lhes relembra a cada momento.

Haja vista esta exprobração feita aos dissidentes por não se haverem declarado discordes do governo antes de serem eleitos. Não significa isto que o governo se julga senhor das eleições? Todo este proceder, seus actos e a doutrina que ostenta, provam que o gabinete actual, longe de ser liberal é essencialmente despotico, e tão onusado que tem levado o arrojo ao ponto de ameaçar esta propria camara dos Srs. senadores, condemnando-a previamente por anti-patriotica si não lhe favorecer as vistas, e dando a conhecer que prescindirá della si o vier a contrariar em sua desastrada carreira.



Julga-se com força para tudo; inculca que traz fechada nas mãos a corôa da Corôa, a própria corôa; mas é exactamente o inverso o que se vê e o que todos sabem: a Corôa é que o empunha o brande como verdadeiro instrumento seu que é, e como lhe parece.

Tudo isto denuncia um falsosemento radical, uma completa subversão do systema constitucio-nal que nos rege. Tudo isto prova que reina o imperialismo em toda sua plenitude. E si de facto assim é, para que não dispensam logo toda esta organização de poderes, especialmente do poder parlamentar que tanto custa, e tão oneroso e onerosissimo ao paiz? Eliminam e suprimem o governo do povo, consagrado na constituição, e entregam-o ao Imperador. Para que, pois, consti-tuição? Que exquisito liberalismo é este?

E' este o estado das cousas, é esta a feição mais pronunciada do actual governo, que força, pois, pôde trazer-lhe a entrada do actual nobre ministro da fazenda com as doutrinas por elle ultimamente adoptadas e a posição que assumiu na camara?

O senado e o paiz sabem que S. Ex. foi membro relator da commissão de resposta á falla do throno, como confidante e interprete que era do gabinete. Essa peça foi um tecido de luvaminha, como nunca outra igual se viu no paiz; graças a Cozar foram dadas por mil maneiras, nunca usadas.

Na sustentação dellas o discurso proferido por S. Ex. mostra que a presente phase de sua vida é a renegação de todo o seu passado.

O Sr. CRUZ MACHADO:—Apolado.

Os Srs. DANTAS E LEÃO VELLOSO:—Não apolado.

O Sr. SILVEIRA LOBO:—S. Ex. se mostra secta-rio de doutrinas que nada absolutamente têm de liberes.

O Sr. CRUZ MACHADO:—Nem de conservadoras.

O Sr. SILVEIRA LOBO:—Com razão diz o nobre senador por Minas que nem os conservadores aceti-am doutrinas tão exageradamente imperialistas.

O Sr. CRUZ MACHADO:—Eu creio que a Corôa mesmo não as aceita.

O Sr. LEÃO VELLOSO:—Estão na constituição.

O Sr. SILVEIRA LOBO:—Não estão; e têm sido repellidas pelos proprios conservadores; apenas as segue um ou outro mais atrozado.

O nobre Sr. ministro da fazenda actual attribue ou dá iniciativa á Corôa na confecção das leis; em-pressa-lhe o direito de ter opiniões, escrúpulos e idéas e esforçar-se por ellas. Já se vê que elle in-verte completamente o que está preceituado na constituição, pois que esta commette ás duas camaras o poder de fazer leis e interpretal-as e ao Im-perador sómente o veto, o direito de se lhes oppôr e isto mesmo temporariamente. A constituição, portanto, o que dá á Corôa é simplesmente a sanc-ção ou não da lei ou leis feitas pelo parlamento; nunca, porém, o direito de elaboral-as ou de in-fluir de qualquer modo na sua elaboração, empre-gando esforços para fazer valer suas idéas, as quaes só posteriormente poderão ser conhecidas pelo exercicio do veto. Isto é o que é constitucional.

S. Ex. entende que na qualidade de chefe do poder executivo o Imperador também co-participa da confecção das leis, também intervem.

O Sr. LEÃO VELLOSO:—Onde o Sr. Celso disse isto?

O Sr. SILVEIRA LOBO:—Sem duvida que o disse, leia o nobre senador o seu discurso publicado no *Diário Official* de 26 de Janeiro.

O Sr. LEÃO VELLOSO:—Isto não está em seu dis-curso.

O Sr. SILVEIRA LOBO:—O nobre ministro da fa-zenda claramente assim se exprimi, confundindo sem duvida propostas de lei com a iniciativa...

O Sr. DANTAS:—A Corôa intervem pela sancção.

O Sr. SILVEIRA LOBO:—S. Ex. sustentou que a Corôa tem o direito de manter os seus escrúpulos e de esforçar-se por elles e por suas idéas, manifes-tando-os, portanto, e fazendo-os valer na confecção das leis.

O Sr. LEÃO VELLOSO:—Isto é da constituição.

O Sr. SILVEIRA LOBO:—Perdê-me V. Ex., seme-liante doutrina não é nem nunca foi liberal e nem mesmo é constitucional.

O Sr. LEÃO VELLOSO:—Está na constituição que a Corôa é parte constitutiva do poder legislativo. Desta sorte o nobre senador quer acabar com a idéa monarchica.

(Ha muitos outros apartes; o Sr. presidente toca a campainha.)

O Sr. SILVEIRA LOBO:—S. Ex. sustentou que a Corôa estava em seu direito fazendo esforços para realisar suas idéas e tornar respeitadas os seus escrúpulos.

O Sr. CRUZ MACHADO:—Fallou, sim em, esforçar-se para que as suas opiniões prevaleçam, pa-lavras textuaes.

O Sr. CRUZ MACHADO:—E por isto já disse que creio que a Corôa não a aceita.

O Sr. SILVEIRA LOBO:—O nobre ministro da fa-zenda por estas suas novas idéas, tornou-se recom-mendavel, sem duvida, para com a Corôa e para com o gabinete, que tem se manifestado e jactado de ser instrumento docil da mesma Corôa. Mas si a fraqueza, si o defeito do gabinete é esse que ve-nho de assignalar, a entrada do nobre ministro da fazenda nada remediou; a doutrina, a marcha, o proposito do govêrno continuam a ser os mesmos.

O Sr. CRUZ MACHADO:—Não são por certo con-situcionaes taes doutrinas.

O Sr. SILVEIRA LOBO:—Certamente; a consti-tuição dá ao poder executivo o direito de apresentar propostas ás camaras, mas é clarissimo que sem pre-juizo do direito de iniciativa, nomeadamente com-mettido ao ramo temporario do poder legislativo.

O ministerio, senhores, apresenta as propostas como simples dados, como meras informações (apoiados).

O ministerio apresenta a proposta da receita e despeza do Imperio, mas são as camaras que decre-tam o imposto e distribuem a renda, sendo que a decretação do imposto só pôde ser iniciada na ca-mara dos Srs. deputados. O mesmo acontece com a proposta da fixação das forças de mar e terra; en-bondo a iniciativa do recrutamento á camara tem-poraria como todos sabem. A constituição basêa-se em principios liberes, reconhece o direito do povo pelo povo, e não pelo rei, consagra em uma palavra o systema representativo.

O Sr. LEÃO VELLOSO: — Monarchico representativo.

O Sr. SILVEIRA LORO: — Monarchico representativo, sim, mas nos termos que deixo expendidos e que constituem sua verdadeira doutrina, pois que ella reconhece e proclama que todos os poderes são delegações da nação. E não ha duvida que todos os publicistas concordam em que a camara dos deputados é a representante immediata do paiz, o órgão das necessidades e idéas modificadas pelo decurso do tempo, a camara onde se faz a politica, onde se attende ás circumstancias e motivos de actualidade. E para isto mesmo é que ella se renova de quatro em quatro annos.

Nenhum liberal tem o direito de esquecer-se de que o governo representativo é o governo da sociedade por si mesma, por meio de delegados que se inspirem em suas idéas e necessidades, delegados a quem tomem contas, reelegendo-os ou não, delegados, em summa, seus eleitos e que exprimam sua vontade. A esses commette a iniciativa de seus negocios de maior momento como o imposto de dinheiro e de sangue.

E nem por isso o Imperador fica sendo, como disse o nobre ministro da fazenda, uma inutilidade coroada. Seu poder e acção ainda são immensos; pairam, porém, e se desenvolvem e realizam com relação ao movimento e jogo dos demais poderes.

O Sr. DANTAS: — Isto está na constituição.

O Sr. SILVEIRA LORO: — Exactamente. Quando se dá choque ou apparece conflictos entre os outros poderes, a Corôa intervem para removê-lo, para abrir caminho por onde sigam e marchem os negocios.

O Sr. DANTAS: — Apoiado.

O Sr. SILVEIRA LORO: — Nada mais lhe é permitido; no que respeita a acção administrativa ou governamental ella tem de retrahir-se; pois que são assumptos pelos quaes respondem os ministros, a cargo destes, embora também respondam elles por aquelles actos supremos da Corôa, segundo a doutrina liberal.

Sr. presidente, causa estranheza o até mesmo terror a recente doutrina que se vai pondo em voga e sorprende o desembarço com que actualmente se renega a verdadeira doutrina.

Os Srs. DANTAS E PARANAGUÁ: — Não apoiado.

O Sr. LEÃO VELLOSO: — Havemos de discutir isto.

O Sr. SILVEIRA LORO: — Sim, senhor, quando quizer. Senhores, ainda por outro lado a presença do nobre ministro da fazenda no ministerio nada pôde remediar ou adiantar. Ha males praticados pelo actual governo que exigiam reparação; mas a solidariedade dos ministros que ficaram, cujo assentimento tiveram, impede que se tome medida reparadora em sentido contrario sob pena de novas crises. Entretanto, por esses actos ou antes attentados o actual ministerio achá-se estragado ante o conceito do paiz (*apoiados e não apoiados*), e em todo caso impossibilitado de continuar no poder com vantagem para a causa liberal.

O Sr. CRUZ MACHADO: — Está remendado, o objecto remendado dura pouco.

O Sr. SILVEIRA LORO: — Os nobres senadores estejam certos, não têm forças, nem a camara dos Srs.

deputados para o sustentarem a despeito da opinião da nação que contra elle se manifesta.

O Sr. LEÃO VELLOSO: — Aonde está esta opinião? Si não está na camara, onde está?

O Sr. SILVEIRA LORO: — Não é possível que a nação aceite o que se lhe está impondo, especialmente o partido liberal, contra suas mais caras aspirações e compromissos os mais solennnes. E admiro que os sectarios e auxiliares de um governo que tem desprestigiado a camara, que a trata como é sabido sem lhe conceder os direitos e regalias de representante da nação, queiram que ella valha alguma coisa e valha tudo quando se trata de sustentar o governo.

O Sr. CRUZ MACHADO: — Si a opinião está na camara, não desprezassem o seu voto de adhesão a um ministro alijando-o.

O Sr. SILVEIRA LORO: — Ainda por outro lado o nobre ministro da fazenda nenhuma força trará ao gabinete. Como o nobre ministro da marinha que encampou tudo, o passado, o presente e até o futuro, o nobre ministro da fazenda, que aliás tem illimitada confiança no palanfrório (*riso*) não se designará de sustentar e defender os actos mais abusivos de seus collegas.

Encontro, Sr. presidente, exuberante prova disto, exuberante prova da confiança que elle tem no abuso da palavra que lhe é facil, no corajoso facto de haver tomado a si a responsabilidade do grande e estupendo attentado commettido sem justificação possível pelo nobre presidente do conselho com relação á estrada de ferro denominada Rio Doce da provincia de Minas.

Não discutirei agora detalhadamente e nem é occasião, esta grande questão; mas é força que alluda a ella, embora passageiramente, e somente para mostrar quanto o actual Sr. ministro da fazenda se illude quando pensa que sua palavra tem a força de envernizar quaesquer attentados e horrores. Nesta questão creio poder assegurar que nem o verniz poderá dar-lhe.

O Sr. CRUZ MACHADO: — Elle é obrigado a encampar todos estes actos pelo voto de adhesão de que foi autor.

O Sr. DANTAS: — Não tenha duvida, elle sabe o que deve fazer e o fará.

O Sr. SILVEIRA LORO: — Eu sei que elle faz o que de nenhum modo devia fazer.

Hol de a seu tempo provar ao senado que eu na presidência de Minas segui um systema de administração irreprehensivel, de justiça e moralidade antepostas a quaesquer conveniências partidarias ou amistosias, a quaesquer considerações pessoais. Animado destas idéas estudei e formei o meu juizo sobre a questão Rio Doce. Entendi que o ultimo additamento ao contrato feito pelos emprezarios desta estrada era insustentavel por illegal e nullo e por altamente detrimetoso e prejudicial aos interesses da provincia, visto como adoptava um traçado com uma volta desnecessaria e superflua de nada menos de oitenta kilometros. Vou referir-lhe as cousas por alto, não obstante ter em minhas mãos o poder de desfazer um tal additamento e marcar o verdadeiro e conveniente traçado, commettia assembléa provincial mineira a resolução do negocio. Esta em seu patriotismo e luzes reconheceu que lhe cumpria fazer valer o direito o

a verdadeira conveniência da provincia, sómente contestados e disputados por gananciosos especuladores e seus auxiliares; decretou em consequencia uma lei que importava ou envolvia a correção do mau trágico. Não posso agora entrar nos fundamentos deste acto da suprema justiça e patriotismo da benemerita assembleia provincial.

O Sr. PRESIDENTE:—Poco ao nobre senador que restrinja as suas observações.

O Sr. SILVEIRA LOBO:—Estou restringindo o mais que é possível, e por isto precluido de exhibir quaesquer fundamentos e provas das minhas asserções; por isto direi apenas para os que esliuarem de boa fé: não ha controversia possível e decente na materia.

O corpo de delicto do governo geral é inextinguível, basea-se na topographia dessas regiões que só um cataclysmo poderia transformar ou fazer desaparecer.

Decidida a questão pelos poderes provinciaes, o nobre presidente do conselho, a empenhos dos interessados e segundo sou informado e acredito, por imposição superior, resolveu declarar estrada geral do Estado essa que não podia ser nem é sinão provincial.

Note o senado que tudo isto fez o ministro da agricultura sem lei alguma em que pudesse basear um tal decreto, affrontando e calcando aos pés o acto adicional, a principal conquista do partido liberal durante o periodo da minoridade, e tudo isto fez não só por motivo reprovado como reprovadissimo, qual esse de antepor os interesses illicitos de alguns especuladores aos mais legitimos interesses de uma grande parte da provincia de Minas Geraes, tanto do presente como do futuro. Entretanto este pasmoso e criminoso attentado do Sr. presidente do conselho tem de ser defendido, e já o foi, pelo actual Sr. ministro da fazenda; é que elle terá motivos especiaes para isto, como a seu tempo ventilaremos.

Não me devendo mais alongar, ponho termo ao que tinha a dizer, tendo dito o que é mais que sufficiente para manifestar ao senado e ao paiz que persisto na minha posição de opposicionista ao gabinete actual.

O Sr. SARAIVA não podia prescindir de dar algumas explicações, visto que os nobres senadores que occuparam a tribuna têm procurado mostrar que o gabinete perdeu muito na opinião publica com a retirada dos dous illustres ministros dos negocios da fazenda e de estrangeiros.

O Sr. SILVEIRA LOBO:—Não procurei mostrar isto; só si foi o Sr. senador Silveira da Motta.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—O que demonstrei foi que o ministerio não ganhou nada com isso.

O Sr. SARAIVA lembra haverem os nobres senadores dito que o Sr. presidente do conselho enunciou conceitos que repugnam ao bom senso....

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Sem duvida.

O Sr. SARAIVA.... e, si assim foi, a consequencia é que aquelles que até hoje têm sustentado o nobre presidente do conselho, deviam retirar-lhe o seu apoio. Mas o ministerio, nas circumstancias actuaes, procedeu como devia proceder. (Apoiados; cruzam-se diversas apartes.)

O orador pede que o ouçam em silencio, precisa fallar apenas alguns minutos, porque o Sr. presidente do conselho tem de ir á camara.

O Sr. CRUZ MACHADO:—Pois que vá; nem por isso ficaremos arrolhados; fallaremos para o paiz.

O Sr. SARAIVA observa que o nobre presidente do conselho não mostraria bom senso, nem criterio, si adoptasse as idéas do nobre ex-ministro da fazenda, não porque essas idéas sejam repellidas pelo partido liberal; ao contrario.... (apoiados).

O Sr. SILVEIRA LOBO:—Não adoptou, porque o rei não quiz.

O Sr. SARAIVA pede que o deixem concluir seu pensamento.

Estende que, na actualidade, não ha um homem de intelligencia que, tendo de fazer reformas na constituição, não escrevesse nella os principios defendidos pelo nobre ministro da fazenda (apoiados e não apoiados); mas a questão não é esta.

Para se fazer mal ao ministerio a regra tem sido baralhar as questões e confundil-as.

O Sr. CRUZ MACHADO:—O ministerio é que tem feito um verdadeiro amphiguri.

O Sr. SARAIVA diz que todos sabem qual o caracter distinctivo da actual situação politica do imperio....

O Sr. CRUZ MACHADO:—E' a confusão....

O Sr. SARAIVA, reclamando ainda uma vez a attenção dos que o interrompem com apartes, diz que, antes de subirem ao poder os liberaes, tratava-se de uma grande reforma, da reforma por excellencia, daquella que devia abrir a porta dos comicios electoraes e trazer em resultado uma camara que se pudesse dizer a expressão genuina do paiz.

O Sr. DANTAS:—Apoiado, este é o grande fim.

O Sr. SILVEIRA LOBO:—E' um fim illusorio.

(Cruzam-se outras apartes e o Sr. presidente pede que não interrompam o orador.)

O Sr. SARAIVA diz que quando vê-se atropellado na tribuna, acredita que é pela sensatez das suas idéas, que estão calando no espirito dos nobres senadores....

O Sr. SILVEIRA LOBO:—Presumpção e agua benta....

O Sr. SARAIVA observa que no que disse não ha falta de modestia, nem elogio proprio; seu unico fim é levar a convicção ao espirito dos nobres senadores....

Mas, como ia dizendo, tratava-se de uma grande reforma. Esta reforma foi defendida pelo partido liberal e tão bem defendida que calou no espirito de seus nobres adversarios.

O Sr. BARRIOS BANNEIRO:—De todos, não....

O Sr. DANTAS:—Da grande maioria; da sua maior parte.

O Sr. SARAIVA afirma que hoje pôde-se dizer que o partido conservador, em sua maioria, comprehendia, como comprehendem o partido liberal, que nós temos tanta necessidade da reforma electoral directa como de pão para a boca.

O Sr. DANTAS:—Pelo menos os dous presidentes das camaras conservadoras assim o disseram.

O Sr. SARAIVA lembra que muitas vezes proclamou da tribuna não lhe importar que o partido conservador realizasse a reforma; e esta opinião lhe valia censuras da parte de seus amigos políticos. Dizia isto, porque desejava cordialmente a reforma, e pela sua realização não duvidara fazer grandes sacrificios.

O Sr. SILVEIRA LOBO: —Mas disse da tribuna que era uma reforma conservadora.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: —Conforme ella fór.

O Sr. SARAIVA declara que quer a reforma eleitoral sem o voto universal, ainda que os nobres senadores a denominem conservadora.

O Sr. SILVEIRA LOBO: —Com o voto da constituição.

O Sr. SARAIVA: —O typo do liberalismo de V. Ex. não é o do meu liberalismo.

O Sr. SILVEIRA LOBO: —Está direito!

O Sr. SARAIVA não replicará aos que o accusam de não ser liberal; basta-lhe sua consciencia e esta diz-lhe que é brasileiro antes de tudo.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Ah!... (riso).

O Sr. SILVEIRA LOBO: — Isto todos nós.

O Sr. SARAIVA proseguindo diz que o partido conservador já tinha apoiado a idéa; e, por isso, o orador muitas vezes asseverou na tribuna que os conservadores poderiam fazer a eleição directa, sendo-lhes até mais facil do que aos liberais a realização dessa reforma.

O Sr. SILVEIRA LOBO: —Sendo a idéa delles, como V. Ex. declarou, melhor seria assim...

O Sr. SARAIVA pondera que a razão é facil de ver: o partido conservador tem maioria no senado e, pela actual lei, faria com facilidade uma camara conservadora; logo, para levar a effeito a eleição directa, o partido conservador se achava em condições mais favoraveis do que os liberais, porque podia harmonisar as duas casas do parlamento.

O Sr. SILVEIRA LOBO: —Então o rei errou?

O Sr. CRUZ MACHADO: —Então a 3 de Janeiro não andou acertado?

O Sr. PRESIDENTE reclama attenção.

O Sr. SARAIVA prosegue dizendo que assim continuaram as cousas até que, em fins de 1878, o Imperador quiz realizar a reforma eleitoral directa; e era Sua Magestade o unico que a podia fazer sem revolução.

O Sr. SILVEIRA LOBO: —O Imperador quiz?!

O Sr. SARAIVA: —Quiz; e assim o manifestou na sua carta.

O Sr. SILVEIRA LOBO: —V. Ex. não vê que isto não é doutrina constitucional?

O Sr. SARAIVA: —Frei depois a doutrina constitucional....

O Imperador quiz fazer a reforma eleitoral directa e preferiu o partido liberal para realizal-a, porquanto, dizia elle na carta lida pelo Sr. Barão de Cotegipe, no senado, o partido liberal devia ter a preferencia, visto que a tinha sempre proclamado como uma necessidade publica.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: —Até ahí vamos bem.

O Sr. PARANAGUÁ: —Era uma das idéas do seu programma.

O Sr. SARAIVA nota que disto resultou o facto de apresentarem-se no corpo legislativo os dous partidos, tendo o partido conservador maioria no senado, e o liberal maioria na camara dos deputados. Diante deste facto, sendo os liberais incumbidos de effectuar a reforma eleitoral, o que devia forçosamente acontecer era que o partido liberal, para conseguir regularmente a realização de sua idéa, tendo diante de si a maioria conservadora do senado, se visse obrigado a circumnavegar o seu programma nesta sessão (apoiados.)

Si tudo pudesse passar com o apoio do outro ramo do poder legislativo, do senado, muito bem; porém fazer passar muitas reformas em sentido todo liberal, por um senado conservador, é a impossibilidade maior que se conhece. Logo, o ministerio adoptou o unico programma possivel nas actuaes circumstancias.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: —A reforma eleitoral como V. Ex. quer, é a mais conservadora possivel.

(Ha outras apartes.)

O Sr. SARAIVA responde que, por ora, não se trata disso; e está convicto de que nem mesmo a maioria conservadora do senado pretendo fazer uma reforma eleitoral como a da França em outras épocas, porque, afinal, em nosso paiz, todos os senadores vêm do povo. O que disse foi que não quer o voto universal, isto é, o voto de quem não sabe votar ou não tem interesse em votar.

O ministerio actual, portanto, adoptou o unico programma possivel, reservando-se para, em tempo mais opportuno, fazer adoptar as suas idéas. Quando o partido liberal tiver maioria no senado, e houver demonstrado, depois da reforma eleitoral, que tem no paiz grande maioria, estará no seu direito de realizar não só o programma eleitoral, mas ainda outras aspirações, porque as aspirações do partido são immensas e pedem tempo, annos talvez...

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: —Si durarem até lá, estamos perdidos!

O Sr. SARAIVA é, pois, de opinião que o nobre presidente do conselho, longe de ter dado explicações que repugnam ao bom senso, muito pelo contrario expendeu aquellas que não podia deixar de dar, quando não admittiu as reformas aventadas pelos seus dous collegas, porque não podiam ser impostas ao partido contrario.

O Sr. CRUZ MACHADO: —Quem combateu a emancipação dos acatholicos? Ninguém. Eu não a combato.

O Sr. DANTAS: —Pois então o nobre senador que mande emenda.

O Sr. SARAIVA diz que, si o ministerio errou, acreditando que a elegibilidade dos acatholicos não era aceita pelo senado; si errou, não acellando a idéa do honrado ex-ministro da fazenda, é facil emendar este erro. O que o ministerio quiz foi não offerecer ao senado sinão as idéas accitadas pela maioria das duas camaras.

Houve quem dissesse que o gabinete actual é filho da vontade da Corôa. E é uma verdade... Enquanto não houver eleição directa, quem acelltar poder ha de ser por graça da Corôa; quem não o quizer acelltar por graça da Corôa, nunca será poder.

Desde que todos nós declaramos que não se fazem eleições regulares; quem distribui o poder é a Corôa. *(Apoiados e não apoiados.)*

O orador apoia o ministério, apesar da sua modificação; e o apoia, apesar da restrição do seu programma, porque essa restrição é consequencia forçada da situação politica actual. Nas circumstancias do honrado presidente do conselho, o orador apoiaria ainda a qualquer membro do partido conservador que trouxesse, como programma restricto, a reforma eleitoral. A necessidade urgente do paiz é que se abram com liberdade os concilios electoraes; só depois disto poder-se-ha verificar que as reformas que o paiz hoje reclama e que se hão de votar. *(Muito bem; muito bem.)*

**O Sr. Correia:** — Quando o nobre presidente do conselho deu as suas incompletas e inconsistentes explicações acerca da nova e parcial recomposição do ministério, eu lamentava que essas explicações fossem sujeitas ao exame do senado antes das que devem ser dadas na camara dos deputados, onde têm assento os ministros retirantes, por não podermos, sem ouvir ambas as partes, apreciar com segurança os factos que se desenrolam diante dos nossos olhos.

Mas a sessão do senado veio de certo modo supprir essa falta, á vista da divergencia em que estão os nobres senadores que me precederam na tribuna, pertencentes ao partido liberal, no ponto capital do programma do governo.

O que cumpre antes de tudo é apreciar calma e maduramente a razão que deu o nobre Sr. presidente do conselho para esta nova phase do gabinete de 5 de Janeiro.

S. Ex. disse que houve recente divergencia entre cinco membros do gabinete e dous outros, originada de desajarem os nobres ex-ministros da fazenda e dos negocios estrangeiros que, na reforma eleitoral, desaparecesse a condição de religião, exigida para o exercicio do mandato de deputado. Não foi este o parecer dos cinco ministros, que se conservam, os quaes entendem que não se deve tratar agora desta questão. Temos, porém, elementos sufficientes para affirmar que esta divergencia não tem a origem recente que os nobres ministros assignalam.

Foi objecto de discussão no ministério, ha alguns mezes, a questão que produziu a modificação com que nos occupamos.

Antes de organizar-se a falla do throno, o ministério teria considerado, pois que ouvira uma alta corporação do Estado, a questão de saber si no projecto de reforma devia incluir-se a declaração de que os acatholicos podiam ser deputados. Como parecia resolvida esta questão, a falla do throno nol-o indicou. Os ministros concordaram em não tratar de reforma constitucional, sinão para allisar a maneira de compor o electorado. A falla do throno restringe-se a este ponto: nenhuma palavra nella se encontra que revele sequer o pensamento de estender a reforma ás condições de elegibilidade para representante da nação. Como inopinadamente surge essa divergencia que parecia resolvida em documento tão solemne, qual a falla do throno, e com tal gravidade que não houve meio de solvel-a? Não parece, senhores, que esta razão apresentada pelo nobre presidente do conselho é apparente? E, dada a divergencia no ministério, podia alguém suppor que seria o ministro da fazenda o que se retirasse?

O Sr. FERNANDES DA CUNHA dá um aparo.

O Sr. CORREIA: — Outra era a conclusão a que conduzia o que estava no dominio publico.

Com effeito, com consentimento de seus collegas, o ex-ministro da fazenda provocou na camara dos Srs. deputados uma manifestação especial, um voto de confiança pessoal, e o obteve com uma maioria...

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Esplendida.

O Sr. CORREIA: — ... Immensa...

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Onde está a lentidão e solidoriedade?

O Sr. CORREIA: — ... parecendo que se tornava solida e firme a posição desse ministro.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — A razão da salida não é sincera nem verdadeira.

O Sr. CORREIA: — Depois disso, o nobre presidente do conselho apresenta-se na camara para discutir a resposta á falla do throno; e, senhores, o que disse S. Ex. na sessão de 29 do mez passado? Deixam perceber suas palavras que proxima estava a queda do ministro da fazenda? Bem pelo contrario: do que o nobre presidente do conselho se magoava era de que quizessem suscitar antagonismo entre S. Ex. e aquelle seu illustre collega; e preferiu as seguintes palavras:

« Tenho notado, e com grande pezar, que desde que se inaugurou esta situação, tem-se procurado estabelecer certa divergencia entre o presidente do conselho e o nobre ministro da fazenda. Esta tactica tem sido empregada por diversos modos, e alternadamente se exalta um com o fim de abater o outro.

« Tenho de dizer, uma vez por todas, que o emprego de tal maneojo é inutil; desde que me acho na administração dos negocios publicos tenho encontrado o nobre ministro da fazenda sempre dedicado, sempre inspirado pelo amor da patria. *(Muitos apoiados.)* Conheço o nobre ministro da fazenda ha muitos annos, tive muitas occasiões de com elle conversar sobre negocios de nossa patria e conheci sempre em seu coração grande amor ao paiz, e deploro do fundo d'alma que tenha elle sido alvo de tão acrimoniosas aggressões *(apoiados; muito bem)*; elle, que pelo seu vasto talento, pela rectidão de seus intuitos, pelo seu puro patriotismo e pelos serviços que tem prestado ao paiz, tem incontestavel jus ao reconhecimento da nação e do partido liberal. *(Numerosos apoiados.)* »

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Por isso foi aliçado.

O Sr. LEÃO VELLOSO: — Não foi aliçado. Nesta epocha a divergencia politica não estava acentuada.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Homens de Estado não falam esta linguagem.

O Sr. BARNES BARRETO: — Foi um verdadeiro abraço de tamarandá.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Quem é que engole araras?

O Sr. LEÃO VELLOSO: — Não se trata de engolir araras: o nobre ex-ministro da fazenda disse isto mesmo na outra camara.

O Sr. CORREIA: — No fim do mez passado, quando a divergencia já não podia estar occulta, o nobre presidente do conselho proferiu na camara temporaria aquellas palavras, recommendando o ex-ministro da fazenda ao reconhecimento da nação e do partido liberal, pela rectidão de seus intuitos.

Eis aqui, Sr. presidente, os elementos que se forneceram aos representantes da nação para apreciar as questões de Estado, sobre as quaes se têm de pronunciar!

Foram palavras proferidas na discussão da resposta á falta do throno votada no meio da crise, assegurando apoio a uma situação desconhecida, porque até o momento da votação ninguém sabia como a crise se resolveria.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — A discussão foi encerrada a requerimento do actual ministro da fazenda.

O Sr. CORREIA: — Nessa occasião, a mais solomne que tem apparecido nesta sessão, o nobre presidente do conselho tornou saliente o seu accordo com o ex-ministro da fazenda, recommendando-o á gratidão da nação e do seu partido.

Entretanto no dia 8 de Fevereiro assignou-se o decreto que o arreda do governo, e explica-se este facto com a declaração de que os ministros não poderam concordar acerca de uma condição de elegibilidade para deputado!

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — O projecto estava em discussão havia um anno e nunca se tocou neste ponto!

O Sr. CORREIA: — E' aqui occasião de considerar uma questão importantissima, que poderia servir para remover a crise que se tornou insolúvel e obrigou dous ministros a se retirarem.

O art. 3.º da constituição declara que a religião catholica apostolica romana continua a ser a religião do Imperio.

A este artigo prende-se, como o galho no tronco, a condição estabelecida no art. 93, de professar a religião do Estado para ser deputado.

Não é um artigo constitucional no sentido que o art. 178 liga a esta palavra.

Constitucional só é o que diz respeito aos limites e attribuições respectivas dos poderes politicos, e aos direitos politicos e individuais do cidadão.

A religião de um Estado, objecto muito respeitavel, não entra comtudo na categoria dos factos comprehendidos no art. 178.

Para alterar o art. 5.º da constituição não é preciso recorrer ao processo extraordinario dos arts. 174 e seguintes.

Outro foi o meio de que se serviu o legislador constituinte para dar solidez ao art. 5.º: exactamente o § 3.º do art. 93.

Pretender-se-hia, por meio da projectada reforma, alterar a noção dada pela constituição á palavra *constitucional*, e augmentar o numero dos artigos não alteraveis pelas legislaturas ordinarias?

Esta questão, allia cheia de gravidade e importancia, não foi agitada no seio do gabinete; outro foi o motivo da divergencia.

Como, pois, transforma-se em questão *constitucional* uma que o não é, para explicar a crise ministerial, que palavras pouco antes proferidas pelo presidente do conselho não deixavam presumir?

Tinha eu, portanto, razão para dizer que os motivos dados para explicar a modificação ministerial não são sinão apparentes.

Desde que deu-se esta crise, estaria no animo publico que o collega que acompanharia o ex-ministro da fazenda seria o dos negocios estrangeiros? Si se formulasse esta questão a qualquer homem do povo, elle acreditaria antes que outros ministros, que se alistam na democracia mo-

derna, seriam os companheiros do retirada do nobre ex-ministro da fazenda.

Entre os membros do gabinete que permanecem ha quem tenha manifestado idéas mais adiantadas do que o nobre ex-ministro de estrangeiros, nas poucas vezes em que S. Ex. nos permitiu apreciar as suas opiniões, como no discurso que proferiu n'um banquete politico que lhe foi offerecido em Pernambuco. Depois que o honrado Sr. Barão de Villa Bella entrou para o ministerio não nos deu até agora a conhecer si alguma modificação operou-se em suas opiniões politicas.

O senado mesmo não se capacitava, quando se fallou na crise, que ao lado do ministro da fazenda encontrar-se-hia somente o ministro de estrangeiros.

O Sr. JUNQUEIRA: — Entretanto os democratas adiantados ficaram!

O Sr. SILVEIRA LOBO: — Esperava-se que o nobre ministro da guerra se retirasse.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — O Marquez do Herval ha de retirar-se quando quizer...

O Sr. SILVEIRA LOBO: — Todo o mundo sabe disso.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — ... não anda de rastos diante de ninguém, nem mesmo de V. Ex.

O Sr. SILVEIRA LOBO: — Para que isto? V. Ex. está susceptivel de mais; ninguém lhe disse que andava de rastos.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*): — Mas é desagradavel.

O Sr. SILVEIRA LOBO: — Não vejo nada de desagradavel. Então não se pôde dizer uma palavra? Eu não admitto estes direitos a tanta susceptibilidade.

O Sr. PRESIDENTE: — Peço attenção.

O Sr. CRUZ MACHADO: — Esperava-se que retirando-se o chefe da democracia moderna se retirassem os que o acompanhavam.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Ficam para o 3.º alijamento.

O Sr. CORREIA: — Apreciados estes pontos, tenho necessidade de pedir a attenção do senado para outro, embora sobre este já discorresse o nobre senador por Goyaz com a habilidade com que costuma.

A recomposição parcial do ministerio é facto que merece que nos demoremos sobre elle.

Compreende o gabinete 5 de Janeiro tres épocas: a da sua organização nesse dia, e as de suas decomposições. Na primeira as camaras estavam fechadas; faltavam alguns mezes para a sua reunião, que ainda mais se demorou depois da dissolução da camara dos deputados. O que presenciou o paiz? O ministerio appareceu completo: o *Diario Official*, noticiando a mutação politica, publicou os nomes dos sete ministros.

O Sr. CRUZ MACHADO: — Scenario cheio.

O Sr. CORREIA: — Terminado o longo intervallo legislativo, abertas as portas do parlamento, o ministerio que até então tinha estado unido e compacto, começa a decompor-se; em poucos dias soffro a primeira modificação. Mas ainda assim a pasta vaga não foi interinamente provida. Chega o dia 8 de Fevereiro. A situação parlamentar tinha-se



tornado mais clara; conhecia-se a força da maioria ministerial na camara dos deputados unanimemente liberal, e a crise durou do penultimo ao ultimo sahado.

O Sr. SILVEIRA LOBO: — E andavam a nos contar historias sem verdade alguma.

O Sr. CORREIA: — E, senhores, em vez de apresentar-se hoje o ministerio completo, a noticia que dão é que a pasta dos negocios estrangeiros fica interinamente a cargo do Sr. presidente do conselho.

O Sr. SILVEIRA LOBO: — Si pudesse fazer mais um senador, achava-se; mas fazer ainda outro, é cousa mais difficil.

O Sr. CORREIA: — Pôdo dizer-se, Sr. presidente, que este facto é parlamentar, é regular no systema representativo? Um ministerio que se organiza na ausencia das camaras acha meio de formar-se completo. Modificado em dous de seus membros, tem o presidente do conselho uma semana para resolver acerca da substituição, e deixa-o incompleto!

O Sr. CRUZ MACHADO: — Em uma camara quasi unanime, não descobriram outro companheiro para a occasião.

O Sr. CORREIA: — O nobre presidente do conselho limitou-se a dizer-nos sobre esse ponto que não tardará muito que o ministerio se complete. Teremos então outra discussão sobre o acerto e conveniencia dessa nova phase do gabinete.

Nasceria a difficuldade da circumstancia de terem os que foram convidados apresentado a mesma objecção dos que se retiraram?

O Sr. CRUZ MACHADO: — Isto agora é segredo.

O Sr. CORREIA: — Os nobres senadores do partido liberal que apoiam o governo, um dos quaes occupou hoje a tribuna, teriam sido convidados para fazer parte do gabinete e recusaram?

O Sr. JUNQUEIRA: — Está claro que elles não mettem a mão em combuca.

O Sr. CORREIA: — Desde que se levantou um nobre membro da minoria liberal, foi autorizado como o Sr. Saraiva, devia esclarecer o senado sobre este ponto, dizendo-lhe si algum dos nobres senadores liberaes foi convidado para completar o ministerio, si não aceitou e por que motivo.

O Sr. CRUZ MACHADO: — O Sr. Saraiva não serve de remendo; por si só é um ministerio.

O Sr. CORREIA: — Uma vez que o nobre senador fallou, devia esclarecer um ponto que muito interessa ao paiz, e do qual não tratou o nobre presidente do conselho.

O Sr. CRUZ MACHADO: — Houve apenas um de investidura dupla, senador e ministro.

O Sr. CORREIA: — O nobre ministro da guerra poderia esclarecer este ponto, com vantagem para as boas normas do systema representativo. Não era uma informação inutil para o paiz dizer-nos S. Ex. si apenas houve um convite para ministro, o do Sr. conselheiro Affonso Celso para a pasta da fazenda, ou si houve outros que não foram aceitos. Pois podíamos crer que, quasi a completar-se o segundo mez de sessão legislativa, tratando-se de uma recomposição ministerial e não se tendo de consultar pessoas que estejam fóra da

côrte, o resultado desta prolongada crise fosse o ficar vaga uma pasta?

O Sr. CRUZ MACHADO: — Não, porque a 5 de Janeiro completou-se o ministerio por telegrammas.

O Sr. CORREIA: — Já vê o senado que eu não deixava de ter razão, quando comecei dizendo que as explicações do nobre presidente do conselho foram incompletas e inconsistentes.

Declarou S. Ex. que a modificação ministerial não trouxe nenhuma mudança na politica. Si o nobre presidente do conselho não tivesse, em cumprimento do dever seu, de achar-se neste momento na camara dos Srs. deputados, eu lhe perguntaria: pensa S. Ex. como o actual Sr. ministro da fazenda acerca da attribuição conferida ao poder moderador relativamente á escolha do senadores? Sabe o senado que o actual Sr. ministro da fazenda fez parte do gabinete de 3 de Agosto...

O Sr. CRUZ MACHADO: — De que era presidente o nosso saudoso collega o Sr. Zacarias.

O Sr. CORREIA: — ...que retirou-se do poder por uma questão de escolha de senador. Terá o nobre actual ministro da fazenda modificado sua opinião a esse respeito, ou terá o nobre presidente do conselho opinião semelhante á daquelle seu collega?

Não houve mudança na politica, disse-nos S. Ex., mas o ponto de que estou tratando é tão importante que trouxe uma transformação politica em 1868. Persiste o nobre actual ministro da fazenda na opinião que sustentou como membro do gabinete de 3 de Agosto? conforma-se com ella o nobre Sr. presidente do conselho?

O Sr. BARNES BARRETO: — Já passou em julgado que no governo se pôde ter opinião diversa da que se teve na opposição.

O Sr. CORREIA: — Chego agora a um grave assumpto.

Declarou o governo formalmente na falla do throno que a reforma eleitoral deve operar-se por meio de reforma constitucional. Assento este ponto, veja o senado como as cousas têm marchado: no primeiro momento em que se tratou de traduzir em acto essa resolução, não houve mais possibilidade de entenderem-se os membros do gabinete, e a consequencia da applicação do principio foi a substituição de dous ministros! Quando o movimento pratico da idéa continuar, quando o projecto do governo for apresentado á camara dos Srs. deputados, o que devemos prever si os sete ministros, convictos da mesma idéa...

O Sr. SILVEIRA LOBO: — Duvido muito que achem apoio para excluir nove decimos da população.

O Sr. CORREIA: — ...ao darem os primeiros passos para tornar realidade essa idéa, divergem profundamente, não ficando concordes snão cinco? Quando se tratar do projecto na camara dos Srs. deputados, quantas difficuldades não são de presumir para a combinação da maioria das opiniões? Pois no seio do ministerio não houve possibilidade de accordo relativamente aos artigos constitucionaes em que se devia tocar, e pôdo-se esperar que esta harmonia appareça facilmente na camara dos Srs. deputados, onde estão reunidos cento e vinte e dous cidadãos que mais ou menos se têm pronunciado sobre a grave questão?

E a julgarmos pelo que vimos hoje no senado, qual a conclusão que devemos tirar? O Sr. Sil-

veira Lobo bradava em sustentação de princípios que considera os de seu partido, que S. Ex. não julga representado no governo, querendo que não se tirasse a nenhum cidadão, que actualmente o tem, o direito do voto; e o nobre senador pela Bahia, o Sr. Saralva, apoiado por seus collegas, dizia-nos: « quero antes uma reforma que o nobre senador, si assim lhe aprouver, qualifiquede conservadora. »

Tão poucos eram os liberaes presentes, ao senado viu quanta divergencia, em termos tão inflamados, ao tocar-se na questão do censo.

O Sr. SILVEIRA LOBO:—Para mim é questão capital. Liberal quer dizer defensor dos direitos do povo e não algoz, e não quem exclue o povo em grande massa.

O Sr. CORREIA:—No ministerio não houve accordo possível; entre os nobres senadores liberaes não ha harmonia de pensamento, pergunto:—espera o nobre presidente do conselho que as difficuldades que não pôde vencer no seio do gabinete sião desprendendo-se de dous de seus collegas, que excitam tanto antagonismo entre os nobres senadores liberaes, desaparecerão na camara dos deputados, de modo que nella passe triumphante o projecto em que o ministerio, como hoje se acha constituido, chegou a concordar? Não haverá naquella camara novas divergencias?

O que tolhe os nobres ex-ministros, que alli têm assento, de esforcarem-se pela realisação de seu pensamento?

Si consultamos a opinião dos conselheiros de estado liberaes, vemos que elles não julgam de mister reforma constitucional para mudança do systema eleitoral.

O Sr. SILVEIRA LOBO:—Apoiado.

O Sr. CRUZ MACHADO:—Os conservadores tambem, excepto um, não julgam necessario.

O Sr. CORREIA:—Aceita a idéa daquella reforma pelo ministerio liberal, no momento da execução as difficuldades começam a apparecer?

O Sr. SILVEIRA LOBO:—Querem o carro fóra do trilho.

O Sr. CORREIA:—O ministerio dividiu-se, e a recomposição não pôde ser completa. Os senadores liberaes divergem. Sómente a camara se apresentará compacta? quem o poderá assegurar?

Imaginemos votada a lei que concede poderes especiaes á camara futura. Quando esta reunir-se, quem pôde affirmar que os novos e poderosos representantes da nação virão cingir-se estritamente, sem discrepância, ao que estiver estabelecido na lei votada?

O Sr. SILVEIRA LOBO:—E que camara será esta sahida do systema que elles desacreditam completamente?

O Sr. CORREIA:—Hoje a divergencia manifesta-se acerca da elegibilidade dos acatholicos para deputados; amanhã ninguém se entenderá sobre qual ha de ser o censo para o futuro eleitoral.

O Sr. CRUZ MACHADO:—Que é a grande questão.

O Sr. SILVEIRA LOBO:—Apoiado. Elles mesmo não sabem, e isto é que é engraçado.

O Sr. CORREIA:—Depois d'amanhã quantas questões que entendam com a organização politica não

V. II

podem surgir pelo caminho que as cousas levam? E optava a maioria do partido liberal pela politica que o ministerio preferiu?

O Sr. SILVEIRA LOBO:—Elles dizem que a Corôa quer e eu acho que ella não quer nada, e d'aquí vem o barulho.

O Sr. CORREIA:—Não se pôde desconhecer que já são graves as consequências que a politica do gabinete lhe tem acarretado; e não será de estranhar que ella venha a produzir seião no partido liberal.

O Sr. PRESIDENTE:—Poco ao nobre senador que se restrinja ao assumpto do debate, que é a modificação ministerial.

O Sr. CORREIA:—Supponho não estar fóra do assumpto, pois que não tenho feito sião apreciar, em presença de factos que estão agora no dominio publico, a declaração ainda hoje feita pelo nobre presidente do conselho de que o programma do governo não soffreu modificação, e consiste principalmente na reforma do systema eleitoral para o regimen directo.

Notel os espinhos que o chefe do gabinete tem feito brotar diante de seus passos, e que lhe embaraçam o movimento. Mas, apontando as difficuldades para as quaes S. Ex. tem concorrido, absteve-me de manifestar opinião sobre as questões agitadas, deixando-a para occasião opportuna.

Espero que o senado julgará que não exaggerel declarando que não era sem gravidade este assumpto, que reservei para com elle pôr termo ao meu discurso. (*Muito bem, muito bem.*)

## ORDEM DO DIA.

### PENSÃO.

Ficam adiadas, por falta de numero, a votação sobre a proposição da camara dos Srs. deputados n.º 207 de 1878, declarando que compete a D. Sebastiana Carolina do Amaral Fontoura, o meio soldo de seu snado pai Antonio José do Amaral.

### FIXAÇÃO DAS FORÇAS DE TERRA.

Devendo votar-se sobre o art. 1.º da proposta do poder executivo, fixando as forças de terra para o anno financeiro de 1878—1879, reconheceu-se não haver numero e ficou adiada a votação para a seguinte sessão.

Proseguiu a discussão do art. 2.º da proposta, fixando as forças de terra para o anno financeiro de 1878—1879.

O Sr. Marquez do Herval (*ministro da guerra*):—Na ultima sessão a que assisti, achando-me bastante incommodado de saúde, tive necessidade de retirar-me. Peço desculpa ao nobre senador pelo Paraná por não ter-me sido possível ouvir-o, quando fez alguns reparos sobre assumptos do ministerio da guerra. Espero que S. Ex. não veja no meu procolimento uma falta, que não commetteria, si não se tivesse dado aquelle motivo, como participei á mesa do senado.

Croio que o Sr. 1.º secretario recebeu a minha comunicação.

O Sr. DIAS DE CARVALHO:—Foi lida hoje.

O Sr. Marquez do Herval (*ministro da guerra*):—O nobre senador declarou que desejava ouvir a

opinião do ministro da guerra sobre o art. 2.º da lei em discussão, isto é, sobre a gratificação dos voluntarios e engajados, e não me compete dar opinião sobre uma das disposições da lei de 1874, que só o corpo legislativo pôde modificar quando julgar conveniente. Lembro, porém, que, depois de um cidadão verificar praga de voluntario ou engajado, tendo em vista uma disposição da lei, não me parece que o legislador seja justo, tirando-lhe um direito que a mesma lei lhe havia concedido, quando tomou o compromisso de servir à patria. Todavia, como não ha nada mais facil do que legislar sobre interesses de individuos, cujo primeiro dever é a obediencia, poderá ter logar essa modificação; mas creio que a ser realizada, só deverá produzir effeito para o anno vindouro, isto é, para aquelles que assentarem praga depois dessa época.

Quanto ao prazo de terra que se concede ou se promette dar aos voluntarios que têm baixa do serviço, é ainda por effeito da mesma lei, que teve em vista que a concessão só se verificasse em logares onde o ministerio da guerra tivesse ingerencia, como acontece em relação ás colonias militares, e nas colonias de nacoes.

O nobre senador perguntou, porque não se uniam os veteranos em companhias. Não posso bem comprehender o pensamento do nobre senador; mas si S. Ex. quiz dizer que os veteranos, deviam formar companhias separadas no mesmo corpo, direi ao nobre senador que não me parece isto possível. A maior parte dos veteranos de um corpo são cahos, aspeçadas, forriéis e sargentos, porque as outras praças vão dando baixa logo que acabam seu tempo; como, pois, formar com ellas companhias separadas? Demais esses veteranos no meio dos recrutas servem de instructores, e de amparo á disciplina. Creio que o nobre senador não insistirá sobre este ponto.

S. Ex. ainda fallou sobre a isenção dos recrutas por meio de contribuição pecuniaria. Não sei si o nobre senador fez essa objecção contra ou a favor da medida.

O Sr. CORNEIA:—A favor.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):—Si foi a favor não faz mais do que pedir o que a lei determina, disposição que o governo tem feito executar, não achando o ministro da guerra que seja essa medida inconveniente, porque determina que aquelle que se encontra nas circumstancias de não poder servir, se exima do serviço, prestando meios de engajar-se outro a quem se deve pagar.

Ainda tenho que responder a uma observação feita pelo nobre senador pelo Paraná, sobre um decreto, em que solicitei 73:000\$. S. Ex. notou que não viessem no aviso publicado no *Diario Oficial* discriminadas todas as quantias, e para que ihm se destinavam, e é isto o que eu apresento ao nobre senador, offerecendo-lhe uns documentos que poderá á sua vontade examinar.

O nobre senador, o Sr. Junqueira, também fallando sobre o ministerio da guerra, censurou que se mandasse extinguir o deposito de instrucção na provincia de Santa Catharina.

Sr. presidente, sobre este ponto a accusação também não procede. A representação nacional decretou este deposito, mas depois da paz, quando não havia nenhum recruta para ser alli instruido, sua existencia só seria conveniente si houvessem os necessarios elementos para sua conservação, isto é, o deposito suppõe um quartel para a força que o

governo tenha de conservar em instrucção, um quadro de officiaes habilitados para instructores, e além disso instructores de todas as armas. Os officiaes que não de pertencer aos corpos que tenham de ser organizados, são escolhidos com muita especialidade, e também é preciso que o deposito receba soldados todos os annos ou todos os semestres para serem instruidos; quando isto não succede, dá-se o que se deu naquella provincia: o deposito ficou no decreto; formou-se um nucleo de soldados velhos e de officiaes de diferentes corpos sem habillações para o caso e recebendo gratificações.

Sr. presidente, os recrutas que assentam hoje praga vão para os corpos do exercito, e são alli instruidos; si o corpo legislativo, porém, quizer crear um deposito para conservar nollo semestralmente mais 500 ou 600 soldados, o ministro da guerra terá muito prazer em executar a lei, que marque o numero dos officiaes para formarem o respectivo quadro, e autorize mais esse augmento de despesa, do contrario não ha utilidade em organizar um deposito.

O meu amigo, senador pelo Amazonas, fez algumas observações sobre o movimento de forças nas provincias do Pará e Amazonas. O actual ministro da guerra, Sr. presidente, encontrou naquellas provincias tres batalhões incompletos em seu pessoal. Reconhece que a provincia do Amazonas necessita de maior guarnição, porque tem cinco fronteiras, pois que é limitrophe com cinco diferentes paizes, fronteiras muito distantes da capital. Os presidentes de ambas as provincias podiam constantemente maior guarnição; e eu fui forçado a dividir ao meio a que havia, ficando um batalhão e uma ala do outro, em cada uma das provincias, porque o ministro da guerra não tendo á sua disposição forças avultadas, não podia attendel-os de outro modo; foi, portanto, á exigencia dos presidentes que se deve a divisão da força, accrescendo que a demarcação dos limites com Venezuela demandava maior guarnição naquelles pontos.

O nobre senador pela Bahia-tambem levou muito a mal que se reduzissem a enfermarias os hospitales das heroicas provincias da Bahia e Pernambuco. O nobre senador não tem razão.

Os remedios que se receitam nos hospitales são os mesmos que se receitam nas enfermarias.

A provincia da Bahia, posto que uma das maiores do Imperio, é guarnecida por um batalhão e 50 soldados de cavallaria.

En lá estive, e não encontrei no hospital cousa extraordinaria.

Em Pernambuco succedia a mesma cousa, com a differença de que quando a nação pagava a mais de 20 medicos paisanos, contratados para attender ás necessidades de outros pontos, a Bahia tinha 20 medicos militares e Pernambuco pouco menos.

Foi preciso evitar que o serviço fosse feito deste modo, mas os doentes não soffreram, nem tão pouco a categoria da provincia, porque não é o hospital que lhe dá a muita importancia que tem.

Parece-me que ainda o Sr. senador Junqueira fez algumas considerações sobre promoções.

O Sr. presidente:—O nobre ministro da guerra me permita lembrar que a discussão deve versar sobre o art. 2.º e seus paragraphos. As observações que o nobre senador tem feito e outras que possam occorrer-lhe no mesmo sentido, têm cabimento na terceira discussão.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):— Como não tenho prazer em fallar, ainda que minhas palavras coubessem nesta discussão....

O Sr. JUSQUEIRA:— Acho que cabem.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra*):— .... não continuarei em obediência á lei. Tenho concluído.

O Sr. JUSQUEIRA:— Pego a palavra.

O Sr. PRESIDENTE:— Tem a palavra, mas peço ao nobre senador que se restrinja ao art. 2.º em discussão.

O Sr. JUSQUEIRA:— Eu entendi que no art. 1.º cabiam observações de ordem politica e militar, e que no art. 2.º cabem todas as que se referem á organização da força.

O Sr. PRESIDENTE:— Perdoe-me o nobre senador; a discussão do art. 2.º deve ser limitada á materia nelle comprehendida.

O Sr. JUSQUEIRA:— Então deixo de fallar; eu pretendia tratar de força, mas não propriamente do limitado assumpto do art. 2.º.

O Sr. PRESIDENTE:— Para isso tem a 3.ª discussão.

O Sr. JUSQUEIRA:— A' vista da decisão de V. Ex., o nobre ministro da guerra fallou no que não podia fallar.

Fim do debate ficou encerrada a discussão por falta de numero para votar-se.

Ficou tambem encerrada a discussão do art. 3.º.

Esgotada a materia da ordem do dia o Sr. Presidente deu a seguinte para 11:

Votação das materias cuja discussão ficou encerrada, e trabalhos das comissões.

Em seguida o Sr. Presidente declarou que amanhã dará para ordem do dia da sessão seguinte o projecto de resposta á falla do throno.

Levantou-se a sessão ás 2 horas da tarde.

## Acta

EM 11 DE FEVEREIRO DE 1879.

PRESIDENCIA DO SR. VISCONDE DE JAGUARY.

A's 11 horas da manhã fez-se a chamada, e acharam-se presentes 28 Srs. senadores, a saber: Visconde de Jaguary, Dias do Carvalho, Cruz Machado, Barão de Mamanguape, Visconde de Abaeté, Luiz Carlos, Chichorro, Correia, Junqueira, Leão Velloso, Visconde de Muritiba, Lottão da Cunha, Barão da Laguna, Almeida e Albuquerque, Marquez do Herval, Barros Barreto, Barão de Maróim, Cunha e Figueiredo, Uchôa Cavalcanti, Barão de Cotegipe, Dantas, Silveira da Motta, Paranaguá, Diniz, Candido Mendes, Ribeiro da Luz, Nunes Gonçalves e Sinimbú.

Deixaram de comparecer, com causa participada, os Srs. Condo do Baependy, Duque de Caxias, Firmínio, Paula Pessoa, João Alfredo, Godoy, Visconde do Bom-Retiro e Visconde do Rio Branco.

Deixaram de comparecer, sem causa participada, os Srs. Barão de Pirapama, Barão de Souza Queiroz, Diogo Velho, Jaguaribe, Fausto de Aguiar, Oeliviano, Silveira Lobo, Pires de Mendonça, Teixeira Junior, Fernandes da Cunha, Saraiva, Vieira da Silva, Visconde de Netheroy e Visconde de Sousa.

O Sr. 1.º SECRETARIO deu conta do seguinte

## EXPEDIENTE.

### Offícios:

De 8 do corrente, do ministerio da justiça, declarando, em resposta ao do senado do 1.º que, não existindo na respectiva secretaria communicação dos factos constantes do officio acima referido, acaba de exigir, não só informações circumstanciadas a esse respeito, mas tambem das providencias que se lhos seguiram.

Do ministerio da fazenda o da mesma data, communicando que não é possível satisfazer ao officio do senado de 31 de Janeiro proximo findo, sobre emissão de papel-moeda, por não haver consultado a respeito de semelhante assumpto na repartição a seu cargo.—A quem fez a requisição.

De 18 de Dezembro proximo findo, da junta do collegio eleitoral de S. Matheus, da provincia do Espírito Santo, enviando cópia authentica da acta da instalação do dito collegio.—A' comissão de constituição.

Carta Imperial de 8 do corrente, de nomeação de senador do Imperio pela provincia de Minas Geraes, do Sr. conselheiro Affonso Celso de Assis Figueiredo.—A' mesma comissão para dar parecer com urgência.

A's 11 1/2 horas da manhã, o Sr. PRESIDENTE declarou que não podia haver sessão por falta de numero sufficiente de Srs. senadores.

Em seguida deu para ordem do dia 12:

1.ª parte (até ás 2 1/2 horas).

Votação das materias, cuja discussão ficou encerrada.

Discussão do projecto de resposta á falla do throno.

2.ª parte (ás 2 1/2 horas ou antes).

3.ª discussão da proposição da camara dos deputados, n.º 2, do corrente anno, autorizando o governo para conceder ao professor de latim do imperial collegio do Pedro II, Dr. Antonio José de Souza, um anno de licença com todos os vencimentos.

O Sr. PRESIDENTE convidou os Srs. senadores presentes para se occuparem em trabalhos das comissões.

Compareceram depois os Srs. Visconde do Rio Grande e Antão.

31.<sup>a</sup> Sessão

EM 12 DE FEVEREIRO DE 1879.

PRESIDENCIA DO SR. VISCONDE DE JAGUARY.

SUMMARIO. — Expediente. — Discurso e indicação do Sr. Silveira da Motta para a reforma do art. 18 do regimento do senado. — Rectificação feita pelo Sr. Leão Velloso. — 1.<sup>a</sup> PARTE DA ORDEM DO DIA. — Fixação das forças de terra para 1878-1879. — Approvação em 2.<sup>a</sup> discussão a proposta com as emendas da comissão e rejeita-se a emenda do Sr. Silveira da Motta. — Pensão a D. Sebastiana Carolina do Amaral Fontoura. Approvação em 3.<sup>a</sup> discussão. — Resposta á falla do throno. Discurso e emenda do Sr. Silveira da Motta. Discursos dos Srs. Junqueira, presidente do conselho e Barão de Cotegipe. — 2.<sup>a</sup> PARTE DA ORDEM DO DIA. — Licença ao lente do collegio de Pedro II, Dr. Antonio José de Souza. Encerramento da discussão.

Às 11 horas da manhã acharam-se presentes 30 Srs. senadores, a saber: Visconde de Jaguary, Dias de Carvalho, Cruz Machado, Barão de Manguape, Godoy, Visconde de Abaeté, Chichorro, Junqueira, Barão de Maroim, Uelôa Cavalcanti, Barão da Laguna, Almeida e Albuquerque, Visconde do Rio Grande, Correia, Barros Barreto, Leão Velloso, Leitão da Cunha, Vieira da Silva, Teixeira Junior, Visconde de Muritiba, Visconde de Nitheroy, Luiz Carlos, Candido Mendes, Jaguaribe, Ribeiro da Luz, Dantas, Barão de Cotegipe, Paranguá, Silveira da Motta e Fernandes da Cunha.

Compareceram depois os Srs. Cunha e Figueiredo, Saraiva, Barão de Pirapama, Marquez do Herval, Diniz, Nunes Gonçalves, Sinimbu, Antão e Visconde de Bom Retiro.

Deixaram de comparecer, com causa participada, os Srs. Conde de Baependy, Diogo Velho, Duque de Caxias, Firmino, Paula Pessoa, João Alfredo e Visconde do Rio Branco.

Deixaram de comparecer, sem causa participada, os Srs. Barão de Souza Queiroz, Fausto de Aguiar, Octaviano, Silveira Lobo, Paes de Mendonça e Visconde de Suassuna.

O SR. PRESIDENTE abriu a sessão.

Leram-se as actas de 10 e 11 de corrente e não havendo quem sobre ellas fizesse observações, foram dadas por approvadas.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETARIO deu conta do seguinte

## EXPEDIENTE

Officio de 10 do corrente, do Sr. conselheiro João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, participando que por decreto de 8, houve por bem Sua Magestade o Imperador encarregar o interinamente da pasta de ministro e secretario de Estado dos negocios estrangeiros. — Ficou o senado inteirado.

O mesmo Sr. secretario participou que o Sr. senador Diogo Velho communicara não ter podido comparecer á sessão de hontem, assim como á de hoje, por achar-se incommodado. — Inteirado.

## REFORMA DO REGIMENTO DO SENADO.

O Sr. Silveira da Motta:—Sr. presidente, ha dias, quando o nobre presidente do conselho communicou ao senado a recomposição ministerial, eu pedi a palavra immediatamente depois que S. Ex. fez essa communicação e declarei haver pedido a palavra antes, porque tencionava offerecer á consideração do senado uma indicação para

a reforma do seu regimento, na parte relativa ao juramento que prestam os senadores, quando tomam assento nesta casa. Não pude então offerecer a minha indicação porque intrometteu-se a discussão dos motivos da recomposição ministerial; e essa discussão estendeu-se além da hora prescripta para aquelle fim. Adiei-a por isso até hoje.

Porem, senhores, si adiei a materia da minha indicação, de certo que a não sacrifiquei, porque entendo que é ella assumpto urgente, mesmo por causa das questões em que se tem envolvido o ministerio a respeito da elegibilidade dos catholicos.

A constituição do Imperio, marcando as condições de elegibilidade do deputado, estabelece que não possa ser eleito sinão aquelle que professar a religião catholica, apostolica romana; entretanto que, tratando das condições para ser eleito senador, não exige a condição de professar a religião catholica, apostolica romana.

Ora, desde que a constituição do Imperio prescreve condições diversas para a elegibilidade do deputado e do senador, é consequencia rigorosa que o juramento que se presta quando se toma assento nesta casa deve ser diverso. A constituição não estabeleceu em vão, sem razão sufficiente a diversidade de condições de elegibilidade do senador em relação ao deputado.

E' verdade que a constituição estabeleceu uma religião do Estado. Estabelecendo uma religião do Estado o legislador constituinte da constituição, seja ella constituição ou carta outorgada, teve uma razão para exigir que o representante da camara electiva lvesse a condição de professar a religião que era conhecida como religião do Estado; porém o legislador constitucional, tendo creado uma segunda camara estabelecendo condições diversas para ella, diversas a muitos respeito, dispensou a exigencia da condição de elegibilidade para deputado pelo que toca á profissão da religião do Estado.

Não foi vã, senhores, a razão do legislador. Nós não podemos imputar ao legislador ignorancia ou esquecimento. Alguma razão, sem duvida, teve elle e creio que razão de summa sabedoria.

A segunda camara, pela nossa organização constitucional, tem muitas condições diversas. Entre ellas dá-se assento no senado aos principes da casa imperial quando chegam a uma certa idade. Ora, senhores, pôde-se dar o caso em que o senado tenha de dar assento a um principe protestante.

O chefe do Estado até hoje procurou consortes para suas filhas e parentes entre catholicos. As duas augustas princezas, irmãs de Sua Magestade, a Sra. Princeza de Joinville e a Sra. Condessa d'Aquilla são casadas com catholicos. As duas augustas princezas filhas do chefe do Estado são tambem casadas com catholicos.

Mas, eu entendo que o chefe do Estado não está inhibido de procurar para consorte de uma de suas filhas, assim como procuraram os principes da casa de Orleans, qualquer principe acatholico, e então, perguntarei eu: — Não se pôde dar o caso em que um principe protestante, consorte de uma princeza imperial...

O Sr. JUNQUEIRA:—Mas a prole seria catholica.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—É condição do casamento mixto.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—A prole seria catholica, diz o nobre senador; porém eu não sei porque razão tira-se essa consequencia forçada.



O SR. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*): — É condição do casamento mixto; os filhos hão de seguir a religião catholica.

O SR. SILVEIRA DA MOTA: — Os senhores appellam para as consequências do casamento mixto; mas a consequência do casamento mixto pôde obrigar a educação do filho na religião da mãe; mas pôde obrigar o filho, nascido de um casamento mixto, a não declarar-se protestante depois da sua maioridade?

O SR. CRUZ MACHADO: — Está claro.

O SR. SILVEIRA DA MOTA: — Por consequencia pôde se dar o caso em que mesmo um príncipe, resultado de um casamento mixto, quando chegue á sua maioridade, declare-se protestante, e reclame o direito da constituição de ter assento no senado, não professando elle a religião do Estado.

Trago este argumento por abundancia, porque não preciso d'elle; o argumento principal é que a constituição, não exigindo a profissão da religião catholica para o senador eleito e escolhido, qualquer cidadão, nas condições constitucionaes para ser eleito, tendo-o sido, e sendo escolhido, pôde approximar-se á mesa do senado para prestar juramento e declarar—não sou catholico...

UMA VOZ: — Não pôde declarar...

O SR. SILVEIRA DA MOTA: — ... e tomar assento no senado como ha poucos dias na camara dos Srs. deputados se deu o facto de um candidato que, indo tomar assento, e lendo-se o juramento que exige a condição de professar a religião catholica, o candidato (assim chamo, porque não tinha elle tomado ainda assento) em pé declarou que jurava cumprir os deveres de representante da nação, não repetindo as palavras formalisticas do juramento da camara...

O SR. BARÃO DE COTEGIPE: — Foi impugnado e teve de jurar.

O SR. SILVEIRA DA MOTA: — V. Ex. é facil de contentar-se...

O SR. BARÃO DE COTEGIPE: — Não sou facil, ou então é um jesuita.

O SR. SILVEIRA DA MOTA: — Bem; vou continuar o meu argumento: elle negou-se a prestar o juramento, e então, havendo reclamação, feita pelo nobre deputado pela provincia de Minas, o Sr. Martinho Campos, de que não podia prescindir-se das condições formaes do juramento, tendo jurado anteriormente (note-se bem)—juro cumprir os deveres de representante da nação;—quando foi obrigado a repetir o juramento; o que é que declarou? Disse—assim o juro;—mas—juro—o que?—Juro aquillo que jurei;—mas o que jurou?

O SR. CRUZ MACHADO: — Aquillo que o outro acabou de proferir.

Quem prestou juramento primeiro foi o Sr. Costa Azevedo, proferindo as palavras formaes do juramento; e seguindo-se elle, disse—assim o juro.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE: — Prestou juramento.

O SR. JUNQUEIRA: — Não pôde não se fôr deputado.

O SR. SILVEIRA DA MOTA: — Concedo que jurou; porém isto fica sujeito á interpretação de cada um—dizer que—assim o juro—se referia ao que o outro tinha dito ou ao que elle proprio dissera...

UM SR. SENADOR: — Mas o regimento é claro.

O SR. SILVEIRA DA MOTA: — Mas, senhores, como é que elle disse...

UM SR. SENADOR: — O primeiro que jura diz a formula, os outros—assim o juro.

O SR. SILVEIRA DA MOTA: — O que é verdade é que este facto serve para mostrar que é necessario prevenir uma semelhante hypothese.

O SR. LEITÃO DA CUNHA: — Para repetir a segunda formula—Assim o juro—cumpria que se ajoelhasse e puzesse a mão sobre o livro dos Santos Evangelhos, mas creio que o deputado repetiu a formula de pé e com a mão sobre a mesa, logo o nobre senador tem razão.

O SR. SILVEIRA DA MOTA: — Por isso disse que os senhores são facéis de accomodar...

O SR. CRUZ MACHADO dá um aparte.

O SR. SILVEIRA DA MOTA: — Mas dizendo—assim o juro—, elle salvou a sua consciencia.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE: — O que se segue é que neste paiz cada um faz o que quer; a cousa está em ter bastante desembaraço.

O SR. SILVEIRA DA MOTA: — Por isso é que digo que somos muito facéis de accomodar. O nobre senador diz-nos—neste paiz cada um faz o que quer.

O SR. LEITÃO DA CUNHA: — O regimento exigia que elle se ajoelhasse e puzesse as mãos no livro dos Santos Evangelhos; elle não o fez; é logico concluir o que V. Ex. está assignalando.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE: — Não temos nada com isto; aqui não ha de succeder o mesmo; não foi revogado o regimento.

O SR. SILVEIRA DA MOTA: — Não sei o que ha de succeder, não estamos em melhor condição; o que sei é que se deu isto na camara. Trago o facto, não para censurar-o, não para censurar a camara nem o seu presidente, não para censurar o candidato que prestou o juramento; trago-o unicamente para fazer sentir ao senado que essas exigencias de juramento, em materia de consciencia religiosa, são sempre cousa de muito melindre; e que, portanto, o senado, que não tem na constituição do Imperio a exigencia da profissão da religião catholica, não deve conservar no seu regimento o que não está expresso na constituição. Pôde-se dar a hypothese (estou figurando hypothese); agora mesmo temos de admitir meia duzia de senadores novos; quem sabe si vem algum de livre consciencia que não professe a religião catholica.

UM SR. SENADOR: — Ha de prestar juramento de manter a religião catholica.

O SR. CRUZ MACHADO: — Não falla em professar, mas em manter.

O SR. SILVEIRA DA MOTA: — Isto é chicana; não a façamos. Portanto eu entendo que deve ser reformado o regimento do senado nesta parte.

Vejo, *verbi-gratia*, que esta forma de juramento foi adoptada quando se pôz em vigor a constituição em 1826, e até creio que alguns senadores do primitivo senado, tomaram assento sem prestar juramento, porque encontro nas actas das sessões do senado de 1826, uma proposta para a formula do juramento e uma emenda offerecida pelo Sr. Barão de Cayul, quando se tratou de dar o juramento a



um senador novo que entrava, creio que o Sr. Monteiro de Barros.

Foi então que se estabeleceu a formula do juramento. Não me admira, senhores, de que nos primeiros passos da execução da nossa constituição, se estabelecesse uma formula de juramento, exigindo também o juramento catholico; mas visto, senhores, que o ministerio tem adoptado e repetido que a exigencia por causa da qual o Sr. ministro da fazenda se retirou do gabinete, consistira em que também pudesse o acatholico ser eleito deputado; quando o nobre presidente do conselho e o novo ministro da fazenda, nos additamentos que fez á declaração deste, repetiu que a causa de divergencia no ministerio fôra a opinião dos dous ministros, que se retiraram, a favor da elegibilidade dos acatholicos para a camara dos Srs. deputados, reconhecendo elles que para o senado já não era precisa esta condição; creio estar claro que é opinião do governo, é mais do que pura aspiração, como distinguí subtilmente o nobre ministro da fazenda ha dias na camara dos Srs. deputados, para significar a differença entre programma e aspiração; o que nos veio pôr em graves embaraços, porque não sabemos qual é o programma além desse da eleição directa, porque, ora um ministro exige a elegibilidade dos acatholicos, ora, diz outro ministro, não; isso é cousa muito boa, mas por ora é apenas aspiração do futuro.

O caso é que o ministerio já reconheceu e já o disse formalmente, ali está no *Diario Official*, que concordava com as condições de reforma a constituição na parte em que pôz a restricção dessa elegibilidade dos acatholicos para serem deputados.

Si o governo concorda nisso é mais uma razão para que nós, que não temos na constituição semelhante restricção para ser senador, ponhamos o nosso regimento em harmonia com a constituição do Imperio, em harmonia com as aspirações do partido liberal que quer abrir as portas aos acatholicos.

Portanto, Sr. presidente, entendo que nós devemos reformar o nosso regimento; temos de dar juramento brevemente a uns poucos de candidatas, que têm de tomar aqui assento, e não sei si elles terão de fazer reservas mentaes para prestar esse juramento; é melhor poupar hypocrisias.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Então, é bom reogar logo tudo.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Acho que a reforma do regimento, quanto á condição do juramento, não seria completa, é preciso mais alguma cousa para evitar esse inconveniente que o nobre senador pela Bahia está apregoando com tanta sabedoria.

A indicação é esta; eu depois direi algumas palavras mais em justificação da segunda parte da emenda ao regimento (H).

Indico que seja reformado o art. 18 do regimento do senado, na parte em que estabeleceu a forma do juramento, que prestam os senadores quando tomam assento.

Deve ser supprimida a parte em que se exige que o senador jure manter a religião catholica e apostolica romana.

Deve ser supprimida a parte em que se exige que o senador jure manter a religião catholica, apostolica romana, e eu já vejo o choque que ha de nascer da differença de manter para professar,

quando realmente não se deve exigir que jure manter-se aquillo que se não professa.

Ha porém outra parte que tambem deve ser reformada: é a em que se exige que o senador jure «ser leal ao Imperador».

O Sr. JUNQUEIRA:—Então, ha de ser desleal? (Ha outros a partes.)

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Não se alvoroce. Deixe-me dar a razão, e a razão não chocará essas susceptibilidades imperiaes.

O Sr. VISCONDE DE RIM RETIRO:—E esta!

O que está no regimento é uma homenagem ao principio monarchico, que está nas bases da nossa forma de governo, e V. Ex. já jurou isso.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Não duvido; jurei, mas por eu ter jurado, não se segue que queira coagir os outros, que tenham de jurar depois, a prestar um juramento inutil, superfluo, e que pôde ter más interpretações. O que quer dizer,—juro ser leal ao Imperador? A lealdade é um dever para com todos nós; a lealdade é um dever mais imperioso ainda para com o chefe do Estado.

O Sr. CRUZ MACHADO:—Então abula-se o juramento, cada um que cumpra o seu dever.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—A lealdade é um dever moral para com todos, que, sem duvida alguma, torna-se de absoluto rigor para com o chefe do Estado.

Porém, senhores, o que eu quero que me digam os defensores da lealdade ao Imperador, é o que quer dizer semelhante declaração n'um juramento, em que já se declarou que se—jura defender a constituição do Imperio, a constituição que reconhece a primazia do chefe do Estado, as suas prerrogativas todas constitucionaes, que reconheço tudo isto!

Senhores, quando digo—juro defender a constituição—tenho jurado defender o Imperador.

O Sr. CRUZ MACHADO:—E' o *quod abundat non nocet*.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Isto é demais; então podemos acrescentar ainda muita cousa a proposito do *quod abundat non nocet*.

O Sr. CRUZ MACHADO dá um aparte.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Senhores, ninguém reconhece com mais convicção do que eu o rigor do dever que temos de ser leaes ao chefe do Estado, ninguém; mas é diverso este reconhecimento da declaração feudal de lealdade á pessoa do Imperador.

Eu creio até que o Imperador não tem pessoa, esta é que é o facto.

O Sr. CRUZ MACHADO:—A constituição até a julga sagrada e inviolavel.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—E' uma entidade metaphysica...

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—Assim o querem fazer.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—... á qual estão annexos certos direitos, certas condições, que sem duvida constituem a personalidade individual.

Nós, porém, não nos podemos dirigir á personalidade do Imperador, porque os seus actos todos são dependentes de referenda do ministro.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Não apolado.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA:—Todos os seus actos.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Sómente os actos do poder executivo; está na constituição.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA:—E eu desejava saber, Sr. presidente, qual a opinião do nobre presidente do conselho acerca desta questão.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBU' (presidente do conselho):—Para que?

O SR. SILVEIRA DA MOTTA:—Para acabar esta contenda com o Sr. Candido Mendes.

Eu entendo que todos os actos do poder moderador dependem da referenda do ministro.

O SR. FERNANDES DA CUNHA:—Este principio está no programma liberal.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA:—Sem duvida, porque enquanto se puder contestar que o Imperador para todos os actos depende da referenda ministerial, é necessario então jurar lealdade...

(Trocam-se apartes.)

...uma vez que pratica actos que não dependem de ninguém, então é necessario jurarmos ser leaes.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Logo que destruíram o conselho de Estado antigo e não lhe deram substituto, os ministros não podem ser responsaveis pelos actos do poder moderador.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA:—Esta questão não sei si está no rol das aspirações de futuro.

O nobre presidente do conselho é quem pôde saber si os actos a que me refiro são dependentes da referenda ou não; e si entra isto no programma das reformas, ou constitue apenas aspiração de futuro.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBU' (presidente do conselho):—Não se trata disto agora.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA:—Isto sei eu que não se trata! Mas o que eu queria saber é qual a opinião de V. Ex. a este respeito.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBU' (presidente do conselho):—Eu disse opportunamente.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA:—Ora, senhores, para apanhar uma opinião de ministro, em uma questão constitucional, é preciso *succa-rolhar*! em uma questão destas em que não se pôde deixar de ter opinião feita. E' por isso que os senhores andaram desde Novembro sem saber que estavam divergentes a respeito da reforma eleitoral.

Como é, senhores, que o nobre presidente do conselho não tem opinião sobre esta materia? Todos os dias V. Ex. está em contacto com o poder moderador e ainda não tem opinião a respeito dos seus actos?

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBU' (presidente do conselho):—E entende que eu não tenho opinião? Mas sou senhor de dizê-la quando me convier.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA:—Neste ponto discordo de V. Ex.: não tem o direito de reserva em uma questão tão importante como esta.

Um SR. SENADOR:—E' opinião já muito sabida. (Trocam-se apartes.)

O SR. SILVEIRA DA MOTTA:—V. Ex. não pôde occultar a sua opinião a respeito dos actos do poder moderador.

O SR. DANTAS:—E' dogma de nossa escola.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA:—Não posso comprehendêr que um ministro aboie-se o furtar-se a dar opinião em materia constitucional.

Senhores, eu como tenho a opinião que acabo de emitir, e é assim que entendo a constituição, não julgo preciso occultar-a, porque não tenho a desgraça de ser ministro...

Um SR. SENADOR:—E quando fosse não teria necessidade disto.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA:—...por isso é que na emenda que offereço á formula do juramento, apresento a supressão desta condição de ser leal ao Imperador.

Ora, note o senado e note os nobres senadores que se mostraram mais susceptíveis (*sussurro*) (eu peço a atenção dos nobres senadores para este ponto), a supressão que proponho não tem o alcance que se lhe quer attribuir, porque no juramento (e eu não a suprimo) ha a obrigação de sustentar a dynastia imperante.

Desde que se reconhece a obrigação de sustentar a dynastia imperante, está comprehendido tudo o que se refere ao Imperador. Nem comprehendendo a necessidade da execução dessa promessa do juramento, sinão no caso em que o Imperador entenda que as instituições do paiz não prestam e queira substituí-las; então, em virtude do juramento, eu, sendo obrigado a ser leal ao Imperador, devo pôr de parte as instituições e seguir-o por lealdade. Quando reconheço a dynastia imperante, não ha realmente motivo para a susceptibilidade que se manifestou.

Um SR. SENADOR:—Não basta.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA:—Não basta porque o que os senhores querem é a tal phrase cabalistica: ser leal ao Imperador.

Sr. presidente, ha muito tempo que proponho cousas ao senado, sómente para desempenho do meu dever, e manifestação de minhas opiniões politicas. O senado deliberará o que entender em sua sabedoria. Porém si se der o caso de alguma reclamação em acto de juramento no senado, se reconhecerá que a minha iniciativa da reforma do regimento é fundada em alguma razão. Não ha motivo para que em uma corporação, cuja lei é a constituição do Estado, se esteja exigindo um juramento contra a mesma constituição.

Por isso mando á mesa a indicação, para que tenha a sorte que a sabedoria do senado lhe der.

Foi lida e ficou sobre a mesa para ser tomada em consideração opportunamente a seguinte:

#### Indicação.

• Indico que seja reformado o art. 18 do regimento do senado, na parte em que estabelece a forma do juramento que prestam os senadores quando tomam assento.

• Devo ser supprimida a parte em que se exige que o senador jure manter a religião catholica e apostolica romana.

• E a outra parte em que se exige que o senador jure ser leal ao Imperador.

• Sendo substituída a formula do juramento actual pela seguinte:

• Juro defender a constituição do Imperio, manter a dynastia imperante, zelar os direitos dos

povos e promover quanto em mim couber a prosperidade geral da nação. — S. H. — Paço do senado, 7 de Fevereiro de 1879. — *Silveira da Motta*.

#### RECTIFICAÇÃO.

**O Sr. Leão Velloso:**—Sr. presidente, sou obrigado a fazer uma rectificação ao discurso do nobre senador por Minas, publicado no *Diário Official* de hontem.

Nesse discurso o nobre senador, referindo-se ao Sr. conselheiro Affonso Celso, disse: «S. Ex. entende que, na qualidade de chefe do poder executivo, o Imperador também co-participa da confecção das leis, também intervem.»

Si eu tivesse ouvido estas proposições do nobre senador por Minas, não teria proferido o aparte que se segue a esse período: «Onde o Sr. Celso disse isto?»

Com este aparte eu reclamei contra a doutrina que o nobre senador attribuiu ao Sr. conselheiro Affonso Celso, quando disse que elle reconheceu na Corôa a iniciativa na confecção das leis. Para confirmar que este foi o sentido de meu aparte, ainda dei outro, que é o seguinte: «Isto não está no seu discurso.» O nobre senador por Minas, continuando, disse: «O nobre ministro da fazenda claramente assim se exprimiu, confundindo sem duvida *propostas de lei com a iniciativa*.»

Ahi está a explicação do pensamento de S. Ex. contra o qual reclamei, julgando necessario fazer esta reclamação, visto que no discurso do nobre senador appareço em contradicção, quando n'outro aparte affirmei a doutrina da intervenção da Corôa na elaboração das leis. Meu proposito foi sómente protestar contra a doutrina que S. Ex. attribuiu ao Sr. conselheiro Affonso Celso. Si eu tivesse ouvido as palavras que proferiu o nobre senador, e a que me refiro, não faria naquella occasião se meilante reclamação (*apoiados*). Foi-a porque ouvi S. Ex. attribuir ao Sr. Affonso Celso o que este não disse — que a Corôa tinha iniciativa na elaboração das leis (*apoiados*).

#### PRIMEIRA PARTE DA ORDEM DO DIA.

##### FIXAÇÃO DAS FORÇAS DE TERRA.

Votou-se e foi approvedo com as emendas da comissão de marinha e guerra do senado o art. 1.º da proposta fixando as forças de terra para o anno financeiro de 1878 a 1879.

Foi rejeitada a emenda do Sr. Silveira da Motta ao § 2.º.

Foram igualmente approvedos os arts. 2.º e 3.º, e adoptada a proposta com as emendas approvedas para passar a 3.ª discussão.

#### PENSAÇÃO.

Votou-se em 3.ª discussão e foi approveda com as emendas da comissão de fazenda para ser remetida a outra camara, indo antes a comissão de redacção, a proposição da camara dos Srs. deputados n.º 207 de 1873, declarando que compete a D. Sebastiana Carolina do Amaral Fontoura o meio soldo de seu snado pai, Antonio José do Amaral.

#### RESPOSTA Á FALLA DO THRONO.

Entrou em discussão o projecto da resposta á falla do throno.

**O Sr. Silveira da Motta** (*pela ordem*):—Sr. presidente, eu tencionava offerecer uma emenda a um dos topicos da resposta ao discurso da Corôa; mas tinha esta intenção contando que houvesse alguma discussão do voto de graças. Entretanto, pelo que observei, parece que ha uma *entente* tal que o voto de graças vai passar sem discussão. Reservava-me para offerecer minha emenda logo no principio do debate, porque julgava que devia esto versar sobre a mesma emenda...

**O Sr. Leão da Cunha:**—V. Ex. devia romper a discussão.

**O Sr. Silveira da Motta:**—... e então os nobres redactores da resposta, me parece, eram os que podiam apresentar-se em opposição á emenda, desde que esta estivesse sobre a mesa.

Entretanto, Sr. presidente, para poupar aos illustres redactores do voto de graças essa opposição, antes do ouvirem as razões da emenda, eu pretendia tomar a palavra e romper este debate; o que allás não costumo fazer, porque reconheço que meu logar é sempre muito alraz do dos nobres senadores (*não apoiados*), e, só por ser autor da emenda, me sujeitaria a esse encargo; mas o senado é testemunha de que acabei de fundamentar uma indicação mais extensamente do que tencionava, por causa da impertinencia de alguns nobres senadores, que com seus apartes me obrigaram a isso; e, pois, fatigado como estou, além de doente, como os nobres senadores sabem, e velho, entendo que não se devia exigir agora que eu rompesse o debate.

Entretanto, si os nobres senadores se negarem á generosidade de encerrar o debate a respeito da minha emenda, não terei remedio sinão dar o ultimo alento em defesa della, porque é em defesa de convicções muito profundas que tenho nestas materias. Por isto vou mandar a minha emenda á mesa, a fim de provocar a generosidade dos nobres senadores. Si elles me honrarem com a discussão da emenda, eu em outra occasião poderei com mais força sustentá-la; mas, si, apesar do offerecimento da emenda, insistirem na votação silenciosa da resposta á falla do throno, que dizem que é á ingleza, não terei remedio sinão quebrar o costume inglez (*riso*).

Mando a emenda á mesa.

**O Sr. Presidente:**—O nobre senador, querendo justificar a sua emenda, pôde continuar com a palavra, prevenido de que o offerecimento da emenda como o pedido de adiamento se conta entre as vezes em que compete a palavra a cada orador.

**O Sr. Silveira da Motta:**—Eu pedi a palavra pela ordem, não propuz nenhum adiamento; limitei-me a mandar á mesa a minha emenda para ser lida, mas não fallei sobre ella; como é, pois, que se me conta uma vez?

**O Sr. Presidente:**—O regulamento equipara o offerecimento da emenda á proposição do adiamento.

A disposição regimental diz assim: «Entrando qualquer materia em discussão, nenhuma outra

será admittida sem fundar a decisão da primeira, excepto nos casos seguintes:

- 1.º Para offerecer uma emenda.
- 2.º Para propor adiantamento fixo ou determinado.
- 3.º Para reclamar a ordem.

Contra a ordem não podia haver reclamação, porque o objecto em discussão, a resposta á falla do throno, foi dada para ordem do dia. Segundo os estylos da casa, ao senador que offerece um adiantamento ou uma emenda se conta uma vez de fallar.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Tenho visto offerecer-se a um projecto dez, doze emendas, e nem por isto adiar-se coisa alguma. Pedi a palavra pela ordem tão sómente para apresentar a minha emenda, sem dar motivo a razão por que a apresento, porque escusava fundamental-a tendo eu de fallar depois sobre ella.

Foi lida, apoiada e posta em discussão a seguinte

#### Emenda.

O topico da resposta á falla do throno, que diz assim: «A reforma do systema eleitoral vigente será objecto de serio estudo e meditação do senado,» substitua-se pelo seguinte:

«A reforma do systema eleitoral vigente é uma necessidade reconhecida por todos os brasileiros, e por isso será objecto de serio estudo e meditação do senado, procurando este como sempre inspirar-se nas verdadeiras manifestações da opinião nacional.—S. R.—Paço do senado, 12 de Fevereiro de 1879.—Silveira da Motta.»

O Sr. Junqueira:—V. Ex., Sr. presidente, é testemunha de que esperamos a ver si algum dos nossos collegas queria impugnar a resposta que assignamos; mas parece que ninguem o quer fazer.

Então por um sentimento de cortezia para com o senado, e principalmente para com o nobre senador pela provincia de Goyaz que fez um appello á nossa generosidade, declarando que hoje estava incommodado e não podia iniciar este debate...

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Incommodado, não, estou cansado.

O Sr. Junqueira:—... entendi, de accordo com os meus collegas, dever tomar a palavra para fazer algumas considerações que a materia exige.

Não pretendia entrar hoje no debate antes de ouvir as vozes eloquentes dos nobres senadores, nossos adversarios politicos, que talvez quizessem impugnar alguns topicos de nossa resposta, mas em vista do seu silencio, não ha remedio senão entrar na discussão.

Vou me convencendo, Sr. presidente, de que a resposta, que assignamos, está perfeitamente de accordo com os sentimentos geraes desta casa.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Apoiado.

O Sr. Junqueira:—Vou me convencendo disto pela attitudde que os nossos adversarios têm tomado, e porque acredito que essa resposta laconica, prudente, e sobria de palavras, val calando no animo publico, sendo aceita por todos em contraposição ás grandes e injustificaveis expansões da falla do throno em differentes pontos.

V. H.

Do feito, Sr. presidente, nós não podíamos concordar com essas expansões, não podíamos bater palmas, entoar hosannas a tudo que ali se diz; tinhamos muitas restrições, tinhamos contestações serias a oppôr a muitos desses topicos, porque essa peça ministerial, em varios pontos, offende a verdade sabida pela nação inteira, e enuncia proposições com as quaes não podemos concordar.

O espirito que dominou a organização da falla do throno é um espirito optimista: apresenta a paz nas melhores condições, apresenta o nosso systema politico funcionando perfeitamente; destoa, porém, deste optimismo toda a vez que põe laçar uma censura aos adversarios do governo, fazendo insinuações acerca do estado financeiro, acerca dos melhoramentos materiaes e a respeito de outros pontos de que principalmente a situação actual procura haurir a sua força, denegriundo o procedimento daquelles que lhe antecederam no governo.

Não posso concordar nem com este espirito de optimismo, nem com esse systema de denegrir tudo quanto fizeram aquelles que antecederam ao ministerio actual na cadeira espinhosa do governo.

Meus senhores, trata-se de uma discussão politica, principalmente agora que se quer observar qual é o estado do paiz, como vivemos, quaes são as incertezas do presente, quaes as esperanças do futuro.

Encarada a questão por este lado, o que vemos? A desordem, a anarchia, a confusão das linguas, uma nova Babel, que se levanta!

O estado politico do paiz não pôde ser mais precario; vemos que por toda a parte se agitam e iniciam questões que já deviam estar resolvidas; tudo se põe em duvida; e o governo colloca-se á frente dessas duvidas.

A desordem acha-se enthronizada na administração; a anarchia entra por todos os poros; as autoridades procedem contra a lei, violam-na constantemente; e, entretanto, a falla do throno nos vem dizer que existe perfeita tranquillidade, que o nosso systema politico vai funcionando maravilhosamente, e que temos feito progressos na pratica do systema representativo!

Não, Sr. presidente, eu não posso unir-me a essas que entoam taes hosannas; eu e meus collegas da commissão entendemos que tudo isto vai muito mal.

O ministerio apresenta-se no seio da nossa sociedade politica como entidade desprendida inteiramente do povo, suspensa nas alturas; faz o que quer, viola as leis. Si neste momento quizessemos lembrar differentes actos praticados pelos nobres ministros de 5 de Janeiro, teríamos de fazer uma longa lista de arbitrariedades e de violencias, de maneira tal que o voto do parlamento, por mais energico que fosse, não seria talvez remedio adequado para tanto mal!

Senhores, depois da nossa Independencia talvez não se apresentasse quadra tão difficil como a actual. Temos graves problemas á resolver; agora, depois de uma reforma eleitoral votada nas duas casas do parlamento no anno de 1875, que foi uma generosa tentativa para obter-se a representação das minorias, tentativa que o partido conservador se-cundou quanto em si estava, pois que para a camera dos senhores deputados veio uma sexta parte de opposicionistas liberes; depois desta generosa tentativa trata-se agora de uma nova reforma elei-

toral, que constitue o programma do gabinete de 3 de Janeiro.

Mas, si o ministerio tem declarado algumas vezes que o seu programma é a reforma eleitoral para o systema directo, eu vejo agitarem-se muitas outras questões que podem trazer grave damno á causa publica; e não encontro no seio do governo as precisas garantias para tranquillisar o paiz, para tranquillisar todos aquelles que querem que marchemos com prudencia, e abraçados sempre com a bandeira da ordem e da liberdade regradada.

Eu vejo á frente do ministerio de 3 de Janeiro um cavalheiro estimavel por suas qualidades e seus talentos, mas não fico tranquillo; o paiz não pôde ficar tranquillo, porque noto que esse cavalheiro é o ex-presidente do *Club da Reforma*, do *Club* que ergueu bem alto o seu programma, o qual tinha por fim modificar profundamente a nossa organização politica e social...

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — Já discordou desse programma.

O Sr. JENQUEIRA: — Não sei si já discordou... Eu vejo nesse programma, programma liberal, publicado na *Reforma* de 28 de Maio de 1869 as seguintes idéas (12):

#### PRINCIPIOS FUNDAMENTAES.

- 1.º A responsabilidade dos ministros pelos actos do poder moderador.
- 2.º A maxima—o rei reina e não governa.
- 3.º A organização do conselho de ministros como meio pratico das duas idéas anteriores.
- 4.º A descentralisação no verdadeiro sentido do *self-government*, realizando-se o pensamento do acto adicional quanto ás franquezas provinciales, dando ao elemento municipal a vida e a acção de que carece, garantindo o direito e promovendo o exercicio da iniciativa individual, animando e fortalecendo o espirito de associação, restringindo o mais possivel a interferencia da autoridade.
- 5.º A maior liberdade em materia de commercio e de industria, e consequente derogação de privilegios e monopolios.
- 6.º Garantias effectivas da liberdade de consciencia.
- 7.º Ampla faculdade aos cidadãos para estabelecerem escolas e propagarem o ensino, alargando-se, no entanto, aquelle que o Estado offerece presentemente, enquanto a iniciativa individual e de associação não dispense este auxilio.
- 8.º A independencia do poder judiciario e, como meio essencial della, a independencia pessoal dos magistrados.
- 9.º A unidade da Jurisdicção do poder judiciario creada pela constituição e por consequencia a derogação de toda a Jurisdicção administrativa.
- 10.º O conselho de Estado como auxiliar da administração e não politico.
- 11.º A reforma do senado no sentido da supressão da vitalliciedade como correctivo da immobilitade e da oligarchia, e como meio essencial da justa ponderação e reciproca influencia dos dois ramos do poder legislativo.
- 12.º Reducção das forças militares em tempo de paz.
- 13.º Emancipação dos escravos.
- Consistindo na liberdade de todos os filhos de escravos que nascerem desde a data da lei, e na alforria gradual dos escravos existentes pelo modo que opportunamente será declarado.

#### REFORMAS URGENTES.

##### *Regeneração do systema representativo.*

#### I.

- Abolição do recrutamento.
- Enquanto não houver ordenança militar, promettida pela constituição, o exercito e a armada serão suppridos pelos engajamentos voluntarios.

#### II.

- Abolição da guarda nacional.
- Sendo substituida por uma guarda civica municipal, qualificada annualmente na parochia, para servir na parochia, auxiliando a policia nos casos urgentes e na falta dos respectivos deslocamentos, não tendo organização militar, e com chefes nomeados pela camara municipal.

#### III.

- Reforma eleitoral e parlamentar sobre as seguintes bases:

##### *Modo da eleição.*

- 1.º Eleição directa na corte, capitães de provincias, cidades que tiverem mais de 10.000 almas, as quaes constituirão districtos electoraes por si só e com as freguezias que dentro dellas se comprehendem.

Ha outros artigos ainda sobre incompatibilidades e varios assumptos relativos á eleição.

Eu não sei si o ministerio de 3 de Janeiro, presidido pelo illustre ex-presidente do *Club da Reforma*, titulo que ainda hontem foi invocado na camara dos Srs. deputados, como um grande qualificativo para o nobre presidente do conselho; não sei si o ministerio de 3 de Janeiro não se abraça com esses principios tão solemnemente expendidos no seu código de reformas.

E' por isso que não posso estar tranquillo, porque si algumas dessas reformas são acceitaveis, podem ser e têm sido já attendidas, como a da guarda nacional e a do recrutamento; ha muitas outras que entendem com principios fundamentaes da organização politica do nosso paiz, e que não podemos abraçar.

Ainda mais meus receios crescem, quando vejo no seio do ministerio um membro que professou publicamente as idéas republicanas, que assignou um manifesto, que tenho presente, e é conhecido do paiz, e que de alguma maneira explica o que queria saber o meu nobre amigo, representante pelo Rio de Janeiro, quando, ha poucos dias, nesta casa, se referia á *democracia moderna*. A democracia moderna está aqui definida; é essa aspiração á forma inteiramente democratica, — á forma republicana-federativa.

Não quero fatigar a attenção do senado; mas para que se veja o tom desse documento, apenas leu um ou outro trecho. Um delles diz:

• Tal é a lei que se diz fundamental. Com ella firmou-se o Imperio. Mescla informe de principios heterogeneos e de poderes que todos se annullam diante da unica vontade que sobre todos impera, é ella a base da monarchia temperada que, pela graça de Deus, nos coube em sorte.

Eis outro:

• Posto de parte o vicio insanavel de origem da carta de 1824, imposta pelo principe ao Brazil con-

stituído sem constituinte, vejamos o que vale a monarchia temperada, ou monarchia constitucional representativa.

« Este systema mixto é uma utopia, porque é utopia ligar de modo sólido e perduravel dois elementos heterogeneos, dois poderes diversos em sua origem, antinomicos e irreconciliaveis—a monarchia hereditaria e a soberania nacional, o poder pela graça de Deus e o poder pela vontade collectiva, livre e soberana, de todos os cidadãos. »

Agora, a democracia moderna (Id.).

Diz o manifesto do nobre ministro :

« Expostos os principios genes que servem de base á democracia moderna, unica que consulta e respeita o direito e a opinião dos povos, temos tornado conhecido o nosso pensamento. »

« Como o nosso intuito deve ser satisfeito pela condição preliminar estabelecida na propria carta outorgada;—a convocação de uma assemblea constituinte com amplas faculdades para instaurar um novo regimen, é necessidade cardinal. »

Eis aqui a chave do enigma. A democracia moderna, á que ha poucos dias referiu-se o nobre ministro da Justiça na camara dos Srs. deputados, é isto, é o que consta do manifesto do partido republicano assignado por S. Ex. e outros cavalleiros.

O Sr. SILVEIRA DA MOTA:—Depois disto já S. Ex. jurou fidelidade ao Imperador.

O Sr. TEIXEIRA JUNIOR:—A democracia moderna quer a elegibilidade dos acatholicos.

O Sr. JUNQUEIRA:—Mas, Sr. presidente, o que nós vemos é, que depois desse programma largo e amplo do *Club da Reforma*, que fallava em nome do partido liberal, depois desses principios, que constituem a democracia moderna e que iam atacar nossas instituições em suas bases, o ministerio actual formulou apenas um programma, relativamente rachtico, da eleição directa. O que dizem vós das aspirações do vosso partido? Onde estão as reformas que promettíeis á nação brasileira, o em nome das quaes pleiteáveis o poder? Pois agora que conquistastes o poder, agora que era a occasião mais azada de realizar vossas opiniões, é que deixais de parte as legitimas aspirações de vosso partido, e que vos acastellais unicamente na eleição directa, adiando vossas idéas para um futuro desconhecido, de modo que pôde-se dizer, que o ministerio de 3 de Janeiro está no poder por uma outorga, por um favor, mas nunca em nome dos principios liberaes.

Si, porém, o ministerio tem um pensamento reservado, si atraz da eleição directa procura realizar as reformas proclamadas, como a logica o ensina, d'ahi é que vem o meu recelo. Vimos ha pouco denunciar-se uma crise no seio do gabinete; essa crise trouxe em resultado a retirada de dois ministros por causa de uma reforma, e essa reforma está no programma, que ha pouco li, de 4 de Maio de 1870.

Pergunto eu: da parte do gabinete houve sinceridade, quanto expelliu do seu seio aquelles dois ministros, porque pugnavam por um principio, que fazia parte do programma liberal? Mas, então, como quer conservar-se um governo sem que procure executar em toda plenitude o programma que o elevou ao poder?

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBUÍ (*presidente do conselho*) dá um aparte.

O Sr. JUNQUEIRA:—Eu ouvi, ha dous ou tres dias o nobre senador pela provincia da Bahia, que fallou por parte dos seus amigos liberaes nesta casa, dizer que nenhuma constituição que se tivesse de organizar devia deixar de inscrever a reforma pela qual pugnava o nobre ex-ministro da fazenda.

Pergunto eu: quem ha que affirme que possa haver duas verdades? O nobre ex-ministro da fazenda estava pugnando por uma verdade do partido liberal, ou não. Estava pugnando, como o declarou o nobre senador, o Sr. Saraiva. Então, porque o alijastes? Porque sahindo os Srs. Silveira Martins e Barão de Villa-Bella do gabinete, os liberaes que deviam defender a bandeira do partido, não se colligaram em de redor delles para com elle defenderem a causa commun?

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBUÍ (*presidente do conselho*) dá um aparte.

O Sr. JUNQUEIRA:—Não é licito n'uma questão desta ordem haver dessas defeções. Si se reconhecia que a bandeira liberal devia ter em suas inscripções essa reforma; si o programma do ministerio é um programma pequeno diante das aspirações do partido liberal, então os ministros demissionarios é que deviam conservar a bandeira, e em roda delles deviam os senadores e deputados do partido liberal agrupar-se, porque quem faltava á sua fé, quem não era fiel á bandeira do partido, era o ministerio.

O Sr. JAGUARIBE:—E' bom saber-se onde está o fogo sagrado.

O Sr. JUNQUEIRA:—Mas no meio de tudo isto o que se observa é a confusão; não ha nada firme, nada decisivo. Depois de mais de um anno do estado no poder, em nome da eleição directa, ainda o ministerio não tinha chegado a accordo acerca dos pontos em que devia constituir essa reforma; e tanto é assim que, ha poucos dias, o nobre senador, a quem me tenho referido, veio dizer ao senado que o partido conservador era o mais proprio para fazer a reforma—e a crise ministerial recente revelou profundas divergencias no seio do gabinete.

Pois, então, si um distincto orgão, um dos mais autorizados do vosso partido é que vem declarar á nação que o partido conservador era o mais proprio para fazer a reforma, em nome de que principio quereis realizal-a? Vós não fostes elevados a esta posição pelo suffragio popular; pelo contrario, existia uma camara conservadora, que foi dissolvida; fostes elevados pela vontade da coroa, que julga que era a occasião do partido liberal se apresentar para fazer a reforma eleitoral, mas um dos vossos sustentadores vem declarar ao senado que essa reforma devia ser feita pelo partido conservador. Onde está, pois, a vossa legitimidade? Em nome de que direito occupais essas cadeiras, quando nem este simples pretexto da reforma da eleição directa vos pôde aproveitar, diante das justas considerações feitas pelo nobre senador pela Bahia, de que é o partido conservador e não o partido liberal a quem incumbia fazer esta reforma? (*Apartes dos Srs. Cruz Machado e Leão Veloso.*)

Quanto ao ponto de tranquillidade publica, Sr. presidente, o senado conhece melhor do que eu o que se tem passado no paiz, desde 3 de Janeiro do anno ultimo. Nunca se viu violencias mais desbragadas, nunca se viu uma intervenção mais in-



debita nas eleições do que a que foi praticada pelos agentes deste gabinete. Seria de conveniente effecto desenvolver agora aqui a longa lista de violências e arbitrariedades commettidas; não ha, porém, tempo para tanto; mas o senado sabe que desde o Amazonas até o Rio Grande do Sul, por toda a parte se levantou a voz dos opprimidos, o echo das queixas não pôde ser totalmente abafado. Era o grito justo do povo contra as autoridades, denunciando as violências que dellas soffriam.

As typographias do partido conservador foram publicamente, á mão armada, invadidas pelas autoridades; as officinas do *Jornal do Pilar*, do *Jornal do Commercio de Alegrete*, do *Paravense*, do *Porvir de Matto-Grosso*, do *Jornal do Amazonas* muito soffreram, familias inteiras destruidas pela mão do assassino, e cremadas, talvez em ignorante holocausto, nos decretos do nobre ministro do Imperio! E acerca da sêcca, o que diremos? Viu-se o auxilio do governo nullificado pelos ladrões de castea, como o proprio ministro disse, e a peste, a desolação e a morte, tudo se viu! E no entretanto, se nos promettia uma aurora de regeneração! Oh! terrivel regeneração esta, que fez com que os agentes da policia empregassem todos os seus recursos para mandarem para esta corte uma camara unanime! Nunca se deram scenas como agora. Tantos motins populares, tanta desordem, tanta confusão nunca se viu. Até a terrivel lei de Lynch acaba de ser executada em S. Paulo. (*Apoiados e apartes.*)

Podem os nobres senadores reclamar; não digo que sejam partícipes de semelhantes violências; faço-lhes esta justiça; mas nem por isso ellas deixam de ser verdadeiras.

Mas o que eu não posso fazer, o que esti superior a mim e aos nobres senadores, é negar que ha uma especie de doença moral que vai invadindo o paiz, porque não existe o correctivo preciso...

O Sr. DANTAS:— Quando começou a doença?

O Sr. JUSQUEIMA:—... que faz com que as autoridades deixem de cumprir o seu dever e continuem todas essas violências que têm sido denunciadas pela imprensa, e que têm sido trazidas á esta tribuna, e continuarmos a sel-o.

Um Sr. SENADOR:— Dissipam-se os cofres publicos para sustentar os ladrões da casaca e luva de pelica, na phrase ministerial, a pretexto de sêcca.

O Sr. JUSQUEIMA:— Nesta situação, senhores, o partido conservador tem sido ligado ao poste da diffamação para ser verberado, porque entende-se que só assim a actualidade pôde lançar alieceres grandiosos.

É um mau recurso, Sr. presidente, e no entretanto que si um observador quizesse ver com os olhos imparciaes da historia o que se tem passado, de alguns annos a esta parte, não havia de pronunciar o seu *verdictum* contra o partido conservador.

O que vemos de 1868 para cá?

Em 1868 o partido conservador assumiu o poder, achando o paiz a bracos com uma guerra tremenda, e com os seus recursos quasi exauridos (*apoiados*).

O que vimos depois de pouco tempo?

O governo conservador tinha restaurado as finanças.

O Sr. DANTAS:—Deixou-as bem restauradas.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:— Havemos de ver quem as estragou,

O Sr. JUSQUEIMA:—O partido conservador recebeu o cambio a 18 e deixou-o a 26.

Neste periodo o partido conservador, como disse, restaurou as finanças e o ministerio do Visconde de Itaboraity, quando retirou-se, não só deixou a fazenda publica em bom pé, como deixou saldos.

O Sr. DANTAS:—Não fallo nestes saldos.

O Sr. JUSQUEIMA:—Houve saldos nos exercicios de 1870 á 1873, e os relatorios e os dados do thesouro, que não são mentirosos, ali estão para prova-o.

Os fundos do Brazil eram muito apreciados na Europa e eram aquelles em que collocavam os seus capitães as pessoas que queriam viver de suas rendas.

Os melhoramentos materiaes foram realizados em larga escala, e as reformas na legislação, de accordo com a opinião prudente e moderada, foram tambem realizadas.

Os nobres senadores não são capazes de negar os serviços do partido conservador naquelle incompleto decennio.

Quem não sabe que este partido realizou muitas aspirações nacionaes com calma, com prudencia, ouvindo a todos, como sóe fazer o partido da ordem; quem não sabe que a reforma judiciaria foi um grande passo dado em favor da garantia dos direitos dos cidadãos, e que esta reforma, que nunca quizeram fazer os nobres senadores, que mantiveram sempre a lei de 3 de Dezembro, foi feita pelos conservadores, os invectivados, os proscriptos de hoje? Quem não sabe que realizámos a reforma da guarda nacional que era tida como uma grande tyrannia exercida sobre o cidadão brasileiro, obrigando-o em tempo de paz ao serviço das armas; quem não sabe que modificámos essa guarda, que era convertida em instrumento de perseguição, principalmente na época eleitoral, de modo que hoje o cidadão brasileiro só é incomodado quando for preciso tomar as armas para manter a tranquillidade publica, ou defender a independencia e integridade do Imperio?

O Sr. DANTAS:— Então aceitaram as nossas idéas.

O Sr. JUSQUEIMA:—Foi uma camara conservadora, foi um ministerio conservador, foi a maioria conservadora desta casa que tomaram perante o paiz a grande responsabilidade de decretar a lei de 28 de Setembro de 1871; e entretanto aquella questão incandescente que ameaçava devorar situações e ministerios, e que em outro paiz trouxe uma guerra civil colossal foi tranquillamente resolvida. O partido conservador a resolveu sabiamente e sem a menor commoção.

Decretou-se a philosophica e humanitaria disposição de que seriam livres os que nascessem depois da data da lei, e, em virtude della, chegaremos sem abalo á época em que no Brazil não hajam mais escravos.

Quanto a reforma eleitoral, digam os nobres senadores o que quizerem, o partido conservador patrioticamente prestou-se naquella occasião á fazer uma generosa tentativa: voou a lei do torção, porque queria que deste modo as minorias se pudessem representar no parlamento.

A primeira vez que a lei teve execução foi sob o dominio conservador: vieram 18 libermes á camara dos deputados.

Entretanto agora, e segundo as ultimas depurações na camara dos deputados, eleita sob o domi-

nio liberal), fez-se a unanimidade: alli refula a paz de Varsovia, que talvez venha a ser fatal a este e a outros ministerios.

O partido conservador prouve a grande necessidade da administração da justiça: augmentou o ordenado dos magistrados; creou relações em varias provincias. Augmentou os vencimentos exigidos dos empregados publicos, e o soldo dos militares de mar e terra.

Reformou o systema do recrutamento, substituindo a antiga caçada de homens com todo o seu cortejo de injustiças, por uma qualificação e sorteio racionais.

Na parte relativa aos melhoramentos materiaes, o partido conservador bem mereceu da patria, porque empregou todos os recursos de que dispunha na sua realisação.

As estradas de ferro tomaram um grande incremento.

Quando em 1868 os nobres senadores deixaram o poder (digo os nobres senadores, porque vejo alguns que foram ministros naquella situação e são pessoas a quem muito estimo) nós tínhamos em todo o Imperio apenas 620 kilometros de estrada de ferro e entretanto em 1877 tínhamos cerca de 2.500 kilometros em exploração.

O Sr. DANTAS dá um aparte.

O Sr. JUNQUEIRA:—Os telegraphos electricos tiveram tambem um grande desenvolvimento.

Em 1868 apenas existiam 1.450 kilometros e rendiam 26:000\$000; no fim de 1877, quando deixámos o poder, existiam 6.073 kilometros rendendo 290:000\$000.

Além disto estabelecemos o telegrapho submarino, que nos liga á Europa, ao Rio da Prata, e a todos os paizes sem que o Estado despendesse um só real; as estradas de rodagem se fizeram em muitas provincias; a navegação a vapor tomou um grande incremento.

A instrução publica teve notavel desenvolvimento.

Em toda a parte actuou este pensamento do governo, influindo em seus delegados nas provincias que se entenderam a tal respeito com as assembléas provinciaes. As escolas de instrução primaria se multiplicaram por toda a parte. Nesta corte vimos originar-se soberbos palacios dedicados á instrução do povo, esmerando-se o governo em prover, quanto era possivel, a essa necessidade.

Entretanto, a par desses melhoramentos, levava-se ao termo gloriosamente a guerra do Paraguay, sendo levantada á maior altura a nossa dignidade nacional, respeitado e reconhecido o nosso direito. Fez-se a paz da forma a mais conveniente.

Os nossos arsenaes foram abastecidos do armamento necessario.

Pergunto eu:—em presença de todos esses esforços, de todos esses resultados, poderá ser o partido conservador accusado, como tem sido nos tristes tempos que correm, sendo atado por seus inimigos ao poste da diffamação? Emprega-se este meio para se consolidar no poder a situação actual! Não se satisfazem, em declarar morto o partido conservador, querem lançar sobre elle o stigma do odio e da calumnia. Mas enganam-se: o partido conservador não se pôde extinguir, não está no poder de seus inimigos pôr termo á sua existência.

O Sr. LEÃO VELLOSO:—Não queremos a sua

morte; pelo contrario, fazemos votos pela sua existência, porque satisfaz a uma necessidade.

O Sr. JUNQUEIRA:—Os conservadores, que nos ultimos tempos tiveram parte no governo, não invejam as inculecidas corôas civicas, e as manifestações que atardeciam os seus adversarios. Basta-lhes o reconhecimento do paiz, e a consciencia que têm de que mereceram o conceito publico pelos seus esforços incessantes. Os grandes estadistas do partido conservador, que hoje fazem em seus tumulos, Eusebio, Paraná, Uruguay, e tantos outros, não disputam a alguém um logar no Pantheon de Agrippa; contentam-se com ser a sua memoria perpetuada na lembrança do povo do Brazil. Nunca ambicionaram a gloriola que provém dessas ruidosas manifestações; nunca as procuraram, quando prestaram ao paiz esses grandes serviços que durante quarenta annos elevaram o Imperio ao ponto em que se acha, e lhe mereceram o conceito de que goza no congresso das nações. (*Muito bem.*)

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Façam o que quizerem; não poderão dissolvê-lo.

O Sr. JUNQUEIRA:—Diz muito bem o nobre senador pela minha provincia: o partido conservador não pôde ser dissolvido.

O Sr. DANTAS:—Não pôde dissolver-se, porque corresponde a uma necessidade publica.

O Sr. LEÃO VELLOSO:—Nem o desejamos.

O Sr. JUNQUEIRA:—Não pôde ser dissolvido, embora queiram collocar-o fora da lei. Permaneceremos escudados em nossa força e energia, porque somos o partido da ordem, sem o qual se dissolveria a nação.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Ataquem fogo aos quatro angulos do edificio, e verão si o partido conservador está dissolvido.

O Sr. JUNQUEIRA:—Ainda perseguidos pelos nossos adversarios, que para a conquista das urnas envidam contra nós todas as violencias, nós os conservadores havemos de manter nossas tradições, e defenderemos a ordem, a liberdade, e a constituição. Somos, como dizia o grande epico portuguez: « Os que ao rei e á lei servem de muro. »

Sr. presidente, um dos pontos que tem servido de grande motivo para accusações é o relativo ás finanças. Não me arrogaria o direito de ser erido neste assumpto sem clara demonstração; mas, com os dados que todos conhecem, poderei dizer quanto é necessario para mostrar que não têm fundamento os nossos adversarios, quando procuram lançar-nos em rosto o que elles chamam descalabro das finanças.

Ainda o nobre ministro da fazenda, ao tomar conta do seu bastão financeiro, disse ha dous dias na camara dos Srs. deputados que encontrava um deficit maior do que suppunha: tinha-o calculado em 20.000:000\$; mas estava vendo que seria de 21.000:000\$. A occasião não era a mais propria para tratar de semelhante assumpto; mas S. Ex. como para dar arrhas á sua unanimidade, á sua camara, quiz aproveitar-se da occasião, não direi, para apertar o laço ao partido conservador, mas para fazer sentir aos seus correligionarios quanto pôde no animo de S. Ex. o desejo de estar alerta contra os adversarios da situação.

O Sr. DANTAS:—O nobre senador não o aprecia nesta parte.

O Sr. Jesuena : — Sou o primeiro a proclamar a capacidade do nobre ministro, a fazer justiça ao seu caracter; mas as circunstancias do momento influliram no seu animo; conhecendo o terreno em que se achava, o ambiente que o cercava, quiz dar uma prova, embora não fosse occasião azada, do que poderiam esperar os correlligionarios. Uma tirada contra o partido em opposição era de rigor. Mas, Sr. presidente, o que é o estado financeiro do Brazil?

É um mytho que não esteja ao alcance de qualquer que estude os nossos negocios? O nobre ministro da fazenda, assim como aquelles correlligionarios seus que se têm occupado com esta materia, não a têm apreciado devidamente. Dizemos que o exercicio de 1876 a 1877 e o de 1877 a 1878 se fecharam com *deficit*, calculando-o uns em 10.000.000\$, outros em 20.000.000\$. Não se póde definitiva e precisamente dizer o que é exacto, porque estes exercicios não estão de todo liquidados. Mas nós todos sabemos o modo pelo qual têm sido feitos os orçamentos, sem que se possa attribuir a má fé.

Quando se tratou de executar melhoramentos materiaes de certa ordem, a assembléa geral adoptou a formula de votar creditos especiaes, que deveriam ser realizados dentro de pouco tempo. Esses creditos foram mantidos na maior parte, e outros criados do novo. Resultou d'aqui uma certa alteração no orçamento, parecendo que se gastava nisto mais do que a assembléa geral tinha determinado.

Quem lançar as suas vistas para a synopse das nossas despesas verá que os creditos especiaes votados no senado e na camara dos deputados deviam em regra fazer parte da respectiva rubrica do orçamento, e que entretanto avultam em quantia muito grande. D'aqui vem um certo equívoco. Verificou-se que a assembléa geral votou a despesa publica para um exercicio (supponhamos) 100.000.000\$, quando realmente a votou em 115.000.000\$; pois 15.000.000\$ são a importancia de creditos especiaes votados em leis—, representando serviços e despesas que hão de fazer-se dentro daquello anno financeiro (*apoiados*).

Na synopse de 1876—1877 só no ministerio do Imperio vemos os seguintes creditos especiaes (Lê).

Lei n. 1245 de 28 de Junho de 1865, art. 13, n. 2:

Entrega do dote da princeza a Sra. D. Januaria, feito o pagamento pelo padrão monetario da lei de 8 de Outubro de 1833..... 1.200.000\$000

Leis ns. 1904 e 1905 de 17 de Outubro de 1870, 2348 de 25 de Agosto de 1873, art. 2.º, paragrapho unico, n. 6 e 2610 de 22 de Setembro de 1875, art. 23:

Medição e tombo das terras que, nos termos do contrato matrimonial, formam o patrimonio estabelecido para Ss. AA. a Sra. D. Izabel e seu augusto esposo. 12:309\$883

Lei n. 1829 de 9 de Setembro de 1870, art. 1.º, § 1.º  
Recensamento da população do Imperio ..... 16:230\$021

Lei n. 2348 de 25 de Agosto de 1873, art. 2.º, paragrapho unico, n. 3:

Aquisição de um novo matadouro no municipio da corte.....

313:720\$680

Lei n. 2670 de 20 de Outubro de 1875:

Art. 11 § 2.º

Indemnização feita à Illustrissima camara municipal pela alteração na cobrança do imposto de aguardente.....

10:000\$000

Art. 16, § 6.º

Disposição 1.º

Esgotamento, dessecamento e aterro dos pantanos existentes na cidade e vizinhanças.....

180:532\$300

Disposições 2.º e 3.º

Limpeza e irrigação das ruas da cidade e das principaes dos subúrbios.....

463:083\$837

643:618\$337

Art. 16, § 7.º

Creação, na provincia de Minas Geraes, de uma escola de minas.

67:016\$364

756:634\$701

Resolução legislativa n. 2675 de 20 de Outubro de 1875, art. 1.º § 3.º e decreto n. 6319 de 4 de Outubro de 1876:

Compra de livros necessarios para os trabalhos da qualificação, publicação de listas e outras despesas relativas a eleições.....

68:507\$188

Decreto n. 2726 de 27 de Junho de 1877:

Socorro ás provincias flagelladas pela sêcca ou inundação..

186:569\$038

10.980:906\$682

No ministerio da justiça, o seguinte:

*Credito especial.*

Lei n. 2670 de 20 de Outubro de 1875, art. 16, § 8.º:  
Construção de um edificio para asylo de mendicidade.....

10:000\$728

No ministerio da agricultura :

*Creditos especiaes .*

Lei n. 1215 de 28 de Junho de 1863, art. 14, § 1.º	
Compra das benfeitorias existentes nos terrenos da Lagôa de Rodrigo de Freitas.....	35:000\$000
Lei n.º 1933 de 17 de Julho de 1871, art. 2.º	
§ 2.º Prolongamento das estradas de ferro da Bahia, Pernambuco e S. Paulo.....	1.374:705\$147
§ 3.º Carta itineraria do Imperio	182:307\$604
Resolução legislativa n.º 2397 de 10 de Setembro de 1873.	
Estrada de ferro da capital da provincia do Rio Grande do Sul as suas fronteiras.....	363:339\$117
Resolução legislativa n. 2450 de 21 de Setembro de 1873.	
Garantia de juros ás companhias que construirẽ vias de ferro.	691:820\$052
Lei n. 2639 de 22 de Setembro de 1873.	
Desapropriação e obras necessarias ao abastecimento d'agua á capital do Imperio.....	1.374:911\$329
Lei n. 2640 de 22 de Setembro de 1873, art. 21, § 3.º	
Exposição nacional e internacional de Philadelphia.....	462\$903
Lei n. 2670 de 20 de Outubro de 1873, art. 18.	
Prolongamento da estrada de ferro D. Pedro II....	1.334:948\$243
Itamal entre Sapopemba e o novo matadouro.....	277:311\$893
	1.612:260\$138

Além disto, como se pôde ver, não só desta synopse, mas dos relatorios apresentados pelos ministerios da fazenda e do Imperio, as quantias despendidas sobo titulo de soccorros publicos, avultam em uma somma consideravel. Só no exercicio passado subiram ellas a perto de 20.000:000\$, e no actual creio que vão muito além.

Portanto tudo se reduz á uma simples operação de arithmetica: si nós sommarmos o que foi gasto em virtude de creditos especiaes votados por leis especiaes, e onde não ha arbitrio do governo, pois fazem parte do orçamento; si unirmos estes creditos ás sommas despendidas para soccorrer as populações flagelladas, teremos cerca de 40.000:000\$ em cada anno, porque os creditos especiaes no exercicio passado andaram em cerca de 15.000:000\$, teremos pouco mais ou menos a somma de 40.000:000\$, despendida deste modo, isto é, uma parte em virtude de leis especiaes e positivas, e outra parte para soccorrer as populações flagelladas pela sêcca e pela fome, despesa que o governo não podia deixar de fazer.

O Sr. DANTAS:— V. EX. está pondo em duvida aquillo que o Sr. Barão de Cotegipe já reconheceu.

O Sr. JUNQUEIRA:— Perdão-me, não ponho em duvida que haja algum *deficit*: o que estou combatendo é a exaggeração.

Este *deficit* que os nossos adversarios apresentam como constituindo um grande crime cometido pelo partido conservador, explica-se perfeitamente: nem é tão grande como SS. EEXS. apregoam, nem é um *deficit* que não tenha explicação natural e, por assim dizer, legal nas leis especiaes que nós e vós votamos; porque vós applaudistes quando se votou a estrada de ferro para o Rio Grande do Sul, estrada para a qual se neste anno se pedem seis mil e tantos contos; vós applaudistes quando diziamos que era preciso dolar a capital do Imperio com agua sufficiente; e foi um dos vossos chefes, um dos mais preclaros, o Sr. Zacarias de Góes e Vasconcellos, quem nesta casa se levantou para animar a votação desse credito especial. Fostes nossos complices em semelhantes materias.

Portanto, si estes creditos especiaes se unissem ás respectivas verbas do orçamento, ninguém poderia dizer que havia *deficit* no sentido de accusar os governos de terem gasto de mais, pois que o orçamento seria muito claro e explicito. Como estão separados, ha esta equivocação. Consequentemente si *deficit* ha por essa causa, o *defeito* é do legislador; mas nem assim tem procedencia, porque as leis especiaes autorizam operações de credito.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:— Os nobres senadores votaram contra o abastecimento d'agua a esta capital...

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (presidente do conselho):—Votamos a favor.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:— Então tome nota.

O Sr. JUNQUEIRA:— Depois, senhores, basta uma apreciação tomada em globo; o governo actual que recursos tem tido além da renda ordinaria? Teve os 60.000:000\$ de papel-moeda, dos quaes não emittiu senão cerca de 40:000.000\$, e ultimamente 40.000:000\$ de apolices. Não estou bem certo a respeito da emissão de papel-moeda, mas emfim para meu argumento servem 40 mil ou 45.000:000\$.

O Sr. CRUZ MACHADO:— E os 6 mil contos do *Independencia*?

O Sr. JUNQUEIRA:— Isso entrou como renda.

Quarenta mil contos de papel-moeda e quarenta mil contos de apolices fazem oitenta mil contos, com os quaes se pôde, Sr. presidente, ou se deve fazer face ao excesso de despesa do exercicio passado e do presente. Si calcularmos a quanto montamos creditos especiaes votados por lei, veremos que chegam quasi á somma de 30.000:000\$000 nos dous exercicios; si virmos a quanto montam as despesas extraordinarias com a sêcca e fome do Norte, havemos de achar que essas despesas montam á somma de cerca de 10.000:000\$000, porque 30.000:000\$000 já estão gastos: ora 40 mil com 10 mil são setenta mil; e, si a receita extraordinaria foi aquella que eu disse, de 80 mil contos, o que resta do *doll-ciencia*? Dez mil contos.

Por conseguinte pôde-se dizer que os conservadores deixaram a fazenda publica em tão bom estado que, si não tivessem havido as leis especiaes para certos serviços especialissimos, leis votadas por unanime aclamação, com vossa participação, e para as quaes autorizaram-se operações de credito, e, si não tivesse surgido a calamidade da

sdeca do norte, não tinhamos deficit ou, si houvesse, era tão pequeno que não valia a pena entrister o paiz com o annuncio deste facto (apoiados).

O SR. BARÃO DE COTEGIPE: — Entristecer? Desacreditar. Sabem disso perfeitamente muitos delles, mas estão contando historias.

O SR. JUNQUEIRA: — Disse o nobre ministro da fazenda que o partido liberal ainda havia mais uma vez de ter o prazer de restaurar as finanças.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE: — Quando é que elle restaurou? Em que época?

O SR. FERNANDES DA CUNHA: — Afundou-as no Paraguay; d'ahi vem tudo.

O SR. JUNQUEIRA: — Si os nobres ministros querem restaurar nossas finanças como em 1867—1868, é caso de fugirmos espavoridos. Naquelle occasião nossa divida externa e a interna tinham crescido extraordinariamente; o ministro da fazenda, o Sr. Zacarias, viu-se obrigado a emitir papel-moeda; e o nobre Visconde de Itaboraí, assumindo então a pasta da fazenda, não teve outro recurso, porque não havia de deixar as tropas sem fardamento, sem alimento e sem soldo; o cambio chegou a 14, uma libra sterlina chegou a valer 17 ou 18; era portanto o peor estado possível. Si é esta a posição a que o partido liberal quer levar de novo as finanças do paiz, então não valia a pena haver, como dizia o bardo francez, *changement de gouvernement* (riso), não valia a pena haver para isso mudança de politica; pelo contrario ter-se-hia evitado uma calamidade.

Agora mesmo o cambio está a 21, quando ha um anno estava a 26.

Mas eu disse que no dominio conservador os fundos brasileiros eram bem aceitos na Europa. Tenho aqui uma noticia tirada do *Times* de 20 de Junho de 1877 em que se diz o seguinte (lê):

« Em fundos estrangeiros quasi nenhum movimento houve hoje até a ultima hora; então todos com raras excepções, afrouxaram. Houve algumas vendas ou ofertas de venda por conta de casas estrangeiras, e, não apparecendo compradores, o mercado tornou-se mais fraco. Os fundos brasileiros e as obrigações de caminho de ferro são, segundo se diz, os unicos titulos comprados actualmente pelo publico para emprego de capital. »

Eis aqui: o publico inglez comprava em 1877 os fundos brasileiros para emprego de capital. Não ha, Sr. presidente, maior prova de confiança que se possa dar a uma nação do que seus titulos no *Stock Exchange* de Londres serem cotados desta maneira, isto é, serem procurados para collocação de capital. E' signal de que gozavamos de grande credito.

Porém hoje tudo se exagera. Conheço que não é prospero o nosso estado financeiro, mas não devemos tambem exagerar a nossa situação.

Si lançarmos as vistas para o que se passa em outros paizes regidos por governos regulares, paizes como a França, como a Inglaterra, como os Estados-Unidos d'America, havemos de ver que tambem nelles se abusou muito do credito, que suas finanças ficaram um pouco estremeçadas. Mas nem por isto algum delles arripion diante do nobre proposito de fazer os melhoramentos de que o paiz carecia. E' assim que de 30 a 40 annos a esta parte vemos que quasi todas as nações têm augmentado muito a sua divida publica: no entretanto que ellas não se arrequecem, porque os recursos do paiz vão augmentando a proporção

que os melhoramentos vão se fazendo; e as rendas vão subindo.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE: — Apoiado.

O SR. JUNQUEIRA: — A França que ainda em 1848 tinha uma pequena rede de caminhos de ferro, não duvidou empreheendar grandes melhoramentos, gastar muito dinheiro; e hoje a França é o paiz mais rico do mundo, aquelle cujo *budget* é mais elevado. Tanto a França como os Estados-Unidos e a Inglaterra pagam uma quantia considerabilissima de juros. Nós, é certo, já pagamos uma quantia um pouco forte; temos de destinar ao serviço da divida publica, isto é, juros e amortização, cerca de trinta e quatro mil contos, um terço da nossa renda; mas a França, a Inglaterra e os Estados-Unidos têm de applicar a este serviço uma quantia relativamente maior.

Tenho aqui o orçamento francez para 1877.

A despesa anda em 2,736,489,372 francos.

Os creditos de cada um dos ministerios são os seguintes:

Justiça .....	34.390.740
Cultos .....	53.509.745
Estrangeiros .....	12.720.500
Interior .....	81.528.386
Algeria .....	24.587.322
Guerra .....	30.867.446
Marinha .....	186.622.116
Instrução publica .....	59.211.480
Agricultura e commercio .....	19.762.388
Obras publicas .....	241.343.235
Finanças .....	1.501.766.432

No ministerio das finanças o serviço da divida publica se eleva a 1,209,343,566 francos.

E' uma quantia importantissima, quasi metade da sua enorme receita. Este paiz, depois que empreheendeu a sua grande rede de caminhos de ferro, os seus canaes, as suas estradas de rodagem, a sua navegação têm crescido em vitalidade a ponto tal, que depois do desastre da guerra de 1870, a França apresentou ao mundo o espectaculo ingente de um povo que se restaura, que se regenera em menos de 10 annos.

Nos Estados-Unidos, Sr. presidente, em que a receita annual em 1876 foi de 287 milhões de dollars, o serviço da divida publica foi de 100 milhões de dollars para juros e 51 milhões para amortização.

Devo aqui dizer, em honra deste grande povo, que a sua divida colossal creada depois de 1860 achase reduzida de um milhar e quatrocentos milhões de dollars e que no 1.º de Janeiro deste anno voltou-se alli ao pagamento em ouro. Não ha mais desconto entre o papel e o ouro, está ao par.

O SR. DANTAS: — Transplante-se isto para o Brazil, que estaremos satisfeitos.

O SR. JUNQUEIRA: — Aqui está tambem o orçamento inglez para o anno de 1877.

A receita andava em 79 milhões de libras e a quantia destinada para o serviço da divida publica foi cerca de metade desta somma.

Consequentemente o quadro comparativo da nossa situação financeira não é desanimador, havendo economia e julgo. Essa situação não é folgada, mas tambem não é tão critica, tão exage-

ruda como o partido liberal quer fazer erer ao paiz.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMMÉ (*presidente do conselho*):—Prouvera a Deus que assim fosse.

O Sr. JUNQUEIRA:—O nobre ministro da fazenda disso que havia de vencer este dragão do deficit por meio das economias. Também eu applaudo muito as verdadeiras economias, não a economia demolidora que tem por fim acabar com os serviços necessários.

Mas eu não sei como o ministério actual que, proclama tão alto este principio de economias, pôde e pôde realizar operações como as que se referem à encaupação da estrada de ferro de Baturité e às construções de estradas de ferro como as do Sobral e de Paulo Afonso, sem autorização legislativa.

O Sr. BARRON BARRETO:—Apoiado.

O Sr. JUNQUEIRA:—Sr. presidente, não servi muito competente, mas basta lançar os olhos para o mappa geographico para ver-se que a estrada de ferro denominada de S. Francisco, isto é, da Bahia ao rio deste nome nas cercanias do Joazeiro, exclue qualquer outra estrada que tenda a levar os productos e os viajantes do rio de S. Francisco para o oceano. Seria esta segunda uma estrada desnecessaria.

A estrada de Paulo Afonso não se pôde justificar. Faça-se o que se quizer, estabeleçam-se quantas estradas de ferro ou de rodagem quizerem para contornar a cachoeira de Paulo Afonso, acima della não de encontrar outras cachoeiras, menores sim, porém sufficientes para embaraçar a navegação.

E façam o que quizerem, o rio de S. Francisco ha de ser tributario natural da Bahia, pois os productos e viajantes podem descer pela estrada de ferro do Joazeiro sem baldeações e em demanda de um bello porto; quando o do Penedo é de difficil accesso.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—É verdade, a estrada de Paulo Afonso é uma cassanda, é lotar dinheiro fóra.

O Sr. JUNQUEIRA:—O nobre senador é filho daquellas paragens e conhece bem disto. Façam o que quizerem, ha de ir o commercio para a Bahia. Como dizia um celebre escriptor, o Rheno caminha para a algibeira dos holandezes, porque onde está a foz, ali está a riqueza, está o commercio. A foz artificial, si é licito assim exprimir-me, será a Bahia de Todos os Santos, ligada aquelle grande rio por uma estrada de ferro, que se achia em construcção.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMMÉ (*presidente do conselho*) dá um aparte.

O Sr. JUNQUEIRA:—Não pôde ser por ali porque a navegação ha de ir só até ao Joazeiro.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Nem o commercio do alto S. Francisco ha de descer para Paulo Afonso. Isso é um esbanjamento para engordar a amigos.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMMÉ (*presidente do conselho*):—Lá não ha empregos, a obra é feita por administração.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Manda-se parar a estrada de ferro da Bahia que tem credito votado pelas camaras....

V. II.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMMÉ (*presidente do conselho*):—Quem mandou parar?

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—...manda-se fazer a estrada do Paulo Afonso sem credito.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMMÉ (*presidente do conselho*):—Veremos isto quando se discutir o orçamento.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Ilel de discutir com V. Ex.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMMÉ (*presidente do conselho*):—Com muito prazer, e até desejo.

O Sr. JUNQUEIRA:—Eu dizia: faça-se o que se quizer, as mercadorias e os viajantes do rio S. Francisco não de encaminhar-se para o porto da Bahia.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Quero ver o patriotismo dos meus collegas bahianos quando se discutir o orçamento e especialmente a estrada de Paulo Afonso.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMMÉ (*presidente do conselho*):—Aqui não ha bahianos quando se trata de uma obra publica desta importancia para o paiz.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—E? que o bahiano para o progresso do paiz tem a alma grande e o beneficio que quer para sua provincia, quer tambem para as outras...

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMMÉ (*presidente do conselho*):—Quem nega?

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—...o a provincia da Bahia tem muitos serviços ao paiz para nunca ser esquecida em seus melhoramentos materiaes.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMMÉ (*presidente do conselho*):—E quem a esquece?

(Ha outros apartes.)

O Sr. JUNQUEIRA:—Sr. presidente, em vista do que tenho expendido, vê V. Ex. as razões em que nos fundamos para não sermos abundantes de elogios ao governo que rege os destinos do paiz.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMMÉ (*presidente do conselho*):—Nem elle pede; contenta-se até com a sua resposta á falla do throno.

O Sr. JUNQUEIRA:—Vê o senado a razão que temos de limitarmo-nos a uma cortezia respeitosa á Coroa, de sermos sobrios de palavras e cumprimentos ao governo, apenas afirmando que trataremos dos negocios do Estado com summo interesse e patriotismo.

Agora, Sr. presidente, tenho de acrescentar algumas palavras a respeito da emenda, que peço a V. Ex. me faça a graça de enviar-me, do nobre senador pela provincia do Goyaz.

(E' satisfeito, e depois de a ler)

Eu entendo que a emenda do meu nobre collega por Goyaz torna-se desnecessaria. A resposta dada pela commissão parece-me conter tudo quanto o nobre senador deseja.

A commissão, em relação ao ponto importante da reforma eleitoral, diz que o senado examinarla com attenção a reforma do systema eleitoral vigente; que será objecto de serio estudo e meditação do senado.

Não se pôde exigir mais; nem em uma medida tão importante se poderia exigir a declaração prévia do voto neste ou naquelle sentido; é objecto



muito melindroso, que precisa ser muito meditado em vista da discussão, das razões adduzidas, cada um formará o seu juízo. Portanto não podemos aceitar a emenda do nobre senador, o isto com muito pesar. Julgamo-la desnecessária.

Vejo bem que o nobre senador tinha em vista resguardar tanto quanto possível a nossa autonomia, a nossa dignidade; mas nós resguardamos com o que dissemos na resposta; o que queremos dizer é que, quaesquer que sejam as circumstancias, o senado ha de gular-se com summo estudo e meditação. E' este o nosso proposito.

Não querendo alongar ainda estas observações que estou fazendo, e que dirijo á casa para acudir ao appello do nobre senador por Goyaz que declarou estar fatigado, eu concluirei dizendo que a actualidade inspira a todos os brasileiros grande receio, porque não vêm nem uniformidade de vistas, uma cohesão, uma harmonia, nem mesmo entre os membros do governo; ha poucos dias, declarou-se *urbi et orbe* que o governo estava harmonico, que nenhuma nuvem apparecia naquella céo azul; d'ahi a dous ou tres dias ribomba a tempestade; vimos a sahida de dous nobres ministros. Em vista disto, não posso ter confiança nas declarações officiaes, por mais autoridade pessoal que possa ter o nobre presidente do conselho para commigo, isto é, por maior respeitabilidade que tenha a sua pessoa, a opinião do homem publico, do ministro para mim está estremeçada, desde que vimos realizar-se o contrario do que se disse.

Ora se afirma que tudo é paz; d'ahi a pouco surge a guerra; ora se diz que o programma unico é a eleição directa, é um programma limitado e estreito; d'ahi a pouco, quando menos se pensa, em uma bella manhã, o nobre ministro do Imperio arvora o programma de grandes reformas; é uma bandeira immensa, semeada de estrellas democraticas; pois já se viu que S. Ex. sem autorização de ninguem determina que se podem cremar os cadaveres; que o nobre ministro da justiça expede decretos antinomicos; e assim por diante.

Depois, apesar da vigilancia do nobre presidente do conselho, quando S. Ex. estremecer, ha de ver-se obrigado a fazer essa especie de motins ou revoltas domesticas para ir alijando seus companheiros. E' por isso que, fallando ha poucos dias nesta casa, trouxe a imagem do phantasma da lenda, semelhante ao ministerio, que indo caminhando perdia os seus membros uns após outros, até que afinal tudo foi-se.

E' assim que o ministerio perdeu primeiro uma perna, o nobre ex-ministro da marinha; depois perdeu uma perna e um braço; hoje vejo-o ainda manco; finalmente ha de envir-se o estampido, voarão o corpo e a cabeça, e ficarão ruínas e fumo. Quem perde é o paiz...

Um Sr. SENADOR:—O que perdeu foi a cabeça.

O Sr. JUNQUEIRA:—Eu digo que a cabeça é o nobre presidente do conselho.

Meus senhores, o partido conservador, que não faz opposição systematica, que é partido governamental, não pôde deixar de responder respeitosa-mente á Corôa, como responde; o partido conservador tem grandes queixas da situação, tem o coração lacerado por tudo que se tem passado no paiz; mas ha de manter-se firme nos seus principios de respeito ao rei e á lei. Si os nossos adversarios entendem que estamos condemnados ao ostracismo por causa do nosso passado, aliás glorioso,

o historiador imparcial ha de levantar-se, apontando para todos os nossos serviços, apontando para as reformas com que dotámos o paiz, apontando para a instrução do cidadão brasileiro, para o allivio do pesado serviço das armas, para a lei do recrutamento, para a lei da guarda nacional, para as garantias individuaes na lei da reforma judiciaria, para a lei de 28 de Setembro, para os melhoramentos materiaes, e para outros immensos serviços patrioticamente executados; apontando para tudo isto, o historiador ha de dizer:—O partido conservador bem mereceu da nação, bem mereceu da patria! (Muito bem; muito bem!)

(Orador é complimentado.)

O Sr. CAUANSÃO DE SLIMBÚ (presidente do conselho):—Começarei, Sr. presidente, agradecendo ao nobre senador que acaba de sentar-se, as palavras de benevolencia que por algumas vezes me dirigiu. Desejára que o nobre senador, coherente com esse sentimento de benevolencia pessoal, não se mostrasse em decidida opposição, deixando que aquelle que tem hoje a direcção dos negocios publicos inspire bastante confiança para manter a ordem e tranquillidade publicas.

O nobre senador encarregou-se de desenhlar dous quadros: no primeiro lançou todo o odio para a situação, que apenas começa; no segundo pintou a situação passada, em seu decennio, com as cores mais lisongeiras.

Minha missão não é deprimir o passado, nem levantar o presente; é limitar-me ao que se acha em discussão — a resposta á falla do throno.

O nobre senador mostrou-se de mais zeloso dos interesses do partido liberal, quando me acenou de haver sido tão restricto no programma, a que circumscreveu-se a falla do throno.

Senhores, fazer tal censura cabo com mais razão aos meus amigos; a elles dou o direito de me accusarem por eu não ter julgado opportuno realizar todas as aspirações do partido liberal; mas que um distincto conservador, como o nobre senador, me venha increpar de moderado, por ter escolhido do arsenal de nossas idéas a que me pareceu mais pratica, importante e opportuna, não me parece na realidade muito coherente. O partido, a que pertenço, realizará as outras idéas do seu programma quando chegar para ellas a opportunidade.

Declaro ao senado que, quando assumi a administração, tive especialmente por fim realizar a idéa principal do partido, que vem a ser a eleição directa.

Já o disse na outra casa, e repito aqui:—Não posso comprehender como o partido liberal tomasse a si realizar já todas as idéas que estão escriptas no seu programma, antes de emancipado o voto nacional pela reforma da eleição directa. Entendi, como entendo ainda, que sem esta reforma, sem que a nação se possa livremente manifestar, sem que a sua vontade seja expressa de modo que inspire respeito a todas as opiniões, não era possível nem justo, fazer outras reformas constitucionaes.

Digo que commetteria um abuso o partido liberal si quizesse agora prevalocer-se da circumstancia de ter uma camara unanime, para impôr aos seus adversarios idéas sobre as quaes não foram ainda ouvidos nem convencidos.

Foi por este motivo que o ministerio entendeu que a primeira reforma, de que devia occupar-se, e que está disposto a effectuar com os meios que

lhes permitem as leis e a constituição, é a eleitoral pelo systema de um só grão.

Fella esta reforma, pronunciando-se a nação livremente, então teremos occasião de conhecer que outras reformas do nosso programma são opportunas; nessa occasião o nobre senador verá, assim como os que duvidam da minha sinceridade, que não sou inimigo ás aspirações do meu partido.

O nobre senador quiz inculcar que o quadro da situação é lastimoso, e em toda a parte notou elementos de desordem; mas não argumentou com um só facto; fallou em geral, pensa que tudo está em anarchia e que estamos á borda de um vulcão. Entretanto não ha um só indício de que seja verdadeiro semelhante estado. Pois pequenas manifestações que se têm dado nesta capital, são symptomas que esta sociedade está em perigo? Não vejo nada que autorize tal juízo.

O Sr. BARROS BARRETO:—Mas é bom que não fique isto em costume.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—Agora é occasião de responder a uma pergunta que fez hoje o nobre senador pela provincia de Goyaz, a quem muito respeito. S. Ex. interrogou-me, e, como si estivessemos na escola, pretendem que eu respondesse immediatamente. Declarei-lhe que responderia em tempo.

Cumprir agora essa promessa. Perguntou-me o nobre senador como entendia eu o exercicio da attribuição do poder moderador em relação ao ministerio.

Sabe S. Ex., que as attribuições do poder moderador foram pela constituição delegadas privativamente ao Imperador, primeiro representante da nação.

Si, no exercicio de algumas dessas importantes attribuições, a Corôa apartar-se dos conselhos de seus ministros, entendendo que estes não têm o direito de recusar a referenda, devem referendar o acto e em seguida protestar retirando-se do poder.

Accresco que a questão é de palavras; desde que tem a Corôa o direito de nomear e demittir livremente os seus ministros.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Não se segue: pôde ceder á vontade do ministro.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—Tal é minha opinião, qualquer que seja a differença que se possa notar entre ella e a de outros membros do meu partido.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Então concorda que é precisa a referenda?

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—Sem duvida, é a authenticidade do acto; quem a não quer prestar, retira-se.

Senhores, o nobre senador queixou-se de que o partido liberal attribuisse ao conservador o descalabro dos dinheiros publicos.

Entendo que a discussão nesse terreno é mal cahida. Não é disso que se trata agora, e sim do saber si o senado está disposto a adhorir á idéa que o governo inserveu na falla do throno.

Apezar de não ser o projecto de resposta, na intenção de seus redactores, um elogio ao governo, declaro que acollo-o tal qual está redigido, porque é regra parlamentar, recebida nesta casa, que o senado não pôde fazer politica ao ponto de deter-

minarem suas censuras a retirada de um ministerio.

E' quanto me cumpre dizer.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Fallou como ministro.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—Obrigado.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Sr. presidente, tenho de fazer algumas considerações a respeito dos assumptos que se prendem á resposta á falla do throno. Embora considere e deseje que este acto entre nós seja uma mera formalidade (apoiados), contudo não me posso subtrahir nesta occasião ao dever de fazer algumas observações que para ella havia reservado, tanto para responder as accusações feitas á administração conservadora, como especialmente á minha pessoa.

Para que possamos apreciar com toda a justeza a vida do ministerio de 3 de Janeiro, é mister, senhores, que volvamos um pouco atras e examinemos, pois que o fizemos muito perfunctoriamente, as phases de sua gestação e do seu nascimento.

No mundo moral acontece o mesmo que no mundo physico; ambos têm suas leis, cujas consequências são, por assim dizer, fataes.

Assim como o homem cachetico, valotudinario e velho, não pôde deixar de ter uma prole mal conformada e cuja decrepitude será prematura, assim tambem no mundo moral e politico, quando não ha principios fixos e certos, as consequências hão de ser incertas, contradictorias e muitas vezes contrarias ao que se deseja.

Segundo as declarações do ministerio, e especialmente do Sr. presidente do conselho, quando S. Ex. foi chamado para organizar a administração de 3 de Janeiro, já tinha conhecimento de que seria escolhido.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—Está V. Ex. muito enganado. Eu estava tão longe disso, que até me achava ausente desta corte.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Eu deduzo esta consequencia do facto de haver ministros preparados antes da demissão do ministerio de 25 de Junho; pois já antes disso se sabia nesta corte, que o ministro da fazenda seria o deputado pelo Rio Grande do Sul; as outras pastas, sim, não estavam distribuidas; as designações posteriores foram verdadeiras surpresas.

O nobre presidente do conselho obriga-me ainda a tirar esta consequencia, quando sendo chamado ao paço sem saber para que, dirigiu-se antes aos seus amigos, e alli declarou que era chamado para realizar a eleição directa....

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—Perdão-me V. Ex., foi uma hypothese.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—... pediu conselho sobre a forma por que devia ser realizada a reforma, e, portanto, tinha confidencias anteriores sobre estes assumptos, e estas confidencias não podiam ser feitas sinão por quem as podia fazer.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—Pego a palavra.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—O nobre presidente do conselho, dirigindo-se aos seus amigos, já previa, ou conhecia os obstaculos, que poderiam apparecer nas alturas, porque lles perguntou si acaso a re-

forma eleitoral dependesse da reforma constitucional, deveria o partido liberal aceitar o poder.

Respondeu-se-lhe que seria inepta não o aceitar, quaesquer que fossem as condições da reforma. De sorte que o partido liberal aceitou o poder pelo poder; tanto lhe importava a reforma da constituição para a reforma eleitoral como não, só queria o poder.

Realizou-se a previsão do nobre presidente do conselho: appareceram escrúpulos e de tal natureza, que obstavam à execução da idéa da eleição directa por lei ordinaria; o nobre presidente do conselho esposou estes escrúpulos, e como ministro constitucional disse até que foi quem aconselhou a medida.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Sem duvida.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—O seu jornalismo e os seus amigos declararam que esses escrúpulos eram respeitabilissimos e attendíveis, porque partiam de uma regão superior, que tinha por dever defender perpetuamente o Imperio.

Sr. presidente, foram então sustentados principios de tal natureza que eu renuncio a elles como conservador, sendo aliás os conservadores appellados de *corcudus*.

Porque não tratou o nobre presidente do conselho de vencer estes escrúpulos? Porque aceitou a condição da reforma constitucional, sem que antes pudesse consultar a opinião dos representantes da nação, daquelles que a constituição investiu do direito de fazer as leis e de iniciar as reformas constitucionaes? O nobre presidente do conselho andou errado.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Creio que não.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Devia reservar a sua liberdade de acção, e apresentar a questão perante as camaras, assumindo, si quizesse, a responsabilidade da opinião que havia emitido.

Eis a razão por que o nobre presidente do conselho cahiu em escrever na falla do throno aquellas palavras—*cumpro que decretais*.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Isso não tem a importancia que V. Ex. lhe quer dar.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—As palavras politicamente não têm a significação que lhes dá o dictionario de Moraes.

Cumpro—é sempre uma ordem de superior para inferior. E' assim que se procede na administração. O ministro diz—cumpro que executeis taes providencias; cumpro que facis taes cousas.

Pelo menos é pouco respeitoso para com o corpo legislativo usar daquella linguagem; e quando eu aqui nesta casa disse em poucas palavras que me tinha subido rubor ás faces não por mim, mas pelo corpo legislativo, não o fiz porque o nobre presidente do conselho tivesse praticado um acto vergonhoso, mas porque entendo que faltou-nos com a consideração devida.

Estranhou-se esta manifestação, e disse-se que ja eu corava por pouco. E' verdade que uns coram por pouco; e outros por nada coram.

O Sr. VIEIRA DA SILVA:—O governo nessa occasião pensava em sua camara e não no senado.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Aceita assim a condição para a realização da idéa, o nobre presidente

do conselho mostrou em principio aquella prudencia de que é dotado, e desejou fazer a reforma com o menor abalo possivel e com acquiescencia de todos os partidos, porque só assim uma lei eleitoral pôde ser devidamente respeitada.

Os primeiros actos do nobre presidente do conselho demonstraram que elle tinha a mesma idéa do Sr. conselheiro Saralva, isto é, que se podia fazer a reforma com os conservadores, evitando os abalos que se deram na eleição e sendo uns fiscalizados pelos outros: o ministerio sendo liberal, e a camara conservadora.

Si acaso não se pudesse chegar a um accordo, si fosse impossivel que o governo marchasse, então se daria a dissolução da camara.

O Sr. presidente do conselho teve uma illusão. Acreditou que chamando aos conselhos da Corôa os mais exaltados nas idéas do liberalismo, poria um freio a essas tendencias e amansaria as feras que procuraram devorá-lo, que ajuda hão de devorar o ministerio. Logo que isto succedeu, o ministerio do meu nobre amigo perdeu o seu pensamento primordial, e foi arrastado do queda em queda, de precipicio em precipicio, até chegar ao ponto ou de abandonar completamente o poder, ou de sacrificar-se aos que tanto o sacrificaram (*apoiados*). Eu louvo S. Ex., e dou parabens ao paiz, pela energia com que o nobre ministro soube desfazer-se das azas negras do ministerio.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*) dá um aparte.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Não concordo nesta parte com o nobre senador por Minas quando disse que o nobre presidente do conselho foi a aza negra do ministerio; não, as azas negras foram os alliados.

Proseguindo no que dizia, foi dissolvida a camara dos deputados contra a opinião do nobre ministro. Dahi por diante seguiram-se os actos que tornaram impopular o ministerio de 5 de Janeiro.

Não vejo, senhores, que governos serios tenham procedido jamais de semelhante maneira (*apoiados*). Dissolveu-se a camara, com a qual o nobre presidente do conselho pretendia realizar a reforma eleitoral. Seguiu-se immediatamente a triste, fatal e sempre reprovada emissão de papel-moeda.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—A emissão foi anterior à dissolução, foi a sua causa.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Aceito a rectificação que em nada altera o meu pensamento. Para lançar mão da triste e fatal emissão de papel-moeda, viu-se o que nenhum governo jamais praticou, a diffamação de seus antecessores (*apoiados*).

Eu lastimei e senti profundamente quando vi estampado em primeiro logar na exposição de motivos o nome do Sr. João Lins Vieira Cansanção do Sinimbú. Para absolvel-o digo que S. Ex. ou não leu essa exposição, quando assignou-a, ou dormitava, como dormitou Homero.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Não podia assignar sem ler.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Sem duvida.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—O que se quiz foi não restaurar o credito e as finanças do paiz, mas lançar um labéo sobre os que tinham administrado.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Não é exacto.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Este ponto será examinado mais particularmente; não posso fazê-lo nesta ocasião, porque preciso de apontamentos que não trouxe.

É matéria em que se não pôde improvisar, mas comprometto-me perante o Senado a demonstrar que não havia necessidade de emitir papel-moeda, e que isso foi um recurso desgraçado, pois que se podia por outro meio obter dinheiro para acudir as necessidades do momento.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMMÚ (*presidente do conselho*):—Ha de ser difícil a V. Ex. provar-o.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—O conselho de Estado foi ouvido e adheriu à medida; mas não podia trabalhar sinão sobre os dados ministrados pelo ministro da fazenda; e esses dados foram falsos.

O Sr. CONNÊTA:—E o conselho de Estado não foi unanime.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Havia no thesouro com que se fazer face às despesas mais urgentes. Mas disse-se que se precisava de dinheiro, e já phrase que ficou estereotypada. Entretanto até a época da abertura das camaras, o governo não tinha emitido mais de 4.000:000\$ a 6.000:000\$000. Por 4.000:000\$000 ou 6.000:000\$000 ficaria o thesouro comprometido; e por isso se precisava de dinheiro, o já! É inexacto que os pagamentos se achassem atrasados; pelo contrario, estavam em dia.

Havia, Sr. presidente, em Londres um saldo de pelo menos £ 800.000, e o governo assim não tinha de enviar cambiaes até Maio ou, pelo menos, até Março. Havia o ouro necessario para pagar a amortização e juros do empréstimo nacional. Havia mais de 8.000:000\$ na caixa da amortização para pagar todos os juros da nossa divida publica interna. De modo que o gabinete de 5 de Janeiro, achando todos esses recursos, não tinha necessidade de recursos extraordinarios, nem para o interior, nem para o exterior.

Esta synthese demonstra que a necessidade de papel-moeda foi creada por quem não soubo como occorrer às difficuldades; senhores, fallo sem apontamentos, e por consequencia com uma certa desordem na exposição do meu pensamento. O que estou dizendo é antes uma conversação do que um discurso de opposição ao governo.

Tratando do papel-moeda, não posso deixar de insistir, pedindo ao nobre presidente do conselho que mande vir as informações do thesouro que solicitei, relativas à emissão do papel-moeda. Com estes documentos espero mostrar como o nobre ex-ministro da fazenda procedia, e que o seu intuito era sómente fazer impressão sobre as massas e sobre a camara. Conseguindo esse effeito, recuou tristemente, procedendo como certos individuos que, sendo agorrados pela policia, procuram desenvencilhar-se do melhor modo que podem, fugindo.

Hei de provar com os documentos que ainda não vieram, como o nobre ex-ministro não soubo o que disse, ou não disse o que sabia.

O resultado de suas medidas financeiras qual tem sido?

Diminuição da confiança publica, ninguém crê na palavra do governo, baixa do cambio, paralysação de transacções commerciaes, emfim uma crise creada ou antes augmentada pela indiscricção do governo (*apoiados*), sendo-lhe aliás facil evitá-la.

Referir-me-hei, Sr. presidente, à questão de apolices. Da noite para o dia, sem que ninguém provisse, nem cogitasse, lembrou-se o ministro do solar na praça a idea do conversão de apolices. Ouviu cantar o gallo e não soubo onde. É um direito do Estado indubitavelmente o resgatar sua divida ou offerecer um juro menor por ella; mas o que não é permitido é desacreditar o titulo para comprar-o mais barato. Isto é falta de fé e, si a falta de fé nos particulares é um grande defeito, em um ministro creio que é mais que um defeito. Propalando elle esta idea, espalhou-se a desconfiança em todos os possuidores de titulos da divida publica. Ora, o que pedia a prudencia?

Era que o ministro immediatamente desmentisse esse boato, dizendo que o governo não tinha tenção alguma de reduzir o juro das apolices, nem de fazer a conversão da divida, o que era uma utopia nas nossas circumstancias ou uma falta de fé; mas não; conservou a desconfiança no animo do publico, os titulos tiveram de soffrer, e depois esse ministro teve de emitir titulos do mesmo juro, cousa que elle sabia que havia de praticar, porque não tinha outro meio de fundar a divida ou de adquirir recursos para as despesas publicas, contradizendo assim aquillo que elle pretendia fazer e tendo causado um prejuizo real ao paiz, pois que muitos que viviam dos juros das apolices do Brazil, mandaram retirar seus fundos, fosse porque prego fosse e deste modo concorreram para a baixa do cambio, para a alça dos pregos de todos os generos de importação, o que já o papel-moeda tinha produzido.

Teve o ex-ministro uma especie de clarão a respeito da diminuição dos juros das apolices. Foi-lhe offerecido pelo banco do Brazil (isto é cousa que está provada) o prego de 92 com o juro de 3%, e abandonou esta transacção para fazer outra de apolices ao par com o juro de 6%, trazendo assim ao thesouro publico um prejuizo annual de cento e tantos a duzentos contos. E deste modo que se levantam as finanças, é trazendo ao paiz um onus perpetuo de 200:000\$000 annualmente que se vem regenerar as finanças do Brazil!

Mas o Sr. ex-ministro da fazenda é, permitta-se-me a expressão, um poço de contradicções. Desde seu celebre programma no Rio Grande do Sul até seu ultimo discurso não se conciliam seus pensamentos. No Rio Grande do Sul dizia elle que com a camara que se dissolveu vinha fazer a reforma eleitoral, e foi o primeiro que propoz a dissolução. Nos seus discursos disse que nunca se separou da opinião do meu illustre amigo presidente do conselho, que sempre estiveram concordes, porque os intuitos de ambos sempre foram os intuitos da justiça. Entre parentheses: o Sr. ministro da fazenda nunca teve intuitos sinão de justiça; elle mesmo é quem o diz, elle mesmo faz sua apothecose. Em dois pontos do seu programma, sem os quaes não seria ministro, foi coerente e creio que, conseguindo-os, não havia mais razão de continuar a prestar serviços ao Estado. Esses dois pontos foram: a tarifa especial do Rio Grande do Sul, e a estrada de ferro estrategica da mesma provincia.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMMÚ (*presidente do conselho*):—Ambas votadas por lei.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Não digo que não. Elle conseguiu a tarifa especial do Rio Grande do Sul com preterição da tarifa geral, para cuja revisão o governo estava autorizado.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU' (*presidente do conselho*): — Era mais simples.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — Ora, senhores, quando o corpo legislativo autorizou ao governo a reverter a tarifa geral aumentando os preços, e por consequência a razão dos direitos, quando isto foi autorizado para fazer face ao deficit denunciado no orçamento, o ministro da fazenda abandonou o augmento de renda...

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU' (*presidente do conselho*): — Não abandonou tal.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — ... que pôde trazer a revisão da tarifa geral, e publicou com a rapidez do raio a tarifa do Rio Grande do Sul, diminuindo a renda do Estado em cerca de 2.000.000\$ por anno!

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU' (*presidente do conselho*): — Havemos de ver ainda si houve esse resultado.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — Hei de provar.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Diminuiu em certos artigos 70 %.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — Diminuiu na tarifa 50 e mais por cento daquillo que se paga nas outras provincias.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU' (*presidente do conselho*): — Em cousas que nunca entraram pela alfandega do Rio Grande.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — Senhores, além da desigualdade enorme que se dá entre os subditos deste Imperio...

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU' (*presidente do conselho*): — Isso era disposição da lei votada pelo parlamento.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — ... ha de mais a mais grande perigo para a ordem publica no modo por que foi essa tarifa promulgada. O Rio Grande do Sul habituou-se ha a não pagar impostos ou a pagal-os muito modicos. Quando fôr preciso voltar ao regimen da igualdade, que só é proclamado pelo nobre ministro para outras cousas, mas não para o imposto, se ha de levantar no Rio Grande uma opposição que talvez chegue ao ponto de desordem.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU' (*presidente do conselho*): — Não é de receiar isso.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — Tudo está preparado, as posições estão tomadas, as posições estrategicas... até das estradas....

O Sr. JUNQUEIRA: — O Pará ha de querer tambem uma tarifa especial.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — Compreendendo as grandes manifestações que o commercio do Rio Grande do Sul tem feito ao ex-ministro da fazenda; S. Ex. na realidade é um benemerito do Rio Grande do Sul, mas não é um benemerito do Brazil. Si as praças de commercio do Rio Grande se cobriram de gala, as praças de outras provincias do Imperio se devem cobrir de luto.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU' (*presidente do conselho*): — V. Ex. não tem razão, era uma reclamação pendente no corpo legislativo, e por elle atendida.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — Estava na lei, mas desde quando? Ha tres annos, e o governo do qual fiz parte sempre hesitou e achou grandes embara-

ços na confecção desta tarifa, não tendo ainda os dados necessarios para poder fazer as modificações, de modo que sómente atacasse o contrabando e não diminuísse a renda do Estado.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU' (*presidente do conselho*) dá um aparte.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — Não se fez assim. A tarifa não foi aqui examinada por commissão alguma, veio feita da provincia do Rio Grande do Sul e apenas foi assignada pelo ministro da fazenda. Quem fez a tarifa?

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU' (*presidente do conselho*): — Quem mais soffria: o commercio lícito do Rio Grande do Sul.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — Aqui só se prestou a assignatura.

(*Ha diversos apartes.*)

Não quero examinar a tarifa especial, ella será objecto de discussão quando vier o actual ministro da fazenda a esta casa...

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Apoiado.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — ... apenas menciono estes factos, que devem causar grande impressão no paiz.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU' (*presidente do conselho*): — Assim expostos, sem duvida.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — Esta é que é a verdade.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU' (*presidente do conselho*) dá um aparte.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — Sim, havemos de diminuir o contrabando no Rio Grande do Sul e augmental-o no resto do Imperio! Até hoje o Estado Oriental era o foco do contrabando para o Rio Grande do Sul, de hoje em diante o Rio Grande do Sul será o foco do contrabando para todo o Imperio, para toda a parte.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU' (*presidente do conselho*): — Pela campanha, em carretas...

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — Pela campanha, não; ha de ser pelo porto.

Outra contradicção. O principio do ex-ministro da fazenda, e disto se vangloriava, era um orçamento verdadeiro, não se fazer despesa alguma sem que estivesse autorizada pelo corpo legislativo. Isto disse elle no seu programma do banquete, que é aquelle em que acredito mais, porque é onde a natureza falla (*riso*). Pois bem, chega, empossa-se da pasta da fazenda, começa a dar golpes em alguns empregados...

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU' (*presidente do conselho*): — E muito bem dados.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — Não digo que não; nós havemos de examinar tambem isto para diante. Temos ainda seis mezess do sessão, para que havemos de esgotar já a materia? O meu pezar, meu amigo e senhor, é que V. Ex. se tivesse desfeito do Sr. ex-ministro da fazenda...

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU' (*presidente do conselho*): — Não me desfiz.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Tambem sinto.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — ... porque desejava discutir com elle aqui no senado. Mas eu não posso deixar de me referir a S. Ex., porque foi, para

assim dizer, como elle mesmo disse em outra occasião na camara dos Srs. deputados, o homem ministro, do quem ha de ficar nos annos do parlamento uma profunda impressão (palavras do que usou, porque elle as tem muito bonitas; palavras não lhe faltam).

Mas, alando o fio da argumentação, vê-se que, no que era essencial, faltou immediatamente a todas as suas promessas: « Nenhuma despesa se fará sem estar comprehendida no orçamento. »

Pois, senhores, nunca se fizeram despesas mais avultadas não comprehendidas no orçamento do que ultimamente.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — E' verdade.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — Disse S. Ex.:

« Não se ha de gastar mais um vintem sem lei. » O meu amigo Sr. presidente do conselho abriu um credito de nove mil contos para estradas de ferro.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU' (presidente do conselho): — E as circumstancias em que o fez?

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — Bem, mas abriu o credito.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Circumstancias não advogam legitimidades nem illegitimidades. A legalidade não tem nada com a conveniencia.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — Que do papel... (estou tão acostumado a chamar de falso que não acho outro termo)... que do papel illegal se tirassem sommas necessarias para mandar emprender obras novas, ha nada mais contradictorio e mesmo mais digno de censura?

Si o papel-moeda era para fazer aos compromissos do thesouro já e já, como em vez de satisfazerem-se os compromissos do thesouro, vai-se comprometter o futuro?

Um Sr. SENADOR: — Foi para matar a fome.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — Não me refiro a outras despesas igualmente illegaes; emfim o *cerbero* do thesouro publico foi um fraco cordeiro, que deixou que todos seus collegas dispuzessem dos dinheiros, sem lei que os autorizasse, e sómente justificando-se com a bulla das circumstancias, que foi expedida pela propria infallibilidade papal do ministerio.

Isto surprende áquelles que seguem a velha escola de respeito á lei, de respeito á constituição do Imperio; mas não pôde surprender áquelles que seguem o principio de que as leis só são observadas quando as conveniencias publicas não exigem o contrario.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — E elles se tornam juizes das conveniencias publicas.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — Mas o meu honrado amigo presidente do conselho, que viveu sempre e tem vivido neste ministerio a acobertar as faltas de seus collegas...

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU' (presidente do conselho): — Não, senhor.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — ...servindo por assim dizer de parteira...

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU' (presidente do conselho): — Não, senhor; tomo toda a responsabilidade.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — ...vendo que se-

melhante principio era contrario aos que S. Ex. bebe na constituição ingleza, disse na camara dos deputados que seu collega referia-se á *suprema lei* da salvação publica.

Senhores, si a salvação publica consiste em emitir-se papel-moeda, mandar-se construir estradas não decretadas pelo corpo legislativo, rescindir-se contratos logaes, então digo que não ha nada que não se possa qualificar de salvação publica. Assim, justificam-se todos os actos; as conveniencias tomam o lugar das leis.

Mas todo este apparelho, todo este artefacto constitucional, é justamente para que os ministros não façam o que lhes convém.

Si esto fór o principio adoptado, então, meu caro Sr. presidente do conselho, economisemos o subsidio, e mesmo supprimamos o luxo da discussão. Ha principios que se subentendem, mas cuja pratica só a occasião pôde determinar; o governo pôde lançar mão de meios extra-legaes, si a salvação publica o exigir; não estabelecer, como regra; é o mesmo que dissesse, como dizia o Club da Reforma—reforma ou revolução.—Não; a revolução não se annuncia, faz-se; a revolução é um facto; o golpe de Estado é um facto; nem um nem outro é um principio; são factos que, consummados, passam a direito depois do triumphantes.

Ha de ser bem difficil, senhores, que o honrado presidente do conselho designe das péas que ha nove annos e tanto o privam de seu movimento. Elle era presidente do Club da Reforma, e esta autoridade nominal ha sido um dos grandes embargos da sua administração; elle, não, mas outros seus collegas transportaram a Reforma para a typographia nacional. Redactores, administradores, etc., tudo para alli foi, e como não haviam perdido as velhas manhas, principiou a folha official a ser orgão da diffamação do partido contrario.

*Jornal, Gazeta, Diario*, que mudou tres vezes de titulo, e começou por *Diario Official do Imperio do Brazil*, passou para *Diario Official Brazil*, passou depois a não sei o que, e finalmente a *Diario Official*, faltando sómente passar a *Diario Official da Republica*, o isso porque V. Ex. não permittia talvez.

Constituiram o jornal, pago pelos tributos do povo, por nós outros, nós todos, o orgão de um partido.

O *Diario Official* explica e defende os actos do governo com moderação e dignidade, mas não insulta, como fazia o jornal official, e isso porque seguia o principio que lhe era traçado por quem lhe estava superior: não me refiro ao nobre presidente do conselho. Grande esforço foi preciso para que o *Diario Official* se tornasse aquillo que devia ser desde o principio, mas do quando em quando, qual individuo final educado, que se vê em boa sociedade, mostra a ponta do *chiripi*.

Não pretendia, presencamente, tocar nesta tecla da diffamação, partindo do alto; não tencionava fazel-o, não o farei, e reservar-me-hei para outra occasião, pois que tenho a palavra mais uma vez, ou para a lei prorogativa do orçamento, que deve vir breve, ou em outra qualquer.

Tendo-se findado a hora destinada a esta discussão, e não convindo por certo que ella se encerrasse hoje, eu tive necessidade de tomar esse tempo ao senado, e peço mil perdões de tel-o feito, e ainda mais pelo mal cosido de minhas palavras. (Não apoiadas.)

A discussão ficou adiada pela hora.

## SEGUNDA PARTE DA ORDEM DO DIA.

## LICENÇA.

Entrou em 3.ª discussão a proposição da camara dos Srs. deputados n.º 2 do corrente anno, autorizando o governo para conceder um anno de licença com todos os vencimentos ao professor do imperial collegio de D. Pedro II Dr. Antonio José de Souza.

Ficou encerrada por falta de numero para votar-se.

Esgotada a materia da ordem do dia, o Sr. presidente deu a seguinte para 13:

*Primeira parte (até ás 2 1/2 horas).*

Votação da proposição cuja discussão ficou encerrada.

Continuação da discussão do projecto á falla do throno.

*Segunda parte (até ás 2 1/2 horas ou antes).*

3.ª discussão das proposições da camara dos deputados n.º 249, de 1873, concedendo á santa casa da misericórdia da cidade do Recife o proprio nacional, sito á margem da estrada de Santo Amaro.

N.º 236, de 1877, approvando a pensão de 60\$000 concedida a D. Thereza Rosa Martins Caldas.

Levantou-se a sessão ás 2 horas e 40 minutos da tarde.

## 32.ª Sessão

EM 13 DE FEVEREIRO DE 1879.

PRESIDENCIA DO SR. VISCONDE DE JAGUARY.

**SUMARIO.** — Expediente. — Oito proposições da camara dos Srs. deputados sobre matricula de estudantes. — Observações e requerimento do Sr. Correia sobre a ultima emissão do papel-moeda. — Discurso e requerimento do Sr. Silveira Lobo sobre negocios do Rio Grande do Norte. — Discurso do Sr. presidente do conselho. — 1.ª parte da ordem do dia. — Licença ao professor do collegio de Pedro II Dr. Antonio José de Souza. Approvação em 3.ª discussão. — Resposta á falla do throno. — Discurso do Sr. Silveira da Motta. — 2.ª parte da ordem do dia. — Cessão de um proprio nacional no Recife. — Pensão a D. Thereza Rosa Martins Caldas. Encerramento da discussão.

Às 11 horas da manhã acharam-se presentes 30 Srs. senadores, a saber: Visconde do Jaguar, Dias de Carvalho, Cruz Machado, Barão de Mamanguape, Godoy, Visconde de Abaeté, Barão da Laguna, Visconde do Rio Grande, Visconde de Nietheroy, Chichorro, Almeida e Albuquerque, Silveira da Motta, Teixeira Junior, Correia, Visconde de Bom Retiro, Barros Barreto, Leão Velloso, Barão de Maroim, Luiz Carlos, Candido Mendes, Visconde de Muritiba, Silveira Lobo, Antão, Dantas, Diogo Velho, Paranaguá, Diniz, Uchôa Cavalcanti, Leitão da Cunha e Junqueira.

Compareceram depois os Srs. Vieira da Silva, Barão de Pirapama, Barão de Cotegipe, Cunha e Figueiredo, Sinubati, Ribeiro da Luz, Fausto de Aguiar, Fernandes da Cunha e Saralva.

Deixaram de comparecer, com causa partici-

pada, Firmino, Paula Pessoa, João Alfredo, Marquez do Herval e Visconde do Rio Branco.

Deixaram de comparecer, sem causa partici-

pada, os Srs. Nunes Gonçalves, Barão de Souza

Queiroz, Jaguaribe, Octaviano, Paes de Mendonça e Visconde de Suassuna.

O Sr. PRESIDENTE abriu a sessão.

Leu-se a acta da sessão antecedente e, não havendo quem sobre ella fizesse observações, deu-se por approvada.

O Sr. 1.º secretario deu conta do seguinte

## EXPEDIENTE.

## Offícios:

Do ministerio do Imperio, de 11 do corrente, remetendo o officio do presidente da provincia de S. Paulo de 3, prestando informações sobre a eleição do collegio de Mogy-mirim, cuja authenticia foi requisitada em officio do senado de 21 do mez findo.

Do ministerio da fazenda, de 12 do corrente, informando a respeito da proposição da camara dos Srs. deputados n.º 310 de 1873. — A quem fez a requisição.

Do presidente da provincia de Minas Geraes, de 3 do corrente, remetendo as actas da eleição a que se procedeu ultimamente para o preenchimento da vaga do fallecido senador Barão de Camargos, nos seguintes collegios: Ouro Preto, Caldas, Paracatu, Cabo Verde, Caethé, Arassuahy, Diamantina, Minas Novas, Santo Antonio dos Patos, Grão-Mogol, Patrocínio, Januaria, cidade Viçosa de Santa Rita, Serro, Baependy, Oliveira, Rio Preto, Tamanduá, Pará, S. José d'El-Rey, Pomba, Lavras, Pitangui, Bom Sucesso, Abaeté, Formiga, Turro, Dolores da Boa Esperança, Santa Barbara, Queluz, Itabira, Pouso Alto, Santissimo Sacramento, Araxá, Tres Pontas, Piumhi e Sabará. — A' commissão de constituição.

Cartas imperiaes de 8 do corrente, de nomeação de senador pela provincia do Ceará, dos Srs. conselheiro José Liberato Barroso e João Ernesto Viriato de Medeiros. — A' mesma commissão para dar parecer com urgencia.

Oito officios de 11 do corrente, do 1.º secretario da camara dos deputados, remetendo as seguintes

## Proposições.

• A assembléa geral resolve:

• Art. 1.º E' o governo autorizado a mandar que Augusto Gomes de Almeida Lima seja admittido á matricula do 3.º anno medico da faculdade de medicina desta corte, depois de approvado em anatomia e physiologia do 1.º e 2.º annos da mesma faculdade.

• Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

• Paço da camara dos deputados em 11 de Fevereiro de 1879. — Visconde de Prados. — M. Alves de Araujo.

A assembléa geral resolve:

• Art. 1.º E' autorizado o governo para mandar admittir a exame das materias do 1.º anno da faculdade de direito do Recife, visto ter os preparatorios exigidos, o alumno ouvinte da mesma faculdade, José Augusto de Oliveira, e ter frequentado como ouvinte as respectivas aulas.



• Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

• Paço da camara dos deputados em 11 de Fevereiro de 1879.—*Visconde de Prados.*—*José Feliciano Horta de Araujo.*—*M. Alves de Araujo.*

• A assembleia geral resolve:

• Art. 1.º E' autorizado o governo para mandar admitir a exame das materias do 1.º anno na faculdade de direito do Recife o estudante ouvinte da mesma faculdade José Izidoro Martins Junior, visto estar approvado em todos os preparatorios exigidos por lei, e ter frequentado como ouvinte as respectivas aulas.

• Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

• Paço da camara dos deputados em 11 de Fevereiro de 1879.—*Visconde de Prados.*—*José Feliciano Horta de Araujo.*—*M. Alves de Araujo.*

• A assembleia geral resolve:

• Art. 1.º E' autorizado o governo para mandar admitir a exame das materias do 3.º anno da faculdade de medicina do Rio de Janeiro, pagas as respectivas matriculas, o alumno José Maria Moreira Senra, que frequentou como ouvinte as aulas desse anno.

• Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

• Paço da camara dos deputados em 11 de Fevereiro de 1879.—*Visconde de Prados.*—*José Feliciano Horta de Araujo.*—*M. Alves de Araujo.*

• A assembleia geral resolve:

• Art. 1.º O governo é autorizado para mandar admitir a exame vago das materias do 4.º anno da faculdade de direito de S. Paulo o estudante Luiz Ferreira Garcia, visto ter perdido o anno por motivo de molestia grave, e, depois de approvado, a matricula do anno seguinte.

• Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

• Paço da camara dos deputados em 11 de Fevereiro de 1879.—*Visconde de Prados.*—*José Feliciano Horta de Araujo.*—*M. Alves de Araujo.*

• A assembleia geral resolve:

• Art. 1.º E' autorizado o governo para mandar admitir a exame das materias do 1.º anno da faculdade de direito do Recife, o alumno ouvinte da mesma faculdade Benilde Romero, visto ter todos os preparatorios exigidos por lei, e ter frequentado como ouvinte as respectivas aulas.

• Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

• Paço da camara dos deputados em 11 de Fevereiro de 1879.—*Visconde de Prados.*—*José Feliciano Horta de Araujo.*—*M. Alves de Araujo.*

• A assembleia geral resolve:

• Art. 1.º E' o governo autorizado a mandar admitir Gustavo Bittencourt Cotrim, alumno paisano da escola de marinha, a fazer exame das materias da 1.ª cadeira do 2.º anno, a fim de matricular-se no 3.º anno da referida escola, sujeitando-se, porém, previamente ao exame de generalidades, como é de preceito do regulamento da mesma escola.

• Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

• Paço da camara dos deputados em 11 de Fevereiro de 1879.—*Visconde de Prados.*—*José Feliciano Horta de Araujo.*—*M. Alves de Araujo.*

V. II

• A assembleia geral resolve:

• Artigo unico. O governo é autorizado a mandar que João Frederico Abbot se matricule no 3.º anno medico da faculdade de medicina desta corte, depois de mostrar-se approvado em anatomia e physiologia do 1.º e 2.º anno; revogadas as disposições em contrario.

• Paço da camara dos deputados em 11 de Fevereiro de 1879.—*Visconde de Prados.*—*José Feliciano Horta de Araujo.*—*M. Alves de Araujo.*

Foram todas remettidas á commissão de instrucção publica.

#### EMIÇÃO DE PAPEL-MOEDA.

**O Sr. Correia:**—Em officio de 8 do corrente, dirigido ao nobre Sr. 1.º secretario, o Sr. ex-ministro da fazenda declarou não poder satisfazer a requisição do senado sobre a remessa da consulta do conselho de Estado na reunião de 30 de Março do anno passado, em que se tratou da emissão de papel-moeda, por não haver consulta sobre semelhante assumpto na repartição a seu cargo.

Comquanto pareça regular que estivesse nessa repartição a consulta de que trato, em razão da natureza do assumpto e de competir ao ministro da fazenda a resolução, não farei questão sobre este ponto. Desde que a existencia do documento não pode ser contestada, depois da declaração que nesta casa fez o nobre Sr. presidente do conselho, o qual entendeu que elle podia ser presente ao senado, si este assim o julgasse conveniente, vou de novo requerer que tal consulta seja enviada ao senado, dirigindo-se o officio ao ministerio do Imperio, pois que nesse ministerio deve estar o livro das actas do conselho de Estado, do qual ha de constar a dita consulta.

Foi lido, apoiado e approved sem discussão o seguinte

#### Requerimento.

« Requeiro que, pelo ministerio do Imperio, se peça ao governo copia da consulta do conselho de Estado na reunião de 30 de Março, em que se tratou da emissão de papel-moeda. — *Manoel Francisco Correia.* »

#### NEGOCIOS DO RIO GRANDE DO NORTE.

**O Sr. Silveira Lobo:**—Sr. presidente, ante-hontem, ás 6 1/2 horas da tarde, recebi um telegramma, procedente da provincia do Rio Grande do Norte, que me foi dirigido pelo Sr. Mathias Antonio da Fonseca Morato, primeiro vice-presidente daquela provincia. Tendo a mudança atmospherica, que houve hontem, aggravado os meus incommodos, só hoje posso corresponder ás vistas de quem me endereçou o telegramma, e para este fim necessito de fundamentar um requerimento.

Comencarei pela leitura do telegramma:

« Do 1.º vice-presidente da provincia do Rio-Grande do Norte. Foi nomeado 1.º vice-presidente desta provincia a 9 do Janeiro, a 31 assumi a administração. »

« No dia 3 do Fevereiro, quando não havia praticado acto algum, telegrammas annuciavam a minha demissão com data de 31 daquelle mez. »

« Não demitti nem suspendi empregado algum. »

« Não desbaratei os dinheiros publicos, como se disse falsamente do meu antecessor, apenas mandei aviar uma ambulancia para Pau de Ferro e ordenei as despesas indispensaveis com o restabelecimento da ordem publica em Mossoró, as quaes a thesouraria ainda não quiz satisfazer.

« Fez-se-me descer da minha cadeira do magistrado para collocar-se-me em posição humilhante, querendo-se que servisse do lacai a um 2.º escripturario da thesouraria, enfatuado e insolente. —(Assignado)—Dr. Mathias Antonio da Fonseca Morato.»

Sr. presidente, consta-me que o Sr. Dr. Morato acha-se demittido. Ao publico interessa saber os motivos desta demissão. E' na verdade extraordinario o occorrido, e mais que fundamentada e justa a queixa contida no telegramma que acabo de ler, e que foi dirigido pelo Sr. Dr. Morato.

O Sr. Dr. Mathias Morato é um magistrado intelligente, pertence á 3.ª entrancia, tem dado provas de sua capacidade moral e intellectual; é um caracter que symbolisa a honradez e o merecimento real.

O Sr. RIBEIRO DA LUZ:— Conheci-o como estudante em S. Paulo: era um moço distincto.

O Sr. SILVEIRA LONO:—E' um homem distincto, como bem diz o nobre senador por Minas, pela sua moralidade e pela sua sinez.

O governo rendendo homenagem a estas grandes qualidades, e reconhecendo a realidade dellas, chamou-o para vice-presidente da provincia. Entretanto, nesta época de jogo, de conveniencias politicas que tudo abalam, que não deixam seguro direito algum, ainda bem não tinha commettido um só acto administrativo; sem que houvesse demittido ou suspendido empregado algum, sem motivos, senhores, é sorprendido e sem duvida desmoralisado por um acto do governo. Os manobristas subterraneos já haviam promovido sua demissão e cinco dias depois de empossado na administração da provincia, e sem haver praticado acto algum, propala-se alli a noticia da sua exoneração.

Já se vê, senhores, que nestes actos, como em todos os outros, o governo não é dirigido por si, mas sim pela dependencia daquelles cuja benevolencia, concurso ou votos carece angariar.

Senhores, qual o procedimento do governo? Precisamente uma illegalidade, e illegalidade que importa quebra do principio da autoridade.

A' vista das reclamações que a opinião publica tem levantado em relação aos dinheiros que por motivo da sécca têm sido gastos, reclamações fundadas em abusos reconhecidos pelo proprio governo, este, em vez de nomear para os cargos de presidentes de provincia cidadãos que lhe inspirem plena confiança, estabelece a pratica ruinosa e desmoralisadora de ter empregados de sua confiança fiscalizando e pondo embaraços aos actos das administrações provinciales, pratica que é um verdadeiro attentado, como tudo que emana do actual ministerio.

Legalmente não pôde o ministerio mandar que taes fiscalis intervenham na esphera das attribuições que estão marcadas ás presidencias. Dentro dessa esphera ellas têm um poder tão completo como quaesquer outras autoridades, como o poder geral em relação á constituição do Estado, que lhe traçou as attribuições. O governo assim commetteu criminosa illegalidade, intervindo propo-

sitalmente no que lhe não compete, e intervindo sem necessidade, porque, si tivesse a coragem do dever e da dignidade, si estivesse elle fallando a verdade ao paiz, teria recorrido ao expediente regular, legal, que era a substituição do funcionario suspeito. Mas, levada do suspeito zelo o sem querer attingir os verdadeiros culpados, manda que seus fiscaes acerquem os que não commettem crimes, e neste caso está o Dr. Morato, além de que ficou provado que não ha culpas nem crimes por mais fiscalisação que o governo exerça.

Não se importa o governo de commetter os maiores attentados, e nesta sua marcha acarreta a culpa de fazer complices o de propagar o crime; pois, é evidente, diante de nossa legislação, que esse 2.º escripturario é tambem criminoso por estar obedecendo a uma ordem illegal, e tanto mais criminoso quanto exerce elle a função de perturbar a acção da autoridade legalmente constituida, qual era sem duvida o vice-presidente do Rio Grande do Norte.

E não se trata só do Sr. Dr. Morato, porque tambem o seu antecessor foi demittido, e sobre este facto occupar-me-hei opportunamente.

O governo, como tenho dito, continúa a rebaixar o principio da autoridade na pessoa de seus delegados; estabelece e tenta firmar a anarchia; sem motivo algum falta á fé dos contratos; estabelece a desordem no curso regular do serviço com essa intervenção indebita, porque a intervenção do seu extravagante agente fez com que os soccorros cessassem em Mossoró, e a cessação desses soccorros trouxe, como o senado sabe, um verdadeiro morticínio. O commandante do destacamento e alguns soldados foram victimas de uma amotinção ensanguentada, por não terem chegado a tempo os soccorros promettidos.

Pela culposa inobservancia dos contratos desmoralisou o seu delegado, porque isto, tendo sido desattendido no pagamento em tempo determinado, vê-se nas condições de se encontrar com fornecedores e negociantes, que exigem pagamento adiantado.

E, senhores, devo notar uma circumstancia. Nesta época anormal, de verdadeiro absolutismo, em que nenhum caso se faz da lei e da moralidade, o agente do governo, esse 2.º escripturario, foi investido do exercicio do cargo de thesoureiro provincial; por via do telegramma entrou no mesmo exercicio sem prestar juramento; no exercicio deste cargo, illegalmente assumido, elle tem commettido esses attentados.

E ha ainda a notar-se, além da faca juridica, a faca moral, que é hedionda, deste procedimento, digno certamente do caracter do nobre presidente do conselho, cuja lealdade e moralidade ainda hontem foram preconizadas pelo seu collega da fazenda. Quem escolhe um empregado pelas qualidades que nelle reconhece, nessa escolha manifesta apreço e confiança nessas mesmas qualidades; o escolhido, accitando, descansa na sinceridade de uma tal apreciação.

Entretanto o governo, de que é chefe e pelo qual responde o nobre presidente do conselho, falta a essa fé. Isto é, pratica um acto de deslealdade, que é a condição *sine qua* não ha, não existe isto que se chama cavalheirismo. E' perfido em tudo; em relação a esse delegado escolhido, em relação ás idéas liberaes em relação aos meios que emprega.

Eu, portanto, Sr. presidente, querendo formar

julzo mais seguro sobre o estado anarchico e deploável a que o governo tem levado aquella infeliz provincia, querendo provocar discussão mais larga, vou ter a honra de submeter ao senado um requerimento, em que peço cópia de toda a correspondencia havida, tanto em relação ao ex-vice-presidente, como ao que lhe antecedeu.

É o que tinha a dizer.

Foi lido, apolado e posto em discussão o seguinte

#### *Requerimento.*

«Requeiro que se peça ao governo, pelo ministerio da fazenda, copia de toda a correspondencia official e telegrammas trocados entre o governo geral e os dous vice-presidentes que têm estado no exercicio da administração da provincia do Rio Grande do Norte.—*Silveira Lobo.*»

**O Sr. Cansansão de Sinimbu** (*presidente do conselho*):—Sr. presidente, cabe-me informar ao senado dos successos occorridos ultimamente na provincia do Rio Grande do Norte e das nomeações que o governo julgou conveniente fazer.

Depois da sahida do presidente da provincia, que, por enfermo, veio para esta corte, assumiu alli a administração o vice-presidente o Sr. Dr. Januario Bezerra Montenegro. No exercicio desse cargo, commetteu elle algumas tropelias, que não puderam merecer a approvação do governo; sobresahindo entre ellas, a de mandar effectuar pagamentos indebitos a fornecedores, cujas contas inspiravam suspeitas e tinham sido rejeitadas pelo presidente effectivo.

**O Sr. Silveira Lobo**:—Não apoiado; tenho informações em contrario de que elle até mandou consultar ao governo.

**O Sr. Cansansão de Sinimbu** (*presidente do conselho*):—Nestas circumstancias, tomou o governo providencias que lhe pareceram adequadas: a primeira, foi mandar o meu collega ex-ministro da fazenda um empregado do thesouro de sua confiança para fiscalisar os dinheiros da thesouraria, não consentindo que se fizessem pagamentos indebitos; a segunda, foi conceder exoneração ao vice-presidente, cujo procedimento não podia o governo approvar. Era preciso que pessoa idonea pudesse substituir incontinenti a esse vice-presidente, e o governo entendeu que o juiz de direito da capital, o Sr. Dr. Morato, reunia todas as condições desejaveis, e por isso o nomeou para esse cargo.

Aconteceu, Sr. presidente, que o anterior vice-presidente, entre as tropelias commettidas mandasse cercar a thesouraria com a intenção de fazer abrir os cofres publicos para se effectuarem pagamentos indebitos e determinando a prisão do respectivo thesourario.

**O Sr. Silveira Lobo**:—Tudo isto tem explicação.

**O Sr. Cansansão de Sinimbu** (*presidente do conselho*):—Era indispensavel que a victima dessa perseguição, o encarregado do thesouro, encontrasse quem lhe pudesse garantir sua liberdade; e foi em attenção a isto que o governo deliberou exonerar o Sr. Dr. Morato, não porque não confiasse em sua intelligencia e probidade, mas, porque reconheceu que a capital do Rio Grande do Norte carecia de um magistrado capaz de fazer justiça.

**O Sr. Silveira da Motta**:—Elle é um magistrado muito digno.

**O Sr. Cansansão de Sinimbu** (*presidente do conselho*):—Ao envez de ser essa exoneração offensiva, é, pelo contrario, honrosa, porquanto o governo a praticou por entender que a capital do Rio Grande do Norte, nas circumstancias em que se achava, carecia indeclinavelmente de um magistrado que pudesse fazer justiça aos empregados que estavam sob a ameaça do vice-presidente.

**O Sr. Silveira Lobo**:—Isso não tem principio nenhum.

**O Sr. Cansansão de Sinimbu** (*presidente do conselho*):—A nomeação do Sr. Morato para a vice-presidencia proveiu da necessidade de contar-se com uma pessoa que estivesse na capital e fosse capaz de assumir a administração.

**O Sr. Silveira Lobo**:—E, entretanto, despede-o deslealmente como um laçao.

**O Sr. Cruz Machado** dá um aparte.

**O Sr. Cansansão de Sinimbu** (*presidente do conselho*):—O governo, repito, entendeu que devia exonerar-o, porque o empregado da thesouraria queixou-se que estava ameaçado de ser preso, e não tinha sequer a quem recorrer para *habeas corpus*; e portanto, era indispensavel que houvesse um magistrado capaz de fazer justiça, e não podia ser outro sinão o juiz de direito, o Sr. Dr. Morato.

O governo nomeou tambem dous vice-presidentes, pessoas de muita confiança, e talvez conhecidas de alguns dos Srs. senadores, o Dr. Vicente de Siqueira e o Dr. Olyntho José Meira.

**O Sr. Silveira Lobo**:—A vara não estava provida.

**O Sr. Cansansão de Sinimbu** (*presidente do conselho*):—Devo informar mais ao senado que já se acha nomeado ha dias o presidente para a provincia do Rio Grande do Norte, e que esta nomeação recahiu em um cidadão muito respeitavel, de quem espera o governo toda a cooperação e lealdade, é o Sr. Dr. Lobato, distincto advogado do Taubaté, da provincia do S. Paulo. Devia partir no dia 10 do corrente, mas por incommodos da sua familia adiou a partida para o dia 20.

Encerrada a discussão, foi approvado o requerimento do Sr. Silveira Lobo.

#### PRIMEIRA PARTE DA ORDEM DO DIA.

##### LICENÇA.

Votou-se em 3.<sup>a</sup> discussão e foi approvada para ser dirigida a sanção imperial a proposição da camara dos Srs. deputados n. 2 do corrente anno autorizando o governo para conceder um anno de licença com todos os vencimentos ao professor do imperial collegio de Pedro II Dr. Antonio José do Souza.

##### RESPOSTA À FALLA DO THRONO.

Proseguiu a discussão do projecto de resposta á falla do throno, com a emenda do Sr. Silveira da Motta.

**O Sr. Silveira da Motta**:—Sr. presidente, esta situação politica nasceu com muita esperanza minha de que os destinos deste país

fossem satisfeitos, pondo-se o governo á testa das reformas politicas e administrativas que são altamente e ha muito reclamadas pela nação.

A essa esperanza, porém, succedeu um amargo desapontamento e por isso é que o senado ha visto que a minha posição no parlamento tem sido hostil á administração actual.

Tenho, pois, Sr. presidente, de aproveitar a discussão geral da falla do throno para dar ao paiz as razões da minha posição em opposição ao ministerio.

Admiro muito as praticas parlamentares inglezas, que com frequencia são invocadas para reduzir a falla do throno a um acto de mera cortezia para com a Corôa; mas, admirando-as, nunca segui-as, porque entendo que as razões por que na Inglaterra essas praticas são adoptadas não se dão em nosso paiz.

Por isso tenho mais de uma vez me aproveitado da discussão geral do voto de graças para exprimir as minhas opiniões no parlamento.

Antes de entrar, Sr. presidente, nesta discussão geral, tenho necessidade de responder ao nobre senador pela Bahia, que hontem encetou este debate, como membro da commissão de resposta á falla do throno, visto que S. Ex. impugnou uma emenda, que offereci. Cumpre-me portanto apreciar as razões que S. Ex. produziu; assim como tenho de encerrar o procelimento do nobre presidente do conselho a respeito da sua opinião quanto ao voto de graças.

Permitta, pois, o senado que eu liquide estes incidentes antes de tudo.

Sr. presidente, minha emenda ao voto de graças é muito comprehensivel. A Corôa, no seu discurso de abertura, disse (*lendo*): « Reconhecida a necessidade de substituir o systema eleitoral vigente pelo de eleição directa, cumpre que, mediante reforma constitucional o decretéis, assim de que o concurso de cidadãos devidamente habilitados a exercer tão importante direito, contribua effezmente para realidade do systema representativo. »

Como respondeu a commissão a esse periodo do discurso da Corôa? Com este laconismo (*le*):

« A reforma do systema eleitoral vigente será objecto de serio estudo e meditação do senado. »

Minha emenda substitue este laconismo pelas seguintes phrases (*le*): « A reforma do systema eleitoral vigente é uma necessidade reconhecida por todos os brasileiros. »

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—Ci por mim, não.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Sempre ha alguma excepção.

O Sr. DANTAS:—E não ha regra sem excepção.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Ha uma universalidade moral (*Continuando a ler*) «... é uma necessidade reconhecida por todos os brasileiros (não duvido que haja excepções) e por isso será objecto de serio estudo e meditação do senado; procurando este, como sempre, inspirar-se nas verdadeiras manifestações da opinião nacional. »

Ora, Sr. presidente, o nobre senador que repelliu esta emenda, e intentou-se com dizer: « Passando a occupar-se com a emenda do nobre senador por Goyaz, declara-a desnecessaria, pois que no projecto de resposta se disse quanto era preciso, sem fazer declaração prévia do voto neste ou naquella sentido. »

Do sorte que minha emenda é *franja*, não vale nada!

O Sr. JUNQUEIRA:—V. Ex. acaba de ler o resumo do meu discurso.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Li o *Diario Official*.

O Sr. JUNQUEIRA:—Mas ali está o resumo; eu acrescentei alguma coisa, que será agradável a V. Ex.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Obrigado. Mas V. Ex. declarou desnecessaria minha emenda, acrescentando que não havia precisão de annunciar-se o voto nesse ou naquella sentido. Justamente neste ponto foi que o nobre senador precipitou o seu juizo; porque, quando se responde á Corôa, por mais positivas e terminantes que sejam as phrases em que ella se exprimeu, entendo que o senado poderá ter o direito de susceptibilisar-se por essas phrases determinativas, sendo conhecido estylo parlamentar, que em taes peças, a Corôa, dirigindo-se ao parlamento, use de expressões as mais benevolas, e esperancosas, appellando sempre para o concurso do parlamento, e nunca impondo-lhe, como se impoz na ultima falla do throno; mas é dever do senado, quando responde, embora susceptibilizado por essa má forma, ser franco e não occultar na resposta um pensamento reservado, que indique contradicção ao principio reconhecido na falla do throno.

Ora, senhores, sabe o senado que se tem procurado incutir no animo publico a idéa falsa de uma luta entre a camara electiva e o senado a respeito da reforma eleitoral; e tanto se tem procurado isso que o nobre presidente do conselho já deu azo a esta suspella, declarando em um discurso seu na camara...

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*):—E' uma these.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—... que não esperava relutancia do senado á reforma eleitoral, mas que, si acaso o senado se interpuzesse entre a camara e a Corôa então tomaria o governo sua deliberação. Este facto importantissimo deu vulto a essa falsa e inculcada luta entre a camara electiva e o senado a respeito da reforma eleitoral.

E', porém, tão falsa essa apprehensão que no senado, creio eu, fazendo justiça a todos os caracteres, poucos são os senadores que têm idéas oppostas á substituição do systema directo ao indirecto da eleição. Todo o lado liberal desta casa opinou já pela reforma eleitoral no sentido directo; e do lado conservador, homens dos mais eminentes adiantaram-se a seus correligionarios: ali está o meu illustre amigo, o Sr. Barão de Cotegipe....

O Sr. BARNES BARRETO:—E' o unico peccado politico que lhe noto.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—... que, ainda quando se estava tratando aqui da lei vigente, da representação das minorias....

O Sr. SILVEIRA LONO:—Apoiado.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—... foi um dos que se adiantaram emitindo sua opinião a favor da eleição directa.

O Sr. SILVEIRA LONO:—Mas tinha em monte o censo conservador, o censo alto.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Não sei.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE: — *De interna solus Deus.*

O SR. SILVEIRA LOBO: — Faço justiça á coherencia de V. EX.

O SR. PRESIDENTE: — Peço attenção.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA: — Estou demonstrando, senhores, com estes factos uma these: que havia apprehensão do luto entre a camara electiva e o senado a respeito da reforma eleitoral, e confirmei essa apprehensão com a opinião do nobre presidente do conselho que, comquanto não a alimente, a enunciou como possível.

O SR. CANSANÇÃO DE SINIMBU' (presidente do conselho): — Em these.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA: — Isso na boca de qualquer de nós não poderia ter a importancia que teve na boca do nobre presidente do conselho, que achando-se á testa do movimento para esta reforma, devia mostrar-se completamente desprovenido....

O SR. CANSANÇÃO DE SINIMBU' (presidente do conselho): — Estou, e assim o disse na camara.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA: — ....desse perigo da resistencia do senado.

O SR. CANSANÇÃO DE SINIMBU' (presidente do conselho): — Refira-se a meu discurso.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA: — Estou me referindo a elle; não é possível estar sempre lendo trechos.

Ora, sendo assim, o que convinha? Esso laconismo da resposta á falla do throno pôde encerrar uma *arrière pensée* de resistencia e dar por consequencia importancia e vulto a essa desconfiança que eu queria evitar.

Portanto, no papel ao menos, o dever daquelles que são favoráveis á eleição directa era dizer ao throno: Não era preciso que decretasseis a reforma eleitoral na falla do throno; não era preciso que nos intimasseis a necessidade dessa reforma, pois que isto a nós pertence....

O SR. SILVEIRA LOBO: — E a intimação vai por diante, vai ali á constituinte.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA: — ... porém fica certo de que o senado patriótico como é....

O SR. BARROS BARRETO: — Ha de saber resistir.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA: — ... judicioso como é, ha de saber penetrar-se da vontade nacional para conformar-se com ella.

O compenetrar-se com a vontade nacional, senhores, não exclue a resistencia á imposição de uma reforma em taes ou taes termos, porque a questão da reforma eleitoral não é tão simples como se asigura a alguns espiritos, que a querem impôr como um evangelho, qualquer que seja a fórma em que se apresente; tem muitas difficuldades, e eu entrarei nellas, mas não agora. Estou apenas respondendo á impugnação, que fez o nobre membro da commissão do voto de graças, julgando desnecessaria minha emenda, porque tudo estava implicitamente comprehendido naquella laconica expressão da resposta á falla do throno.

Ora bem, senhores; entendo, portanto, que o nobre senador, em lugar de repellir a emenda que eu fiz, devia antes acceitá-la como um desenvolvimento ao principio que elle mesmo talvez reservadamente quiz enunciar no seu laconismo.

Pois, senhores, fica mal no senado dizer que ha de inspirar-se na vontade nacional? fica mal no

senado o premunir-se do direito de resistir que encerra-se nestas expressões?!

Agora, Sr. presidente, que respondi ao nobre senador, passo a responder tambem ao nobre presidente do conselho, ainda que S. EX., quando deu sua opinião sobre a resposta á falla do throno, não a emittiu sobre a minha emenda. Porém, acho que fez bem, porque S. EX. não emitindo opinião a respeito da minha emenda, deu a razão geral por que lhe era inteiramente indifferente a resposta, fosse qual fosse....

O SR. CANSANÇÃO DE SINIMBU' (presidente do conselho): — Não, senhor.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA: — ... pela razão unica de que o senado não faz politica.

Ora, senhores, isto é um desdem insupportavel para uma corporação como o senado!

O nobre ministro disse que a resposta não era hesitante, que não lhe contentava, mas que tudo lhe serviu, e concluiu: como o senado não faz politica, que importa que os senhores digam mal de mim?

Senhores, ainda não vi nesta casa um ministro que ousasse ter semelhante linguagem, o eu sempre protestei nesta tribuna contra essa pretensão de ministros que querem excluir o senado de fazer politica; não, não podem excluir (apoiados).

O SR. FERNANDES DA CUNHA: — Foi uma doutrina commoda para certa situação.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA: — O senado, senhores, como segunda camara, organizado com os elementos que tem, não pôde ser excluido de fazer politica no paiz.

Os nobres ministros confundem as cousas. O que no senado não se pôde fazer, é — questão de gabinete (apoiados).

O SR. SILVEIRA LOBO: — Limita-se a isto, mais nada.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA: — E porque, senhores? Porque o governo não tem correctivo para o abuso que porventura o senado pudesse commetter. Mas entre o não poder fazer questão de gabinete, o não pretender derribar ministerio e o não fazer politica, ha muita differença.

O SR. FERNANDES DA CUNHA: — Apoiado; então seria o senado uma inutilidade perfeita.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA: — O senado faz politica desde que intervem na confecção de qualquer lei; é um acto de soberania que exerce no seu ramo, e por consequencia é um acto politico. E não é só em relação á confecção geral de uma lei: pois nós não temos voto para a decretação do imposto? não temos voto para fixação das forças de mar e de terra? (apoiados).

Pôde haver uma prerogativa, uma intervenção mais importante do que esta da segunda camara para a votação do imposto? (apoiados). A unica limitação que o senado tem a este respeito é a da iniciativa, que pertence á camara electiva; mas, uma vez exercida a iniciativa, pertence ao senado a collaboração nas leis.

O SR. SILVEIRA LOBO: — E podemos até substituir tudo quanto vem de lá.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA: — Não é só, senhores, a respeito destas leis; ali para as reformas constitucionaes, em alguns casos, a constituição reserva ao senado uma certa intervenção. Como é, por-

tanto, que o nobre ministro vem pregar uma doutrina heretica como esta de que o senado não faz politica? Quer-se principiar por excluir o senado da cooperação do movimento politico do paiz, segregando-o e fazendo assim delle apenas uma reunião de homens que vêm receber subsidio?

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Querem reduzir o senado do imperio napoleónico.

O Sr. SILVEIRA LOBO:—V. Ex. vai muito bem quando esta lebre.

O Sr. SILVEIRA DA MOTA:—Nas segundas camaras, cujas composições não têm numero fixo, que são alteraveis por a moção do chefe do Estado, ainda se poderia dizer que o governo tinha um correctivo sobre ellas e, portanto, mesmo estas poderiam fazer politica, porém no nosso paiz, em um senado de numero fixo, segundo a representação das provincias; em um senado que tem a mesma origem popular que a camara dos Srs. deputados; que é eleito pela mesma lei; cuja eleição é verificada em termos iguaes; que só tem a differença da lista triplice, do tal filtro que descebra, segundo a phrase do Sr. Antonio Carlos; pôde-se por ventura, só por causa do filtro, inhibir o senado de ser uma parte concomitante na politica do paiz?

Senhores, esses Srs. ministros precisam muito cohibir a sua linguagem; precisam tomar o conselho do Sr. Martinho Campos,—fatarem pouco,—porque elles ás vezes, quando querem dizer mais alguma coisa, cahem nestas... Como é que se pôde sustentar um governo que no senado diz: os senhores, digam o que quizerem na falla do throno, porque tudo me faz conta, porque vocês não fazem politica, não são nada neste mundo?!

O Sr. SILVEIRA LOBO:—O que querem são os votos.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÉ (presidente do conselho):—O nobre senador ha de permittir que lhe diga que protesto contra esta sua interpretação.

O Sr. SILVEIRA DA MOTA:—Mas V. Ex. não torne a repetir que o senado não faz politica, porque ha de ouvir-me, tenha paciencia (riso).

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÉ (presidente do conselho):—No fundo estou de accordo com V. Ex. É uma questão de palavras. Tudo está no sentido que se liga á palavra—politica.

O Sr. SILVEIRA DA MOTA:—Então é muito bom isto... Fiquem certos, senhores, de que o senado faz politica... Já não perdi o meu tempo!

Sr. presidente, eu que tinha tomado a palavra para entrar na discussão sobre o voto de graças, preferi começar tratando da minha emenda, principalmente pela necessidade de liquidar esta questão com o nobre presidente do conselho. Está liquidada, e com um saldo a meu favor; e, portanto vou agora principiar a discutir a falla do throno.

Sr. presidente, o paiz está sem duvida alguma escandalizado do espectáculo de camaras unanimes em virtude da mesma lei de eleições que produz resultados inversos, segundo os governos que se acham á testa da nação. O paiz está indignado, revolta-se, vendo que, si acaso é ministro o Sr. Cansanção de Sinimbé, manda-nos uma camara como a actual; e si é ministro, por exemplo, alli o meu nobre amigo, o Sr. Barão de Cotegipe, manda-nos uma camara de outro naipe, porém trabalho completo.

O Sr. BARRIOS BARRETO:—Não, senhor.

O Sr. VISCONDE DE BOM RETIRO:—Não, senhor, é com uma sexta parte de opposicionistas.

O Sr. SILVEIRA DA MOTA:—Com algumas figuras de monos... Os nobres senadores entendem...

O facto é, senhores, que o paiz está revoltado contra a influencia excessiva que o governo exerce nas eleições; e então em um paiz onde não são as maiorias numericas que elevam e derrubam ministerios, qual é o typo, qual é o thermometro, que ha de servir para legalizar as mudanças de situações politicas?

Nos paizes onde a eleição pôde produzir camaras que representem a vontade nacional, nesses paizes de governos regulares, como a Inglaterra, a Belgica, os Estados-Unidos e a Suissa, é possível achar nos parlamentos elementos que sirvam para que o chefe do Estado possa alterar as situações politicas, segundo as demonstrações parlamentares. Mas, entre nós isto não se pôde dar; e então em verdade, o chefe do Estado, si acaso não appellar para outro meio de verificar a opinião, está condemnado a ter administrações eternas no poder.

É preciso, pois, que nós concedamos ao chefe do Estado algum outro meio verificador da opinião do paiz sem serem as camaras. Qual é, porém, este outro meio verificador?

Nos paizes livres, habituados á expressão do pensamento pela imprensa, pelos meetings, e outras formas auxiliares da exhibição da vontade nacional, os governos têm esse recurso, para irem achar a vontade nacional, quando ella está em opposição ao governo do Estado e á maioria do seu parlamento; porém entre nós, é preciso confessar-o, todos esses meios auxiliares que existem nos paizes livres, a imprensa e as reuniões, não actuam de maneira que sem temor se possa descansar em taes demonstrações.

Nós sabemos o que é a imprensa no nosso paiz; e as reuniões começam agora, e começam incompletamente. Ora, para que a imprensa e as reuniões possam ser meios auxiliares para o chefe do Estado dirigir os negocios publicos, cumpre que o paiz esteja habituado a ter actividade, participando dessas manifestações.

A imprensa entre nós não está habituada a isto. Note-se que neste paiz é raro o jornal que tem mais de dez mil assignaturas. As reuniões publicas comparecem sempre os mesmos interessados, que têm as mesmas idéas; essas reuniões são antes conventiculos do que meetings.

Eis ali, senhores, porque eu digo que no nosso paiz esses meios auxiliares de formar opinião são muito confusos.

No intuito de provar esta confusão, peço licença ao senado para percorrer em resenha a marcha dos nossos negocios publicos desde uma certa epocha.

O ministerio do Sr. conselheiro Zacarias, de saudosissima memoria (apoiado), retirou-se em 1868, ha dez annos.

Este ministerio assistiu até a primeira phase da guerra, começada já por outro ministerio liberal, e teve sempre victorias no parlamento e triumphos no campo de batalha.

Pôde-se dizer que esse ministerio foi abandonado pela opinião publica, quando se retirou? Não; o ministerio do Sr. Zacarias retirou-se por uma colisão com o poder moderador (apoiado). Por ventura nessa retirada e na substituição do ministerio pelo Sr. Visconde de Itaborahy, a Coroa teria estudado

qual era a opinião que devia substituir áquelle gabinete? Haveria razão para que o ministerio passasse dos liberais para os conservadores?

Era preciso ouvir esses auxiliares, e verificar a opinião contraria á tribuna; contraria á maioria do parlamento; era preciso que houvesse meios auxiliares de verificar que a opinião procurava, pedia a ascensão de uma situação conservadora; mas dava-se isto, senhores? Não se dava. O ministerio Zacarias marchava desassombrado...

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:—Desassombradissimo.

O SR. SILVEIRA DA MOTA:—Eu direi o sentido... marchava desassombrado, com maioria...

UM SR. SENADOR:—De certo; os meios de governar, o senado nunca negou, nem ha de negar.

O SR. SILVEIRA DA MOTA:—O ministerio Zacarias marchava desassombrado, porque tinha maioria na camara, apesar da seissão no proprio partido progressista; marchava desassombrado porque o senado, que é quem poderia assombrar-o, nunca lhe negou recursos. O nobre ex-ministro a quem me refiro até veio pedir ao senado, onde estavam os seus maiores antagonistas financeiros, autorização para emitir papel-moeda, a coisa mais difficil que ha de conceder, e concedeu-se-lhe. Até eu, inimigo do papel falso, do papel-moeda, fiz nesta casa um discurso, mostrando os inconvenientes da emissão; mas sacrificando-me por ser pedida em estado de guerra.

Portanto, senhores, esse ministerio teria sido substituido por um gabinete conservador, porque os meios auxiliares de verificar a opinião nacional teriam indicado ao chefe do Estado que era preciso fazer subir ao poder o partido conservador? Não.

Entretanto note-se que foi chamado ao ministerio o nobre Visconde de Itaboraí, e a sua politica continuou ainda por tres ministerios, todos conservadores. E perguntarei eu: Quando o nobre Visconde de Itaboraí, ou cansado, ou por enjôo, ou fosse por que fosse, se retirou do ministerio, quem lhe succedeu? O poder que erá e muda as situações politicas, estudou nessa occasião qual era a opinião nacional a respeito do partido que devia ser chamado para substituir o Sr. Visconde de Itaboraí? Estou persuadido que nessa occasião devia ter sido chamado um ministerio liberal; entretanto foi chamado o Sr. Marquez de S. Vicente, cujo ministerio foi de pouca duração, e sendo de pouca duração, parece que mesmo a pouca duração do ministerio e as difficuldades que achou para continuar na marcha dos negocios o deveriam advertir de que se manifestava a opinião contra o mesmo ministerio.

Foi durante esse ministerio que principiam nestes paiz os *meetings*, as reuniões publicas, e o que se deprehendia dellas era uma opinião decidida contra o mesmo ministerio.

Onde está, pois, a craveira? onde está o thermometro? os meios artificiaes de estudar a vontade nacional, para conhecer quem deva substituir as situações extintas?

Nós vimos ainda que ao ministerio do Sr. Marquez de S. Vicente seguiu-se o ministerio de longa duração do Sr. Visconde do Rio Branco; mas, ainda então procurou-se por todos os meios apanhar essa opinião nacional que pôde legitimar a ascensão de um ministerio e a criação de uma situação nova? Creio que não... Apenas se disse que o partido

conservador estava em maioria, e por isso elle é quem devia governar.

Já sabe o senado o que fez o ministerio Rio Branco; ainda bem que tenho aqui testemunhas que me podem auxiliar.

O ministerio Rio Branco accitou a incumbencia de fazer reformas liberais no paiz. Ainda nenhum ministro ousou iniciar reformas tão importantes como esse gabinete iniciou. Vimos o partido conservador realizar reformas liberais, a liberdade do ventre, a reforma do elemento servil, a da guarda nacional, a da lei do recrutamento, e até a da lei de 3 de Dezembro, a reforma judiciaria, na qual o governo a par de muitos erros introduziu maiores garantias para o *habeas-corpus*, que o nobre ex-ministro da fazenda agora desrespeitou.

Foi justamente no ministerio do Sr. Visconde do Rio Branco que o chefe do Estado julgou tão firmada esta situação na opinião da maioria conservadora do paiz, que intentou e realizou sua primeira viagem sem preocupação alguma do perigo, quando o parlamento se occupava de uma medida importantissima, qual a reforma do elemento servil, e foi colher na Europa os louros da liberdade do ventre e abolir o beija-mão.

Senhores, era tal a idéa de que a situação conservadora devia continuar, e era apta para fazer a reforma das mais liberdades, que o resultado dessa primeira viagem está na falla do throno de 1873 na abertura e no encerramento da 2.ª sessão desse anno. A idéa, senhores, que iniciou-se, já no fim do ministerio Rio Branco, foi a idéa da reforma eleitoral para a representação do terço ou representação da minoria.

Ora, veja o senado si tenho ou não razão quando invoco a falta desso thermometro para verificar a opinião exterior ao parlamento, não fallo da opinião do parlamento, porque essa é ficticia e artificial, estou me referindo aos meios exteriores de verificar a opinião nacional.

Aqui está a falla do throno de 1873, onde o chefe do Estado enthusiasma-se pela tal utopia da representação das minorias, mais do que agora pela eleição directa o Sr. presidente do conselho: ( *lendo a falla do throno de 1873.* )

• O zelo que manifestastes, na discussão do projecto da lei eleitoral, assegura que dotareis em tempo a nação com essa indispensavel reforma....

Mas veja o nobre presidente do conselho que linguagem essa; o Sr. Rio Branco é mais diplomata do que V. Ex. (*Continúa a ler.*)

...que tem por fim corrigir os defeitos, geralmente sentidos, do systema vigente, e garantir legitima representação ás diversas opiniões politicas.

Não foi só, senhores, na primeira sessão deste anno, porque houve duas sessões no mesmo anno; aqui está a falla do encerramento da 2.ª sessão em 16 de Outubro de 1873, em que a Corôa, ainda enthusiasmada pela reforma eleitoral, pela tal utopia da representação das minorias, disse ( *lendo* ):

• A lei de eleições que, estabelecendo, além de melhor processo da qualificação, as incompatibilidades parlamentares, o alargamento dos eleitoraes e o principio da representação das minorias, produzirá benefica influencia na livre escolha dos representantes da nação; o que é empenho de honra para o governo.

Ora, senhores, de Outubro de 1873 até hoje, pouco mais ha de dous annos. Neste periodo de



dous annos, nestes esforços feitos pelo ministerio Rio Branco para fazer passar a tal lei actual que o governo chama fraudulenta, e que tem com effeito produzido fraudes de todo genero, nessas tentativas, o governo gastou muita força sua, e o paiz continuou a reagir ou reclamar reformas; mas não reformas electoraes, como essa a que, mesmo aqui no senado, todos os liberaes se oppuzeram. Mas neste esforço de fazer passar semelhante lei, retirou-se esse ministerio; e, Sr. presidente, o que se vê é que esse gabinete, que tinha tanta duração, desapareceu nas sombras das cambias Mauá. Foi o ultimo facto importante desse ministerio; e estou persuadido de que, conquanto eu faça muita honra ao presidente delle, o Sr. Visconde do Rio Branco, foi esse um facto que devia amargurar o muito, e até inutilisar aquelles esforços, porque, ainda mesmo innocentes os governos, elles carregam com o peso de seus erros; e os erros pesam às vezes mais do que os crimes.

O Sr. Visconde de Bom Retiro:— Apoiado.

O Sr. Junqueira:— Esse facto não deslustra o Sr. Visconde do Rio Branco.

O Sr. SILVEIRA DA MOTA:— O que eu disse é bastante; é desculpada a reclamação de V. Ex.

Os meios de verificar a opinião nacional para substituir a situação politica não seriam ainda sufficientes, quando se retirou o ministerio Rio Branco?

Eu vejo, senhores, que nessa occasião foi ainda chamado outro ministerio que continuou a situação conservadora, sob a presidencia do Sr. Duque de Caxias.

Esse gabinete durou todo o tempo da segunda viagem de Sua Magestade á roda do mundo.

Eu não creio, senhores, que durante anno e meio de sua viagem, si acaso os meios de verificar e descobrir a opinião nacional tivessem aconselhado ao chefe do Estado que o paiz corria perigo, que se precipitava pela marcha da administração conservadora do Sr. Duque de Caxias; eu não creio que o chefe do Estado pudesse levar a sua indifferença ao ponto de deixar continuar uma situação que a razão publica já repellia, deixando de mandar um telegramma advertindo á regente, sua filha, que o ministerio Caxias já se tornava inconveniente e devia ser substituído.

Portanto, este engano, esta illusão que sustentou quatro administrações conservadoras, durou precisamente até o momento em que o Sr. Duque de Caxias adoeceu.

Então foi chamado o nobre presidente do conselho.

Ora senhores, qual o resultado que se tira d'aqui? O resultado que se tira d'aqui é que todos esses meios exteriores do parlamento, que servem para verificar a opinião nacional e que podem aconselhar ao chefe do Estado a mudança de situação politica; todos esses meios estão reduzidos á absorção do poder moderador para crear e destruir situações.

Bem; somos chegados a este ponto já reconhecido, como está, até pelo proprio presidente do conselho, que confessou na camara temporaria, que não tinha subido pelos meios regulares.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU' (presidente do conselho):—Regulares são, mas não parlamentares.

O Sr. SILVEIRA DA MOTA:— No nosso paiz os meios regulares são os meios parlamentares; e quando V. Ex. disse na camara electiva, que não

tinha subido pelos meios regulares, eu achei exacto.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU' (presidente do conselho):—Não foi assim.

O Sr. SILVEIRA DA MOTA:— Porém ha um facto importante, que não pôde deixar de ser consiguado na apreciação destas causas de mudança de situação.

Quando os presidentes das duas camaras legislativas, os Srs. conselheiros Paulino e o nobre presidente do senado, Visconde de Jaguaray, foram chamados a S. Christovão, como consta da carta do Sr. Duque de Caxias que eu tenho aqui, e declararam ao chefe do Estado que o partido conservador se achava disposto a realizar a reforma eleitoral, ficou patente que, si acaso procediam os meios exteriores de verificar a tal razão nacional, para a constituição do ministerio conservador, não havia então razão para que estes dous cavalheiros não fossem julgados capazes de fazer a reforma.

Bem, senhores, a razão que deu o chefe do Estado eu achei muito boa, muito procedente.

Si acaso estão concordes as opiniões politicas dos dous partidos na realização da reforma eleitoral, é mais natural que faça esta reforma o partido liberal, porque a tem tido sempre na sua bandeira.

Agora o nobre presidente do conselho está com o paiz da bandeira (riso) e então deve-se-lhe entregar a reforma.

Mas, senhores, ha aqui um principio ou modo de proceder que me está parecendo uma grande illusão neste paiz. O ministerio Rio Branco foi incumbido de fazer as reformas mais liberaes, e agora vem um ministerio liberal ao qual se encarregou de effectuar reformas conservadoras.

A reforma eleitoral apresentada hontem na camara dos deputados pelo nobre presidente do conselho, não seria apresentada por nenhum dos conservadores *focões* desta casa.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU' (presidente do conselho):— Estou contente com ella.

O Sr. SILVEIRA DA MOTA:— De maneira que estão invertidos os papéis: quando se quer reforma liberal, chama-se ministerio conservador; quando se quer reforma conservadora, chama-se um ministerio liberal!

Senhores, é preciso ver o alcance que essas cousas têm.

O nobre presidente do conselho separou-se ultimamente de dous collegas (não quero dizer que os alijasse) mas emfim separou-se de dous collegas que, segundo se diz, pretendiam alguma coisa mais do que a reforma eleitoral, pois queriam a elegibilidade dos acatholicos. Agora é que eu tenho a decifração da sahida dos Srs. Silveira Martins e Barão de Villa Bella, porque entendo que estes cavalheiros, democratas como se ostentam, não podiam subscrever a reforma sustentada pelo nobre presidente do conselho.

Senhores, o nobre presidente do conselho leva o seu conservatorismo ao ponto de emprehender a reforma eleitoral restringindo o poder da assemblea constituinte, coisa que não pôde fazer em vista do artigo expresso da constituição, que só dá á camara ordinaria direito de indicar os artigos reformaveis, ficando a camara constituinte na plenitude do direito de legislar quanto aos meios de executar a reforma e quanto á extensão della.

Não posso crer, senhores; vejo, mas não creio nas cousas que vejo. Como é que depois de um barulho tamanho por causa da reforma eleitoral, de tantos destroços de ministerios, de tantas questões, de eleições tão disputadas, quer-se somente uma reforma restricta, apoucada, aristocratica, plutocratica...

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Apoiado.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — ... como é esta, que o nobre presidente do conselho vem apresentar ao senado, querendo trazar limites a essa constituinte, para que ella não possa transpor essas restricções? Não posso crer; duvido.

O nobre presidente do conselho tem muita confiança em si...

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU' (*presidente do conselho*): — Tenho confiança na idea.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — ... porque tem as costas muito quentes.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Até realizar a empreitada é omnipotente; depois terá a mesma sorte dos outros.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Mas não sei si faço temerariamente uma prophécia: apesar desta sufficiência á que alludo, para levar ao cabo a reforma, não sei si avanço temerariamente que S. Ex. não a realizará.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU' (*presidente do conselho*): — Si V. Ex. não conceder...

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Não é por nós: com esta gente, (*apontando para os bancos conservadores do senado*) V. Ex. já conta...

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU' (*presidente do conselho*): — Não senhor.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — E eu sei que já conta... (*Riso.*)

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU' (*presidente do conselho*): — Si conto, é por intermedia de V. Ex.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Comigo não conto, porque V. Ex. sabe que eu sou pela extensão do direito constituinte.

Agora, fallando em reforma eleitoral pelo systema directo, eu não devo, senhores, deixar a tribuna sem emitir a minha opinião, porque nunca evitei a responsabilidade das minhas convicções; amo muito a minha responsabilidade.

Senhores, entendo que a perfeição do systema de eleger é o suffragio universal, mas o suffragio universal daquelles que têm habilitações para escolher.

Não é o suffragio universal das massas, até das bestas de carroças, que passam pelas ruas nos dias de eleição, não.

Eu quero o suffragio universal de quem possa escolher um candidato. Por isto a minha idea tem sido sempre: — suffragio universal dos que sabem ler e escrever.

Ora, neste paiz, que está mais atrasado em instrução publica do que a Turquia, o homem que sabe ler e escrever, implicitamente tem a renda que o nobre presidente do conselho quer, com a differença de que a habilitação de saber ler e escrever é muito mais apprehensivel, muito mais verificavel e independente destas chicanas de renda. Portanto, é inutil, fallando-se em suffragio universal, estabelecer a condição da renda; o unico limite que se deve estabelecer é o de saber ler e es-

crever, condição que se deve provar no acto da eleição, escrevendo o votante o nome do candidato em quem vota, para que será preciso fazer districtos regionaes, circumscripções menores de um representante.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU' (*presidente do conselho*): — Isto é para a lei eleitoral.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Estou persuadido, Sr. presidente, de que este systema é a perfeição do methodo de eleger. Deixemo-nos, porém, de historias; não queiramos enganar, como os governos querem. Imagine o nobre presidente do conselho o mais subtil e o mais engenhoso dos systemas, que aperfeiçoe a natureza da qualificação plutocratica que estabelecerem; enquanto houver neste paiz a administração publica organizada como está nas provincias, não é possível haver eleição livre!

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Apoiado, o mais é mystificação.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Estude S. Ex., invente, o engenhe um meio para apurar a vontade nacional; mas esteja certo de que com a organização administrativa actual, é impossível obter a verdade das eleições.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU' (*presidente do conselho*): — Pois vamos modificar isto, e conto com V. Ex.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Vou dar o meu parecer, já que V. Ex. me convida.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU' (*presidente do conselho*): — Convidei V. Ex. para fazel-o opportunamente...

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Ah! vem o terrivel *opportunamente*! Para estes senhores nada é opportuno sinão esta *convinha* que S. Ex. propoz...

De maneira que agora no tal programma liberal de reformas estão já todas ellas baptisadas como aspirações do futuro!

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Opportunistas á Olivier...

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Mas, Sr. presidente, á vista de minha opinião, de que todos os meios, ainda os mais engenhosos, para fazer a reforma pelo systema directo, hão de produzir o mesmo resultado, appello para a reorganização administrativa.

Como é possível, senhores, qualquer que seja o systema de eleição e o expediente engenhoso adoptado pelo governo, que esses pro-consules mandados expressamente para as provincias, afim de agitar eleições, deixem de ter uma influencia immensa? Mesmo com a renda das 400,000 e com a exclusão dos que não sabem ler nem escrever, reduzindo-se deste modo o numero dos votantes, a pressão do governo ainda se torna mais effcaz.

Em todo municipio, que seja considerado como districto eleitoral para nomear um deputado, ou na aggregação de dous municipios, o governo tem dous delegados de policia, meia duzia de subdelegados, collectores de renda e outros empregados administrativos que dependem d'elle. Os empreiteiros das estradas de ferro prestam-se hoje muito ás eleições... E temos ainda os engenheiros fiscaes, e os engenheiros ajudantes. Veja o nobre presidente do conselho quantos engenheiros não póde mandar para um districto que tiver de eleger deputados.

O governo, com meios de fazer vingar um candidato seu, tem immediatamente por esse facto a tentação de fazê-lo; eis como explica sua intervenção.

O único meio que poderia encaminhar as cousas no sentido de facilitar a liberdade da eleição é um pouco forte; estou que S. Ex. ha de dizer-me « não é opportuno »; já conto com isto; mas a reforma eleitoral deve principiar pelas reformas dos presidentes de provincia. Cuida V. Ex. que eu vou lá para esta historia de passar para os presidentes de provincia o direito de nomear este ou aquelle empregado, carcereiros, etc. ? Isto não valeria nada; seria deslocar a influencia e exercê-la por seus delegados.

E' preciso constituir o presidente da provincia de maneira que elle tenha alguma autonomia, alguma independencia tambem, e meio directo de influir na provincia: que não seja somente um reflexo do governo central. Porque o nobre presidente do conselho, que propõe agora uma constituinte para reforma do artigo tal e tal da constituição a respeito de eleições, não experimenta sua camara liberal pedindo-lhe a reforma dos presidentes de provincia? Porque não os torna electivos em suas provincias? (*Sensação.*) Não se assustem...

O Sr. VISCONDE DE BOM-RETRINHO:—E' de assustar.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Não se assustem...

O art. 165 da constituição diz que os presidentes de provincia são nomeados pelo Imperador, etc.; mas porque não se tem reformado este artigo, para que os presidentes sejam electivos e escolhidos em uma lista de 3, de 4, de 6, si quizerem, dos mais votados pela provincia? A camara constituinte marcará os casos em que o presidente da provincia assim eleito possa ser suspenso pelo governo geral, a duração que elle deve ter, os seus substitutos legais para que a provincia nunca fique acéphala e para que o governo central não perca o direito de ir a mão do presidente que tentará contra a integridade do Imperio.

O Sr. VISCONDE DE BOM-RETRINHO:—Já se experimentou isso com os vice-presidentes e o resultado não foi bom.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Com os vice-presidentes não era nada.

O Sr. UCHÔA CAVALCANTI:—Não foi por não se achar bom, foi porque se disse que era contra a constituição.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Si acaso o nobre presidente do conselho não achar que minha idéa é mera aspiração do futuro, peço-lhe que estude esta materia; veja que é um negocio muito liberal e muito racional.

Nossa constituição facilita muito sua reforma, basta que em camara ordinaria, depois de meia dúzia de leituras do projecto, sendo elle approvado por uma maioria, se dê poderes aos electores para uma constituinte; e note o nobre presidente do conselho com que facilidade podia se realizar esse grande melhoramento: é só encalçar no seu projecto de constituinte tambem poderes para tornar electivos os presidentes de provincia com a restricção de poderem ser suspensos pelo governo geral... Eu já vou concedendo isto a rastos; mas enfim podendo ser suspensos pelo governo e ter somente a duração de quatro annos.

Ha cousa que perturbe a economia e prosperidade das provincias mais do que esses presidentinhos que o governo manda para ellas?...

O Sr. UCHÔA CAVALCANTI:—Mediante telegramma.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—... e que agora já são objecto de telegrammas? Chegaram a provincia, recebem meia dúzia de cortezas e nada fazem!

O Sr. DANTAS:—Quando fossem electivos, dar-se-hia a mesma causa.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Não podia dar-se, porque elles haviam de ter uma duração certa, haviam de ser uma influencia provincial e não uma influencia geral, portanto o resultado havia de ser diverso.

Senhores, comeei este meu discurso dizendo que esta situação tinha nascido muito bem annunciada para mim. Tive muita esperanza de que nolla qualquer governo serio e votado ás idéas liberaes podesse fazer obra duradoura, e que correspondesse ás aspirações do partido.

Porém, senhores, eu disse que, em troca desta minha esperanza e desta minha aspiração, tinha tido um amargo desapontamento; e a razão por que com dór me acho neste lugar de opposição ao actual ministerio, compendiosamente vou declaral-a.

Senhores, o governo, desde que nasceu, errou... Começou emitindo em Abril papel-moeda, cometendo um crime e fazendo um damno publico, cujas consequências se estão experimentando.

A baixa do cambio chegou a 20 com uma emissão de papel-moeda feita em vespéras da época em que se devia reunir o parlamento.

Nunca suppoz, e creio que nem o nobre presidente do conselho suppoz, que pudesse prescindir da abertura da sessão ordinaria do parlamento em Maio do anno passado. O nobre presidente do conselho tinha necessidade de leis de força, de orçamento e de creditos extraordinarios; tinha necessidade do poder competente para lhe dar autorização para emitir papel-moeda, para emitir apoícos, para contrahir empréstimo que não se pudessem fazer sem autorização do corpo legislativo. Mas, senhores, o que fez o ministerio em vespéras da época da abertura do parlamento? Commetteu logo uma illegalidade destas.

Senhores, a essencia de um governo liberal é o amor á legalidade. (*Apoiados.*)

Emquanto não tivermos um ministerio que se comprometta (não digo que jure, porque os juramentos são sujeitos ás taes reservas mentaes) que se comprometta, ainda quando tiver de fazer um grande beneficio ao paiz, a não realizal-o sem a competente autorização; emquanto não tivermos um ministro que tenha coragem de dizer: é muito bom, mas eu não posso fazer, não tenho poder para tanto; e, pelo contrario, emquanto o ministro se arvorar em juiz das conveniencias publicas, com o desembaraço de vir declarar ao parlamento que pôde violar a lei, está tudo perdido...

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Apoiado, está mudada a forma de governo, está proclamado o absolutismo.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—... está tudo perdido, nem ha mais governo parlamentar; tudo isto é mascaradagem. (*Apoiados.*)

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Não sabem dizer como Aristides: [é util, mas não é justo; não faço

O Sr. SILVEIRA DA MOTA:—Senhores, é uma serie de actos destes: o governo não appella para o parlamento, que se devia abrir a 3 de Maio; commette actos illogicos, que o obrigam á dissolução, porque a dissolução da camara em Abril foi um acto que não tem justificação.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Apoiado, muito bem.

O Sr. SILVEIRA DA MOTA:—Não sou suspeito, porque não sou conservador... Em um paiz regular, o governo não deixaria de pedir os meios ordinarios ao parlamento, e este havia de dá-los, ainda que desde logo se annunciasse a sua dissolução. (Apoiado.)

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Como fez o Sr. Visconde de Itaboraí.

O Sr. SILVEIRA DA MOTA:—Mas, pelo contrario, emittiu-se papel-moeda para forçar a dissolução, porque creio que o nobre presidente do conselho, quando organizou o seu ministerio e o compoz com dous membros que estavam ausentes na provincia do Rio Grande do Sul e um em Pernambuco, não tinha em mente dissolver a camara.

A camara foi dissolvida por uma necessidade posterior, porque a illegalidade com que o ministro da fazenda tinha de apparecer diante do parlamento, espantou-o a tal ponto que viu-se na necessidade de exigir a dissolução; e tanto, senhores, que o ministerio a respeito da illegalidade da emissão de papel-moeda está em uma falta gravissima.

Appella-se para o *bill* de indemnidade, mas onde está o pedido que o nobre presidente do conselho fez da approvação do seu acto? Fiam-se apenas em não poder ser accusado o ministro? Mas isto não é regular; desta maneira um facinora, desde que pôde evitar a acção da lei, pratica os maiores attentados.

Não, o *bill* da indemnidade rigorosamente deve consistir em uma lei approvando o acto do governo e reconhecendo as conveniencias publicas em virtude das quaes esse acto foi praticado.

O Sr. CUEZ MACHADO:—Apoiado, nem ha outro meio de effectual-o.

O Sr. SILVEIRA DA MOTA:—Deve ser o acto do governo approvado por ambas as camaras e sancionado. Este é que é o verdadeiro *bill* de indemnidade, não é só dizer-se: não fui accusado.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Não basta uma votação vaga do voto de graças.

O Sr. SILVEIRA DA MOTA:—Esta torrente de illegalidades (não tem outro nome) que o governo ha praticado, é que me alienou de prestar-lhe o meu apoio, porque aliás um governo que se apresentasse prometendo reformas liberaes ao paiz, devia antes contar com o meu concurso. Mas, senhores, emittir papel-moeda; dissolver a camara sem motivo; restringir os casos de *habeas corpus*, a garantia mais liberal que a lei da reorganização judiciaria tinha estabelecido, estendendo o *habeas corpus* ás prisões administrativas; pôr-se o ministerio em luta até com o Supremo Tribunal de Justiça, disputando-lhe direitos que lhe concedeu aquella reforma; — pois isto é carreira liberal?

Esses actos do Sr. ministro da fazenda e o decreto de 16 de Novembro do nobre ministro da justiça são para levar todos os homens que têm alguma susceptibilidade de consciencia, a negar apoio ao governo.

O decreto do Sr. ministro da justiça si não importa designação de juizes, importa designação negativa; e então, senhores, onde está o poder judiciario, si o ministro da justiça pôde entrar pelo salão de uma relação do Imperio, o dizer:—Não; não seja o Sr. desembargador F. que julgue; haja sorteio novo; quero ver si a sorte é a meu favor.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Muito bem!

O Sr. SILVEIRA DA MOTA:—Isto não se pôde supportar; não ha consciencia que possa aturar uma coisa destas!

E' o ministro entrar por um tribunal e influir de qualquer forma para designação dos juizes.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—E' o mesmo que nomear uma commissão julgadora.

O Sr. SILVEIRA DA MOTA:—Senhores, respeito muito os mortos, ao menos na sua memoria, por isto fujo de occupar-me de todo o assumpto que tem alguma relação proxima ou remota com o ex-ministro da fazenda; mas, á vista da solidariedade dos actos do ministerio, não posso deixar de considerar que tenho diante de mim o responsavel pelos desatinhos que se fizeram pela repartição de fazenda.

Já fallei da illegalidade da emissão do papel moeda, da emissão dos 40.000:000\$000 de apolices, uma contradicção flagrante com todos os principios e com as proprias razões do decreto da emissão do papel. A razão dada para a emissão do papel era a absoluta impossibilidade futura da emissão de apolices; entretanto, poucos dias antes de estalar a divergencia com o nobre presidente do conselho, emittiu-se 40.000:000\$000 de apolices! Teve-se o arrojo talvez durante a crise, durante a força latejante da postuma da divergencia, de emittir-se 40.000 apolices!

Não quero entrar já nesta discussão da operação das apolices; entrarei nella quando se tratar do orçamento da fazenda, quando vier aqui o nobre ministro respectivo que naturalmente ha de tomar a si a defesa desse acto, porque foi quem fez a moção em favor do seu antecessor. Agora só farei uma pergunta ao nobre presidente do conselho porque é negocio simples; nem precisa ser financeiro para responder. Quando as apolices se estavam vendendo a 1:030\$000, si o nobre ministro da fazenda tivesse chamado a concorrência publica, si tivesse annunciando que recebia propostas para a venda de apolices em lotes de 4 ou 5, ou 6.000:000\$, ou menos, estando ellas a 1:030\$ julga V. Ex. que não seriam tomadas no mesmo dia não só as 40.000, mas 80.000, pelos menos a 1:015\$, ou 1:020\$000?

Si isto não se pôde contestar, o que se segue é que vender apolices ao par quando estão a 1:030\$, e vendel-as para serem pagas ainda no fim do anno, é dar de presente ao comprador, além da differença do preço, o juro do tempo até Novembro.

Pôde o ex-ministro levar o seu arrojo a ponto de fazer esta operação, quando já estava divergente com o nobre presidente do conselho, e, sem sua acquiescencia? Não o posso crer; mas custa-me tambem a crer que V. Ex. não visse que, quando as apolices estavam a 1:030\$, era presente dal-as a 1:000\$, tendo a faculdade de pagal-as um anno depois. Recusou-se ainda o ministro a fazer o negocio com o Banco do Brazil para fazel-o em condições desfavoraveis para o thesouro, com o prejuizo de 200 e tantos contos por anno, para fazel-o com um banco, cujas forças não permitiam realizar a negociação toda; com o Banco Rural, cujos depositos

*Página*  
*original mutilada*

de uma camara constituinte, eleita por esta lei, por uma lei condemnada pelo governo, e condemnada na falla do throno em termos tão terminantes e imperiosos como nunca se viu, dizendo-se ao corpo legislativo—cumpre que decretéis a reforma mediante reforma da Constituição!

Senhores, si o poder do Estado, a omnipotencia que faz todas estas cousas nesta terra, está arrependida dos elogios que fez á lei da representação das minorias, que achou bastante para salvar o Imperio, e dar-lhe representação verdadeira...

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU' (*presidente do conselho*):—Eu?

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Não, V. Ex. não é ainda omnipotencia... si o poder que cria e mata situações, o que criou o nobre presidente do conselho, está arrependido daquella lei e nos diz que é preciso condemnar a já, fazendo a reforma directa, como se vai entregar o commettimento a uma constituinte, desmoralisada por sua origem, que não pode ter força moral alguma, o que ha de ser uma feitura, uma repetição da camara actual?!

Eu acho (*para o Sr. presidente do conselho*) que V. Ex. por abreviatura podia mandar continuar os diplomas dos actuaes deputados para a constituinte. Assim como se emite papel-moeda, podem emitir-se representantes da nação... (*Risadas.*)

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU' (*presidente do conselho*):—Esta emissão é antiga.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—...em lugar do trabalho de fazer-se eleição nas provincias, de se moverem tropas, de se enviarem presidentes novos, e com a ajuda de custo a esses funcionarios, augmentar-se a despesa que é uma enormidade. Em proposta alguma de orçamento vi esta despesa tão elevada, pedindo-se agora 300 e tantos contos só para os presidentes de provincias.

Pois, desde que ha agora estradas de ferro e vias de batalhões para toda parte; para poupar a despesa com os presidentes, podia o nobre presidente do conselho fazer essa emissão de representantes da nação. (*Riso.*)

Eu creio, senhores, que esta objecção é séria; reflcta nisto o nobre presidente do conselho; e verá o precipicio em que colloca sua camara constituinte, sendo eleita por uma lei condemnada.

Porque não ha de, pois, o nobre presidente do conselho tomar o conselho que ha dias lhe dei aqui, unico lugar onde lho posso dar conselhos e os meus são de graça.

Porque não ha de S. Ex. seguindo esse conselho fazer um retoque na lei eleitoral do Marquez do Paraná, ao menos para tirar a macula da lei eleitoral vigente?

Porque não faz adaptavel á eleição da constituinte a lei dos circuitos do Sr. Marquez do Paraná ou do Sr. Pedreira?

Tinha isto uma grande vantagem, que era tirar ao poder constituinte a macula da origem, macula muito grande; e é facil o remedio. E, si acaso o governo se dêsse bem com o systema, talvez que até o poder constituinte adoptasse o mesmo para a reforma eleitoral.

Para salvar as susceptibilidades de consciencia o nobre presidente do conselho, que tem se apurado muito ultimamente, a respeito de artigos reformaveis da constituição; para respeitar esses escrúpulos todos, o nobre presidente do conselho podia evitar tornar directa a eleição, porque no systema

dos circuitos era indirecta. Como S. Ex. está possuido actualmente destes escrúpulos, a respeito da eleição directa, que julga não poder realizar sem reforma da constituição, a idea nova podia deixar subsistir a eleição indirecta, para a assembléa constituinte, fazendo-se porém a eleição por circuitos, sendo talvez possível que ella adoptasse o systema, porque a eleição por provincias está condemnada.

Eu tencionava, Sr. presidente, ha mais tempo terminar o meu discurso, e alonguei-me ainda um pouco para não deixar ao nobre senador pela Bahia, que está com a palavra, os ultimos momentos da ordem do dia.

O Sr. DANTAS:—E' uma honra, que está superior ao meu merecimento.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Desejo muito ouvir-o; mas cansado como me acho, não estou apto, nem para fallar, nem para aqui ficar a ouvir.

Entretanto, Sr. presidente, não quero terminar meu discurso, que não se ha de repetir muitas vezes, porque vou tendo a consciencia de que, não consigo nada, e portanto acho melhor deixar o campo aos que sabem conseguir as cousas; mas não quero terminar, digo, sem despedir-me do nobre presidente do conselho.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU' (*presidente do conselho*):—Despedir-se?

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—E' uma despedida, que lhe vou fazer.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU' (*presidente do conselho*):—Tenho medo das despedidas.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Pois não tenha; não ha de chorar.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU' (*presidente do conselho*):—Conforme.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Este paiz, senhores, anseia somente por um governo que ame a legalidade, que ame a liberdade, e a queira promover pelos meios regulares.

Si acaso o ministerio actual não se tivesse transviado deste caminho, si não tivesse tomado a vereda da illegalidade systematicamente, si tivesse demonstrado querer todas as reformas politicas de que o paiz precisa, e que não se resumem na reforma eleitoral directa, esteja certo o nobre presidente do conselho, que a sorte do ministerio seria outra, que não é actualmente.

Mas, tendo-se enveredado na illegalidade tornando-se suspeito de não querer todas as reformas, que o paiz deseja, não pôdo o ministerio ter o apoio franco, que suppõe ter, nem mesmo na camara temporaria.

Não é com distincções subtilezas entre programmas e aspirações, que se engana um paiz, que não quer só a reforma que se promete, o que desconfia até de que todas estas difficuldades, que se tem posto, toda esta dependencia de uma constituinte são tropeços para tornar impossivel aquillo que era facil.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU' (*presidente do conselho*):—Essa suspeita não tem fundamento.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—A opinião do paiz reclama a reforma eleitoral, e suspeita que nem esta se realizará, quando vê apparecer esta difficuldade: ser necessaria uma constituinte para substituição do systema eleitoral.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU' (*presidente do conselho*):—No interesse da propria reforma.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA :—Si acaso o ministerio não tivesse trapegado no caminho da legalidade, si tivesse sido mais franco a respeito das reformas a fazer, ver-se-hia sempre com grande apoio no palço e até com o meu, posto que fraco.

Tenho concluido. (*Muito bem, muito bem; o orador é cumprimentado.*)

A discussão ficou adiada pela hora.

## SEGUNDA PARTE DA ORDEM DO DIA

### CESSÃO DE UM PROPRIO NACIONAL

Entrou em 3.ª discussão, a qual ficou encerrada, por falta de numero para votar-se, a proposição da camara dos Srs. deputados n. 249, de 1875, concedendo a Santa Casa de Misericórdia da cidade do Recife o proprio nacional sito à margem da estrada de Santo Amaro.

### PENSÃO.

Entrou em 3.ª discussão, a qual ficou também encerrada pelo mesmo motivo, a proposição da camara dos Srs. deputados n. 236, de 1877, approvando a pensão de 60\$ concedida a D. Thereza Izoa Martins Caldas.

Esgotada a materia da ordem do dia, o Sr. Presidente deu a seguinte para 14 :

Votação das materias, cuja discussão ficou encerrada.

Continuação da discussão do projecto de resposta falla do throno (até às 3 horas).

E, si houver tempo, trabalho das commissões.

Levantou-se a sessão às 2 1/2 horas da tarde.

### 13.ª Sessão

EM 14 DE FEVEREIRO DE 1879.

#### PRESIDENCIA DO SR. VISCONDE DE JAGUARY

IMARIO. — EXPEDIENTE. — Redacção das emendas da proposição da camara dos Srs. deputados sobre o meio soldo de D. Sebastiana Carolina do Amaral Pontoura. Approvação. — Discurso e projecto de lei do Sr. Leitão da Cunha sobre a postura da camara municipal da corte de 11 de Julho de 1878. — *Senado no dia.* — Cessão de um proprio nacional no Recife. Approvação em 3.ª discussão. — Pensão a D. Thereza Rosa Martins Caldas. Approvação em 3.ª discussão. — Resposta à falla do throno. Discurso do Sr. Dantas.

Às 11 horas da manhã acharam-se presentes 30 s. senadores, a saber: Visconde de Jaguaray, as de Carvalho, Cruz Machado, Barão de Manguepe, Godoy, Vieira da Silva, Chichorro, Visconde de Abicé, Jaguaribe, Luiz Carlos, Barros Netto, Leão Velloso, Barão da Laguna, Dantas, Leitão da Cunha, Visconde do Rio Grande, Candido Mendes, Correia, Junqueira, Ribeiro da Luz, Marquez do Herval, Cunha e Figueiredo, Barão do Góipe, Barão de Pirapama, Diniz, Saraiva, Silveira Motta, Fernandes da Cunha e Anão.

Compareceram depois os Srs. Sinimbu, Nunes Calves, Teixeira Junior, Barão de Marolim, Lou Cavalcanti, Visconde de Nietheroy, Fausto Aguiar, Diogo Velho, Parangaba e Visconde Bom Retiro.

Deixaram de comparecer, com causa participada, Srs. Conde de Bapendy, Duque de Caxias, Piro, Paula Pessoa, João Alfredo e Visconde do Branco.

Deixaram de comparecer, sem causa participada, os Srs. Barão de Souza Queiroz, Octaviano, Vieira Lobo, Paes de Moutonça, Visconde de Rilla e Visconde de Suassuna.

O Sr. PRESIDENTE abriu a sessão.

Leu-se a acta da sessão antecedente e, não havendo quem sobre ella fizesse observações, deu-se por approvada.

O Sr. 1.º SECRETARIO deu conta do seguinte

### EXPEDIENTE

#### Officios :

De 12 do corrente do ministerio da agricultura, commercio e obras publicas, remettendo em satisfação ao do senado de 22 do mez proximo findo, copia da representação das companhias das estradas do ferro «Leopoldina e Rio Doce» contra a lei provincial de Minas-Geraes n. 2467 de 23 de Outubro de 1878.

Do ministerio da fazenda, remettendo em resposta ao do senado de 16 do mez proximo findo, informações relativas ás instrucções que regulam o modo por que devem ser organizados os balancos do thesouro. — A quem fez a requisição.

Representação do cidadão Antonio das Neves Martins, offerecendo diversos documentos relativos à eleição de senador ultimamente feita na provincia do Espirito Santo. — Aª commissão de constituição.

Foi lida, posta em discussão e approvada para ser remettida à outra camara a seguinte

#### Redacção

«Emendas approvadas pelo senado à proposição da camara dos deputados determinando que a D. Sebastiana Carolina do Amaral Pontoura compete o meio soldo de seu finado pai, o capitão reformado Antonio José do Amaral, a contar da data do fallecimento de sua mãe, uma vez que se habilita de conformidade com o decreto n. 3607 de 10 de Fevereiro de 1868.

«No art. 1.º—Supprimam-se as palavras—a contar da data do fallecimento de sua mãe—.

«E no final se acrescente—e a contar da data da habilitação como dispõe o decreto n. 2619 de 8 de Setembro de 1875.—Sala das commissões em 13 de Fevereiro de 1879. — Visconde de Bom Retiro. — Visconde do Rio Grande. — Fausto de Aguiar.»

#### ESCAVAÇÕES NAS RUAS DESTA CAPITAL

O Sr. Leitão da Cunha :— Vou desempenhar-me, Sr. presidente, do compromisso que tomei quando apresentei um requerimento ao senado, no dia 18 de Dezembro do anno passado, pedindo informações ao governo com relação a uma postura promulgada pela illustrissima camara municipal da corte. Eu disse então, Sr. presidente, que queria estas informações para fazer uso dellas na discussão da resposta à falla do throno. Entretanto demoveu-me deste proposito a leitura de um topico do relatorio do honrado ministro do imperio, e que o senado me permitirá que leia.

Disse S. Ex. : «A illustrissima camara municipal mostrando empenho de satisfazer as vistas da junta de hygiene publica no tocante a algumas das medidas propostas no citado officio de 15 de Maio ultimo, formulou os projectos de postura que encontrareis no annexo F, os quaes submetto desde já à vossa approvação por considerar :

«1.º Que o projecto que trata da prohibição ás companhias e empresas de fazer escavações nas ruas desta cidade, pôde de algum modo contrariar interesses que a administração deve respeitar.»



Em vista deste topico do relatorio, Sr. presidente, resolvi-me a apresentar a consideração do senado um projecto de lei approvando estas posturas e no intuito de justificar o mesmo projecto demonstrando sua importancia e urgencia, vou submeter ao senado algumas considerações.

Eu desejava, Sr. presidente, que as ouvisse o honrado Sr. ministro do imperio; entretanto não estando presente S. Ex., chamo para ellas particularmente a attenção do honrado presidente do conselho.

Senhores, o assumpto de que me vou occupar é, ao menos no meu humilde conceito, um dos mais graves e de mais momento que devia prender a attenção dos poderes publicos.

Não é possível, senhores, que deixe de merecer o maior cuidado e desvelo o estado sanitario desta grande capital, considerando-se principalmente que é o Rio de Janeiro a synthese no estrangeiro do Imperio do Brazil. V. Ex. sabe que quando fóra do paiz se diz que o Brazil é um paiz pestado, e inhabitavel por suas pessimas condições sanitarias, faz-se exclusivamente referencia ás noticias lidas e havidas do Rio de Janeiro; e a prova é que quando por exemplo, reinam molestias nesta grande capital e gozam as provincias do norte e do sul de perfeito estado de saude, como quasi normalmente acontece, sobre tudo nas provincias do sul, o juizo a respeito da insalubridade do paiz mantem-se sempre na Europa perante o estrangeiro.

Portanto, senhores, quando não fossem as considerações de beneficiar a uma população de perto de 400,000 almas, estas considerações politicas nos deviam levar ao empenho de por todos os modos restituir á cidade do Rio de Janeiro os seus fóros de salubridade.

O que temos, porém, nós feito a tal respeito? O ministerio actual, que de tantas medidas arbitrarías tem lançado mão, que tantas vezes tem violado a lei a titulo de salvacao publica e até de conveniencias publicas, estaca perante um assumpto destes!

O honrado ministro do imperio pôde estar persuadido de que tem prestado grandes serviços a esta capital no empenho de restituir-lhe a saude; mas, pelo exame acurado e minucioso que tenho feito dos actos de S. Ex. e dos factos, sou obrigado a concluir que nada absolutamente fez. Nem parece, Sr. presidente, que esta proposição é suspelta por ser enunciada por um adversario politico do gabinete; não. Vou discutir este assumpto com a maior calma, com a maior isenção de animo, mais, até, como amigo do gabinete que deseja auxiliar-o, do que como membro da opposição.

Sr. presidente, o honrado ministro do imperio tanto reconheceu, como não podia deixar de reconhecer, a importancia desta materia, que ainda no seu relatorio diz o seguinte, tratando da saude publica e da necessidade de restituila ao Rio de Janeiro:

• De feito, para que a lavoura do Rio de Janeiro e com ella o commercio, a industria e outros interesses economicos sofram, basta suspellar-se fóra da corte (attenda o senado) que nella está grassando qualquer das molestias cuja marcha rapida e cujos effeitos destruidores geram, não sem razão, o terror onde quer que se manifestam. •

Eis aqui, pois, manifestado no proprio relatorio do Sr. ministro do imperio o terror de que S. Ex. mesmo se deixou apoderar quando fallava em assumpto desta magnitude.

Senhores, negocio tão grave não podia deixar de merecer, como mereceu, o mais instantaneo reclamo por parte da imprensa illustrada da corte.

Ainda é o honrado ministro do imperio quem o reconhece no seu relatorio, dizendo: — « Sinto verdadeira satisfação em declarar que na imprensa da corte tenho encontrado a mais franca e esclarecida conjução para o emprego não só de certas medidas praticas, exigidas pelos interesses da saude publica, mas tambem de novos melhoramentos que intento e espero levar a effeito. »

Mas, pergunto:—Seguin S. Ex. os intuitos manifestados pela imprensa da corte? Não, absolutamente não, como vou demonstrar ao senado com factos, com documentos, e não por simples palavras, porque o objecto não comporta de modo algum—declamação.

E' preciso descer á analyse minuciosa, calma e reflectida dos factos para nos convenceremos de que a administração actual cousa alguma tem feito com o fim de restituir á cidade do Rio de Janeiro os seus fóros de salubridade.

Quando a hygiene publica consistia em regras abstractas, vagas, sem alcance pratico algum, que os governos descurassem della, *transcui*; mas desde que esse ramo importantissimo dos conhecimentos humanos constitue um corpo de doutrinas; desde que alcançou os fóros de sciencia tão exacta, quasi como as mathematicas, são indesculpaveis os governos que não cuidam della com a maior solicitude, e tanto mais quanto no dizer de um notavel e moderno hygienista, a hygiene publica tem um typo especial, é autoritaria, isto é, obriga os povos a sujeitarem-se a medidas que os governos julgam indispensaveis a bem da saude publica.

Tem, portanto, a hygiene esta grande vantagem sobre todas as outras sciencias — é autoritaria; — os governos podem obrigar os povos a sujeitarem-se a certas medidas, consideradas convenientes para o fim commum da saude publica.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—E' um pretexto para muitas violencias.

O Sr. LEITÃO DA CUNHA:—Não ha nada que não possa dar azo á violencia na pratica; mas por esta razão que apresenta o honrado senador por Goyaz, não posso denover-me da convicção em que estou, e que firmei com a doutrina do notavel hygienista moderno, a que acabei de alludir.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Não duvido; é franceza.

O Sr. LEITÃO DA CUNHA:—Não ha muito que tambem a este respeito dizia um notavel escriptor:

• Desde que Frank, a quem coube a gloria de constituir a hygiene como corpo de doutrina, reconheceu quão difficil tarefa é conciliar a sua missão com a liberdade individual, porque a hygiene publica, uma vez transposto o limiar da familia, só com sacrificio da liberdade poderá realizar completamente o seu papel. •

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Eis ahí o que eu disse.

O Sr. LEITÃO DA CUNHA:—Eu estou por ora no terreno da doutrina; neste terreno o senado sabe que não posso inventar; eu principalmente, que sou de todo leigo nestas materias, tenho necessidade, como os que estiverem nas minhas circumstancias, de recorrer ás opiniões autorizadas dos grandes

escriptores sobre semelhante assumpto. E o honrado senador não é capaz de contestar que todos elles mais ou menos sustentam os principios que tenho enunciado. . . .

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Da escola franceza centralisadora.

O Sr. LEITÃO DA CUNHA: — Os governos, portanto, devem possuir-se da necessidade de cuidar seriamente deste assumpto, reservando o recurso do arbitrio para uma materia desta ordem. O honrado ministro do imperio tem, por exemplo, rescindido contratos, solemnemente firmados (não quero entrar agora na apreciação desses actos de S. Ex., porque não desejo trazer para esta discussão materia alheia a ella; assignal-o apenas o facto); o honrado ministro do imperio tem rescindido contratos, solemnemente firmados. . .

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Fez muito mal.

O Sr. LEITÃO DA CUNHA: — . . . e desde que S. Ex. julgou-se autorizado para assim proceder, não pôde de modo nenhum desculpar-se, quando, accusado por falta de medidas que tendam a salvaguardar a saúde publica no Rio de Janeiro, allega a existencia de contratos firmados, tanto mais quanto na especie vertente não se tratava da rescisão de contrato algum, mas apenas da suspensão de trabalhos, mediante, si necessario fosse, uma indemnisação que o governo daria muito legitimamente pela verba de soccorros ou de saúde publica, e que sem duvida alguma receberia a approvação do corpo legislativo. (Apoiados.)

Entretanto, o que vimos nós? Ha muito que se procura estudar as causas das febres que flagellam a população do Rio de Janeiro durante o estio; mas nunca, como V. Ex. sabe, chegou-se a um resultado pratico. Estes attribuem a febre amarella a taes e taes causas; aquelles a taes outras. Existe contudo um ponto em que todos os profissionais são accordes e é o da origem das febres perniciosas, ou palustres, que causam mais estragos durante o verão no Rio de Janeiro do que a própria febre amarella, porque, como o senado sabe, esta escolhe de preferencia aos não acclinados, e as febres perniciosas atacam sem distincção a todo o mundo, em qualquer idade e em todas as condições. Acerca da origem das febres paludosas ou palustres, como eu dizia, não ha duas opiniões; todos os profissionais, e ainda aquelles que o não são, attribuem naturalmente a sua origem aos pantanos que cercam o Rio de Janeiro, aos revolvimentos constantes do sub-solo, porque o senado sabe de que elle é composto. Sobre este ponto, pois, não ha a menor divergencia ou controversia.

E infelizmente, senhores, a pratica vai demonstrando a evidencia com quanta razão é esta opinião sustentada geralmente. No estio do anno passado começaram a fazer-se grandes escavações no largo da Lapa desta cidade, para execução de um contrato de aguas pluviais (que, seja dito de passagem, custa ao Estado mais de 4.000:000\$000); principiaram-se essas escavações, e immediatamente se manifestaram casos de febres paludosas naquella ponto. Proseguiu a abertura das vallas ao correr da rua das Mangueiras, e os casos de febre toram acompanhando aquelle trabalho.

E como o honrado ministro do imperio se soccorresse com razão da imprensa, quero louvar tam-bem nesta occasião a imprensa da corte pela solicitude com que ella não descurou assumpto desta

natureza. O senado por isso me permittirá que leia os principaes artigos a que me refiro, porque são dos órgãos de maior publicidade desta cidade.

Em 29 de Março de 1878, escrevia o *Cruzeiro*:

• Está gravemente enfermo de uma febre perniciososa o Sr. Bernardino de Avila e Souza, estimado negociante desta praça.

• O Sr. Avila e Souza é victima das escavações a que se estão procedendo na rua das Mangueiras, onde reside, para o encauamento das aguas pluviais, o que tem espalhado por aquelle bairro os mais perniciosos miasmas.

• Parece inutil reclamar contra aquellas obras; são feitas por contrato e devem ser executadas. Entretanto, julgamos que não ha clausula do contrato que autorize a infeccionação de um bairro inteiro. A saúde publica e a vida de muitos cidadãos não podem estar á mercê do cumprimento rigoroso de obras e trabalhos que a pratica está provando ser prejudicial ao povo.

• Si ainda é tempo, providencie-se para que o mal não se propague a outras ruas e a outros bairros. •

O *Jornal do Commercio* de 16 de Março do mesmo anno, escrevia palavras semelhantes, pedia promptas providencias e assignalava como causa das febres as escavações que se estavam fazendo no Rio de Janeiro. A *Gazeta de Noticias*, Sr. presidente, do mesmo dia, fazia iguaes reclamações, e o que é mais, senhores, e para este ponto eu chamo a attenção do senado, quando foi lido o artigo a que alludi no *Jornal do Commercio*, uma reclamação recebeu aquella illustrada redacção dos habitantes da praia do Flamengo observando que naquelle bairro ate então isento completamente de epidemias, appareceram ellas logo que as escavações começaram; o *Jornal do Commercio* transcreveu este artigo, na parte salubridade publica, não o lendo aqui para não fatigar o senado.

E sabe o senado qual foi uma das victimas das escavações da praia do Flamengo? Foi o nosso chorado collega o Sr. Nabuco de Araújo; porque disse-me um dos seus medicos assistentes, que a molestia de S. Ex. fora uma febre palustre bem caracterizada, e proveniente das escavações feitas na praia do Flamengo, onde o fallecido habitava. Senhores, depois de todos estes factos, e de um pregão continuo da imprensa diaria, moveu-se afinal a junta de hygiene publica, e é doloroso trazer taes factos ao conhecimento do paiz, porque elles o que provam é a mais completa ausencia de administração: como dizia, Sr. presidente, depois de todos esses pregões da imprensa, moveu-se afinal a junta de hygiene publica, e com ella a camara municipal para, reclamarem providencias do governo a respeito das escavações que se estavam praticando no Rio de Janeiro, em ordem a que fossem suspensas.

E quer o senado saber (o senado sabe), quer que lhe recorde, o que respondeu o governo á reclamação da junta de hygiene e da camara municipal? Eis aqui a portaria do honrado ministro do imperio ao presidente da camara municipal da corte; lê-se no respectivo expediente (12):

• Ontra de 6 do referido mez, declarando á illustrissima camara, em resposta ao seu officio de 13 do mez anterior, que, conquanto sejam procedentes as suas observações ás graves consequências para a salubridade publica desta cidade a abertura de vallas e revolvimento de terras no presente qua-

dra, todavia não pôde o governo imperial embarcar o proseguimento dessas obras que são feitas por contratos, cabendo-lhe somente, por meios indirectos, que não dispensará convencer os respectivos emprezarios da conveniencia do se conformarem com as ponderações constantes do citado officio da mesma camara.—Inteirada.

Igual aviso, Sr. presidente, dirigiu o governo á junta de hygiene publica. O governo reconheceu em ambos os officios, noto o senado, a procedencia das observações, quer da junta de hygiene publica, quer da camara municipal. Aqui cabe, antes de proseguir, que eu exponha um argumento em relação ao que ha dias nos disse o nobre ministro da agricultura, presidente do conselho, querendo justificar o Sr. ministro do imperio pelo acto da suspensão da illustrissima camara municipal da corte. Disse-nos o Sr. presidente do conselho: «O governo não fez mais do que conformar-se com as observações da junta de hygiene publica, que é autoridade nestas materias.» De modo que a junta é competente para aconselhar sobre poços instantaneos, e não sobre as escavações.

O que estava entretanto mais provado tambem com a autoridade competente da junta?

Que as escavações eram a origem das febres miasmaticas que flagellavam a cidade do Rio de Janeiro ou que a abertura dos poços instantaneos não era prejudicial?

De certo que a primeira proposição estava mais demonstrada do que a segunda.

E todavia a camara municipal por que se oppunha á abertura dos poços instantaneos, foi suspensa, soccorrendo-seo honrado ministro da agricultura, para justificar o acto do seu collega do Imperio, da junta de hygiene publica, por ter esta asseverado que da abertura dos poços instantaneos não vinha detrimento algum á saude publica! Valeu a junta para este caso, mas para o outro, não, embora reconhecidamente melhor demonstrado pela experiencia.

Restando, porém, Sr. presidente, o fio de minhas observações, para as quaes empregarei toda a calma que a materia reclama, direi, que o governo não deu providencia alguma, limitando-se a declarar que trataria de aconselhar as companhias para não fazer escavações em tempo de verão.

Sabe o senado qual o resultado? Abrem-se agora essas escavações como nunca se abriram. Pego aos meus honrados collegas que transitam o bairro do Catete, que attendam para o lado esquerdo, e verão dizer-me depois si o simples bom senso não está demonstrando que quando se põe uma rua no estado em que estão a do Principe e a do Catete, a salubridade publica não ha de necessariamente soffrer? Lá está o subsolo do Rio de Janeiro revolvido de maneira a fazer medo! Lamas putridas, corpos de animaes, enfim todos os elementos apropriados lá estão expostos ao ardor deste sol de estio. Eis aqui, Sr. presidente do conselho, ministro da agricultura, o effeito de suas recommendações a essas companhias que, como V. Ex. de certo sabe, têm tão pouca philantropia e em tão pouca conta a salubridade publica, que escolhem exactamente a época do estio para taes escavações, porque dizem ellas: os dias são muito maiores e os trabalhadores trabalham mais!!! (apoiados). E' esta a unica razão que allegam!!

E' possível que o governo deste paiz ou que os poderes publicos se deixem convencer de semelhante razão, e para não tocar nos contratos agra-

dos consistam que seja assim sacrificada a saude de 400.000 almas?

(*Apartes das Srs. Fernandes da Cunha e presidente do conselho.*)

O Sr. LEITÃO DA CUNHA:—Sr. presidente, faço justiça ao honrado ministro da agricultura, estou persuadido de que S. Ex., nos immensos affazeres e no torvilhio das idéas que o preoccupam, nunca lançou especialmente suas vistas sobre este assumpto. Oh! Si o fizera, S. Ex. teria sem duvida ido adiante de seu collega do imperio, e lançaria mão de providencias muito mais energicas para nos tirar de sobre o vulcão.

O Sr. TEIXEIRA JUNIOR:—É uma questão muito antiga, e eu já tratei della em 1877.

O Sr. LEITÃO DA CUNHA:—Referirei agora o motivo por que não se ordenou a suspensão desses trabalhos. O Sr. ministro do Imperio remetteu ao senado a cópia dos papéis que eu solicitei no meu requerimento de 18 de Dezembro. Estes papéis consistem no seguinte: officio do Sr. ministro do Imperio ao senado; cópia da postura a que alludi; cópia de um officio do Sr. ministro da agricultura ao do Imperio; cópia de um officio do director de obras publicas do municipio da corte; outra do engenheiro fiscal do governo junto á companhia City Improvements.

Eu vou analysar, Sr. presidente, todas essas peças e mostrar ao senado a improcedencia de tres, salvando apenas os creditos de uma, e esta é do illustrado engenheiro fiscal da companhia City Improvements.

Digo que o 1.º officio, do nobre ministro do Imperio é improcedente e contraditorio. E' improcedente porque diz S. Ex. que á vista do officio do honrado ministro da agricultura e daquelles que o acompanharam, a camara reconsidera e procura conciliar a postura com as observações feitas pelo director das obras publicas e conclue, como informação ao senado, dizendo que aguarda esta deliberação da camara.

Entretanto, quando dizia isto ao senado, declarando que aguardava a deliberação da camara municipal escrevia no seu relatorio, que tendo as posturas relação com os contratos firmados e não se julgando o governo habilitado a resolver, submettia-as ao poder legislativo.

Aquelle officio, pois, é contraditorio.

O officio do meu nobre collega e amigo o nobre ministro da agricultura é tambem digno de reparos porque S. Ex. com a esclarecida intelligencia que o distingue, não podia de modo nenhum aceitar as informações de seu subordinado director geral das obras publicas do municipio da corte.

Senhores, este officio não era officio que sobre assumpto de tanta monta se devesse dirigir ao governo. Para o Sr. director das obras publicas não ha expressões de censura com que eu possa estigmatizar o seu procedimento e o faço com toda a energia chamando a attenção do governo para este facto, porque depois de um prégio constante da imprensa illustrada e independente do paiz; depois das instancias da junta de hygiene, de muitas provas, procurou ainda desculpar as companhias e conclue da seguinte forma.

O Sr. CASSIANO DE SIKIMBÉ (*presidente do conselho*):—Leia tudo.

O Sr. LEITÃO DA CUNHA:—Eu não queria ler

para não cansar a attenção do senado, porém como V. Ex. quer, lerei.

Já que V. Ex. exige que eu leia os motivos, ha de permittir que leia tambem o officio do Sr. Mello Barreto.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBU' (*presidente do conselho*):—Ha uma differença e é que umas são obras feitas e outras por fazer.

O SR. LEITÃO DA CUNHA:—Eu tenho tanto que dizer sobre este assumpto, que não sei si acabarei na hora, mas enfim chegarei onde puder!... Por taes motivos pois, disse o Sr. Jardim, me parece que seria inconveniente a adopção da postura submettida á approvação do governo.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBU' (*presidente do conselho*):—Por isso digo que será bom ler os motivos.

O SR. LEITÃO DA CUNHA:—De maneira que o Sr. Jardim julgou-se mais autorizado do que a junta de hygiene e a imprensa livre e illustrada, porque esses artigos são escriptos por pessoas profissionais, especialmente os publicados no *Jornal do Commercio* sob a rubrica *hygiene publica*, estão redigidos de tal forma que não podiam ser senão de profissional.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBU' (*presidente do conselho*):—V. Ex. leia tudo.

O SR. SILVEIRA DA MOTA:—Vamos ver os taes motivos.

O SR. LEITÃO DA CUNHA:—Eu vou ler: embirro um pouco com estas leituras, mas uma vez que V. Ex. exige, la vai! (*le*):

• Inspectoria geral das obras publicas.—Rio de Janeiro, 6 de Agosto de 1878.

Ilm. e Exm. Sr.—Devolvendo o incluso officio da Ilma. camara municipal, referindo-se a um projecto de postura, adoptado pela mesma Ilm. camara, sobre a abertura de vallas nas ruas e praças desta cidade, officio que, de ordem de V. Ex., me foi remittido pela directoria de obras publicas com o que por esta me foi dirigido sob n. 159, datado de 3 do corrente, cumprio o dever de prestar as informações que me occorrem sobre semelhante objecto. Sem entrar na apreciação dos fundamentos que dictaram a resolução de semelhante postura, sobre que é de presumir que seja ouvido o parecer mais competente e autorizado da junta de hygiene publica, se me offerece entretanto o objectar que sua adopção definitiva creará invencivel obstaculo á fiel execução dos contratos feitos pelo governo imperial para a execução das obras do abastecimento d'agua e das que têm por fim o esgoto das aguas pluvias, podendo motivar fundadas reclamações dos respectivos empreiteiros pela interrupção não prevista desses trabalhos durante os mezes indicados na postura.

Orn, Sr. presidente, isto eram razões para que o Sr. Jardim dissesse *ex-cathedra* que não se devia approvar a postura?

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBU' (*presidente do conselho*):—Acabou o officio? Não teve mais nada?

O SR. SILVEIRA DA MOTA:—E' melhor lôr tudo.

O SR. LEITÃO DA CUNHA:—Pois bem, lerei:

• Acresce mais que a condição incluída no art. 1.º de não ser alterado o nivelamento das calçadas, obrigará a modificar desvantajosamente em muitos pontos os projectos das galerias de esgoto, em cuja organização se reconhece a necessidade de

alterar em certos pontos o perfil longitudinal das ruas que ellas percorrem, não só para que as galerias podessem ter a maior capacidade compativel com a attitudo das mesmas ruas, como tendo em vista a melhor distribuição das bocas de recepção das aguas das sargetas.

• Por taes motivos, pois, me parece que seria inconveniente a adopção da postura submettida á approvação do governo; resolvendo, porém, V. Ex. a resposta, segundo melhor parecer.—Deus guarde a V. Ex. etc.

Orn, Sr. presidente, estes motivos são taes que devem embarçar o governo na approvação da postura? Eu declaro francamente ao meu nobre amigo, que a mim não me embarçariam, e por uma razão que vou dizer. Si a postura ia modificar os contratos celebrados pelo governo com essas companhias, dar-se-hia o caso de modificá-los. Não era necessario rescindir-los, como aliás tem feito o nobre ministro do imperio com outros: bastava que o governo determinasse a suspensão dos trabalhos a cargo das companhias. Quando allegassem danos emergentes, em consequencia da suspensão, mandasse o governo avaliar taes danos, e indemnizasse as companhias (*apoiados*). Lançando o governo mão de uma medida como esta, procederia de um modo louvavel, porque se regularia pela grande lei da salvagão publica, nem conheço hypothese em que tivesse melhor applicação.

Mas o governo deixou-se guiar pela informação do inspector geral das obras publicas do municipio da corte que, repito, não fez mais do que desculpar as duas empresas.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBU' (*presidente do conselho*):—Elle é incapaz de desculpar empresas; advoga, como é seu costume, o interesse publico.

O SR. BARNOS BARRETO:—O Dr. Jardim é incapaz de advogar interesses particulares.

O SR. LEITÃO DA CUNHA:—Não digo que seja capaz, mas o certo é que do officio do Sr. Jardim se deprehende que os interesses das companhias foram attendidos por elle.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBU' (*presidente do conselho*):—A execução dos contratos e não o interesse das empresas.

O SR. LEITÃO DA CUNHA:—O meu honrado amigo, o Sr. presidente do conselho e ministro da agricultura, obrigou-me a fazer a leitura do officio do Sr. Jardim. Agora o senado me permittirá ler o officio do Sr. Mello Barreto, profissional como é o Sr. Jardim, o qual perante o governo destruiu a meu ver os argumentos apresentados pelo inspector das obras publicas.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBU' (*presidente do conselho*):—É preciso notar a differença das obras: uma era obra feita, a outra em construcção.

O SR. LEITÃO DA CUNHA:—Passo a ler o officio do Sr. Mello Barreto, e desde já previno o senado sobre a differença que se nota no principio dos dous officios (*le*):

• N. 150. Escriptorio do engenheiro fiscal do governo junto á companhia •Rio de Janeiro City Improvements,• em 29 de Julho de 1878 — Ilm. e Exm. Sr.—Tenho presente o projecto de postura que a Ilma. camara municipal da corte offerece á approvação de V. Ex., e bem assim o protesto lavrado pela companhia •City Improvements• con-

tra o mesmo, sobre os quaes V. Ex. se dignou mandar que fosse ouvido.

Informando a V. Ex., tenho a honra de declarar que razão bastante tem a Ilma. camara em confectionar esse projecto de postura para um serviço que de dia em dia augmenta com detrimento da saúde publica, na opinião da junta de hygiene publica e distinctas autoridades medicas, e que não menos assiste á companhia do pedir que se harmonise esse projecto com os seus contratos com o governo imperial. E' para esse ponto que dirijo a minha attenção, e que passo a expor a minha opinião.

Parece que no projecto e nos actos anteriores do governo está firmado o modo de proceder. A postura marca no art. 1.º o prazo futuro 1.º de Dezembro para obras novas. Refere-se, pois, ás obras que actualmente se fazem ou as que se tiverem de contratar de futuro. No art. 2.º estipula o prazo de 48 horas para as excavações imprescindíveis para concertos dos encanamentos existentes. Presuppõe, pois, a existencia de obras anteriormente feitas, as quaes precisavam conservação. Os contratos citados pela companhia « City Improvements, » de obras de esgotos, que lhe pertencem, e o aviso de 6 de Março do corrente anno, demonstram que se pôde harmonisar os interesses publicos com a companhia. Quanto ás em execução, cumpre á companhia actual-as, de modo que no dia 1.º de Dezembro estejam concluidas as obras contratadas ultimamente, por decreto de 18 de Novembro de 1875.

Quanto aos predios que para o futuro se edificarem dentro do prazo de 1.º de Dezembro a 31 de Março, nos quaes a companhia é obrigada a assentar esgoto em qualquer época, não vejo razão para que nesses a companhia não possa assentar os seus canos nos nove mezes seguintes.

Restam apenas os casos de desobstrução e limpeza, que podem-se effectuar dentro de 48 horas. Imprima a companhia melhor direcção ao serviço da conservação que as obras se farão em 48 horas, e, si não ficarem, nada custa fechar as aberturas depois de desinfecção-as e reabril-as depois para fazer os reparos. O que, porém, não pôde mais ser admissivel é que ellas continuem abertas, como até aqui. Acho justa essa providencia, e eu a teria de ha muito tomado, si estivesse em minha attribuição fazel-o.

Pela forma expendida parece-me conciliar-se os interesses em jogo com simples explicações do governo imperial, sem haver necessidade de fazer desaparecer um projecto de postura que considero necessario.— Deus guarde a V. Ex.—Ilm. e Exm. Sr. conselheiro João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, dignissimo presidente do conselho de ministros, ministro secretario de estado dos negocios da agricultura, commercio e obras publicas.—O engenheiro-fiscal, Antonio Paulo de Mello Barreto.

Eis ahí o engenheiro fiscal da companhia, o Sr. Dr. Mello Barreto, dando uma informação diametralmente opposta áquella que deu o Sr. Dr. Jardim.

Pois bem, senhores, o governo, desde que mandou ouvir o engenheiro fiscal da companhia City Improvements e o inspector das obras publicas do municipio da corte, devia na sua resolução tomar em consideração ambas as informações; mas o que fez o governo? Pôz de parte a informação do Sr. Dr. Mello Barreto e attendeu só á do Sr. Dr.

Jardim, para dizer á camara municipal: « Concilie sua postura com o interesse da empresa para o esgoto das aguas pluvias. » Pensasse o governo nas duas informações, e desse o peso que devia dar a uma, como dava á outra, e tirasse uma conclusão de ambas; mas não puzesse de parte a informação do Sr. Dr. Mello Barreto, que era de conformidade com a postura, e tivesse em vista somente a do Sr. Dr. Jardim para dizer á camara municipal « Concilie sua postura com os interesses das companhias. »

Um Sr. SENADOR:—Sacrifique-se a saúde publica.

O Sr. LEITÃO DA CUNHA:—E' verdade, sacrifique-se a saúde publica.

Senhores, essa deliberação do governo, que pôz em sobresalto toda a população do Rio de Janeiro, ou ao menos a parte pensante della, produziu o effeito de quasi fazer perder a cabeça ao Sr. Barão de Lavradio e aos seus collegas da junta de hygiene publica.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Degolaram-o?

O Sr. LEITÃO DA CUNHA:—Disse o Sr. Barão de Lavradio em um artigo que fez publicar pela imprensa (d):

« Junta de hygiene.—Ao pedido que me dirigiram hoje os moradores do bairro de S. Francisco Xavier, respondendo que já solicitei, ha dias, do governo e da Ilma. camara providencias no sentido da sua reclamação; que mais não posso fazer.—Barão de Lavradio. »

Mas, senhores, si o Barão de Lavradio não podia fazer mais a consequencia era demittir-se do logar de presidente da junta de hygiene publica.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Tem razão.

O Sr. LEITÃO DA CUNHA:—Quando eu disse que o Sr. Barão de Lavradio quasi perdeu a cabeça, está claro que esta expressão deve ser tomada nos devidos termos. Com effeito ficou elle tão contrariado com essas hesitações do governo sobre assumpto de sua competencia, que foi para a academia de medicina dizer o que vou ler. Depois ler o que disse um seu collega da junta de hygiene publica. Desejo que o senado considere si de uma junta de hygiene publica que se acha neste estado se pôde esperar alguma coisa. Eu não culpo aquellos sabios, culpo a quem os reduziu a esse estado.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Só servem para mandar abrir poços.

O Sr. LEITÃO DA CUNHA:—Em uma sessão solenne da academia de medicina o Sr. Barão de Lavradio dizia o seguinte (d):

« No que toca ás excavações, não ha meio de evital-as, em consequencia dos contratos terem clausulas que prohibem qualquer estorvo na marcha dos trabalhos. E' de suppor que em novos contratos se previnam estas hypotheses. »

De maneira que o Sr. Barão de Lavradio, que não sabe si haverá novos contratos a esse respeito, consente que durante o regimen dos actuaes as excavações continuem a matar a população do Rio de Janeiro!

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—O governo é que é o culpado, elle não.

O Sr. FAUSTO DE AGUIAR:—Elle expôz o facto e disse que não estava nas suas attribuições provi-

denciar. Si o Sr. Barão de Lavradio pudesse, teria feito muito mais.

O SR. MENDES DE ALMEIDA: — Apoiado.

O SR. LEITÃO DA CUNHA: — Vejamos agora o que disse o Sr. Dr. Nicolão Moreira, também na academia de medicina (18):

• Quanto às excavações, entendo que, si os contratos novos e ultimamente feitos não previniram já as hypothèses de que fallaram os collegas, e pelo menos não consagrado às reflexões partidas das autoridades competentes, e isso pelo pessimo systema dos nossos administradores, e infelizmente adoptado como doutrina corrente, de uma vez empousados das redes do governo, si julgaram omniscientes, e, portanto, inhabilitados a prestarem attenção aos que têm o tirocinio do estudo e do trabalho.

• Deixa-se quasi sempre correr á revolta as mais sérias questões, de nada servindo os pareceres lavrados por pessoas competentes, porque o capricho da omnisciencia tem sempre victoria.

O SR. SILVEIRA DA MOTA: — Quem foi que disse isso?

O SR. LEITÃO DA CUNHA: — Foi o Sr. Dr. Nicolão Moreira na academia de medicina.

O SR. SILVEIRA DA MOTA: — Elle tem razão.

O SR. LEITÃO DA CUNHA: — Reunidos aquelles sabios na academia de medicina, o Sr. Barão de Lavradio disse: « Nos novos contratos se modificará essa clausula », embora as excavações continuem a matar a população desta cidade; e o Sr. Dr. Nicolão Moreira prôga uma giribanda no governo, dizendo que os ministros são omniscientes e nada fazem. Agora pergunto: quaes os resultados praticos das reuniões da academia de medicina a bem da saúde publica nesta corte? Si sobre assumpto tão grave, como é a saúde publica, as deliberações da academia de medicina são essas, tenham a bondade de dizer-me o que se pôde esperar daquella corporação scientifica?

Sr. presidente, eu concluo esta parte das observações que estou submettendo especialmente á apreciação do Sr. ministro da agricultura (tenho uma segunda ainda mais interessante) enviando á mesa um projecto de lei approvando a postura, porque o Sr. ministro do Imperio disse que a sujeitou á nossa approvação para tirar-se das difficuldades em que se achou.

O SR. CANSANÇÃO DE SINIMM: (*presidente do conselho*): — No segundo artigo do projecto mande indemnizar todas as perdas.

O SR. LEITÃO DA CUNHA: — Quando o projecto entrar em discussão, V. Ex. o discutirá.

Ja-me esquecendo de fazer uma observação, aliás muito necessaria. Como a Illma. camara municipal da corte tem andado aqui em discussão, porque foi suspensa por isso e por aquillo, e, finalmente, como em tudo em nosso paiz, entrou ali a politica, porque não falta quem diga que o governo suspende a camara municipal por ser sua maioria composta de conservadores, é bom que se saiba de quem é a postura: ella está assignada pelos Srs. Dr. Adolpho Bezerra de Menezes, presidente; Joaquim Saldanha Marinho, Christiano Benedicto Ottom, José Moreira da Costa Lima, José Ferreira Nobre, Barão de S. Francisco Filho, Dr. Amaro Manoel de Moraes, Dr. Domingos de Andrade Figueira. Já vê o senado que a postura foi

unanimemente approvada pela camara municipal; de maneira que o assumpto era de tal ponderação, que se desprende da politica; conservadores e liberais, deram-se as mãos para assignar uma postura nesse sentido; entretanto, nem esta consideração actuou no espirito do governo! Passemos adiante.

Cortijos...

O SR. PRESIDENTE: — A hora está dada, peço ao nobre senador...

O SR. LEITÃO DA CUNHA: — Vou resumir, Sr. presidente, prometto isto a V. Ex.

Para imprimir logo no que tenho de dizer sobre os cortijos um typo de autoridade, permita o senado que eu comece por lêr o que disse um dos mais notaveis, senão o mais notavel hygienista moderno, por isso mesmo que tem escripto obras sobre os differentes ramos de hygiene publica, o Sr. Fonsagrive (18):

• *Mephitismo por accumulção ou atravancamento.*

— Os hygienistas não exageram quando ligam grande importancia a este elemento de insalubridade que se encontra nas cidades e que é de algum modo a chave da sua pathologia. Si J. J. Rousseau exagerava quando disse que « a respiração do homem é mortal ao mesmo homem » e que « as cidades são o sorvedouro da especie humana », si elle se serviu dessas proposições para engrandecer a disseminação primitiva, não é menos verdadeiro que a communhão em que vivemos nas cidades faz-nos pagar as vantagens que della colhemos com alguns perigos. Esses perigos, porém, não são superiores á nossa industria; e podemos conjural-os quando nos parecer, isto é, quando lhe oppuzermos todos os recursos de uma boa hygiene.

• *A accumulção dos organismos sãos em um espaço relativamente acanhado vicia o ar de uma forma particular, espalhando ali o que já denominel le miasme zooliemique, que é o que se chama vulgarmente miasmas por accumulção: producto complexo de natureza vaporosa e que é formado por diversas exhalações, ou secreções que se desprendem dos corpos dos animaes.*

Si nós tivéssemos encomendado a esse hygienista um artigo a respeito dos nossos cortijos, elle não se sairia melhor da empreza; parece que estava escrevendo com relação aos cortijos do Rio de Janeiro.

Eu não os definirei aqui, mas me é imprescindivel dizer ao senado que nessas indagações e pesquisas que muito naturalmente se tem desenvolvido entre as autoridades medicas desta capital para assignalar a causa da febre amarella, ficou demonstrado pela estatística que, ao menos em 1876, uma das grandes epidemias de febre amarella que aqui houve começou nos cortijos.

Eu, que sigo a mesma opinião do honrado ministro do Imperio, que sou e sempre fui amigo da imprensa, sobretudo da imprensa esclarecida, illustrada, não posso deixar de chamar a attenção do senado para um artigo que a esse respeito escreveu o *Jornal do Commercio*. Esta folha tinha dito, em artigo editorial, que nos cortijos nascera a febre amarella: alguém interessado em manter cortijos reclamou, e ella, para responder a esta reclamação e sustentar seus creditos de verdadeira e reflectida, escreveu o seguinte (18):

• O certo é, que o primeiro caso de febre amarella, que occorreu nesta corte e que deu entrada

no hospital da santa casa da misericórdia, no dia 26 de Novembro ultimo, foi o de Paulo, escravo do Sr. Manoel do Nascimento Pinto Cerqueira, morador na rua do General Caldwell n. 79. Morreu no dia 3 de Dezembro.

• O segundo caso foi o de Gerardo Anciero, italiano, morador na mesma estalagem, entrado a 29 de Novembro, e fallecido no dia 2 de Dezembro. (Primeiro fallecimento em toda a cidade.)

• O terceiro caso foi o de Joseppe Mafra, italiano, morador á rua do General Caldwell n. 79, que entrou moribundo e falleceu d'alhi horas no mencionado hospital.

• O quarto caso foi o de Armando Constante, italiano, morador na rua do General Caldwell n. 79, entrado no dia 18 e fallecido no mesmo dia.

(Nota o senado, sempre o mesmo cortiço, a rua do General Caldwell n. 79, que o *Jornal do Commercio* dá como tendo alli origem a febre amarella.)

• O quinto caso foi o de Raphael Moekeu, italiano, morador na mencionada estalagem, no quarto n. 61, fallecido no dia 23.

• O sexto caso foi o de Julião Rodrigues, hespanhol, morador na dita estalagem, e fallecido no dia 28.

• O settimo caso foi o de Carlos Rossi, italiano, morador nessa estalagem, e fallecido no dia 30.

• O oitavo caso foi o de Joaquim Ignacio Correia, portuguez, morador nessa estalagem, e fallecido no mesmo dia 30.

• Os nono, decimo e decimo primeiro casos foram os de José Correio, Gregorio Quejo (quarto n. 53) e Magdalena Browne, italianos, moradores na referida estalagem, e fallecidos no dia 31.

• Depois seguiram-se os casos de Carlos Estevão, italiano, morador na estalagem n. 79, e fallecido no dia 1 de Janeiro do corrente anno; de Edmundo Ferrié, francez, e de Domingos Forcari, italiano, moradores na mesma estalagem, e fallecidos no dia 2; e de Rafael Novelino, Francisco Bruno e Antonio Mortorelli, italianos, igualmente moradores nessa estalagem, e fallecidos no dia 3.

Foi o *Jornal* declinando todos os nomes até que afinal disse:

• D'alhi por diante a epidemia começou a espalhar-se, porém continuou a estalagem da rua do General Caldwell n. 79 a ser um grande foco do mal, e até principio de Fevereiro morreram, quer no proprio edificio, quer no hospicio da Gambôa, os seguintes moradores: José Vinhola, Carmine Wesh, Thereza Cacholli, Francisco Paladino, Vicente Vito, Afonso Garcia, Angelo Rofrano, Pascoal Vito, Lucio Linaro, Carmine Vitulo, Pascoal Romano, Luiz Torio, Caetano Torio, Francisco Graular, Francisco Miusas, Juan Penegon, Pascoal Teiro, Domingos Mareygdio, Rafael Donte, Caetano Caxoli, José Resconi, Antonio Picari, Maria Dezi, Rafael Magnelos, Paial Lucem, Luiz Mercelli, Margarida Dezi, Francisco Treissia, Francisco Dezi, Antonio Cambellia, José Marques, Rafael Marques, Rafael Payon e Joanna, italianos; Thereza Ferrié, Charles Ferrié e Antonia Ferrié, francezes; Guillermo Haag, Froutz Haag, allemães; Manoel da Costa, Maria Antonia Rodrigues e Joaquim José Rodrigues, portuguezes; Joanna Martins, paraguaya; e João dos Santos Vieira, brasileiro. Somma 45.

A *Gazeta de Noticias* da mesma data denuncia o seguinte:

• A febre amarella.—Alguns casos de febre amarella têm apparecido nestes ultimos dias de

maior calor, por isso aproveitamos occasião usada para chamarmos a attenção da junta de hygiene publica á memoravel estalagem da rua Formosa n. 79, donde ali habitam para mais de 600 pessoas, que em pequenos quartos vivem agglomeradas. Nos parece que providencias antecipadas seriam salutares para evitar o mal nessa e outras habitações em identicas condições.

Por isto dizia eu que, convidado um escriptor para escrever um artigo sobre nossos cortiços, não escreveria melhor do que temos nas paginas daquelle excellente livro, intitulado — Saneamento das cidades. — Ah! está demonstrada a causa por que é que de cortiços não se pode esperar senão o resultado que temos visto.

Mas, Sr. presidente, vou lêr ao senado um documento que o ha de surprender, porque deste documento deduzem-se consequencias bem desagradaveis á nossa administração. Que providencias, senhores, tem tomado a junta de hygiene publica e o governo com relação a cortiços? Não quero dar a resposta, quero que a dê ao senado o chefe de policia da corte, com o que disse no seu ultimo relatório ao ministerio da justiça.

E' autoridade competente e insuspeita. Chamo a attenção do meu honrado amigo o Sr. presidente do conselho para esta pega official que vou lêr:

• *Cortiços.*—Consta de uma estatística feita em 1869 existirem nesta cidade 612 cortiços, contendo 9.749 quartos habitados por 21.929 individuos; 9.630 nacionaes, 4.735 homens, 4.895 mulheres; 3.918 maiores e 3.712 menores; 12.229 estrangeiros, 8.820 homens, 3.479 mulheres; 11.124 maiores e 1.175 menores.

Pode-se afortunadamente asseverar que, de então para cá, tem duplicado o numero de cortiços e de seus habitantes, sem ter-se conseguido melhora alguma no modo das edificações, apesar das reclamações da imprensa.

Da maneira que devemos ter hoje na corte 1.280 e tantos cortiços no dizer do chefe de policia!

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Habitados por 30.000 mil pessoas.

O Sr. LEITÃO DA CUNHA:—Aqui tem o senado o estado dos cortiços do Rio de Janeiro, attestado pelo chefe de policia da corte, que é insuspeito a todos os respeitos.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—O decimo da população desta cidade habita em cortiços.

O Sr. LEITÃO DA CUNHA:—Mas, senhores, vejamos o que pensa o Sr. Barão de Lavradio, presidente da junta de hygiene, a respeito deste deploravel estado de cousas. Ainda é na academia de medicina o que S. Ex. disse ultimamente sobre cortiços (12):

• Sobre cortiços acredita tempo perdido qualquer observação, attendendo á impossibilidade que ha de soffrer o abuso. Ha sempre meios de cohibir a sua feitura, fechando, como fechem em sua maioria os agentes fiscaes, os olhos á perpetração do abuso. E' um mal que ainda nos ha de perseguir por muito tempo, si as futuras municipalidades não tomarem uma medida séria e que tenha execução real sobre este ponto.

Outro collega de S. Ex., a quem alludi ha pouco, o Sr. Dr. Nicoláo Moreira, tomando nessa occasião a palavra sobre cortiços, disse a mesma cousa (não leia para não fatigar a attenção do senado): que



é tempo perdido, que os cortiços têm duplicado, etc.

Ora, senhores, pergunto eu, é possível conceber-se que todos os annos se tenham apoderado de descrença, de desanimo absoluto em fazer o que quer que seja em beneficio da saúde desta grande e rica população? A guilarmos-nos pelas autoridades que tenho invocado, parece que devemos chegar a esta triste conclusão.

Sr. presidente, a hora está dada, V. Ex. já me advertiu disso; eu guardarei o que ainda tinha de dizer a respeito, por exemplo, do canal do mangue, dos aterros feitos com lixo, da praça do mercado, para a discussão do orçamento do Imperio.

Entretanto, não posso deixar de perguntar ao honrado Sr. ministro do Imperio (S. Ex. ha de lêr o que estou dizendo, e então me poderá responder depois) que execução teve um aviso que S. Ex. expediu ultimamente, para que na praça do mercado não se recebesse senão objectos propriamente de mercado, porque, como o senado sabe, havia de tudo naquella praça; lojas de fazendas, de louça, de brinquedos e até cortiços, onde morava gente, que adoeria e alli morria!

Tenho concluido por hoje.

O SR. NUNES GONÇALVES:—Muito bem; prestou um serviço importantissimo com este discurso.

Ficou sobre a mesa, para ser apoiado opportunamente, o seguinte

#### Projecto

• A assembléa geral legislativa resolve:

• Art. 1.º Fica approvada a postura seguinte, promulgada pela Ilma. camara municipal da corte, em 11 de Julho de 1878:

• Nenhuma companhia, empresa ou particular poderá fazer escavações nas ruas, travessas, ou praças da cidade no tempo que decorrer do 1.º de Dezembro a 30 de Março. As vallas e escavações feitas para qualquer trabalho publico ou particular, serão até o 1.º de Dezembro de cada anno obstruidas e de modo a não alterar o nivelamento das ruas, travessas ou praças em que se acharem.

• As escavações que forem imprescindíveis para concertos locais e urgentes dos encanamentos existentes não poderão nesse tempo ser conservadas abertas por mais de 48 horas.

• A infracção das presentes disposições será punida com a multa de 30\$000 pela primeira vez e o dobro na reincidência, ficando o infractor na obrigação de obstruir as escavações ou vallas que tenha feito e na falta a pagar á Ilma. camara as despesas que com isso se fizerem e que pela mesma camara forem determinadas.

• Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario. Paço do senado, em 14 de Fevereiro de 1879.—A. Leitão da Cunha.

#### PRIMEIRA PARTE DA ORDEM DO DIA.

##### CESSÃO DE UM PROPRIO NACIONAL.

Foi votada em 3.ª discussão, e approvada para ser dirigida á sanção imperial, a proposição da camara dos Srs. deputados n. 239, de 1877, concedendo á santa casa de misericórdia da cidade do Recife o proprio nacional, sito á margem da estrada de Santo Amaro.

##### PENSÃO.

Foi tambem votada em 3.ª discussão e approvada, para ser dirigida á sanção imperial a proposição da camara dos Srs. deputados n. 236, de 1877, approvando a pensão de 00\$000 concedida a D. Thereza Rosa Martins Cabdas.

##### RESPOSTA Á FALTA DO THRONO.

Proseguir a discussão do projecto de resposta á falta do throno, com a emenda do Sr. Silveira da Motta.

O Sr. Dantas:—A minha recente entrada nesta casa me aconselhava, eu o compreendo, de abster-me dos debates, ao menos em quanto me acclimasse (não apoiados) nesta nova região, onde me acho collocado, graças ao generoso suffragio de meus comprouvencianos e á escolha da Corôa.

Tenho, porém, motivos, Sr. presidente, para infringir isto a que chamarei bom estylo; elles são de ordem que, expostos ao senado, podem desculpar-me de tão depressa intrometer-me em seus sempre illustrados e importantes debates.

Vim para aqui, Sr. presidente, trazendo compromissos; vim para aqui em nome de principios que tenho sustentado; vim para aqui em nome de idéas que me deram a confiança, que me orgulho de possuir, de um grande partido, o partido liberal da provincia da Bahia; vim, pois, para aqui, trazendo uma dívida que procurarei desempenhar até onde chegarem as minhas fracas forças.

Eu tenho tambem, senhores, uma dívida a pagar no primeiro dia em que occupo a attenção do senado brasileiro; é de encerrar aquella cadeira (designando a que fora occupada pelo Sr. Zacarias), que se acha coberta de luto, e que durante longos annos assim se deve conservar... (apoiados).

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:—As duas.

OUTRO SR. SENADOR:—Apoiado, as duas.

O SR. DANTAS:—... porque realmente aquella cadeira que julgo ser a que me tocou por sorte substituir, não terá tão cedo quem a possa preencher como preencheu durante alguns annos Zacarias do Góese Vasconcellos! Cultura de espirito, patriotismo, o melhor do seu tempo consagrado ao serviço da patria, elle soube, como poucos neste paiz, athleta, mais do que isso, Hercules da tribuna, merecer a admiração de seus concidadãos, sem distincção de cores politicas (apoiados). Ninguém nesta tribuna conquistou palmas mais virentes do que elle; ninguém serviu com mais assiduidade, mais seriedade, a causa publica, do que este illustre finado, que viverá sempre em nossa memoria como uma das nossas glorias, e que na galeria dos homens illustres do Brazil ha de occupar sempre um eminente logar. (Apoiados; muito bem.)

Si a minha heroica provincia, por quem extremo me quiz recompensar dos poucos serviços que lhe tenho prestado, concedendo-me a honra daquella cadeira, não tenho coragem de occupal-a, deixando-me ficar aqui para encará-la sempre e receber ainda os exemplos que deixou aquelle que alli sentou-se até 29 de Dezembro de 1877. (Muito bem.)

Pelo que me toca, direi ao senado que sinto pela vida publica grande amor, direi mesmo alguma paixão. E' isto que tem explicado todos os actos da

minha vida, que já não é muito curta; tenho por ella uma tal ou qual fascinação, e procuro dar-lhe também meu melhor tempo. Entre nas lutas politicas com seriedade e convicção, sustentando as minhas idéas, mas *sine odio nec studio*. Si isto de alguma sorte pôde compensar a perda irreparavel desta cadeira, prometto ao Senado que, até onde puder, com boa vontade, procurarei, obscuramente, cooperar em seus trabalhos, para que possamos sempre augmentar a prosperidade e a grandeza de nossa patria.

O SR. PARANAGUÁ:—Obscuramente, não apoiado.

O SR. DANTAS:—Sr. presidente, ditas estas palavras, que não são um exordio, cumpria mais um dever: agradecer o modo como os meus illustres collegas senadores se dignaram de acolher-me, desde o primeiro momento que penetrei neste recinto.

Agora, Sr. presidente, entrarei na materia principal do debate.

Entendo que a discussão da resposta á falla do throno, por via de regra, não deve occupar muito os debates desta casa. O estylo inglez, que todos os dias aqui citamos, mostra que é de boa pratica, visto que esta peça, bem considerada, não deve passar de uma cortezia ao chefe do Estado, não prolongar a discussão além da sessão de um dia, como na camara ingleza... Todavia, como toda regra tem excepção, comprehendo que em uma situação como a presente, um documento, qual o da resposta á falla do throno, o primeiro que officialmente, e com a maior solemnidade, vem annunciar á representação nacional a existencia de uma nova situação politica, deve por isso mesmo atrahir um pouco mais a attenção dos representantes da nação, havendo desculpa para com aquelles que sobre elle estabelecem uma discussão mais demorada.

Sinto que no nosso parlamento as boas praticas, algumas dellas pelo menos, já não estejam adoptadas; porque, si estivessem, quer o senado quer a camara dos Srs. deputados, desde o primeiro dia, teriam sempre materias importantes, e mesmo urgentes, de que se occupar.

Isto não vai em censura a ninguem; é um defeito ainda de nossa organização, que com o tempo se irá corrigindo; isto tambem quer dizer que a demora de mais alguns dias actualmente, neste debate, não prejudicará outras materias que devem ser discutidas.

Tomaram parte neste debate tres oradores: dois distinctos representantes da provincia da Bahia, e um, proecto e distincto parlamentar, representante da provincia de Goyaz. Os dois primeiros oradores são conservadores, o ultimo é liberal, ou mais, é radical.

Todos tres occuparam-se, ou da reforma eleitoral, ou da questão financeira: o primeiro orador, o que rompeu o debate, o meu collega e amigo desde os tempos academicos, começou por notar um grande defeito no primeiro ministerio que inaugurou a situação liberal. Elle disse: «Vós tinheis um programma, e em nome delle combastes na adversidade, com elle reunistes as vossas hostes; mais de uma vez obtivestes triumphos; e como, subindo ao poder, abandonais grande parte do vosso programma, para restringir-vos simplesmente a esse que eu chamarei rachítico — a reforma eleitoral?»

O SR. JESQUEIRA:—Em relação ao grande programma.

O SR. DANTAS:—Onde estão todas as vossas outras idéas? Que fizestes dellas?

O illustre parlamentar, representante tambem da Bahia, cuja palavra, sempre feliz e eloquente, muito gosto de ouvir, foi talvez um pouco mais sagaz; elle não nos combaten por ahí, procurou mais ferir a situação liberal pela inoportunidade com que subira ao poder; achou mesmo que a ascensão do partido liberal não fora um facto simplesmente seu, por conquista sua, mas por favor de alguém. Finalmente o velho parlamentar, senador por Goyaz, tomou outro rumo. S. Ex., procurando apertar os factos e os acontecimentos destes ultimos annos, concluiu por dizer que realmente a ascensão do partido liberal deu-se porque não se podia deixar de dar; deu-se porque, não obstante não inspirar-se a Corôa nos representantes immediatos do povo, naquelles que são incumbidos especialmente de fazer a politica e de sustentar as situações e os ministerios; não obstante faltar-lhe essa fonte em que devesse ir beber inspirações, outras se lhe offereciam, as quaes, nas condições peculiares ao nosso paiz, não podiam ser desprezadas pelo chefe do Estado, para concluir, como concluiu, pelo convite ao nobre presidente do conselho, encarregando-o de formar um ministerio.

Sr. presidente, devo dizer que penso com o nobre senador por Goyaz; mas acrescentarei que nossos esforços para que, de uma vez por todas, cesse este estado de cousas, se devem encaminhar para o alvo a que actualmente queremos attingir, para tirarmos a representação nacional desse estado de fraqueza...

O SR. SARAIVA:—De suspeição.

O SR. DANTAS:—Sim, de suspeição, que no caso importa fraqueza, para que a Corôa no Brazil, como fazem em outros paizes os chefes de Estado, possa mudar as situações politicas inspirando-se previamente na maioria dos representantes immediatos do povo.

Isto só conseguiremos por meio da reforma de que nos occupamos, e que qualificaréi de *ante omnia*. Desde que todos os systemas electoraes experimentados em nosso paiz, a começar de 1846 até agora, foram-se descredenciando até merecerem completa condemnação de ambos os partidos; desde que este facto se deu, é irrecusavel, nós não temos sinão que appellar para uma reforma, que, no alvitre sempre acertado dos poderes do Estado, possa tirarnos do falseamento em que vivemos.

Desta sorte poderão os partidos substituir-se no poder, sem que um lance ao outro aquillo que se está constantemente repetindo: subistes ao poder indevidamente.

Em 1868 nós diziamos aos conservadores: a occasião não era vossa, e alguns de vossos chefes declaravam nesta casa, poucos dias antes da ascensão do vosso partido: não é chegada ainda a nossa vez.

Em 1878, dez annos depois, ahí vem as mesmas queixas e a mesma censura.

Desejo, Sr. presidente, ver terminadas estas contendas tanto mais quanto, professando sinceramente principios liberaes, e não desejando ampliar as prerogativas da Corôa, sem contudo entender como Syeyès que ella deve ser de todo inactiva, mas

pensando como lord Brougham que as prerogativas reais não devem prejudicar a vontade da nação dirija os negocios nacionaes, porque sómente assim será um poder do inspecção, como lhe chamam alguns escriptores de direito publico, ou poder neutro, como lhe chamam outros; eu que não entendo que a Corôa faz parte do poder legislativo; que entendo com a constituição que o poder legislativo é delegado á assembleia geral com a sanction do Imperador...

O SR. LEÃO VELLOSO:— Intervem.

O SR. DANTAS:—... que o poder legislativo compete á camara dos deputados e ao senado; d'aqui não posso concluir que o chefe do Estado participe do poder legislativo, mas sómente intervenha pela sanction, o que é compativel com o poder neutro; eu que penso assim, Sr. presidente, e que desejo tambem que a Corôa paixe em uma região superior, e onde não possam chegar accusações de praticar ella o poder pessoal, concluo por este motivo que a reforma do systema eleitoral vigente, longe de ser, como disse o nobre senador pela Bahia, um programma rachitico, é o mais fecundo, e ao mesmo tempo o mais urgente de todos quantos possam preoccupar a attenção dos legisladores do paiz, em ordem a dar antes de tudo uma representação, quanto possivel, purificada dos vícios e fraudes que notamos actualmente em todas as eleições.

O SR. RIBEIRO DA LUZ:—A eleição hade ser livre, si o governo quizer.

O SR. DANTAS:—Feito isto, Sr. presidente, a representação nacional exprimirá a opinião publica, que é um poder, um poder respeitavel, quando esclarecida, quando bem intencionada e a Corôa, seguindo-a, entrará nas verdadeiras praticas do systema, e se achará collocada na alta posição que a constituição lhe reservou.

Senhores, eu não padeco da molestia que se está propagando, em muitos dos meus collegas; elles tomam-se de receios, de sobresaltos diante de quaesquer manifestações da opinião, e julgam que por causa dellas tudo vai desabar.

Oh! muito fracos seriam os alicerces sobre que assenta este Imperio, si um pequeno sopro, si uma reunião, si um movimento qualquer podesse pôr em risco a sua sorte. Então elle estaria assentado sobre pés de argilla.

Entendo, ao inverso, que as nossas instituições assentam em bases seguras, e a contra-prova disso tel-a-heimos sempre a despeito de taes movimentos, ou manifestações pacificas, que valem tanto quanto o direito de petição; são outras tantas valvulas, que não poem em perigo a ordem publica.

A proposito, recorro ao senado um facto da historia, que não é antigo, occorrido entre Luiz Philippe, rei de França, e Leopoldo da Belgica.

Em 1816 governava a Belgica um ministerio conservador, o qual pelas idéas e medidas que sustentava desagradou á opinião publica, o que deu logar á agitação e até resistencia.

Este movimento chamou a attenção, quer no paiz, quer fora d'elle; e o rei Luiz Philippe, que tinha razões muito especiaes, razões de sangue, para interessar-se pela sorte do rei da Belgica, escreveu-lhe uma carta, que aqui tenho, e da qual passo a dar noticia em substancia.

Nessa carta, escripta da propria mesa de despacho com seus ministros, disse Luiz Philippe que a sua

velha experiencia o determinava a aconsellar a Leopoldo que tomasse providencias contra as manifestações e reuniões que se estavam dando na Belgica; que ignorava-se si as leis alli permitthiam de algum modo fazer parar com ellas ou impedil-as, como conviria; que lhe parecia que a constituição belga autorizava as associações, mas que não sabia até onde, e em todo o caso duvidava que ellas se estendessem até o ponto de consentir no que se estava passando; que, pois, tomasse cautelas.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:—E tinha razão...

O SR. DANTAS:—Não tinha razão, perdão-me o nobre senador; eu explicarei a V. Ex. e talvez chegemos a final a um accordo.

Estas manifestações, disse o rei, não são boas; eu não sei si em vosso paiz ha leis que autorizem a cohibil-as, si não houver, aconselho que tomeis algumas providencias; nada de deixal-as proseguir.

Era ministro de Luiz Philippe, Guizot; era ministro de Leopoldo tambem um conservador, mas conservador da escola belga, o Conde Theux.

O rei Leopoldo não aceitou o conselho de Luiz Philippe. As reuniões não foram prohibidas, dellas não teve medo Leopoldo, educado na Inglaterra, onde os *meetings* não são uma novidade. Pelo contrario, inspirando-se na verdadeira opinião publica, procedeu de modo a manter a ordem na Belgica, consolidando por tal forma as instituições que agora, como para o futuro, aquelle prospero paiz promette viver á sombra da paz e da liberdade (*apoiados*).

A França, de onde aconselhava-se que Leopoldo tomasse cuidado com as reuniões e que as não deixasse proseguir, a França passou dentro em pouco tempo por um cataclysmo como o senado conhece.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:—Isto depende do caracter do povo.

O SR. DANTAS:—Quero com isso dizer que não se pôde tapar o sol com a mão; que não se deve desprezar a opinião em seus movimentos, pois que nella está a soberania; e que, si ella não quer ir além daquillo que legalmente lhe é permitido, oppôr barreiras a isto é mais do que inconveniencia, é insensatez.

A autoridade, substituindo-se á opinião, transtorna a marcha das cousas, põe em perigo a ordem publica; não comprehendendo ordem onde a liberdade corre perigo.

O SR. JUNQUEIRA:—Lembre-se dos banquetes politicos de Fevereiro em França.

O SR. DANTAS:—Porque se não ha de confessar o que ali está dizendo a historia? Porque se não ha de reconhecer que Guizot comprometteu a sorte daquello reinado? Será preciso abrir as paginas da historia, aliás tão familiares aos nobres senadores, para convencer de que a teima, a obstinação, a compressão matam a liberdade ou alatein os povos, e que tudo isto foi o que deu em resultado a animadversão publica contra um estado de cousas, que não chegaria a esse extremo si tomassem as medidas convenientes, si se ouvisse a opinião publica?

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Outras foram as causas.

O SR. DANTAS:—Os conservadores não podem gostar desta linguagem, eu comprehendo; mas é preciso que me ouçam; porque elles em toda parte mais ou menos soffrem desta molestia.

O SR. SARAIVA:—O medo.

O Sr. DANTAS :—O medo... Não tenhamos medo da opinião publica; vamos buscar em seu solo a nossa força.

O Sr. JUNQUEIRA :—Da opinião não temos medo, é da anarchia.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA :—Falta o criterio para aheril-la; para distinguir a verdadeira da falsa.

O Sr. DANTAS :—Si não houver criterio, nada disso servirá... Mas o que quero dizer aos nobres senadores, é que me parece que não ha nenhum motivo de inquietação.

A sociedade brasileira, aspira, é certo, e aspira com todo o direito, a conquistas liberaes. Eu, que nunca conspiréi contra a ordem publico, que tenho sido até hoje a seu favor, posso declarar que sou liberal, como declarava Benjamin Constant, em um famoso escripto que foi qualificado como seu testamento. Elle disse : « Sou liberal em tudo : Sou liberal em politica, sou liberal em religião, sou liberal em commercio, em industria e em associação. »

O Sr. FERNANDES DA CUNHA :—Os conservadores tambem o são.

O Sr. DANTAS :—Eu sinto que o ministerio actual não possa, e com muito legitimo fundamento, inscrihir em seu programma mais do que a eleição directa.

(*Crusum-se apartes.*)

O que admira é que o nobre senador pela Bahia, sendo conservador, e um conservador que bem conhece ha muito tempo, censure o actual ministerio, porque não é demasiadamente liberal. Tal censura deveria elle deixar para nós; assim estão trocados os papéis, ficaremos no *steeple chase* que Leopoldo evitou substituindo o ministerio Descamps conservador, por um ministerio liberal. O que me parece é que para reclamar reformas liberaes tenho mais competencia do que o nobre senador; e para realisar-as é mais habilitado do que S. Ex. o nobre presidente do conselho e o gabinete de 5 de Janeiro. Eu desejava que o programma do ministerio fosse mais do que isso, contivesse outros artigos....

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE :— Por exemplo ?

O Sr. DANTAS :— A liberdade de consciencia, e a grande naturalização. Não têm razão os que se mostram tímidos perante a grande naturalização...

O Sr. LEÃO VELLOSO :— Nunca foi programma liberal.

O Sr. DANTAS :— Não foi, mas eu adopto a idéa, como formalmente declarei ao nobre senador por Minas, quando asseverava que sentia não estarem esses pontos incluídos no programma. As minhas palavras foram; apresento emenda, terá o meu voto.

O Sr. Cruz Machado dá um aparte.

O Sr. DANTAS :— Tambem sou pelo casamento civil; para mim não o quero; mas não tenho o direito de negalo aos outros. O que estou dizendo não é novidade. Sinto-me um pouco acanhado ao ver que em nosso paiz ainda se discutem theses que em outros, tão catholicos, pelo menos, como o nosso, já são conquistas, já são realidades. Não tenho duvida nenhuma em prometter ao senado que, si Deus me der vida, no percurso que tenho de atravessar, como cada anno e cada época traz

as suas necessidades, hei de opportunamente promover a passagem de alguma dessas medidas. O que não quero é que isso se faça sem criterio, sem bom senso; sem estas condições são impossiveis reformas taes, que não se fazem de improviso e fora de sazão. É preciso que o paiz se prepare para recebê-las, se convença do que são uteis e nenhum perigo oferecem.

A idéa da eleição directa no principio foi hostilizada; os nobres senadores se hão de recordar do que homens muito notaveis da nossa politica se lhe mostraram infensos. Até se dizia que d'ahi resultaria perigo para a monarchia.

Eu recordarei que, ha alguns annos, discutiram a esse respeito os Srs. Visconde do Rio Branco e conselheiro Saraiva, o qual tem sido um dos mais fervorosos apostolos da eleição directa, desde a sua memoravel carta ao finado senador Nabuco, de saudosa memoria. Sustentou o honrado senador Saraiva, que as instituições correriam perigo, si continuassemos no caminho em que iamos e não realizassemos a reforma da eleição directa. O Sr. Rio Branco oppoz-se dizendo que, si fosse adoptada a reforma eleitoral pelo systema de um só grão, a monarchia correria perigo. Está nos *Annaes*.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA :—E isto é uma verdade.

O Sr. DANTAS :—Mas isto é uma illusão.

O Sr. NUNES GONÇALVES :—Apoiado.

O Sr. DANTAS :—Como se diz agora que a reforma pela eleição directa é uma reforma conservadora ?

O Sr. FERNANDES DA CUNHA dá um aparte.

O Sr. DANTAS :—Declaro ao senado que, si tivermos de dar ao paiz uma eleição directa censitaria aristocratisada, com o meu voto não passará.

O Sr. SARAIVA :—Ninguém a quer assim.

O Sr. DANTAS :— Na occasião propria para este debate pretendo mostrar ao senado que a reforma com as bases que se oferecem, é realmente liberal e ha de ser abraçada com muita satisfação pelo paiz. Essa demonstração fica reservada para a discussão do projecto.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA :— Em discussão especial pretendo mostrar que não é reforma liberal.

O Sr. DANTAS :— Bem; ficamos emprazados.

O Sr. PARANAGUÁ :— Si a reforma é conservadora porque se oppõem os nobres senadores ?

O Sr. DANTAS :— Sr. presidente, a conquista da opinião pela eleição directa está feita : está feita pelo partido liberal, é de seu program; está feita pelo partido conservador, não officialmente, mas representado por homens do quilate, da importancia do illustro ministro da fazenda do gabinete de 25 de Junho; do chefe activo militante do partido conservador no Imperio, o Sr. conselheiro Paulino; e tambem do muito respeitado e honrado presidente do senado, o Sr. Visconde de Jaguaré. Portanto, senhores, essa opinião está consagrada entre nós; a occasião chegou, como recusarmo-nos a ella ?

O Sr. BARRIOS BARRETO :— Nunca fui sinão conservador, e nunca vi meu partido adoptar essa opinião.

O Sr. DANTAS :— Já em 1857 (achava-me então na camara, e foi exactamente a este tempo que co-

meçâmos a possuir *Annaes*, que podem ser consultados) Rodrigues dos Santos, liberal distincto, de boa tempera, sustentava na camara dos Srs. deputados a idéa da eleição directa consiliaria. Desde então, já tínhamos liberaes insuspeitos que propugnavam por essa idéa. Entre nós, portanto, se tem passado sobre a eleição directa o que em outros paizes tambem se deu antes de adoptal-a.

Na Inglaterra quantos annos foram necessários para a opinião formar-se sobre a necessidade dessa reforma que purificasse melhor a fonte das eleições, que acenhasse com os burgos pobres, que desse uma nova organização ao systema eleitoral, garantindo o voto directo?

Sabemos que durante 19 a 20 annos trabalharam nisso, até que Grey obteve de Guilherme IV, que era tambem a principio infenso á idéa, o lucubrari-se de pô-la em pratica.

Foram collaboradores de Grey, entre outros, lord John Russell e lord Brougham. Todos sabem que a primeira vez que a idéa entrou na camara dos commons, passou apenas por um voto, apesar dos esforços de Russell e de Brougham, que era então lord chancellor do ministerio Grey. Dahi tornou-se uma necessidade a dissolução da camara; o rei refreton em concedel-a, e lord Brougham, da boa escola liberal ingleza, tomou sobre si um dos actos de maior audacia, que foi preparar tudo para o acto da dissolução que devia ser annuciado pelo proprio rei ás camaras. Do incidente que passou-se entre este illustre e benemerito liberal, companheiro de Wilberforce e o rei, o senado tem pleno conhecimento; mas o que é certo, e para isto chamo sua attenção, é que o rei, convencido de que a opinião publica queria reforma, accitou lealmente o alvitre do ministerio e dissolveu a camara. Veiu outra camara que decretou essa reforma, firmando para sempre na Inglaterra as publicas liberdades.

O SR. FERNANDES DA CUNHA :—Havemos de fazer esse historico e mostrar que na Inglaterra quem governa é a aristocracia.

O SR. SARAIVA :—Entretanto o parlamento lá é tudo.

O SR. DANTAS :—Não penso que a reforma directa seja uma reforma conservadora, é uma reforma eminentemente liberal; os publicistas que se occupam desta materia nol-o dizem. Não gosto muito de ler por extenso opiniões, para não fatigar a attenção do senado, e contento-me ordinariamente com alludir a ellas; mas no caso presente, peço permissão para consignar as proprias palavras do publicista Brougham, uma das intelligencias mais vastas e preclaras que a Inglaterra tem tido. Vou ler o que elle diz na sua obra da *Democracia* : é da boa escola liberal.

Em primeiro lugar, Brougham observa que o principio da eleição de dous grãos parece ter sido uma imitação da complicada eleição na republica de Veneza. Dizendo—republica de Veneza—estou dispensado de ir adiante. Ainda hoje, quem vai visitar aquella cidade de gloriosas, mas tambem de tristes recordações, entrando naquello palacio celebre do doge, como que se assusta; portanto alli não era o refugio da liberdade. Pois bem, o systema de dous grãos, na opinião de Brougham, foi tirado de lá, e tambem suggerido pelo antigo systema federal, pelo qual o povo escolhia seus magistrados e estes designavam por sua voz os deputados que votavam no congresso.

Nas constituições da republica franceza de 1791 e 1793, assim como nas do consulado e do imperio e finalmente na restauração até 1830...

O SR. MENDES DE ALMEIDA :—E agora na eleição do senado.

O SR. DANTAS :—Isto é outra cousa... manteva-se o principio de dous grãos; havia as assembleas primarias e os collegios eleitoraes; mas afinal foi condemnado por todos como um principio anti-liberal.

Si eu quizesse roubar por mais tempo a attenção do senado, lhe apresentaria um calculo, por onde se vê que essa filtração dos votos incompletos, pelo modo por que se fazia, dava em resultado um eleitor representar mil e mais votantes. Já lá notavam esse defeito que observamos entre nós, sendo arredados do direito de escolher seus representantes grande maioria do cidadãos que nelle devem ser garantidos. E, portanto, um systema esse de dous grãos irremissivelmente condemnado. Em seu fundamento, como diz Brougham, traz um vicio radical, pois que afasta cidadãos muito importantes de tomarem parte na eleição.

Ouçá-se, porém, o que diz este publicista, especialmente para mostrar o que é eleição de dous grãos:

• Todos estes systemas de dous ou mais grãos, são fundamentalmente máos e partem de um principio radicalmente vicioso; este genero de eleição é tudo quanto ha de mais contrario ao systema representativo.

• Quando uma pessoa é capaz de escolher um eleitor, é tambem capaz de escolher um representante. Pode, como temos visto, ser alguem inteiramente inhabilitado para ter uma opinião sobre uma lei ou sobre um regulamento, mas ser perfeitamente capaz de escolher quem possa discutir e resolver em seu lugar essas importantes materias. Ha muito mais facilidade de corrupção n'um collegio eleitoral restricto do que n'um que conta grande numero de eleitores. Quando a massa dos votantes escolhe um pequeno numero, que não tem outras funções sinão escolher os representantes, taes eleitores tornam-se o objectivo de todas as tentativas de corrupção. E' evidente que são pessoas menos dignas de consideração, em geral, do que as que teriam sido escolhidas directamente para representantes, por ser a confiança para eleitor em grão muito menor e exigir-se menos capacidade; além disto, sua função é temporaria, sua responsabilidade é sem gravidade, porque é sem duração. São, por consequencia, taes eleitores expostos a toda sorte de tentação e pouco capazes para resistir.

E' exactamente o que se dá. E si isto, sem ir adiante, é, como me parece, uma verdade intuitiva, pergunto eu: haverá homem liberal ou não, mas amigo desta patria, que recuse auxiliar uma reforma, cujo fim é garantir a verdade e a liberdade do voto a todos que devem intervir na eleição dos nossos representantes?

O SR. BARNES BARRETO :—Quando o nobre senador me provar que as leis eleitoraes que temos têm sido bem executadas, eu dar-lhe-hei razão.

O SR. DANTAS :—Mas V. Ex. toma uma attitude que chamarei de pessimista; e com o pessimista, com o descrente e com o sceptico não se discute. E' pessimista todo aquelle que se acastella em não esperar desta reforma, pelo menos, alguns dos fructos que della outros povos têm tirado. Si

o que temos é pessimo, saiamos deste estado, adoptando aquillo que em outros paizes tem produzido bons resultados.

(*Crusum-se apartes.*)

Senhores, a politica é isto mesmo: é um complexo de esperanças, de decepções, de desgostos, de pezaros, de contrariedades. Ninguém penso que havemos de chegar jámais ao estado de perfeição que nós todos desejamos, mas que é impraticavel.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—O optimista tambem é exagerado.

O Sr. DANTAS:—E' exacto; mas quem está falando não cabo para o optimismo...

(*Crusum-se apartes.*)

O Sr. DANTAS:—Perdoem-me VV. Exs.; optimista é quem julga que tudo está muito bom e persiste em defender um systema que está definitivamente condemnado...

O Sr. SARAIVA:—Por todo o mundo.

O Sr. DANTAS:—O optimista, no intuito de tudo achar bom, impugna argumentos valiosos, tirados da historia, tirados da legislação dos povos, tirados da pratica, e se propõe a convencer que, em vez do que lhe é offerecido como melhor, se deve preferir o que já está julgado pelos seus máos fructos.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—E' um fructo venenoso o que nos estão offerecendo.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—O regimen representativo é o governo das delegações; e V. Ex. exclue o principio da delegação.

O Sr. DANTAS:—V. Ex. não tem razão... Este debate não comporta uma discussão circumstanciada (*apoiados*). Estou comprometido e terei muita satisfação de renovar as occasiões de discutir com V. Ex...

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Terei muita honra.

O Sr. DANTAS:—... recordando os nossos tempos da mocidade.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Sou um dos humildes aprendizes desta casa.

O Sr. DANTAS:—Não, senhor, é uma das intelligencias mais lucidas, mais illustradas que temos e um homem de bem (*apoiados*). Portanto, a sua opinião tem muita força, mas não pôde ter a força necessaria para destruir a verdade. Me parece que estou no terreno da verdade, e opportunamente com mais demora tiraremos a limpo este ponto.

O Sr. SARAIVA:—V. Ex. está defendendo a verdade universalmente reconhecida.

O Sr. DANTAS:—Ora, senhores, si a reforma eleitoral é tudo isto que em synthese submetto á apreciação do senado, certamente não se pôde dizer um programma rachitico, um programma insufficiente, um programma estéril, o que o gabinete do 5 de Janeiro se propoz a realizar.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—Ao contrario, eu penso que é um cavallo de Troia.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Traz gregos armados dentro do hójo.

O Sr. PARANAGUÁ:—Si tem hójo, não é rachitico.

O Sr. DANTAS:—Mas, além disto, senhores, o desanimo de que se acha tomado o meu distincto

collega, senador pela Bahia, que rompiu este debate, de ver deixadas á revelia as nossas idéas liberaes, bem mostra que S. Ex. se colloca n'um ponto de vista muito differente do nosso, e que esse seu zelo pelas nossas idéas não deve influir para que mudemos de rumo.

O Sr. LEÃO VELLOSO:—*Timeo Danuol...*

O Sr. DANTAS:—Havemos de proseguir em nosso caminho com seriedade e perseverança, e havemos de realizar outras reformas que estão no programma liberal.

O Sr. SARAIVA:—Apoiado.

O Sr. JENQUEIRA:—*Quod Deus avertat...*

O Sr. DANTAS:—Porque?! Não sei porque... O paizahi é que deve decidir si a continuação do partido liberal no poder é um bem ou um mal. Si decidir que é um mal, será o primeiro a recolher-me á tenda, para voltar depois ao combate com a armadura de opposicionista e encontrar-me do novo com V. Ex. e seus correligionarios no poder.

Mas, si VV. Exs. é que estão enganados, realmente é preciso que uma vez por todas se dissipe no paiz a creença de que o partido liberal não pôde demorar-se, já não digo longamente, mas por algum tempo no poder; e é isto que explien que, com cincoenta e tantos annos de governo constitucional representativo, apenas conta o partido liberal uma meia duzia de annos no governo, e isto interrompidamente...

O Sr. RUGEMO DA LUZ:—Não apoiado, está errado o seu calculo.

O Sr. DANTAS:—E' preciso, pois, que uma vez por todas esta creença se dissipe e se reconheça que ambos os partidos constitucionaes, revezando-se no poder, podem com opportunidade, que na politica é muito, realizar suas idéas e competir neste vasto scenario com quem ha de melhores servicos prestar ao paiz. Isto é o que todos devemos desejar, e é por isto que eu quereria que o partido conservador vivesse sempre muito bem organizado e capaz de assumir o poder. Para regularidade da nossa vida constitucional, para as evoluções que a politica offerece, é uma necessidade que ambos os partidos estejam constituídos de forma que, ora um, ora outro, possa assumir o poder. Isto é que é corrente na doutrina constitucional, e o senado melhorado que eu o sabe.

Mas, Sr. presidente, dizia eu; este programma é tão pouco importante que levanta todas estas duvidas, que encontra em seu caminho obstaculos...

O Sr. SARAIVA:—Grandes.

O Sr. DANTAS:—Ora, si o nobre presidente do conselho e seus collegas tomassem sobre seus hombros além da reforma eleitoral realizar ao mesmo tempo outras, as difficuldades se tornariam talvez invenciveis.

Ora, como o governo deve sempre pertencer ao mais sensato, eu entendo que o gabinete procedeu muito prudentemente, restringindo o terreno das suas aspirações actualmente á reforma eleitoral, que não é reforma rachitica; mas, pelo contrario, deve trazer grandes resultados, deve ser o ponto de partida para regeneração do nosso systema parlamentar (*apoiados*).

A Inglaterra nos dá exemplo disto; as reformas alli não se fazem todas ao mesmo tempo. A este

respeito peço licença ao illustrado senador por Goyaz, que hontem tão brilhantemente occupou a tribuna, para dizer-lhe que o fundamento pelo qual não confia no ministerio não me parece procedente. Disse S. Ex. que o ministerio tornou-se-lhe suspeito, desde que não se propoz a realizar todas as reformas do programma liberal. Não era isto possível; eu entendo exactamente o contrario: si o ministerio se propuzesse a realizar todas as reformas liberaes, eu concluiria, e commigo muita gente, que o ministerio não era sincero, porque, tomando sobre si tantas cousas ao mesmo tempo, havia de ser esmagado sob o peso das difficuldades.

Era isto o que talvez agradasse a muitos, porque eu classificarei os que não combatem em duas ordens, a dos impacientes e a dos malevolos. Os impacientes são os que desejam que o partido liberal, subindo, apossasse tudo, e que por um *fat* tudo realizasse. Estes não são os melhores amigos do partido liberal; não têm aprendido nas lições da adversidade; seriam causa para que se produzissem os dias tristes que acabámos de atravessar. Quanto aos malevolos, naturalmente insufflam os impacientes; tomados por um zêlo pharisaico dizem:

— Oh! si não fazem mais do que isto, é bem pouca cousa!

Eu não estou nem com os impacientes, nem com os malevolos; estou com aquelles que sinceramente querem para nossa patria as reformas de que ella carece para seu desenvolvimento moral, para a verdade do systema monarchico representativo, que considero radicado no paiz, mas que quero mais radicado ainda, porque acredito que é o mais proprio para dar-nos a liberdade praticamente em todas as suas relações.

Mas na Inglaterra, dizia eu ha pouco ao meu nobre collega, as reformas não se fazem todas ao mesmo tempo. Veja-se a da emancipação dos catholicos em 1829; a reforma eleitoral em 1832; a dos cereaes em 1846; e d'ahi por diante tem havido outras como a da igreja da Irlanda, etc. Portanto, mesmo nesse paiz modelo, temos exemplos disto.

Na Belgica, que é paiz muito feliz, tambem encontramos destes exemplos... E não posso fallar na Belgica sem recordar ao senado uma das impressões mais agradaveis, que mais vivamente me tocam, na visita que tive a fortuna de fazer ao sumptuoso palacio do corpo legislativo daquelle venturoso paiz. A entrada do immenso edificio, onde funcionam as duas casas do parlamento, em quatro columnas têm-se as seguintes inscrições: — Liberdade de cultos; liberdade de ensino; liberdade de imprensa, e liberdade de associação. — Veja bem o senado quanto é agradável para um homem que ama a liberdade, entrar na casa das leis em um paiz estrangeiro e deparar com essas inscrições, que resumem em si o mais vasto, o mais completo programma para um governo livre.

A Belgica, tambem dizia eu, deu-nos desses exemplos, mesmo em questões eleitoraes. Em 1871 era ministro do interior Delcœur.

Apresentou-se elle á camara com um projecto de reforma eleitoral, desenvolvendo parte de principios já adoptados em algumas leis, desde 1831 até aquella época.

Elle declarou que procurava consolidar naquella projecto um codigo eleitoral, melhorando os diversos pontos de cada uma dessas leis, que a pratica tinha aconselhado reformar-se. Isto disse elle em

1871; mas em 1877 houve uma nova lei sobre materia eleitoral, e ultimamente em 16 de Maio de 1878, promulgou-se uma outra reforma, alargando o censo.

Assim, digo eu: si as reformas não se podem fazer todas ao mesmo tempo, a reforma eleitoral deve occupar o primeiro lugar. Não espero que ella sala do corpo legislativo logo perfeita, a perfeição é apenas um desejo vão da humanidade; mas escolhida de muitos erros, não do todos, pôde sair. Esta reforma poderá com o tempo, com a pratica, com a lealdade dos representantes da nação, ser melhorada. Mantido o systema directo, nem eu, — liberal, quero o suffragio universal, nem eleições aristocraticas; mas não quero que se feche os olhos á verdade, não desejo um censo tão baixo, que fiquemos no mesmo em que estamos ou em piores condições.

Entretanto, conto que com a diffusão da instrução primaria, que deve ser assumpto de maior importancia para os governos do nosso paiz, esse censo se pôde ampliar no Brazil como se ampliou na Belgica e na Inglaterra, como se vai ampliando na Italia e em outros paizes.

(Ha varios apartes.)

Não sei como convencer aos nobres senadores, porque si nós não somos feitos do mesmo barro, si não somos como aquelles povos susceptiveis de progresso, de adiantamento, então acabemos com isto; mas si somos um povo que está na estrada do progresso e do adiantamento, devemos esperar para nós aquillo mesmo que se tem dado em outros paizes; esse espirito de emperramento retarda toda idea de progresso, é de ordem a não admittir discussão.

Entro na parte relativa a finanças. Não é possível, o senado sabe, que neste assumpto árido possa discutir hoje tão largamente quanto o mesmo assumpto pede. Sr. presidente, quem actualmente estuda com alguma attenção nosso estado financeiro ha de tomar-se de sérios cuidados (*apoiados*), não porque esse estado seja tal que se torne insuperavel, invencivel; mas porque, com certeza, não hão de ser facilmente vencidas as nossas difficuldades financeiras. Farei algumas considerações sobre isto, e depois entrarei na refutação das opiniões emitidas pelos illustres senadores de minha provincia que se occuparam do assumpto.

A restauração das finanças em outros povos se tem dado por caminhos que todos nós conhecemos, e ninguem nos indica melhores meios de chegar a este fim, do que o eloquente Miguel Chevalier em uma de suas preleções no collegio de Fréna; assim como tambem ninguem occupou-se melhor deste assumpto do que um economista francez, que por inglezes e francezes é chamado o Cobden da nação franceza; refiro-me a Bastiat.

Um outro dizem: a restauração das finanças em qualquer paiz onde ellas se desorganizam, se pôde dar perfeitamente com a economia, com organamentos verdadeiros e augmentando-se a riqueza publica, para o que deve-se começar por culidar-se do augmento da força productiva do paiz em que as finanças estiverem comprometidas.

Miguel Chevalier eloquentemente resume tudo em uma só phrase: liberdade do trabalho.

O trabalho, diz elle, não é na geração moderna o selo da culpa na antiguidade biblica; o trabalho não é o signal da escravidão da idade média; o



trabalho é a dignidade; o trabalho é a riqueza; o trabalho é a felicidade. Mas, em summa, uns e outros se combinam em que as finanças só se podem restaurar por estes meios, pela economia e pelo trabalho, ou antes, pela fecundação das fontes de riqueza existentes e criação de novas.

Sr. presidente, eu estou perfeitamente de accordo com essas idéas, e não tenho necessidade de desenvolvê-las, embora sejam susceptíveis de grande desenvolvimento desde que fallo diante de tantas illustrações. Estou perfeitamente de accordo com essas idéas; mas, pergunto: haverá algum brasileiro, inteirado do nosso estado de cousas, que possa confiadamente contar com a restauração de nossas finanças, pela sua força productiva tão depressa quanto as circumstancias o possam exigir? Certamente não.

Não nos iludamos; bastam simples considerações para mostrar que estou sustentando uma opinião verdadeira.

Quaes são as fontes de nossa riqueza? A primeira si não unica é a agricultura, pois que não somos mais que um povo agrícola. E em que estado se acha a nossa agricultura?

O Sr. SARAIVA: — Somos uma nação essencialmente agrícola.

O Sr. DANTAS: — Sr. presidente, a nossa agricultura não ha de morrer, mas por alguns annos o seu estado chama a attenção de todo o homem pensador. Por alguns annos ainda este estado pessimista de cousas ha de continuar.

Si a nossa primeira fonte de riqueza é a agricultura, e si a sua força productiva não se pôde augmentar facilmente e em curto prazo, por uma razão que é obvia, porque não temos braços nem capitães para aproveitar o solo feracissimo com que a Providencia nos dotou, devemos concluir que nem todos os meios que os homens mais competentes indicam como os mais proprios de restaurar as finanças de um Estado, podem ser por nós facilmente postos em pratica.

Não podemos esperar que a nossa lavoura abatida, sobrecarregada de onus, oherada de dividas, desfalcada de braços, ainda muito envolvida na rotina, sem instrucção, sem ensino profissional, qualquer que seja o ministerio, qualquer que seja o governo, qualquer que seja a intelligencia que se colloque á frente desse movimento, em poucos annos se levante.

Haemos de acompanhar tristes, cabibauixos, por mais alguns annos, a sorte que lhe está reservada; com o andar dos tempos, porém, ha de reerguer-se, em o espero, mas por ora não. Com a civilisação tomamos esses meios fazeis de communicaçao com os povos cultos, agrícolas e industriaes, e delles receberemos diariamente estímulos para o aperfeiçoamento de nossas industrias e melhoramento do trabalho. Desta sorte podemos esperar que, em época mais ou menos proxima, cada um se irá convencendo que por sua propria iniciativa deverá cuidar de introduzir melhoramentos em sua industria; nesta hypothese a tarefa do governo se facilitará, auxiliando os esforços de cada um, antes de que tomando a si a solução de todo o problema.

Os novos processos e o aperfeiçoamento do trabalho deverão reerguer a agricultura abatida; alguma coisa estamos fazendo e continuaremos a fazer para esse fim. Felizmente, já comprehendemos que as machinas e outros instrumentos de trabalho otor-

nam menos penoso e mais fecunda, e com relação ao nosso estado não se pôde applicar a comparação, allás feliz, com que o illustre economista já citado quiz fazer o contraste entre a época primitiva e a do progresso. Utilizando-se elle dos dados fornecidos na immortal Iliada de Homero, recordou quanto são diferentes os tempos de hoje dos daquelle época, em que centenares de homens se occupavam em moer uma quantidade de trigo, que hoje um só homem realiza em horas com o auxilio das machinas.

Devemos, pois, esperar que pelos progressos que realizarmos o trabalho do plantio e fabrico da canna do assucar, do café, fumo, cacáu e outros artigos de producção nacional, se faça mais vantajosamente para a riqueza do paiz, e quando isto formos conseguindo, as finanças hão de melhorar.

Em presença do nobre presidente do conselho e ministro da agricultura, seja-me permitido esperar que S. Ex. se occupe muito attentamente deste assumpto, realizando no nosso paiz aquillo que elle desconhece, apesar de ser agricultor, isto é, a criação de escolas de ensino profissional em diferentes pontos do Imperio. Neste vasto Brazil existem apenas duas escolas, uma na Bahia e outra aqui na corte, que têm dado bons fructos, graças ao digno brasileiro que tomou a si dirigil-a. Fora destas, embora todas as nossas provincias sejam agrícolas, não ha ensino profissional em nenhuma dellas; estamos todos ainda condemnados á maior ignorancia e vivendo na rotina. Isto é triste....

Nos Estados-Unidos, na Belgica, na França, na Allemanha, na Suissa, emfim por toda a parte quasi que não ha um cantão em que não exista uma escola agrícola. E agora mesmo foi apresentado ás camaras francezas um documento em que se diz que as escolas de ensino profissional existentes não bastam; que é preciso creal-as nos departamentos que as não têm, embora se sobrecarregue o orçamento, porque é uma despesa productiva (apoiados). Com estes e outros meios é que devemos esperar a libertação do trabalho e a restauração das finanças (apoiados). Eu amo a politica, mas aborreço a que se limita ao — *dize tu, direi eu*.

Deixemo-nos de gastar tanto tempo nestas discussões, que, si o senado me permite, eu qualificaréi de academicas; deixemo-nos de discurrir essas theses abstractas que aprendemos nas academias, e que estão por demais conhecidas.

Vamos tratar da administração; occupemo-nos com as nossas finanças; estudemos os meios de dar aos nossos concidadãos os que elles precisam e que pedem todos os dias.

Acredito que no dia em que o Brazil encontrar um governo que lhe dê aquillo que a opinião publica inteira reclama, seriamente, sem sophismas, sem ambages, terá o apoio de todo o mundo.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — E' este actual?

O Sr. DANTAS: — Perdôe-me V. Ex.; neste ponto V. Ex. não devia dar-me este aparte....

Entendo que a nossa missão não é somente louvar ou accusar; reduzir-a a isto é missão muito esteril e devemos tambem aconselhar, esclarecer, indicar.

Não creio que o nobre presidente do conselho e seus dignos collegas estejam compenetrados de outros sentimentos; e é por isso que digo a S. Ex. que não fraqueie neste pensamento.

Em uma corporação como esta, a discussão não pôde ser exclusivamente politica. Mas si o senado

não faz politica, porque não faz nem desfaz situações, não é nem pôde ser jamais alheio a ella, porque a politica resume tudo quanto se refere ao bem moral e material de um povo, ao seu bom governo, e a tudo isto o senado não pôde ser indifferente.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:—Mas ha casos em que pôde fazer politica.

O SR. DANTAS:—Não me estou referindo a situações anormais, que não podem ser lavoadas neste momento. Si o senado quizesse fazer politica em condições regulares, onde iríamos parar?

Si é uma corporação vitalicia, de numero certo, qual o correctivo?

De tudo quanto deixo dito, Sr. presidente, vê-se que os meios de restaurar as finanças são o augmento das forças productivas do paiz, a economia, redução das despesas e orgamentos verdadeiros sobre os quaes o paiz possa repousar; orgamentos que sejam o espelho do nosso estado financeiro.

Quando deu-se a mudança da situação politica (e aqui começa a minha resposta ao mesmo tempo aos nobres senadores da minha provincia), que documentos nos foram offerecidos por onde pudessemos aquilatar do estado das nossas finanças?

O orgamento, nós o tínhamos votado em 1876, e para elle concorremos os conservadores e liberaes.

Recordo com satisfação que, apesar de sermos uma opposição diminuta e apparecermos no parlamento depois de longa ausencia, a opposição que fizemos e que consta dos *Annaes*, foi de natureza a merecer de alguns dos mais distinctos membros da situação conservadora a qualificação de opposição governamental.

Note-se que pertenciamos á camara dos deputados, onde se faz politica activamente, e vínhamos cheios de maguas justas, pelo modo por que fomos governados.

Chegados, porém, ao parlamento, demos nosso concurso para que as deliberações fossem as mais justas e as mais convenientes á causa publica.

Com este precedente eu posso fazer um certo reparo aos nobres senadores que têm toniado mais parte nas discussões, dizendo que noto-lhes muita soffreguidão e um certo ardimento...

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:—Proprio da mocidade.

O SR. DANTAS:—... uma certa falta de tolerancia ou moderação no modo por que têm atacado o ministerio e a situação liberal.

Ora, si os nobres senadores, nos poucos mezes desta situação, já se sentem tão encommodados, o que não farão si viverem como nós dez annos fóra do poder?

UM SR. SENADOR:—Morrem todos.

O SR. DANTAS:—Não, senhores, tenham mais paciencia. Habituem-se, como nós os liberaes, a viver dez annos e mais na opposição; porque sabem os nobres senadores que não tivemos na representação nacional sinão essa gloriosa phalange do senado, dos quaes poucos restam, e por muito tempo na camara dos deputados a unanimidade excluía-nos de entrar alli.

Sr. presidente, qual o documento por onde devemos aferir o estado do finanças, senão este, porque elle conceitou em uma synthese todos os elementos officiaes para formar-se um julzo seguro?

E' o que se contém no decreto de 16 de Abril de 1878.

O SR. JUNQUEIRA dá um aparte.

O SR. DANTAS:—Perdão-me V. Ex., deixo-me concluir... Quando V. Ex. ultimamente discutiu sobre finanças, eu permiti-me dar-lhe um aparte, e V. Ex. deu-me uma lição, dizendo-me que estes assumptos não se discutem por apartes... E note que não estou habituado a discutir por apartes nem este, nem outros assumptos. Então retrahí-me, como devia, e agora tambem lhe digo que estes assumptos não se discutem por apartes.

Sr. presidente, enquanto os nobres senadores paladinos da opposição conservadora não demonstrarem ao senado e ao paiz que este documento, que é official, assenta sobre bases falsas, eu hei de argumentar com elle o sustentar que nunca neste Brazil as nossas finanças chegaram a tamanha decadencia como quando o partido conservador nos passou o poder, e isto deu-se em plena paz.

Dizem os nobres senadores que quando deixámos o poder em 1868 as finanças estavam em máo estado. Senhores, a repetição desta accusação é uma clamorosa injustiça. Quem não sabe que quando deixámos o poder lutavamos com uma guerra tremenda com o Paraguay o que nessas occasiões não se pôde medir as finanças, não se pôde tomar essas despesas por bitola de uma administração, de um governo, de uma politica, porque é impraticavel calcular quanto hão de custar as mortallas, os canhões, os encouraçados com que temos no estrangeiro de defender a honra da nação.

Esquecem-se hoje de todos os sacrificios a que fomos forçados e vem lançar-se isto em rosto do partido liberal, quando todos sabem que nesse tempo a guerra subiu ao ponto mais culminante; fez-se isto esquecendo-se que, si compromettemos as finanças, foi para salvar a honra do paiz. (*Muitos apoiados da minoria.*)

Isto não é sério, não é leal, se me permitta dizel-o.

Finda a guerra ainda estivestes no poder sete annos; deixastes as finanças arruinadas e quereis ainda defender-vos com os compromissos da guerra.

Mas este ponto foi por nós e o Sr. ministro da fazenda do gabinete de 25 de Junho perfeitamente ventilado (*apoiados*). S. Ex. disse que realmente os compromissos da guerra não podiam explicar os embaraços em que nos achavamos, e com a honrabilidade, embora com a conveniencia de partidaria politica, consignou em seu relatorio as palavras de que todos vos recordais.

Dos relatorios que conheço, poucos offererão documentos tão perfectos, tão verdadeiros, tão completos, para avaliarmos o estado de nossas finanças (*apoiados*).

Discutamos isso, senhores, porque é preciso liquidar estas contas e começar vida nova: o paiz precisa de saber em que circumstancias se achá.

Assim como, Sr. presidente, os ignorantes, muitas vezes, são obrigados a appellar para a opinião dos sabios, os povos mais atrasados se soccorrem constantemente das lições dos mais adelantados. Na Inglaterra semelhantes assumptos são de tal ordem que um governo, ou se sustenta, ou cahé, algumas vezes por differenças apenas de meio *schilling* em um imposto ou na arrecadação da renda. Constitue isto um motivo para que naquella paiz um governo adquira grande popularidade, ou a perca. Este assumpto constitue o nervo do nosso

futuro, do nosso desenvolvimento. Como vejo que as nossas condições economicas não são boas, não posso esperar restauração immediata das finanças. É tarefa tão penosa e difficil, que só por si bastaria para immortalisar o homem que nesse trabalho se empregasse povelosamente para o paiz.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:—Não immortalisa, mata.

O SR. SARAIVA:—Cada um faz o que pôde.

O SR. DANTAS:—O documento a que já me referi assim se exprime:

• Senhor,—Desde que o actual gabinete tomou as rédeas da administração, sentiu o mau estado das finanças do paiz.

• Já entrado no 2.º semestre do exercicio, o thesouro apresentava uma divida fluctuante de 39.605:800\$, que tendia a ascender, quando a lei de orçamento vigente apenas facultava essa operação, como adiantamento de receita, até 16.000:000\$000.

• Para as despesas ordinarias não havia dinheiro, e, quando os credores do Estado recusavam receber o pagamento em letras do thesouro, recorria-se ao Banco do Brazil, que tantas vezes viu repetido este expediente, que chegou a ponto de pedir providencias ao governo, vendo sua caixa esgotada no patriotico empenho de honrar o credito da nação.

• Em tão apertadas circumstancias foi o primeiro acto do ministerio da fazenda conhecer o estado real do thesouro, exigindo o balancete do 1.º semestre do exercicio, e o orçamento do 2.º

• Desses documentos vê-se:

• Que o primeiro semestre do exercicio apresentou um deficit de 13.728:216\$272, que foi preenchido com producto da emissão de bilhetes do thesouro.

• Que o 2.º semestre, pelos calculos apresentados, annuncia um deficit quasi duplo — de 24.956:278\$351.

• Si a este deficit acrescentar-se a enorme somma da divida fluctuante, de 46.016:600\$ do bilhetes em circulação, que outra coisa não representa, eleva-se-ha o deficit a 70.972:875\$351.

• Nem fica nisto, porque ainda estão por pagar, á falta de dinheiro, contas liquidadas e por liquidar na secretaria do ministerio da agricultura, que não podem ser calculadas em quantia inferior de 10.000:000\$000.

• E, portanto, pelos dados officiaes, calculado o deficit do exercicio de 1877 a 1878 em 80.000:000\$000.

Acho muito conveniente que tudo isso appareça.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:—Havemos de liquidar tudo isso, V. Ex. falla pelo que lê em um documento official. O que é para deplorar é que sejam documentos officiaes dessa ordem!

(Cruzam-se outros apertes.)

O SR. DANTAS:—Em abono da verdade, devo declarar que no ministerio de 7 de Março cabe a grande culpa desse deficit...

O SR. SARAIVA:—Foi quem fez o maior mal.

O SR. DANTAS:—O ultimo ministerio do partido conservador procurou fechar os cordões da bolsa: é uma verdade.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:—Agradeço a V. Ex.

O SR. DANTAS:—Tenho esta opinião, e costume julgar segundo as minhas opiniões. O documento,

que li, interessa a todas as situações responsaveis por esse deficit.

O SR. SARAIVA:—A verdade muitas vezes é desagradavel.

O SR. DANTAS:—Prosigo, portanto, em sua leitura:

• Hoje, porém, com a venda do encouraçado *Independencia* e sobresalentes, e com as economias já realizadas e que se hão de realizar, nos varios ramos do serviço, juntas ao augmento da receita pela cobrança da divida activa, pôde-se calcular que não exceda a 60.000:000\$000.

• São causas deste estado de cousas:

• As grandes empresas, a que a necessidade real, ou a condescendencia com a opinião publica e o louvavel, mas nem sempre razoavel, desejo de melhoramento e progresso arrastou alguns governos passados;

• As despesas extraordinarias com construcções apparatusas, sem utilidade correspondente ao sacrificio, e muitas com perdas sensiveis, como as que se fizeram em material de marinha e guerra, pelas previsões de conflicto com a Republica Argentina....

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:—Vá a quem toca...

O SR. SARAIVA:—Mas não é uma verdade?

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:—Não mandei construir nada.

O SR. DANTAS:—Isto é com V. Ex. (*dirigindo-se ao Sr. Junqueira.*)

O SR. JUNQUEIRA:—Fiz muito bem.

O SR. DANTAS:—Menos com encouraçados.

O SR. RIBEIRO DA LUZ:—Encouraçados, fui eu.

O SR. DANTAS:—Não escrevi este documento, mas aceito-o até que, com dados officiaes, se me demonstre o contrario (*continua a lêr*).

• Os contratos onerosissimos, feitos muitos delles em pura perda para o thesouro, e todos sem attenção aos recursos ordinarios do orçamento, e as despesas superfluas com gratificações illegaes, e com pessoal superabundante em todos os ramos do serviço publico;

• E, no final de tudo, a calamidade sem precedente nos nossos annaes, da horrivel sêcca que devasta quasi todas as provincias do norte do Imperio, e ao mesmo tempo que estanca as fontes de producção que alimentavam o thesouro, esgota este reservatorio commum, vindo nelle, como é justo, haurir os recursos depositados pelas provincias mais felizes, e duplicar o gravame, já de si immenso, do flagello.

• Para fazer face a tão afflictiva situação, entendeu o gabinete que lhe cumpria, antes de tudo, atacar as causas do tão terríveis effeitos.

• As facilidades, que a abundancia não justifica, mas pôde attenuar, oppõe o governo a mais severa economia, promove a cobrança da divida activa, sem excepção, acaba com todas as gratificações illegaes, dispensa o pessoal inutil, supprime todas as despesas superfluas, adia todas as obras que não são indispensaveis, suspende todas as construcções que não são de utilidade immediata, corta profundamente nos orçamentos da marinha e da guerra, e não duvidou tomar a responsabilidade da venda do encouraçado *Independencia*, em prova de que

antepõe ao amor proprio nacional a honra de pagar o que deve.

• Mas, si esta politica é indice de que as causas se não reproduzirão, não é, infelizmente, por si só bastante para destruir os tristes effeitos, já produzidos, prestes a tornarem-se, por sua vez, causas de mais funestos resultados.

• Não basta para pagar as dividas vencidas, para resgatar os bilhetes em circulação, para pagar as tropas em algumas provincias, com os soldos atrasados muitos mezes, para satisfazer as exigencias de uma população faminta, para pagar a milhares de colonos os adiantamentos promettidos, para salvar o credito do Estado e a ordem publica abalados.

• E' mister dinheiro, e já.

Temos, pois, Sr. presidente, neste documento official a asseveração de que nossas finanças chegaram a grave desbarato, pelos motivos aqui mencionados, e a responsabilidade disto não é para o partido liberal.

O nobre senador pela Bahia, que em primeiro lugar fallou (porque o que lhe succedeu não nos fez carga), assim disse: • Vós sois que nos tendes compromettido.

S. Ex. pintou um quadro cor-de-rosa para sua situação, e carregou as cores, tornou-se tetrico diante das desgraças que já temos causado ao paiz, inclusive nas finanças! Ora, realmente é muita falta de generosidade, para não dizer de outro modo.

E o nobre senador, tomado ainda desse santo enthusiasmo, leu aqui o estado das finanças da França e dos Estados-Unidos. Eu podia completar essa leitura com todos os outros paizes: mas *quid idè?*

Na França foi o inverso disso.

Depois da guerra não se fez alli como no Brazil, onde na phrase do bravo dos bravos, do legendario Herval—depois da victoria os que estavam no poder endoudeceram. Esta phrase ha de ficar. Eu não quero fazer toda a carga, mas isto nos deve servir de lição; endoudeceram, atiraram-se a redeas soltas, não houve despesa que não fizessem, estudada ou não, boa ou má, útil ou inutil, productiva ou improductiva, orçada ou sem orçamento; fizeram todos os contractos, augmentaram todos os vencimentos, inclusive o dos subsidios, para desde logo começarem a gozar aquelles que o decretaram... tudo isto se fez, e tudo isto mereceu opposição severa e constante do partido liberal; e portanto a minha, que me achava em um posto de honra, que me obrigava a estudar e acompanhar todos esses negocios.

Pois bem, isso foi o que se fez no Brazil.

A victoria endoudecceu a todos; mas na França não foi assim, mas nos Estados-Unidos não foi assim.

O que trouxe o nobre senador para a discussão, longe de aproveitar-lhe, desaproveitou, porque nos Estados-Unidos tres ou quatro annos de rigorosa economia habilitaram seu governo a realizar a conversibilidade, o pagamento do seu papel em ouro. Isto só bastou para que, como todo mundo sabe, havendo no 1.º de Janeiro, do corrente anno, centenas de milhões em metal, para resgatar o papel, o publico, desde que teve certeza disto, desprezasse o outro preferindo o papel. Antes disso, já o governo americano votava nos seus orçamentos quantias para amortização da divida.

Na França aconteceu a mesma coisa; todo o immenso capital que o governo devia ao banco de

França foi pago. Allí, quando em 1872 o governo desejou levantar tres milhares, appareceram quarenta e quatro vezes mais do que a quantia pedida, e o governo, por uma politica financeira das mais felizes, correspondeu a essa confiança dos capitalistas, de fórma que a moeda fiduciaria manteve-se sempre ao par, sendo ás vezes preferida ao ouro.

Mas entre nós a coisa foi inteiramente ao inverso, só se cuidou de augmentar as despesas, e desenhon-se (isto vai em cheio á responsabilidade dos que governavam) dos meios de augmentar a força productiva do paiz. Si eu olhasse para as fontes da receita e as visse fecundadas e prosperas, ainda bem....

O Sr. JEXQUEIRA: — A responsabilidade não é sómente nossa, é tambem dos que votaram aqui 19.000:000\$000 para abastecimento d'agua a esta capital; o Sr. Zacarias e seus collegas tomaram a responsabilidade dessa despesa.

O Sr. DANTAS: — Quero deixar aqui as palavras do honrado ministro da fazenda do gabinete de 23 de Junho, que muito o recommendam.

S. Ex. fallou a verdade ao paiz: eu disse isso na camera, o finado Sr. Zacarias o disse aqui. Todos nós da opposição fizemos esta justiça que ora ratifico.

• O crescimento rapido da receita acorocou, talvez de mais, a decretação de despesas, muitas das quaes, embora productivas no futuro, não deixam de contribuir para o desequilibrio do orçamento, agora que a receita diminui, ainda que transitoriamente, já por causas naturaes, já pela redacção e abolição de varios impostos.

• Uma discreta e rigorosa economia, a abstenção de despesas que não sejam urgentemente reclamadas e a decretação de meios sufficientes para occorrer ao deficit presumido, são medidas reclamadas de nosso patriotismo.

O nobre ministro poderia ter tirado o *talvez*, mas o partidario fez bem em escrevel-o. Não havia de atirar este labéo sobre seus correligionarios. Muito fez S. Ex. Sentiu-se por tal fórma actuado pelas circumstancias, pela pressão, pelo desespero nascido das necessidades financeiras que com louvavel franqueza disse isto: • *Acorocou talvez de mais a decretação de despesas, muitas das quaes (melhor seria dizer algumas) embora productivas (aqui adooço a phrase) não deixam de contribuir para o desequilibrio do orçamento.*

Houve uma circumstancia que o honrado ministro da fazenda calou, mas que recordarei agora, e que calou por considerações que até entre homens bem educados, quanto mais entre amigos e correligionarios, se devem guardar. A circumstancia é a seguinte: No nosso orçamento figuram como fazendo parte da renda o que não era sinão recursos obtidos aliunde por auxiliar a renda propriamente dita.

Mostrarei em occasião competente (poderia fazel-o agora, mas não é possivel fatigar por mais tempo o senado), mostrarei que na renda do paiz figuravam empréstimos internos e externos, que serão tudo em finanças, menos renda.

O Sr. SARAJVA: — Sustentou-se aqui que ora receita.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA dá um apêlo.

O Sr. DANTAS: — V. Ex. não me contesta que não se pôde considerar empréstimos como fonte de

prosperidade de um paiz, e portanto como sua força productiva, como capacidade que o habilita a supportar o peso dos impostos.

Vai muita differença entre renda propriamente dita e os recursos que para acudir ás necessidades da despesa publica são obtidos por empréstimos internos ou externos e outras operações de credito.

Decididamente illudiu-se o paiz, assegurando-lhe saldos que na realidade não existiam.

(*Ha alguns apartes.*)

Perdão, chamam genericamente receita, mas podemos distinguir. Os senhores para que me forcem a isto?

Ha muita gente boa que, lendo neste relatório: *receita do Brazil, cento e cincoenta mil contos; despesa, cento e cincoenta e oito mil contos*; concluirá que isto é animador; o Brazil vai muito bem, porque tem uma renda propria avultada e quasi equilibrada ás suas despesas. Eis como o povo raciocina. Mas carecemos de esclarecer a verdade e dizer que nos nossos orçamentos, quando se diz receita, include-se, por exemplo, 5 milhões esterlinos levantados em Londres, o que é cerca de cincoenta mil contos, com um fim especial decretado em lei, porém que infelizmente não foi applicado a esse fim especial do empréstimo.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA: — É verdade.

O SR. DANTAS: — Isto concorreu consideravelmente para o nosso descredito.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA: — Fez-nos muito mal.

O SR. DANTAS: — Isto me faz recordar um discurso de lord Derby, que li ha tempos, apreciando as finanças da Turquia.

Elle dizia: que confiança, que protecção pôde merecer um paiz, onde os empréstimos se fazem para um fim e o dinheiro se applica a outro?

Um SR. SENADOR: — Não pôde dizer isto em relação ao de cinco milhões.

O SR. DANTAS: — Posso dizer: é uma censura bem feita; o governo não podia distrahir uma parte desse empréstimo autorizado por lei para melhoramentos do paiz, para crear novas fontes de renda, ouhora prompta ou tardamente, não podia distrahir-o para outro fim. Fallasse antes a verdade; dissesse como o gabinete de 3 de Janeiro: — Nós carecemos de dinheiro já. Si igual necessidade tinham, em vez de darem applicação diversa ao empréstimo de cinco milhões sterlingos, recorressem a outras operações.

Da mesma forma illudiu-se a opinião, fallando-se mais de uma vez em saldo. Esta questão ha de ser discutida; já o honrado ministro da fazenda do ministerio de 25 de Junho, como o do de 3 de Janeiro, nos disseram o que eram esses saldos.

Quem examinar a synopse ou o balanço verá que no saldo estão, por exemplo, 7.000.000\$, que não sei quando serão recebidos...

O SR. JUNQUEIRA dá um aparte.

O SR. DANTAS: — Prepare-se V. Ex. por sua parte, que vou fazer o mesmo, para discutirmos esta questão.

V. Ex. fez aqui um quadro horroroso de tudo que se dá na actualidade; parece, pelo que disse, que já estamos á borda de um abysmo.

Não se dá tal cousa; fique o paiz tranquillo, que, apesar de nossos erros, o Brazil ha de continuar a prosperar, não retrogradará!

V. II.

Mas vou mostrar a que fica reduzido o saldo. A synopse de 1876-1877, por exemplo, menciona saldos que qualificaréi em grande parte de imaginarios, servindo-me das seguintes palavras do ministro da fazenda de 3 de Janeiro:

• No entretanto, attendendo-se não só á nota da demonstração geral, na primeira folha daquelle trabalho, mas ainda aos esclarecimentos que prestam as tabellas ns. 8 e 9, verifica-se que importância nenhuma em dinheiro está incluída nos mencionados 9.269:027\$891, que representam apenas dividas, na maior parte de demorada cobrança, ou parcelas que foram adiadas a prepostos de diversos ministerios, e estão hoje despendidas.

Assim, é um saldo do qual não ha vintem em dinheiro; são letras, são titulos, são quantias em poder de responsaveis, etc.

Vê-se, pois, que nos saldos, que nos annunciaram em tempo em que não eramos governo, foram fictícios, não existiam; compunham-se dessas historias, desses papéis que chamarei sem valor, em grande parte.

Eis aqui como se geriam as finanças, como se sophismava com ellas. Desta vez realizou-se o contrario de um proverbio muito conhecido — que não se pôde fazer poesia nem sophismar com algarismos.

Querem VV. EEExs. ver um specimen de como a receita e a despesa se equilibravam? Tomemos o exercicio de 1877 — 1878, é exercicio conservador:

#### Receita.

Renda presumivel.....	101.830.600\$000
Depositos liquidos.....	1.900.000\$000
Emissão de moeda de nickel	110.000\$000
• de papel-moeda....	30.000.000\$000
• de bilhetes do thesouro.....	19.961.600\$000
Productos da venda do <i>Independencia</i> .....	5.458.200\$000
Productos da renda da estrada de ferro de Jundiahy a Santos.....	301.800\$000
	<hr/> 138.861.600\$000 <hr/>

#### Despesa.

Fica a despesa reduzida.....	130.836.387\$000
Comparando esta importância com a receita.....	138.861.600\$000
Apparece um saldo de.....	<hr/> 8.028.013\$000 <hr/>

• Este saldo, que deve variar na liquidação definitiva, não representa (relevo ponderar) economias nem excesso da receita ordinaria; é o resto de operações de credito, que se realizaram para acudir ao desfalece do exercicio.

D'aqui se vê que a despesa publica attingiu a 130.000.000\$000, e que, para fazer face a ella, apenas contamos com a renda presumivel de 101.000.000\$000. Tudo mais são recursos obtidos para soccorrer a renda.

O SR. JUNQUEIRA dá um aparte.

O SR. DANTAS: — Si ha contratos, como diz o nobre senador, dividas contrahidas e empréstimos

levantados, externa e internamente, o que se ha de fazer? Temos augmentado um pouco a divida publica, e preciso dizê-lo; mas tem sido para fazer fazer compromissos já existentes, e ás necessidades creadas pela sêcca que flagella diversas provincias (apoiados).

Acredito que o gabinete de 3 de Janeiro, e que o honrado conselheiro Affonso Celso, distincto ministro da fazenda, em cuja capacidade, em cujo patriotismo, em cuja boa vontade tenho a mais plena confiança, ha de componer-se deste serio estado de cousas para fallar a verdade aos poderes do Estado, e enectar uma politica financeira, que nos possa libertar desse estado, que chamarei de escravidão, porque de outra sorte irão pelos ares todos esses sonhos de melhoramentos.

Pôra disto aí! da sorte da instrucção primaria do paiz, da qual muito espero e para a qual eu reclamo a continuação dos maiores esforços, assim como dos maiores auxilios, mesmo pecuniarios, do Estado, quer para a capital, quer para as provincias; porque embora, segundo o acto adicional, a instrucção primaria lhes pertença, nós sabemos que ellas não têm recurso para desenvolver este ramo de riqueza, de moralidade, de regeneração e de liberdade.

Espero que o hão de fazer, e por minha parte, Sr. presidente, o meu auxilio não sera negado.

Creio que não será facil a tarefa, mas creio tambem que não é impossivel. Nem espero que possamos muito, nem desejo que façamos muito pouco.

Recordo-me de haver lido que o patriota Cavour, quando nasceu-lhe o grande pensamento que o recommenda como uma das primeiras cabeças do seculo, como homem dos mais creadores e politicos; me recordo que quando esse estadista empreendeu fazer do pequeno Piemonte a grande Italia, e que seus amigos, vendo-o sem recursos, diziam-lhe: Como haves de realizar o vosso desideratum? Cavour ouvia-os, e com a calma que deve ter todo o homem de estado, respondia-lhes: Tenham paciencia; ha de se fazer alguma coisa! E não fez só alguma coisa, fez tudo que immortalizou seu nome e o de seus collaboradores.

Nós tambem, os liberaes, assumindo o poder tomámos uma grande responsabilidade; não faremos tudo, mas espero que faremos alguma coisa em beneficio da patria.

(Muitos apoiados, muito bem, muito bem. O orador é cumprimentado por muitos Srs. senadores.)

Ficou adiada a discussão pela hora.

O SN. PRESIDENTE deu para ordem do dia 13:

Discussão dos requerimentos adiados pela ordem de sua apresentação:

1.º Do Sr. Correia, pedindo cópia de todas as ordens relativas ao juro do dinheiro dos cofres de orphãos.

2.º Do Sr. Antão, pedindo que os documentos que apresenta sejam remettidos á commissão de fazenda.

3.º Do Sr. Jaguaribe, sobre a carnificina e incendios praticados na provincia do Ceará.

4.º Do Sr. Correia, sobre o requerimento de João Fernandes Valdez o Bento Julio Valdez, pedindo autorização para incorporar uma companhia para segurar bilhetes de loteria.

5.º Do Sr. Junqueira, pedindo cópia da consulta do conselho de Estado relativa á expedição do decreto de 10 de Agosto de 1878, e informação do quantum é pago ao governo inglez pelo imposto de incometaz.

6.º Do Sr. Fausto de Aguiar, relativo aos actos praticados pelo presidente da provincia do Pará.

7.º Do Sr. Silveira da Motta, sobre as licenças que têm sido concedidas ao Sr. Duque de Saxe.

Levantou-se a sessão ás 3 horas da tarde.

### 34.ª Sessão

EM 15 DE FEVEREIRO DE 1879.

PRESIDENCIA DO SR. VISCONDE DE JAGUARY.

SUMARIO.—Expediente.—Duas proposições da camara dos Srs. deputados, a primeira sobre a jubilação do padre Domingos José de Brito e a segunda sobre matricula do estudante Hermillo Bourguay Macedo de Mendonça.—Pareceres da commissão de instrucção publica sobre matriculas de estudantes.—Discursos e requerimento do Sr. Candido Mendes sobre negocios do Pará, e do Sr. presidente do conselho.—Discursos e requerimento do Sr. Correia sobre negocios de Minas e Paraná, e do Sr. presidente do conselho.—Indicação do Sr. Silveira da Motta. Não foi apolada a indicação.—Ordem do dia.—Juro do dinheiro do cofre das orphãos.—Discursos do Sr. Correia e presidente do conselho. Encerramento da discussão.—Sello fixo nos recibos do monte-piu dos servidores do Estado. Discursos dos Srs. Correia e Antão. Encerramento da discussão.—Negocios do Ceará. Discurso do Sr. presidente do conselho.

Às 11 horas da manhã acharam-se presentes 30 Srs. senadores, a saber: Visconde de Jaguar, Dias de Carvalho, Cruz Machado, Barão de Manganguape, Godoy, Barão da Laguna, Vieira da Silva, Chichorro, Luiz Carlos, Leitão da Cunha, Visconde de Nieheroy, Silveira Lobo, Visconde do Rio Grande, Barros Barreto, Leão Velloso, Almeida e Albuquerque, Correia, Candido Mendes, Antão, Barão de Cotegipe, Marquez de Hervil, Jaguaribe, Cunha e Figueiredo, Ribeiro da Luz, Visconde de Muritiba, Barão de Pirapama, Diniz, Junqueira, Visconde de Bom Retiro e Fernandes da Cunha.

Compareceram depois os Srs. Fausto de Aguiar, Similub, Nunes Gonçalves, Dantas, Saraiva, Barão de Maroim, Teixeira Junior, Diogo Velho, Paranaíba e Uchôa Cavalcanti.

Deixaram de comparecer, com causa participada, os Srs. Conde de Baependy, Duque de Caxias, Firmão, Paula Pessoa, João Alfredo e Visconde do Rio Branco.

Deixaram de comparecer, sem causa participada, os Srs. Barão de Souza Queiroz, Octaviano, Paes de Mendonça, Silveira da Motta, Visconde de Abaeté e Visconde de Suassuna.

O SN. PRESIDENTE abriu a sessão.

Leu-se a acta da sessão antecedente e, não havendo quem sobre ella fizesse observações, deu-se por approvada.

O SN. 1.º SECRETARIO deu conta do seguinte

### EXPEDIENTE.

Officios:

Do ministerio da marinha, de 12 do corrente, enviando o autographo sancionado do decreto da assembléa geral que fixa a força naval para o anno

financieiro de 1878—1879. — Ao archivo o autographo, communicando-se á outra camara.

Do ministerio do Imperio, remettendo, em satisfação no do senado de 21 do mez proximo findo, cópia da acta da installação do collegio eleitoral de Caçapava. — A quem fez a requisição.

Tres do mesmo ministerio, datados de 14 do corrente, remettendo, o primeiro o offello da camara municipal da capital da provincia do Ceará, acompanhado da acta da apuração geral de votos da eleição a que ultimamente se procedeu para o preenchimento das vagas dos fallecidos senadores padre Thomaz Pompeu de Souza Brazil e conselheiro Jeronymo Martiniano Figueira de Mello, e bem assim a lista sextupla; o segundo, o offello da camara municipal da provincia de Minas Geraes acompanhado da acta da apuração geral de votos da eleição a que ultimamente se procedeu para o preenchimento da vaga do fallecido senador Barão de Camargos, e bem assim a lista triplice; o terceiro, a acta da apuração geral de votos e a lista triplice organizada pela camara municipal da capital da provincia do Espirito-Santo e mais papeis concernentes á eleição a que se procedeu na dita provincia para o preenchimento da vaga do fallecido senador José Martins da Cruz Jobim. — A' commissão de constituição.

Do 1.º secretario da camara dos Srs. deputados, da mesma data, remettendo as seguintes

#### Proposições.

• A assembléa geral resolve :

• Art. 1.º E' o governo autorizado a conceder jubilação ao padre Domingos José de Brito, com os vencimentos que ora percebe, como professor de rhetorica e eloquencia sagrada no seminario archiepiscopal da diocese da Bahia.

• Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

• Paço da camara dos deputados em 14 de Fevereiro de 1879. — *Visconde de Prados.* — *José Feliciano Horta de Araujo.* — *M. Alves de Araujo.*

• A assembléa geral resolve :

• Artigo unico. Fica o governo autorizado a mandar admitir Hermillo Bourguay Macedo de Mendonça á matricula na escola polytechnica, sujeitando-se previamente ao exame vago das materias do curso annexo, e dispensada neste caso a exigencia de idade marcada nos regulamentos da mesma escola para a matricula : revogadas as disposições em contrario.

• Paço da camara dos deputados em 14 de Fevereiro de 1879. — *Visconde de Prados.* — *José Cesar de Faria Alvim.* — *José Feliciano Horta de Araujo.*

Foram remetidas ás respectivas commissões.  
O Sr. 2.º secretario lê os seguintes

#### Pareceres.

• Foi presente á commissão de instrucção publica a proposição n. 7 de 6 do corrente mez, enviada pela camara dos deputados, que autoriza o governo para mandar admitir o estudante paisano da escola de marinha Silvio Pellico Belchior a exame da materia que lhe falta da 1.ª cadeira do

2.º anno e da de manobra do 3.º para poder completar o curso da referida escola.

• O regulamento da escola de marinha diz no art. 41 : — Os aspirantes, alumnos matriculados ou alumnos ouvintes, que por molestia deixarem de fazer exame em Novembro, ou forem reprovados nas materias accessorias, serão examinados em Fevereiro, ou logo que voltarem da viagem de instrucção.

• Sendo ensino accessorio todo o que não é dado nas cadeiras, como dispõe o art. 42, segue-se que para o exame de manobra, verdadeira materia accessoria, não precisa este estudante de dispensa, porquanto é expresso no regulamento que pode fazer neste mez, ou posteriormente, o referido exame.

• Cifra-se, portanto, a dispensa pedida na permissão para fazer exame da materia da 1.ª cadeira do 2.º anno.

• Não se trata, como bem se vê, da dispensa de habilitações scientificas, mas unicamente de permissão para fazer o supplicante o exame fora do tempo marcado no regulamento. Disposições em vigor na escola de marinha autorizam o deferimento desta pretensão, quando permittem a matricula de alumnos ouvintes ou paisanos para passarem a guardas-marinha, a de ouvintes as materias do 1.º e 3.º annos que pretenderem carta de piloto com a nota do apto, e finalmente os exames para pilotos, de que trata o art. 133 do regulamento.

• A' vista do exposto, e coherente a commissão com os precedentes estabelecidos pelo senado, de só conceder dispensas que não importem a de habilitações scientificas, é de parecer que entre em discussão e seja approvada esta proposição.

• Sala das commissões em 15 de Fevereiro de 1879. — *J. Delfino Ribeiro da Luz.* — *M. F. Correia.*

• A commissão de instrucção publica examinou a proposição n. 15 de 11 de corrente mez, enviada pela camara dos deputados, que autoriza o governo para mandar admitir a exame das materias do 5.º anno da faculdade de medicina do Rio de Janeiro, pagas as respectivas matriculas, o alumno José Maria Moreira Senra, que frequentou como ouvinte as aulas desse anno.

• Dos documentos que acompanham a referida proposição se vê que este estudante deixou, por molestia, competentemente provada, de fazer o exame do 4.º anno no tempo proprio, perdendo assim um anno, que frequentou em 1878 as aulas do 5.º anno com assiduidade, e tendo feito em Novembro proximo passado o exame do 4.º anno, pretende agora, pagas as matriculas, fazer o do 5.º

• Nos termos dos estatutos da faculdade de medicina do Imperio, não pode um estudante fazer exame das materias de um anno, sem que nelle se tenha matriculado depois de approvedo nas do anno anterior, e sem que tenha tido a frequencia legal. A dispensa que pretende o supplicante refere-se á estas disposições.

• Não ha neste caso dispensa de habilitações scientificas, porque já foi elle approvedo nas materias do 4.º anno, como ficou dito, e no exame do 5.º, a que pretende ser submettido ; si for approvedo, fica reconhecido o proveito que tirou da frequencia e estabelecida legalmente sua habilitação para a matricula do 6.º anno.

• A' vista dos precedentes estabelecidos pelo



senado, é a comissão do parecer que seja approvada esta proposição.

Sala das comissões, 15 de FEVEREIRO de 1879.  
—J. D. Ribeiro da Luz.—M. F. Correia.

Flearam sobre a mesa para ser tomadas em consideração com as proposições a que se referem, indo entretanto a imprimir.

#### NEGOCIOS DO PARÁ.

**O Sr. Mendes de Almeida:**—Sr. presidente, vou fazer um requerimento ao senado sobre assumpto que me parece importante, esperando de sua benevolencia que o acolha, approvando-o.

Pela materia verã V. Ex. que a outro digno membro desta casa competiria o tratar della de preferencia a mim, senador por outra provincia. Mas, como o facto de que vou tratar appareceu em um jornal desta corte, ha dias, e não vi levantar-se o illustre representante dessa provincia, que é a do Grão-Pará, assim como o nobre senador pelo Amazonas, a quem também interessaria o facto, malis conhecedor daquella provincia do que eu, abalancei-me a fazer este requerimento, o qual não me demorei em justificar, porque o facto por si mesmo o justifica.

Somente desejo, Sr. presidente, que o governo declare si o facto é verdadeiro, e além disto informe quaes as providencias que tomou, para poder utilisar-me desta resposta em occasião conveniente. Eis o facto:

Li, Sr. presidente, em um dos jornaes desta corte, o *Reporter*, o seguinte, que peço licença ao senado para aqui reproduzir, e depois verifiquei ser fielmente extrahido da proprio jornal que se cita, da provincia do Grão-Pará:

Em Monsarás, Pará, deu-se, ha pouco, um facto escandaloso, em que o sacrilegio o o grotesco tocaram as metas, e em cuja veracidade repugnaria acreditar, si não fora referido por um órgão da imprensa, a *Boa Noite*, que assim se exprime:

No dia 6 de Janeiro o Rev. parcho de Monsarás, que tinha celebrado na sua matriz as festas do Natal e do anno bom, foi fazer a festa do orago de uma capella filial em Joannes, tendo disso avisado com antecedencia o povo.

Na manhã desse dia (festa da Epiphania) o subdelegado Raymundo Cupertino mandou repicar os sinos e dar chamada para a missa, dizendo que a ia celebrar com o povo, visto não achar-se o parcho!

Mandou violentamente intimar, sob pena de prisão, a familia do sacristão, o qual se achava ausente com o parcho, para que entregasse a chave da igreja; e como lhe fosse esta recusada, estava já disposto a arrombar a porta a machado, quando, para evitar semelhante attentado, lhe foi dada a chave.

A hora costumada do acto religioso apresentou-se, pois, no templo o dito subdelegado, e apoderou-se das vestes sagradas para dellas revestir-se. Nesse ponto interveiu o velho chefe liberal daquella localidade Antonio Miguel dos Santos, protestando que tal não o permitiria, e que haveria sangue, si necessario fosse.

O subdelegado então mandou armar o destacamento e cercar a igreja, e a invadiu de tropa para o que deesse e viesse, segundo sua expressão.

Mas, como visse grande opposição a seu sacrilego intento, subiu ao pulpite, e de lá, depois de lançar as mais violentas diatribes contra o Rev. parcho, declarou que não celebrava elle mesmo a missa, como havia promettido, por não ter Missal; mas que em substituição se cantaria a ladainha de todos os santos, o que fez com sua gente.

Em seguida propoz-se a baptizar diferentes crianças, não conseguindo, porém, baptizar senão a uma menina, filha de Francisco Severo e Domingas Bacellar, por terem os outros pais se recusado a prestar-se a esta fôrça sacrilega.

Ao chegar o padre com seu sacristão ou cantor, foi-lhes intimado nessa mesma noite ordem de prisão, a qual, porém, não se entregaram, por ser inteiramente illegal.

Até aquilo facto como chegou ao conhecimento por informações fidedignas e pela confissão do proprio *Liberal*, órgão official, que disso fez alarde em um de seus ultimos numeros.

Contentamo-nos de referir este novo attentado, chamando sobre elle toda a execração dos homens honestos.

Não levamos representação alguma á presença da presidencia desta provincia, porque é isso completamente inutil, visto ter ella approvado os factos analogos de Nazareth, Ourem, Capim e outros.

A administração diocesana levará tudo ao conhecimento do governo imperial, que ella sabe ter clara e positivamente desapprovado os excessos passados, e que não deixará de mandar repemir efficaçamente todos estes sacrilegos attentados.

O Sr. LEITÃO DA CENHA:—Sómente agora tive noticia desse facto; agradeço a V. Ex. a reclamação.

O Sr. FAUSTO DE AGUIAR:—O mesmo me aconteece.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—Como é conveniente ouvir as partes e não prestar credito sómente a uma, embora já bem apoiada em testemunho que é insuspeito, um jornal governista da mesma provincia, faço este requerimento, assim de que o governo declare si ha verdade no que se relata, e que providencias tomaram o presidente e o chefe de policia na provincia do Grão-Pará, e o proprio governo, aqui, si elle muito bem quizer.

Estes factos são fructos do tempo, de que eu me não admiro mais, apenas cito-os por um dever de consciencia, por ser catholico, apostolico, romano e ter prestado aqui um juramento solemne do manter a religião catholica, que é a religião do meu paiz.

Limito-me a estas poucas e simples palavras, e peço licença para ler o meu requerimento.

Foi lido, apoiado e posto em discussão o seguinte

#### Requerimento.

• Requeriro que se solicite do governo pelo competente ministerio:

1.º Si em 6 de Janeiro deste anno o subdelegado da parochia de Monsarás, provincia do Grão-Pará, Raymundo Cupertino, fez congregar a população do lugar, annunciando que ia celebrar missa na matriz, visto não achar-se na parochia o respectivo parcho, mandando para esse fim repicar os sinos.

2.º Si o mesmo funcionario não mandou violentamente intimar a familia do sacristão para entregar as chaves da matriz, preparando-se para

arrombaram a machado, quando lhe foram entregues essas chaves.

3.º Si á hora aprazada não se apresentou na matriz, e apoderou-se das vestes religiosas para revesti-lo, quando foi forçado a abandoná-las por intervenção de um cidadão, influente na localidade.

4.º Si não armou o destacamento e com elle cercou a matriz, e nella introduziu a força para auxiliá-lo no seu projecto.

5.º Si não subiu ao pulpitto, onde desacatou com violentas diatribes o vigário da parochia, declarando que si não celebrava a missa era por lhe faltar o Missal, mas que em substituição contaria uma ladainha, o que fez com a gente que o acompanhava, baptizando depois uma criança.

6.º Si chegando á noite d'esse dia o parochio com o seu acolyto, não lhes foi intimada ordem de prisão, a que resistiram por ser inteiramente illegal.

7.º Quaes as providencias que, em razão destes attentados, tomaram o presidente e o chefe de policia da provincia. — S. R. — *Mendes de Almeida.*

**O Sr. Cansansão de Sinimbu** (*presidente do conselho*):—Não tenho conhecimento dos factos referidos pelo nobre senador sinão pelo que vi tambem nos jornaes; mas declaro a S. Ex. que o governo tratará de habilitar-se com as precisas informações, o á vista d'ellas fará seu dever, não tolerando abusos e escandalos da ordem desses que foram referidos por S. Ex.

Encerrada a discussão, foi approvedo o requerimento do Sr. Mendes de Almeida.

#### NEGOCIOS DE MINAS E DO PARANÁ.

**O Sr. Correia**:—As noticias vindas pelo ultimo vapor do sul acerca da colonisação russo-allema na provincia do Paraná são extremamente contristadoras.

E' para notar que, enquanto se buscou attrahir essa colonisação para nosso paiz, não se pouparam facilidades, fazendo-se avultadas despesas para fixar na provincia do Paraná aquelles colonos, que traziam consigo alguns meios.

Depois de gastas sommas consideraveis com a acquisição de terras, comecou-se a entender que essa colonisação era prejudicial, e nada se fez para obstar á resolução que, depois de se acharem no interior da provincia, os colonos tomaram do retirar-se para sua patria. Quinhentos e treze desses colonos chegaram ante-hontem a esta cidade no vapor *Calderon*, tendo pago suas passagens e dispostos a regressarem para o seu paiz. Depois de tão grande sacrificio, custa vêr assim inutilisadas as vantagens que se deviam colher do dinheiro do Estado tão largamente despendido.

Mas o movimento para o regresso dos colonos russo-allemaes não pára. Segundo as noticias recebidas, cerca de 2.000 se preparam para seguir o exemplo que já deram os que ante-hontem aqui desembarcaram.

Ora, Sr. presidente, é doloroso que o dispendio de milhares de contos sirva sómente para descredito da nação brasileira!

Não torna-se só improficua essa despesa com o regresso dos colonos a quem devia aproveitar; além da perda do tão avultada somma, além da perda do serviço desses colonos, que são pacíficos, pois que em grande numero se têm retirado da provincia sem causar perturbação na ordem pu-

blica; a retirada delles para a patria val dar contra nós triste testemunho, val depôr muito contra o Brazil.

Não sei o que a administração provincial do Paraná tem feito para minorar as funestas consequencias da resolução tomada pelos colonos russo-allemaes.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*):—Tem feito quanto é possível.

O Sr. CORREIA:—Deve haver motivo muito poderoso para justificar a resolução desses colonos.

Custa a comprehender que familias que deixaram o torrão natal, correndo tantos riscos, atravessando tão grande distancia para virom estabelecer-se n'uma provincia do Brazil, trazendo capitães, como se veriflca ainda agora, pois que pagaram sua passagem para a Europa na importancia de mais de 33.000\$, subitamente, por capricho, emprehendam nova e custosa viagem, esterilitem seus anteriores esforços, annullem todos os seus sacrificios e lancem ao oceano o producto de economias penosamente feitas na patria.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Esta é que é a grande corrente que se devia aproveitar.

O Sr. CORREIA:—Deve haver uma grande razão que explique facto tão extraordinario...

O Sr. BARROS BARRETO:—Valla bem neste caso uma commissão de inquerito (*apoiados*).

O Sr. CORREIA:—O nobre senador por Pernambuco lembra uma commissão de inquerito, e o nobre presidente do conselho vê que este parecer é acolhido. Resolva o que julgar mais conveniente.

Si attendermos ás accusações da imprensa opposicionista da provincia do Paraná, e ás publicações feitas na imprensa da corte, os factos são dignos do maior reparo, e talvez justifiquem a medida que lembra o nobre senador por Pernambuco de uma commissão de inquerito.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—E' um facto bem contristador.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA dá um aparte.

O Sr. SILVEIRA LORO:—Não ha neste paiz, nem se quer que haja, administração, o que ha é attenção aos especuladores. Este governo é tão bom como o passado, si não peor...

O Sr. CORREIA:—Si o nobre senador no seu aparte tivesse deixado em paz a administração passada, nada diria, não protestaria...

O Sr. SILVEIRA LORO:—Eu sou justo, a minha paixão é nobilissima

O Sr. CORREIA:—... deixaria o nobre senador liquidar suas contas com o governo actual.

O Sr. SILVEIRA LORO:—As minhas contas são a lastima pelo estado do meu paiz, seja quem fór o causador...

O Sr. CORREIA:—Feito este protesto ao que disse o nobre senador por Minas para que não fique condemnada sem appello a passada administração do Estado, proseguirei nas minhas observações, quanto ao triste facto que o paiz está presenciando de retirarem-se de uma provincia do Imperio colonos que para lá foram cercados de tantas esperanças, sem que se procure ao menos que não se percam as despesas já feitas em sommas tão avultadas.

O Sr. SILVEIRA LOBO:—Como não perdiam nada de sua algeibreira, os governantes pouco se importam.

O Sr. CORREIA:—Não sei que providencias tem tomado o presidente da provincia do Paraná. Si tivesse sido tão sollicito neste ramo de administração, como foi em publicar na folha official da provincia o telegramma que enviou ao nobre presidente do conselho acerca da apprehensão do jornal litterario o *Gaticho*, para dizer que, á vista das observações que S. Ex. aqui fez, foi reduzido ao silencio, como si me fosse licito fallar nesta casa sempre que quizesse, e não quando o regimento permittir, ou como si não bastasse esse mesmo telegramma para condemnacão da administração; si o presidente do Paraná tivesse tomado acerca dos colonos russos acertadas providencias, e de presumir que não tivessamos de presenciar o facto lastimoso que deploramos.

O nobre presidente do conselho ha de ter noticia do que occorreu em Curitiba com os colonos, os quaes, segundo noticias que li, foram atirados, em dia tempestuoso, da hospedaria em que se achavam para o meio da rua.

Creio que o assumpto de que me estou occupando, com preterição de outros, que tambem são dignos de atrahir a attenção do senado, ha de provocar da parte do nobre presidente do conselho explicações, que muito estimarei sejam satisfactorias. Aos representantes da nação não pôde ser indifferente ver gastarem-se milhares de contos, para descredito do Brazil.

O Sr. SILVEIRA LOBO:—Basta de experiencias, deitando-se dinheiro fóra.

O Sr. CORREIA:—Estando com a palavra, della me utilisarei para noticiar ao senado graves occurencias que se têm dado na comarca de Caldas, provincia de Minas Geraes (*apoiados*).

O partido liberal alli conta distinctos caracteres, mas nelle figuram tambem alguns outros, que estão longe, por seus actos, de merecer os cargos, que a politica partidaria, mal inspirada, lhes tem conferido.

Em falta de elementos naturaes de influencia, têm elles procurado impôr-se pelo terror. O principal obstaculo que encontram é o juiz de direito da comarca o Dr. Francisco Julio da Veiga, pela rectidão da seu procedimento; contra elle pois se voltaram, procedendo do modo o mais reprovado, até porque esperam que, deixando a comarca, seja substituido pelo promotor o Dr. Reinaldo Gomes do Oliveira, envolvido nos lamentaveis acontecimentos.

Atacam por isso o juiz de direito no periodico *Caldense*, e da frente da casa de sua residencia fizeram uma vez deposito de imundicias. Foi então nomeado 3.º supplente do delegado de policia o cidadão Thomaz Pacheco Ferreira Lessa, muito compromettido nos factos a que me refiro, o qual entrou em exercicio em 31 de Dezembro ultimo!

Achando-se as cousas neste pé, occorreram os seguintes factos, de que dou noticia ao senado, por ter sido delles informado por pessoa digna de fe.

1.º O 3.º supplente do delegado, em exercicio, procurou auxiliares nas praças do corpo de policia e nos proprios presos, assassinos e ladrões, pronunciados ou condemnados, aos quaes abriu as portas da cadeia, permittindo-lhes passarem livremente de dia e de noite, á face de toda a população.

2.º Entre os presos assim soltos, e para formar parte dos aggressores do digno juiz de direito da comarca, contam-se os portuguezes Henrique José de Oliveira Aguiar e Joaquim José Soares, pronunciados como autores do roubo de 38:000\$, praticado na freguezia de S. Sebastião de Jaguary, termo de Caldas, contra um negociante de bestas, residente na provincia do Paraná.

3.º Esses portuguezes, denominados na prisão os *banqueiros*, foram os principaes instrumentos do supplente do delegado que os deixava em liberdade fóra da prisão, convencendo-os de que era indispensavel, para serem absolvidos, que respondessem ao jury quando presidido por outro juiz.

4.º Na madrugada de 14 do mez passado, dous guardas e um condemnado que cumpria a pena de prisão foram á casa do juiz de direito, desfercharam dous tiros e quebraram a caceite os vidros, tentado o arrombamento, que não effectuaram porque, ouvindo os tiros, um vizinho e outras pessoas acudiram, obrigando a retirarem-se os aggressores, que foram reconhecidos.

5.º Na noite seguinte, ás 10 horas e meia, achando-se o juiz de direito no interior de sua casa a conversar com alguns amigos, sete guardas policiaes cahiram sobre dous famulos que estavam á porta, acometendo-os com os reflex, e procurando penetrar no interior. Acudindo os amigos do juiz de direito, as praças, antes de se retirarem, feriram os dous famulos e desfercharam sobre o major João Procopio Monteiro e Silva dous tiros, de que felizmente escapou, ficando a carga cravada na porta.

6.º No dia 15 pretendiam incendiar a casa do juiz de direito, quando por fortuna, chegando á cidade o 1.º supplente do delegado, o cidadão Agostinho da Costa Junqueira, assumiu a jurisdicção, e pôde obstar a tão criminoso intento.

Fazendo a ronda da cidade com auxilio de outros cidadãos, o 1.º supplente do delegado encontrou das 10 para 11 horas, em frente á casa do juiz de direito, um guarda de nome Joaquim Antonio Pereira, armado de uma garrucha de dous canos, carregada com balas, dizendo que alli se achava por ordem do 3.º supplente do delegado.

7.º Outros cidadãos têm sido igualmente offendidos. Na noite de 14 de Janeiro, tentaram os guardas penetrar em casa do major João Procopio Monteiro e Silva pelo muro do quintal, do que desistiram por terem sido presentidos; e o sargento e um dos presos foram á porta da casa do ex-juiz municipal Dr. Antonio Benedicto dos Santos Malheiros, a cujos esforços se deve o descobrimento do roubo dos 38:000\$, commettido alta noite e com todas as precauções, para provocarem e insultarem o Dr. Malheiros.

O certo é que o juiz de direito teve de retirar-se da cidade para o lugar denominado Poços do Caldas, a 5 leguas de distancia.

Os habitantes da cidade do Caldas, pertencentes a ambos os partidos, dirigiram ao juiz de direito uma manifestação, de que tenho noticia pelo *Mont or Sul Mineiro* (*Lendo*).

Comarca de Caldas. — Publicamos em seguida uma honrosissima manifestação dirigida ao juiz de direito do Caldas Dr. Francisco Julio da Veiga, por dignos e distinctos cidadãos residentes na cidade de Caldas.

• Nesse importante documento vemos com prazer assignaturas de liberaes e conservadores unidos como homens honestos que são, em protestar e

mostrar que de modo algum podem ser solidários com os actos de torpe villania commettidos pelos miseráveis ebrios na noite de 16 para 17 do passado.

Publicando essa manifestação agradecemos, mais uma vez, aos distintos caldenses as provas de consideração dadas ao Dr. Julio da Veiga, que deve estar plenamente satisfeito por se ver cerrado da estima dos cidadãos honestos e dignos residentes em sua comarca.

• Els a manifestação :

• Illm. e Exm. Sr.—Com a alma immersa na mais funda tristeza, com o coração transbordando a mais justa indignação e com o semblante afogado pelo pejo, em vista do acto baixo, vil, nojento, revoltante, ignobill e inqualificavel, praticado por entes anonymos e mais despreziveis do que seu proprio acto, na noite de 16 para 17 do corrente mez, os abaixo assignados se dirigem por este meio a V. Ex. e a sua Exma. familia, assegurando-lhes a mais intima comparticipação no desgosto por que passaram, e lamentando a selvageria e brutalidade com que tão injustamente foram VV. EEExs. tratados, pedem-lhes que não tomem isso como partido de gente séria e digna de reparo. Os visitantes nocturnos passando pela frente da casa de VV. EEExs. deixaram de si a mais fiel idéa, e infelizmente, si offensa houve, foi aos bríos desta cidade, que tão justamente se orgulhava e com justo titulo, de ter civilização, dignidade, moralidade e educação, titulo cujo brilho ficou mareado por instantes, mas a reprobção geral ao acto, a provas de estima e de consideração de que foram alvo, a manifestação espontanea de acatamento e de respeito à pessoa e à autoridade de V. Ex. e o protesto vivo, expressivo, energico e eloquente, impresso no rosto de todas as pessoas sensatas e bem intencionadas, deve ter desassombrado o espirito de V. Ex. e dado a conhecer a origem torpe, baixa e miseravel de onde partiu o insulto. Os abaixo assignados, consorciando-se á sua dor e protestando contra tão insolito e descommunal acto, vêm depôr nas mãos de V. Ex. e de sua Exma. familia esta nobre manifestação, porque é sincera o merecida, assegurando os protestos da mais alta estima, da mais profunda consideração e apreço e da mais franca, leal e decidida dedicação, como reparação de um acto digno do mais solerano desprezo.

• Deus guarde a VV. EEExs.— Illm. e Exm. Sr. Dr. Francisco Julio da Veiga, muito digno juiz de direito da comarca, e S. Exma. familia.

• Cidade de Caldas, 10 de Novembro de 1878.— Dr. Antonio Benedicto das Santos Malheiro, Dr. José Ignacio de Barros Cobra, Antonio Faustino do Figueiredo Brazil, Dr. André Frederico Regnel, medico, major Luiz Augusto Ribeiro 1.º supplente do juiz municipal, o vigario collado padre Francisco de Paula Trindade, major João Procopio Monteiro e Silva, secretario da camara, tenente-coronel Sabino Bueno de Paiva e Silva, Dr. José Bernardino de Loyola Junior, medico, Dr. Eugenio de Paula Ferreira, juiz municipal do termo, major Manoel Joaquim de Carvalho, Manoel Pinto de Andrade, negociante, Francisco José de Oliveira e Silva, fazendeiro, Augusto Rodolpho Westim, fazendeiro, major José Francisco de Oliveira, capitalista, Augusto José de Oliveira, negociante, Dr. Felizardo Pinheiro de Campos Muller, major Manoel José Ferreira Bretas, João de Freitas Guimarães, fazen-

deiro, vigario Angelo Cosenza Calvosa, Alfredo Pio Westim, fazendeiro, capitão Liberato Marianno de Souza, escrivão de orphãos, Revdm. Miguel Gonçalves Torres, ministro evangelico, Joaquim de Oliveira, José Manoel dos Santos Pereira Junior, 2.º tabellião, Manoel da Paixão, negociante, Polydoro de Andrade, Joaquim José Trindade negociante, major Francisco Antonio Guimarães de Lemos, José Joaquim Rodrigues da Costa, negociante, Joaquim Thomaz de Camargo, Flavio Constantino de Moraes, Joaquim Lourenço Bueno dos Reis, fazendeiro, Manoel Augusto de Loyola, Francisco de Assis Ferraz, Theodoro Hygino Brandão, Alberto Carlos de Loyola, Gabriel Pio Loyola, Alfonso Henrique de Loyola, Joaquim Delfino Rangel, solicitador, Caetano Luiz Gomes Nogueira, José Francisco Trindade, negociante, Francisco Luiz de Souza, Albino Gonçalves Lopes, agente do correio, Theodoro Ireno da Costa Torres, Antonio Ferreira Funchal, Francisco Antonio Alves Junior, Luiz Henrique do Brazil, negociante, Alberto Fernandes L., fazendeiro, João Pereira Elias Amarante, negociante, Gonçalo Quintino de Oliveira, Manoel Borges da Fonseca, subdelegado de policia, Dr. Antonio Augusto de Oliveira, Tristão Leite de Meirelles, 1.º tabellião, João Luiz de Andrade, empregado na recebedoria, Antonio Pinto Barbosa, collecter geral interino, Antonio Candido Barbosa, capitão Luiz José de Mascarenhas Pessanha, supplente do delegado e procurador da camara, José Antonio Immediato, negociante, José Antonio Gaspar, Pedro Antonio da Silva, negociante, Manoel Antonio da Costa, Heleodoro Antonio de Oliveira, Domingos Antonio da Fonseca, Gabriel Constantino de Sillas, José Joaquim Bonifacio, Hilario Ribeiro do Prado, Antonio Joaquim do Freitas, José Francisco de Oliveira Junior, fazendeiro, Theodoro José de Oliveira, negociante, Ernesto Antonio de Oliveira, curador geral dos orphãos, capitão Antonio de Paiva Bueno dos Reis, fazendeiro, José Joaquim Ferreira, negociante, Fernando Bueno de Paiva e Silva, negociante, Manoel José da Costa Junqueira, fazendeiro, Luiz Augusto Loyola, pharmaceutico, Simplicio José Campinas, supplente do delegado de policia, Francisco Antonio Alves, Pedro Landre, negociante, Honorio José Gomes, João Ferreira Funchal Junior, Leonel Luiz de Pontes, Ottoni Pinto de Castilho Barbosa, Tobias Patricio Machado, advogado provisionado, Adolpho Bueno de Paiva e Silva, Luiz Lopes de Oliveira, cirurgião dentista, Agostinho José da Costa Junqueira, fazendeiro, João Rodrigues Soares, João Lino Nogueira, Caetano Nogueira Junior, professor, Eduardo Bueno de Paiva e Silva, capitão José Barbosa de Paula, fazendeiro, Estevão Antonio da Rocha, Domingos Ursula, José Carlos Monge, José Ignacio Brandão, Antonio Breves dos Santos, Israel Breves dos Santos, Manoel Pereira do Moraes, pharmaceutico, Francisco Pedro de Freitas, collecter municipal, José Justino de Freitas, José Antonio Teixeira, Antonio Cesarino de Castilho, Joaquim José Bernardino Junior, Francisco Monteiro de Meirelles Leite, João Dias da Silveira, Francisco Ignacio Muniz, Antonio Joaquim dos Santos, fazendeiro, Feliciano Gonçalves de Andrade, José Joaquim da Silveira.

Para augmentar a situação desgraçada do municipio de Caldas, tenho aqui uma publicação feita na *Provincia de Minas*, da qual vê-se o estado de pouca segurança do correio.

Diz assim (U) : g

• *Agencia do correio de Caldas.*—Temos em nosso poder dous *certificados* de cartas registradas nesta agencia, a 2 e 8 de Novembro proximo passado, com destino á Campanha e que alli ainda não chegaram, nem chegarão nunca, pois na agencia intermediaria do Póuzo Alegre não foram parar essas cartas, sem que as malas tivessem sido violadas.

• Esta circumstancia, o facto de serem os estafetas, que fazem o serviço da linha, os mesmos que servem ha annos, e optimamente, e a consideração de que os factos escandalosos da ordem dos que noticiamos só têm apparecido depois que serve o actual agente, fazem eror que este é o culpado e responsavel por elles. Devemos entretanto dizer que não attribuímos ao proprio agente o acto criminoso e infame da subtração de cartas da agencia,—pois sabemos ser elle geralmente imputado á outra pessoa que frequenta *assiduamente* aquella estação publica.

• Em todo o caso a responsabilidade é do agente em quanto não provar ter sido victima de algum falso amigo ou perdido ajudante.

• Sabemos que o honrado Sr. administrador do correio já solicitou do governo a demissão do agente de Caldas, como é de necessidade, em homenagem á lei e á moralidade publica.

• Os factos são graves, e ver-nos-hemos forçados a voltar ao assumpto si, o que não cremos, for desprezado nosso reclamo.

• Ha em Caldas muitos cidadãos respeitaveis do partido liberal que podem, vantajosamente para o serviço publico, exercer o cargo; o que desejamos, só e só, é que a população de Caldas não continue na necessidade de mandar suas cartas em afastadas agencias ou de remetel-as por postivos.

Quando, Sr. presidente, consideramos estes factos lamentaveis, que se vão dando com frequencia no Imperio, sentimos dolorosa impressão, como a que ainda hoje haviam de ter os nobres senadores, do lerem o telegramma da Bahia publicado no *Jornal do Commercio* acerca dos acontecimentos do Alagoas.

O Sr. LEÃO VELLOSO:—A agencia Havas vive ahí a dar noticias falsas.

O Sr. JUNQUEIRA:—Noticias falsas?

O Sr. LEÃO VELLOSO:—Esse delegado foi autoridade dos conservadores, até ha muito pouco tempo.

O Sr. CORREIA:—Eis o telegramma (*le*):

• Noticias do interior dizem que o delegado de policia de Alagoas, bacharel Moura Magalhães, continua a promover desatinos. Os soldados, de permissão com as autoridades e capangas armados, perseguem os que são tidos como conservadores, as familias dos mesmos vivem atarradas.

O Sr. LEÃO VELLOSO:—Contesto a exactidão.

O Sr. CORREIA:—Aceitamos a contestação; mas, por mais que o nobre senador conteste, ha de ficar alguma coisa da noticia que basta para chamar a attenção do governo. Depois é preciso attender a que iguaes noticias não chegam de outras partes do Imperio.

O Sr. LEÃO VELLOSO dá um aparte.

O Sr. CORREIA:—Chegam estas noticias de Alagoas, como chegaram de Macahubas e de Santo Amaro.

O Sr. LEÃO VELLOSO:—O que houve em Santo Amaro? O nobre senador está creando.

O Sr. CORREIA:—Nada estou creando, estou me referindo a telegrammas que li e á noticia que deram os jornaes de factos que iam pondo em risco a tranquillidade publica.

O Sr. LEÃO VELLOSO:—Não apolado.

O Sr. CORREIA:—Nos jornaes da provincia do nobre senador se encontram noticias de factos occorridos em Macahubas e Santo Amaro.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*):—Logo são verdadeiros.

O Sr. CORREIA:—O nobre presidente do conselho diz: Logo são verdadeiros! Não os estou afirmando, mas noto que, não chegando noticias semelhantes de outras partes do Imperio, o governo deve prestar attenção...

O Sr. LEÃO VELLOSO:—E' porque nas outras não ha agencia Havas.

O Sr. DANTAS:—A agencia Havas ultimamente não se occupa de outra coisa sinão de dar noticias destas.

O Sr. JUNQUEIRA:—Para que dizem isto da agencia Havas?

O Sr. DANTAS:—Tem commettido repetidas inexactidões. Os senhores já disseram dessa agencia coisa peor; isto é publico. Quando ella tinha contrato com o *Diario da Bahia* assim não era; desde que acabou o contrato, passaram os senhores a estimar-a. Tudo isto ha de ficar explicado.

O Sr. PRESIDENTE:—Attenção!

O Sr. CORREIA:—A' vista das encontradas informações que temos acerca dos factos occorridos em Macahubas, Santo Amaro e Alagoas, esperamos que o governo nos communique o que sabe officialmente, de modo que se conheça a verdade.

O Sr. JUNQUEIRA:—Noticiando os acontecimentos de Macahubas, o telegramma diz que enterrou-se pessoa viva.

O Sr. DANTAS:—Ora qual! Não se enterrou pessoa viva. São invenções.

O Sr. JUNQUEIRA:—E' porque tiveram o cuidado de matar antes.

O Sr. DANTAS dá um aparte.

O Sr. CORREIA:—Depois das informações do governo, veremos si a agencia Havas está se envolvendo na politica.

O Sr. LEÃO VELLOSO:—Está fazendo politica.

O Sr. CORREIA:—Essa agencia não costuma intrometer-se na politica.

O Sr. DANTAS:—Não deve fazer. Tambem é verdade que essa politica não presta para nada.

O Sr. CORREIA:—Emfim, esperemos a palavra official para julgarmos da veracidade dos factos. O nobre presidente do conselho ha de fazer conhecer a verdade ao paiz. Si os factos não são verdadeiros, nada mais facil que declaral-o o governo sob sua responsabilidade.

Foi lido, apoiado e posto em discussão o seguinte

#### Requerimento.

• Requeiro que, pelo ministerio da justiça, se peçam ao governo cópias das communicações que

tiver recebido ácrea das graves occurrencias que ultimamente se têm dado na comarca de Caldas, provincia de Minas Geraes; e, pelo ministerio da agricultura, commercio e obras publicas, informação ácrea do numero do colonos russo-allemaes que se têm retirado da provincia do Paraná, e por que motivo.—*Manoel Francisco Correia.*

**O Sr. Cansassão de Sinimbu** (*presidente do conselho*):—O nobre senador pelo Paraná acaba de fundementar um requerimento sobre dous pontos: o 1.º refere-se á vinda de alguns colonos russos que deixaram aquella provincia assim de retirar-se para sua patria; o 2.º tem relação a disturbios occorridos no municipio de Caldas, na provincia de Minas Geraes. Tratarei de ambos.

Sr. presidente, já tive occasião de dizer ao senado que a escolha de colonos russos não foi a mais feliz. Esses homens, não querendo sujeitar-se ao serviço militar imposto pelo governo da Russia, entenderam que deviam deixar seu paiz natal para estabelecer-se em outros, sendo o Brazil um daquelles para que se dirigiram.

Chegando elles aqui, meu nobre antecessor os mandou, acompanhados de uma commissão, percorrer diversas localidades, assim de escolherem terrenos que lhes parecessem mais apropriados ao seu estabelecimento. Encaminhados á provincia do Paraná com direcção aos Campos Geraes, ali escolheram as terras que elles julgaram convenientes, tendo ordem o presidente da provincia para lhes fazer todas as concessões compatíveis com os regulamentos vigentes e com os desejos do governo.

Alli, porém, foram logo objecto de intrigas que appareceram entre diversos proprietarios, cada um dos quaes queria que elles preferissem suas terras, fazendo-lhes crer que eram as melhores. Foi este o começo dos descontentamentos que se manifestaram entre esses colonos.

Em diversas localidades obtiveram elles tudo quanto o governo lhes podia conceder—terras, dinheiro para sua alimentação, gado para começo da criação, caminhos para se poram em contacto com os mercados; e, não obstante todas estas vantagens, foi impossivel conseguir que se estabelecessem definitivamente.

Uma de suas exigencias era a acquisição de padres que pudessem dirigir-os. O governo viu-se embaraçado por não haver nesta corte padres que fallassem o allemão, de modo que servissem a esses colonos. Todavia, tendo aqui chegado alguns padres polacos que fallavam o russo e o allemão, foram contratados, e seguiram para aquella provincia.

Não obstante mais esse favor, os colonos deram demonstrações de não quererem fixar-se no paiz; e ultimamente exigiram que o governo lhes desse subsídio durante dous annos seguintes.

Já tenho dito ao senado que as despesas com a colonisação excederam muito a verba votada pelo corpo legislativo, talvez no triplo ou quadruplo.

Nestas condições, o governo vendo que esses colonos não eram dos mais infelizes, pois que alguns trouxeram consigo capitães, resolveram não attender a semelhantes exigencias; e, dirigindo-se ao presidente da provincia do Paraná, declarou-lhe que estava disposto a não fazer nenhuma outra concessão.

Então, desenganados de viver á custa do Estado, desceram para Antonina, alli de vir para esta corte; e eu mandei ainda alli declarar-lhes que o governo lhes não faria nenhum outro favor, qualquer que fosse sua natureza, como já tive occasião de dizer ao senado.

Depois disso, deliberaram os colonos pagar seu transporte até aqui, tendo contratado com uma casa do Rio de Janeiro o fretamento de um navio que os conduzisse para Antuerpia.

Eu desejava que o nobre senador me dissesse o que mais havia de fazer o governo para conservar no paiz esses colonos. Queria que os re-tivessemos contra sua vontade? Si assim se praticasse, dir-se-hia que eram prisioneiros em nossa terra. O governo não podia obstar ao desejo que manifestaram de voltar; somente não lhes concedei meios para pagarem despesas da viagem.

O Sr. Correia:—V. Ex. devia mandar syndicar os factos que se tinham dado no Paraná.

O Sr. CANSASSÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*):—Devo dizer ao senado que os colonos polacos, que vieram posteriormente aos russos, se acham estabelecidos e em condições de prosperidade.

Estou convencido, Sr. presidente, de que o governo fez quanto era humanamente possivel para fixar esses imigrantes no paiz. Mais não podia fazer sem grave compromisso para o thesouro.

E' quanto posso dizer ao senado com relação a este serviço.

O presidente do Paraná tem feito tudo quanto é possivel em favor da colonisação: fez tres viagens repetidas percorrendo todos os pontos colonizados, providenciando a respeito de todos os serviços, e até, com autorização do governo, tomou a seguinte deliberação: naquelles logares onde por causa de chuvas abundantes os colonos não puderam ter logo colheitas, permittia que lhes fosse cancelada uma subvencão, com a condição especial de se applicarem elles somente ao cultivo de suas terras; porque já denunciei ao senado que um dos vicios da colonisação, provenientes de nossos regulamentos anteriores, é a promessa feita a esses colonos de se lhes dar trabalho por conta do Estado nos lotes que elles cultivam, o qual consiste na construcção de casas e abertura do caminhos. Disto resultou um mau habito: o colono, em vez de se entregar ao cultivo de suas proprias terras, preferia empregar-se no trabalho assalariado; e assim não tratava de tirar dellas recursos para sua subsistencia; de sorte que, quando voltava para seu lote, achava-o nas mesmas condições do dia em que a elle havia chegado. Recelando a continuação deste abuso, ordenei que se dessem salarios, com a condição dos colonos se applicarem ao cultivo de suas terras.

Declaro ao nobre senador que não me consta que os outros russos queiram tambem-sahir do Paraná. Tenho somente noticias desses. E, para que V. Ex. saiba os sentimentos de que é dominada essa população, referirei o caso a que alludiu o nobre senador: quatro familias russas, não querendo voltar ás suas terras, collocaram-se diante do palacio da presidencia, expostas ás intemperies durante quatro dias, não porque tivessem sido excluidas da hospedaria do governo, como allegavam, mas como um protesto para obrigar o governo a fazel-as voltar para sua patria, pagando elle as despesas dessa repatriação.

Quanto aos outros colonos, o que me consta é que muitos d'elles estão empregados em suas terras, já comeram a ter colheitas e se julgam felizes. Devo fazer uma declaração: é que, depois que o governo resolveu não mandar proseguir naquelles trabalhos coloniales, os colonos têm voltado suas vistas para o trabalho individual; e assim é que nos lugares chamados da marinha os proprietários pagam salario mais barato do que d'antes; já contam com trabalhadores que se contentam com 1\$500, e antes pagavam salario superior a 2\$500.

O Sr. Correia: — Si os colonos estão contentes em uns lugares, porque não o estão em outros?

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (presidente do conselho): — Os que não estão contentes podiam, visto terem dinheiro, como mostraram pelo facto de pagar sua passagem, comprar terras em outros lugares; mas obrigarem o governo a dar-lhes as terras que quizessem por sedução de proprietários interessados, com isso não podia o governo transigir. Não eram tão pobres, pagaram contos de réis a um navio, além de transportal-os para a Europa; si por consequencia tinham dinheiro, porque não compraram melhores terras para se estabelecerem, desde que não consideravam boas as em que se achavam?

O Sr. Correia: — Não vieram com essas vistas.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (presidente do conselho): — Sabe V. Ex. que não se pode fazer concessão gratuita de terras; ellas são vendidas a prazo.

O Sr. Correia: — Já estavam elles com essa divida.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (presidente do conselho): — Não tinham tal divida; tanto não lhes fizemos carga disso, que lá estão as terras que elles abandonaram. Tem havido especulação, quanto á venda de terras no Paraná; esta é que é a verdade; cada proprietario que quer vender suas terras trata de attrahir a si os colonos.

Fallarei agora, Sr. presidente, com relação aos acontecimentos, a que alludiu o nobre senador, occorridos em Caldas e na provincia da Bahia.

Não tenho noticia dos acontecimentos de Caldas; mas como os expoz o nobre senador não creio que seja coisa tão grave para que se viesse aqui fazer accusação ao governo. Pelo que disse o nobre senador vê-se que não houve questão politica, porque ambos os partidos, conservador e liberal, uniram-se para demonstrar sua reprobção aos actos criminosos praticados por uma turba de malfetores que alli se achava por acaso.

O Sr. Correia: — Não senhor; e são autoridades que os induzem a isso.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (presidente do conselho): — Tenho tanta confiança nas autoridades de Minas que não supponho que ellas tolerassem semelhantes actos; e estou persuadido de que, si tiverem sido levados ao conhecimento da presidencia, terão sido punidos.

O Sr. Luiz Carlos: — Já foram levados ao conhecimento da presidencia e do chefe de policia.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (presidente do conselho): — Neste caso, não de ter sido tomados em consideração; mas declaro que hei de procurar informar-me com cautela a esse respeito.

O Sr. Ribeiro da Luz: — Os malfetores são soldados de policia, e a autoridade policial está dirigindo esse movimento contra o juiz de direito.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (presidente do conselho): — Fiquem os nobres senadores certos de que qualquer observação, por mais insignificante que seja, não deixa de pesar em meu espirito, além de providenciar, porque meu desejo não é autorizar de modo algum semelhante estado de cousas.

Quanto á Bahia, devo dizer que não tenho nenhum conhecimento official dos factos a que allude o *Jornal do Commercio* em seu telegramma; mas, pelo que se passou a respeito de alguns telegrammas que aqui appareceram e sobre os quaes pedi informações ao actual presidente daquelle provincia, não posso deixar de pôr minhas duvidas a esse. Deu-se aqui o termo de Santo Amaro em grande conflicto e, dirigindo-me ao presidente da provincia, informou elle, depois das mais sérias indagações, que nada havia que pudesse pôr em risco a tranquillidade publica naquele termo. Tinha havido somente uma questão local pela venda de carnes; interesses desenhonrados fizeram com que houvesse um conflicto acerca do fornecimento desse genero.

Portanto, a respeito dos acontecimentos de Alagoas, a que se referiu o telegramma de hoje, declaro que esta fonte não me inspira demasiada confiança. Todavia hei de procurar informar-me si semelhantes tropelias se têm dado alli, e, no caso affirmativo, o governo cumprirá seu dever.

Encerrada a discussão, foi approvado o requerimento do Sr. Correia.

#### REFORMA DO REGIMENTO DO SENADO.

Leu-se e não foi apoiada a indicação do Sr. Silveira da Motta, offerecida na sessão de 12 do corrente, propondo a reforma do art. 18 do regimento do senado na parte em que estabelece a fórma do juramento que prestam os senadores quando tomam assento.

#### ORDEN DO DIA.

##### JURO DO DINHEIRO DO COFRE DE ORPHÃOS.

Proseguir a discussão do requerimento do Sr. Correia, pedindo cópia de todas as ordens relativas ao juro do dinheiro do cofre de orphãos.

O Sr. Correia: — Sr. presidente, eu esperava que antes que V. Ex. me concedesse a palavra e tivesse pedido o Sr. presidente do conselho para informar ao senado que não vigora mais a medida tomada em 22 de Novembro ultimo, reduzindo o juro do dinheiro do cofre dos orphãos de 5 a 4%; visto que a discussão que houve nesta casa demonstrou do modo mais cabal a illegalidade da medida. Eu esperava que o nobre presidente do conselho viesse declarar ao senado que o actual Sr. ministro da fazenda havia já feito cessar aquella illegal medida.

Si o nobre presidente do conselho fizesse esta esperada communicação, teria mais razão o nobre senador pela Bahia, o Sr. Barão de Cotegipe, quando com mais benevolencia que justiça isola a S. Ex. dos actos menos logaes praticados por seus collegas.

Como, porém, ainda vigora o aviso de 22 de Novembro do anno passado determinando que o juro de 5% que se deve pagar pelas quantias de orphãos recolhidas ao thesouro fosse reduzido a 4%, tenho necessidade de dizer algumas palavras para demonstrar quão illegal foi essa medida e quanto é improcedente a defesa que se tem tentado fazer de semelhante acto.



A lei de 13 de Novembro de 1841, art. 6.º, autorizou o governo para tomar por empréstimo com o juro de 6% todas as sommas do cofre dos orphãos; e assim se tem praticado.

Ninguém viu na taxa de juros, marcada na lei, maximo, nem minimo; era a que o thesouro tinha obrigação de pagar, enquanto outra cousa não fosse determinada pelo poder legislativo.

Como se pretendeu, porém, defender o acto do ministro, reduzindo essa taxa legal? Allegaram-se duas razões: a de que a lei marra apenas um maximo, e a de que foi provisoria a medida tomada pelo governo.

O nobre ex-ministro da fazenda em discurso que proferiu na camara dos deputados no dia 13 do mez passado, tentando justificar a medida que havia illegalmente tomado, disse: «A lei quando marca 3% para o dinheiro dos orphãos e 6% para os da caixa economica, marca apenas um maximo, não obrigou, nem podia obrigar o thesouro a pagar um juro maior do que aquelle por que podia tomar dinheiro na praça.»

A razão invocada em defesa do acto com que me occupo não resiste á analyse.

Com effeito, si os 6% marcados na lei de 13 de Novembro de 1841 eram apenas o juro maximo que, pelas sommas pertencentes a orphãos, podia pagar o thesouro, como foi precisa a intervenção do legislador para reduzir a taxa a 3%? Si era o maximo, porque os ministros da fazenda não o reduziram por si mesmos quando a situação financeira do Estado permitiu a redução? De 1841 até 1853 manteve-se a taxa sem redução alguma. Para que tal redução se desse foi preciso que outra lei, a de 6 de Setembro de 1853, no art. 13, dissesse: «Fica reduzida a 3% a taxa do juro do empréstimo do cofre dos orphãos.» É possível apresentar razão mais concludente?

O Sr. VISCONDE DE DOM RETIRO:—Apoiado; o argumento é irrefutavel.

O Sr. CORREIA:—Folgo muito com o aparte do nobre senador pelo Rio de Janeiro. É a opinião autorizada de uma pessoa muito competente...

O Sr. VISCONDE DE DOM RETIRO:—Obrigado.

O Sr. CORREIA:—Decorreram 24 annos depois que a lei de Setembro de 1853 reduziu a 3% a taxa do juro do empréstimo do cofre dos orphãos, sem que nenhum outro ministro da fazenda entendesse que tinha autoridade para proceder como procedeu o ex-ministro do gabinete de 3 de Janeiro.

Com effeito, desde que essa taxa era marcada pelo legislador, só esto podia tomar a tal respeito outra providencia.

Mas, consideremos que é procedente a razão adduzida pelo nobre ex-ministro da fazenda para justificar o seu acto; nem assim S. Ex. isenta-se de censura, porque si o thesouro não deve pagar pelo dinheiro dos orphãos juro maior do que aquelle pelo qual pode tomar dinheiro na praça, como marcou S. Ex. 4% quando o thesouro podia ter dinheiro com juro menor?

O Sr. SILVEIRA LONO:—Apoiado; isso não justifica nada; o attentado deve ser reparado já e já...

O Sr. CORREIA:—Não é de pequeno alcance a medida tomada, porque, segundo o relatório do nobre ministro da fazenda, a divida do thesouro por quantias pertencentes a orphãos sobe presentemente a 13.613:094\$576; 1% desta somma é quan-

tia que avulta; e, quando pudesse ser retirada aos orphãos, era questão para mais delido exame do que aquelle que parece ter feito o nobre ex-ministro da fazenda, quando expediu o aviso de 22 de Novembro, que de mais a mais deve ter trazido grande embarço á escripturação.

Acrecesceu que o nobre ex-ministro mandou executar a sua ordem desde logo; o que não devia fazer, ainda quando estivesse no seu direito, pois que, mesmo em relação ás quantias recolhidas ás caixas economicas, quando ha redução de juros, dá-se prazo para o depositante retirar o seu dinheiro, si não se conforma com a redução.

O aviso é de 22 de Novembro; foi publicado depois; entretanto começou a produzir seus effeitos desde o dia em que o nobre ex-ministro o assignou.

O Sr. SILVEIRA LONO dá um aparte.

O Sr. CORREIA:—Veja o senado a consequencia que pode provir da medida. Si os outros juizes de orphãos, imitando o da corte, o nobre senador pelo Piauí, forem mandando retirar do thesouro as sommas pertencentes aos orphãos, que complicação não haverá no estado financeiro do paiz, sahindo dos cofres publicos mais de 15.600:000\$?

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Em vez de pagar 3%, vai pagar 6%; é o que elle lucrou com isto.

O Sr. CORREIA:—Em seu discurso o nobre ex-ministro da fazenda acrescentou estas palavras:

«O regulador do premio tanto do empréstimo do cofre dos orphãos, como da caixa economica, não é o juro das apolices, mas o dos bilhetes da divida fluctuante de que fazem parte.»

Sendo assim, o nobre ex-ministro terá grande dificuldade em explicar, sem contradicção, como marcou, para o dinheiro dos orphãos, o juro de 4%, e para os da caixa economica 3%; cumprindo ainda notar que, no mesmo discurso, S. Ex. disse que o thesouro tinha o dinheiro que quizesse dos bancos a 3%.

S. Ex. sustentou que o empréstimo do cofre dos orphãos faz parte da divida fluctuante. Não entrarei agora no exame deste ponto, noto apenas esta opinião para apreciar as palavras seguintes do nobre ex-ministro da fazenda:—«Si não é assim classificado nos orçamentos, é isso uma espezteza da pratica...»

Quem lê estas palavras acredita que o nobre ex-ministro acabou com a espezteza.

Entretanto, na proposta de lei do orçamento apresentada por S. Ex., manteve-se o que a esto respeito se encontra nas leis anteriores.

Quanto ao argumento, que foi trazido ao senado, de que a medida é provisoria, não tem a menor procedencia.

O que significa alterar um ministro a lei provisoriamente?

Lembro-me que no principio do anno passado, um presidente de provincia alterou tambem uma lei provincial, mandando que se cumprisse a sua determinação até que a assembléa provincial outra cousa resolvesse.

Foi, como no presente caso, uma revogação provisoria da lei.

O Sr. SILVEIRA LONO dá um aparte.

O Sr. CORREIA:—Creio que o senado não deya demorar-se na apreciação deste argumento.

O Sr. SILVEIRA LOBO :—Apolado, é uma allegação ridicula.

O Sr. CORREIA :—Si o actual Sr. ministro da fazenda se achasse presente, eu pediria a sua opinião sobre este acto do seu nobre antecessor.

Não estando, si o nobre presidente do conselho quizesse ter a bondade de dar algumas informações, eu lhe agradeceria.

O Sr. SILVEIRA LOBO :—E' sua obrigação, não faz favor nenhum.

**O Sr. Cansansão de Sinimbu** (*presidente do conselho*):—Venho satisfazer o desejo do nobre senador. O que posso asseverar ao senado é que as contas, feitas no thesouro com relação ás quantias entradas para os cofres de orphãos até á época em que se alterou o juro desses dinheiros, o têm sido de conformidade com a lei. Todas as quantias levantadas de dinheiros recolhidos até a data do aviso do nobre ex-ministro da fazenda, o têm sido com o juro de 3 %. A alteração tem sido somente das quantias recolhidas dessa data em diante. Não posso asseverar ao senado si de então para cá se tem feito retiradas de dinheiros do cofre dos orphãos; mas hei de obter explicações do meu collega da fazenda, e de tudo informarei ao senado.

Encerrada a discussão, não se pôde votar o requerimento por falta de numero.

#### SELLO FIXO NOS RECIBOS DO MONTE-PIO DOS SERVIDORES DO ESTADO.

**O Sr. Correia**:—O requerimento do nobre senador por Minas, que se acha agora em discussão, podia ter sido dispensado, si o nobre senador se tivesse dignado de tomar a palavra, quando apresentei o requerimento pedindo cópia das ordens dadas pelo ex-ministro da fazenda para não se cobrar sello dos recibos de quantias não superiores a 25\$000, passados aos contribuintes do montepio dos servidores do Estado. Mas, desde que o nobre senador preferiu apresentar outro requerimento, não posso oppor-me a que seja a questão examinada pela commissão de fazenda, como S. Ex. propõe.

Vou tomar em consideração as razões produzidas em justificação do acto do nobre ex-ministro da fazenda.

Espero demonstrar ao senado que as ordens expedidas pelo nobre ex-ministro da fazenda, isentando do sello de 200 réis os recibos passados aos contribuintes do montepio dos servidores do Estado, foram contrarias á disposição do art. 12 do orçamento em vigor.

Este artigo sujeita ao sello fixo de 200 réis os recibos de quantias não inferiores a 25\$000.

Quando na sessão de 1877 discutiu-se este artigo no senado, procurei obter que do tal imposto ficassem isentos os contribuintes do montepio dos servidores do Estado.

Foi contraria á medida a opinião do nobre Barão de Cotegipe, então ministro da fazenda; e deixou de ser incluída na lei a excepção que eu pretendia.

O illustre senador por Minas quiz justificar o acto do nobre ex-ministro da fazenda, invocando também as opiniões dos Srs. Visconde do Rio Branco e Barão de Cotegipe.

Ora, eu espero convencer ao nobre senador de que a opinião do illustre Visconde do Rio Branco

é que os recibos passados aos contribuintes do montepio dos servidores do Estado estão sujeitos ao pagamento do sello fixo de 200 réis.

Quando justifiquei o meu requerimento sobre este assumpto, repeti as palavras que tive a honra de proferir no senado em 1877, assim como as da resposta do nobre ex-ministro da fazenda, o Sr. Barão de Cotegipe.

Vejamos agora o que disse o honrado Visconde do Rio Branco, então relator da commissão do orçamento.

Eis as palavras de S. Ex. na sessão de 2 Outubro de 1877: (1)

« Como ponderou o nobre senador pelo Paraná, hoje a maior parte das contribuições do montepio dos servidores do Estado são de 100\$000 annuaes e 25\$000 por trimestre; portanto, estas contribuições trimestraes ficarão sujeitas á nova disposição que estende o imposto do sello até aos recibos de 25\$000. As pensões pela maior parte são pagas em quotas menores de 50\$000, e portanto soffrerão também esse onus, porque o montepio terá de exigir dos pensionistas o pagamento do sello.

« São pensionistas pobres, são contribuintes que, em geral, dispõem de poucos meios, pelo que me parece que a isenção seria cabida neste caso. Si, pois, o nobre ministro, considerando bem a materia, admitir a generosa iniciativa do nobre senador pelo Paraná, nós redigiremos uma emenda neste sentido.

A' vista destas palavras, quem pôde invocar a autoridade do nobre Visconde do Rio Branco sou eu. S. Ex. entendia que a disposição do art. 12 da lei do orçamento vigente, tal qual se acha, comprehendendo os recibos passados aos contribuintes do montepio dos servidores do Estado.

O Sr. ANTÃO :— Não dizia elle isto na sua representação ao governo.

O Sr. CORREIA :—D'aquí a pouco me occuparei com essa representação.

O Sr. Barão de Cotegipe tomou parte, como ministro da fazenda, na discussão da lei; e, logo que esta foi promulgada, expediu a circular de 12 de Novembro de 1877 para sua execução. De accordo com essa circular, cobrou-se o sello de 200 réis dos recibos passados aos contribuintes do montepio por quantias não inferiores a 25\$000.

Eis aqui (*mostrando*) recibos do montepio em que se vê o pagamento do sello.

Si se deixou de cobrar depois que o ex-ministro da fazenda julgou-se autorizado para o dispensar.

O Sr. ANTÃO :—Cobrava-se abusivamente.

O Sr. CORREIA :—Engano, manifesto engano. A lei não fez excepção em favor dos recibos passados aos contribuintes do montepio dos servidores do Estado; os esforços para esse fim empregados nesta casa não tiveram resultado. A lei passou sem a restricção que o nobre Visconde do Rio Branco e eu desejavamos. Tiveram pois os contribuintes do montepio de pagar o sello de 200 réis.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU' (*presidente do conselho*):— Na pratica se reconheceram os inconvenientes.

O Sr. CORREIA :— A questão não é de pratica, é de lei.

O Sr. ANTÃO :— Então quem devia pagar era o montepio.

O Sr. CORREIA: — Não trato de indagar quem devia pagar o imposto; esta questão nada importa para o caso.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÉ (*presidente do conselho*): — Foi facultativo, autorizou-se ao governo.

O Sr. CORREIA: — As disposições de nossas leis fiscaes são assim redigidas. O governo usou da autorização, e o fez em obediência aos intuitos do legislador, que se propunha a augmentar as rendas do Estado para equilibrar a receita com a despesa, de modo que não fosse preciso recorrer ao pernicioso meio da emissão do papel-moeda.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÉ (*presidente do conselho*): — Era um grão de areia no deserto do Sahara.

O Sr. CORREIA: — Além dos côrtes do despeza feitos no orçamento, o partido conservador tomou a dolorosa medida de augmentar alguns impostos, não sómente o do sello, para não recorrer ao papel-moeda; o que entretanto não obsteu a que, em Abril do anno passado, o ministerio de 3 de Janeiro decretasse, por propria autoridade, a emissão de 60.000:000,000 de papel-moeda; e isto apesar do ordenar a lei do orçamento que o saldo que resultasse da receita orçada sobre a despesa fixada fosse applicado ao resgate do papel-moeda. Em vez do resgate, o ministerio actual deu-nos nova e consideravel emissão!

Volto á questão que nos occupa. Parece demonstrado que a disposição votada em 1877 sujeitava ao sello de 200 réis os recibos de quantia não inferior a 25\$000, sem exceptuar os passados aos contribuintes do montepio dos servidores do Estado, por não ter sido aceita a excepção lembrada a favor d'elles. E o imposto arrecadou-se.

Um dia, porém, arbitrariamente o ex-ministro da fazenda ordenou que não se pagasse mais esse imposto!

O nobre senador por Minas Geraes procurou tirar argumento do facto de serem os recibos aos contribuintes do montepio dos servidores do Estado passados nas provincias pelas thesourarias de fazenda, e terem a denominação de *conhecimentos* nas instruções de 17 de Setembro de 1872.

Mas, senhores, porque em 1863 o ministro da fazenda graciosamente permitiu que as thesourarias de fazenda servissem de auxiliares do montepio dos servidores do Estado, segue-se que a esta graça devem reunir-se outras, e taes como a isenção, por acto do governo, de um imposto arrecadado por força de lei?

E o que tem para a cobrança do imposto, que ao documento passado pelo montepio, ou pelas thesourarias, como auxiliares da associação, se dá esta ou aquella denominação?

A denominação não allera em cousa alguma a natureza do documento. Aqui na corte, onde está a directoria do montepio, passam-se recibos.

Quando foi promulgada a lei do orçamento em 1877, o montepio passava recibos exactamente iguaes aos que passa hoje.

Logo que a lei se executou cobrou-se o sello; foi só depois que o nobre ex-ministro da fazenda, entendendo que tinha autoridade para revogar provisoriamente as leis, expediu ordens nesse sentido, que o imposto deixou de ser arrecadado.

E, senhores, porque o montepio dos servidores do Estado obteve do governo que as thesourarias de fazenda lhe servissem de auxiliares nas pro-

vincias, pôde-se d'aquí inferir, como se pretende, que os documentos que ellas passam, naquella qualidade, ficam fazendo parte do expediente de repartição geral? Não; e tanto que, si o governo cassar a autorização que deu em 1863, as thesourarias nada perdem em sua integridade como repartições geraes do Estado.

Portanto, esta razão não aproveita para que sejam isentos do sello os conhecimentos ou recibos que as thesourarias, como auxiliares do montepio, passam aos contribuintes que a ellas recolhem quantias pertencentes á associação.

O que disse o nobre Visconde do Rio Branco quando tratou de estender aos contribuintes da corte o favor que o ex-ministro da fazenda havia concedido aos contribuintes do montepio, residentes nas provincias? Vejamos si o que o Sr. Visconde do Rio Branco disse em seu officio de 18 de Julho de 1878 está em desharmonia com o que S. Ex. havia dito no senado (tê):

• Montepio geral de economia dos servidores do Estado, 12 de Julho de 1878.

• Illm. e Exm. Sr. — Tendo sido presente á directoria deste estabelecimento o aviso que V. Ex. dignou-se dirigir-me em 4 de Junho proximo passado, resolvendo sobre a isenção do imposto do sello fixo de 200 réis nos conhecimentos passados pelas thesourarias aos contribuintes residentes nas provincias, no acto de pagarem as respectivas quotas trimensaes, a que são obrigados pelas leis organicas do mesmo estabelecimento, hesitou a directoria em fazer applicação da mesma regra aos contribuintes residentes nesta corte, pela circunstancia de não estarem elles comprehendidos na letra do referido aviso; e por isso encarregou-me de offeiar de novo a V. Ex., com o fim de pedir-lho que sirva-se fazer extensiva a estes a isenção concedida aquelles, visto como militam a seu respeito as mesmas razões que aconselharam a adopção daquella medida equitativa. Com effeito a associação é a mesma, quer na corte quer na provincias; regula-se pelos mesmos estatutos; os recibos das prestações dos contribuintes são extrahidos dos mesmos livros de talão, e tanto podem denominar-se de — *conhecimentos* — na corte como nas provincias; não ha, pois, razão plausivel que justifique a distincção que ficaria assim existindo, desde que uns contribuintes, pelo facto de residirem nas provincias, ficarem em melhores condições do que outros que porventura residam na corte.

• A lei não fez, nem podia fazer semelhante distincção, que seria odiosa, tratando-se especialmente dos membros de uma mesma associação. Acresce as razões expostas a ponderação de que, em rigor, deveria ser o montepio quem pagasse o sello dos conhecimentos que extrahia dos talões, porque é elle quem recebe dos contribuintes a importância das prestações; mas não dispondo o montepio do meios para o pagamento pontual das pensões, a que é obrigado, tanto que recorreu aos poderes publicos reclamando o necessario auxilio, que não lhe foi negado, mantendo-se desde então quasi exclusivamente com o producto das loterias concedidas pelas leis n. 1226 de 22 de Agosto de 1861 e n. 2018 de 11 de Setembro de 1871, teria de ver os seus mingondos recursos ainda mais agorentados por essa verba de despeza; e não é de presumir que o Estado precise ou pretenda ver uma parcella, si

bem que pequena, deduzida da mesma somma que destinou a sustentação de um estabelecimento, digno sem duvida de protecção pelos beneficios que derrama sobre uma grande maioria de membros da sociedade brasileira. — Na força destas razões espero que V. Ex. achará justificado motivo para tornar extensivo aos contribuintes residentes na corte o mesmo favor concedido aos das provincias.

• Deus guarde a V. Ex. — Illm. e Exm. Sr. conselheiro Gaspar Silveira Martins, ministro e secretario do Estado dos negocios da fazenda. — O presidente do montepio, *Visconde do Rio Branco*.

Qual a palavra deste officio da qual se possa inferir que o signatario entendia que o imposto não estava na lei? O que elle pretende, com justo fundamento, é que não haja desigualdade de condições entre o contribuinte da corte e o que reside nas provincias. A argumentação que emprega nesse sentido é perfeitamente concludente.

O Sr. ANTÃO dá um aparte.

O Sr. CORREIA: — O nobre senador chama agora a minha attenção para o officio do presidente do montepio dirigido ao governo em 3 de Maio de 1878.

Eis aqui o documento:

• Montepio geral de economia dos servidores do Estado em 3 de Maio de 1878:

• Illm. e Exm. Sr. — Suscitando-se duvida em algumas thesourarias da fazenda sobre si as joias e as contribuições trimensaes que pagam os socios deste montepio, de quantias não inferiores a 25,000, estão sujeitas ao imposto do sello fixo de 200 réis, estabelecido pelo art. 12 § 3.º da lei n. 2792 de 20 de Outubro de 1877 e § 3.º da circular do thesouro de 12 de Novembro do mesmo anno, pela consideração de que as instruções do mesmo thesouro, de 17 de Setembro de 1872, denominaram de — conhecimentos — nos recibos de taes quantias, extrahidos do competente livro de talão, denominação que, sem duvida, os isenta de semelhante pagamento, em virtude da disposição do art. 15, § 12 do regulamento n. 4503, de 9 de Abril de 1870, por pertencerem ao expediente de repartições geraes; vou, como órgão da directoria daquella estabelecimento, rogar a V. Ex. que se digne resolver sobre este assumpto, como entender mais acertado em sua sabedoria, expellindo a conveniente circular a todas as thesourarias, para que não haja desharmonia na execução da lei.

• Deus guarde a V. Ex. — Illm. e Exm. Sr. conselheiro Gaspar Silveira Martins, ministro e secretario dos negocios da fazenda. — O presidente do montepio, *Visconde do Rio Branco*.

O nobre Visconde do Rio Branco falla neste officio como órgão da directoria, e sujeita a decisão do governo uma questão, adduzindo as razões que a mesma directoria entende que favorecem os contribuintes do montepio dos servidores do Estado.

Ao ministro cumpria examinar a procedencia do argumento. Como órgão da directoria da assuciação o nobre Visconde dirigiu-se ao governo de accordo com o que ella deliberou. Pediu que o governo resolvesse sobre o assumpto como entendesse mais acertado.

O governo, antes de resolver, devia procurar inteirar-se do sentido que o legislador dera a esta parte do art. 12 da lei do orçamento em vigor, para

fazê-la observar na verdadeira intelligencia que tem.

Creio, Sr. presidente, que esta questão, apesar das observações, que alias muito apreciei, do nobre senador pela provincia de Minas Geraes, não pôde ter solução differente daquella que tenho sustentado.

Temos a discussão que o artigo provocou para mostrar que estão incluídos na obrigação do pagamento do sello de 200 réis os recibos que o nobre ex-ministro da fazenda mandou isentar desse pagamento. Em tempo proprio e no lugar competente procurou-se debalde obter essa isenção, que mais tarde o nobre ex-ministro da fazenda por si concedeu, sem ter para isso autoridade.

A essa razão acresce outra de muito peso, a execução que deu a lei o ministro que a referendou e tomou parte naquella discussão.

Não devem, portanto, ser mantidas as ordens que o nobre ex-ministro da fazenda expediu, isentando do imposto documentos a elle sujeitos pelo legislador.

Si o nobre ex-ministro tivesse sujeitado a questão ao poder legislativo, si o actual ministro quizer pelos meios competentes obter a isenção que o seu antecessor concedeu com violação da lei, pôde contar com meu fraco auxilio em sustentação dessa medida equitativa. (*Muito bem*.)

O Sr. ANTÃO: — Quando pela primeira vez em que se tratou desta questão no senado, tomei a palavra para defender o acto do Sr. ex-ministro da fazenda quanto a isenção do sello que pagavam os contribuintes do monte-pio, não me persuadia que tivesse outra vez de tomar parte nesta discussão: julguei que tinha dado todos os esclarecimentos necessários para convencer ao senado e ao nobre senador de que com muito acerto fora tomada aquella deliberação. E, portanto, com algum espanto meu que vejo o nobre senador insistir com tanta vehemencia...

O Sr. CORREIA: — E' firmeza de opinião.

O Sr. ANTÃO: — ... na sua opinião, dando interpretações que não são as mais proprias que se deveriam dar a essas peças officiaes.

O nobre senador, tão extremado defensor da legalidade, no que muito o louvo, e desejarei ter sempre occasião de o acompanhar nessa vereda, tão brilhante que tem seguido no parlamento, sinto dizer que neste caso não posso navegar nas suas aguas.

O Sr. CORREIA: — Sinto estar em desacôrdo com V. Ex.

O Sr. ANTÃO: — Não tem razão neste ponto.

Não fiz observações, não pedi a palavra a primeira vez em que se agitou esta questão, porque entendi que não devia fallar sem estar habilitado com diversos documentos, em que podia basear a defesa do acto.

Comprehende bem o nobre senador a procedencia desta razão para um homem acanhado, como eu, que não gosta de apresentar idéas ou proposições sem que immediatamente possa defendel-as, justifiçal-as.

O Sr. CORREIA: — Si V. Ex. pedisse a palavra a discussão ficaria adiada.

O Sr. ANTÃO: — Não me occorreu, então, esse expediente.

Senhores, eu tenho para mim certas convicções a respeito da posição que deve tomar no senado em relação aos actos do governo; todas as vezes que julgar que o governo sahe fóra da lei, que é preciso fazer-lhe opposição, eu a farei de uma maneira franca, como eu comprehendo que se deve fazer opposição, advertindo o governo, para que não continue na via illegal; mas todas as vezes que o governo praticar um acto que eu entenda que merece louvor, e deve ser sustentado, me acharei sempre na estacada. E' esta a doutrina que professo sempre e que hei de professar até que a Providencia me extinga a palavra.

O nobre senador argumentou da seguinte maneira; disse que a lei do orçamento tinha estabelecido uma regra geral a respeito do pagamento do sello de 200 réis nos recibos inferiores a 255; que esta disposição achava-se consignada no art. 12 § 2.º; a lei estabeleceu que fossem sujeitos ao sello fixo de 200 réis os recibos de quantias inferiores a 255, sendo obrigatória a adhesão das estampilhas sobre esses recibos.

Assim, disse o nobre senador: « Todos o quaesquer recibos estão debaixo desta proscripção da lei; não ha recibo algum que não deva ser sujeito á esta disposição. »

Bem, mas pergunto eu:—De que quantia se exige pagamento do sello?—Das quantias recebidas; da quantia que o individuo recebe, passa um recibo, e neste recibo deve haver estampilha.

Ora, applicamos esta regra ao caso em questão. Na contribuição do montepio (vou fazer esta observação para mostrar a distincção que ha entre recibos das quantias que os pensionistas recebem do montepio, o daquellas com que o contribuinte entra para a instituição) ha duas cousas muito distinctas. Quando se recebe a pensão, a pessoa que a recebe passa o recibo da quantia e este recibo paga o sello, e sempre tem pago o de 200 réis. A questão, portanto, não é a respeito desses, porque effectivamente pagam elles o sello; a questão é a respeito daquellas quantias que os contribuintes levam e entregam ao montepio.

Recebendo essas quantias, o montepio dá ao contribuinte uma cautela de que com effeito elles entraram com certa somma proveniente ou de joias ou de contribuição trimensal; então neste caso si se dovesse obrigar a pagar o sello de 200 réis, não era o contribuinte, mas sim o montepio, a quem deveria pertencer esta obrigação. Evidentemente se exige do contribuinte, na pratica erronea, abusiva que se introduziu, dous impostos de sello, o imposto de sello no recibo da pensão, e outro quando se entrava com a joia ou contribuição trimensal; quando o pensionista entra com a contribuição, dá-se uma cautela, embora em forma de recibo.

Vê-se aqui o absurdo da intelligencia que o nobre senador quer que se dê á lei.

O Sr. CORREIA dá um aparte.

O Sr. ANTÃO:—Senhores, vamos ver a lei que temos a respeito do sello desde o estabelecimento desta instituição.

As instrucções de 1863, que estabelecem o modo dos recolhimentos, mandavam dar uma caderneta, da qual constava o recolhimento não só das joias como das contribuições trimensaes. Discutindo-se si deviam ou não pagar sello essas cadernetas, o que fez a lei do sello?

O Sr. CORREIA dá um aparte.

O Sr. ANTÃO:—Admiro que o nobre senador não procurasse o ponto historico dessa questão de tão longa data.

O Sr. CORREIA:—Todas as leis anteriores foram modificadas.

O Sr. ANTÃO:—As instrucções de 1863 estabeleceram a caderneta, e veio depois a lei do sello, o nº 13 do art. 1.º isentou o sello, que não era fixo, e sim proporcional. O nobre senador deve ver que, si se dovesse pagar sello, seria proporcional, e não fixo, e então a lei estabeleceu o seguinte (12):

« São isentas as obrigações, cautelas de penhor, e títulos ou actos relativos ás administrações das caixas economicas, monte-pios, montes de piedade, etc., e os capitães dos mesmos estabelecimentos. »

Vê-se, portanto, que o sello unico que se poderia exigir neste caso, era o proporcional, e do qual já estava isento o montepio.

O Sr. CORREIA dá um aparte.

O Sr. ANTÃO:—E' preciso que demos ás palavras da lei a intelligencia que o legislador lhe quiz dar. Temos na lei, sello fixo e proporcional. A obrigação do sello proporcional é muito distincta das obrigações do sello fixo; isso teve em vista o ministro da fazenda, o mesmo Sr. Rio Branco, quando estabeleceram a circular de 1872.

O Sr. CORREIA:—Dos recibos não se póde cobrar senão sello fixo.

O Sr. ANTÃO:—A circular de 1872 diz o seguinte (13):

« 1.º No acto do recebimento das joias e annuidades, multas, emolumentos ou qualquer outra verba de receita, as ditas thesourarias (as thesourarias de fazenda) entregarão ás partes, para sua resalva, conhecimentos extrahidos do competente livro de talão, em lugar de fazerem as annotações nas cadernetas, como se tem praticado até agora: devendo os referidos livros de talão ser devolvidos ao secretario do montepio, logo que fôr extrahido o ultimo emolumento de cada um delles. »

Já se vê, que o que estava estabelecido anteriormente era a nota nas cadernetas que gozavam da isenção do sello proporcional, sendo assim, e não podendo ser sujeito (note mais o nobre senador) a sello fixo todo o título que era sujeito a sello proporcional, desde que foram isentos do sello proporcional as cadernetas, tambem estavam isentas do sello fixo.

O Sr. CORREIA:—Por esses recibos não estarem sujeitos ao sello, é que veio a disposição nova.

O Sr. ANTÃO:—As cadernetas eram resalvas, assim como os recibos hoje são resalvas. A verdadeira intelligencia que se devia dar á lei, é que sómente deviam ser sujeitos a sello fixo os recibos dos pensionistas quando recebem, e não quando entregam.

O Sr. CORREIA:—Como? Si a lei lançou o imposto, deve-se cobrar.

O Sr. ANTÃO:—Agora vou a outra ordem de considerações. O nobre senador não desconhece a autoridade do ministro da fazenda, quando expediu a circular de 1872, e que era o mesmo Sr. Rio Branco; dizia elle (14):

« Havendo duvida nas thesourarias a respeito dos conhecimentos, si deviam ou não ter sello, reclamou o Sr. Rio Branco para que houvesse uma

uniformidade no serviço. E' isto que consta do aviso sobre a representação de 3 de Maio de 1878, e o nobre senador julgou que podia dar uma intelligencia differente daquellea que naturalmente se deduz de suas palavras; eis o que diz o aviso (16):

« Montepio geral de economia dos servidores do Estado, em 3 de Maio de 1878.—Ilm. e Exm. Sr. —Suscitando-se duvida em algumas thesourarias da fazenda sobre si as joias e as contribuições trimestraes que pagam os socios deste montepio, de quantias não inferiores a 25\$000, estão sujeitas ao imposto do sello fixo de 200 rs., estabelecido pelo art. 12, § 3.º, da lei n. 2792, de 20 de Outubro de 1877, e § 3.º da circular do thesouro de 12 de Novembro do mesmo anno, pela consideração de que as instruções do mesmo thesouro de 17 de Setembro de 1872 denominaram de—conhecimentos—aos recibos de taes quantias, extrahidos do competente livro de talão, denominação que sem duvida os isenta de semelhante pagamento, em virtude da disposição do art. 15, § 12 do regulamento n. 4503, de 9 de Abril de 1870, por pertencerem ao expediente de repartições geraes; vou, como órgão da directoria daquelle estabelecimento, rogar a V. Ex. que se digne resolver sobre este assumpto como entender mais acertado em sua sabedoria, expedindo a conveniente circular a todas as thesourarias para que não haja desharmonia na execução da lei.

« Deixar guarde a V. Ex.—Ilm. e Exm. Sr. conselheiro Gaspar Silveira Martins, ministro e secretario de Estado dos negocios da fazenda.—Assignado. —O presidente do montepio, Visconde do Rio Branco.

Ora, diz o nobre senador, mas os conhecimentos dados pelas thesourarias devem estar sujeitos ao sello.

Mas, onde descobriu o nobre senador disposição que sujeitasse esses conhecimentos a pagamentos de sellos? O nobre senador sabe perfeitamente que os conhecimentos dados pelas repartições publicas são isentos do sello.

O Sr. CORREIA:—Quando são repartições publicas e quando se trata de acto publico.

O Sr. ANTÃO:—Si acaso estes recibos fossem sujeitos ao sello, como o nobre senador disse, pôr ser uma instituição particular, tanto fazia que fosse feito o pagamento ao montepio como a outro qualquer estabelecimento.

Foi por isso que a lei do sello estabeleceu que os conhecimentos não fossem sujeitos ao sello.

O Sr. CORREIA:—E' disposição posteriormente modificada.

O Sr. ANTÃO:—O regulamento do sello é estabelecido em virtude de lei e não podia ser alterada esta disposição senão por uma lei muito expressa, e, desde que não se estabeleceu disposição contraria a esta, não se podia julgar derogada.

Portanto, inquestionavelmente seria illegal a disposição que mandasse cobrar o sello fixo das cautelas ou conhecimentos.

O Sr. CORREIA:—Então é illegal tambem a circular do Sr. Barão de Cotegipe.

O Sr. ANTÃO:—Sr. presidente, eu devo chamar outra vez a attenção do nobre senador para uma observação que fiz: eu disse ao nobre senador que os socios do montepio, contribuem com certas quantias que não estariam sujeitas ao sello fixo, mas

si acaso tivessem de pagar, seria sello proporcional.

O Sr. CORREIA:—Agora trata-se do recibos.

O Sr. ANTÃO:—Pois bem, isto pouco importa, mas desde que estas cautelas que se davam aos contribuintes do montepio foram isentas do sello proporcional, pela lei do sello, parece-me que se não deviam confundir os recibos da quantia que vão receber os pensionistas com as cautelas de joias e outras contribuições da receita, porque não são somente as joias e quotas trimestraes que fazem a renda do montepio; tambem ha as multas e tudo isto entra para o estabelecimento.

Sr. presidente, é tão clara esta disposição que eu tenho difficuldade em insistir em sua demonstração, visto como ha verdades tão positivas que custa achar meios de combatel-as.

O nobre senador dá uma intelligencia ao thesouro e outra ao montepio, isto é, entendendo que nas thesourarias pôde-se isentar do sello os conhecimentos, extrahidos do livro de talão.

O Sr. CORREIA:—E' inteiramente o contrario, eu digo que nem cá nem lá deve deixar de cobrar-se.

O Sr. ANTÃO:—Neste caso a reclamação do nobre senador não devia ser somente sobre este ultimo acto; devia ir tambem á circular de 1872.

O Sr. CORREIA:—Eu faço contra todas que se oppõem á ultima lei.

O Sr. ANTÃO:—Ainda referiu-se o nobre senador á representação do montepio de 12 de Julho. A lei não fez, e nem podia fazer, semelhante distincção, que seria odiosa, especialmente tratando-se de membros de uma mesma corporação.

Isto realmente seria forçar o montepio a pagar todas as despesas.

O Sr. CORREIA:—Quid inde?

O Sr. ANTÃO:—Mas o nobre senador apresentou conhecimento em que está pago sello e disse que isto foi exigido dos contribuintes.

Houve abuso e, portanto, o nobre senador não pôde argumentar com elle.

Insisto em que é preciso fazer uma distincção entre os recibos que são dados ás pessoas que vão receber quantias e aquellas cautelas que se dão quando se entra com joias ou pensões trimestraes.

O Sr. CORREIA:—A lei não distingue.

O Sr. ANTÃO:—A lei tinha estabelecido que as cautelas eram isentas do sello. Em 1863 apenas dava-se a caderneta, e alli fazia-se menção da quantia. Estas cadernetas foram depois substituidas pelos conhecimentos, que não pagavam sello nem proporcional, nem fixo.

O Sr. CORREIA:—Quem podia fazer distincção era o poder legislativo e não o governo.

O Sr. ANTÃO:—O poder legislativo, quando estabeleceu que se pagasse o sello de quantias menores de 25\$000, não trouxe innovação senão na quantia, que baixou de 50\$000, como era antigamente.

O Sr. CORREIA:—Já li a V. Ex. a discussão que houve no senado sobre este ponto.

O Sr. ANTÃO:—Eu me referi já á discussão que houve com o Sr. Barão de Cotegipe, que fallava a respeito dos recibos que os contribuintes passavam ao montepio.

O Sr. CORREIA:—Tanto não foi assim que se mandou cobrar dos outros recibos.

O Sr. ANTÃO:—A circular era geral e não podia dizer isto.

O Sr. CORREIA:—As repartições arrecadoras entenderam que eram sujeitos ao imposto e cobraram.

O Sr. ANTÃO:—Tanto não entenderam que houve contestações nas thesourarias, e em virtude destas contestações expediram-se novas ordens.

Sr. presidente, eu não posso ler outra vez todos os documentos que apresentei.

O nobre senador parece não estar ainda convencido, tem á sua disposição os documentos impressos, e, assim, pelo seu exame, chegará ao perfeito conhecimento da verdade.

Entendi que devia dizer estas poucas palavras em defesa do acto em que tive parte. Penso que tenho feito quanto é bastante para tornar bem claras as razões que me induziram a apoiar esse acto.

Encerrada a discussão, não se votou por falta de numero o requerimento do Sr. Antão.

#### NEGOCIOS DO CEARÁ.

Entrou em discussão o requerimento do Sr. Jaguaribe sobre a carnificina e incendios praticados na provincia do Ceará.

**O Sr. Cansansão de Sinimbu** (*presidente do conselho*): — Sr. presidente, não estranho que o nobre senador pela provincia do Ceará viesse ao senado pugnar pelos interesses de seu partido naquella provincia. Os actos condemnados por S. Ex. são taes que sobre elles se manifesta do mesmo modo a opinião de todos os homens, independentemente de paixão politica.

Posso asseverar a S. Ex. que, no sentimento que lhe dictou a reprobção dos actos de barbaridade praticados em Villa Viçosa, é acompanhado pelo governo imperial.

Mas o que não pude deixar passar em silencio, Sr. presidente, foi querer o nobre senador tirar desses factos argumento contra o actual administrador da provincia do Ceará, assim como pretender persuadir que para taes acontecimentos concorreram as paixões politicas.

Afim de que o nobre senador conheça que o nobre presidente da referida provincia fez tudo quanto estava a seu alcance para a punição dos attentados commettidos na Viçosa, peço a V. Ex., Sr. presidente, licença para ler o relatório que o digno chefe de policia dirigiu á presidencia, assim como o relatório que a mesma presidencia enviou ao governo imperial. Abi se acha a exposição fiel, não somente dos successos occorridos, sinão tambem das providencias que tomou o governo para promover a punição dos seus autores.

Logo que o presidente teve conhecimento das desgraçadas occorrencias da Viçosa, ordenou que o chefe de policia para alli seguisse, afim de tomar pessoalmente conhecimento dos factos; e o chefe de policia participou o resultado da sua commissão nos seguintes termos (*lê*):

Fortaleza, 28 de Dezembro de 1878. — Ilm. o Exm. Sr.—Em officio que V. Ex. dirigiu-me em data de 18 de Outubro deste anno communicou-me V. Ex. que, á vista dos graves

simos crimes que haviam sido commettidos em Villa Viçosa a uma legua distante da villa, no dia 6 do mesmo mez, e cuja noticia acabava V. Ex. de receber pelas communicações officiaes das autoridades locais, cumpria que esta chefatura partissem para o lugar, onde se havia passado tão lamentavel acontecimento, afim de investigal-o e formar culpa aos delinquentes, caso o processo ainda não houvesse sido instaurado.

Recomendou-me mais V. Ex. que attribuido-se o conflicto que se deu e as consequencias funestas que d'elle resultaram a uma intriga pessoal de longos annos existente entre dous chefes de familia o major Ignacio José Correia e Francisco Gonçalves da Costa, vulgo Jurity, os quaes collocados em hostilidade continua e permanente vieram attual ás mãos em um choque extremo, convinha que nas diligencias que eu tivesse de proceder indagasse da origem dessa intriga, dos factos que a alimentaram, das causas que haviam contribuido para ultimamente se collocarem esses dous chefes em uma luta armada, cuja desfecho foi um dos mais atrozes attentados que se tem praticado.

Ordenou-me ainda mais V. Ex. que sobre outros factos criminosos, cujos processos não houvessem sido instaurados por embaracos oppostos á marcha regular das justicas do lugar, que eu formasse culpa para tornar effectiva a punição dos delinquentes.

Como me cumpria, obedeci á ordem de V. Ex., e partindo desta capital no dia 20 de Outubro por mar, até o porto do Camossim, d'ahi segui por terra para a Villa Viçosa, onde cheguei no dia 27.

Encontrei restabelecido o sossego publico, profundamente abalado pela enormidade do delicto que havia sido perpetrado; e dissipados os receios de novas desordens e conflictos, com a chegada alli da força de linha, que, sob o commando de um official tinha V. Ex. ordenado que seguisse antes de ser conhecido o facto criminoso, que se passara nos sitios da Tabatinga.

Avocando todas as diligencias existentes sobre a investigação do delicto, feitas pelas autoridades policiaes, abri, depois de examinal-as, o inquerito que era indispensavel para mais completo descobrimento da verdade e conhecimento de todos os delinquentes, que se haviam comprometido em um conflicto, que as pegas que me foram transmitidas já indicavam haver-se travado entre pessoas que pertenciam aos dous lados inimigos, dirigidas cada uma por seus chefes.

Concluido o inquerito instaurei o summario da culpa, mediante denuncia do Dr. promotor publico, cujo resultado venho hoje dar conta a V. Ex.

Antes, porém, de fazel-o devo a V. Ex. uma exposição circumstanciada da intriga existente entre o major Ignacio José Correia e Francisco Gonçalves da Costa; a sua origem e factos que a alimentaram até ao ponto em que aggravando-se ella extraordinariamente, desceram ambos ao terreno da violencia, dando lugar ao conflicto que succedeu no dia 6 de Outubro.

De muitos annos que o major Ignacio José Correia era intrigado com Francisco Gonçalves da Costa.

Na opinião de uma testemunha conceituada que depoz no summario de culpa o tenente-coronel Virente do Espirito Santo Magalhães, essa intriga existe desde a mocidade de ambos, e foi motivada por um serimento que um irmão de



Jurity do nome José Gonçalves fez no major Ignacio Correia.

• Outros datam essa intriga a vinte e quatro annos, e a origem de serviços da guarda nacional que o major Ignacio, então alferes, exigia de Jurity a quem de preferencia escolhia para prestal-os. Jurity era então cabo da mesma guarda, e não só ello como todos os soldados de sua companhia pagavam constantemente o pezado tributo desse serviço ao qual não recusava-se, mas sentia-se irritado, considerando-se uma victima obrigada e caprichosa do onus que lhe era imposto.

• Repetindo-se essa escolha por muitas vezes sem que valessem escusas razoaveis, Jurity intrigou-se com o alferes Ignacio José Correia, e desde então fleuram distanciadados.

• No extenso periodo que decorre dessa inimizade até 1872, desconheço a existencia de factos que a tenham alimentado; é certo, porém, que em tão longo intervallo ella nunca arrefeceu e os dous inimigos mantiveram-se irreconciliaveis.

• Em 1872 deu-se um facto que aggravou a posição de Jurity, o muito o exacerbou.

• Nesse anno procedendo-se a uma eleição em Villa Viçosa a ella compareceu Jurity com seus filhos, opostos á politica que professa o major Ignacio.

• Em uma noite, durante o pleito eleitoral estando elle no adro da igreja recebe a noticia de que dous filhos seus João e Peregrino acabavam de ser assassinados em uma casa, situada nos arrabaldes da villa.

• Jurity parte em busca dos filhos, e quando os encontra estão ambos mortalmente feridos, prostrados, victimas de tiros que lhe haviam disparado.

• Elle proprio enquanto procura acudir aos filhos e conduzi-los para o seio da familia recebe um tiro que o fere no rosto e uma facada que o fere no lado esquerdo do ventre, cahindo junto aos filhos, victima como elles das mesmas armas, e dos mesmos agentes que haviam concebido e executado o plano criminoso.

• A muito custo escapam da morte; mas o crime ficou impune tendo-se procedido somente aos corpos de delicto, Francisco Gonçalves da Costa imputou o crime a seu inimigo, como mandante, e a Antonio Pereira da Cruz, João Cyrillo e outro como mandatarios; um chapéo de Chilo do delegado de policia, que era então o major Ignacio, encontrado no lugar do delicto, indicava a sua participação no acto da violencia, mas a justiça foi surda á investigação do facto criminoso para conhecimento dos verdadeiros culpados e sua punição.

• A' vista disso Francisco Gonçalves da Costa queixou-se a Sua Magestade o Imperador, mas a sua representação, apesar de deferida para a punição dos delinquentes, ou não teve seguimento ou foi lançada ao olvido, porque o processo nunca foi instaurado.

• Em minha estada em Villa Viçosa desejei ver os corpos de delictos, mas achando-se occulto o cartorio pelo escrivão, não pude ver nem esse, nem outros autos que pretendia examinar.

• Esse facto que venho de relatar a V. Ex. exacerbou como disse, muito a Francisco Gonçalves da Costa e a sua familia, já então composta de filhos homens que espozavam o odio e as paixões que dominavam ao pai.

• A intriga já não se isolava com este; estendia suas raizes e constituia um corpo maior na seio

da familia. De outro lado o major Ignacio molestando pelas imputações que seu inimigo lhe fazia, de tentar contra sua vida e dos seus dous filhos, mais se lhe inflamava por isso a chamada odio que votava igualmente a Francisco Gonçalves da Costa.

• Não obstante, si os resentimentos de ambos eram profundos, viveram elles em sociego algum tempo depois de passada a impressão do facto succedido em 1872.

• No corrente anno, porém, por motivos que passo a referir a V. Ex. essa intriga chegou a um grão de exacerbação a que até então não havia attingido.

• O major Ignacio e Gonçalves moravam ambos no lugar Tabatinga, distante de Villa Viçosa uma legua, em dous sitios fronteiros, aos quaes uma mesma estrada abria caminho para a casa de ambos. Eram portanto vizinhos e tão proximaemente que se avistavam dos seus sitios, e o que se passava em casa de um perrebia-se na casa do outro.

• Nas immedições do sitio de Gonçalves moravam seus filhos e parentes, os quaes tinham por costume aos domingos e dias santificados vir passar em casa de seu pai, ponto em que se reuniam.

• Na vespera de S. João (23 de Junho) iam dous filhos de Gonçalves para casa deste; e caminhando pela estrada que serve para os dous sitios succedeu que ao confrontarem com a cancella que dá entrada para a casa do major Ignacio fossem elles aggreddidos por individuos que alli se achavam, resultando da aggressão uma luta entre esses individuos e os dous filhos de Gonçalves, que são feridos sahindo igualmente ferido um dos aggreddidos.

• Essa aggressão inesperada de pessoas do lado do major Ignacio, sobre quem Gonçalves fez logo recahir a responsabilidade do facto pelo motivo da inimizade e o lugar em que ella se dava veio irritar essa intriga que parecia em repouso, e agitar as paixões que se julgavam moderadas.

• A policia tomou conhecimento do facto; procedeu a corpo de delicto nas pessoas offendidas e abriu inquerito para descobrir os delinquentes.

• Somente um dos ferimentos foi considerado grave, e este era o do aggressor; os dos aggreddidos foram qualificados leves.

• O resultado do inquerito não demonstrou quaes os autores dos ferimentos, e por isso foi mandado archivar, deixando-se assim do formar culpa ao delinquente, por ser elle desconhecido.

• Não me foi possivel tambem ver estes autos, para examinal-os, pela mesma razão já exposta a V. Ex. do haver o escrivão dado sumiço ao cartorio.

• No dia 4 de Agosto deste anno, outro facto veio aggravar a intriga existente entre os dous chefes de familia.

• Achava-se Francisco Gonçalves da Costa em sua casa, em um quarto, cuja porta deitava para a estrada e confrontava com uma cajazeira que fica na linha da cerca, dentro do sitio do major Ignacio. Estava alli Costa medindo um pouco de aguardente, á pessoas que vieram comprar-a, quando é victima de um tiro que, partindo da cajazeira, fere-o na região lombar.

• Uma vistoria, a que se procedeu no quarto-verifica que, além do projectil que fez o ferimento, outros carregavam a arma, que foram cahir na parede, abrindo pequenos furos.

• Costa, sentindo-se ferido, viu, pelo fumo da pólvora, d'onde havia partido o tiro, e observa que um homem, saindo de detrás da caçadeira às pressas, tomava por entre um laranjal do sítio, em direcção à casa.

• Immediatamente transpõe a cerca do sítio e corre atrás desse homem, que não o segue prender, tendo desaparecido na direcção que tomara.

• Regressando à casa, parte para a villa a queixar-se às autoridades.

• A policia tomou conhecimento do facto e fez-lhe corpo de delicto.

• Abriu inquerito policial, onde o offendido e as testemunhas, que depozeram, attribuiram ao major Ignacio a autoria moral do delicto, sendo desconhecido o agente material.

• Concluidas as investigações da policia, o adjunto da promotoria publica apresentou ao Dr. juiz municipal uma denuncia contra o major Ignacio José Correia, por esse facto criminoso, que capitulou no art. 193, combinado com o art. 33 do código criminal.

• Recebendo a denuncia, o Dr. juiz municipal, antes de despachal-a, recebe um recado do major Ignacio, que traduzia uma ameaça ao juiz sobre a formação da culpa que tinha de iniciar. O Dr. juiz municipal demorou o processo, aguardando o augmento da força publica, sobre o que V. Ex. providenciou.

• Não era a primeira vez que o major Ignacio assim procedia com a autoridade, quando esta tratava de formar-lhe culpa sobre crimes, que lhe eram imputados.

• Em Junho de 1863, tendo Felipe Ribeiro de Souza dado uma queixa contra o major Ignacio, por crime de morte em seu irmão Francisco Ribeiro, perante o delegado de policia, que então era o tenente-coronel José Raymundo Fontenelle, no dia em que tinham de ser inqueridas as testemunhas, o major Ignacio José Correia entrou na villa, acompanhado de gente armada, para impedir o processo.

• O delegado de policia, sem força para garantir-se, cedeu à pressão e suspendeu o processo, que não teve mais andamento.

• Depois dessa tentativa de morte, de 4 de Agosto, cujo processo não teve seguimento, por essa ameaça contra o juiz e por ser de publica notoriedade em Villa Viçosa que o major Ignacio tinha a firme resolução de violentar o juiz a abandonar o seu posto e não dispor esta de força necessaria para manter o prestigio da sua autoridade, os dous inimigos collocaram-se em uma luta aberta, em uma attitudde hostil e permanente.

• Encontros desagradaveis se davam, a cada momento, entre pessoas de um e outro lado; injurias, insultos, ameaças se trocavam entre os dous chefes, sempre que um motivo qualquer a isso os arrastava.

• Quando os filhos de Jurity vinham à casa de seu pai, e tinham forçosamente de passar pela cancella do sítio do major Ignacio, ali eram elles esperados pelos famulos deste, que, aos gritos de « matem os caboculos, matem os caboculos », os vinham provocar a um conflicto.

• Em uma dessas occasiões, um filho do major Correia, de nome Victaliano empunhando uma espada, toma a frente dos famulos de seu pai e persegue os parentes do Jurity até uma certa distancia.

• De vez em quando, de um e outro sítio, na Tabatinga, são disparados tiros, que fazem supôr a existencia de uma luta.

• O delegado de policia providencia á respeito, mandando á Tabatinga algumas praças manter a ordem.

• As praças, alli chegando, tomam o alpendre da casa de Jurity; isso exaspera o lado contrario.

• José Duarte, famulo do major Ignacio, mais temerario que os outros companheiros que, da cancella do sítio, observavam os soldados e os provocavam com insultos, salta para a estrada, e, aproximando-se dos soldados, aggride com um cacetle ao soldado Severo.

• O soldado apara o golpe com a arma; esta dispara e fere a José Duarte.

• José Duarte recolhe-se, ferido, à casa do major Correia, sendo-lhe feito corpo de delicto e a policia tomou conhecimento do facto.

• O soldado foi processado e pronunciado nas penas do art. 205 do código criminal.

• A morez de suas paixões e dos actos violentos que ellas produziam, a intriga do major Ignacio com Jurity veio a tocar ao extremo de uma situação gravissima e melindrosa.

• Cada dia, que passava, era uma nova luta que surgia, e cada luta um novo elemento de disposição para um choque fatal entre os dous inimigos.

• Assim é que ambos elles se armam.

• O major Ignacio, além dos seus aggregados, cerca-se de criminosos de homicidio, que moram em suas terras e comparecem em seu sítio, onde assistem ao conflicto que se deu. Esses criminosos são Pedro Sombra, fallecido no conflicto, Raymundo Sombra, José Joaquim, José Sampaio, que nelle tomam parte e foram pronunciados. Além das provas existentes nos autos, offerere mais á consideração da V. Ex. dous documentos firmados pelos escrivães João Febrônio Freire de Bezerril e José Antonio Coelho de Albuquerque, que mostram a convivencia do major Ignacio com esses e outros criminosos.

• Francisco Gonçalves da Costa, tomando a frente a seus filhos e parentes, que residiam proximos a seu sítio, arma-se com elles e colloca-se em posição francamente hostil.

• Era isso em principios de Outubro.

• No dia 6 dá-se o conflicto, cujas funestas consequências V. Ex. conhece, mas, cujo historico não estou dispensado de fazel-o, ainda que resumidamente, como parte essencial deste relatorio.

• Nesse dia, pelas 7 horas da noite, João Gonçalves da Costa, filho de Jurity, acompanhado de João da Costa Assumpção e Manoel Vieter, ia para casa de Francisco Gonçalves da Costa, quando, passando pela cerca do sítio do major Ignacio, já proximo da cancella e perto da casa de Costa são aggridos por uma descarga de tiros, que dispararam de quatro a cinco homens, que se achavam de espreita do lado de dentro da cerca.

• João Gonçalves, Vieter e Assumpção iam armados, e, tomados de surpresa na aggressão, procuram fazer uso das armas.

• Os aggressores correm, e os aggridos continuam seu caminho em busca da casa de Jurity.

• Ao se aproximarem da cancella do sítio do major Correia a encontram cheia de gente, que, os avistando, atiram novamente sobre elles.

• Jurity, ouvindo os tiros e suspeitando logo que algum dos seus filhos fosse victima delles, vem com sua familia para a cancella de seu sítio observar o que se passava.

• Apenas é notada a sua presença alli com a sua familia, uma descarga de tiros é disparada sobre a

cancellla, onde se achavam, resultando os ferimentos de suas filhas Feliciano e Francisca da Costa e do Lucio José Pereira.

• Assim, ao mesmo tempo que no ponto da cancellla do sítio do major Ignacio, João Jurity e seus dois companheiros lutavam com pessoas do referido major, estas atiravam sobre a cancellla de Jurity.

• Este, logo que recebe a descarga de tiros, na sua cancellla, parte para o conflicto, acompanhado de seus parentes e pessoas que conservava armadas.

• Com o seu comparecimento e de seus sequeiros, o conflicto toma maior extensão, mas cessa logo, porque Jurity e os seus companheiros, acertando com as suas armas sobre os homens mais animosos que lutavam do lado do major Ignacio, levou o desanimo a todos os outros individuos do mesmo lado, que se puzeram immediatamente em fuga.

• De facto, o criminoso Pedro Sombra, seus irmãos Antonio Sombra e Manoel Sombra, que eram o terror da Villa Viçosa, Florencio do Brito Pereira, homem suspeito do Tanha, eram os cabos mais corajosos de que dispunha o major Ignacio, e foram elles as primeiras victimas que caíram.

• As mortes destes individuos e os ferimentos de João Assumpção, Lucio José Pereira, Feliciano e Francisca da Costa, e mais o de Manoel Victor, que desapareceu e por isso não teve o seu ferimento verificação legal, foram os resultados funestos dessa luta, em sua primeira phase. Em seguimento a ella, Jurity, com os seus companheiros, transpõe a cancellla do sítio de Correia e caminham para a casa em attitude aggressiva.

• O major Correia presentindo a approximação de Jurity e seus companheiros foge pelo lado de detrás enquanto elles tomando a frente da casa a põem debaixo de sítio.

• Em breve o incendio a domina atcado por elles. A familia do major que se achava dentro da casa, composta de sua mulher, filhos, sobrinhos e criados, fallecem queimados. Seu filho Francisco Correia e José Duarte que tentam salvar-se são assassinados no pateo da casa. João Correia escapa ferido, Elias e Victor que assistem o conflicto na cancellla e se recolhem a casa conseguem salvar-se tambem.

• Treze pessoas fallecidas pelo incendio e seis junto á cancellla e no pateo constituem o quadro lugubre desse doloroso morticínio!

• Depois de oito horas da noite do dia 6 de Outubro chegava a Villa Viçosa a noticia do conflicto que se havia dado na Tabatinga.

• Sendo então uma noticia vaga só foi ella confirmada ás 9 horas da noite, quando João Francisco da Silva procurando o delegado de policia o informou de que o facto era verdadeiro, e pediu-lhe que providenciasse.

• O delegado ao principio hesita em partir, porque julgando insufficiente a força que tinha á sua disposição para conter o grande numero de pessoas armadas que dizia-se estavam envolvidas no conflicto, temia expor-se a uma luta desigual com perigo de sua vida e dos soldados.

• Mas conferenciando com o Dr. Juiz do direito da comarca, este expõe-lhe a necessidade que ha de dirigir-se ao lugar do conflicto, instruindo-o aquelle magistrado sobre o que lhe cumpria fazer em tão grave emergencia.

• Eram 10 horas, quando essa conferencia se dava e o delegado resolvía a sua partida, que demorou-se somente em quanto mandava preparar a

força e buscar animaes para si e o commandante do deslocamento, e outras pessoas que se decidiram acompanhá-lo na diligencia.

• Tendo uma legua a percorrer até a Tabatinga, era meia noite, mais ou menos, quando o delegado alli chegou com 16 praças de policia.

• A casa do major Correia, dominada pelo fogo ha mais de tres horas, é enconstrada toda lucendiada e o tecto abatido.

• Não era possível haver mais pessoa alguma viva, porque sendo uma casa velha e de talpa, na qual existiam pipas de aguardente que fizeram explosão logo no começo do incendio, a força desse combustível só por si bastava para que o fogo se communicasse com rapidez por todo o prédio, e, morressem em pouco tempo todos que nelle se achavam recolhidos, e não poderam salvar-se.

• Quando o delegado de policia chegou a Tabatinga, no sítio do major Correia, encontrou Jurity junto á cancellla e intimou-lhe, e aos demais criminosos, que foram encontrados dentro do sítio, voz de prisão e a deposição das armas.

• Jurity aceita a prisão, mas recusa-se a depôr as armas e a entregar-se aquella hora, prometendo fazel-o no dia seguinte pela manhã.

• O delegado, temendo abrir um conflicto com os criminosos e perder a diligencia, julgou prudente não empregar desde logo a força para desarmar-os e effectuar a prisão, e resolveu fazer postar os soldados em pontos d'onde os vigiasse, impedindo-lhes a fuga, enquanto chegava o reforço que requisitára.

• Nesse interim Jurity e seus companheiros recolheram-se á casa do mesmo Jurity, que ficava proxima ao sítio em que estavam.

• O delegado pôz a casa debaixo de cerco e na manhã seguinte effectuando a prisão de 12 criminosos os conduziu e recolheu á cadeia da villa.

• O auto de prisão de 12 dos criminosos, os corpos de delicto de todas as victimas do conflicto e do incendio, alguns autos de perguntas aos réos e offendidos foram as unicas diligencias que encontrei feitas pelas autoridades policiaes da Villa Viçosa, quando alli cheguei no dia 27 de Outubro.

• Cumpria-me, portanto, abrir a investigação do facto criminoso e pôr a limpo o crime de todos quantos haviam figurado no luctuoso acontecimento.

• Minha linha de conducta estava traçada pela lei no caso especial de minha competencia.

• Não me afastei della, asseguro-o a V. Ex., procedi a uma investigação, paciente, escriptulosa e imparcial para discriminar todas as responsabilidades e accentuar a culpa aos delinquentes.

• Cheguei até onde podia chegar; passar além já não era fazer inquerito, mas abrir uma devassa condemnada pela lei.

• O resultado do inquerito formou em meu espirito a convicção que antes do morticínio da familia pelo incendio da casa havia-se dado um conflicto grave, no qual o major Correia se mostrava comprometido.

• Nesse conflicto, que foi provocado, como já disse a V. Ex., por pessoas armadas que se achavam dentro do sítio do major, falleceram tres individuos e um sahíu ferido mortalmente, vindo a morrer no dia seguinte.

• Esses individuos eram do lado de Correia, do lado de Jurity sahíram feridos João da Assumpção, Manoel Victor, Lucio José Pereira, Feliciano e Francisca da Costa; estes quando se achavam na can-

cella do sítio daquelle, sendo alva de uma descarga de tiros partida da cancella opposta.

• Havia portanto crimes e responsaveis a punir de uma e outra parte.

• O Dr. promotor publico apresentou sua denuncia responsabilizando o major Ignacio Correia como mandante dos tiros disparados contra as pessoas offendidas do lado do Jurity, e pediu para elle as penas do art. 192 combinado com o art. 34 do codigo penal.

• Instaurado o summario os depoimentos das testemunhas culpam ao major Ignacio, e torna procedente a denuncia da promotoria publica.

• Pronunciei-o portanto nas penas do art. 193 combinado com o art. 34 do codigo criminal conjuntamente com os mandatarios, como melhormente verá V. Ex. do despacho de pronuncia que remetto, por cópia.

• Pronunciei ainda o major Ignacio nas penas do art. 192 combinado com o art. 34 do codigo criminal pelo crime de tentativa de morte contra Francisco Gonçalves da Costa, no dia 4 de Agosto deste anno.

• Havia nos autos indícios mais que sufficientes para a pronuncia, e por isso a decretei.

• A opposição me tem feito disso um crime, por causa da suprema desgraça que soffreu o major Correia, como si por ventura pudesse eu, com o grande infortunio do cidadão, indultar a culpa ao criminoso.

• Como si me fôra licito, como juiz, fechar os olhos sobre todos os elementos reunidos nos autos, que denunciavam a sua criminalidade, trahindo os meus deveres e a minha propria consciencia!

• Como si para a pronuncia, mero despacho interlocutorio, cujo effeito é sujeitar os delinquentes a um tribunal mais amplo, onde se pleiteiam os interesses da justiça e a defesa dos accusados, não bastassem o concurso de indícios, as suspeitas fundadas de criminalidade, que formam a convicção do juiz, unico criterio existente para guiar-o no despacho a proferir.

• O resultado da instrução criminal não me indicava outro procedimento, e afluente a V. Ex. que, no desempenho da penosa commissão que me foi confiada, só attendi ao cumprimento da lei e ao sentimento do dever, que tem sido a norma em todos os actos da minha vida publica.

• Concluindo esta exposição offereço á illustrada apreciação de V. Ex. os documentos que a ella acompanham, entre os quaes a cópia da sentença de pronuncia, d'onde verá V. Ex. que pronunciei a Francisco Gonçalves da Costa e a mais dezesseis individuos nas penas do art. 192 do codigo criminal pelos crimes que commetteram; assim como o nome de todos os outros individuos pronunciados pelo lamentavel acontecimento da Tabatinga.

• Deus guarde a V. Ex. — Illm. e Exm. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, presidente da provincia. — O chefe de policia, Antonio Sabino do Monte.

• Cópia. — Portaria n. 5. — Informe o escrivão do juizo o que lhe constar a respeito do lugar em que se acham homisiados os réos Pedro Sombra, Raymundo Sombra e José Joaquim, todos pronunciados como incurso no art. 193 do codigo criminal. O que cumpra. Vicosã, 10 de Dezembro de 1877. — O juiz municipal, José Mendes Pereira de Vasconcellos.

• Certifico, em cumprimento á portaria supra,

que consta-me, por ser publico e notorio, que os réos do homicidio Pedro Sombra e Raymundo Sombra acham-se homisiados em casa de Victaliano José Correia, em seu sítio S. João, trabalhando de publico ao mesmo Victaliano e andando para toda parte sem receto algum, até na propria casa do delegado de policia, major Ignacio José Correia, pai do referido Victaliano; que, ha poucos dias, estava o dito Victaliano ralhando em sua casa, junto com Pedro Sombra, em consequencia de uma tropa que foi á casa do mesmo Victaliano para prender os ditos criminosos; e que Clemente Machado, Manoel Machado, Carlos Machado, Raymundo da Costa, Francisco Barata, Manoel Taroba da Silva e outras muitas pessoas são testemunhas do que acima declarei. Certifico mais que o criminoso de homicidio José Joaquim acha-se homisiado no lugar S. João, retiro da fazenda Bom-Jesus, pertencente ao delegado de policia, major Ignacio José Correia, distante desta villa quatro leguas, servindo de fabrica da mesma fazenda e tratando dos gados do referido delegado, junto com Manoel Ignacio Vainbira, e que isto tambem é publico e sabido por todos. Certifico mais que tanto é certo acharem-se de publico os criminosos Pedro Sombra e Raymundo Sombra trabalhando a Victaliano e protegidos deste e de seu pai, o mencionado delegado de policia, major Ignacio José Correia, que, ha pouco tempo, indo eu desta villa para o lugar Taruman, perto do sítio Tabatinga, encontrei, pelas 8 horas do dia, ao criminoso Pedro Sombra, trabalhando em uma roça na beira da estrada, sem sobressa algum. Certifico mais que sei, de sciencia publica, que os criminosos de ferimentos graves Manoel Estevão e Odorico de tal acham-se homisiados na propria casa do referido delegado de policia major Ignacio José Correia, trabalhando a este, e a criminoso, tambem de ferimentos graves, Maria Isabel vive em casa de Candida de tal, no sítio Tabatinga, e contigua á casa do supradito delegado, e que disto sabe o inspector do Cacimão, José Luiz Ferrabraz, Alexandre Ribeiro de Souza, o official de justiça Antonio Marcelino de Souza e outras muitas pessoas que têm visto os ditos criminosos trabalhando em um canavial do supradito delegado, que fica no sítio Tabatinga, na beira da estrada. E' o quanto tenho a certificar, do que dou fé.

• Villa Vicosã, 11 de Dezembro de 1877. — O escrivão, João Febronio Freire de Bezerril.

• Conforme ao original, aqui me reporto e dou fé.

• Villa Vicosã, 5 de Novembro de 1878. — O escrivão interino, José Antonio Coelho de Albuquerque.

• Para que possa este juizo satisfazer a requisição do Dr. chefe de policia, constante de seu officio, de hoje datado, certifique o escrivão si os individuos: — Pedro Sombra, Raymundo Sombra, José Joaquim, José Sampaio e Francisco Felix se acham pronunciados, neste termo, e em que artigo do codigo criminal, informando, ao mesmo tempo, o que lhe constar a respeito do lugar em que se acham os mesmos homisiados.

• Villa Vicosã, 4 de Novembro de 1878. — O juiz municipal, José Mendes P. Vasconcellos.

• José Antonio Coelho de Albuquerque, escrivão interino do crime, civil, orphãos e annexos neste termo, por nomeação legal, etc.

• Certifico que os processos dos réos, a que se refere a portaria supra, não se acham em meu poder, visto que o escrivão suspenso João Febronio

Freire do Bezerril deixou de me entregar estes, assim como a maior parte dos autos do respectivo cartório; entretanto, é certo, e consta dos mandados existentes em juízo que os réos Pedro Sombra, Raymundo Sombra e José Joaquim se acham pronunciados, neste termo, como incurso nas penas do art. 193 do código criminal; constando-me que José Sampaio se acha igualmente pronunciado no referido artigo. Certifico mais que não me consta que Francisco Felix seja criminoso, neste termo; existe, porém, em juízo mandado de prisão contra Antonio Pereira Felix, pronunciado nas penas do art. 203 do código criminal, suppondo ser este irmão ou sobrinho daquelle. A respeito dos lugares em que se achavam homiziados os criminosos referidos, cumpre-me informar que é notoriamente sabido nesta villa que os mesmos se homiziavam em casa do capitão Ignacio José Correia, no sítio Tabatinga, deste termo, onde exerciam o papel de cangaceiros, isto é, até o conflicto do dia 6 de Outubro ultimo, naquelle lugar, havendo neste succumbido o criminoso Pedro Sombra, conforme consta do respectivo corpo de delicto; constando-me que, posteriormente áquelle dia, os referidos criminosos Raymundo Sombra e José Sampaio fizeram parte de um sequestro de pessoas armadas, que acompanharam ao mesmo capitão a esta villa; ignorando onde presentemente se acham estes, assim como aquelles criminosos. O referido é verdade, do que dou fé.

• Villa Viçosa, 4 de Novembro de 1878.—O escrivão interino, José Antonio Coelho de Albuquerque.

• Cópia.—Senhor! Francisco Gonçalves da Costa, cidadão brasileiro, residente em Villa Viçosa, comarca da Granja, provincia do Ceará, vem respeitosamente á presença augusta de Vossa Magestade Imperial queixar-se do attentado atróz de que foram victimas elle supplicante, dous filhos e um irmão. Si a justiça, Senhor, chegasse até esta terra infeliz, o supplicante não teria necessidade de a implorar; de Vossa Magestade, mas desgracadamente em Villa Viçosa a lei é a vontade dos que se acham revestidos do caracter de autoridades. E aí! daquelles que incorrem em seu desagrado! O simples despacho a petições é denegado. Recusa-se até as certidões dos corpos de delicto feitos nas pessoas do supplicante, de seus filhos e irmão! Em Villa Viçosa só se justifica o que apraz ás autoridades actuaes. As petições que lhes são dirigidas, ou são desdenhosamente repellidas sem despacho, ou extraviadas do poder dos juizes ou do escrivão, o celebre João Febrônio Freire Bezerril. As pobres partes por este jogo immoral cansadas desesperam, fogem ou abandonam-se á discreção de taes autoridades. Factos desta ordem são frequentes, notoriamente sabidos e conhecidos. Entre o juiz municipal, bacharel Manoel Thomaz Barboza Freire, seu primeiro substituto João Severiano da Silveira, delegado de policia Ignacio José Correia, o mencionado escrivão Febrônio Bezerril, está organizado esse systema immoral de denegação de justiça e atropello aos direitos das partes, que incorrem em sua desafeição ou desagrado. Ainda ultimamente baldadas tentativas se fizeram em Villa Viçosa para se justificar as violencias commettidas por occasião das eleições de Agosto e Setembro. Mas, Senhor, outra é a queixa, e quiza mais grave, que o supplicante traz humildemente á presença de Vossa Magestade. Em Setembro ultimo concorreram á eleição de camara e juizes de paz de Villa

Viçosa, por um lado o partido que se appellidava governista, e por outro os partidos conservador dissidente e liberal, não foi permitido votar na matriz, d'onde foram expellidos a viva força pelo delegado de policia Ignacio José Correia. Semelhante violencia deu lugar a outra eleição, presidida, aliás, pelo primeiro juiz de paz, um dos cidadãos violentados; procedida em casa do tenente-coronel Vicente do Espirito-Santo Magalhães, sita em frente á Igreja matriz. A oito de Setembro o supplicante achava-se de guarda á urna desta eleição, ora noite quando ouvia-se gritos: — Jurity acode teu filho que está sendo espancado em casa do Simplicio Roque dos Santos! — Correu o supplicante em busca de seu filho convencido de que estava realmente em perigo, e ao confrontar a casa indicada, abrio-se uma porta, partem tres tiros, e cahem feridos Peregrino Gonçalves da Costa e João Gonçalves da Costa, filhos do supplicante, os quaes informados do falso alarme tinham em seguida corrido apóz o supplicante, e se lhes tinham reunido; ferido ainda o supplicante que ficou de pé, mas immediatamente cercado por diferentes individuos que o batem a caetada e ferem-no á faca. E que allí teria necessariamente succumbido, á não ser mereo da Providencia e o soccorro de seu irmão José Gonçalves da Costa, que acudindo ao conflicto amparou com o seu, o corpo do supplicante, sendo também barbara e horrevemente espancado. Terminada a lucta por intervenção de outras pessoas, o supplicante, seus filhos e irmão sahiram de resto, em braços, todos gravemente feridos! Ficando no lugar do crime como indicio de quem fossem os criminosos, acobertados pelas trevas da noite, um chapéo de Chilo pertencente ao delegado de policia Ignacio José Correia, inimigo capital de ha muitos annos, do supplicante e sua família. Era, Senhor, o extermínio de uma familia inteira premeditado e tentado pela surpresa e emboscada, sendo aproveitado o tempo e occasião de uma eleição. Falar em providencias por parte das autoridades, em processo instaurado por tamanho attentado, séria, Senhor, tratar de causas que sómente se fazem em Villa Viçosa, quando ha adversarios das mesmas autoridades a punir ou a perseguir. O supplicante, seus filhos e irmão, ainda vivem, mas em anciedade e sustos, e sem esperanças de garantias por parte das actuaes autoridades, pelo que expondo o supplicante, singelamente os factos, implora humildemente de Vossa Magestade Imperial protecção e justiça.—Testemunhas, capitão Plácido Fontanelles Filho, capitão José Severino Fontanelles, tenente Antonio Thimoteo Magalhães, alferes Candido do Espirito-Santo Magalhães, José Ferreira do Castro, Manoel Pereira Lopes, José Porto Magalhães, Ignacio Alfonso Barbosa, Elias Antonio da Rocha e José Vicente Ferreira. Em Outubro ou Novembro de 1872.—Está conforme.—Manoel de Souza Garcia.

• Cópia.—No mesmo dia 11 de Novembro, compareceu a testemunha João Francisco da Silva, conhecido por João Cyrillo, de 39 annos de idade, casado, morador neste termo e agricultor; depois de prestar juramento aos Santos Evangelhos, que foi deferido. Disso, com relação ao facto criminoso praticado na Tabatinga, no dia 6 de Outubro passado: Que tendo elle testemunha, na noite do dia do conflicto, estado em casa do tenente Florindo Magalhães, no Jaguaribe, ouvin de lá uns tiros, que não pôde apreciar de que lado vinham; que d'ahi,

elle testemunha, sahio com o tenente Firmino Magalhães e veio para o Carêta, onde mora o tenente-coronel Magalhães, affim de comprar um pouco de fumo. Dahi seguiu elle testemunha, só para a Oleria e quando ali se achava veio um homem e um rapaz disseram a Raymundo Benício que a casa do major Ignacio tinha pegado fogo e já tinham havido quatro mortes. Isso veio confirmar a desconfiança, que elle testemunha, teve no Carêta, de que o barulho dos tiros era para Tabatinga, visto que no Carêta havia passado um cavalleiro tão apressado, que elle, desde logo, conceben a suspeita de que na Tabatinga se dava algum conflicto. Da Oleria veio elle testemunha para esta villa, e aqui chegando, dirigiu-se ao delegado de policia, pedindo providencias sobre o que se passava na Tabatinga, mas essa autoridade disse que só ia pela manhã e que quem tinha dado os seus nós que os desatasse. Depois elle testemunha voltou para sua casa, na Tarumam, mas antes de chegar encontrou-se, em caminho, com um rapaz de nome Virgínio Thomaz Pereira, o qual disse a elle testemunha que a casa estava toda incendiada e que o major Ignacio não tinha morrido, pois elle Virgínio o havia deixado no matto, occulto, coberto com umas palhas. Elle testemunha foi para sua casa, e de lá foi que veio ao lugar do conflicto ver o que se passava, e aproximando-se o mais que pôde, observou que a casa do major Ignacio estava incendiada em mais da metade, cercada de muita gente, ouvindo elle testemunha, do lugar onde se achava, pancadas sobre as portas da casa, que lhe pareciam ser de machado. Apesar do clarão do incendio não pôde, elle testemunha, do lugar em que se achava, tomar conhecimento de uma só pessoa dos que cercavam a casa, mas notou que eram homens e rapazes. Sem demorar-se mais elle testemunha, foi procurar o major Ignacio, que de facto foi encontrá-lo, occulto dentro do matto, em seu sítio, coberto com umas palhas e o conduziu para sua casa, onde o vieram buscar seus amigos da villa. Disse que não sabe como começou o conflicto, no dia 6. Que o major Ignacio e Francisco Gonçalves da Costa são intrigados ha muito tempo, tendo mais de uma vez havido conflictos entre gente de um e outro, sendo que, em uma occasião, um rapaz do major Ignacio foi ferido de bala, cujo rapaz chamava-se José Crucira; outro rapaz do major soffreu uma facada. Também sabe que Francisco Gonçalves da Costa, nas eleições deste anno, soffreu um tiro, em sua casa, dizendo-se que fôra gente do major Ignacio, e outros dizem que um tiro disparado por uma espingarda de Peregrino, sendo que o major Ignacio disse a elle testemunha, que se achava em sua casa quando se deu esse tiro, e que nessa occasião ouviu, lá para a casa de Jurity, umas pancadas que pareciam ser dadas em uma pessoa ou em sacco cheio. Disse mais que, na véspera do conflicto, elle testemunha, estando na Tabatinga, no sítio do major Ignacio, viu passar Francisco Gonçalves da Costa, seus filhos, Peregrino, João e Yleriano, e todos a cavallo e acompanhados de dez ou doze homens a pé e todos armados, tendo conhecido Lucio e dous sobrinhos, Pedro da Costa, não conhecendo os outros: Que elle testemunha também viu muito povo em casa do major Ignacio, porque elle era homem do trabalho, sendo que não viu que essa gente tivesse armas. Perguntado si conheceu as pessoas que falleceram no conflicto? Respondeu que conhecia as quaes fôra, digo, respondeu que conhecia, as quaes foram trezo pessoas da familia do major Ignacio e

Francisco Correia, que também era da familia e mais José Crucira, Florencio do tal, Antonio Sombra, Manoel Sombra e Pedro Sombra, parecendo-lhe que travou-se um conflicto entre estes mortos, e a gente do lado de Jurity, porque elles, que morreram, é porque vieram brigar, menos Francisco Correia. Disse mais que esses tres Sombra e mais Raymundo Sombra moravam na Tarumam, nas terras do major Ignacio e eram apatrocinados do major. Disse ainda ser voz publica que Francisco Gonçalves da Costa e mais familia eram os responsaveis pelo facto criminoso da Tabatinga e que, sem individualisar pessoas, acha que o crime nasceu de Jurity, seus filhos e seus parentes. Disse ainda, por lhe ser perguntado, que Pedro Sombra, fallecido no conflicto do dia 6 de Outubro, era criminoso do morte, neste termo, havendo morto um homem na Lagoa, em mil oitocentos setenta e seis, o que Raymundo Sombra, que está vivo, é também criminoso no mesmo processo de seu irmão Pedro e que elle testemunha disso sabe, por haver sido testemunha no mesmo processo. Admittidos os réos a contestar a testemunha, foi dito pelo réo Peregrino que o depoimento da testemunha é apaixonado e suspeito, porque tendo, elle réo, em mil oitocentos setenta e dous, soffrido um tiro e havendo sido a testemunha quem atirou sobre elle, nesse tempo, a considera de má vontade contra elle réo para dar um depoimento verdadeiro e imparcial. Pelo réo Francisco Gonçalves da Costa foi dito que, por essa mesma razão, contestava o depoimento da testemunha, sendo que, desde esse tempo, em que se attribue a testemunha haver desfechado sobre o seu filho esse tiro, cortou com elle suas relações e nunca mais se fallaram, além do que a testemunha é pessoa do major Ignacio e suspeita, portanto, para elle réo. Pela testemunha foi dito que sustentava seu depoimento e que em sua consciencia sómente depoz a verdade, sendo inteiramente sem razão essa imputação que fazem-lhe de haver desfechado, em mil oitocentos setenta e dous, um tiro no réo Peregrino. Por nada mais lhe ser perguntado e nem respondido, mandou o juiz lavrar o presente auto, que assignou, depois de lhe ser lido e achar conforme, assignado pelo juiz e rubricado pelo mesmo e bem assim pelo promotor publico, e a rogo dos réos Francisco Gonçalves da Costa e Peregrino Gonçalves da Costa, Augusto de Pontes Aguiar e João Sabino da Rocha, do que tudo dou fê. Eu *João da Silva Pedreira*, escrevi, o escrevi. — *Sabino do Monte*. — O promotor publico, *Plácido de Pinho Pezosa*. — *Augusto Pontes de Aguiar*. — *João Sabino da Rocha*. Em seguida foi presente a testemunha José Clarindo, conhecido por José Magro, de dezessete annos de idade, mais ou menos, solteiro, natural de Sobral, filho de Clarindo de Campos, vive de ser jornalista, o qual, tendo prestado juramento aos Santos Evangelhos que lhe foi deferido, disse: Que sendo elle atugado do finado Francisco Correia, foi na tarde do dia seis de Outubro, quando se deu o conflicto na Tabatinga, pèr uns animaes e regressando à noite do pèador, já encontrou o conflicto na casa do major Ignacio e procurando elle testemunha tomar chegada, não pôde fazel-o porque a gente do Jurity foi dizendo que elles se arredassem sinão mataria a elle testemunha e mais um irmão seu. Que á vista disso, elle testemunha e seu irmão fugiram e, mais tarde, procurando aproximarem-se de novo, não o poderam fazel-o pela muita gente que havia do lado de Jurity. Disse que, não podendo tomar chegada, não viu nenhuma das pos-

soas que estavam no conflicto do lado do Jurity o mesmo não conhece bem os Juritys, porque ha pouco tempo estava ali em casa do major em companhia de seu filho. Perguntado si conhece Antonio Pereira? Respondeu que conhece e o viu, no dia seis, pela manhã, na cancella do major com outros individuos da gente do Jurity, fallando contra o major e este afastando-se para o interior da casa, para não haver barulho. Perguntado si elle testemunha não disse a Antonio Pereira que o major Ignacio era o culpado do que se havia passado, porque tinha mandado atirar em João Jurity, quando este vinha, na noite do dia seis, para a casa de seu pai e quando esses homens atirado e indo pedir-lhe polvora para carregarem novamente as armas, o major respondeu que não tinha polvora? Respondeu que não contou nada disso a Antonio Pereira. Perguntado si não contou a Antonio Pereira que o major Ignacio tinha muita gente em casa, na noite do conflicto e que todos fugiram, por isso foi que os Juritys fizeram isto e praticaram o crime, sem haver repulsa do outro lado? Respondeu que nada disso referiu, assim como não é exacto que tivesse tambem dito a Antonio Pereira que o major Ignacio havia sahido de sua casa nas costas de Raymundo Sombra. Perguntado quaes as pessoas que estavam em casa do major, no dia seis, em que se deu o conflicto? Respondeu que, até ao meio dia, desse dia, viu em casa do major, Manoel Sombra, Antonio Sombra, Pedro Sombra, Raymundo Sombra, José Cruzeira, Florencio e Elias; não vendo ali outras pessoas, além dessas. Perguntado com quem elle testemunha mora? Respondeu que mora com Paulino José de Carvalho, no lugar Jaguaribe, isso desde que o major Ignacio despezin a elle testemunha, depois que teve logar o conflicto na Tabatinga. E como nada mais respondeu, nem lhe foi perguntado, mandou o juiz lavrar o presente auto, que assignou, depois de lhe ser lido o achar conforme, e por não saber ler nem escrever, a seu rogo, assignou o alferes João Sabino da Rocha, assignado pelo juiz e rubricado pelo mesmo assim como pelo doutor promotor publico que presente estava. Eu João da Silva Pedreira, escrevão interino, o escrevi.—Sabino do Monte.—João Sabino da Rocha.—O promotor publico, Placido de Pinho Pessoa.—Conforme—Manoel de Souza Garcia.

Vê, pois, V. Ex. Sr. presidente, que o presidente do Ceará fez quanto podia para punir os autores dos desgraçados acontecimentos de Tabatinga, mandando para alli um magistrado do caracter e probidade do actual chefe de policia, o Sr. Dr. Sabino do Monte.

Tenho aqui, como já disse, o relatorio que recebi do presidente da provincia.

• Provincia do Ceará.—2.ª secção N. 1274.—Palacio da presidencia, 31 de Dezembro de 1878.

• Illm. o Exm. Sr.—Tenho a honra de passar ás mãos de V. Ex. o incluso relatorio e mais documentos que me foram remettidos pelo Dr. chefe de policia da provincia, dando-me conta do resultado de sua commissão á Villa Viçosa, para onde fôra, de ordem desta presidencia, tomar conhecimento dos gravissimos crimes, que alli foram commettidos no dia 6 de Outubro deste anno, e formar culpa dos delinquentes.

• Da exposição do chefe de policia consta que, sendo ha longos annos intrigados Ignacio José Correia e Francisco Gonçalves da Costa, vulgo Jurity, por um concurso de factos que vão relatados na

referida exposição, essa intriga tomou ultimamente um caracter de tal gravidade e exacerbação que ambos esses inimigos se armaram, collocando-se em franca posição de hostilidade.

• Assim preparados, succedeu que no dia 6 de Outubro passando um filho do Jurity o mais dous individuos, que o acompanhavam, pelo sítio de Correia, fossem inesperadamente aggreddidos por alguns individuos, que, occultos dentro do sítio de Correia, atiraram sobre elles, que vinham pela estrada em procura da casa de Jurity.

• Tentando os aggreddidos fazer uso das armas que traziam, os aggressores correram em direcção á cancella do sítio, onde, com outras pessoas armadas, vão esperar a passagem dos filhos de Jurity e seus dous companheiros, que escapam dos projectis que lhes são disparados.

• Ao se approximarem da cancella do sítio de Correia, novos tiros são desfechados contra elles, que provocando um conflicto de lado a lado, nelle veio tomar parte Francisco Gonçalves da Costa e outras pessoas que conservava consigo armadas.

• Releva considerar que antes de partir Jurity para o conflicto, tendo elle se approximado com sua familia da cancella do seu sítio para reconhecer a voz de seu filho que lhe pareceu ouvir do interior da casa na luta com os aggressores, foi elle logo dalli objecto com sua familia de uma descarga de tiros, que feriram as suas filhas Feliciano e Francisca da Costa e a Lucio José Pereira.

• Chegando Jurity ao conflicto com os seus companheiros, a luta proseguiu com maior incremento, mas não tardou em cessar, porque tendo sido mortas tres pessoas do lado de Correia, que mais vigorosas a sustentavam e cabindo outra mortalmente ferida, os demais esmoreceram e fogem internando-se pelo sítio.

• Do lado de Jurity sahem feridos João d'Assumpção e Manoel Victor, além das tres pessoas já feridas.

• Ignacio José Correia achava-se em sua casa quando á vista delle esse conflicto se dava provocado pelas pessoas que tinha reunido e viviam armadas em sua companhia; mas sabendo do seu resultado e da fuga de sua gente elle mesmo tomou igual destino, ainda mais porque Jurity avançando com seus homens sobre a sua casa lhe desperta o ameaça de um eminente perigo.

• Abandonada a casa pelo chefe da familia, ficam nella recolhidos sua mulher, filhos, sobrinhos, criados e mais alguns individuos que dentro se haviam refugiado.

• Jurity com as pessoas do seu sequito cercam a casa e depois deitam-lhe fogo.

• O incendio communicando-se rapidamente por causa dos combustiveis que o predio continha, leva em pouco tempo a morte a treze pessoas que dentro se achavam recolhidas.

• O Dr. chefe de policia pronunciou como responsáveis por essas mortes e mais a de seis individuos que foram mortos no conflicto e no pateo da casa de Correia a Jurity e mais 15 individuos; assim como pronunciou a Ignacio José Correia e a mais 11 réos, aquelle como mandante e a estes como mandatarios dos tiros disparados contra as pessoas do lado do Jurity, quando teve logar o conflicto que se travou junto á cancella do seu sítio, como tudo consta da sentença motivada que acompanhou o seu relatorio, e remetto a V. Ex.

• Ainda foi pronunciado Ignacio José Correia, como autor de uma tentativa de morte contra Jurity.



facto passado em Agosto deste anno e cujo processo não havia sido instaurado por se aclararem os juizes conatos com ameaças de Correia.

• Para que V. Ex. possa melhor ajulzar dos factos, remetto uma copia dos depoimentos da formação da culpa, bem como duas certidões de dous depoimentos do Inquerito, dos quaes consta que Ignacio José Correia convivia com criminosos do homicidio, e uma cópia da representação que em 1872 Francisco Gonçalves da Costa por autonomia Jurity, dirigiu ao governo Imperial contra aquelle seu inimigo.

• Demonstram esses documentos e outras peças do processo que os barbaros crimes de 6 de Outubro foram devidos a odios muito antigos e á perversidade desses dous individuos, que, ha longos annos, procuravam saciar vinganças.

• Refiro-me em tudo o mais ao relatório do Dr. chefe de policia, em cuja intelligencia, criterio e rectidão tenho a mais plena confiança.

• Dous guarde a V. Ex.—Ilm. e Exm. Sr. conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, ministro e secretario do estado dos negocios da justiça.—O presidente, *José Julio de Albuquerque Barros.*

• Cópia de cópia.—Vistos os presentes autos de instrução criminal, denuncia de folha; inqueritos de folhas 7 a 27, de folhas 24 a 195; prova testemunhal do summario, defesa dos réos, e parecer do Dr. promotor publico, etc. Considerando que do inquerito policial e summario de culpa ficou demonstrado que no dia 6 de Outubro do corrente anno, pelas 7 horas da noite, vindo João Gonçalves da Costa, João da Costa de Assumpção e Manoel Victor em direcção á casa de Francisco Gonçalves da Costa, vulgo Jurity, que demora na Tabatinga, onde habitam em dous sitios fronteiros dito Jurity e o major Ignacio José Correia, foram agredidos por tiros que disparavam de quatro a cinco individuos que se achavam de dentro do sitio do referido major; Considerando que em consequencia dessa aggressão travou-se um conflicto, em que tomando parte de um lado diversas pessoas que se achavam em casa do major Ignacio José Correia e de outro Francisco Gonçalves da Costa, Valeriano Gonçalves da Costa, Terencio da Costa e Souza, João Simão da Costa, Antonio da Costa e Silva, João da Costa e Silva, João Gonçalves da Costa e Souza, José Quintillano Ferreira, Lucio José Pereira, Raymundo Gonçalves Pereira, aos quaes se reuniram João Gonçalves da Costa, João da Costa Assumpção e Manoel Victor, resultou que em consequencia de tiros que se cruzavam de parte a parte, no ponto da cancella do sitio do major Ignacio, foram mortos o criminoso de homicidio Pedro Sombra, Antonio Sombra, Florencio de Brito Pereira e ferido mortalmente Manoel Sombra, o qual veio a fallecer posteriormente ao ferimento recebido, e feridos gravemente João da Costa Assumpção e Manoel Victor, sendo desconhecida a natureza do ferimento delle por se haver ausentado immediatamente ás mortes que se deram;

Considerando que, durante esse conflicto foram ainda feridos Lucio José Pereira, Feliciano e Francisco, filhas de Francisco Gonçalves da Costa, todos por arma de fogo; sendo os ditos ferimentos provenientes de uma descarga de tiros, que da cancella do sitio do major Ignacio foi dada pelas pessoas que nhl estavam lutando, das quaes foram sómente reconhecidas: Germano de tal, Virgilio Thomaz, José Sampaio, Domingos Felix, José Felix, Francisco Felix, Antonio Felix, Victor An-

tonio Capistrano, Elias Antonio da Rocha, José Joaquim e Raymundo Sombra. (Depoimento a fls. 173 verso, testemunhas juradas a fls. 212, idem a fls. 220, idem a fls. 225; depoimento a fls. 135.) Considerando que a autoria das mortes de Manoel Sombra (corpo de delicto a fls. 33), de Antonio Sombra de Florencio de Brito e do criminoso Pedro Sombra (corpo de delicto a fls. 27) recai sobre Francisco Gonçalves da Costa e os demais réos, seus companheiros, que tomaram parte no conflicto, e que associados ao mesmo pensamento criminoso e sua execução assumiram todos a responsabilidade do facto delictuoso; Considerando que a autoria dos ferimentos de João da Costa Assumpção e Lucio José Pereira, (corpo de delicto a fls. 114) e de Feliciano da Costa e Francisco da Costa, (corpo de delicto a fls. 41) feitos por arma de fogo e caracterisando o crime de tentativa de morte recai sobre os réos conhecidos: Germano de tal, Virgilio Thomaz, José Sampaio, Domingos Felix, José Felix, Antonio Felix, Francisco Felix, Victor Capistrano, Elias Antonio da Rocha, Raymundo Sombra e José Joaquim, porquanto reunidos ao mesmo designio criminoso, presentes á mesma acção e nellas solidarios, são igualmente responsaveis pelos seus resultados; Considerando que, em face de prova dos autos estes réos assumem no delicto a posição de mandatarios e o major Ignacio José Correia o papel de mandante, porquanto:

• Considerando que o major Ignacio José Correia, intrigado de longos annos com Francisco Gonçalves da Costa, exacerbando-se ultimamente a inimidade que os separava, ameaçava o seu inimigo e este a elle trocando insulto e doestos, que os filhos e famulos de um e outros, repetiam em encontro que tinham pela estrada que abre caminho para a Tabatinga; Considerando que, aggravaando-se cada vez mais a situação entre o major Ignacio e Jurity, preparavam-se ambos com gente armada em suas casas (depoimentos jurados de formação da culpa e do Inquerito) sendo vistas no dia 6 de Outubro diversas pessoas em casa do major Ignacio ensalando-se para um conflicto (depoimento jurado a fls. 212); Considerando que o major Ignacio acompanhava-se de gente armada, e as pessoas que tinha em seu serviço e era do seu lado, foram vistas tambem armadas (depoimento jurado a fls. 225); Considerando que assim preparado e collocando-se em uma attitude hostil para com seu inimigo Francisco Gonçalves da Costa, o qual tambem se armou e preparou, o major Ignacio revelava designios criminosos que tornando-se insistentes recebia-se a cada momento um desfecho fatal entre ambos; Considerando que travado o conflicto foi elle provocado pela gente armada do major Ignacio José Correia, cuja responsabilidade como mandante se apoia nos seguintes indicios vehementes: 1.º porque as pessoas que entravam no conflicto achavam-se em seu sitio de onde atiravam e onde se mantinha e onde ainda não teriam ingresso sinão por acquiescencia do referido major; 2.º porque a reunião dessas pessoas entre as quaes se achavam criminosos do homicidio revela a elaboração de um plano sinistro; 3.º pela provocação feita pelos alludidos individuos o ao mesmo tempo na Cancellla do Major e contra a casa do Jurity; 4.º porque tratando-se de uma questão pessoal e odiosa entre dous inimigos, que se preparavam para uma luta, allieas como eram aquellas pessoas

por si estranhos á intimidade, não tomariam uma parte tão activa no conflicto e não seriam influenciados por pessoas de prestigio, que não podia ser outra que o major Ignacio, unico interessado, d'onde se infero conclusivamente que o major Ignacio José Correia foi o mandante dos tiros que foram disparados do seu sítio contra as pessoas do Jurity; indícios estes que encontram mais effeaz apoio nos depoimentos das testemunhas do sumuario.

• Assim que a primeira testemunha jurada a fl. 246 o considerou culpado porque os homens do seu lado atiravam, porque tinham o seu calor e elle os incitava a fugir.

• Assim a 4.ª testemunha jurada a fls. 228 o considera culpado porque tendo pessoas armadas consigo, ellas não teriam tomado parte no conflicto a não ser por sua ordem.

• Assim que a 5.ª testemunha jurada a fl. 233 o considera culpado porque elle era o cabeça e por causa d'elle é que o conflicto se travou.

• Assim que a 6.ª testemunha jurada a fls. 236 o considera culpado porque elle era quem incitava seus homens a brigarem.

• Considerando que em acto successivo ás mortes que tiveram lugar, pondo-se em fuga o major Ignacio José Correia e as pessoas que de sua parte se empenharam no conflicto, Francisco Gonçalves Costa, victorioso no terreno de limite transpõe com as pessoas de seu sequito a cancella do sítio e collocou debaixo de cerco a casa do referido major e delatando todos elles fogo na casa de vivenda dão a morte por meio do incendio ás pessoas da familia e famulos do major Ignacio que se achavam recolhidos dentro da casa, a saber: D. Anna Correia, senhora do major, Maria do Carmo e Etelvina suas filhas, Quiteria, Antonio e Francisco, mulher e filhos do Pedro Correia, Manoel, Maria, Manoel, Feliciano, Joanna, Honorato e Macario, famulos da casa;

Considerando que os autores de todos estes morticínios são Francisco Gonçalves da Costa, vulgo Jurity, João Gonçalves da Costa, Valeriano Gonçalves da Costa, João Gonçalves da Costa e Souza, Terencio da Costa e Souza, João Simão da Costa, João da Costa Assumpção, Lucio José Pereira, José Quintiliano Ferreira, João da Costa e Silva, Antonio da Costa e Silva e Raymundo Gonçalves de Oliveira, como se acha evidente dos autos, não só pela prisão dos réos no acto do delicto, como pelos depoimentos das testemunhas e nomeadamente o que deflue de fls. 123 a 134 do inquerito policial;

• Considerando que posto as testemunhas do sumario não affirmem que os denunciados Peregrino Gonçalves e Costa, Geraldo da Costa e Silva, e José Gonçalves da Costa assistissem ao conflicto e prestassem seu concurso para o incendio da casa e morte das pessoas que elle occasionou, contudo Elias e Victor em seus depoimentos a fls. 134 e 143 do inquerito são contestes em indicá-los como havendo assistido ao incendio da casa e cooperado activamente para elle;

• Considerando que, contra Peregrino Gonçalves da Costa ha mais a notar a circumstancia referida pelo depoimento das testemunhas do inquerito a fls. 174, confirmado pelo de fls. 178 do mesmo inquerito, de que passou o individuo pela casa dessas testemunhas para avisal-o do conflicto que se dava, e a

declaração posterior desse mesmo individuo de que Peregrino ficara no conflicto do Tabatinga; não valendo para invalidal-o a negativa opposta pelo depoimento de testemunhas do inquerito a fls. 170 que parente do réo e cívado de suspeição, além de que esse mesmo indício se acha em parte contrariado pelo depoimento de cinco testemunhas juradas do sumuario;

• Considerando que o réo Geraldo da Costa e Silva é ainda indicado pela testemunha informante a fls. 140 de haver estado no conflicto pela 1.ª testemunha jurada de andar em guerra com o major Ignacio e ser frequente aos domingos em casa de Jurity, dia em que se deu o conflicto (depoimento de Costa e Souza a fls. 100) o que o réo José Gonçalves da Costa além de indicação feita por Elias e Victor é mais apontado no depoimento da 2.ª testemunha jurada de haver assistido ao conflicto;

• Considerando que o réo pertence á familia do Jurity e esposara a causa d'esta em suas intrigas com o major Ignacio José Correia;

• Considerando que não se trata de condemnação, mas de pronuncia em que a razoavel suspeita, as presumpções vehementes e o concurso de indícios o as indicações a que elle se presta para sujeitar os indiciados ao exame dos tribunales onde tem mais cabimento a defesa que os réos oppuzeram a fls. 266;

• Considerando que o réo Manoel Victor não tomou parte no incendio da casa e na morte das pessoas que d'elle resultassem, limitando a sua participação no facto criminoso, no conflicto que se travou na cancella do sítio do major Correia;

• Considerando que dos autos fallecem indícios seguros sobre a criminalidade dos réos João José Correia, Manoel Thomaz, Fortunato Luiz Galhenio, seus filhos Antonio Luiz Galhenio e Manoel Luiz Galhenio;

• Considerando, quanto á ultima parte da denuncia do Dr. promotor publico, que no dia 4 de Agosto do corrente anno foi disparado um tiro em Francisco Gonçalves da Costa, que lhe fez um ferimento descrito no corpo de delicto a fls. 9;

• Considerando que este tiro foi desfechado de uma caçazeira onde havia uma emboscada, ficando a dita caçazeira dentro do sítio do major Correia.

• Considerando que o individuo que disparou o tiro foi visto correr por dentro do sítio do referido major em direcção á casa;

• Considerando que neste dia o major Ignacio se achava em sua casa (depoimento a fls. 185);

• Considerando que pela intimidade que o major vota á Francisco Gonçalves da Costa o haver o tiro sido disparado de seu sítio, e o individuo correr em direcção a sua casa, levantou-se fundada suspeita de ser elle o mandante d'esto tiro e o mandatario José Duarte (inquerito a fls. 7 a 21, testemunha jurada a fls. 221);

• Considerando que José Duarte era famulo do major Ignacio, veio em sua casa e um dos mais resolutos em querer a morte do Francisco Gonçalves da Costa (depoimento jurado a fls. 221 e fls. 236 verso);

• Considerando que os indícios existentes e já verificados a respeito de um mandato nossa tentativa de morte no dia 4 de Agosto contra Francisco Gonçalves da Costa, se acham comprovados pelo depoimento jurado de fls. 232, do qual se vê que esse tiro foi mandado dar pelo major Ignacio, sendo mandatario o referido José Duarte;

• Considerando que o depoimento dessa testemunha, confirmativo do auto de perguntas a fls. 277, que respondeu perante a autoridade policial da Amurração, dá mais segurança ainda à insistência do mandado;

• Considerando que o mandatário falleceu no conflicto de 6 de Outubro;

• Considerando finalmente nas demais provas dos autos;

• Julgo procedente a denuncia do Dr. promotor publico para pronunciar á prisão e livramento nas penas do art. 193 do código criminal o réo Manoel Victor como um dos autores das mortes do Pedro Sombra, Antonio Sombra, Florencio de Brito Pereira e Manoel Sombra, para pronunciar á prisão e livramento nas penas do art. 192 do código criminal pelo concurso da circunstancia aggravante do art. 16 § 2.º, aos réos Francisco Gonçalves da Costa, João Gonçalves da Costa, Valeriano Gonçalves da Costa, Peregrino Gonçalves da Costa, Geraldo da Costa e Silva, José Gonçalves da Costa, Terencio da Costa e Souza, João Simão da Costa, Antonio da Costa e Silva, João da Costa e Silva, João Gonçalves da Costa e Souza, José Quintiliano Ferreira, Lucio José Pereira e Raymundo Gonçalves de Oliveira, João da Costa Assumpção; não só pelas mesmas mortes, como ainda pelas que em acto successivo praticaram no incendio da casa; para pronunciar aos réos Ignacio José Correia e Germano de tal, Virgilio Thomaz, José Sampaio, Domingos Felix, José Felix, Antonio Felix, Francisco Felix, Victor Antonio Capistrano, Elias Antonio da Rocha, José Joaquim e Raymundo Sombra, todos á prisão e a livramento nas penas do art. 193 do código criminal combinado com o art. 34 do referido código, o 1.º como mandante e os outros réos como mandatarios das tentativas de morte em João d'Assumpção, Lucio José Pereira, Francisca e Feliciano, para pronunciar ainda á prisão e livramento ao major Ignacio José Correia, nas penas do art. 192 combinado com o art. 34 do código criminal pela tentativa de morte contra a pessoa de Francisco Gonçalves da Costa no dia 4 de Agosto, pelo concurso da circumstancia aggravante do art. 16 § 12.

• Julgo, porém, improcedente a denuncia na parte relativa aos réos João José Correia, Manoel Thomaz, Fortunato Luiz Galheno, seus filhos Antonio Luiz Galheno e Manoel Luiz Galheno, attento ao considerando exposto na sentença á fls. e os desproponho. Sejam lançados os nomes dos réos no rol dos culpados e aos que estão presos se recomende nas prisões em que se achem, remettendo-se cópia dessa sentença ao Dr. juiz municipal para os devidos effectos, o que fará o escriptão deste juizo extrahindo a cópia respectiva. O escriptão passe mandado de prisão contra os réos. — Na fórma da lei recorro deste meu despacho para o Exm. Sr. conselheiro presidente do tribunal da relação do districto. — Custas assual aos réos, Villa-Vieosa, 2 de Dezembro de 1878. — Antonio Sabino do Monte. — Conforme. — Servindo de official-maior, Estevão Sabino de Moura.

Quero sómente restabelecer a verdade, e é que os factos que se deram em Vieosa, factos que todos lamentamos e nos emponhamos em que sejam punidos não tiveram por base motivos politicos, como disse aqui o nobre senador, e que Ignacio José Correia, victima em grande parte desses acontecimentos, não é uma pessoa innocente que pudesse ser apresentada com côres tão lisongeiras, como o foi pelo nobre senador.

Ignacio José Correia é conhecido ha muito tempo como homem desordeiro, e, apesar disto, já exerceu naquella localidade as funções de delegado de policia, e o era effectivamente, quando em 1872 commetteu os assassinatos, de que falla o relatório do chefe de policia.

O Sr. JAGUARIBE: — Em 1872?

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÉ (*presidente do conselho*): — Vou ler ao senado um documento que consta dos annos de nossas camaras, e por onde se verá que Ignacio José Correia era já conhecido nos annos da provincia do Ceará como desordeiro e assassino. As qualificações que neste documento lhe são dadas não podem ser suspeitas ao nobre senador, porque o foram por pessoas respeitaveis e que devem merecer tambem a consideração de S. Ex. Retiro-me á analyse de uma eleição que teve lugar naquella provincia no anno de 1872.

O Sr. JAGUARIBE: — São annos da camara dos deputados ou do senado?

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÉ (*presidente do conselho*): — São da camara dos deputados, pagina 253, anno de 1873 (lé).

• *Collegio da Villa Vieosa* (29 eleitores). — Da precedente exposição resulta que nas ultimas eleições do 2.º districto eleitoral da provincia do Ceará, por toda parte onde intervieram os agentes do governo, houve fraude ou violencia. Onde uma não foi bastante, a outra lhe veio em auxilio, com todo o furor da paixão partidaria, ainda incitada por odios particulares, e apoiada na incerteza da impunidade.

• Este acerto patenteia-se de modo incontestavel na historia das eleições de Villa Vieosa.

• Nesta freguezia o partido conservador dissidente, unido ao liberal, dispunha dos tres primeiros juizes de paz do districto da villa, da maioria de supplentes de eleitores e de grande numero destes.

• A qualificação nem ha necessidade de dizê-lo, em taes condições era favoravel aos partidos combinados. O outro apoiava-se tão somente no elemento official. Era provavel, portanto, que, disputada a eleição por meios regulares, perdesse-a elle.

• Foi por isso que Ignacio José Correia, delegado de policia do termo, dispondo de gente armada, lançou fora da matriz o 1.º juiz de paz José Antonio Coelho de Albuquerque, o 3.º, Vicente do Espirito Santo Magalhães Filho, eleitores e supplentes, seus adversarios, e nem permittiu, formada uma mesa parochial á sua feição, sob a presidencia do primeiro, assumisse-a o segundo, que para isso se offoreceu. (Doc. n. 5.)

• Na impossibilidade de sem grande luta, inevitavel derramamento de sangue, tentarem fazer a eleição na matriz, unico templo do povoado, os dous partidos, precedendo oital do juiz competente, procederam á organização da mesa parochial com toda a regularidade, e fizeram a eleição em casa do tenente-coronel Vicente do Espirito Santo Magalhães, em frente da matriz.

• Só os remorsos pelos horrores praticados na eleição de vereadores e juizes de paz, em que o delegado premeditou o plano de extermínio de uma familia inteira de adversarios politicos e inimigos particulares — Juritis — e permittiu á sua gente, reforçada de condemnados, aos quaes abriu as portas da cadeia publica, assassinasse a um homem: foram causa de consentirem as autoridades da Villa Vieosa que os eleitores da eleição presidida

pelo 1.º Julz de paz constituíssem collegio na Igreja matriz, a par do seu.

« Mas, como prova ainda dos desmandos das autoridades daquello infeliz termo, nem o tabellião quiz, ou teve permissão de transcrever no livro de notas a acta da eleição para deputados, nem o secretario da camara, igualmente, de conferir e concertar as cópias das actas.

« A votação dos 27 eleitores, presentes nesse collegio, deu o resultado, etc. »

As pessoas que assignaram este parecer foram o desembargador Francisco Domingues da Silva e Francisco de Paula Pessoa Filho.

O Sr. JAGUARIBE: — V. Ex. não quiz ler o nome dos votados, um era o do actual presidente da provincia.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÉ (*presidente do conselho*): — Consta da conclusão do parecer, e são os seguintes ( *lendo* ):

« F. Domingos 27 votos, Braga Junior 27, Pessoa Filho 26 e Paulino Nogueira 1. O outro deu a Paulino Nogueira 29 votos, a Alcolorado 27, a Bandeira de Mello 21, a Domingues 9 e a Braga Junior 1. »

Estes são os votados: vê o nobre senador que entre elles não se achia incluído o nome do actual presidente do Ceará.

Creio ter conseguido meu fim, isto é, demonstrar que os autores dos deploraveis acontecimentos de Viçosa não tiveram a protecção das autoridades da provincia; que a presidencia fez o seu dever enviando o chefe de policia ao lugar para instaurar, como instaurou, o processo; e que Ignacio José Correia, apresentado pelo nobre senador como pessoa importante e impecavel, tinha sido por vezes accusado de assassinatos, entre os quaes os de pessoas da familia Jurity. Entretanto Jurity nunca passou na guarda nacional de cabo de esquadra, no passo que Ignacio José Correia foi, não só major, como delegado da policia, nunca se lhe tendo instaurado processo pelos crimes que commettera.

E' o que eu tinha a dizer ao senado. Quanto ao mais o processo se achia instaurado, e estou persuadido de que as autoridades do Ceará hão de cumprir seu dever.

O Sr. JAGUARIBE: — Pego a palavra.

A discussão ficou adiada pela hora.

O Sr. PRESIDENTE deu para ordem do dia 17:

Votação dos requerimentos, cuja discussão ficou encerrada.

Continuação da discussão do projecto de resposta á falla do throno (até ás 3 horas).

Levantou-se a sessão ás 3 horas da tarde.

### 323.ª Sessão

EM 17 DE FEVEREIRO DE 1879.

PRESIDENCIA DO SR. VISCONDE DE JAGUARY.

SUMMARY. — *EXPEDIENTE.* — Leitura e apoio do projecto de lei do Sr. Leitão da Cunha approvando a postura da Ilma. camara municipal de 11 de Julho de 1878. — Rectificação feita pelo Sr. Jaguaribe. — Discusso e requerimento do Sr. Silveira da Motta sobre despesas com as presidecias da provincia. Explicação do Sr. presidente do conselho. Approvação do requerimento. — *ORDEM DO DIA.* — Juro do dinheira do cofre dos orphãos. Approvação do requerimento. — Resposta á falla do throno. Discussão dos Srs. Correia, presidente do conselho e Vieira da Silva.

Às 11 horas da manhã acharam-se presentes 30 Srs. senadores, a saber: Visconde de Jaguarib, Dias

de Carvalho, Cruz Machado, Barão de Mamanguape, Godoy, Visconde de Albuquerque, Vieira da Silva, Visconde de Nieheroy, Barão da Laguna Visconde do Bom Retiro, Correia, Ribeiro da Luz, Fernandes da Cunha, Barão de Pirapama, Jaguaribe, Visconde de Muritiba, Junqueira, Barros Barreto, Leão Veloso, Antão, Luiz Carlos, Dantas, Barão de Cotezipe, Diniz, Cunha e Figueiredo, Uelão Cavalcanti, Almeida e Albuquerque, Diogo Velho, Candido Mendes e Silveira da Motta.

Compareceram depois os Srs. Marquez do Herval, Teixeira Junior, Visconde do Rio Grande, Paranguá, Sinimbu, Nunes Gonçalves e Saralva.

Deixaram de comparecer, com causa participada, os Srs. Conde de Baependy, Duque de Caxias, Firmino, Paula Pessoa, João Alfredo, Leitão da Cunha e Visconde do Rio Branco.

Deixaram de comparecer, sem causa participada, os Srs. Chichorro, Barão de Maroim, Barão de Souza Queiroz, Fausto de Aguiar, Octaviano, Silveira Lobo, Paes de Mendonça e Visconde de Suassuna.

O Sr. PRESIDENTE abriu a sessão.

Lê-se a acta da sessão antecedente e, não havendo quem sobre ella fizesse observações, deu-se por approvada.

O Sr. 1.º SECRETARIO deu conta do seguinte

### EXPEDIENTE.

Offícios:

Dous de 14 do corrente, do ministerio do Imperio, o primeiro, remettendo, em resposta ao do senado de 10 do mez findo, informações relativas á credito abertos para soccorrer as victimas da secca do Ceará, e declarando que aguarda outros esclarecimentos que serão apresentados ao senado, logo que forem enviados pelas respectivas presidecias; o segundo, remettendo, em resposta ao do senado de 21 do mez findo, copia da acta da instalação do collegio eleitoral do Amparo, acompanhada do officio do presidente da provincia de S. Paulo. — A quem fez a requisição.

Do presidente da provincia do Paraná, de 4 do corrente mez, remettendo dous exemplares da collecção de leis e documentos promulgadas no anno proximo passado. — A commissão de assembleas provinciaes.

O mesmo Sr. secretario participou que o Sr. senador Leitão da Cunha communicara que, por causa motivada, não podia comparecer á sessão de hoje e seguintes. — Inteirado.

Foi lido, apoiado e mandou-se imprimir para entrar na ordem dos trabalhos o projecto do Sr. Leitão da Cunha, offerecido na sessão de 14 do corrente, approvando a postura da Ilma. camara municipal da corte, de 11 de Julho de 1878.

### RECTIFICAÇÃO.

O Sr. Jaguaribe: — Na sessão de sabado o nobre presidente do conselho dirigiu algumas palavras, em resposta ao discurso com que, em dias passados, justificou um requerimento mandado á mesa sobre negocios do Ceará; e depois dessas poucas palavras, fazendo S. Ex. leitura de um longo documento, manteve-me em pleno

silencio sem offerecer a menor contestação em aparte, pela convicção em que me achava de que, quando me coubesse responder a S. Ex. alcançaria todas as vantagens em favor da causa que sustentei. Parecendo-me entretanto que teria de responder a S. Ex. immediatamente, julguei necessario no correr da leitura que S. Ex. fazia, dirigir-lhe duas ou tres perguntas para obter esclarecimentos, visto que, repito, parecia-me ter de responder immediatamente.

Depois de feitas algumas perguntas, como se vê no discurso publicado no *Diario Official* de hontem, tive de dirigir um novo aparte a S. Ex. por occasião de interromper a leitura que ia fazendo. S. Ex. tratava de ler documentos para justificação de occurrencias da carnificina e incendio de Tabatinga em Villa Rica, documentos extrahidos das discussões da camara dos deputados em 1873, isto é, das discussões havidas na commissão de inquerito a proposito da verificação de poderes. Interrompendo a leitura de tal documento lamentei que S. Ex. não tivesse lido todo esse documento e disse: «V. Ex. não quiz ler o nome dos votados; creio que um delles era o do actual presidente da provincia.»

Tenho lembrança de que as minhas palavras foram estas que acaba de proferir.

S. Ex. que ia lendo uma exposição de candidatos de então, perante a commissão de poderes, parou no ponto em que deviam ser mencionados os nomes dos votados e foi ali que eu observei: «Creio que um dos candidatos era o actual presidente da provincia.» O Sr. presidente do conselho, em vista desta minha declaração, leu os nomes dos votados e com effeito ali não se achava o do actual presidente do Ceará. Entretanto o aparte, como foi publicado, dá a entender que eu affirmára, pois que appareceu assim: «V. Ex. não quiz ler os nomes dos votados; um era o do actual presidente da provincia.»

O que eu proferi foi apenas a persuasão do momento, persuasão proveniente da leitura que S. Ex. acabava de fazer. Essa exposição era assignada por dous candidatos: o Sr. desembargador Domingues da Silva e o Sr. Dr. Francisco de Paula Pessoa. Os deputados deviam ser tres e o facto de não vir mencionado na exposição o nome do terceiro, fez-me no momento entrar em duvida si não seria o presidente actual do Ceará, que tem sido por vezes candidato por aquelle districto, a quem dizia respeito aquella exposição. Effectivamente verifico que o presidente do Ceará não era candidato. O outro candidato era o Sr. Braga Junior, que aliás não quiz assignar a exposição.

Por consequente sabindo uma affirmação de minha parte, quando apenas o que disse foi mera duvida, julguei necessario fazer esta reclamação para restabelecer os factos e não parecer que eu vinha assoverar ao senado uma coisa inexacta.

Tenho concluido.

DESPESAS COM AS PRESIDENCIAS DE PROVINCIA.

O Sr. Silveira da Motta:—Sr. presidente, na esperança de que o governo quer realmente discutir o orçamento, já pedi ao senado em outra occasião algumas informações, que me habilitem para o estudo do respectivo projecto, e continuo a pedi-las para que possa o parlamento organizar um orçamento por molde novo, diverso do que está condemnado como fraudulento o

vicioso, pelo actual ministerio, dando assim a entender que quer norma differente, quer vida mais regular do que a que tem havido até hoje.

Eu não creio muito na promessa...

O Sr. BANJO DE COTEGIPE:—E a prova está no orçamento apresentado.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—...não só porque o orçamento apresentado pede para muitas verbas até mais do que até hoje se tem pedido (e esta é que é a bitola da economia do actual ministerio), não só por isto, como porque vejo que com mais de mez e meio de sessão o governo não tem dado até hoje um passo sequer para trazer ao parlamento a convicção de que deseja effectivamente discutir a lei do orçamento.

O que isto me parece é que o governo o que quer é passar estes seis periodos da revisão do projecto de reforma dos 62 ou dos 70, depois fazer sua questão da constituinte, e despedir o corpo legislativo; porque a fallar verdade, é muito mais commodo governar sem estes importunos que, ainda quando nada consigam para regularizar o systema representativo, servem ao menos para levantar questões o leval-as ao juizo do publico.

Portanto, Sr. presidente, os que querem melhorar de governo constitucional, devem querer tambem habilitar o parlamento para discutir a lei do orçamento.

Eu declaro a V. Ex. que nessa tarefa pretendo fazer alguma coisa, que não ha de agradar ao governo, porque todos os governos, enquanto estão de posse do poder, pensam que são eternos, que estão fazendo o orçamento para si. Dahi é que tem provindo ficarem os herdeiros dos ministerios com mais do que os que fazem o testamento. Ora é preciso acostumar esses senhores a não fazerem testamento, deixando mais do que têm; e é por isto que eu estranho que o ministerio actual...

(*Entra nesta occasião no salão o Sr. presidente do conselho e occupa a sua cadeira.*)

Estimo muito que V. Ex. chegasse, estava aqui batendo em vento...

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Não estava, quando se acha presente o Sr. ministro da guerra.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Só me dirijo a elle quando trato de lanças, de espadas e de artilharia, no mais está fora do meu escolho.

Mas, dizia eu, como entendo que se deve fazer um orçamento normal, que sirva para todos os ministerios, julgo que cumpre contrariar este mau habito dos governos fazerem orçamentos, pensando que são para elles, quando quasi sempre não são.

Estou muito desconfiado de que o orçamento que se tem de discutir, não ha de ser para o nobre presidente do conselho, e por isso é que queria até que elle me conduvisse a fazer (é o que devia ser) este orçamento, si é que o havemos de fazer, porque estou tambem desconfiado de que não teremos orçamento...

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Ha de se fazer.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—...ha de vir provavelmente alguma prorrogativa...

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Não temos essa intenção.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA : — Acho que o nobre presidente do conselho devia ajudar-nos a fazer o orçamento futuro, contando com a subida dos conservadores, o, portanto, organizando um orçamento muito restricto, porque os taes Srs. conservadores deitam as manguinhas de fora quando acham larguezas e então a tarefa de um governo liberal, tendo apprehensão possível de que os conservadores sejam seus substitutos...

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE : — Elle está seguro.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA : — ... é fazer orçamento não para si, mas para os adversarios. Então queria eu estar ao lado do nobre presidente do conselho para o acompanhar e auxiliar nessa tarefa.

Deste proposito, Sr. presidente, nasce a necessidade que tenho de pedir hoje informações a respeito de uma verba, que vem na proposta do orçamento, a das presidencias de provincia, calculada pelo nobre ex-ministro da fazenda em 326:000\$000.

No orçamento da despesa vem a demonstração da necessidade dessa quantia, porém a demonstração está em opposição com as demonstrações das synopses da despesa effectuada nos annos anteriores. Ainda mesmo nas administrações conservadoras, que têm sido largas, como já disse, e o têm sido, porque têm propensão para muito gastadoras; apesar disto, nas synopses anteriores a verba da despesa com presidencias de provincia não tem excedido de 240 e 260:000\$000, comprehendendo a despesa com os presidentes, com os secretarios e com as ajudas de custo; entretanto que na proposta de um ministro, modelo de economia, pede-se 326:000\$000!

Na demonstração, a que acabo de alludir, vejo, *verbi gratia*, que com as tres classes de presidentes de provincia de 1.ª, 2.ª e 3.ª ordens a despesa é de 109:000\$000, que com as ajudas de custo, creio que andarão por 68:000\$000, sóbe a cento e seenta contos e tanto.

Incluindo as despesas dos secretarios, chega a verba quando muito a 220:000\$000; entretanto, Sr. presidente, orça-se agora a despesa com os presidentes de provincia em 326:000\$000.

O Sr. CRUZ MACHADO : — A razão é simples, tem de haver uma constituinte e naturalmente mudança de presidentes.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA : — Declaro que não posso aceitar a simplicidade desta razão — mudança de presidentes, porque as provincias não estão acephalas, e, si se retirarem esses commissarios que lá se acham, hão de ir outros, e não se dá duplicata de vencimentos.

O Sr. CRUZ MACHADO : — Ha ajudas de custo.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA : — E? por isso que peço esclarecimentos; quero saber a razão desse acrescimo: vejo, *verbi gratia*, na proposta do orçamento do nobre ministro, que tanto se assignalou por seus esforços pela economia dos dinheiros publicos, acrescimos da despesa que nunca vi até agora, em orçamento de despesas de presidentes de provincia. Aqui vem ajuda de custo para viagens por mar e por terra.

O Sr. MARQUEZ DO HERVAL (ministro da guerra) : — Na sua provincia é preciso.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA : — Sim, para a minha provincia é preciso, mas para despesas de locomoção, e não para pão de ló.

O Sr. VIEIRA DA SILVA : — Ha ainda alguma quantia para as despesas além da ajuda de custo.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA : — De modo que tem despesa de 1.º estabelecimento, tem ajuda de custo e viagens por mar e por terra, 40 contos!

Ora, senhores, é favorecer muito a mania das viagens! Dar 40 contos logo para os presidentes serem viajantes na provincia por mar e por terra! E? como comprehendendo, tal ajuda de custo é para poderem viajar: por exemplo, o presidente está na provincia e quer empreender uma viagem...

O Sr. MENDES DE ALMEIDA : — Para ir comer jaboticabas (*riso*).

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA : — ... e sacca sobre o thesouro certa quantia. Não duvido de que as viagens sejam muito instructivas, mas o facto é que ficam muito caras, e abrem margem a abusos para dispendio dos dinheiros publicos, accrescendo que a facilidade de sabida dos presidentes da provincia traz sempre algum inconveniente para o serviço publico. O caso é, Sr. presidente, que essas addições todas, mesmo com as viagens, não excedem de duzentos e vinte contos; entretanto que na proposta do governo se pede trezentos e vinte seis.

Uma das operações do melhoramento do nosso systema de orçamento, a meu ver, deve consistir em acabar com o englobamento dessas despesas. A respeito de presidentes, *verbi gratia*, pôde-se orçar muito razoavelmente, mesmo com algumas despesas dos vice-presidentes, durante o impedimento legitimo dos presidentes, quando muito em 120:000\$000; e então o orçamento devemos designar a verba para o ordenado do presidente, designar a verba para ajuda de custo e designar tambem a verba para secretarios do governo, que é uma verba normal, que não tem tanta oscillação como a dos presidentes.

Ora, sendo proposito do parlamento e de um governo que diz querer melhorar o systema do orçamento, (e eu creio que a melhor cousa que um governo liberal pôde fazer é melhorar o systema de orçamento; isto vale mais que a reforma que o nobre presidente do conselho está tentando)....

O Sr. MENDES DE ALMEIDA : — Apoiado, é do que temos necessidade, é de boa administração e não de phantasias.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA : — ... acho que o governo deve prestar-se a estas informações para que nós, na commissão do orçamento, quando elle vier, si é que tem de vir, possamos realizar o intento de melhorá-lo, sem prejuizo do serviço publico, porque nós, ao menos eu que fallo sempre aqui por mim, não sou demolidor, nem conservador; não sou conservador, porque os Srs. conservadores parecem que querem reduzir sua tarefa a não bulir no *statu-quo*....

O Sr. CRUZ MACHADO : — Não apoiado.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA : — ...querem conservar todas as teias de aranha que ha na nossa organização politica. (*Não apoiado*.)

O Sr. CRUZ MACHADO : — Eu sou conservador das instituições e quero cooperar para o desenvolvimento dellas: isso não são teias de aranhas.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA : — Si esta discussão servisse ao menos, a vista destas minhas suggestões, para o nobre presidente do conselho nos dar

uma esperança de termos lei de orçamento, sem ser por prorrogativa...

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*): — Havemos de ter orçamento.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — ... já seria muito para mim, ou pelo menos já era um saldo a meu favor...

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*): — Estimo muito.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — ... assim como já tive outro dia quando interroguei ao nobre presidente do conselho a respeito da questão de fazer o senado política...

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*): — Está com muito saldo a seu favor; o prejuízo será de minha parte.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Não, pôde haver saldo a meu favor sem ser em prejuízo de V. Ex.

Mas, Sr. presidente, apesar da promessa do nobre presidente do conselho, em quem aliás confio muito, ainda não fico tranquillo, porque estou com a apprehensão de que S. Ex. não faz o orçamento.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*): — Os factos hão de convencê-lo.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Eu já disse que S. Ex. não fazia a reforma eleitoral...

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*): — Espero fazer.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — E agora digo que não fará o orçamento.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA: — E' mais uma prophécia...

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Portanto vou mandar à mesa meu requerimento de informações, a respeito dos dados do governo pelos quaes foi elevada a despesa com as presidencias de provincia, do maximo a que chegou nos ultimos ministerios, de 260:000\$000 a 326:000\$000.

Talvez que o nobre presidente do conselho nos diga quanto basta para retirar o meu requerimento.

Si S. Ex. disser que o governo quer estar prevenido para grandes despesas e que espera despedir todos estes presidentes e nomear novos; si é por causa desta contradição dos presidentes que ha necessidade deste augmento de despesa, eu não duvido retirar o meu requerimento.

Mas si o nobre presidente do conselho vier dizer que o governo conta com o movimento regular das presidencias de provincia, com uma ou outra substituição, e não com uma substituição systematica, por causa da formação de uma constituinte, que precisa sem duvida de commissarios novos, neste caso eu mandarei o meu requerimento.

Espero a resposta de S. Ex., e, conforme ella, me decidirei.

Foi lido, apoiado e posto em discussão o seguinte

#### Requerimento.

• Requeiro que se peça ao governo que informe, pelo ministerio do Imperio, quaes as necessidades, que fizeram elevar na proposta da despesa para o anno de 1879—1880 as verbas relativas ás presidencias de provincia. — S. R. — *Silveira da Motta*.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*): — Sr. presidente, peço a palavra sómente para dar uma satisfação ao nobre senador que acaba de sentar-se e que deseja saber si o governo tenciona promover a passagem do orçamento.

Declaro a S. Ex. que fazemos disto um ponto de honra e que esta lei será desenvolvida na maior plenitude. Em poucos dias se dará começo a camara dos deputados a esta discussão. E' este o nosso desejo e nisto o governo tomará o maior empenho.

Julgo que o nobre senador antecipou-se nesta discussão, que teria mais cabimento quando fosse discutido o projecto do orçamento.

Nessa occasião o nobre senador poderia pedir as informações de que carece, e o ministro respectivo podia dizer a S. Ex. quaes os motivos que teve para augmentar esta verba.

Entretanto, devo declarar a S. Ex. que não tem razão para nutrir a menor apprehensão acerca deste ponto.

A lei que regula as despesas com os presidentes de provincia, com seus transportes, e gastos na primeira installação, foi acompanhada de uma tabella em que todas estas despesas estão previstas.

A thesauraria, á vista das informações dadas por aquelles que são nomeados para esses cargos, recorre á tabella, e por esta são elles pagos.

O mais são ordenados que não podem ser alterados.

O nobre senador, porém, parece crer que o governo tem a faculdade de pagar despesas de viagens no interior da provincia.

E' um engano, e de alguns presidentes sei eu que têm sido obrigados a emprender viagens no interesse de fiscalisar as colonias e as realizam á sua custa, com sacrificios dos mingaodos vencimentos que recebem.

Não ha, portanto, receio de que esta verba seja augmentada com semelhante despesa.

Demais, deve saber o nobre senador que não ha no orçamento o principio de transporte de verbas, que já foi prevenido no ultimo orçamento e é certo que o governo deseja restringir o mais possivel os creditos supplementares, sinão extingui-los.

E' necessario, porém, que em materia desta natureza, que não pôde ser prevista com toda a exactidão, porque o governo não pôde calcular qual o movimento que haverá na administração, esteja preparado para occorrer a todas as despesas.

O governo poderá ter de substituir alguns presidentes, segundo lhe aconselhar o interesse publico.

Carece para isto ter meios, assim de que não fique tolhida a sua liberdade de acção.

Portanto, entendo que da inserção desta verba no orçamento não resultará perigo, assim como que na sua applicação terá de desaparecer o motivo do reparo do nobre senador. E' quanto posso dizer a S. Ex.

Encerrada a discussão, foi approvado o requerimento do Sr. Silveira da Motta.

#### ORDEM DO DIA.

JURO DOS DINHEIROS DO COFRE DE ORPHÃOS.

Votou-se e foi approvado o requerimento do Sr. Correia, pedindo cópia de todas as ordens relativas ao juro do dinheiro do cofre dos orphãos.



SELLO FIXO NOS RECIBOS DO MONTE PÍO DOS SERVIDORES DO ESTADO.

Foi igualmente votado e approved o requerimento do Sr. Antônio, pedindo que os documentos que apresentou sejam remetidos á commissão do fazenda.

#### RESPOSTA Á FALLA DO THRONO.

Proseguin a discussão do projecto de resposta á falla do throno, com a emenda do Sr. Silveira da Motta.

**O Sr. Correia:** —Desde que o nobre presidente do conselho, e com elle os honrados senadores que sustentam o ministerio, não se oppoem ao projecto de resposta á falla do throno, que teve a honra de redigir a commissão nomeada pelos votos conservadores do senado, deve reputar-se finda a questão da acceitação desse projecto.

Não ha sinão a considerar a emenda que a um dos topicos foi offerecida pelo nobre senador radical, illustre representante da provincia de Goyaz. Grato é á commissão ver que mesmo este nobre senador limita a um ponto a necessidade de emenda; ao que se refere á reforma eleitoral que o governo julga dever effectuar-se mediante reforma da constituição.

A resposta limita-se á prudente declaração de que a reforma do systema eleitoral será objecto de serio estudo e meditação do senado.

Com effeito, tratando-se de reforma da constituição que não pôde ter origem sinão na camara dos deputados, não era lícito ao senado adiantar cousa alguma sobre este ponto.

A emenda do nobre senador é assim concebida: «A reforma do systema eleitoral vigente é uma necessidade reconhecida por todos os brasileiros, e por isso será objecto de serio estudo e meditação do senado, procurando este, como sempre, inspirar-se nas verdadeiras manifestações da opinião nacional.»

Deseja o nobre senador que, na resposta á falla do throno, o senado não se conserve na posição que lhe cabe, e em que o colloca a resposta que a commissão redigiu. Quer que se addicione a declaração de que o senado não se apartará das verdadeiras manifestações da opinião nacional.

Redigindo esse topico da resposta á falla do throno, a commissão não pretendeu excluir a verdadeira apreciação do sentimento nacional dos pontos sobre os quaes o senado tem de fazer demorado estudo. O que a commissão não pôde admitir é que por uma declaração posterior se possa vir a suppor que tal pensamento não estava em sua mente.

Pareceu á commissão que devia limitar-se aos termos genericos em que a resposta é concebida.

Si tivesse de indicar os pontos sobre os quaes o senado tem de meditar não se poderia restringir ao indicado na emenda agora offerecida pelo nobre senador. Entre outros mais, teria de contemplar os incluídos na emenda que o mesmo nobre senador apresentou ao projecto de resposta á falla do throno na sessão de 20 de Junho de 1868, a qual diz assim:

«O senado tem fé que, sob a paternal solicitude de Vossa Magestade Imperial, e dirigidos os negocios em circumstancias tão graves por um ministerio que mereça a confiança da nação, esta se salvará; e o senado, apoiado na opinião nacional,

saberá corresponder á confiança da Corôa, aos deveres de sua consciencia e aos altos interesses da nação brasileira.»

Si pois a commissão devesse indicar tudo que reclama serio estudo da parte do senado, tratando-se de alteração na legislação eleitoral mediante reforma constitucional, teria de fazer mais declarações do que as contidas na emenda do nobre senador, que a ellas fundadamente não se limitou na que em 1868 offereceu ao projecto de resposta á falla do throno.

Entrando propriamente na materia politica da presente discussão, direi que, a quem estuda sem prevenções a historia patria, principalmente nestes ultimos tempos, desde o comeco do anno passado, parece que temos duas constituições: uma para circumstancias ordinarias, outra para circumstancias extraordinarias, entre as quaes infelizmente occupa o primeiro lugar a mudança da situação politica em favor do partido liberal.

A primeira foi aceita e jurada; a segunda é imposta. Pela primeira a divisão e harmonia dos poderes politicos é o principio conservador dos direitos dos cidadãos e o mais seguro meio de tornar effectivas as garantias que a mesma constituição offerece; na segunda a base principal é a absorção dos poderes politicos pelo executivo.

Pela primeira não é possível impôr aos cidadãos o serviço das armas, sinão em virtude de lei; não é possível dispor da propriedade nacional, sinão por força de lei; não é possível emitir papel-moeda sinão em cumprimento de acto legislativo. Pela segunda todas estas graves medidas podem ser tomadas por simples arbitrio do poder executivo.

Pela primeira não é possível fazer qualquer modificação na lei, sinão pelo poder creado para este mister.

Pela segunda a permanencia das leis está dependente do juizo do governo acerca das conveniencias do Estado e da salvação publica.

Pela primeira tem graves consequências o abuso na abertura de creditos extraordinarios. Pela segunda este abuso torna-se perigo: as despesas decretadas, sem que nellas houvesse cogitado o poder legislativo, executam-se, ainda que falleçam recursos ao Estado, porque abrem-se os cofres da caixa da amortização para pagal-as com as notas de papel-moeda emitidas por acto do governo.

Pela primeira não é lícito emitir uma simples nota de papel-moeda sem o voto da camara dos deputados e do senado, e sem a sanção do Imperador; ao passo que pela segunda as notas emitem-se com a simples dependencia de não ser o ministro accusado pela camara dos deputados; e assim, sem as formulas e os tramites, a que o governo quer agora que recorramos para alterar os artigos da constituição relativos á eleição, modifica-se a constituição politica do Estado.

O senado tem graves queixas do nobre presidente do conselho, illustre representante da provincia das Alagôas, porque pela constituição jurada não é possível emitir uma nota de papel-moeda sem o seu voto, e hoje o senado é posto de lado, emite-se papel-moeda sem que elle possa intervir.

**O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (presidente do conselho):** — Pôdo.

**O Sr. Correia:** — O acto está consummado.

**O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (presidente do conselho):** — Dentro de poucos dias se ha de propôr na camara dos Srs. deputados.

O Sr. Correia :—O ministerio, por acto seu, autorizou a emissão de 60.000:000\$ de papel-moeda; 50.000:000\$ já estão lançados na circulação; pergunto eu: como depois deste facto o senado ha de obstar a medida? Vem o *bill* de indemnidade? Supponhamos que o senado não approva a medida; o que se segue? Entretanto seu voto era decisivo, si, seguindo a constituição jurada, o projecto de lei mandando effectuar a emissão de papel-moeda, depois do votado na camara, viesse a esta casa; porque, si o senado o rejeitasse, a emissão não se faria.

Vê-se, pois, que era sobreja a razão que me assistia para dizer que o senado tem graves queixas do nobre presidente do conselho, representante da província das Alagoas; uma das suas principaes attribuições foi annullada; basta que a camara dos deputados não accuse nesta legislatura o seguinte o ministro que praticou essa illegalidade, para que o acto fique consummado sem mais appello, pondo completamente a margem o senado.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA :—E' proposito antigo; não nos podemos queixar sómente deste ministerio.

O Sr. Correia :—E já que cheguei naturalmente ao estado financeiro do paiz, embora não pretenda instituir delido exame sobre este ponto, que em tempo proprio será investigado, direi simplesmente que si dos balanços pudessem ser eliminadas as despesas feitas com a guerra do Paraguay, a situação financeira do Brazil não seria desanimadora...

O Sr. BARÃO DE COTRIGUE dá um aparte.

O Sr. Correia :—...ou, como diz o nobre senador pela Bahia, poder-se-hia reputar prospera.

O que cumpre agora assignalar é que o ministerio de 5 de Janeiro, que assumiu o poder com a solenne promessa da mais severa economia, lançou por acto seu no orçamento da despesa do Estado verbas consideraveis que nelle não figuravam.

E' assim que, em virtude da illegal emissão de papel-moeda em Abril do anno passado, figura na despesa do ministerio da fazenda a verba de 3.000:000\$ para resgate desse papel. Em consequencia da decretação de tres estradas de ferro no norte do Imperio, despesa não cogitada pelo poder legislativo, o paiz tem de carregar com a despesa annual de 3.200:000\$000. E em consequencia da ultima emissão de apolices, que a nação não podia esperar depois da exposição de motivos com que se justificou o decreto da emissão do papel-moeda, a despesa publica teve o acrescimo de 2.500:000\$000.

Por actos, cuja responsabilidade cabe inteira no gabinete actual, augmentou-se a despesa publica do anno passado para cá em 11.200:000\$000.

Podia eu acrescentar a esta despesa a que resulta da baixa do cambio em consequencia da tão censurada emissão do papel-moeda na remessa de fundos para a Europa (*apoiadas*).

O governo, liga toda a sua gloria ao programma, que consiste na reforma do systema eleitoral para estabelecer-se o regimen directo; e parece querer fazer adoptar na camara dos Srs. deputados, por aclamação, o projecto que alli se acha pendente de apoioamento, á vista do grande numero de assignaturas com que foi apresentado.

V. II

Não é este o momento opportuno para a minuciosa apreciação do projecto submettido á camara dos deputados. Em materia eleitoral creio que podemos enunciar duas proposições: a 1.ª, perfeitamente correcta, é que com leis melhores tivemos eleições melhores; o que significa que não basta modificar a legislação para que se consiga o que todos os brasileiros desejamos, a verdadeira representação nacional...

O Sr. JAGUARIBE:—Apoiado.

O Sr. Correia :—... e a 2.ª, que não me parece paradoxal, é que, quanto mais procuramos aperfeiçoar as leis electorales, menos resultados favoráveis colhemos na pratica.

O Sr. JAGUARIBE :—Si não melhorarem os costumes, será tempo perdido.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA :—Apoiado.

O Sr. BARÃO DE COTRIGUE :—Por isto eu peço barbadinhos.

O Sr. Correia :—Do que, porém, não posso dispensar-me neste momento é de apreciar uma opinião que, em nome do governo, manifestou na camara dos deputados, em sessão de 12 do corrente, o nobre ministro da fazenda. Considero esta opinião como a do nobre presidente do conselho. E' a seguinte:

« O voto da constituinte, *ipso facto* lei do Estado, não depende do voto do senado, nem está sujeito ao veto, porque a constituinte é soberana quanto aos pontos a respeito dos quaes é chamada a realizar, por virtude de poderes especiaes para esse fim conferidos. »

Grave é a questão constitucional que o nobre ministro da fazenda resolveu com as palavras que acabei de ler. Elle não se funda sinão na intelligencia mais que duvidosa de um unico artigo constitucional.

« Art. 177. Na seguinte legislatura, o na primeira sessão, será a materia proposta discutida, e o que se vencer prevalecerá para a mudança ou addição á lei fundamental; e, juntando-se á constituição; será solennemente promulgada. »

Das palavras—e o que se vencer—escriptas neste artigo tirou-se motivo para se proceder como se procedeu em 1834, e hoje invoca-se este precedente de occasião para se dizer com o nobre ministro da fazenda que o voto da constituinte é *ipso facto* lei do Estado.

Mas, além de se desprezar todo o conjuncto das disposições constitucionaes, esta opinião não encontra apoio nem sequer no proprio artigo que acabei de ler, porque este começa dizendo: « na seguinte legislatura, » e a legislatura não se compõe só da camara dos deputados...

O Sr. MENDES DE ALMEIDA :—Apoiado; vai argumentando muito bem.

O Sr. Correia :—Quando diz—o que se vencer—entende-se — nos termos da constituição—para a formação das leis.

Si a esta consideração deduzida da propria letra do artigo em que se funda a opinião com que não concordo, acrescentarmos outras, mais nos convencermos de que a opinião sustentada pelo nobre ministro da fazenda não é a verdadeira.

Quando a constituição confere attribuições especiaes á camara dos deputados, o faz em artigos expressos, sobre os quaes não pôdo haver duvida. E' assim que, querendo conceder áquella camara

a iniciativa sobre impostos, sobre recrutamento, sobre escolha da nova dynastia, no caso da extincção da Imperante, o faz claramente no art. 36. Si quer que tenha principio na camara dos deputados o exame da administração passada, a reforma dos abusos nella introduzidos e a discussão das propostas feitas pelo poder executivo, assim o determina no art. 37. Si quer que seja da privativa attribuição da camara dos deputados o decretar quando tem lugar a accusação dos ministros e conselheiros do Estado, assim o declara no art. 38.

Como, pois, si pretendesse conceder somente á camara dos deputados uma attribuição de tanto alcance, qual a de reformar artigos constitucionaes, deixaria de exprimir-se com a mesma clareza? Si se trata de artigos não constitucionaes, a reforma effectua-se por lei ordinaria na qual intervem o senado e a Corôa.

Agora, consideremos a questão por outro lado; vejamos as cautelas que o legislador fundamental tomou para quando se tratar simplesmente de resolver acerca da necessidade da reforma.

A proposição não pôde deixar de ter origem na camara dos deputados, o de ser apoiada pela terça parte de seus membros; tem de ser lida por três vezes e com o intervallo de seis dias de uma á outra leitura; e ainda depois da terceira leitura a camara delibera si pôde ser admittida á discussão. Só depois procede-se, como de ordinario, para a formação da lei.

Não se pôde tratar da reforma constitucional sem reunir-se ao voto da camara o do senado e a sanção da Corôa.

Como de repente desaparecem as difficuldades creadas para se resolver acerca da simples necessidade da reforma; e uma camara unica, na primeira sessão, reforma artigos constitucionaes, tomando logo a sua deliberação o caracter de lei fundamental do Estado?

Como tanta difficuldade n'um caso, e tão prompta decisão n'outro, o mais grave?

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—A democracia moderna tem este typo.

O Sr. CORREIA:—Appellá-se para o que succedeu em 1834, época excepcional; invoca-se esse precedente para resolver a questão, como si tal precedente pudesse bastar para contrariar todo o systema da constituição.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—Não se pôde considerar precedente esse acto.

O Sr. CORREIA:—A constituição diz que o poder legislativo é delegado á assembléa geral, composta da camara dos deputados o do senado, com a sanção do Imperador.

Nos casos de pequena monta, como a admissão, em certas condições, de um estudante a exame, necessita-se do voto da camara e do senado, e da sanção do poder moderador.

Mas, si se trata da mais importante das leis, a lei fundamental, já não é preciso o voto do senado, nem a sanção?

Si tal fosse o systema adoptado pelo legislador constituinte, podíamos duvidar do sua sabedoria.

E depois (e este é um dos argumentos que considero de maior força) é possível privar de direitos politicos os senadores do Imperio, sem expressa disposição constitucional? Podia o legislador constituinte reputar o cargo de senador como motivo para excluir o cidadão de tomar parte na feitura

das leis fundamentais, quando aliás attribue ao senador requisitos que tornam de utilidade sua co-participação nessa importante função legislativa? Pois, pelo precedente de 1834, o senador fica privado desse direito? Nenhum cidadão pôde fazer parte de ambas as camaras, e estas não podem reunir-se separadamente, sinão quanto ao senado nos casos ordenados pela constituição. Si o senado não tom parte na lei votada pela assembléa chamada constituinte, e, si para esta não podem ser eleitos os senadores, a consequencia é que, por mais que duvidosa interpretação de um artigo constitucional, fcam privados 38 cidadãos brasileiros, que reúnem as outras condições legais, de aspirar á honra de concorrerem para a reforma do pacto fundamental do Estado.

Podia o legislador constituinte ter o pensamento de arredar systematicamente os senadores da assembléa constituinte?

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—Então o acto adicional não é lei do Estado, é nullo?

O Sr. CORREIA:—Não digo que o acto adicional não é uma lei do Estado, ou que se lhe deva negar obediencia; o que sustento é que não se pôde deduzir do procedimento que se teve em 1834 a regra de que, na decretação das leis fundamentais, não ha o concurso do senado, nem a sanção da Corôa.

Qual é o correctivo que lembram para o possível abuso da assembléa chamada constituinte? A dissolução; mas, além de que a dissolução de uma assembléa com poderes especiaes para reformar a constituição é coisa muito melindrosa, cumpre saber em que momento pôde dar-se a dissolução.

Deve ser decretada antes que a assembléa tenha resolvido definitivamente? Que motivo justificaria essa dissolução anticipada?

Pôde ser decretada depois da resolução definitiva? Nada remediará. O nobre ministro da fazenda disse que o voto da constituinte é *ipso facto* lei do Estado.

Um Sr. SENADOR:—Qual é a constituinte?

O Sr. LEÃO VELLOSO:—Não ha constituinte; isso é uma denominação incorrecta.

O Sr. CORREIA:—Reffiro-me ás palavras do nobre ministro da fazenda; já as li, vou tornar a lê-las (lê):

«O voto da constituinte é *ipso facto* lei do Estado; não depende do voto do senado, nem está sujeito ao veto, porque a constituinte é soberana, quanto aos pontos a respeito dos quaes é chamada a deliberar, por virtude dos poderes especiaes para esse fim conferidos.»

O Sr. JUNQUEIRA:—Chama constituinte o soberana.

O Sr. DANTAS dá um aparte.

O Sr. CORREIA:—Pela constituição, devidamente entendida, a reforma de artigos constitucionaes não offerece perigo, á vista das cautelas tomadas.

Si os eleitores só dão poderes especiaes aos deputados, é porque os senadores são vitalicios, têm todos os poderes para o completo desempenho de sua missão.

Vindo a reforma ao senado, e dependendo de sanção, não ha por que difficulta-la quando a necessidade della está bem averiguada. Mas, com o

precedente de 1834, e com a opinião do governo actual, as reformas constitucionaes tornam-se tão difficéis que até agora o partido conservador não votou nesse sentido em circumstancia alguma.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:— Foi o mal que elle fez.

O Sr. JUSQUEIRA:— E' porque conhecia os perigos.

O Sr. CORREIA:— Agora que estamos em situação differente da de 1834, porque não meditaremos sobre a verdadeira intelligencia da constituição para executarmos lealmente o pensamento do legislador constituinte?

O Sr. LEÃO VELLOSO:— O poder competente foi quem vedou.

O Sr. JUSQUEIRA:— E' o facto consummado.

(Illa outros apartes.)

O Sr. CORREIA:— Os nobres senadores estão repizando o argumento que de principio tratei de combater.

O Sr. DANTAS:— Basta este argumento para responder a tudo quanto V. Ex. tem dito.

O Sr. JAGUARIBE:— E' um precedente revolucionario.

O Sr. DANTAS:— E' um precedente salvador, e que deu carta de liberdade ás provincias.

O Sr. CORREIA:— Neguei eu já esse precedente, e não reconheço que delle têm resultado os embaraços até hoje postos á reunião de assembleas chamadas constituintes?

O Sr. MENDES DE ALMEIDA dá um aparte.

O Sr. CORREIA:— Diz bem o nobre senador pelo Maranhão: é esta uma questão prejudicial, e ella ha de fazer peso em meu espirito, si a camara dos deputados enviar ao senado o projecto autorizando a reforma.

Nas constituições de outros povos livres não ha, que eu conheça, disposição semelhante á do art. 177 da nossa constituição, sinão a do art. 143 da de Portugal, que não tem differença alguma.

Diz o citado art. 143 (lé):

• Na seguinte legislatura e na primeira sessão será a materia proposta e discutida, e o que se vencer prevalecerá para a mudança ou addição á lei fundamental; e juntando-se á constituição, será solemnemente promulgada. •

Em Portugal teve-se tambem de alterar artigos constitucionaes, sendo conhecido o modo por que no Brazil, em 1834, se decretára o acto adicional.

A época em que alli se tratou da reforma não era como a brasileira de 1834 (apoiados); os poderes constitucionaes puderam deliberar com inteira isenção de animo.

E como se procedeu? Não se dispensou o voto da camara dos pares, nem a sancção da Corôa.

Aqui está o acto adicional de 3 de Julho de 1832, promulgado desta fórma (lé):

• D. Maria, por graça de Deus, rainha de Portugal, dos Algarves, etc. Faço saber a todos os meus subditos que as côrtes geras decretaram e eu sancionei o acto adicional abaixo transcripto, que, na conformidade com o que determina o art. 143 da carta constitucional da monarchia, fica junto á constituição do Estado. •

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:— Isto é que é regular.

O Sr. CORREIA:— Com disposições constitucionaes perfeitamente identicas ás do Brazil, o acto adicional á constituição portugueza foi votado tanto pela camara dos deputados como pela dos pares e obteve a sancção da Corôa.

Qual dos dous precedentes é mais conforme ao systema geral da constituição? O nosso, de 1834, em época excepcional, ou o da nação portugueza em época ordinaria, quando se podia encarar esta grave questão por todas as suas faces e com animo despreoccupado?

Não se pôde encontrar nas constituições de outros Estados livres disposições identicas á da constituição brasileira, porque nellas não existe a instituição do senado como o criou a nossa.

Mas, do que essas constituições dispõem sobre reforma constitucional, tiram-se argumentos em apoio da opinião que tenho sustentado.

Vejamos o que diz a constituição da Belgica.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMÉ (*presidente do conselho*):— Devendo acrescentar que lá o senado tambem se dissolve.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:— Não é sómente o da Belgica, é tambem o de outros paizes.

O Sr. CORREIA:— Na constituição belga, as cautelas tomadas para resolver acerca da necessidade da reforma constitucional, não desaparecem depois de reconhecida essa necessidade.

E' este o ponto que interessa á minha argumentação.

Eis o que diz o art. 131 da constituição belga (lé):

• O poder legislativo tem o direito de declarar que tem logar a revisão da disposição constitucional que designa. Depois desta declaração, as duas camaras são dissolvidas de pleno direito, convocando-se novas. As camaras estatuem de commun accordo com o rei sobre os pontos sujeitos á revisão. Neste caso as camaras não poderão deliberar si dous terços no menos dos membros que compoem cada uma dellas não estiverem presentes; e nenhuma mudança será adoptada si não reunir no menos dous terços dos votos. •

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:— Revisão é reforma.

O Sr. LEÃO VELLOSO:— Logo, vão á fonte que é a soberania nacional.

O Sr. CORREIA:— Até a final decisão sobre a reforma não desaparecem as cautelas, que se tomam para resolver sobre a necessidade della de tal modo que as camaras que reconhecem que se deve rever a constituição decretam a sua dissolução.

(Trocam-se apartes.)

Reunidas de novo as camaras, não deliberam sobre a reforma com simples maioria. Devem estar presentes dous terços tanto dos senadores como dos deputados; e, para que a deliberação produza effeitos, deve reunir dous terços dos votos, ficando ainda assim sujeita á sancção da Corôa.

O Sr. LEÃO VELLOSO:— A sancção entre nós é dada na lei que reconhece a necessidade da reforma.

O Sr. CORREIA:— Isto é novidade constitucional.

O Sr. JUSQUEIRA:— E pôde saber-se positivamente como vai fazer-se a reforma? Não pôde alterar-se?

O Sr. CORREIA:— Vejamos a constituição da Hol-

landa, capítulo 11, das modificações da lei fundamental (12):

• Art. 196. Toda proposição para modificação da lei fundamental indicará expressamente a modificação proposta. A lei declarará que tem lugar o tanto em consideração o projecto tal qual.

• Art. 197. Depois da promulgação desta lei as camaras serão dissolvidas. As camaras novamente eleitas tomam em consideração esta proposição e não podem adoptar a mudança proposta sem dous terços dos votos pelo menos.

• Art. 198. Durante uma regencia, não pôde ser feita nenhuma mudança na lei fundamental, nem na ordem da successão.

• Art. 199. As modificações da lei fundamental decretadas pelo rei e pelos Estados Geraes serão solemnemente promulgadas e reunidas á lei fundamental.

O legislador constitucional da Hollanda foi extremamente cauteloso, tanto nas medidas que antecederem, como nas que concorrem para a reforma. E' necessaria para esta, a votação por dous terços dos membros de cada uma das camaras, e a sancção do rei.

O Sr. JENQUEIRA:— Monarchia sem sancção nenhuma comprehende.

O Sr. CORREIA:— Vejamos ainda o que dispõe a constituição de Dinamarca, no art. 93 (12): • As proposições relativas a alteração na presente constituição podem ser apresentadas quer em sessão ordinaria, quer em sessão extraordinaria do rigsdag. Si a proposição relativa a uma nova disposição da lei fundamental for adoptada por ambas as camaras, e o governo quizer dar-lhe andamento, o rigsdag será dissolvido, e proceder-se-ha a eleições geraes para o folksting e o landsting. Si for adoptada de novo e sem alteração pelo rigsdag novamente eleito, em sessão ordinaria ou extraordinaria, e sancionada pelo rei, adquire força de lei.

Os mesmos enclados inalteravelmente mantidos, antes e na occasião da reforma.

O Sr. JENQUEIRA:— Isto é para aquella gente simples da Europa; mas aqui a democracia quer tirar á Corôa o seu attributo mais importante.

(Ha outros apartes.)

O Sr. CORREIA:— Não sei, Sr. presidente, si pude convencer o senado da opinião que formulei no estudo desapassionado de nossas disposições constitucionaes.

Em seu electrico discurso, proferido na sessão de 29 do mez passado na camara dos deputados quando se discutia o projecto de resposta ao discurso da Corôa, o nobre presidente do conselho, voltando-se para os seus correligionarios, em unanimidade naquella camara, disse estas palavras que quero rememorar: • O futuro do nosso partido depende de nós mesmos.

O Sr. LEÃO VELLOSO:— E disse muito bem.

O Sr. CORREIA:— Não desconheço a influencia de taes palavras naquella recinto, nem pretendo dizer que o futuro do partido liberal não esteja ligado ao acerto ou desacerto do seus actos.

Mas a camara dos deputados, que então começava a sua sessão, tinha o direito de perguntar ao nobre presidente do conselho, como o principal responsavel da situação actual: • Tendes concorrido para a firmeza dessa situação? Não se vos podem imputar graves faltas? Já que nos recordais,

a nós, representantes da nação, que de nós muito dependo o futuro do partido liberal, respondei: • Tendes concorrido para a permanencia e brilho da situação politica inaugurada em 3 de Janeiro do anno passado?

O nobre presidente do conselho achar-se-hia em algum embaraço para responder.

Em vez do que a nação pede, o que lhe tem dado o nobre presidente do conselho? A nação pede o respeito á constituição e ás leis, e o nobre presidente do conselho as tem postergado. A nação pede, em altos brados, a economia dos dinheiros publicos, e o nobre presidente do conselho gravou o orçamento com despesas novas em somma muito avultada. A nação pedia que se mantivesse a liberdade do voto dos cidadãos, e o nobre presidente do conselho o comprimiu, dando á nova camara dos deputados origem declarada viciosa por membros do governo em sessão daquella camara.

A nação pedia que, si não se pudesse melhorar o padrão monetario, não se tomassem medidas perturbadoras da fortuna publica e da particular; e o nobre presidente do conselho emitiu 40.000:000\$ de papel inconvertivel, e ameaça elevar essa somma a 60.000:000\$000.

A nação pedia a legalidade, como a que traz uma situação igual para todos, e o nobre presidente do conselho tem rasgado a lei, chegando a dizer-se, em nome do governo, que a legalidade só existe enquanto, á juizo do mesmo governo, a conveniencia ou a salvação publica outra coisa não reclamam!

A nação queria tranquillidade para prosperar, e o nobre presidente do conselho agitou as paixões politicas em quasi todos os pontos do Imperio.

A nação queria respeito ás livres instituições das camaras municipaes e das assemblies provinciaes, e o nobre presidente do conselho tem amesquinhando essas instituições.

De taes factos a camara dos deputados podia pedir contas ao nobre presidente do conselho.

Disse S. Ex. que abriu, pela segunda vez, as portas do governo ao seu partido; mas, desta vez ao menos, S. Ex. não tomou medidas para que a situação se mantivesse com applauso da nação.

Nós conservadores, tambem nos contristamos com os erros do nobre presidente do conselho, porque em nosso patriotismo desejamos que o Brazil seja sempre governado por cidadãos que incessantemente promovam a prosperidade d'elle; desejamos situações politicas que disputem sobre qual trouxe ao paiz maiores beneficios e não sobre qual commetterem menores erros.

O nobre presidente do conselho, terminando esse discurso que, com toda a propriedade, qualifiquei de electrico, abraçou-se no centro da camara com a bandeira de seu partido. Não era esta a bandeira em que se devia envolver o nobre presidente de conselho; mas em outra que tremula mais alto—a bandeira da patria, que abriga todas as nobres aspirações e lança sombria serena sobre todos os brasileiros.

O nobre presidente do conselho devia então repetir estas palavras do illustre actual presidente dos Estados-Unidos, Hayes, depois que assumiu o cargo, • quem melhor serve á seu partido é quem melhor serve á sua patria.

Si o nobre presidente do conselho assim procedesse em tão solemne occasião, teriamos mais razão para esperar de S. Ex. constantes actos em prol do desenvolvimento do nossa querida patria, desta

grande nação que se chama Brazil, obra magnifica da Providencia que os erros dos homens não tem podido destruir. (*Muito bem! Muito bem!*)

**O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU** (*presidente do conselho*):—Pedi a palavra, Sr. presidente, para dar breve resposta ás censuras que, em uma das sessões anteriores, me foram dirigidas pelo meu nobre amigo, senador pela Bahia.

Antes, porém, devo occupar-me com o discurso que acaba de proferir o illustre senador pela provincia do Paraná.

O tom caloroso com que exprimiu-se S. Ex., a prevenção que manifestou contra o presidente do conselho, suas apprehensões relativamente á situação inaugurada em 5 de Janeiro do anno passado, as côres carregadas com que desenhou o quadro desta situação, que considera uma ameaça á tranquillidade publica, um attentado contra o futuro de nossa patria, tudo isto me faz crer que subita mudança operou-se no espirito do nobre senador.

Ignoro quaes os motivos que para isso concorreram, mas creio que em maxima parte são meros fructos de sua imaginação.

Tranquillise-se o nobre senador: nem as circumstancias do paiz são essas que lhe aprouve pintar, nem o presidente do conselho merece as censuras que lhe fez.

Não contento de accusar-me, em nome do seu partido, S. Ex. foi mais longe—pretendeu accusar-me tambem, em nome do partido liberal! Perguntar-lhe-hei: quem vos deu tal autorização? foram os meus amigos? (*apoiados*).

**O SR. LEÃO VELLOSO**:—*Timeo Danaos.*

**O SR. CANSANSÃO DE SINIMBU** (*presidente do conselho*):—Disse o nobre senador que eu devia envolver-me, não na bandeira do meu partido, mas na da patria. Acaso serão ellas diversas? Não vê o nobre senador inscriptas na bandeira do partido liberal em caracteres bem visiveis as grandes aspirações nacionaes? As reformas que temos proclamado, algumas das quaes já nos foram subtrahidas pelos proprios que d'antes as condemnavam, nada mais são do que necessidades reclamadas pelo desenvolvimento e progresso do paiz. Porque, pois, essa acrimonia com que se manifesta agora contra ellas o nobre senador?

Si S. Ex. quiz dizer que, abraçando-me com a bandeira de meu partido, esqueço os deveres que me impõe a posição de ministro da Corôa, provoco-o a que mostre em que me tenho afastado desses deveres para ser homem de partido, exclusivista e intolerante.

Com justiça não poderão fazer-me semelhante accusação.

O nobre senador, antecipando sem necessidade alguma a discussão do projecto da reforma eleitoral, fez sobre este assumpto largas considerações.

Asseguro a S. Ex. que quando esse projecto for discutido nesta casa, tomarei na devida consideração os seus argumentos, e espero demonstrar-lhe a improcedencia dos raciocinios que deduziu das constituições de outros povos. Hoje limitar-me-hei a dizer ao nobre senador que não pôde pôr em duvida a legitimidade do acto adicional, que debalde tem tãr riscar de nossa historia constitucional essa importante reforma, a que devemos a salvação de nossas instituições.

Tendo assim respondido ao illustre senador pelo Paraná, occupar-me-hei agora com o meu nobre amigo, senador pela Bahia.

S. Ex., censurando a organização do ministerio 5 de Janeiro e a situação politica que com elle se inaugurou, disse que eu tinha prévio conhecimento dessa mudança politica. Em dois argumentos firmou sua asseveração: 1.º ter eu combinado com meus amigos sobre o modo de effectuar-se a reforma eleitoral; 2.º ter havido distribuição anticipada de pastas.

Tratarei de ambos.

Sr. presidente, declaro a V. Ex. e ao senado que estava bem longe de meu pensamento a evolução politica que se deu no dia 2 de Janeiro do anno passado; confesso mesmo que, pelo curso dos negocios, tinha penetrado em meu espirito a persuasão de que seria eterna a vida do partido conservador.

**O SR. MENDES DE ALMEIDA**:—O Sr. Barão de Cotejipe já contestou isso, aqui, em um discurso.

**O SR. CANSANSÃO DE SINIMBU** (*presidente do conselho*):—Como contestou? A isto é que respondo agora.

Tão longe estava de suppor que essa evolução politica se effectuaria, e mais ainda que eu nella teria de figurar, que em meado de Dezembro ausentei-me desta corte com toda a familia, disposto a ir empregar-me com assiduidade na cultura de uma fazenda, cuja acquisição acabava de fazer. Na mesma occasião em que á provincia das Alagoas chegava a noticia da nova mudança, chegavam tambem cartas minhas em que dizia a alguns amigos que, encerrada a sessão legislativa, nenhuma alleração politica deviam esperar antes da abertura da seguinte sessão. Disto podem dar testemunho muitas pessoas.

Carece, portanto, de fundamento a proposição contraria aventurada pelo nobre senador.

Não é mais procedente, Sr. presidente, o argumento deduzido da prévia distribuição de pastas; referirei o que houve.

Quando no ardor das discussões da sessão de 1877, muitas pessoas julgaram provavel a mudança da situação, o honrado deputado pelo Rio Grande do Sul, a quem alludiu o nobre senador, praticando comigo sobre os successos do dia, enunciou a probabilidade de ser eu chamado para organizar o primeiro ministerio liberal. Respondi que, realzada tal hypothese, eu não dispensaria o seu concurso; ao que elle replicou:—si o terá si me for dada a pasta da fazenda.

Pôde a isto chamar-se distribuição prévia de pastas? É verdade que mezes depois realizou-se o valleinto; mas quantos desta ordem não desaparecem na região das chiméras?

A consulta que fiz a meus amigos politicos sobre o modo de effectuar-se a reforma, é argumento que tambem não resiste á menor analyse, como verá o senado pela exposição que passo a fazer.

Sr. presidente, achava-me na villa de Nova-Friburgo, como já tive occasião de dizer, quando no dia 1.º de Janeiro fui sorprendido por um telegramma do nobre Duque de Caxias, no qual me transmittia a ordem do Sua Magestade o Imperador para comparecer em sua Augusta Presença. Executei, como devia esta ordem, partindo no dia 2 para esta corte. Chegando aqui á noite procurei saber quando poderia ser admittido á presença de

Sua Magestade, ao que respondeu-me o camarista de semana que no dia seguinte ás 9 horas da manhã.

A vista do mencionado telegramma e de uma carta que encontrei em minha residência, escripta pelo illustre Duque de Caxias com data de 31 de Dezembro, era bem natural que eu pensasse que se tratava de uma alta questão de Estado; e neste caso, ou fosse para emitir alguma opinião ou assumir maior responsabilidade, era meu dever, como homem politico, cercar-me do conselho dos meus amigos. Assim na mesma noite dirigi-me á casa do conselheiro Nabuco, cuja perda será sempre lamentada (*apoiados*), e ali encontrei, entre outros correligionarios, o Sr. senador Leão Velloso.

O Sr. LEÃO VELLOSO:—E' verdade.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*):—Delle e de outros procurei informar-me dos negocios do dia.

O Sr. LEÃO VELLOSO:—V. Ex. era inteiramente estranho ao que se tinha passado.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*):—Foi então que soube que V. Ex., Sr. presidente, e o nobre presidente da camara passada tinham sido chamados a S. Christovão, ignorando-se entretanto o resultado dessa conferencia. Em presença de taes factos já não me era lícito duvidar de que se tratava de uma alta questão de Estado, em que provavelmente estava envolvida a desejada reforma eleitoral.

Que muito é que, conferenciando com os meus amigos, me occupasse desse ponto, como em viagem já o tinha feito no mesmo dia com o Sr. conselheiro Octaviano?

Eu suppunha que a difficuldade em aceitar a reforma consistia, por parte dos conservadores, em escrúpulos constitucionaes; a alguns e mihi distintos membros desta casa tinha ouvido que não duvidariam votar por ella, uma vez que fossem observados os tramites marcados na constituição.

Estando disto convencido, como pôde ser objecto de reparo que me habilitasse com a opinião de meus amigos para no dia immediato, comparecendo perante a Corôa, aconselhar-a sobre o modo mais conveniente para resolver a questão eleitoral?

O Sr. PARANAGUÁ:—Que tem sido sua delenda Carthago.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*):—Não se recorda o meu nobre amigo que deste lugar muitas vezes o convidei e a seus predecessores para se collocarem á frente dessa idéa, certos de que os acompanharia?

Creio ter demonstrado que o argumento deduzido da consulta aos meus amigos não autoriza o nobre senador pela Bahia a pensar que eu estivesse no segredo da evolução politica, antes mesmo de haver sido ella effectuada.

Mas, senhores, quando assim não fosse, quando o que tenho dito não bastasse para desvanecer as injustas suspeitas do nobre senador pela Bahia, uma simples consideração seria sufficiente para convencel-o de que está em erro.

S. Ex. tem por mais de uma vez servido nos conselhos da Corôa o conhece, como todos que têm tido esta honra, o grau de circumspecção, criterio e prudencia com que ella procede no desempenho das altas attribuições que lhe confere a lei funda-

mental do Imperio (*apoiados*). Bastaria essa só consideração para excluir do espirito, ainda o mais prevanido, a idéa de que em suas relações com o ministerio, por meio de combinações antecipadas e occultas, faltasse a Corôa aos principios de lealdade, que constituem o seu melhor brazão (*apoiados*).

Proseguirei no curso da minha narrativa, relativamente á organização ministerial.

Comparecendo no dia 3 ao paço de S. Christovão, Sua Magestade o Imperador me fez a honra de dizer que, tendo conferenciado com os presidentes das duas camaras, pelas respectivas declarações reconhecera que era tempo de realizar-se a reforma eleitoral, acrescentando que sendo ella do programma liberal, a esse partido cumpria promover-a; pelo que encarregava-me de organizar o novo ministerio.

Comquanto, senhores, difficil fosse a missão, que me era confiada, não podia recusar-a sem faltar a serios compromissos que tinha para com meu partido.

O Sr. LEÃO VELLOSO:—Apoiado.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*):—Nessa occasião declarei a Sua Magestade que, não obstante entenderem muitos dos meus amigos politicos que a reforma se podia fazer por lei ordinaria, todavia, não fazendo elles questão de forma, mais acertado me parecia effectual-a mediante reforma constitucional, porque assim teriamos tambem os votos dos que pensam que só por este meio se pôde fazel-a.

E, senhores, cumpre que o digamos: uma lei desta ordem não deve ser obra somente de um, mas de todos os partidos. Quanto maior for a somma de opiniões que para ella concorra, maior será tambem sua autoridade e força moral (*apoiados*).

Tendo sustentado por muitas annos a conveniencia da reforma, eu não tinha opinião compromettida quanto ao modo de effectual-a; e mesmo que a tivesse, disto não faria questão, pois o que desejo é a realização da idéa. Si aconselhei á Corôa o meio, que vejo agora censurado, foi porque pareceu-me o mais prudente e seguro. Si agora me censuram, com maioria de razão o fariam si outro fôra o meio adoptado. Então os adversarios da reforma procuraríam acastellar-se na constituição e talvez exercessem assim grande influencia sobre os espiritos timoratos.

O meu nobre amigo, senador pela Bahia, dou a entender que não aconselhei por inspiração propria. Peço licença a S. Ex. para dizer-lhe que não aceito semelhaute insinuação. O nobre senador conhece-me de ha muitos annos e sabe que não sou daquelles que se deixam facilmente levar por opiniões alheias, por mais autorizadas que sejam.

No caso de que se trata não é mister conhecer quaes os elementos de minha opinião, mas somente si sou por ella responsavel.

Si erro houve no conselho que dei, declaro que ainda não me arrependi, porque espero conseguir por effeito d'elle, a reforma eleitoral, de cuja necessidade tão convencido se tem mostrado o meu nobre amigo.

Pelo que disse o nobre senador, em materia desta ordem a Corôa não pôde ter opinião.

Senhores, este principio não é verdadeiro, o surprende-me vel-o sustentado por homens de uma escola politica, que adopta a maxima do que o rei reina, governa e administra.



O Sr. BARÃO DE COTEGIPE dá um aparte.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Não pertence à essa escola, nem à daquelles que negam à Corôa qualquer intervenção nos negócios do Estado.

Nos governos representativos a Corôa não é uma entidade nulla, pelo contrario, exerce influencia e muito legitima na direcção dos negocios publicos (*apoiadas*).

Pela constituição é ella o terceiro ramo do poder legislativo por meio da sanção; e, além disto, sendo, pela natureza de sua perpetuidade, o elemento fixo do governo, não pôde deixar de exercer aquella autoridade que resulta da longa pratica e amplo conhecimento dos negocios, autoridade que mais avulta segundo o grau de intelligencia e criterio de quem a representa no exercicio de suas elevadas funcções.

Esta opinião não é sómente minha, é também daquelles que, estudando a marcha e o progresso dos povos livres, analysam esta forma de governo nos paizes mais adiantados; somos um povo ainda novo....

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Cincoenta annos não bastam?

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Longo em apparencia, é na realidade curto esse espaço, porque ainda não podemos adquirir certa somma de experiencia para bem julgar das vantagens de nosso systema. É por isso que muitas vezes me soccorro, nestas discussões, do exemplo de outros que contam por seculos a pratica do governo representativo.

Pego licença ao senado para ler o que acerca desio assumpto dizem alguns dos escriptores que mais se têm occupado com o desenvolvimento do systema inglez.

Não tomarei por ponto de partida a época do reinado de Guilherme IV, conquanto este monarcha seja considerado como rei verdadeiramente constitucional. É conhecida sua intervenção a favor da reforma parlamentar, para a qual instituiu, mandando escrever por seu secretario privado, cartas aos membros da camara dos *lords*, sobre a conveniencia de votarem pelo *bill* da reforma, assim de não expor-se o paiz a grandes calamidades. É também sabido que, em resposta á uma mensagem do clero de Irlanda, elle manifestou positivamente sua opinião, sem communicar-a aos seus conselheiros responsaveis.

Tomando um exemplo de data mais recente, lembrarei o facto muito conhecido que aconteceu sendo ministro lord Palmerston, por occasião do golpe de Estado de 2 de Dezembro. A rainha Victoria, considerada typo do soberano constitucional, estranhando o procedimento que elle então tivera, advertiu-lhe que nenhum despacho importante expedisse sem prévio conhecimento de seus collo-gas e approvação da rainha.

Para corroborar o que tenho dito, citarei opiniões dos autores, que pertencem a partidos differentes, mas que a este respeito são accordes.

Diz lord Brougham em sua—*Philosophia Politica*—que as opiniões do monarcha devem ter valor, até contra os sentimentos oppostos do povo e dos *lords*, e que o proprio monarcha deve constituir uma parte substantiva do systema politico como correctivo sobre os outros ramos.

Lord Grey, em seus *Ensaíos sobre o Governo Parlamentar*, exprime-se do seguinte modo: «Ha

ainda uma garantia contra o abuso em ser necessario que os ministros obtenham da Corôa sua sanção para as medidas de maxima importancia. É certo que a Corôa raras vezes deixa de proceder de accordo com os seus conselheiros, nem poderia fazel-o com frequencia sem grande inconveniencia.

« Não obstante, os soberanos deste paiz podem e geralmente têm exercido grande influencia sobre o governo, e, em casos extremos, o poder que tem a Corôa de recusar seu assentimento ás medidas, que lhe são propostas, pôde ser exercido com grande proveito para a nação. »

A autoridade da corôa na Inglaterra, diz lord Derby, não provém do voto que a rainha tem sobre os actos do parlamento, mas do direito e da influencia propria que ella exerce sobre os ministros, e, por intermedio destes, sobre os dous ramos legislativos, o que dá-lhe ensejo de emitir o seu juizo sobre as medidas, antes de serem submettidas á apreciação do parlamento, e não depois de haverem obtido a sua approvação.

A este respeito, diz lord Palmerston, que é erro fundamental supôr-se que o poder que tem a corôa de rejeitar as leis, tenha deixado de existir. Este poder permanece como d'antes, porém exercido de modo diverso. Em lugar de ser exercido na occasião de ser a lei apresentada á sanção, é por anticipação nas discussões das duas casas do parlamento. Elle é delegado aquelles que são os conselheiros responsaveis da Corôa, não é pois possível que uma lei votada pelas duas camaras seja então pela Corôa recusada.

E porque? Porque não se pôde conceber que uma lei tenha recebido o assentimento das duas casas do parlamento, onde têm assento ministros da Corôa, que discutem, dirigem e votam, sem que elles, conselheiros da Corôa, tenham concordado nessa lei, e, portanto, estejam habilitados a aconselhar ao soberano a sua sanção. Si uma lei passasse nas duas camaras contra a vontade e opinião dos ministros, estes naturalmente deveriam resignar os seus cargos, e serem substituidos por aquelles que tivessem a confiança do parlamento.

Vê, pois, o nobre senador que não se pôde exigir que a Corôa nem ao menos tenha opinião sobre materia tão importante como a de que se trata. Em todo o caso não merece ella censura, desde que a necessidade da reforma da constituição foi aconselhada por mim, unico responsavel.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA dá um aparte.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Desculpe; o que digo é que a Corôa tem vontade e pôde ter opinião.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Opinião da Corôa é governo pessoal.

O Sr. LEÃO VELLOSO:—Governo pessoal, com responsabilidade do ministerio?

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA dá um aparte.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Qual é a linguagem inconveniente? Esta é a opinião tomada pelo ministerio, e aconselhada á Corôa.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Comprometteram as cousas.

O Sr. LEÃO VELLOSO dá um aparte.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—O meu nobre amigo me conhece ha muitos annos e sabe que a minha vontade não é facil de ser

arrastada por quem quer que seja; creio que mais do um exemplo tenho dado na minha longa carreira publica; em negocios como estes sou sempre levado pelos meus proprios sentimentos.

O Sr. VIEIRA DA SILVA:—Peço a palavra.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—É sempre para mim grande prazer, quando minhas idéas se acham accordes com as da Corôa; mas si, em qualquer circumstancia me achasse em divergencia, nada haveria que me fôrçasse a permanecer no ministerio. Si sirvo á Corôa com a lealdade com que tenho servido, é porque sempre que tenho estado no governo nunca encontrei resistencia ás minhas opiniões em bem do serviço publico. Em outras condições, eu não poderia servir.

Agora, porém, que o meu nobre amigo dirige-me censuras, devo dizer (não é rectificação, é a expressão da verdade) que as circumstancias difficéis, em que me achei, quando fui chamado ao ministerio, em parte foram devidas ao gabinete que se retirou. Não se ignorava nesta corte que o ministerio de 25 de Junho não podia continuar; a molestia do nobre Duque de Caxias era conhecida, e o meu nobre amigo commettera grande erro não aproveitando a reunião do parlamento para definir a posição do governo.

O nobre Duque de Caxias tinha-se ausentado, havia alguns mezes, e não se ignorava que elle não podia continuar no ministerio, sem comprometter sua existencia; portanto, o meu nobre amigo devia ter provocado no parlamento alguma questão de que pudesse resultar outra combinação ministerial.

Declaro ao senado que, quando organizei o ministerio, não era meu intento dissolver a camara dos Srs. deputados. Tratando de uma questão que interessava a todos, meu desejo era, como é hoje, buscar o concurso de todos os partidos nas condições em que se achava o paiz, para promover outro modo de eleição, que dêsse garantia ao voto nacional. Si não fossem as difficuldades financeiras em que se achou o ministerio de 3 de Janeiro, provenientes do flagello da seca no norte e das constantes exigencias de dinheiro para fazer face ás despesas com a colonisação no sul, certamente não teríamos promovido a dissolução da camara.

Em tal situação, a emissão de papel-moeda era inevitavel, e, por consequencia, a dissolução da camara.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Razão de mais para não se dissolver a camara.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—O nobre senador elevou a voz para accusar com vehemencia ao governo, sem lembrar-se que em outros tempos se deram factos identicos.

O Sr. CORREIA:—As circumstancias eram diferentes.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—Nas circumstancias descriptas não podíamos recorrer a outro meio, não obstante ser eu adverso ao papel-moeda.

Uma voz:—Mostra-se o contrario na venda das apolices.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—A venda das apolices foi posterior á emissão, as circumstancias eram outras.

Tenho sido censurado por não ter ainda apresentado o projecto de lei pedindo a approvação desta

medida, mas declaro que dentro de poucos dias ha de ser elle apresentado á camara dos senhores deputados, e então discutiremos o assumpto.

O Sr. VIEIRA DA SILVA (signaes de attenção):—Sr. presidente, quando o illustre relator da commissão de resposta á falla do throno pediu a palavra, entendi que não teria necessidade de occupar a tribuna neste debate.

Entretanto, faltando ainda uma hora para terminar a sessão, e desejando o illustre senador, que como ministro da fazenda fez parte do gabinete de 25 de Junho, fallar ainda uma vez sobre a resposta á falla do throno, não quero deixar do proporcionar ao senado occasião de ouvir a defesa do ministerio de 25 de Junho, que envolve tambem a do partido conservador.

O Sr. CORREIA:—Nós tambem desejamos ouvir a V. Ex.

O Sr. VIEIRA DA SILVA:—O meu illustre amigo, senador pela provincia de Goyaz, entendeu que devia mandar emenda ao projecto de resposta á falla do throno offerecido á consideração do senado pela commissão, e eu faltaria, certamente, ao meu dever, si, occupando a tribuna, não principiasse por tomar em consideração a emenda de tão illustre senador.

Confesso que sinto-me acanhado, tendo de discordar do meu illustre amigo. Acanhado, porque tributo a S. Ex. o mais profundo respeito; acanhado, porque sou o primeiro a reconhecer, que S. Ex. falla sempre nesta casa com muita autoridade e talento . . .

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—E convicção.

O Sr. VIEIRA DA SILVA:— . . . e convicção. Entretanto peço licença para discordar do nobre senador quando entende que a commissão, referindo-se ao topico da falla do throno, em que a Corôa annuncia a necessidade da reforma do systema eleitoral vigente, adoptando-se a eleição directa, fôrta laconica de mais, sendo causa esta seu laconismo de suspeitas, de desconfiança, de conflicto entre a outra camara e o senado.

Senhores, a emenda do nobre senador quer que se declare na resposta ao discurso da Corôa que o senado procuraria inspirar-se na opinião nacional.

Entretanto, S. Ex. quando procurou o tipo, o thermometro que pôde determinar as mudanças das situações politicas, viu-se embaraçado para descobrir esse tipo, esse thermometro, esse verificador da opinião.

Disse S. Ex. que não podemos procural-o nas camaras, quando o paiz está revoltado contra a influencia excessiva que o governo exerce nas eleições. No paiz onde não são as maiorias numericas que elevam e derrubam ministerios, disse o nobre senador, qual é o thermometro que ha de servir para legalisar as mudanças de situações politicas? Em um paiz de camaras unanimes!

Que não podemos tambem procural-o na imprensa, porque ella em geral não tem a necessaria circulação.

Que não podemos enfim procural-o nas conferencias, porque essas ha pouco começaram, e começaram incompletamente.

Sr. presidente, si a convicção do nobre senador é que nos falta esse verificador, como poderia o senado asseverar, que procuraria inspirar-se na opinião nacional? Como conhecê-la?

Não ha camara, não ha imprensa, não ha reuniões; assim, como verificar a opinião nacional, e nella inspirar-se o senado?

Senhores, eu não concordo com o nobre senador quanto ao que disse em relação à imprensa do paiz; si os nossos jornaes não têm circulação superior a 10.000 exemplares, como disse S. Ex., comtudo seus artigos são transcriptos na imprensa das provincias; e por esse meio reproduzem-se as noticias e as idéas chegam a todos os cantos do Imperio. Póde concorrer pois para formar-se uma opinião, falsa ou verdadeira; não ha negar sua influencia.

Mas, concordo com o nobre senador, que com effeito nos falta esse verificador, esse criterio, esse typo para bem conhecer a opinião nacional, desde que a eleição não fór a expressão verdadeira dos sentimentos da nação como aconteceu agora em relação à camara actual.

Depois de pomposos discursos proferidos pela opposição da outra camara, na ultima sessão da legislatura que findou pela dissolução; depois das proflações de fé, dos programmas e cartas-programmas, apresentados pelo partido liberal, a nação tinha o direito de esperar que, mudada a situação politica, as urnas, passando o poder para os liberaes, fossem livres, abstenendo-se a autoridade de toda intervenção indebita na eleição dos novos deputados.

O resultado da primeira prova por que passou o partido liberal encarregou-se de revelar ao paiz um membro do actual gabinete.

O senado ha de recordar-se da maneira, por que se exprimiu na outra camara o ex-ministro da fazenda.

Ninguém ainda lavrou com tanta autoridade o conhecimento de causa condemnatória mais formal, nem mais authentica, contra a primeira camara eleita sob o dominio do partido liberal.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*):—A condemnção é do systema.

O Sr. VIEIRA DA SILVA:—O systema ainda não foi, nem póde ter sido julgado, porque nunca foi posto em execução. O que está julgado são os homens que têm concorrido para falsear-se o systema, autorizando fraudes e violencias.

O Sr. Diogo Velho:—O typo da liberdade do voto é a eleição da Gloria. A força publica garantia a anarchia, os legitimos votantes eram repellidos da igreja, como foi o Sr. Visconde de Muritiba, eu e outros conservadores, que não puderam votar. O nobre presidente do conselho bem testemunhou o que por lá se passou.

(*Trocam-se apartes.*)

O Sr. VIEIRA DA SILVA:—Como ia dizendo, Sr. presidente, o ministro da fazenda, hoje retirado do gabinete, agora simples deputado...

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Alijado.

O Sr. VIEIRA DA SILVA:—... disse na camara dos deputados: Vede, o que succede hoje, foi o que succedeu hontem. Tínhamos uma camara conservadora quasi unanime, mudou-se a situação politica, e veiu uma camara liberal unanime. O paiz é sempre da opinião do ministerio.

Pois o paiz é sempre da opinião do ministerio! Sigassim fosse, que necessidade haveria de reformas?

Não, Sr. presidente, o paiz não é sempre da opinião do ministerio, como affirmou o nobre ex-ministro da fazenda; contra esta asserção ousada

protestam os urnas violadas, as eleições clandestinas, as actas falsas, mesas illogaes, a hypocrisia das circulares e a perfidia dos agentes do governo.

O Sr. Diogo Velho:—E os actos de violencia praticados nas igrejas, pela força armada.

O Sr. VIEIRA DA SILVA:—Protestam esses deputados que acabam de ser despedidos á porta da camara onde não se lhes permittiu o ingresso a que tinham direito; protesta a imprensa desta corte e das provincias; protestam todas as classes da sociedade convencidas que o ministerio, que apenas acaba de nascer, já se acha gasto!

O Sr. BANÃO DE COTEGIPE:—Vai deixando, como Medea, os membros pelo caminho.

O Sr. VIEIRA DA SILVA:—As urnas, violado o voto do cidadão, deram com effeito um resultado favoravel ao ministerio, mas ninguém dirá que o paiz tivesse tomado parte no attentado de 5 de Agosto.

A franca manifestação feita por um membro do gabinete, confirma de um modo authenticco o que está na consciencia de todos, que não houve liberdade de voto, não houve eleição.

Depois de taes declarações, senhores, o que representa a camara dos deputados?

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*):—V. Ex. não póde dizer isto da camara dos deputados.

O Sr. VIEIRA DA SILVA:—Esta pergunta é a consequencia das declarações do collega do V. Ex. Foi o ex-ministro da fazenda quem fez essas revelações, quem declarou que na camara só havia seis deputados legitimos, elle e seus collegas do Rio Grande do Sul, sendo porém a sua eleição ainda a mais legitima, a melhor de todas!

Um Sr. SENADOR:—Contra isto protestou o Sr. Martinho Campos, declarando que, si tivesse sido eleito pelo governo, repelliria o diploma com a ponta do pé.

(*Ha outros apartes.*)

O Sr. VIEIRA DA SILVA:—Que confiança póde inspirar á nação uma camara que tem em seu seio apenas seis deputados legitimos, e esses mesmos eleitos por uma provincia que tinha dous representantes seus no ministerio?

O Sr. Diogo Velho:—Reduzindo-se os deputados a prepostos do executivo a prazo fixo.

O Sr. VIEIRA DA SILVA:—Senhores, o ministerio, chamado para regenerar o systema eleitoral do Imperio, porque não se aproveitou desta occasião para dar a medida da moralidade que dizia sustentar, deixando que as urnas fossem livres? Uma camara chamada para os fins que tinha em mente o ministerio, no desempenho do programma do seu partido, chamada a votar a reforma da constituição, que força, que conceito poderá merecer depois do quanto disse um membro do gabinete? O partido liberal que, como dizem os seus chefes, teve 10 annos de adversidade, o que durante esse periodo se preparara para fazer vingar as boas praticas do systema representativo, não confluou no resultado das urnas para deital-as livres!

Todos esses programmas engenhosamente elaborados, todas essas aspirações caliram por terra no momento em que poderiam ser realizadas!

Sr. presidente, si a eleição foi uma violação do programma do gabinete, regeneração do systema

eleitoral, encarregou-se o nobre presidente do conselho de informar o paiz como subiu o seu partido. • O partido liberal, disse S. Ex., não venceu pelas proprias armas; não subiu ao poder porque vencesse nos comicios, ou no parlamento; mas, porque os nossos contrarios naufragaram. »

Reconheceu, portanto, o nobre presidente do conselho que os partidos podem naufragar fóra dos comicios e do parlamento: doutrina nova que contraria de frente o programma do partido liberal, proclamado em opposição.

O Sr. Diogo Velho:—Devia declarar onde e como naufragou o partido conservador.

O Sr. Vieira da Silva:—S. Ex. está em contradicção com o programma do seu partido. Por este programma só nos comicios ou no parlamento podem naufragar os ministerios.

O Sr. Diogo Velho:—Não houve naufragio dos conservadores; tiveram assalto dos liberaes pela janella, como reconhecem.

(Ha outros apertes.)

O Sr. Vieira da Silva:—Entendeu o nobre presidente do conselho, quando occupou a tribuna antes de mim, que o honrado Sr. Barão do Cotegipe havia tomado agora a bandeira do partido liberal, dizendo que o nobre Barão quer hoje que a Corôa paixe em tal altura que, para escapar ás censuras, não intervenha nos negocios politicos do paiz nem como pensamento, nem como opinião.

Eu por mim, Sr. presidente, entendo que os conservadores são e devem ser coherentes. Ha em a nossa constituição um elemento de força e de vitalidade que, sendo a chave de toda a nossa organização politica, vêla incessante sobre a manutenção da independencia, equilibrio e harmonia dos mais poderes. Este regulador é o poder moderador, e as duas attribuições mais importantes que exerce são a livre nomeação e demissão de seus ministros e a dissolução da camara dos deputados.

O jogo deste poder no mecanismo constitucional não enfraquece a autoridade especifica da camara dos deputados; fere apenas a camara contra a qual é exercido o acto da dissolução.

Entre nós, si o poder executivo absorvesse as attribuições do poder moderador e as attribuições legislativas, seria um poder unico...

O Sr. Mendes de Almeida:—E tinhamos o absolutismo.

O Sr. Vieira da Silva:—... tão absoluto, como si residisse na Corôa exclusivamente. Porque motivo se ha de julgar mais idoneo, mais competente o presidente do conselho de ministros, para dissolver uma camara, do que o soberano? O presidente do conselho de ministros não pôde deixar de representar a maioria da camara, de partilhar por consequente suas paixões, seus interesses; não pôde deixar de ser influenciado pelo espirito de partido.

Em uma questão tão grave, porque ha de ser chamado o presidente do conselho de ministros a decidil-a, quando temos um poder neutro, mais capaz de ser juiz entre a maioria e a minoria, entre a camara e a nação?

Para o egoismo de uma camara legislativa e contra o fanatismo partidario de seus chefes não ha outro recurso senão o da dissolução; si entre nós o poder moderador não assumisse o direito

de dissolver a camara, quando assim julgasse conveniente á salvação do Estado, seguir-se-hia que a maioria da camara dos deputados e o ministerio poderiam nas nossas circunstancias perpetuar-se no poder, e a opposição não restaria outro recurso senão o da revolução.

O Sr. Cansansão de Sinimbu (*presidente do conselho*):—Por isso queremos as eleições livres, e o unico contrapêso ao governo pessoal.

O Sr. Vieira da Silva:—Senhores, uma coisa está para mim averiguada, e é que a Corôa tem sempre procedido com summo criterio nas occasiões em que tem sido forçada a decidir-se por um ou outro partido.

O Sr. Visconde de Bom Retiro:—Apoiado.

O Sr. Vieira da Silva:—Está na consciencia de todos, e ainda ha pouco o nobre presidente do conselho fez importantes declarações a este respeito: organizado o gabinete, a direcção dos negocios publicos pertence ao ministerio, não ha influencia indebita; esta influencia indebita nos actos do executivo é que pôde constituir o poder pessoal.

O Sr. Visconde de Bom Retiro:—Apoiado. Assim o reconheceram todos os ex-presidentes do conselho que se achavam com assento no senado em 1869, quando fallei.

O Sr. Mendes de Almeida:—As verdades vão apparecendo com a discussão.

O Sr. Vieira da Silva:—Organizado o gabinete, este sustenta-se até que ou dissensão intestina entre os membros do proprio gabinete, ou a falta de confiança da camara determina uma nova organização ministerial continuando o mesmo partido, ou dando-se a mudança da situação politica.

Um dos defeitos do nosso systema é que, ou seja a camara unanime ou não, os ministros têm em frente de si seus rivaes, os aspirantes ás pastas, que se tornam vigilantes em descobrir qualquer falta de que possam tirar partido. A prova disto tem o actual ministerio que, com uma camara unanime, não pôde evitar a opposição que o incommoda e embaraça.

O Sr. Mendes de Almeida:—Devoram-se entre si.

O Sr. Vieira da Silva:—Ha tres factos para mim de summa importancia, praticados pelo actual gabinete, que provam a não existencia do poder pessoal entre nós.

O primeiro facto é o da organização do actual gabinete. Eu o referirei como o referiu o Sr. presidente do conselho.

Chamado a S. Christovão, antes de apresentar-se ao soberano, dirigiu-se S. Ex. á casa do conselheiro Nabuco, já fallecido.

O Sr. Cansansão de Sinimbu (*presidente do conselho*):—Já o disse outro dia.

O Sr. Vieira da Silva:—Ahi em presença de seus amigos, suscitou esta questão:—de que modo propriamente a reforma eleitoral. A resposta foi que seria ineptia si se perdesse esta occasião de abrir S. Ex., pela segunda vez, as portas do poder ao seu partido.

O Sr. Cansansão de Sinimbu (*presidente do conselho*):—Que não fizesse questão da forma.

O Sr. Vieira da Silva:—Aceito a correcção.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Porque todos os meios são bons para ganhar o poder....

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Conselho de defuncto.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—Tratava-se de saber si se devia fazer a reforma eleitoral mediante reforma constitucional.

O Sr. VIEIRA DA SILVA:—Releio-me as palavras do V. Ex. na outra camara....

Mas para mim a importancia da declaração do nobre presidente do conselho está no recio que S. Ex. revelou, nas apprehensões que nutria em relação a essa pretendida influencia do um poder....

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—Eu tenho recios? recios de que?

O Sr. VIEIRA DA SILVA:—V. Ex. não me ouviu; eu expunho outra vez. A conferencia que houve entre V. Ex. e seus amigos para mim é de summa importancia, porque revela o recio ou as apprehensões de que então V. Ex. se achava possuido, tanto que foi pedir poderes aos seus amigos antes de apresentar-se em S. Christovão.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—Perdão, não fui pedir poderes a ninguém; figurei hypothèses, porque eu não sabia do estado dos negocios.

O Sr. VIEIRA DA SILVA:—Em todo o caso V. Ex. sahio da casa de seus amigos munido de plenos poderes.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—Quiz ouvir apenas aos meus amigos.

O Sr. VIEIRA DA SILVA:—Mas isto denuncia, tanto da parte de V. Ex. como da de seus amigos, apprehensões....

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Apoiado.

O Sr. VIEIRA DA SILVA:—....si teria ou não plena liberdade.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—Plena liberdade? Quiz ouvir os meus amigos para inteirar-me do estado dos negocios.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Teve medo dos escrupulos.

Um Sr. SENADOR:—E eram muito respeitaveis.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—Isto é claro; do contrario não havia consulta.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—Qual consulta?

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Consulta com o defuncto.

O Sr. VIEIRA DA SILVA:—O nobre presidente do conselho, porém, voltou satisfeito de S. Christovão e convencido de que o poder passava dos conservadores para os liberais sem condições e para melhor fortalecer esta idéa, declarou S. Ex. ao paiz que foi quem julgou conveniente aconselhar a Coroa que se fizesse a eleição directa mediante a reforma da constituição.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—Como meio mais facil de poder conseguir a reforma.

O Sr. VIEIRA DA SILVA:—A razão que S. Ex. apresentou á camara foi a seguinte: que convinha que se fizesse mediante reforma da constituição para que os conservadores....

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—Sim, senhor; porque o Sr. Visconde de S. Vicente que era vivo, o Sr. Visconde do Rio Branco que estava presente e outros me diziam que pela reforma da constituição votariam e sem isto não o fariam.

O Sr. VIEIRA DA SILVA:—.... para que os conservadores no futuro não se prevalecessem de triumphos momentaneos para esbulhar os liberais desta vantagem ou desta conquista, como diz S. Ex. na 2.ª edição do seu discurso.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—Isto já está contestado.

O Sr. VIEIRA DA SILVA:—Si a conferencia de S. Ex. com seus amigos, os poderes que exigiu, provam apprehensões, as suas palavras na outra camara e proferidas hoje no senado, indicam que depois da conferencia de S. Christovão, — essas apprehensões eram infundadas quanto a organização do gabinete.

Agora o segundo facto:—Organizado o gabinete, a primeira necessidade que se manifestou aos novos ministros foi a de fazerem dinheiro.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—E já.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—As necessidades eram urgentes.

O Sr. VIEIRA DA SILVA:—O caso era grave. Sabia-se que havia impossibilidade de recorrer ao empréstimo estrangeiro, porque achavam-se as portas fechadas....

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—Porta fechada, não.

O Sr. VIEIRA DA SILVA:—....não havia possibilidade de emitir apolices, quando ainda echuavam nos salões da camara dos deputados as palavras proferidas, quando deputado da opposição, pelo illustre cidadão que fôra chamado para a pasta da fazenda. Restava um unico recurso, o da emissão de papel-moeda e o obstaculo unico que se oppunha a que o gabinete lançasse mão deste recurso era muito fragil, senhores, era a violação de uma lei!

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—Não é tão fragil, nós reconhecemos a responsabilidade do acto.

O Sr. VIEIRA DA SILVA:—Fragil sem duvida, para homens que se presumem necessarios....

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—Não, senhor, não é assim.

O Sr. VIEIRA DA SILVA:—...à regeneração deste paiz. Que importava pois a violação da lei que prohibe emitir-se papel-moeda sem prévia autorização da assembléa geral?

E' provavel que renascessem as apprehensões, porquanto o ministerio em peso foi a S. Christovão, apresentou-se ao Imperador declarando que era preciso dinheiro e já!

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—Era preciso.

O Sr. VIEIRA DA SILVA:—O ministerio em peso assignou a exposição de motivos! Creio portanto que não contava com a assignatura do decreto.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—Si não o obtivéssemos, pedíamos demissão.

O Sr. VIEIRA DA SILVA:—Faço justiça a V. Ex.; por tão pouco não valia a pena deixar cahir uma situação que apenas se inaugurara.

Mas o decreto foi assignado; a aquiescencia graciosa do Soberano tirava ao ministerio toda sombra de resistencia.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*): — Nem se queixou a ninguém.

O Sr. VIEIRA DA SILVA: — As apprehensões renasceram...

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*): — Não.

O Sr. VIEIRA DA SILVA: — Mas si V. Ex. esteve sempre em opposição ao poder pessoal, como não ter essas apprehensões?...

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*) dá um aparte.

O Sr. VIEIRA DA SILVA: — O partido liberal do que V. Ex. é chefe, o programma deste partido protestam contra suas palavras...

O Sr. Diogo Velho: — Apolado; era o presidente do Club da Reforma; solidario com seu partido.

(*Ha outros apartes.*)

O Sr. VIEIRA DA SILVA: — Citarei por ultimo um terceiro facto. Espallára-se que o ministerio deixaria que as camaras se reunissem em Maio do anno passado e lhes pediria as leis annuas e a reforma da constituição. Depois, porém, do decreto da emissão do papel-moeda...

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Esta é que foi a causa.

O Sr. VIEIRA DA SILVA: — ...o ministerio entendeu que podia apresentar-se em S. Christovão e pedir a dissolução prévia da camara. Foi assignado o decreto e tão tarde que já havia muitos deputados nesta corte e outros vinham em caminho.

Não deixa de provocar o riso, Sr. presidente, verem-se os nobres ministros, quando se suppunham a braços com o poder pessoal, em frente de moinhos de vento, como outr'ora o cavalleiro da Mancha.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*): — Eu nunca encontrei poder pessoal.

O Sr. VIEIRA DA SILVA: — O certo é que a reacção do gabinete de 5 de Janeiro...

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*): — Sentii essa reacção no Maranhão?

O Sr. VIEIRA DA SILVA: — Si este aparte de V. Ex. é para ouvir a minha opinião sobre essa administração, declaro que desejaria que todas as provincias tivessem sido dotadas de presidentes da ordem do Sr. Prado Pimentel. Entretanto, não se segue que por ter o Sr. Prado Pimentel exercido o governo na minha provincia com tolerancia e moralidade, os das outras provincias procedessem do mesmo modo...

O Sr. Diogo Velho: — E por isso incorreu no desagrado dos amigos liberais.

O Sr. VIEIRA DA SILVA: — Entretanto, o Sr. Prado Pimentel não deixou de proceder como liberal. — Viveu com o seu partido.

A reacção que começara tímida, manifestou-se então violenta. Os decretos de nomeação de presidentes, vice-presidentes e de chefes de policia, foram assignados sem obsecção, sem repugnancia; e para cada provincia autorizavam-se essas cruza-

das electoraes, que deviam dar o triumpho ao governo.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*): — As recommendações do governo eram feitas para que houvesse toda a moderação.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — As particulares não foram.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*): — E as particulares também: desatto a qualquer que possa provar o contrario.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Lá para Goyaz, mandaram um bem crespo.

O Sr. VIEIRA DA SILVA: — Enquanto o Sr. ministro do Imperio desenvolvia toda a sua actividade na pasta que lhe fora confiada em relação á eleição, o nobre ministro da marinha punha em execução o seu plano de economias, juntando-se em torno do gabinete, aos clamores e angustias das populações do norte flagelladas pela fome e pela peste, as lagrimas de centenas de famílias de laboriosos operarios e de voluntarios da patria que da noite para o dia se viam privados dos meios de subsistencia!

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*): — Eram despesas legaes as supprimidas?

O Sr. VIEIRA DA SILVA: — Verdadeiras migalhas, quando comparadas aos desperdícios que se têm dado.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*) dá um aparte.

O Sr. VIEIRA DA SILVA: — Fez-se a eleição e abriu-se a assembléa geral. O ministerio compareceu em ambas as camaras e fez a sua apresentação parlamentar. Logo nessa sessão o ex-ministro da fazenda tornou-se incompatível com a camara dos deputados.

Não era possível que depois das suas manifestações o ex-ministro da fazenda continuasse.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*): — Sua sabida já foi explicada, foi por um principio politico.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Um principio impolitico.

O Sr. VIEIRA DA SILVA: — Não era possível que o honrado presidente do conselho, sectario das boas praticas, não sentisse desde então a necessidade da retirada de um ministro que declarára a camara oriunda de uma eleição falsa, o nobre presidente do conselho depois daquella discussão não podia deixar de dirigir-se a S. Christovão e pedir ou a dissolução dessa camara, ou a retirada do ministerio.

O Sr. LEÃO VELLOSO: — Então, a camara era que devia ser castigada?

O Sr. VIEIRA DA SILVA: — A camara era incompatível com o então ministro da fazenda.

Sr. presidente, disse o Sr. conselheiro Sarinva que o excessivo poder do Imperador do Brazil provém do falseamento do voto. Dirijo desta opinião. Atribuo o falseamento do voto ao excessivo poder do ministerio, ou do poder executivo!

Entre nós, Sr. presidente, o poder executivo tem attribuições extraordinarias, não precisa augmental-as com as attribuições, que pertencem nos outros poderes.

Basta pensar-se no § 12 do art. 102 da constituição, que dá direito ao poder executivo para expedir decretos, instruções e regulamentos, para comprehendermos a força extraordinária de que se acha revestido o poder executivo no nosso paiz.

Foi em virtude destas attribuições que o nobre ministro da Justiça julgou-se autorizado para expedir os dous decretos de Agosto e Novembro do anno passado relativos ao julgamento dos recursos nas relações.

Um Sr. SENADOR:—Segundo elle exprimem ambos a mesma cousa.

O Sr. VIEIRA DA SILVA.—O ministro inglez não tem tanto poder, não tem taes attribuições. Na Inglaterra não é o ministro que expede regulamentos, mas o parlamento. O mesmo acontece nos Estados-Unidos.

Entre nós o governo não contento com fazer regulamentos, em que muitas vezes modifica o sentido da lei, pede o obtém das camaras legislativas autorizações, verdadeiras delegações legislativas!

Já se vê que o governo tem um poder immenso, poder que o leva até a intervir nos julgamentos, como fez o ministro da Justiça expedindo os dous decretos a que me referi.

Si o primeiro decreto é absurdo, o segundo ainda o é mais; si o primeiro autoriza o juiz a pedir esclarecimentos para o julgamento de recursos, o segundo, ordenando a designação de novos juizes, afasta do julgamento o juiz que havia pedido os esclarecimentos!

A theoria do nobre ministro da Justiça quanto á irrevogabilidade dos regulamentos do executivo até onde pode chegar?

Sustenta S. Ex. que um regulamento não se póde reformar ainda que contenha uma violação de lei, sem se commetter um attentado contra a constituição.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:— Isto é uma blasphemia; não tem outro nome.

O Sr. VIEIRA DA SILVA:—Desde que o regulamento do governo estiver em desacôrdo com a lei, nenhum juiz deixará de pôr de parte o regulamento e de observar a lei.

Em caso de duvida é ainda a lei que prefere.

Si o regulamento contiver disposição que não esteja na lei, o juiz não o cumpre, porque não é disposição legislativa.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:— É intuitivo.

O Sr. VIEIRA DA SILVA:—Sr. presidente, pretendia occupar-me ainda do programma do partido liberal; mas, censurou-se já o meu nobre collega da commissão que fallou nesta discussão em primeiro logar, por se mostrar mais zeloso do que os liberaes pela execução do programma que proclamaram. Esta censura não tem fundamento, o nobre senador exerceu um direito, quando se pronunciou, como fez, porque o programma de um partido importa um compromisso com a nação; della fazemos parte, e além disso somos fideles do que dizem e fazem os que estão no poder (apoiados).

O que é notavel é que o nobre ministro da fazenda na camara dos deputados substituiu o programma do partido pelas opiniões individuais do nobre senador pela Bahia o Sr. Saraiva, exaradas na carta que dirigiu em 1868 ao Sr. conselheiro Nabuco, quando foi consultado sobre o programma do partido liberal. As opiniões que triumpharam no Club da Reforma não foram as do Sr. Saraiva.

Nessa carta o nobre senador si reconheceu que era desnecessaria a extinção do poder moderador, e a temporariedade do senado desde que se adoplasse a eleição directa, tambem sustentou que essa reforma envolvia outras providencias que deveriam precedel-a.

Em todo caso a opinião do nobre senador, como quanto muito respeitavel, si constitue hoje um programma não é o programma com que o partido liberal subiu ao poder. Esta substituição de programmas, ainda dá mais que pensar quando o nobre presidente do conselho declarou na camara dos deputados que como Bright odeia os programmas.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (presidente do conselho):—O que eu disse foi que não se podia introduzir em uma legislação o programma inteiro de um partido.

O Sr. VIEIRA DA SILVA:—Apadrinhou-se com as palavras de Bright.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (presidente do conselho) dá um aparte.

O Sr. VIEIRA DA SILVA:—Sr. presidente, não entrarei agora na apreciação das opiniões emitidas pelo nobre presidente do conselho, quando se pronunciou em relação ao senado.

Creio que o senado não se opporá á reforma e si oppuzer-lhe resistencia, esta nunca excederá as suas attribuições constitucionaes; por sua prudencia não irá além. O senado sabe que em épocas como a actual, nos tempos da revolução, só ha dous poderes—a espada e o povo: povo, não vejo, mas vejo a espada.

Em todo caso, Sr. presidente, esta corporação, composta de homens timidos...

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Menos essa.

ALGUNS SRS. SENADORES:—Todos protestam.

O Sr. VIEIRA DA SILVA:—... prudentes, cidadãos vergados ao peso de longos serviços, composta de magistrados em sua maioria aposentados, não tem força para comprimir a nação.

O senado não negará ao governo o concurso de suas luzes e do seu patriotismo para que sejam removidas as difficuldades do presente e firmada em bases solidas a prosperidade do futuro. (Muito bem; muito bem.)

(O orador é cumprimentado por quasi todos os Srs. senadores presentes.)

A discussão ficou adiada pela hora.

O Sr. presidente deu para ordem do dia 18: A mesma já designada.

Levantou-se a sessão ás 3 horas da tarde.

### 30.ª Sessão

EM 18 DE FEVEREIRO DE 1870.

PRESIDENCIA DO SR. VISCONDE DE JAGUARY.

SUMMARY.—EXORDIUM.—Discurso e requerimento do Sr. Silveira da Motta sobre os ultimos acontecimentos de Ill. Observações do Sr. presidente do conselho.—Ordem do dia.—Resposta á falla do throno.—Discurso do Sr. Barão de Cotegipe..

As 11 horas da manhã acharam-se presentes 31 Srs. senadores, a saber: Visconde do Jaguaray, Dias



de Carvalho, Cruz Machado, Barão de Mamanguape, Godoy, Visconde de Abasté, Chichorro, Junqueira, Visconde de Nieheroy, Luiz Carlos, Barão da Laguna, Correia, Vieira da Silva, Visconde de Bom Retiro, Fausto de Agular, Visconde de Muritiba, Jaguaribe, Ribeiro da Luz, Barão de Pirapama, Leão Velloso, Barros Barreto, Uchôa Cavalcanti, Almeida e Albuquerque, Antônio, Barão de Cotegipe, Cunha e Figueiredo, Teixeira Junior, Silveira da Motta, Diniz, Dantas e Paranaguá.

Compareceram depois os Srs. Candido Mendes, Diogo Velho, Fernandes da Cunha, Marquez do Herval, Nunes Gonçalves, Saraiya e Sinimbu.

Deixaram de comparecer, com causa participada, os Srs. Leitão da Cunha, Conde de Baspandy, Duque de Caxias, Firmino, Paula Pessoa, João Alfredo e Visconde do Rio Branco.

Deixaram de comparecer, sem causa participada, os Srs. Barão de Marolim, Barão de Souza Queiroz, Octaviano, Silveira Lobo, Paes de Mendonça, Visconde do Rio Grande e Visconde de Suassuna.

O Sr. PRESIDENTE abriu a sessão.

Leu-se a acta da sessão antecedente e, não havendo quem sobre ella fizesse observações, deu-se por approvada.

O Sr. 1.º SECRETARIO deu conta do seguinte

#### EXPEDIENTE.

##### Offícios :

De 12 do corrente, do ministerio da fazenda, remettendo, em satisfação ao do senado de 7, cópia da representação de varios accionistas do Banco do Brazil que motivou o aviso de 30 de Julho ultimo, dirigido ao presidente do mesmo Banco.

De 15, do mesmo ministerio, remettendo, em resposta ao do senado de 4, a tabella, organizada na directoria geral de contabilidade, dos fundos remettidos pelo thesouro para Londres depois de 22 de Outubro ultimo; e declarando que o governo imperial não abriu credito algum para saettar sobre a casa Rothschild.

Do mesmo ministerio e da mesma data, remettendo, em resposta ao do senado de 31 do mez findo, cópia do officio da alfandega do Rio de Janeiro a directoria geral das rendas publicas, contendo as informações sobre a quantidade e qualidade das fazendas de lá que têm sido aqui importadas, vindas da provincia do Rio Grande do Sul.

A quem fez a requisição.

Do 1.º secretario da camara dos Srs. deputados, de 17 do corrente, communicando que a dita camara adoptou e vai dirigir á sancção imperial a proposição emendada pelo senado sobre locação de serviços. — Ficou o senado inteirado.

Da mesa parochial da freguezia da Govêa, provincia de Minas Geraes, remettendo cópia das actas da eleição do eleitores especiaes a quo se procedeu no dia 10 de Novembro ultimo. — A' commissão de constituição.

##### OS ULTIMOS ACONTECIMENTOS DE ITD'.

O Sr. Silveira da Motta:—Sr. presidente, tenho de occupar a attenção do senado com um

assumppto muito importante, a respeito do qual pretendo pedir informações. E' esse assumppto de tal importancia que talvez eu devesse requerer sessão secreta para tratar della com a liberdade de que preciso e para os resultados que se devem tirar de discussão tão melindrosa.

Como disse, a materia é tão grave, de tanto alcance, que talvez eu devesse pedir sessão secreta.

O Sr. ANTÃO:—Si entenda que é conveniente, peça-a.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Eu tencionava annunciar ao senado o objecto do meu requerimento, e interpellar algum dos nobres ministros para que elle dissesse si acha inconveniencia em tratar-se do assumppto de que vou occupar o senado em sessão publica, ou si seria preferivel fazel-o em sessão secreta.

Porém, Sr. presidente, o senado está abandonado pelos ministros...

O Sr. PARANAGUÁ:—Mais minutos menos minutos, elles ali chegam.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Já tarde, e quando eu tenha esboçado a materia e não possa voltar atrás, talvez appareça então algum dos nobres ministros e me diga: páre... Portanto eu, que por prudencia não queria encetar o assumppto sem consultar o governo, não tenho a quem pedir conselho, porque os Srs. ministros, repito, não estão presentes. Recia, pois, a responsabilidade sobre elles si houver inconveniencia na discussão publica, visto que eu estava disposto a requerer a sessão secreta, si o Sr. presidente do conselho me dissesse que era esta a que convinha.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Hoje não ha nada secreto neste paiz.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Mas, senhores, eu queria ouvir por demais a opinião dos Srs. ministros a respeito da necessidade de sessão secreta, porque a verdade é que sou adverso ás sessões secretas, quero que tudo se passe *apertis foris*, em publico e raso.

Acho que não deve haver para o paiz segredo algum, e por isso creio que o conselho dos honrados ministros para a sessão secreta não seria afinal por mim acollido (*riso*).

Vou dizer ao senado, Sr. presidente, o melindroso assumppto de que tenho de occupar-me: das lamentaveis successos da cidade de Itui; da applicação da lei de Linch pelo povo ituano, e das causas e dos effeitos desse grande acontecimento.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—E o governo sobretudo é o causador disto.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Até hoje não consta um só acto do governo...

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—Podia ter prevenido.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—... não consta um só acto do governo, não digo para prevenir a sorpresa, que se deu naquella cidade, mas para evitar a repetição de tão grave acontecimento.

Até hoje o parlamento tem sido prudente, e a imprensa tem sido comedida no modo de trazer esse triste facto ao conhecimento do publico. Mas

tudo esse comediamento da tribuna e da imprensa tem sem duvida sido inspirado pela esperança de que o governo tomasse alguma providencia para prevenir no futuro a applicação da lei do Lynch.

Mas nenhuma providencia appareceu até agora; e o que se segue é que o parlamento está no seu direito—podendo esclarecimentos a respeito desse facto, de suas causas e de seus effeitos.

E' do que vou occupar-me.

O senado sabe que na cidade de Itú, depois do barbaro assassinato do Dr. Ferraz da Luz, suas filhas e pessoas da familia, o escravo, autor de tão horroroso crime, procedeu de conformidade com o que ultimamente tem praticado todos os escravos que assassinam seus senhores:—entregam-se logo á justiça, ou facilitam a sua captura—na esperança de uma liberdade que lhes está garantida pelo poder moderador na commutação da pena de morte em galés para a Ilha de Fernando, onde elles sem o dominio senhoril, entregues á liberdade de sua industria, cultivam alguma terra, colhem o fructo da lavoura, vendem-no, adquirindo a sua liberdade á custa do crime e do sangue dos seus senhores.

Pois bem; depois desse barbaro assassinato, sendo o escravo recolhido á prisão, occorreu na zona vizinha á cidade de Itú um outro acontecimento quasi semelhante. Amudando-se esses factos successivamente, a população daquelle importante cidade, distincta por muitos titulos...

O Sr. MENDES DE ALMEIDA: — Apoiado.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — ...pela sua illustração, pela sua industria, pelo seu espirito religioso, possuía-se do perigo commum que corriam seus habitantes, e foi levada ao esforço extremo de tentar tirar da cadeia o escravo assassino do Dr. Ferraz. No primeiro dia foi o povo repellido, havendo mortes no conflicto.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA: — E o governo não preveniu o segundo.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — A população, exasperada pela sua derrota no primeiro assalto, teve tempo para meditar segundo, e levou-o a effeito. Nesse segundo assalto mais de 2.000 pessoas, entre as quaes se comprehendiam mulheres e crianças (tanto estava aquella população apoderada do perigo imminente que corria), mais de 2.000 pessoas dirigiram-se em massa á cadeia de Itú.

Travou-se novo combate; a força publica resistiu, houve fogo, do que resultaram mortes de assaltantes e assaltados, de povo e de soldados.

Mas o resultado, senhores, foi a victoria do povo. E' a victoria definitiva, que espero sempre em taes assaltos; o resultado o senado sabe:—o assassino foi arrastado pelas ruas de Itú, morto a pedradas por homens, mulheres e crianças (um facto gravissimo!)....

O Sr. ANTÃO: —Cousa horrivel!

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — ...e o cadaver, arrastado até ás portas da casa da victima, o Dr. Ferraz. E ali o que se ouviu, quando o cadaver...

Pego a attenção dos senhores (dirigindo-se aos bancos fronteiros); não se trata agora de votar juramento. O que se ouviu, senhores, quando o cadaver do algoz, que tambem se tornou victima, foi arrastado ás portas da casa do Dr. Ferraz? Ouviram-se estas palavras fataes: — Viva a justiça do povo! — A justiça do povo era a punição do algoz pela victima.

Depois de novo arrastaram o cadaver até ás portas da cadeia e ali o abandonaram. Isto feito, recolheu-se a população da Itú com a tranquillidade do espirito, propria do acto o mais innocente, como si houvesse praticado mesmo um acto de justiça....

E o que tinha era praticado a lei de Lynch na deficiencia das leis do paiz.

O Sr. TEIXEIRA JUNIOR: — Deficiencia não.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: —É deficiencia, sim, perdão o honrado senador.

O Sr. TEIXEIRA JUNIOR dá um aparte.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: —Eu explico. Nós temos até uma lei especial, em virtude da qual são julgados os crimes praticados pelos escravos contra seus senhores.

O Sr. PRESIDENTE: — Attenção!

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: —Eu estou disposto a não fallar no meio de conversa; estou escandalizado em virtude da votação de minha indicação a respeito do juramento: quando não conseguir attenção, sento-me. Ha uma lei especial, que estabeleceu o processo e limitou a lei geral a respeito da execução da pena de morte, quando se trata de crime committido por escravo contra seus senhores, ou contra feitores e administradores. Essa é a lei, com effeito; mas de que serve ella?

Reconheço, e o poder legislativo reconheceu com muita sabedoria, que os crimes dos escravos contra seus senhores, não podiam ser julgados pela lei commum, porque as circumstancias eram diversas. Estabeleceu um rigor maior.

Mas, de que serve, o que importa a lei, quando o poder moderador, que tambem é lei do paiz (é por isso que chamo deficiencia de lei) annulla todas as leis repressivas desses escravos contra seus senhores e exalta-os e anima-os ao assassinato delles com a esperança da liberdade?

O Sr. RIBEIRO DA LUZ: — Apoiado, tem-se animado o crime; os fazendeiros não são protegidos pelos poderes do Estado.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — E' verdade, tem-se animado o crime. O poder moderador está defendido.....

O Sr. RIBEIRO DA LUZ: — Até já se mata dentro da cidade; não é preciso procurar as fazendas, quando antigamente assim não se fazia: escondiam-se, porque tinham medo da punição.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — O poder moderador está defendido, tem muitos soldados em roda de sua pessoa; nas ruas é precedido de batedores de espadas desembainhadas.

O Sr. CRUZ MACHADO: — Elle não precisa disso, mette-se na multidão, senhor de si.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Gosto de ver a esses senhores doer-lhes a barriga, por uma cousa destas....

O Sr. CRUZ MACHADO: — Digo o que sinto.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Neste paiz, onde o chefe do Estado está defendido por todos estes meios,—que defesa têm os fazendeiros entre grande numero de escravos onde só ha um senhor, e dous ou tres feitores livres? Qual a protecção que têm os fazendeiros pelo Estado? Nenhuma, estão entregues á sorte.

Hoje, nem ao menos se pôde razoavelmente deduzir a necessidade dessa commutação, estabelecida

como regra; porque nem sequer hoje os escravos são tratados com o rigor de outros tempos, o que muitas vezes os incitava a taes desforços.

O senhor é hoje muito mais humano do que era d'antes (*apoiados*), o seu interesse o torna agora humano, não o conseguindo outr'ora a religião e a moral.

O interesse o torna humano, porque o escravo custa 2.000\$000.

Hoje, pois, nem ha ao menos essa razão.

O poder moderador, quando está de principio aberto, commutando todas as penas de morte impostas aos escravos, que commettem assassinatos os mais revoltantes; que matam o senhor, que é seu bemfeitor, que matam sua consorte, que matam maninhos, e que attentam até contra o pudor de suas filhas; quando o poder moderador, digo, adoça-se com a clemencia diante de actos dessa natureza, bem pôde dizer-se que abandona a sorte de nossos fazendeiros, movido unicamente por uma philantropia....

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—Tão illusoria é.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—... por uma philantropia abstracta!

E' o resultado das visitas a Victor Hugo, ao inimigo dos reis, ao inimigo dos principes, ao amigo da liberdade, em toda a sua esphera de actividade, e que se reconhece com mais competencia ao titulo de magestade, do que os augustos viajantes.....

Ora, os nossos fazendeiros que olham para essas visitas a Victor Hugo, e que vêem que os escravos que matam suas mulheres e suas filhas, aproveitam-se das visitas a Victor Hugo, para ficarem impunes o livres do cativeiro, o que devem pensar? Sem duvida que devem os fazendeiros julgar-se abandonados da protecção do poder moderador.

O Sr. RIBEIRO DA LUZ:—Apoiado.

O Sr. CRUZ MACHADO:—Não apoiado.

O Sr. RIBEIRO DA LUZ:—Estão abandonados.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—O ministro da justiça disse na camara dos Srs. deputados que não referendava decreto, pelo qual se levantasse cada-falso no solo sagrado da patria.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Elle referiu-se só ao solo que é sagrado.

Sr. presidente, eu sinto muito a ausencia do nobre presidente do conselho. Pois o protector da grande lavoura, que reuniu um congresso agricola, para o qual convidou todos os fazendeiros...

O Sr. CRUZ MACHADO:—Apoiado.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—... declarando positivamente que seu fim era proteger a grande lavoura, protecção que equivale á dos grandes nucleos de escravatura, como pôde realizar tal protecção com o abandono da sorte dos fazendeiros no furor de seus escravos?

Senhores, eu declaro ao senado que não sou suspeito nesta questão, relativamente aos rigores de nossa legislação para reprimir os crimes dos escravos contra seus senhores.

Fui, talvez, um dos primeiros membros do parlamento brasileiro, que iniciaram medidas para adoçar a sorte da escravidão (*apoiados*); eu fui quem propoz ao senado, para não me julgarem erradamente nesta questão é bom que o diga, eu fui quem propoz a prohibição dos leilões de escravos; eu fui quem propoz a integridade da familia es-

crava, para não poder-se separar a mãe dos filhos; eu fui quem propoz que o Estado não pudesse possuir escravos, assim como as ordens religiosas.

Depois, algumas destas idéas passaram, a maior parte não; porém, mais tarde, vieram outros que colheram os louros.

Quando se tratou da reforma do elemento servil nesta casa, senhores, eu enunciei idéa diversa apresentando alvitre differente do da emancipação do ventre; eu preferia, o os resultados não de mostrar que eu tinha razão, preferia a fixação de prazo. Mas, como não passasse a minha idéa, aceitei e votei pela da liberdade do ventre, porque ora preciso conceder alguma coisa que melhorasse o estado de escravidão; era preciso conceder alguma coisa que puzesse a caminhar esta grande idéa da libertação da nossa escravatura, visto como estou convencido, digam o que quizerem, de que a liberdade politica e civil no Brazil só poderá existir devidamente depois que cessar de uma vez a escravidão civil (*apoiados*).

Senhores, enquanto houver escravos civis, em virtude da lei civil, o trabalho livre não terá o desenvolvimento que lhe é o proprio.

E' o escravo civil o principal elemento de resistencia á colonisação entre nós; enquanto houver escravos, é forçoso confessar, embora dizel-o seja amargo, que os principaes, os maiores responsaveis pelos maus resultados politicos do nosso systema constitucional, são os lavradores, que, pelo temor dos elementos de seu trabalho e industria, prestam-se desgracadamente, a ser instrumentos dos partidos vencedores; e os partidos vencedores são somente no Brazil aquelles que a Corôa abate e eleva a seu talante mudando quando lhe apraz as situações politicas.

Isto faz, senhores....

(*Entra no salão o Sr. presidente do conselho e toma a sua cadeira.*)

Mais vale tarde do que nunca; felizmente chega V. Ex.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Não podia chegar mais cedo: tive que attender ao serviço publico.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Eu creio, mas lamento que o serviço publico nos privasse da presença de V. Ex.

Estão tratando dos negocios de Itú; dou já á luz a V. Ex.

Sr. presidente, nesses acontecimentos de Itú, o governo não deve ver um facto isolado.

A população daquella importante cidade não seria levada a tal excesso, nunca visto neste Imperio, da applicação da justiça popular, si as circumstancias do paiz não estivessem reclamando medidas do que o governo se tem esquecido até hoje.

Na provincia de S. Paulo, nessa heroica provincia, cuja iniciativa tem creado tanta coisa grande, creando até a justiça do povo a lei do Lynch; na provincia de S. Paulo, ha muito tempo que a acção dos tribunaes é invertida, é contrariada pela opinião publica, para evitar que os processos cheguem ao poder moderador, ao libertador dos escravos, que matam os seus senhores.

Ha muito tempo na cidade de Campinas, onde se têm reproduzido muitos assassinatos de senhores, feitores e administradores, a consciencia publica já se tem revoltado a ponto de influir no tribunal do jury para que os jurados nunca imponham a pena

do art. 192, embora hajam as circumstancias aggravantes do codigo, e sim a do art. 193, grau medio, ou minimo, porque entao o juiz de direito e obrigado a commutar a pena em acotes; e, commutada a pena, verillea-se a lei de Lynch: o escravo e morto a acotes, unico recurso que encontra a opiniao desses logares aterrada pela ameaca e perigo constante do assassinato.

Portanto a lei de Lynch, ha muito tempo esta applicada no paiz, mas não com o cavalheirismo que teve a população do Ill., que o fez, dando vivas á justiça do povo, quando o cadaver do assassino foi arrastado até as portas da victimia.

Ainda não ha muito tempo, senhores, um escravo que attentou contra a honra e vida da senhora e das filhas desta, foi, não entregue á autoridade, porque o poder moderador desculparia tambem os attentados ao pudor, como desculpa os attentados á vida, mas á lei de Lynch: foi assassinado e assassinado horrorosamente; porque o escravo terminou o attentado ao pudor pelo assassinato. O seclerato foi apanhado pelo senhor que estava ausente. O que havia de fazer elle? O que se esperava da desesperação de um chefe de familia que achou o seu lar domestico ensanguentado, os cadaveres de sua mulher e de suas filhas violados antes de mortas? O que se havia de esperar? A applicação da lei de Lynch.

O escravo foi atado a um girão estivado; as estivas foram untadas de materias inflammaveis; o criminoso foi depositado vivo sobre as estivas, amarrado de pés e mãos; ateiou-se em seguida o fogo e foi queimado vivo (*sensação*).

ALGUNS SRS. SENADORES: — Que horror!

O Sr. SILVEIRA DA MOTA: — Esse resultado era de esperar da humanidade do quo usa o poder moderador. (*Não apoiados.*)

O Sr. PARANAGUÁ (*com força*): — Não apoiado. Qual a lei que autoriza isso? Já vê que o mal proveu, não do poder moderador, mas dos maus instinctos. Admira que no parlamento se accuse o poder moderador pelo exercicio de uma de suas mais bellas e angustas prerogativas: não porque perdõe, mas porque permute em pena igualmente grave. E' extraordinario!

(*Ha outros apartes.*)

O Sr. SILVEIRA DA MOTA: — Eu quando accuso o poder moderador, accuso-o com a doutrina que sigo, sustentando que todos os actos do poder moderador não se executam sinão com a responsabilidade dos ministros. Portanto accuso os ministros que prestam a sua assignatura a esses actos.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA: — Como accusar o poder moderador seguindo-se essa doutrina?

(*Ha outros apartes.*)

O Sr. SILVEIRA DA MOTA: — Não se levantem com tanto acodamento os senhores imperialistas.

O Sr. JUNQUEIRA: — Monarchistas.

O Sr. SILVEIRA DA MOTA: — Eu, primeiro que tudo, sou constitucionalista.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Queremos o principio monarchico com o systema representativo.

(*Ha outros apartes.*)

O Sr. SILVEIRA DA MOTA: — Eu não professo a doutrina da lealdade á pessoa; professo a da lealdade ao chefe da nação e não á pessoa.

V. II

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Apolado. Ao principio.

O Sr. SILVEIRA DA MOTA: — Ao que vem a estranheza por esses actos de violencia privada pela applicação da lei de Lynch, quando a população se vê nas circumstancias qua descrevi, ha pouco, em que se viu esse pai, encontrando, em sua casa, ensanguentada sua mulher e suas filhas violadas? Acham os senhores que é digno de perdão o hediondo attentado desse assassino? Acham que não merecia o maior dos castigos? Oh! que philantropicos!

ALGUNS SRS. SENADORES: — Ninguém approva.

O Sr. PARANAGUÁ: — Mas o crime não autoriza o excesso: *legem habemus*.

O Sr. RIBEIRO DA LUZ: — Execute-se a lei.

(*Ha outros apartes.*)

O Sr. SILVEIRA DA MOTA: — O que é necessario é que o poder moderador não se interponha na accão dos tribunaes.

O Sr. PARANAGUÁ: — Venham os factos, apontem-se as circumstancias.

O Sr. SILVEIRA DA MOTA: — Quer factos o nobre senador, quando se repetem todos os dias? Quando, ha poucos dias, foi assassinado por um seu escravo aqui nesta capital, um homem que ia passar as noites na Gaven; pedem-se mais factos?

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Para isso não ha a prisão cellular.

O Sr. PARANAGUÁ: — E' preciso examinar os processos e conhecer as circumstancias dos factos.

(*Ha outros apartes.*)

O Sr. SILVEIRA DA MOTA: — Os senhores não vão bem. E' preciso examinar o processo e as circumstancias do crime. Pois os senhores entendem que em todos os processos (e ali está a injusta apreciação) que têm ido á presença do poder moderador, as provas são tão incompletas, foram elles tão mal organizados, que possam considerar-se injustas todas as condemnções?

O Sr. LEÃO VELLOSO: — Em muitos a unica prova é a confissão do réo.

O Sr. SILVEIRA DA MOTA: — O nobre senador está condemnando a sua propria argumentação; não vê que eu digo ser impossivel que todos os processos estejam destituidos de prova?

O Sr. LEÃO VELLOSO: — A obrigação de V. Ex. é mostrar isso mesmo; mas V. Ex. condemna todos os casos sem excepção.

O Sr. SILVEIRA DA MOTA: — Ora senhores! o nobre senador queria que eu trouxesse para aqui todos os processos para mostrar que lhes não faltam provas?

O Sr. LEÃO VELLOSO: — O Sr. ministro da justiça declarou que em todos os casos em que tem havido commutação, a causa foi a falta de provas.

O Sr. SILVEIRA DA MOTA: — Pois declarou mal. E' possivel que em uma longa serie de processos a todos faltassem provas?

(*Cruzam-se apartes.*)

O Sr. SILVEIRA DA MOTA: — A peor defesa que o meu nobre collega pela Bahia podia fazer para desculpar o poder moderador é essa.

O SR. LEÃO VELLOSO — Não apoiado. Como o Sr. ministro da justiça havia de consentir que se executasse a pena de morte, não havendo prova plena nos processos?

O SR. FERNANDES DA CUNHA — O que convém é a prisão celular.

O SR. LEÃO VELLOSO — Pois inicio nesse sentido uma reforma.

(Ha outros apurtes.)

O SR. SILVEIRA DA MOTTA — Esteja o senado certo de que a raiz de minha opinião é que a escravidão é uma injustiça, e uma violência (apoiados); mas a violência e a injustiça não se mantem sinão á custa tambem da violência e da injustiça (apoiados).

O SR. FERNANDES DA CUNHA — É uma terrivel e dolorosa necessidade.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA — Si não quereis a injustiça da pena de morte...

(Crusam-se apurtes.)

O SR. SILVEIRA DA MOTTA — ... si não quereis a injustiça da pena de morte, que concordo seja uma pena em rarissimos casos adoptavel, então aboli a escravidão, porque quem não quer injustiça alguma, nem relativa nem absoluta, deve chegar a esta conclusão.

Enquanto, porém, não abolirdes a escravidão, haveis de fazer o mesmo que fizeram nos Estados Unidos, ter uma legislação especialissima para reprimir os assomos do instinto da liberdade no escravo. O mais é uma incoherencia do nosso legislador; e, quando fallo de legislador, não desconfio que temos uma legislação especial para punir os delictos dos escravos; refiro-me á interferencia, que o poder moderador tem exercido em todos os actos dos tribunaes applicando a lei do paiz. Os actos do poder moderador não se podem considerar hoje em relação á este ou aquelle processo; não quero indagar os casos em que elle intervem por deficiencia de prova completa; eu fallo do systema.

O SR. LEÃO VELLOSO — Não ha systema, tem havido execuções.

O SR. CAUSANSIO DE SINIMBÚ (presidente do conselho) — Em Campos houve, ainda ha pouco tempo (apoiados).

O SR. SILVEIRA DA MOTTA — Tem-se erigido em systema a commutação; em qualquer centro destas nossas fazendas os nobres senadores acham a idéa de que o escravo que mata seu senhor, tem depois perdão do Imperador, e o perdão redundo em ser o escravo remettido para galés ou para a Ilha de Fernando, onde tem um pedacinho de terra para plantar suas espigas do milho, onde compra, onde vende, onde elle é livre, restricto sómente pela zona da ilha. A idéa reinante em todas as nossas fazendas é esta; ao escravo que matar o senhor o Imperador commuta a pena.

D'aqui o que se conclue é que é preciso que o governo tome providencias, não contra a justiça do povo, não contra os instinctos que se manifestaram na cidade de Itú; mas para que não se repitam os factos, que provocam a intervenção da justiça popular. Para isso é que chamo a attenção do governo.

Eu desjiava que o nobre presidente do conselho, que tão extremado se mostrou no seu congresso agrícola pela protecção devida especialmente á

grande lavoura, reconhecendo a necessidade dos grandes nucleos de trabalhadores escravos, garantisse de sua parte, independentemente de outras medidas, a esses lavradores a quem tanto prometteu, no menos alguma protecção para suas vidas e de suas familias.

Fago este pedido ao nobre presidente do conselho, porque não posso interpretar o procedimento da cidade de Itú como um procedimento isolado. Pondere o nobre presidente do conselho que aquella iniciativa de justiça do linch, de que a provincia de S. Paulo deu agora exemplo...

O SR. MENDES DE ALMEIDA — Já tinha havido em Minas.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA — ... ha de repetir-se, e o governo não terá força para cohibil-a. Teve agora a experiencia em Itú, onde a guarnição que estava na cadeia até fez fogo e resistiu ao primeiro assalto, mas não pôde resistir ao segundo.

O SR. MENDES DE ALMEIDA — Culpa do governo; elle é o principal responsavel por aquelle horrôso acontecimento; tinha tido tempo de mandar a Itú força e não o fez.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA — A força publica não ha de ser sufficiente, nas diversas localidades, para resistir ao impulso da justiça do povo.

Note-se que, quando o cadaver do algoz tornado victima chegou ás portas do Dr. Ferraz, o grito que se ouviu ali foi este: não houve vivas ao ministerio, nem a tribunus; houve sómente vivas á justiça do povo.

Esso exemplo pode reproduzir-se, e reflcta o governo nas consequencias naturaes. No momento em que a escravatura se vir ameaçada da justiça de linch, fará tambem sua justiça de linch; é este o perigo maior, o qual o responsavel por taes scenas? O responsavel é de certo o systema de protecção aos escravos que matam seus senhores. Vou mandar á mesa meu requerimento.

Foi lido, apoiado e posto em discussão o seguinte

#### Requerimento.

\* Requerio que se peça ao governo, pelo ministerio da justiça, informação sobre os ultimos acontecimentos de Itú e quaes as providencias que deu.

\* Paço do senado, 18 de Fevereiro de 1879. — Silveira da Motta.

O SR. CAUSANSIO DE SINIMBÚ (presidente do conselho) — Sr. presidente, logo que os jornaes deram noticia dos lamentaveis acontecimentos occorridos na cidade de Itú, o governo expediu telegramma ao seu delegado, pedindo informações sobre o facto e sobre as providencias dadas para reprimil-o. Aconteceu que, quando se deram estes factos, houve a mudança de presidencia, e o vice-presidente entregou a administração ao novo presidente. Este respondeu-me que tinha mandado para aquella cidade o chefe de policia abrir inquerito sobre o successo, o que, apenas sua missão estivesse terminada, daria cabal informação ao governo imperial. É tudo quanto posso informar ao nobre senador pela parte official. Aguardo as informações, e, logo que chegarem, as trarei ao conhecimento do senado.

Entretanto, Sr. presidente, devo dizer a V. Ex. que, por esse mesmo conhecimento que tenho pelas publicações das folhas diarias, são lamentaveis os

sucessos occorridos naquella cidade. O governo deplora profundamente o facto, do qual foi victimada uma pessoa geralmente reconhecida como muito estimavel.

Os Srs. MENDES DE ALMEIDA e CRUZ MACHADO: — Apoiado.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBUÍ (*presidente do conselho*): — O governo deplora, Sr. presidente, porque vê neste facto o indício de outros de muita gravidade... (*apoiados*).

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — É verdade.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBUÍ (*presidente do conselho*): — Mas o governo não pôde deixar também de lastimar que a população de Itú, manifestando desconfiança da justiça do paiz, quizesse por si mesma vingar um facto tão criminoso.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Tinha muitas razões para isto.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBUÍ (*presidente do conselho*): — O governo não pôde por isto justificar os factos que posteriormente occorreram naquella cidade para a repressão do crime.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — O que falta é que mande enforcar a estes, e perdão aos negros escravos assassinos de seus senhores.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA: — O que é censuravel é que o governo, que teve tempo para prevenir o desforço popular, não o fizesse.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBUÍ (*presidente do conselho*): — Sr. presidente, este acontecimento leva-me a fazer algumas considerações sobre o objecto, e começarei por dizer que são desituidas de justiça as censuras feitas ao poder moderador, no exercicio de uma de suas mais nobres attribuições.

Senhores, quando se tem de influir sobre a vida de um homem, nunca são poucas as cautelas que se tomam para que em lugar de justiça não se commetta uma injustiça, e injustiça irreparavel. (*Numerosos apoiados.*)

Todos nós sabemos como em nosso paiz se formam os processos; todos nós sabemos como têm lugar estes assassinatos nas pessoas dos proprietarios: acontecem sempre em lugares solitarios, na ausencia de pessoas que possam testemunhar, e, por conseguinte, na difficuldade de se constituirem provas positivas para se fazer um juizo seguro sobre a criminalidade do réo. Como, pois, Sr. presidente, diante de processos desta natureza, ha de o poder moderador indiscretamente levar-se muitas vezes somente por uma paixão local, sem attender á natureza do facto em si mesmo?...

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — O mal está no systema de pergãoar sempre.

O Sr. VISCONDE DE BOM RETIMO: — Mas não ha tal systema: tem havido execuções.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBUÍ (*presidente do conselho*): — O poder moderador não tem feito disto um systema, porque não ha muitos annos na cidade de Campos foram justificados alguns escravos por terem assassinado a seus senhores. Não ha systema; o que ha é difficuldade de se poder fazer juizo seguro sobre a criminalidade dos réos.

V. Ex. sabe que estes processos são sempre examinados com a maior cautela.

O Sr. LEÃO VELLOSO: — Apoiado.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBUÍ (*presidente do conselho*): — Primeiramente vem remettidos pelos presidentes de provincia, informados pelos magistrados da localidade, e muitas vezes a maior parte delles com vista para o conselho de Estado, que sobre elle institue um exame muito minucioso (*apoiados*).

Por conseguinte, senhores, não se pôde dizer que o poder moderador exerce esta sua attribuição sem as cautelas precisas affim de terem acerto os seus julgamentos.

É verdade, Sr. presidente, os assassinatos commettidos por escravos nas pessoas de seus senhores se têm reproduzido nestes ultimos tempos em grande escala, e isto não pôde deixar de chamar a attenção daquelles que se occupam seriamente dos negocios publicos. Na ausencia de provas, que possam habilitar o poder moderador a conformar-se com as sentenças de morte, tem elle applicado a commutação; mas, como a pena da commutação, neste caso, é a de galés perpetuas, tem resultado disto a crenga, por parte de muitos destes criminosos, de que essa pena equivale para elles a uma liberdade.

O Sr. CRUZ MACHADO: — Apoiado.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Equivale.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBUÍ (*presidente do conselho*): — É este um principio perigoso, mas é um principio em virtude da nossa propria legislação.

O governo, tendo em consideração este objecto, formulou as bases de um projecto, que em poucos dias ha de ser presente á camara dos Srs. deputados, estabelecendo uma mudança na pena: em lugar da pena de galés será a pena de prisão cellular ou isolamento.

Por conseguinte espera o governo, com esta medida, destruir uma falsa esperanza que se tem infiltrado no espirito dos assassinos, suppondo que na pena de galés encontram sua liberdade. Em poucos dias o nobre senador por Goyaz ha de vêr que este projecto será apresentado, e eu conto com as suas luzes para que nesta casa tenha elle a devida acceitação.

Senhores, admira que se queira hoje fazer carga ao governo de factos semelhantes, quando estes factos se têm reproduzido de ha muito tempo (*apoiados*).

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Ninguém diz que seja culpa de V. Ex.; a culpa é de todos os governos.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBUÍ (*presidente do conselho*): — É o que me surpreheende é que os nobres senadores, com iniciativa propria nestas materias, não se tenham apressado também a trazer ao parlamento alguma reforma penal, no sentido de evitar a reprodução de crimes desta ordem.

Concluo, Sr. presidente, dizendo que o governo pensa seriamente neste ponto, porque pôde ter consequências muito desagradaveis.

Devo ainda declarar ao senado que, pelo exame feito nos processos ultimamente vindos ao conhecimento do poder moderador, não nos julgamos habilitados a dar um conselho no sentido de se effectuar a pena de morte, pela imperfeição com que são feitos esses processos, e disto não se pôde tirar a conclusão de que o systema em si mesmo é pernicioso.

Nestas circumstancias, entendo que o unico correctivo que podemos offerecer é a mudança da

nossa legislação penal. Disto cuida o nobre ministro da justiça, que, como disse, tem um projecto formulado, o qual dentro em poucos dias será apresentado ao corpo legislativo.

E' de esperar que com estas medidas a lavoura encontre a segurança, a que tem direito, pela repressão do crime.

Ficou adiada essa discussão por haver pedido a palavra o Sr. Ribeiro da Luz.

#### ORDEN DO DIA.

#### RESPOSTA Á FALTA DO THRONO.

Proseguiu a discussão do projecto de resposta á falta do throno, com a emenda do Sr. Silveira da Motta.

**O Sr. Barão de Cotegipe:** — O honrado Sr. presidente do conselho estranhou hontem que eu tivesse proferido algumas expressões que, no conceito de S. Ex., não lhe pareceram muito harmonicas com a nossa constituição, e outras que em parte feriam o conhecido caracter de S. Ex.

Creio não haver, quanto ao primeiro facto, discrepado um centil daquillo que é permitido pelo nosso systema de governo. Não accusei, nem fallei em poder pessoal; si esse monstro existe, outros foram seus descobridores ou inventores.

Nota que durante esse período chamado do ostracismo, em que os liberaes viviam fora da patria, perseguidos, sem a menor garantia, era assumpto obrigado de todos os discursos, de todos os artigos de jornaes, de todas as conferencias populares, o celebre poder pessoal.

O ministerio, do que tive a honra de fazer parte, foi constantemente aggreddido na camara dos deputados como ministerio, por assim dizer, manivella do poder pessoal...

**Um Sr. SENADOR:** — Eramos caixeiros.

**O Sr. Barão de Cotegipe:** — Dizia-se que eramos administradores de uma fazenda, cujo dono se ausentára em viagem de recreio; dizia-se que o rei (ão grande era esse poder), mesmo do alto das pyramides do Egypto dirigia telegrammas insinuando aquillo que se devia praticar neste paiz.

E, senhores, foi tal a impressão que accusações desta ordem produziram no animo do monarcha, que elle julgou necessario, apenas aportou ao Rio de Janeiro, declarar que nenhuma parte tinha absolutamente tomado nos actos do governo...

**O Sr. Silveira da Motta:** — Nem mesmo do Egypto.

**O Sr. Barão de Cotegipe:** — ... do que se concluiu que tambem essas expressões eram uma reprobção expressa da conducta do ministerio, que exercera o poder durante a ausencia de Sua Magestade.

**Um Sr. SENADOR:** — Foram uma confirmação.

**O Sr. Barão de Cotegipe:** — Eu entendo que era uma confirmação, como diz o meu illustre collega, daquillo que o ministerio havia sempre asseverado.

Recordarei ainda que, quando o partido chamado liberal procurava formular o seu código de leis, que denominou programma da actualidade, esperanças do futuro, foi consultado o meu illustre collega, senador pela provincia da Bahia, sem cuja

opinião o partido não toma deliberação que importante seja, e o meu illustre collega respondeu pela seguinte fórma (12):

• O poder dictatorial da Corôa (é o que alguns chamam pessoal) é uma verdade que só é hoje desconhecida pelos nescios... • Ouça V. Ex...

**O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):** — Estou ouvindo.

**O Sr. Barão de Cotegipe (continuando a leitura):** — ... ou pelos subservientes aos interesses illegittimos da monarchia. Que o Sr. D. Pedro II tem de facto um poder semelhante ao de Napoleão III, é outra verdade de que estou profundamente convencido. A constituição franceza, porém, era a base do poder daquella monarchia, ao passo que o falseamento do voto é origem do excessivo poder do Imperador do Brazil...

**O Sr. SARAIVA:** — Ainda hoje repito isto.

**O Sr. Barão de Cotegipe:** — Bem; nem era de esperar outra cousa da sinceridade das opiniões do illustre senador.

**O Sr. SARAIVA:** — Ainda ha poucos dias declarei que, sem eleição livre, a Corôa é tudo.

**O Sr. Barão de Cotegipe:** — Disse ainda o partido, e pelo órgão dos seus mais autorizados chefes, que a primeira maxima, ou principio fundamental de sua politica, é que o rei reina e não governa. A que vinha esta parte do programma, si não fosse a idéa radicaada no espirito do partido, chamado liberal, de que a Corôa exerce um poder superior, ou além daquello que lhe é conferido pela constituição do Imperio?

Portanto, não sou eu quem vem aqui trazer a questão do poder pessoal ou da preponderancia da Corôa sobre os demais poderes, no que diz respeito á deliberação dos negocios publicos.

E quando, senhores, eu assim o tivesse declarado, estava no meu pleno direito. Desde que o poder, qualquer que elle seja, exorbita por este ou aquelle motivo, ao poder legislativo, principalmente, cabe o dever de censurar esses actos, do procurar chamal-o á orbita em que deve girar.

Por mais, Sr. presidente, que nos compenetre-mos das fleções constitucionaes, força é confessar que essa acção existe; dê-m-lhe a denominação que quizerem: *poder pessoal, poder dictatorial, prerogativa real*, seja como for; e darei, além de outras circumstancias, a prova dessa minha asserção, apontando a organização do ministerio actual. Não tenciono voltar atrás a respeito da organização do ministerio, apesar das novas declarações e explicações dadas pelo illustre presidente do conselho na sessão de hontem; apenas insistirei em um ponto, que é de actualidade, e muito conveniente assignalar.

Esse ponto é o erro, commettido pelo nobre presidente do conselho, de aconselhar ou acceeder a que a reforma para a eleição directa fosse feita mediante reforma da constituição.

Desde que o ministro declara que toma a responsabilidade pela fleção constitucional, está coberta a Corôa; mas as circumstancias do facto indicam que o nobre ministro não aconselhou, mas aceitou o conselho.

**O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):** — E' preciso que V. Ex. demonstre que foi assim.



O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — Em parte já o demonstrei. Eu não estranho que S. Ex. accedesse; casos ha em que ao ministro convem, e até é de seu dever, acceder a escrúpulos ou a tenacidade de certas opiniões; mas no caso presente não havia a menor necessidade de que o nobre presidente do conselho accedesse ou desse o conselho de que fallou. Quaes foram as consequências do que eu ousei chamar um erro do nobre presidente do conselho? Elle viu-se em frente de hypotheses, que são, na realidade, perigosas. Reformar a constituição, era abrir a porta a todas essas tendencias que se manifestaram no paiz para outras reformas.

Os espiritos, senhores, nós o vemos, estão em uma especie de ebullição; não ha idéa que pareça ter raizes no solo, desde a monarchia até a religião; sobre tudo quer-se passar uma razoura (*apoiados*).

Nestas circumstancias, promover reforma da constituição que trouxesse á tona d'agua todas essas aspirações, era na realidade uma grande difficuldade, e o nobre presidente do conselho, que é moderado (e nós somos vizinhos, porque, si elle é liberal-conservador, eu sou conservador-liberal) recuou ante esse perigo e disse: — Para evital-o é preciso que vamos restringir a reforma ao ponto de que se deve occupar a imprópriamente chamada constituinte, digo imprópriamente chamada, porque eu não a considero constituinte (*numerosos apoiados*)...

O Sr. MENDES DE ALMEIDA: — Essa é a verdade.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — ... para que não pudesse abusar dos poderes que lhe eram conferidos.

Qual é a consequencia desse acto do meu illustre amigo, o nobre presidente do conselho? Foi promover a seissão dentro do gabinete, foi promover uma opposição na camara dos Srs. deputados, foi, portanto, difficultar a passagem da reforma...

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*): — Não, senhor.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: ... sem que d'ahi lhe resultasse utilidade alguma.

Eu não quero indagar si a seissão no seio do ministerio foi proveniente da questão politica, ou da consciencia de que não podiam continuar; porque, para mim, foi um méro pretexto...

O Sr. CRUZ MACHADO: — Apoiado.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — ... o motivo apresentado pelos ministros retrantes.

O Sr. CRUZ MACHADO: — Apoiado.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — Taes embaraços o nobre presidente do conselho não encontraria si reservasse sua liberdade de acção.

S. Ex. (perdoe-me que eu o diga) estava em uma posição unica neste paiz, como ainda nenhum organizador de ministerio se achou, porque a Corôa não tinha a quem recorrer sinão ao partido liberal, consequentemente poderia usar da maior liberdade e tinha maior força para poder fazer a Corôa aceitar sua opinião. Eu não digo que S. Ex. devesse desde logo apresentar seu plano à Corôa; mas o que digo é que devia reservar sua liberdade de acção, devia deixar reunir-se o corpo legislativo, devia consultar seus amigos e apalpar mesmo as opiniões de seus adversarios (*apoiados*); e si visto disto escolher o meio azado para levar a effecto essa reforma importantissima, como S. Ex. a considerava, e eu tambem a considero.

O Sr. CRUZ MACHADO: — Apoiado.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — Fallemos serio, fallemos a verdade. O partido liberal pensa, em sua maioria, que a eleição directa se pôde realizar por lei ordinaria.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*): — Assim como no partido conservador ha quem pense que deve ser feita mediante reforma constitucional.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — É um principio esse que não podem negar os que professam a opinião liberal: o partido conservador tambem, pelo orgão de alguns de seus importantes membros, assim o declarou; o conselho de Estado, consultado sobre o ponto alludido, tambem declarou-se pela desnecessidade da reforma da constituição.

Tinha, pois, o gabinete um feixe de opiniões taes, que com elle bem podia contrastar os escrúpulos, que a Corôa pudesse apresentar. Mas, diz-se tambem, ha escrúpulos, tanto de conservadores como de liberes, que entendem que tal reforma não se pôde fazer sem a da constituição.

O Sr. CRUZ MACHADO: — São opiniões em minoria.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — Mas, meu Deus, onde já se viu que reforma alguma constitucional pudesse ser levada a effecto, sem opposição?! Quantas vezes não se é arrastado por difficuldades, até mesmo aos campos de batalha? Pois, porque ha alguns conservadores que entendem que deve preceder reforma da constituição, porque ha alguns liberes que assim entendem tambem, vai-se expor a nação a todos esses azares, da eleição de uma camara a que dão o nome de constituinte?

Quantas consequencias eu enxergo no futuro resultantes deste erro! Perdoe-me o nobre presidente do conselho, *errare humanum est*.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*): — Sem duvida.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — V. Ex. mesmo já desconfia.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*): — Não, senhor.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — Nem podia deixar de ser assim, porque imitava o Ente Supremo, que, quando creou o homem já desconfiava e o ameaçava de pena. E, tanto assim é, que o governo diz à essa camara: Não tereis outros poderes sinão aquelles que vou conceder-vos na lei que autoriza a reforma; achar-vos-hei tão enfaxados nessas... faxas com que vos atamos, que não vos podereis mover nem abusar.

Mas, desde que está estabelecido que tudo quanto fizer esta camara, chamada constituinte, não pôde ser fiscalizado nem pelo senado, mediante outra discussão, nem pela Corôa, mediante a sancção, quem nos garante que ella não abusará, indo além daquelles poderes que lhe são conferidos?

(*Ha um aparte.*)

Senhores, as revoluções nunca se fizeram de improviso: ha sempre factos o actos que as provocam e tornam-se depois factos consummados.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*): — O acto de 1834 salvou o paiz da anarchia.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — Não digo que não. Mas supponha o nobre presidente do conselho que essa camara abuse: não havendo contraste, nem do senado, nem da Corôa, o governo ver-se-ha na

colisão ou de não aceitar o que fôr votada por essa camara chamada constituinte, ou então de praticar um acto que considerarão, como já se considera, um golpe de Estado, dissolvendo-a.

Oh! senhores, porque havemos de nos atirar a essas incertezas do futuro, quando por uma lei ordinária desapareceriam todos estes perigos?

O SR. CANSANÇÃO DE SINIMBÉ (*presidente do conselho*):—E por uma outra lei ordinária desfariam tudo.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:—Não acham bastante as tempestades do presente e vamos desalar novas. Pois ellas que venham: é *navis referent in mare te novi fluctus*.

O SR. CANSANÇÃO DE SINIMBÉ (*presidente do conselho*):— Quem as crear será responsavel.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:— Eu estou convencido de que si o meu illustre amigo tivesse feito estas considerações á Corôa, ella asteria acellado e aguardado a resolução posterior daquelles que deviam tomar parte na confecção da reforma.

Comprehendo que um Pitt houvesse promettido a Jorge III não levantar mais a questão de emancipação catholica, enquanto vivo fôsse esse monarcha, porque a primeira tentativa dessa reforma trouxe o transtorno das faculdades intellectuaes do illustre imperante. Já não succedeu assim com o seu successor Jorge IV.

Este monarcha tambem mostrou escrúpulos para a reforma catholica, mostrou escrúpulos porque a base de seu poder era a religião protestante; fez mais: derramou lagrimas, ameaçou, desculpou-se para com os protestantes e disse que se retiraria para o seu Hanover, e depois para as aguas (que é uma especie de Petropolis, onde os reis, os diplomatas e os particulares vão tomar ares) o que não voltaria mais á Inglaterra.

Pois bem, o ministro, e o ministro era Wellington, o typo de fidelidade e de cavalheirismo, não recuou diante dessas blandicias, nem dessas ameaças: insistiu na conveniencia da medida, não insistiu somente, exigiu que o rei, por escripto, promettesse não oppôr-se a seus ministros nos esforços que elles faziam para levar a effeito a reforma.

E o rei assignou, e o rei prometeu, e o rei não partiu para o Hanover, e o rei não tomou os banhos; enfim, mostrou o governo que alli o ministro, baseando-se na opinião nacional, tem forças para vencer os maiores escrúpulos.

Ora, o nosso monarcha nem é um Jorge III, nem um Jorge IV, apesar de que o tenham comparado muitas vezes com o primeiro. Tem bastante senso para apreciar as razões que lhe fossem apresentadas, e bastante cavalheirismo e lealdade para cumprir a promessa que fizesse ao nobre presidente do conselho, affirm de poder levar a effeito a reforma, cuja oportunidade Sua Magestade reconhecera.

Nada disto se fez; nada se tentou, mesmo porque no conselho prévio (porque é tambem um característico da politica dos liberais decidir tudo previamente), ficou deliberado que, quanto á reforma eleitoral, não se fizesse questão de fórma, que era uma bagatella, quando, senhores, a fórma aqui é tudo!

O SR. CANSANÇÃO DE SINIMBÉ (*presidente do conselho*):—Certamente.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:— O meu illustre amigo, o Sr. presidente do conselho, que tem bastante

talento e penetração para conhecer todas as malhas em que o envolve, não o desejo de S. Ex. subtrahir ao poder, mas o do seu partido, trata de escusar o seu procedimento, e, além de outras razões, com uma, que é sempre obrigada de todos os ministros, de todos os Srs. deputados, a desconfiança, o temor dos conservadores.

Si a reforma fosse proposta por uma lei ordinária, não estaríamos garantidos; porque, quando tornassem ao poder, os nossos adversarios revogariam essa lei, e regressariamos ao ponto d'onde partimos.

Ora, senhores! Na realidade o nobre presidente do conselho tinha necessidade de justificar-se perante aquella camara; mas não pôde ser convicção sua que, uma vez adoptada a reforma para o voto directo, os conservadores, que S. Ex. declarou tambem adherirem á mesma reforma, pudessem voltar atrás. A questão é outra, e essa é a que tem de dividir os partidos d'aqui em diante.

Depois de decretada a eleição directa, a base do censo, a restricção ou o alargamento do censo será a grande questão (*apoiados*). A este respeito nada se diz, nada se declara, sinão quanto aos 4005 marcados no projecto de reforma. Todos nós queremos, com as devidas excepções, uma reforma na lei eleitoral; mas os partidos, a imitação dos diplomatas, nem sempre são francos na exposição de suas opiniões; reservam ordinariamente um ponto por onde façam retirada. Foi o que fez o meu nobre amigo, que já foi diplomata.

O SR. CANSANÇÃO DE SINIMBÉ (*presidente do conselho*):— Fui, como V. Ex.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:— Eu fui sempre partidario da eleição directa; mas nunca disse tambem o meio pelo qual se devesse realizar a reforma. Já vê V. Ex. que havia um ponto a que todos convergiam, era a eleição directa; a eleição, porém, pôde ser aristocratica, oligarchica, democratica e até anarchica (*apoiados*).

O SR. CRUZ MACHADO:— Universal e anarchica.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:—Eu a desejo, Sr. presidente; não sei si poderá produzir os beneficios que espero; mas imito o enfermo que, quando não pôde mais soffrer, muda de cabeceira.

Eu vejo, Sr. presidente, neste palz reproduzido o que li em uma obra que o nobre presidente deve conhecer, *Historia Romana em Roma* por Ampère, e ficou-me impresso na memoria. O eximio escriptor, tratando do reinado, do longo reinado de Augusto, disse: «As fórmulas da republica foram conservadas: havia senado, consules, tribunos, e até eleições. Nada foi mudado; as fórmulas permaneceram, mas o principio tinha perecido; os nomes substituíram as cousas, *inania verba*. Onde domina uma só vontade, quer se chame o governo oligarchico, aristocratico, democratico ou monarchico, o governo é aquillo que os antigos denominavam tyrannia e que eu, para não fazer injuria, chamarei absolutismo.»

Eis o nosso estado. Temos senado, temos camara dos deputados, temos até eleições; as fórmulas são conservadas, mas as cousas estão substituídas pelos nomes; temos palavras e mais nada, *inania verba*.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA:— E' o governo absoluto: eu o tenho dito ha muito tempo e muitas vezes.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:—Eu, portanto, Sr. presidente, chamo com todas as veras de minha

adma uma reforma que restitua á nação o direito de se fazer representar (*apoiados geraes*), ainda que não continue a sentir-se nestes laços.

O SR. CANSANÇÃO DE SINIMBÉ (*presidente do conselho*):—E' tambem o nosso desejo; nisto estamos perfeitamente de accordo.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:—Por esse meio os ministros não terão de viver em continua dependencia (*apoiados*), vindo-se até obrigados a soffrer o que não soffreriam, si não temessem abandonar seus partidarios á adversidade.

O SR. SARAIVA:—Não sei si conseguiremos; mas façamos diligencias para conseguilo. Em lugar de nos unirmos, estamos aqui a brigar; a questão é de alliança dos partidos para fazer a lei que dará esse grande resultado.

(*Cusam-se outros apartes.*)

O SR. PRESIDENTE:—Atenção!

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:—Estimo que os nobres senadores tenham concluido os seus apartes; porque assim permittiram-me tomar fôlego.

Outro inconveniente, que provém do systema adoptado pelo nobre presidente do conselho, e este inconveniente é gravissimo, consiste na desconfiança que S. Ex. suscitou no espirito da camara temporaria, da que o senado é um obstaculo á reforma da eleição.

O SR. CANSANÇÃO DE SINIMBÉ (*presidente do conselho*):—Eu? Não, senhor. Não inspirei tal desconfiança.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:—Desde que se deliberou em conselho do partido que a reforma eleitoral fosse feita mediante a da constituição, desde que a maioria da camara dos senhores deputados accellou em seus conventiculos a idéa (digo conventiculos, porque não foi em sessão) entrou na mente desses senhores, que o senado, que aliás não havia proferido um voto, nem mesmo individual, sobre a questão (*apoiados*), era o obstaculo unico á essa grande lei salvadora do Estado; e então, em vez de procederem com aquella prudencia que é condição indispensavel a um legislador, começaram cada qual a procurar o meio de vencer a supposta resistencia do senado...

Vozes:—E' exacto.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:—... e faça este idéa dos alvitreos que seriam apresentados, segundo o temperamento, educação e moralidade dos proponentes!

Um illustre deputado, que, pelas suas relações com o governo, me pareceu ser ou querer ser o *leader* naquella camara, rasgou todos os veus com uma franqueza digna de inveja: propoz que, si acaso o senado resistisse ao que queria a camara dos deputados, a qual, seja dito entre parenthesis, segundo o ex-ministro da fazenda, não representava o paiz, o meio era fazer-se a reforma por acto do executivo, porque esta constituição, que aqui tenho trancada (*apontando para a carteira*), para que não se envergonhe de apparecer á luz, tinha sido outorgada; a maioridade tinha sido feita por uma revolução; o acto addicional tambem tinha sido feito por um modo que lhe parecia irregular; e, portanto, nada impedia que o nosso governo, que aliás deve ter estabilidade, continuasse a ser governo de revolução, isto é, ou que se decretasse a reforma por acto do executivo, ou que o senado fosse dissolvido por um golpe de Estado.

Senhores, isto é horroroso, mas esse ao menos teve a franqueza de dizer o que sentia.

Mas lá vem um outro, *piano, piano* (*risadas*), que não propõe o mesmo meio brutal, mas propõe systema analogo, e é o actual Sr. ministro da fazenda:

« Não, isso é rigor de mais; não os punamos por essa fórma; façamos o que fez o Duque de Saldanha, o qual convocou uma constituinte, mandando que os eleitores dessem poderes para a reforma, e a camara assim organizada reformou a constituição de Portugal. »

Eis aqui; o meu nobre collega Marquez do Herval é o Duque de Saldanha; entendem?

O SR. MARQUEZ DO HERVAL (*ministro da guerra, rindo-se*):—Eu?!

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:—V. Ex. é o nosso Duque de Saldanha...

O SR. CANSANÇÃO DE SINIMBÉ (*presidente do conselho*):—Não ha de ser para isso.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:—... tem por missão aproveitar-se do seu prestigio, da sua influencia sobre o exercito para garantir esse golpe de Estado, atim de que o governo determine nos eleitores que dêem poderes para se reformar a constituição do Imperio.

O SR. CRUZ MACHADO:—O governo determinando nos eleitores?

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:—O facto estará consummado, prescindindo-se do senado, que ficará sendo pouco mais do que o senado de Tiberio.

Passando, porém, esse Sr. deputado a occupar a pasta da fazenda, seus nervos pareço que estremeceram um pouco com a idéa que havia enunciado; não esperava tão cedo entrar para o governo, e, sendo interrogado na camara dos deputados sobre o que faria o governo si o senado se mostrasse rebelde e não se submettesse, disse: « O governo inspirar-se-ha nas conveniencias publicas. »

O SR. CANSANÇÃO DE SINIMBÉ (*presidente do conselho*):—Isso é cousa muito diversa.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:—Não recusou a idéa de golpe de Estado contra estes velhos dementes, atacados de amollecimento cerebral, na phrase do ex-collega do nobre presidente do conselho, mas como elle cá virá, espero em Deus que ha de ser ainda um grande defensor das prerogativas do senado; não só elle como outros que professavam religião differente.

O ex-ministro da fazenda, que felizmente já não nos pôde fazer mal, este ameaçava, com sua opinião individual, a reforma da vitaliciedade do senado, e por um motivo que na realidade nos era até indecoroso—amollecimento cerebral, e demencia senil; de modo que as deliberações desta corporação deviam ser recebidas pela nação como o producto da demencia e do amollecimento cerebral...

O SR. CANSANÇÃO DE SINIMBÉ (*presidente do conselho*):—Não esqueça o elogio que elle fez ao senado.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:—... não se lembrando S. Ex. que as affecções cerebraes são tão variadas que os praticos ainda não puderam conhecer as suas differenças; e que muito melhor é a brandura que provém do amollecimento cerebral ou da demencia senil, do que as desordens provenientes das exallações cerebraes. Estas podem trazer

grandes damnos publicos e particulares; a demencia senil não pôde inspirar outro sentimento sinão o da compaixão.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBUÍ (*presidente do conselho*): — Estou persuadido de que V. Ex. não faz allusão nenhuma com essas suas palavras.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — Faço tanta allusão como fez-se no senado (*muito bem!*); quem quizer tomar a carapuça que a tomo.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — O que elle disse não foi repetido por seus collegas.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — Não ataco pessoalmente a ninguém; defendo-me e defendo a corporação de que faço parte.

O Sr. RIBEIRO DA LUZ: — Já um ministro nos chamou de ralhadores.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBUÍ (*presidente do conselho*): — O rallar é proprio de velhos; até os pais de familia rallam com os filhos.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — E? rabujem.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBUÍ (*presidente do conselho*): — E? muita susceptibilidade.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — Vêde, senhores, quantos inconvenientes têm resultado da falta de reflexão e do agodamento do nobre presidente do conselho em assumir o poder.

Elle não ha de caminhar com facilidade. Já S. Ex. vai largando pelo caminho os membros do ministerio, e quando chegar ao fim de sua viagem creio que terá renovado toda tripulação (*riso*).

Do que não se pôde dispensar é do piloto. Esse não, esse tem confiança plena e eu tambem confio muito nos sentimentos de ordem de S. Ex. O nobre presidente do conselho tem um compromisso de honra, a que não pôde faltar, de levar ao porto esta reforma sem abalo da ordem publica, sem abalo de nossas instituições.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBUÍ (*presidente do conselho*): — Tenho esta confiança.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — Para isto é preciso que não tenha tanto coração como tem tido, defendendo até hoje aquelles que tanto mal lhe fizeram (*apoiados*).

A politica, como a guerra, tem suas necessidades. Si na guerra para se atacar uma trincheira salta-se por cima dos cadaveres e dos corpos arquejantes dos proprios companheiros, na politica tambem, quando se tem em mente uma grande idéa, é preciso saltar por cima de considerações e só aceitar aquelles que podem lealmente coadjuvar-nos no fim que temos em vista.

O Sr. CRUZ MACHADO: — Apoiado.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — Deixe-se S. Ex. de considerações: os que não satisfizerem suas vistas, fôrã com elles; tem bastante força para isto; aproveite-se della. Não se arreceie dos conservadores (*apoiados*).

O Sr. CRUZ MACHADO: — Renove a tripulação, ponha gente prudente.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — Talvez que se ameace com a ascensão dos conservadores ao poder. Pela minha parte digo que si elles procurassem subir ao poder nestas circumstancias, sem que o paiz conhecesse o que pôde esperar dos liberaes, estavam loucos.

O Sr. ANTÃO: — Apoiado.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — Não tema, portanto, a ameaça. O nobre presidente do conselho, como eu já disse, tem força como ajuda nenhum ministro teve, e é esta consideração que o mantém no poder, porque, si muitos de seus correligionarios não estivessem convencidos desta verdade, ha muito tempo que teria voado (*apoiados*).

O Sr. SARAIVA: — Eu o apoiaria tanto mais, quanto menor força tivesse.

O Sr. CRUZ MACHADO: — Mas isto é V. Ex.

O Sr. SARAIVA: — Si eu o não apoio mais, é porque acho que não precisa.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBUÍ (*presidente do conselho*): — E? preciso que se saiba que a força que tenho funda-se na justiça da causa que defendo.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — Ora, senhores, o meu nobre amigo está se sangrando na veia da saúde. Elle diz que a força que tem provém da justiça da causa que defende, como si eu fosse attrair para o eleitor dos ministros (*risos*).

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Esta força é emprestada.

O Sr. SARAIVA: — Fiz a minha declaração, para não parecer que apoiava S. Ex., com medo dessa mesma força.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — Qual! VV. EExs., aqui no senado são o estado-maior, os corpos sciéntificos deste exercito (*risos*), e sem VV. EExs. nada se faz.

Este é o estado das cousas.

Agora, pergunto eu: que garantias nos dão para que vamos disputar a eleição para essa constituinte? Isto é que me convem saber, porque si este negocio deve somente ser tratado em unanimidade, é melhor que o façam logo; não vamos provocar no paiz uma luta eleitoral, trazer violências, mortes, dispendio de dinheiros e afinal nenhum resultado obter-se.

O Sr. CRUZ MACHADO: — Estragar-se os costumes cada vez mais.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — A lei actual, na opinião dos nossos adversarios, é uma lei que não offerece garantia á livre expressão do voto nacional. O que fazer? Abandonar o pleito, quando se trata de uma reforma da constituição do Imperio?

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBUÍ (*presidente do conselho*): — Perdíamos muito si abandonassem o pleito.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — O que fazer? Disputar a eleição? Mas, com que resultado?

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBUÍ (*presidente do conselho*): — Disputal-a no terreno legal.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — Disputámos a eleição passada no terreno legal e não pudemos obter nem ao menos que fosse reconhecido um deputado!

E? possível que o partido liberal seja tão numeroso neste paiz que o conservador não pudesse dar nem um unico representante, sem que se abstivesse da eleição?

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBUÍ (*presidente do conselho*): — Pelo defeito da lei.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — Não, não é o defeito da lei.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—E?

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—E' o defeito da execução da lei, é a falta de sinceridade dos governantes (*apoiados*), é a anarquia que reinava na administração das provincias. Um ministro governava um presidente, outro ministro governava outro presidente; enfim os ministros dividiram o Brazil em regiões e governaram-no a seu modo.

O Sr. CRUZ MACHADO:—Apoiado.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Para que citar factos, senhores, que chamarei vergonhosos? Porque a provincia de Goyaz havia de dar os representantes que deu? porque outras provincias dariam certos representantes? Quando se dizia que os conservadores só tratavam de eleger deputados a filhos, sobrinhos, afilhados, compadres, etc., etc., vejo entrar pelas camaras uma familia *Benetton* (*risadas*).

O Sr. RIBEIRO DA LUZ:—Apoiado.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Nunca se viu na camara tantos sobrinhos, tantos genros, tantos filhos, tantos compadres e tantos afilhados e cunhados! Oh! senhores! como que tinham por proposito contrariarem absolutamente todos os principios que haviam professado, todas as censuras que nos haviam feito.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—E' que Deus escreve direito por linhas tortas.

O Sr. CRUZ MACHADO:—Os principios eram bagagem muito pesada.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Para a constituinte não de vir os mesmos, si o governo quizer (*ao Sr. Marquez do Herval, que faz signal negativo*).

E tal a força do governo, meu caro collega, que aquelle seu companheiro do Rio Grande do Sul dizia que, para que um cidadão fosse eleito deputado bastava que o governo se não oppuzesse, ou escrevesse cartas dizendo que o governo não se oppõe, e está o candidato eleito deputado (*risadas*). Nomea-se um presidente; é dar-se-lhe uma patente de deputado. E assim, tal era a força, tal era a subserviência, que ninguém ousa repellar a imposição do governo e acho-lhe muitissima razão. Isto está organizado de modo que um pobre homem, que nesse centro se recusa a receber a chapa do governo, tem de soffrer as maiores perseguições (*apoiados*).

Immediatamente vai se procurar qual é o seu mais atroz inimigo, vai-se mesmo procurar um ente que nunca representou, mas que deseja representar, confia-se-lhe a autoridade e estabelece-se a perseguição de toda a natureza, porque nada ha peor do que um mau vizinho....

Esse homem soffre processos, perseguições, e bem assim todas as pessoas que têm relação com elle; muito feliz é si não vai para a cadeia....

O Sr. JAGUARIBE:—Si não é queimado.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Si ha algum que ainda tenha um pouco de brio, que recalcitre, lá e mendo um pequeno destacamento de policia para lhe são a ordem, colloca-se á porta da igreja, não deixa entrar adversario, e si estes ainda ousam tentá-lo, são fuzilados, ou presos e processados, porque resistiram e apegaram a força publica.

Estou convencido de que é impossivel lutar com um governo quando este não tem escrupulo

Aos meus correligionarios sempre aconselhei que nunca se oppuzessem, sinão tendo garantias. O caracter nacional vai-se tornando, por effeito desse systema, um caracter baixo (*apoiados*). Muda-se uma situação, sobe um partido, e aquelles mesmos que estavam servindo com outro vêm-se offerecer ao governo....

O Sr. CRUZ MACHADO:—Apoiado: já não se respeitam categorias moraes.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—O governo faz reacções inúteis; póde-se servir dos mesmos instrumentos.

O Sr. SARAIVA:—Não é nação.

O Sr. LEÃO VELLOSO:—São empreiteiros de eleição.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—E então o meu illustre collega, que ha pouco foi eleito!... A consequencia do aparte, tire-a o Sr. conselheiro Saraiva; eu não a quero tirar, si elle mesmo já a não tirou....

O Sr. SARAIVA:—Por isso é que queremos a reforma eleitoral, é para que votem para eleitores todos os que o podem ser; actualmente apenas uma centesima parte vota, e a centesima parte não é a nação.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Garantam-nos, garantam que as opiniões serão representadas na nova camara, que tem de reunir-se, si acaso ella vem encarregar-se da reforma constitucional.

E, apesar do muito que tenho soffrido por causa desta idéa da eleição directa, ainda mais a amo, porque mais estimamos aquillo que mais nos custa; o que é raro e custoso é o que tem valor. Lembrasse-ha o senado que o meu illustre collega, que ha pouco me deu o aparte, lastimou que mais um caracter se tivesse perdido com a minha entrada para o ministerio. Isto foi thema, porque o nobre senador tem grande importancia, não só no seu partido como mesmo no paiz, para que por todos os modos e maneiras ou fosse atacado. A minha pessoa foi discutida....

O Sr. SARAIVA:—Sua pessoa não, suas opiniões.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—As opiniões e a pessoa..

O Sr. SARAIVA:—A pessoa nunca discuti.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—A pessoa foi atacada por todos os modos e maneiras. Ainda hoje, que nada sou, que nada quero ser, que não disputo o poder aos nobres senadores e deputados, não ha discurso em que não venha, como thema obrigado do sermão, o nome do Barão de Cotegipe.

O Sr. NUNES GONÇALVES:—Pela importancia de V. Ex.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Parece-me que, si en fosse algum fructo daquelles de que gosta o Sr. deputado Martin Francisco, já nem caroço existia (*risadas*).

Fui insultado para que deixasse o poder; tiveram comigo um procedimento humilhante; torturaram o meu orgulho, para conseguirem de meu amor proprio offendido aquillo que por outra forma não podiam conseguir. Tudo arrostei, Sr. presidente, convencido de que as injurias de certas almas é o maior titulo ao conceito dos homens de bem (*apoiados*).

O Sr. ex-ministro da fazenda, ainda nas suas muitas variações, não cessou um momento de atirar-me directas e indirectas, sendo assim injusto para comigo, que tanto sympathisava com S. Ex. Respondendo na outra camara, julgando assim insufficiente a resposta do meu illustre amigo, disse que eu havia pretendido ob e subrepticamente continuar no ministerio de 23 de Junho; e, como seja autoridade nesta materia um outro Sr. deputado (supponho lá dos centros), de cujo nome não me recordo, foi mais adiante; disse: o Barão de Cotegeipe pretendem ser presidente do conselho de ministros.

Ora, esse senhor, ou não me conhece, ou beben sua informação em alguma fonte impura. Foi posto que nunca aspirei, o de ministro, e muito menos o de presidente do conselho. Si por vezes tenho coadjuvado aos meus amigos que me julgam preciso, é porque não quero passar por egoista, não quero fazer como ossoldados de parada, que sómente acompanham as procissões, e na hora da batalha pedem licença ou baixa. Não sou politico de parada, sou politico activo; tomo a responsabilidade dos actos do meu partido, respondo por aquillo que faço, e por aquillo que não faço, porque o que pratica o meu partido sobre mim recalhe; eu o apoio, embora reprove certos actos. Nunca me passou pela mente, seria mister que fosse um insensato, continuar no ministerio de 23 de Junho desde que o Duque de Caxias se tinha retirado.

Os meus collegas sabem que por muitas vezes lhes havia dito que de Maio em diante nada me obrigaria a continuar no ministerio, sem que na primeira reunião das camaras a eleição directa fosse o programma do ministerio...

O Sr. Diogo Velho:—Apoiado, é exacto.

O Sr. Barão de Cotegeipe:—Como dizer-se que eu queria continuar no ministerio, si eu já pretendia retirar-me?

Quando Sua Magestade teve de fazer sua digressão pela Europa, os senhores que se oppunham ao ministerio de 23 de Junho tiveram grande esperanza de nessa occasião galgar o poder. A molestia do illustre Duque de Caxias, deixando elle o governo sem chefe, parecia-lhes occasião azada para sahirem do ostracismo em que viviam.

Fui atacado por pretender, na opinião de meus adversarios, substituir o nobre duque na presidencia do conselho. Os factos demonstraram o contrario. Agora renovam a accusação por modo differente. Não sei como eu me faria impôr á Corôa, que tinha em mente a mudança de situação.

Aquelle que foi accusado de querer *subrepticamente* conservar-se no ministerio, e ainda mais impôr-se á Corôa, como presidente do conselho, já tinha rejeitado essa honra.

Passo a lêr um documento, que fará calar de uma vez para sempre esses senhores que não deixam de referir-se a mim por um modo tão pouco airoso.

E' uma carta do Sr. Duque de Caxias, em que S. Ex. me diz o seguinte (lê):

« Exm. amigo e Sr. collega.—Continuando os meus incommodos ao ponto de quasi não poder assignar o expediente da minha repartição, dei disso parte ao Imperador hoje, e elle me determinou que passasse a presidencia do conselho a V. Ex. e a pasta da guerra interinamente ao nosso collega da marinha, como verá da carta inclusa, que me fará o favor de devolver. Determinando tambem que se passasse os decretos para isso: assim o

cumprirá V. Ex., mandando-os para assignar hoje ou amanhã. 22 de Fevereiro de 1876.—Seu amigo, D. de Caxias. »

Ora, já vê o senado que esse ambicioso que queria *ob e subrepticamente* introduzir-se no ministerio...

Um Sr. SENADOR:—E a carta inclusa?

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Essa devolvi-a... não foi tanto que não recusasse o posto, si não mais honroso, um dos mais honrosos.

Pego, pois, a esses senhores que tranquillisem seu espirito, cuidem de outros assumptos, deixem de parte o Barão de Cotegeipe, que até, na phrase de um senhor deputado, foi causa de não ser soccorrido o Ceará!

O Sr. SARAIVA dá um aparte.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—O meu collega está enganado. No seio do ministerio nunca sahi daquelle esphera de acção que me competia, como um dos ministros, e aqui está o meu collega que pôde declarar si alguma vez procurei ter ascendencia sobre nenhum.

O Sr. Diogo Velho:—Nunca.

O Sr. SARAIVA:—Faço justiça ao seu caracter.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Queixo-me de V. Ex. por ter soltado essa faísca...

O Sr. SARAIVA:—V. Ex. hoje tem soltado muitas.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—... que se commuicou a todos os seus amigos. E de que se queixa o illustre presidente do conselho? S. Ex. tem soffrido por acaso o que eu já soffri?

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Quasi igual.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Nos dez annos que se dizem de ostracismo levou a imprensa liberal a desacreditar todos os caracteres do partido conservador (*apoiados*), e essa imprensa tinha o cunho official....

O Sr. SARAIVA:—Não apoiado.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—... do partido representado por um club onde figuravam os mais importantes vultos....

O Sr. Diogo Velho:—Orgãos do partido.

O Sr. LEÃO VELLOSO:—Eu protesto em nome da imprensa liberal da Bahia.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—... não se poupavam aos adversarios as maiores injurias e as mais affrontas calumnias e o ridiculo.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Deste logar eu reprovei esta linguagem.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Apoz a diffamação, que outro nome não merecc, contra os adversarios, vinha o clogio mutuo aos correligionarios. Não havia nenhum que não fosse distinctissimo, de character honesto, de probidade, sem mancha e ornado de todas as virtudes; enfim, senhores, havia como que uns campos Elysios, onde se reuniam os matizes do merecimento e das boas qualidades; isto proclamado e repetido de echo em echo, necessariamente havia de produzir no animo do publico uma prevenção contra o partido conservador, e uma grande espera no partido liberal. Deu-se a mudança.



O nobre presidente do conselho e o seu partido foram levantados sobre os escudos; delle se esperava a regeneração da moral, da probidade, das finanças, da liberdade, enfim, todas aquellas vantagens que podem ter os homens reunidos em sociedade. Desgraçadamente tantas esperanças murcharam em flor...

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*): — Nem tanto.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE: — ... e apenas resta uma ou outra que matiza o campo.

O SR. CRUZ MACHADO: — Mas não chegaram a ser flores, foram apenas botões!

O SR. BARÃO DE COTEGIPE: — Não parou aqui ainda o systema do descredito aos adversarios; o governo, elle proprio, incumbiu-se de proseguir nessa tarefa; é do que mais me queixo.

UM SR. SENADOR: — Isso é deploravel.

O SR. DRÓGO VELHO: — E queixa-se com toda a razão.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE: — O fim por que e para que organizou-se o ministerio foi realizar a eleição directa, mas, pondo de parte essa idéa grandiosa, que por si só pôde fazer a gloria de um ministerio (*apoiados*), o governo principiou por apresentar seus adversarios como improbos e delapidadores da fazenda publica, não guardando lei alguma, fazendo presentes dos dinheiros publicos a seus apaniguados, constituindo uma associação que antes parecia a da caverna de Gil Braz do que uma reunião de homens honestos.

Essa impressão firmou-se no espirito do publico.

Chegou o momento da prova! Vinde dar-nos conta de vossa asserção, vinde á tribuna declarar quaes foram os actos que podem inquirar as administrações conservadoras de improbidade, de delapidação!

O ministerio, senhores, ou algum de seus membros, como que não teve por fim corrigir abusos, melhorar as finanças, ou sanar quaesquer males de que soffressemos; e sim mostrar-se superior, não pela elevação propria, mas pelo abatimento de seus contrarios.

UM SR. SENADOR: — Mau systema.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE: — Eu desejo vel-os nas alturas, mas não firmados sobre os meus hombros; levantem uma pyramide pelos seus merecimentos, não pelo descredito dos outros (*apoiados*).

O SR. CRUZ MACHADO: — Queria levantar-se acima da terra um palmo ainda que fosse sobre o cráneo de seus adversarios.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE: — Cousa nunca vista, nem mesmo no meio de todas as nossas dissensões politicas, desde o tempo da independencia até esses tempos revolucionarios, de exaltação, de luta, mas em que dominava a boa fé!

Citarei por exemplo um ministro, cujo primeiro acto foi chamar um seu empregado superior e dizer-lhe: — Dê-me cá as contas de meus antecessores. — São reservadas, declarou-se-lhe. — Pouco importa. Naturalmente pretendia examinar si haviam commettido algum crime!

Isto é tão mesquinho, tão pequenino, que eu tenho pejo de o referir; mas d'ahi proveiu a accusação de delapidação, de darem-se jantares,

bailes, e de subvenção á imprensa com os dinheiros publicos.

O ex-ministro da fazenda diz isto de modo a deixar a suspeita de que algum ministro dêsse em sua casa bailes e jantares á custa do thesouro.

Si assim não é, a que veio aquella accusação? Infelizes, que ficam empenhados ou gastam o que têm quando aceitam o cargo!

São por ventura obrigados a receber em um edificio publico o corpo diplomatico, a familia imperial á sua custa? Não; o orçamento dá meios para isto, e estas despezas entram na classe das extraordinarias.

Nos outros paizes dá-se para a representação aos ministros quantias avultadas.

Em França, uma republica, que aliás deve ser mais economica, o presidente tem 300.000 francos para bailes, jantares! Onde estão esses jantares? Venha o Sr. ministro com o *menu*; traga o *menu* desses jantares (*risadas*), procure-o nas casas dos confeiteiros.

Esses jantares consistem no seguinte: os nossos miseros diplomatas mal têm com que passar nos paizes estrangeiros.

Em certas occasiões especiaes, e para retribuir obsequios recebidos, o que contribue para a sustentação das boas relações, foram autorizados a despendar uma pequena quantia. Não foi autorisação geral; foram casos especiaes. Ora, eis ali o grande crime.

Não nos imite o governo, si não entende conveniente, mas não lance uma accusação que induza o publico a acreditar que seus antecessores commetteram crimes.

A imprensa! Declaro que ao menos durante o tempo de minha administração as folhas neutras nunca receberam dinheiro do thesouro sinão em pagamento de trabalhos que haviam feito.

Si acaso se deu subvenção á alguma folha, declaro que farei o mesmo em circumstancia identica, e que os liberais tambem o fizeram.

Bismark, que é autoridade, quando foi accusado de que subvencionava um jornal, riu-se e disse que subvencionava quarenta.

Eu não digo tanto, mas despendo com a imprensa para defender as boas idéas e as instituições, sempre o farei, si fôr ministro, do que Deus me livre. Si se paga a um urbano para garantir a segurança individual, si paga-se a um permanente, si pagamos forças para evitar os crimes, si pagamos policia secreta, porque não lavemos de pagar aquelles que trabalham pela ordem moral, que é mais importante do que a ordem physica ou material?

Mas estes senhores não precisam de imprensa; nunca a subvencionaram.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*): — Pôde crer que não ha subvenção.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE: — Eu creio; mas V. Ex. vá ouvindo. Quantos meios ha á i para subvencional-a sem ser directamente com dinheiro do thesouro?

Diz o rifão—que ouro é o que ouro vale.

Subvencionar a imprensa, isto é, pagar impressões, consignal-as, fazer dellas lançamentos, mostra que não ha hypocrisia, que não ha má fé, tanto que lá foram encontradas estas despesas, que podiam ser occultas, si fossem pagas pela verba—policia secreta.



Eu disse que ha meios indirectos de subvencionar a imprensa. Ha, por exemplo, certas empreitadas de estrada de ferro. Vêm dous pretendentes; ambos offerecem o mesmo, mas o governo aceita aquelle que concorre com a quantia de dez ou doze contos para a imprensa.

O governo não pagou, mas a imprensa foi subvencionada. Ainda, por exemplo, augmenta-se 1/2 % sobre as loterias e o contratante dá alguns contos de réis para a imprensa.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA : — E' melhor não lhe ensinar estas cousas (*risadas*).

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*) : — Si elles quizessem exemplos, já os achariam.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE : — Si o nobre presidente do conselho não recorrer a esses meios, ha de recorrer ao thesouro.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*) : — Ao pagamento pela minha algibeira.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE : — Póde ser.

Veja-se, porém, como a imprensa liberal, logo que foi bafejada pelo governo, tomou incremento. Sabemos que a folha, órgão do partido, e que, por muito tempo, foi a amiga do coração do ministerio, logo que subiu o actual governo, ella, que estava para cahir, teve dinheiro para comprar typographia.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*) : — Por sua conta.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE : — Por conta dos cor-religionarios. O certo é que comprou.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*) : — E morreu.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE : — Depois, creio, foi vendida á typographia nacional.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*) : — Não, senhor.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE : — O Sr. presidente do conselho tome sentido; dizem-me que lá entrou um prélo que sahia da *Reforma*.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*) : — Não sei.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE : — E' por isso que eu digo: tome sentido; ha muitos meios, e isso se faz porque o programma do ministerio é favor aos amigos. Os nobres ministros não são como os outros, a quem se appellida de hypocritas.

Eis ahí reduzida aos devidos termos a grande accusação de delapidações. Temos ainda balanços, que ficam para adiante, si eu tiver tempo.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*) dá um aparte.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE : — Não perca seu sangue-frio o meu nobre amigo o Sr. presidente do conselho. . . .

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*) : — Eu o conservo.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE : — . . . com o que tem dito a imprensa, que foi tão acicamente acoidada por S. Ex. O exemplo veio de traz; os nobres ministros estão soffrendo as consequencias.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*) : — Não autorizei o exemplo.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE : — Os fructos da arvore que plantaram ahí os estão colhendo; elles nos levaram aos tristissimos resultados que observamos. Lastimo, do fundo do coração, que neste paiz não haja um só homem que mereça completa confiança da nação, que chamado ao poder, no outro dia não seja victima de mil pechas, não soffra as maiores indignidades, como impróbo e immoral. O que reparo é que, quando já não posso ser-lhes hostil em nada, nem trancar-lhes o caminho, venham elles, em retrospecto, tratar de actos meus, dando-lhes um sentido ignominioso.

Mas, Sr. presidente, eu não sou o leão da fabula: hei de repelli-las as patadas que me forem dadas. Tenho meios, tenho recursos sufficientes para que, em qualquer campo a que seja chamado, possa rechazar os que me atacam. Fallam tanto de probidade! . . . . Passemos adiante.

O descredito, a diffamação de um individuo é lastimavel; porque toda a injustiça deve repugnar ás almas bem formadas.

A diffamação de um partido inteiro não é sómente um mal particular, é um mal publico, que ha de influir sobre os destinos da nação.

Desde que a nação perder a fé nos seus homens politicos, desde que persuadir-se de que, em vez de se preocuparem com os interesses publicos, só procuram suas conveniencias particulares, e a dos corrilhos, quando a desordem e a revolução se apresentarem em campo, ninguém haverá que se lhe possa oppôr; porque ninguém merecerá credito.

Em 1831 a salvação deste paiz esteve na força moral dos nossos homens publicos, na representação nacional. Hoje, si por desgraça acontecer o mesmo, que força moral teria a representação nacional, e os nossos homens publicos?

Teremos de ver repetir-se a calamidade por que passou a França, quando a sua administração cahiu nas mãos de homens que sobre seu solo derramaram todos os males que a imaginação póde crear.

E' o descredito, lançado sobre o partido conservador, que eu venho repelli. Não approvo, ninguém póde approvar todos os actos de qualquer ministerio; mas, as administrações conservadoras desafiam as censuras de seus adversarios! (*Muitos apoiados.*)

Póde-se illudir o publico, accumulando-se artificialmente algarismos, transformando os factos. Mas, quem estudar os acontecimentos e os negocios publicos, ha de reconhecer que em mãos do partido conservador o paiz, em vez de atrazar-se, muito prosperou (*apoiados*).

O nobre senador, meu collega pela provincia da Bahia, por ora o Benjamin do senado (*riso*), parlamentar antigo, escriptor experimentado, conhece perfeitamente os escolhos, e, como bom piloto, os evita para não naufragar. Por isso quiz passar uma esponja sobre a administração liberal do tempo da guerra, e veio tomar conta das épocas posteriores.

Mas, é preciso que caminhemos passo a passo, para chegarmos ao ponto em que deduzamos as consequencias dos acontecimentos que analysamos.

Dez annos (incompletos), dizem os nossos adversarios, governaram os conservadores. Deixaram este paiz em um estado quasi de barcarota, para não dizer total; todas as molas da administração estavam desconjuntadas, o paiz á borda de um abysmo. Para salvá-lo erani mister esforços her-

culeos, isto é, os dos nossos illustres adversarios.

Sou contemporaneo desses successos, em que tomei uma parte muito pequena.

O Sr. DANTAS :—Grande parte.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE :—Posso, portanto, apreciar-o com verdade, firmado em documentos e não confiando na minha memoria.

A época fatal do dominio dos conservadores começou em 16 de Julho de 1863. Qual era a situação do paiz, senhores, nessa época?

Uma guerra ainda não em meio absorvia todos os recursos do Estado.

O Sr. DANTAS :—Tocava a seu fim.

O Sr. PARANAGUÁ :—Não se precisava mandar um homem; venhamos com os elementos que já estavam lá.

O Sr. DANTAS :—Voluntarios, guarda nacional, etc. etc.

O Sr. PARANAGUÁ :—Já tinhamos passado o Hu-mayti.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE :—Não vem ao caso todas essas reclamações, não estou dizendo quem andou bem, quem não andou; estou expondo o estado em que se achava a guerra: ainda não estava em meio, estava em todo seu furor; ella terminou em 1870, dous annos depois da entrada dos conservadores para o governo.

Os senhores liberaes abandonaram o poder por uma questão de prerogativa imperial.

Naquelle occasião eram muito ciosos da responsabilidade dos ministros; hoje não o são tanto... O partido conservador teve de aceitar o poder, e verifiqueo aquillo que disse o ex-ministro da fazenda na sua exposição de motivos, então é que conhecer o estado do thesouro.

Qual era este estado? V. Ex. tenha paciencia, faço uma defesa, é mister que vá documentada.

O Sr. DANTAS :—A defesa é direito natural.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE :—Sim, senhor.

O deficit era o seguinte, quando tomámos conta do poder, em 1868: de 1862—1863, 10.298:000\$000, sem mencionar fracções; de 1863—1864, 4.243:000\$000; de 1864—1865, 30.639:000\$000; de 1865—1866, 64.457:000\$000; de 1866—1867, 39.242:000\$000; de 1867—1868, 107.037:000\$000; quer dizer que era de 275.953:000\$000 a quantia com que se tinha augmentado a divida até áquelle occasião.

Com que recursos contavamos nós? V. Ex. vai ver:

« O deficit de caixa do thesouro, isto é, a somma que estava sendo supprida por meio de recursos extraordinarios, se elevava de oito a nove mil contos por mez. Os recursos extraordinarios consistiam até então em emissão de bilhetes do thesouro, venda de apolices da divida publica e emissão de papel-moeda. A venda de apolices só produzia nos ultimos tempos pouco mais de mil contos de réis mensalmente.

A somma dos bilhetes do thesouro em circulação, que se elevava a cerca de setenta e tres mil contos, se conservava quasi estacionaria, havia alguns mezes; e portanto não era licito esperar dessas fontes novos recursos para as despesas correntes.

« Finalmente, dos setenta e nove mil seiscentos e tantos contos de papel-moeda autorizado por lei só

existiam sete mil seiscentos e sessenta e sete contos. »

Eis ali o estado em que o ministerio de 16 de Julho encontrou o thesouro; e não esmoreceu nem tratou de lancar sobre seus adversarios as causas que produziram esse resultado; fez o que faz todo governo serio, disse o estado em que se achavam as cousas e pediu providencias.

Foi nessas circunstancias, e quando a camara lhe recusou os meios, e foi dissolvida, que autorizou por decreto a emissão até quarenta mil contos, dos quaes não fez uso senão de vinte e tres mil, deixou de emitir o restante; sendo, portanto, inexacto o que disse o Sr. ex-ministro da fazenda, isto é, que o Sr. Visconde de Itaborahy, além desses vinte e tres mil contos, se havia utilizado de mais dez mil que tinham sido emitidos por antecipação para substituição de notas, dinheiro que estava despendido.

Só pôde affirmar isto quem não compulso, ou não entendeu os documentos do thesouro.

Quanto aos empréstimos que contrahiram o Sr. Visconde de Itaborahy e as administrações conservadoras, será occasião opportuna tratar delles quando me occupar da exposição de motivos da ultima emissão.

O deficit de caixa da administração liberal, nos annos de 1864 a 1863, foi de 351.620 contos e tanto.

De 1868 a 1870, dous annos em que nos achamos ainda em estado de guerra, o deficit foi de 232.987 contos e tanto. Já de 1870 a 1871 o deficit foi de 53.863 contos e tanto. Sabem os nobres senadores que se liquidavam despesas da guerra, de onde se segue que no fim do anno de 1871 tinhamos um deficit, que foi coberto por empréstimos, por bilhetes do thesouro e papel-moeda, na importancia de 638.471 contos de réis.

O Sr. DANTAS :—Sommando tudo.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE :—Eis aqui a situação financeira do paiz em 1871, situação que não attribuo nem a este nem áquelle, mas somente ao facto da guerra e suas consequencias. Ora, um paiz, cujas finanças si achavam assim comprometidas em 1871, devia já em 1878 estar regenerado e livre de todos esses males?

De 1871 a 1875 o deficit foi de 45.930 contos (entenda-se bem, fallo do deficit de caixa, não fallo do deficit de receita) ou pouco mais de 11.000:000\$ em cada exercicio.

O que concorda com a apreciação do Sr. ministro da fazenda no seu relatório. Nos balanços é que havemos de ver a applicação que teve em cada anno este excesso de despesa.

Do exercicio de 1875 a 1876, que me toca por casa (foi o tal das delapidações maiores, devo supprir, porque não quero que se attribua ao Sr. Visconde de Itaborahy e outros), vê-se que a receita arrecadada foi de 99.388 contos e tanto. Houve uma diminuição de receita de 8.632 contos, proveniente de causas naturaes, de crises e de diminuição de impostos.

Com os recursos dos depositos e renda com applicação especial chegou a 103.499 contos e tanto.

Deu-se, pois, o deficit de caixa de 23.280 contos. Mas, attendendo-se a que perto de 9.000 contos foi diminuição de receita, e que para creditos especiaes e segundo o relatório actual do ministro da fazenda e do balanço gastaram-se 8.153 contos, o deficit que nos pôde ser imputado é de 6.100 e

tantos contos, *deficit* que foi supprido por bilhetes do thesouro, ou empréstimos a que se recorreu.

De 1876 a 1877, segundo a synopse que se distribuiu no senado, a despesa autorizada foi de 106 mil e tantos contos e a despesa realizada de 130 mil e tantos contos. Houve, portanto, um *deficit* de 23.600 e tantos contos neste exercicio; despendeu-se para creditos especiaes 8.468 contos; a receita teve uma diminuição de 8.487 contos. O *deficit* fica, portanto, reduzido a 6.593 contos.

Aqui estão os dous exercicios de que ha balanços do ministerio esbanjador e delapidador, que apresentam apenas estes *deficits* de 6 mil e tantos contos, quando houve despesas extraordinarias e imprevistas, como, por exemplo, com colonos, e com o *Independencia*, de cujo producto aproveitou-se o ministerio actual.

Em summa, nos exercicios de 1875 a 1876, de 1876 a 1877, de que temos balanços, apesar de que o Sr. ex-ministro os appellidou de falsos, mas não podem deixar de ser exactos quanto á totalidade de despesas, gastaram-se 126 mil contos naquella, 130 mil neste, despesa já paga e o exercicio encerrado. Chamo-vos a contas, pergunto: porque é que apresentais um orçamento que vai além de tudo quanto nós os delapidadores despendemos? (*apoia-dos*).

Por que razão apresentais um orçamento de 121 mil contos para despesas ordinarias, mais 23.882 contos para as despesas extraordinarias, elevando assim a despesa a 145 mil contos, e um *deficit* de 44 mil contos?

Porque nos lançais em rosto um *deficit*, não, como dizeis, um *deficit* de receita, mas um *deficit* de caixa, na importancia já referida? Não ha ali proposito firme de accusar adversarios que com documentos na mão vêm mostrar que não tendes sido economicos, porque, apesar dos cortes, apesar dos 20.000.000\$ que, dizeis, economisastes, ainda assim dais-nos um orçamento com 40 e tantos mil contos de *deficit*?

O SR. DANTAS:—Ahi pôde-se dizer qual dos orçamentos era o mais verdadeiro.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:—Veremos. Quer saber o meu honrado collega qual é o orçamento verdadeiro? Vai dizel-o o Sr. ex-ministro da fazenda; eu não o queria dizer agora, porque talvez cortasse o fio de minhas observações; verá que quem falla muito, que quem visa sómente a effectos fallando, mais erra. Nesta materia não se improvisa; quem improvisa em materia de finanças, ha de commetter os erros, que commetteu o Sr. ex-ministro da fazenda.

Diz-se que os balanços, os orçamentos são falsos; falsa é essa asserção, que vai desacreditar o thesouro. E esse descredito recae acaso sobre mim e sobre meus antecessores?

Alguem se importa lá em Londres com o Barão de Cotegipe ou com o Sr. conselheiro Dantas? Não; importam-se com o credito do Brazil; attendem para a proposta de 121.000.000\$ de despesa ordinaria e mais 23.000 e tantos contos de extraordinaria. Isto é que poderá dar que pensar; poderá causar reparo.

Eis o que diz o Sr. ministro sobre a proposta de 1879—1880:

• Si a proposta differe do despendido naquelles exercicios é sómente na parte relativa a creditos especiaes, e isto mesmo em razão de maior numero de estradas de ferro que existem em construcção,

algumas das quaes se mandaram agora fazer nas provincias do norte.

Mas chamo a attenção do senado para o que apresentei anteriormente, isto é, que tinhamos effectivamente despendido menos do que o actual orçamento pode, gastámos menos, apesar das delapidações, do que o ministerio actual, economisando.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA:—E' economia propondo gastar mais do que os delapidadores.

O SR. FERNANDES DA CUNHA:—Não ha nada como um dia depois do outro.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:—Além disso, temos de comparar o seguinte:—Entre outras causas, o que mais actua sobre o preço dos differentes productos é o papel-moeda.

Segundo uma tabella official que vem annexa ao relatorio, ha em circulaçãõ 181.279.000\$000 de papel-moeda.

Durante as administrações conservadoras so foram emitidos por occasião da guerra 23.000 e tantos contos. Os senhores liberaes, ou por força das circumstancias, ou porque não sabiam lançar mão de outros meios, emitiram 134.000.000\$000. De sorte que a influencia nociva deste recurso sobre o nosso estado financeiro deve ser lançada em conta da responsabilidade, que não digo seja criminosa, dos nossos illustres adversarios, sendo assim mais justo do que aquelles que nos attribuem todas as faltas, até os successos naturaes que podem influir sobre a renda e sobre a despesa.

Nos annos subsequentes a 1871 houve augmento na despesa ordinaria, muito avultou a despesa extraordinaria, para melhoramentos materiaes e outros moraes, como a instrucção publica tambem. Das despesas que carregaram permanentemente sobre o orçamento as mais notaveis foram as do exercito e marinha; despesas que o ministerio de então, com o concurso e approvaçãõ da opposição liberal, fez votar, julgando-a muito necessarias, depois da guerra que tivemos.

Senhores, é preciso que nos transportemos ás épocas de que fallamos, e sobre as quaes pretendemos proferir um juizo.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA:—Agora votaram a mesma força.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:—Naquella época houve um pouco de exaltamento; o exercito tinha voltado orgulhoso, e, com razão, de suas victorias. A opposição liberal fazia ferver a cerveja (*riso*), isto é, fazia ferver as demonstrações...

UM SR. SENADOR:—De enthusiasmo.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:—...pe enthusiasmo, sim, mas enthusiasmo debaixo do qual havia o quer que seja.

O SR. SARAIVA:—Isso não.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:—Tanto em attenção á sorte do exercito, como ás circumstancias politicas, teve-se de augmentar a despesa com o exercito e marinha. Censurais esse augmento? Dizei-o, declarai-o, porque eu appellarei para o illustre marechal...

Onde foi elle, que o não vejo aqui? Elle, que julgou mesquinho o augmento, e que no seu relatorio-propoz que seja augmentado com gratificações addicionaes.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA:—E propôz a mesma força.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE: — Outras despesas também com o desenvolvimento das estradas de ferro, da instrução publica, etc., etc., eram aco-rogadas; e, si isso era erro, era erro commum.

UM SR. SENADOR: — Apoiado; era erro commum.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE: — Diziam: gastamos 600.000:000\$ na guerra do Paraguay, perdemos cento e tantos mil brazileiros validos; é preciso que possamos reparar essas grandes perdas, promovendo o progresso, pelo augmento da população, e pelos melhoramentos materiaes que desenvolvam a produção.

Esse nobre pensamento poderá ter trazido de alguma sorte o embaraço das finanças, mas não merece a censura de ninguem, e aquelles que procuraram corrigir esses males, e em parte o conseguiram, não podem ser accusados de delapidadores da fazenda publica (*apoiados*).

Não sou suspeito, eu, que, tomando conta da pasta da fazenda no ministerio de 23 de Junho, revelei, com toda a verdade e franqueza, a nossa situação financeira. Disse, e repito, que a causa de nossas difficuldades financeiras são os creditos especiaes...

O SR. JUNQUEIRA: — Apoiado.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE: — ... as obras e melhoramentos materiaes. Quereis o equilibrio do orçamento? Fazei parar essas obras. Mas, gritar contra os adversarios porque ha desequilibrio no orçamento, e vir pedir na proposta, que aqui está, só para o Rio Grande do Sul 6.400 contos; 4.000 contos para Bahia e Pernambuco; em summa, 23.000 contos para creditos extraordinarios, é irrisorio, é não querer melhorar as finanças, ou então não saber como haver-se no meio dessas difficuldades (*apoiados*).

Si as finanças foram estragadas pelos conservadores, vós as estragais ainda mais—nos campos do Rio Grande do Sul, em uma estrada estrategica, que não dará renda como uma estrada industrial.

Si quereis progresso, si quereis melhorar as finanças, abandonai as preocupações de guerra, construi estradas de ferro para centros commerciaes agricolas e populosos; e não andeis a prégar semelhantes sermões, que só podem ser acreditados nas aldeas.

Eu disse que o orçamento de 1876 a 1877 e de 1877 a 1878 accusára um *deficit* de 6.000:000\$, a opposição combateu-me até á ultima, affirmando que o *deficit* podia ser supprido por meio de economia e que não precisavamos de novos impostos.

Entretanto, cortaram por despesas que eram necessarias. D'aqui do meu logar, quando vi alguns conservadores acompanhar aquella corrente, disse: ha de deitar-se nesta cama quem a armou.

Depois que reduziram o orçamento, veio o desequilibrio e atiram-se sobre os conservadores como culpados.

Senhores, nós apresentámos um orçamento com *deficit*, mas indicámos os meios por que devia ser preenchido; fizemos votar alguns impostos, que, desgraçadamente, ainda não estão sendo cobrados, depois de dous annos.

Entanto, vós, que accusais um *deficit* de 44 mil contos, não lembrais, como meio de extingui-lo, senão o que, senhores?

Os bens dos frades! (*risadas*). A expoliação dos bens das ordens religiosas é o meio unico que encontram!

O SR. MENDES DE ALMEIDA: — É sempre o mesmo recurso.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA: — E as tarifas do Rio Grande do Sul.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE: — Os bens dos frades, que não chegam talvez a 4.000 contos! Mas d'ahi nascerá a idade de ouro, porque, além desses bens irem amortizar a divida publica, virão para a sociedade homens fortes e vigorosos, que ainda podem servir para muita cousa. Ora, em verdade, senhores, isto é brincar, isto não é serio.

Não digo bem; ainda ha um meio que o honrado ministro da fazenda apresenta para fazer face a este grande *deficit*: é o imposto territorial.

Quando li uma palavra tão sonora, que, na opinião do honrado ministro da fazenda, ha de trazer a idade de ouro, entendi que o trabalho escravo se tornaria livre, que as terras seriam fecundadas enfim, que este imposto era maná cahido do céu.

Vamos a ver como quer o Sr. ministro da fazenda fazer face ao *deficit* com semelhante imposto.

Convido os nobres senadores a ler o artigo em que se trata do imposto territorial. Lançou-se mão do que escreveram escriptores francezes, e entre outros Leroy Beaulieu, economista moderno, que estudou essa questão, em relação á França, de modo admiravel. Juntando-se trechos d'aqui, trechos d'acolá, formou-se um todo que ninguem entende. A isso é que se chamou imposto territorial, que sómente d'aqui a tres annos começará a vigorar, pertencendo, porém, ás provincias, é ficando o Estado a ver o signal.

E' este um dos meios de regenerar as finanças.

Por isso é que penso que o nobre ministro tomou por pretexto a questão acatholica para retirar-se. S. Ex. não dava conta da mão, não era possivel.

Disse elle: «Achei as finanças em estado de descalabro tal que, si não houvesse dinheiro, e já, o thesouro faria bancarota.»

Já tive occasião, no meu primeiro discurso, de fazer sciente ao senado de que, quando deixei a pasta em principio de Janeiro, havia em Londres (cito de memoria) £ 800 a 860.000, de saldo; na caixa da amortização 8.000 e tantos contos para pagamento do juro de apolices, que começára a 2 desse mez...

O SR. CRUZ MACHADO: — E' bom que todos ouçam.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE: — ... e dinheiro para occorrer aos juros e amortização do emprestimo nacional em ouro. E as despesas correntes?

Pois, senhores, para as despesas correntes era preciso que o governo emitisse papel-moeda? Não emitia elle bilhetes e não achou quem os tomasse com o juro de 4 1/2 e 5 1/2? Os pagamentos não estavam em dia?

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*): — Não estavam.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE: — Não sei a que pagamentos se refere V. Ex.; o pagamento dos empregados publicos estava em dia.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*): — Isso é o pessoal.

O SR. DANTAS: — Veja o que sob o titulo meio circulante se diz sobre o estado do thesouro; vou mostrar a V. Ex.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE: — Não me mostre cousa alguma, não me atrapalhe; peça a palavra para responder-me.



Não estavam pagos, disse o ministro, os soldos das tropas; mas as tropas que estão em logares longínquos pagam-se os soldos de dous em dous, e de tres em tres mezes, e portanto é possível que isso acontecesse. Não estavam pagas certas contas, como, por exemplo, as que o governo não pretendia pagar sem pedir credito ao corpo legislativo; mas isso, em minha opinião, não devia ser motivo para a emissão de papel-moeda que realizou-se.

O SR. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*): — Eram apresentadas em virtude de contrato, como não se deviam pagar?

O SR. BARÃO DE COTEGIPE: — Em todo caso, estivessem ou não estivessem por pagar Caetano Pinto e outros (*apoiados*), não havia necessidade de emissão de papel para acudir ás urgencias do thesouro; e isto é que vou provar.

O illustre Sr. presidente do conselho, quando enunciei esta proposição, duvidou della e convidou-me a demonstral-a; pego a attenção de S. Ex.

Desta celeberrima exposição de motivos, da qual eu quereria ver riscado o nome do Sr. João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu para poder dizer della tudo quanto me vem aos labios....

O SR. FERNANDES DA CUNHA: — Libello famoso contra o partido conservador, peça calumniosa.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE: — ... esta exposição escripta com penna molhada no fel da calumnia, diz o seguinte (*le*): « Já entrado o segundo semestre do exercicio, o thesouro apresentava uma divida *fluctuante*... (*ao tachygrapho*) ponia em italico este fluctuante para depois vermos o que é.... » de 39.605:800\$, que tendia a ascender, quando a lei do orçamento vigente apenas facultava essa operação como adiantamento de receita até 16.000:000\$. » Erro pouco proprio de quem se encarrega da pasta da fazenda. A lei só facultava até 16.000:000\$, de onde concluiu quem lêsse, e o honrado ministro naturalmente, porque não lhe posso attribuir uma falsidade proposital, que a differença que vai de 16.000 a 39.000:000\$ era emissão illegal, ignorando assim as disposições de nossas leis de fazenda.

Dezeseis mil contos permittiu o orçamento como anticipação da receita...

O SR. CRUZ MACHADO: — Apoiado.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE: — ...divida que devia ser liquidada no fim do exercicio, e quando houvesse alguma falta, quando a receita não chegasse, a lei do orçamento permittia que esta divida ou ficasse como divida fluctuante ou fosse fundada. Mas, além desta autorização, como anticipação de receita, o governo tinha por lei a de conservar na circulação 20.000:000\$, que tanto representa o credito aqui votado para o prolongamento da estrada de ferro D. Pedro II (*apoiados*). 20.000:000\$ do credito, 16.000:000\$ de anticipação de receita, são 36.000:000\$. Por consequente, o governo tinha em circulação 36.000:000\$ por virtude de duas leis: uma de anticipação da renda e outra do credito para a estrada de ferro D. Pedro II. Pois ignorava o ministro que se fazia a obra de abastecimento das aguas, que se faziam estradas nas provincias? Que haviam outros creditos especiaes, autorizando operações de credito, e que o ministro podia elevar os bilhetes do thesouro, em vez de 39.000:000\$, a 69.000:000\$, a 76.000:000\$, si para tanto fosse preciso?

Como, pois, em um documento publico destes diz que só era permittida a emissão de 16 mil contos de bilhetes do thesouro?

O SR. DIOGO VELHO: — Quero ver como se responde a isto.

O SR. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*): — Ha de se responder.

O SR. DIOGO VELHO: — Quero ver, tenho muita curiosidade.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE: — Diz elle que quando tomou conta das redeas da administração, sentiu o mau estado das finanças. Que penetração!

O SR. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*): — Não precisa de muita penetração para isto.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE: — Ora, se levamos dous annos a discutir finanças na camara dos deputados, e a exagerar o mau estado das finanças, a ponto de affirmar-se que estavamos em vespervas da bancarota, foi só quando S. Ex. entrou para o governo que conheceu o mau estado dellas? Que penetração!

Além dos trinta e nove mil contos em circulação, diz elle que o primeiro semestre do exercicio de 1877—1878 apresentou um *deficit* de 13.728 contos e tanto. Este *deficit* já está coherito pelos bilhetes em circulação.

Por consequente, desapareceu, não fazamos conta com elle; está representado por outra igual quantia em bilhetes do thesouro.

O SR. DIOGO VELHO: — Para fazer effeito.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE: — Vamos adiante:

Do segundo semestre, diz elle:

« Os calculos apresentados (note-se bem, calculos) annunciaram um *deficit* quasi duplo de 24.936 contos de réis.

« Este *deficit*, junto á enorme somma (enorme, chamo a attenção) da divida fluctuante de 46.116 contos (deixámos 39 mil), eleva o *deficit* total a 70.972 contos de réis. »

Não para ahi; a cousa avoluma-se mais. Não fica nisto, diz S. Ex.; porque ainda estão por pagar, por falta de dinheiro, contas liquidadas e por liquidar, na secretaria do ministerio da agricultura, calculando-se em cerea de 10.000:000\$000. Por consequencia, tem de se elevar o *deficit* a 80.000:000\$000. E diante deste monstro aterrou-se e nobre ex-ministro da fazenda, e como pela terra de que é filho goza dos fóros de grande valor, o ministerio, vendo o chefe da fazenda tão esmorecido, tomou-se de terror panico e acompanhou-o na fuga.

O SR. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*) dá um aparte.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE: — Porque V. Ex. não havia de tomar conta da pasta da fazenda? Nada disto teria succedido.

Temos, pois, um monstro de 80.000:000\$ de *deficit*; mas o novo Thesou já diminuiu 20.000:000\$ com as economias e com a venda do *Independencia*, de que tanto se fallou aqui, mas que nessa occasião foi um grande recurso para os apertos, e cuja somma deve ser lançada em nossa conta, e diminuida nas nossas despesas. Vamos adiante; ficou reduzido o *deficit* a 60.000:000\$, diz elle, nos dous exercicios. É preciso notar que 46.000:000\$ estavam em bilhetes do thesouro, parte dos quaes não exigia pagamento immediato; dos 39.000:000\$

que deixei em circulação talvez a terça parte estivesse reformada por um anno, de sorte que o ministerio não teria nenhuma necessidade de fazer dinheiro para pagar esses bilhetes. Demais, seria desconhecer a situação da praça do Rio de Janeiro, onde ha sempre sommas consideraveis, que preferem empregar-se em letras do thesouro com menor juro do que em mãos particulares.

Ora, si o ministerio conservasse esses 46.000.000\$ em circulação, nenhum embarço soffreria o thesouro, salvo talvez o ter de pagar mais algum juro. Conservando em circulação esses bilhetes, restava para os 60.000.000\$, 14.000.000\$: e por isso lança não o governo do papel-moeda?

Mas diz-se: 46.000.000\$ de divida fluctuante é perigoso. E' verdade, não é pequena; mas entre nós não deve inspirar tanto receio; e a prova está em que o Sr. ministro da fazenda, tendo emitido 40.000 e tantos contos de papel, conserva em circulação perto de 43.000.000\$ de bilhetes do thesouro, já tendo tido mais de 51.000.000\$. Pois si a divida fluctuante era um perigo naquella occasião, sendo de 46.000.000\$, como conservar 43 mil e tantos contos dessa divida, tendo se emitido papel, dizendo-se que era para o pagamento desses titulos?

E' uma inexactidão considerar a divida fluctuante *deficit* do exercicio. A divida fluctuante compõe-se de diversos elementos; compõe-se dos bilhetes emitidos por anticipação de receita, e esses devem ser pagos de preferencia, na liquidação do exercicio, contêm os *deficits* dos exercicios já liquidados que o governo está autorizado a fundar, quando a receita não chega; contêm os creditos especiaes para os melhoramentos materiaes, creditos estes que pela sua natureza e disposição da lei têm necessidade de ser fundados, ou por meio de um emprestimo interno ou externo, conforme autorizou o corpo legislativo.

Como, pois, vem-se dizer que são *deficits* de exercicios que devem pagar-se immediatamente?

Essa theoria é falsissima, é um esquecimento dos principios.

Não basta ter vasta instrucção em outros ramos para fallar em semelhante materia.

Prosigamos.

Já demonstrei que, na realidade, pelos calculos do governo, conservando-se os bilhetes em circulação, as necessidades do thesouro reduziam-se a 14.000.000\$, e como já com anticipação emittiu 60 mil contos de papel-moeda para dous exercicios? E para esse fim dissolveis uma camara porque acreditastes que vos não daria os meios. Novo e nunca visto abuso em paizes constitucionaes, nos quaes se convocam as camaras para votar os creditos necessarios, e neste paiz de miseria dissolve-se a camara porque se quer emittir papel-moeda!

O SR. FERNANDES DA CUNHA:—E querem ser liberaes! Isso é uma vergonha!

O SR. CRUZ MACHADO:—Dissolveu-se previamente por uma questão administrativa.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:—Aterraram-se e publicaram o decreto da emissão. Já emittiram 40.000.000\$000, e, como que envergonhados e sentindo remorsos pelo mal que tem produzido uma tal medida, recuaram, e, em vez de esgotarem a fonte, cuja torneira tinham aberto, fecham-na e voltam aos emprestimos.

Os effeitos da triste medida da emissão do papel-moeda já estão produzidos; muitas vezes o terror panico causa mais damno a um exercito do que

um combate ou uma derrota (*apoiados*); assim é a confiança publica; a confiança é uma sensitiva, não se pôde tocar sem que ella estremeça e soffra.

O governo perdeu a confiança, e então, quer emittisse 10 ou 30.000: o resultado seria o mesmo sobre o mercado. O cambio deprimiu-se, e o Estado teve de soffrer gravissimo prejuizo na passagem de fundos para Londres, apesar de que os ministros passados tivessem habilitado os actuaes para não fazerem remessas sinão para seis ou nove mezes.

O relatorio que se apresentou á camara mostra que o ministerio delapidador de 23 de Junho remetteu para Londres de Janeiro a Dezembro de 1877 dous milhões trezentos quarenta e cinco mil libras sterlingas, e o ministerio actual de Janeiro a Dezembro de 1878 sómente um milhão vinte e dous mil e tanto.

Isto prova que elle achou fundos para completar o pagamento dos encargos de nossos emprestimos, e prova tambem que serviu-se das 6.000 £ do grande *Independencia* que mandámos construir.

Assim, não obstante estes recursos, teve a praça do Rio de Janeiro de soffrer as consequências da impensada medida da emissão de papel-moeda.

Demos de barato que nenhuma dessas deducções deya ser feita, e que o *deficit* de 60.000 contos devia ser pago.

« Si o ministro não tivesse lançado na circulação nem uma nota de 1\$000, não teria feito maior despesa do que se tivesse feito um emprestimo, e teria poupado á praça e ao thesouro os prejuizos que lhes tem dado. »

Eis aqui a prova: no relatorio ou na proposta do ministro da fazenda pede-se para amortização do papel-moeda 3.600 contos; emittiu um emprestimo de 40.000 apolices, para os juros das quaes são precisos 2.400 contos. Reunidos aos 3.600 contos, temos 6.000 contos que vão augmentar o onus do thesouro com o pagamento de juros e amortização.

Com um emprestimo externo ou interno faria o ministro a mesma despesa que fez com a emissão de papel-moeda e das apolices, sem que tivesse feito baixar o cambio e sem que tivesse dado o menor prejuizo á praça.

Vê-se, portanto, que a emissão do papel-moeda foi inutil, foi um erro.

O nobre presidente do conselho confessou que esta medida era um recurso *in extremis*.

Nós não estamos *in extremis*; estamos em difficuldades venciveis, que só são insuperaveis para os espiritos tímidos, ou para os espiritos denigrantes, si assim me posso exprimir. E depois está provado que o thesouro não estava na posição tão critica que se figurou; pois que o emprestimo que acaba de realizar-se para acudir ás urgencias do Estado somente onze mezes depois, em Novembro, estará pago, dando-se assim tempo para os arranjos commerciaes.

O SR. SILVEIRA DA MOTA:—Para se pagar o emprestimo com o dinheiro do thesouro mesmo.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:—Não proseguirei, Sr. presidente, por hoje, por ter já excedido a hora e não desejar deter nesta casa os nobres senadores que me estão honrando com a sua attenção. Por isso deixarei para outra occasião o que ainda tenho de dizer, e poderá fazer objecto de um requerimento relativamente ao papel-moeda, que, segundo disse o nobre ex-ministro da fazenda, em emittir. Vou concluir, certo de que no animo de todos, quer sejam meus amigos, quer meus adver-

sarios, o que disse o nobre ex-ministro da fazenda não passa de uma dessas explosões com que S. Ex. costumava entreter a camara dos Srs. deputados. (*Muito bem, muito bem.*)

(*O orador é cumprimentado por todos os senhores senadores presentes.*)

A discussão ficou adiada pela hora.

O SR. PRESIDENTE declarou que a ordem do dia da seguinte sessão era a mesma, e levantou a sessão ás 3 1/4 horas da tarde.

### 37.ª Sessão

EM 19 DE FEVEREIRO DE 1879.

PRESIDENCIA DO SR. VISCONDE DE JAGUARY.

SUMARIO.—EXPEDIENTE.—Proposição da camara dos Srs. deputados sobre a matricula do estudante Antonio Victor David.—Discurso e requerimento do Sr. Correia sobre a commutação da pena de açoites a escravos.—ORDEN DO DIA.—Resposta á falla do throno.—Discursos dos Srs. Saraiva e Diogo Velho.

As 11 horas da manhã acharam-se presentes 30 Srs. senadores, a saber: Visconde de Jaguary, Dias de Carvalho, Cruz Machado, Barão de Mamaçuape, Godoy, Vieira da Silva, Junqueira, Chichorro, Silveira Lobo, Almeida e Albuquerque, Luiz Carlos, Visconde de Nitheroy, Leão Velloso, Marquez do Herval, Barros Barreto, Teixeira Junior, Barão da Laguna, Visconde de Muritiba, Visconde de Bom Retiro, Fausto de Aguiar, Ribeiro da Luz, Correia, Antão, Visconde do Rio Grande, Dantas, Saraiva, Paranaguá, Diniz, Candido Mendes e Barão de Pirapama.

Compareceram depois os Srs. Uchôa Cavalcanti, Fernandes da Cunha, Cunha e Figueiredo, Silveira da Motta, Diogo Velho, Sinimbu, Jaguaribe e Barão de Cotegipe.

Deixaram de comparecer, com causa participada, os Srs. Leitão da Cunha, Conde de Baependy, Duque de Caxias, Firmino, Paula Pessoa, João Alfredo e Visconde do Rio Branco.

Deixaram de comparecer, sem causa participada, os Srs. Nunes Gonçalves, Barão de Maroim, Barão de Souza Queiroz, Octaviano, Paes de Mendonça, Visconde de Abaeté e Visconde de Suassuna.

O SR. PRESIDENTE abriu a sessão.

Leu-se a acta da sessão antecedente e, não havendo quem sobre ella fizesse observações, deu-se por approvada.

O SR. 1.º SECRETARIO deu conta do seguinte

#### EXPEDIENTE.

Offícios:

De 8 do corrente, do ministerio do Imperio, communicando, em resposta ao do senado de 5, que na mesma data expediu aviso ao presidente da provincia da Bahia, assim de que faça executar fielmente as decisões do senado sobre a eleição a que ali se procedeu para o preenchimento das vagas dos fallecidos senadores, conselheiros Zacarias de Góes e Vasconcellos e José Thomaz Nabuco de Araujo, e outrosim que communicou ao ministerio da justiça, para os devidos effectos, a decisão do senado, concernente á responsabilidade cri-

minal do ex-presidente da dita provincia, Barão Homem de Mello.—Ficou o senado iuteirado.

Do 1.º secretario da camara dos deputados, de 18 do corrente, remettendo a seguinte

#### Proposição.

« A assembléa geral resolve :

« Artigo unico. Fica o governo autorizado a mandar admitir Antonio Victor David, pharmaceutico formado, a exame de anatomia do 1.º e anatomia e physiologia do 2.º anno da faculdade de medicina desta corte, para que possa depois matricular-se no 3.º anno da dita faculdade; revogadas as disposições em contrario.—Paço da camara dos deputados em 18 de Fevereiro de 1879. — *Visconde de Prados.* — *José Cesario de Faria Alvim.* — *José Feliciano Horta de Araujo.* »

Á commissão de instrucção publica.

#### COMMUTAÇÃO DA PENA DE AÇOITES A ESCRAVOS.

O SR. Correia:—Antes de annunciar a materia do meu requerimento preciso firmar alguns principios.

Dispõe o codigo criminal no art. 60:

« Si o réo fôr escravo e incorrer em pena que não seja capital ou de galés, será condemnado na de açoites, e depois de os soffrer, será entregue a seu senhor, que se obrigará a trazel-o com um ferro pelo tempo e maneira que o juiz designar.

« O numero de açoites será fixado na sentença, e o escravo não poderá levar por dia mais de 50. »

Deste artigo infere-se que ao escravo não podem ser applicadas outras penas senão a capital, a de galés, e a de açoites.

O mesmo codigo, no art. 33, dispõe:

« Nenhum crime será punido com penas que não estejam estabelecidas nas leis. »

Combinada esta disposição com a anterior, vê-se que em nenhum caso pôde applicar-se a escravo outras penas que não aquellas que indiquei, únicas estabelecidas na lei para esta classe de réos.

Ao escravo não pôde ser applicada por sentença a pena de prisão temporaria.

Do que fica ponderado resulta que por acto do poder moderador, no exercicio de sua alta attribuição de perdoar e moderar as penas, não é possível applicar ao escravo pena que a lei para elle não tenha estabelecido.

Na commutação não se pôde crear nova penalidade para o escravo.

Estes principios são deduzidos da nossa legislação criminal, combinada com a disposição constitucional que confere ao poder moderador a attribuição de perdoar e moderar a pena imposta a réo condemnado por sentença.

Esta doutrina encontro tambem em um folheto—*O recurso de graça segundo a legislação brasileira*—publicado pelo intelligente e estudioso Dr. Antonio Herculano de Souza Bandeira Filho, no qual lê-se que « na commutação o poder moderador fixa a pena que considera mais appropriada *d'entre as fixadas no codigo.* » Ora, no codigo não está fixada a pena de prisão com trabalho para o escravo.



Encontro ainda esta doutrina no discurso que hontem proferiu nesta casa o illustre presidente do conselho, que disse :

« Na ausencia de provas que possam habilitar o poder moderador a conformar-se com as sentenças de morte, tem elle applicado a commutação ; mas, como a pena da commutação, neste caso, é a de galés perpetuas, tem resultado disto a crença, por parte de muitos destes criminosos, de que essa pena equivale para elles a uma liberdade.

« E' este um principio perigoso, mas é um principio em virtude da nossa propria legislação.

« O governo, tendo em consideração este objecto, formulou as bases de um projecto, que em poucos dias ha de ser presente á camara dos Srs. deputados, estabelecendo uma mudança na pena : em lugar da pena de galés será a pena de prisão cellullar ou isolamento. »

O pezar que manifestou o nobre presidente do conselho foi o de que a nossa legislação não permittisse neste caso sinão a commutação da pena capital na de galés, e o meio que indicou para supprir este defeito da legislação foi o de uma lei em que se substitua a pena de galés pela de prisão cellullar.

Si, como me parece, o senado reconhecer procedentes as observações que até agora tenho feito, estranhará um decreto publicado no *Diario Official* de hontem, no qual lê-se :

« Por decreto de 15 deste mez foram commutadas em doze annos de prisão com trabalho as penas de 300 açoites e de trazer ferro ao pescoço pelo tempo de um anno, impostas ao réo escravo Sebastião, em virtude de decisão do jury da capital da provincia do Rio de Janeiro, por crime de homicidio. »

Não tenho lembrança de nenhum decreto em que houvesse commutação de pena como a de que este trata.

Querendo descobrir pelas palavras publicadas no *Diario Official* como se teria dado o caso que motivou o decreto de 15 do corrente, afigura-se-me (não sei si estou em erro) que o réo foi condemnado no grão médio do art. 193 do código criminal : exactamente em doze annos de prisão com trabalho.

Si o nobre presidente do conselho pudesse informar-me a este respeito, dispensar-me-hia de algumas considerações (*pausa*).

Si o caso é assim, então o acto, pelo qual especialmente responde o nobre ministro da justiça, torna-se de maior gravidade ; ter-se-hia com a commutação applicado a pena que a lei não permittiu ao juiz applicar em sua sentença.

Outros pontos obscuros encontro para bem apreciar o decreto de 15 do corrente. Quem dirigiu a petição de graça ? Como não se executou a sentença ?

Não é ociosa esta ultima ponderação.

O recurso de graça não suspende a execução da pena de açoites, como se vê da consulta da secção de justiça do conselho de Estado de 16 de Julho de 1874, na qual foi relator o nosso sempre lembrado collega o Sr. Nabuco de Araujo.

Eis o que ella diz :

« Senhor. — Mandou Vossa Magestade Imperial, por aviso de 9 de Abril ultimo, que a secção de justiça do conselho de Estado, tendo presente o officio junto do presidente da provincia da Parahyba de 5 de Novembro proximo passado e a representação a

que elle se refere, consulte, á vista dos avisos ns. 363 de 10 de Junho de 1861 e 333 de 24 de Outubro de 1871, si o recurso de graça interposto em favor do réo escravo condemnado a açoites suspende a execução desta pena por trazer damno irreparavel. . . .

« A secção de justiça do conselho de Estado entende que não está no poder do governo imperial o declarar suspensas as penas impostas por sentenças que, conforme a lei, são exequiveis e não têm effeito suspensivo. Só o poder legislativo pôde tanto.

« Segundo a legislação vigente, o recurso de graça só tem effeito suspensivo no caso de pena de morte. (Aviso de 24 de Outubro de 1871.)

« Tambem a revista sómente suspende a execução da pena de morte, degredo ou galés. (Art. 7.º da lei de 18 de Setembro de 1828.)

« E, pois, nem o recurso de graça, nem o recurso de revista suspendem a execução dos açoites. Mas o damno irreparavel se dá em ambos os casos. E o damno irreparavel tambem se dá no caso da prisão, cuja pena pôde, como já tem acontecido, estar cumprida, quando sobreveem a graça ou absolvição em gráu de revista.

« A prisão injusta importando a privação do trabalho ou industria pôde ser mais sensivel e damnosa ao cidadão do que o açoite ao escravo.

« Em todo caso, a providencia só pôde ser legislativa e não restricta ao recurso de graça e pena de açoites, mas extensiva ao recurso de revista e outras penas.

« Cumpre, porém, ponderar que sem prazos fixados para o provimento do recurso extraordinario de graça, e para sua apresentação no juizo da execução, a pena de açoites será demorada infinitamente, ficando prejudicados os senhores, sendo que o recurso bem pôde ser interposto pelo curador do escravo, não obstante o senhor.

« Quanto á moderação e humanidade com que deve ser applicado o castigo de açoites, já o aviso de 10 de Junho de 1861 providenciou como pôde ser providenciado em caso todo arbitrario e dependente de circumstancias individuaes e de observação dos peritos.

« Vossa Magestade Imperial mandará o que fór mais justo.

« Sala das conferencias da secção dos negocios da justiça do conselho de Estado em 16 de Julho de 1874. — José Thomaz Nabuco de Araujo. — Visconde de Jaguary. »

O SR. SILVEIRA DA MOTTA : — Foi resolvida essa consulta ?

O SR. CORREIA : — Satisfaço já ao nobre senador por Goyaz, lendo o aviso que se expediu em consequencia desta consulta :

« Ministerio dos negocios da justiça. Rio de Janeiro em 20 de Agosto de 1874.

« Ilm. e Exm. Sr. — O juiz de direito da comarca de Maranguape, representando sobre o facto de ter o respectivo juiz municipal dado execução a uma sentença de açoites contra um réo escravo, não obstante o recurso de graça interposto por seu curador, suscitou as duvidas seguintes :

« 1.ª Si a suspensão da pena de açoites, de que trata a ultima parte do aviso n. 363 de 10 de Junho de 1861, importa a cessação absoluta do castigo ; e, neste caso, qual a autoridade competente para ordenal-a.

« 2.<sup>a</sup> Si tem effeito suspensivo o recurso de graça interposto da sentença de açoites por trazer a sua execução damno irreparavel.

« 3.<sup>a</sup> Si durante a suspensão do castigo, em consequencia de grave perigo da vida do paciente, é admissivel o recurso de graça.

« Sua Magestade o Imperador, a quem foi presente o officio de V. Ex. de 5 de Novembro do anno passado, sob n. 97, com a representação do dito juiz de direito, tendo ouvido a secção de justiça do conselho de Estado, manda declarar a V. Ex., quanto á primeira duvida, que não pôde o juiz municipal, nem o juiz de direito, determinar a cessação absoluta da pena de açoites, alterando assim a sentença exequenda, e que o citado aviso de 10 de Junho de 1861 providenciou, como convinha, sobre o modo de applicar aquella pena, conciliando-se o rigor da lei com os principios de humanidade.

« Quanto á segunda duvida, que o recurso de graça, do mesmo modo que o de revista, não suspende a execução da sentença de açoites, sendo o effeito suspensivo do recurso de graça limitado á pena capital, conforme a doutrina dos avisos ns. 29, de 22 de Janeiro de 1855 e 355, de 24 de Outubro de 1871, e o da revista, além da pena capital, ás de degredo e galés, nos termos do art. 7.<sup>o</sup> da lei de 18 de Setembro de 1828.

« Finalmente, quanto á terceira duvida, que o recurso de graça pôde ser interposto em qualquer tempo, desde que a sentença de açoites tenha passado em julgado.

« Deus guarde a V. Ex. — *Manoel Antonio Duarte de Azevedo*. — Sr. presidente da provincia da Parahyba. »

Á vista disto, não é caso de indagar como deixou de ser executada a sentença proferida, em virtude de decisão do jury, pelo juiz de direito da capital da provincia do Rio de Janeiro no processo do escravo Sebastião?

Senhores, é uma questão de principio a de que me occupo, e trata-se de assumpto cuja importancia não pôde ser desconhecida.

Não tenho o intuito de tornar impopular o poder moderador; ao contrario, estou convencido de que, si ao senado parecer que o decreto de 15 do corrente não é conforme á legislação do paiz, e da discussão que houver resultar igual convicção ao poder moderador, o facto não se reproduzirá.

O SR. FERNANDES DA CUNHA: — O poder moderador nunca está em questão.

O SR. CORREIA: — Si fallei no poder moderador foi só para fazer esta observação; pois comecei dizendo que pelo acto responde o nobre ministro da justiça.

O SR. DANTAS: — O ministerio.

O SR. CORREIA: — Especialmente o nobre ministro da justiça.

O SR. SILVEIRA LOBO: — A solidariedade os torna todos responsaveis.

O SR. CORREIA: — O responsavel legal é o ministro da justiça. Este nobre ministro ha de permitir que um dos ralhadores do senado occupe-se com o seu acto, em que não houve observancia da lei.

O SR. SILVEIRA LOBO: — A observancia da lei é do que elles não fazem caso.

O SR. CORREIA: — Para applicar a pena de prisão com trabalho a réos escravos, disse-nos hontem o nobre presidente do conselho que era preciso mudança na legislação. Como S. Ex. não discordou do seu collega da justiça, que mandou já applicar a um réo escravo a pena de prisão com trabalho? (*apartes*). Como consentiu o nobre presidente do conselho que seu collega infringisse o art. 33 do código criminal, fazendo com que um crime praticado por escravo seja punido com pena não estabelecida na lei para este? Como permittiu o nobre presidente do conselho, a quem cabe a principal responsabilidade dos actos do ministerio, que indirectamente se modificasse a legislação criminal, antes que se haja pronunciado o poder legislativo, ao qual S. Ex. diz que vai em breve recorrer para que possa ser applicada a réo escravo a pena de prisão com trabalho?

O SR. FERNANDES DA CUNHA: — Isto é uma usurpação de poder; é um crime; não ha mais fórma parlamentar; o governo é despotico.

O SR. SILVEIRA LOBO: — Apoiado, é governo despotico, que não respeita a lei; e chamam-se liberaes!

O SR. CORREIA: — Não tendo lido hontem, antes da sessão do senado, o decreto de que me tenho occupado, só hoje posso tratar de um assumpto cuja importancia os meus honrados collegas reconheceram.

O SR. SILVEIRA LOBO: — E' o governo da empreitada eleitoral, e porca empreitada.

O SR. FERNANDES DA CUNHA: — O art. 179 da constituição é muito claro.

O SR. SILVEIRA LOBO: — E' um gabinete presidido por um pomadista de força.

O SR. CORREIA: — O facto merece ser esclarecido. Teremos necessidade, quando o nobre Sr. ministro da justiça aqui vier, de discutir com o maior desenvolvimento o acto que S. Ex. acaba de praticar, aconselhando a Corôa a commutar por fórma contraria á lei a pena de açoites imposta a réo escravo.

O SR. SILVEIRA LOBO: — Ouçamos a resposta.

O SR. CORREIA: — Necessitamos, pois, de alguns dos documentos que serviram de base ao decreto de 15 do corrente.

Por isso vou requerer os documentos indispensaveis para esclarecimento da questão; e espero que o senado se dignará de approvar o meu requerimento.

Foi lido, apoiado e approvedo o seguinte

#### Requerimento.

« Requeiro que, pelo ministerio da justiça, se peca ao governo cópia dos seguintes documentos relativos ao processo do réo escravo Sebastião, cuja pena foi commutada por decreto de 15 do corrente: libello, decisão do jury, sentença do juiz e petição de graça, e dos documentos que a esta se referem. — *Manoel Francisco Correia*. »

#### ORDEM DO DIA.

Proseguiu a discussão do projecto de resposta á falla do throno, com a emenda do Sr. Silveira da Motta.

**O Sr. Saraiva** não pretendia tomar a palavra no presente debate; foi, porém, demovido deste proposito pelo discurso hontem proferido pelo nobre senador pela Bahia, que por mais de uma vez tem avançado proposições que impoem ao orador a obrigação de levantar-as, afim de lhes dar resposta ou explical-as.

Disse o nobre senador que nunca denunciou a existencia desse monstro a que se chamou poder pessoal; que a denuncia fôra feita ao paiz pelo partido liberal, e especialmente pelo orador.

Nunca em sua vida politica proferiu o orador uma proposição mais verdadeira do que aquella que passa a ler ao senado:

Dizia elle em 1868 (*lê*):

« O poder dictatorial da Corôa é uma verdade que só é hoje desconhecida pelos nescios, ou pelos subservientes aos interesses legitimos da monarchia. Que o Sr. D. Pedro II tem de facto um poder igual ao de Napolcão III, é outra verdade de que estou profundamente convencido. O falseamento de voto é a origem do excessivo poder do Imperador do Brazil. »

O Sr. SILVEIRA LOBO: — Hoje mesmo só os servis e os nescios desconhecem a existencia do poder pessoal.

O Sr. SARAIVA: — Esta proposição é hoje tão rigorosamente exacta, como era então.

O Sr. SILVEIRA LOBO: — Hoje é mais exacta.

O Sr. SARAIVA diz que a unica novidade que ha para notar é que, contrariada naquelle tempo por grande parte do partido conservador, a proposição é hoje reconhecida verdadeira até por um ministro do gabinete de 16 de Julho de 1868.

E qual é o homem politico deste paiz que não tem reconhecido que em consequencia do systema eleitoral até aqui seguido, o poder moderador assumiu uma importancia, uma omnipotencia extraordinaria? Qual o correctivo, que se encontra na constituição para o poder moderador? E' sem duvida a eleição; está no direito que tem o paiz de mandar á camara os mesmos deputados despedidos pela dissolução...

O Sr. SILVEIRA LOBO: — Não é com esta reforma.

O Sr. SARAIVA: — Isto é questão posterior.

Ora, si todos os partidos estão convencidos de que, dissolvida a camara, a nova será a expressão da politica que tiver sido inaugurada....

O Sr. SILVEIRA LOBO: — E' um circulo vicioso.

O Sr. SARAIVA... si isto está na consciencia de todos, segue-se que disse o orador uma verdade, quando proferiu a proposição, que foi agora recordada pelo nobre senador pela Bahia.

E, já que confirma aquillo que disse, tem necessidade de acrescentar que nunca, nem em discursos, nem na imprensa, nem mesmo na intimidade, se queixou do poder pessoal do Imperador nos conselhos de S. Christovão, não porque creia ou julgue impossivel o exercicio deste poder, mas porque tem brio e nunca confessaria perante o paiz que seria capaz de assignar um decreto de cuja conveniencia não estivesse convencido; de maneira que, ainda quando exista poder pessoal, nunca confessaria este facto, porque nunca experimentou semelhante influencia.

Para corrigir o vicio da preponderancia da Corôa nos negocios politicos, pela dissolução da camara

e pela escolha dos ministros, só ha um remedio, é fazer uma lei eleitoral, que garanta a soberania popular; e para corrigir a influencia do Imperador sobre os ministros, não ha sinão a integridade do caracter pessoal delles, e mais ainda, a independencia das camaras para proferirem um voto de condemnação ao ministro que não tiver a coragem de fallar a verdade á Corôa e oppor-se francamente ao que julgar que não é acertado, nem consulta os interesses reaes do paiz.

Portanto o grande remedio para superar os males de que se queixam, para satisfazer as queixas que todos os dias se fazem, consiste em achar um systema eleitoral que tenha a virtude de fazer a nação intervir em seus negocios.

O Sr. SILVEIRA LOBO: — Precisamos de leis que garantam os direitos individuaes e politicos.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Esse milagre é o que queremos ver.

O Sr. SARAIVA felicita-se de duas cousas: a primeira achar-se de accôrdo com o nobre senador pela Bahia, o Sr. Barão de Coteigipe; a segunda ter sido até aqui honrado com a approvação do nobre senador radical, seu mestre, o Sr. Silveira da Motta.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Hontem, quando ouvi ler a carta de V. Ex., disse que parecia ser assignada por mim.

O Sr. SARAIVA: — São recordações das lições que V. Ex. me deu.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — VV. EEExs. se têm adiantado ao mestre; já estou muito atraz (*riso*).

O Sr. SARAIVA entende que, si o remedio está em um systema eleitoral capaz de pôr a nação em frente do Imperador, deve ser o programma de todos os partidos uma boa lei, que tenha a virtude de tornar o parlamento independente; e para isto não bastam os esforços de um só partido.

O Sr. SILVEIRA LOBO: — Nem uma só lei.

O Sr. SARAIVA, si fosse o nobre presidente do conselho, quando se tratasse da lei eleitoral, não prescindiria da audiencia dos chefes conservadores, que hoje em opposição podem dizer quaes as garantias de que precisam as opposições no Brazil para se pôrem ao abrigo da influencia governamental.

O Sr. SILVEIRA LOBO: — Não tenha cuidado; hão de ter o terço.

O Sr. SARAIVA julga que o terço dado pelo governo nada vale; e duvida que o partido conservador no Brazil se contente com isso.

Tem-se dito muitas vezes que o orador é maniac pelo eleição directa....

O Sr. SILVEIRA LOBO: — Eleição directa é nada, o censo é tudo.

O Sr. SARAIVA não tem esta mania, não crê que a eleição directa seja uma panacêa. Mas um facto tem nestes ultimos annos contristado seu espirito. Não tem queixas do Imperador, não tem queixas dos seus adversarios, não toma nota das intemperanças de linguagem e censuras que lhe são dirigidas, porque isto é o resultado das lutas politicas; mas, como brasileiro, depois que começou a ter experiencia dos negocios publicos viu que o perigo das instituições e do Brazil não estava na facilidade das revoluções, e sim na demaziada subserviencia do paiz ao governo.

Então, como brasileiro, fazendo justiça ás qualidades superiores do chefe do Estado, não podia e não pôde tolerar que haja no paiz um homem, por mais justo e sabio que seja, que possa mais do que a nação (*apoiados*). Por isso é que trabalha para que uma vez ou outra, quando as circumstancias o exigirem, a nação tenha coragem e energia para responder á consulta do Imperador, reelegendo os mesmos deputados que elle despedira pela dissolução.

O SR. VISCONDE DE BOM RETIRO:— As dissoluções são para este fim mesmo.

O SR. SILVEIRA LOBO:—Mas a nação é imbahida.

O SR. DANTAS:—E' preciso começar por alguma cousa.

O SR. SILVEIRA LOBO:—E' preciso fazer alguma cousa, mas garantindo todos os direitos. D'ahi veio o mal do paiz; e por isso não querem abrir mão dos interesses que existem lá em cima.

(*Ha outros apartes.*)

O SR. SARAIVA:—O que dizem os nobres senadores servirá para quando se discutir a lei eleitoral.

Respondendo ao nobre senador pelo Rio de Janeiro observa que seguramente, si estivessemos em um regimen regular de verdadeira liberdade eleitoral, o Imperador nunca erraria; porque, consultando o paiz, este lhe faria conhecer qual a sua verdadeira opinião. Mas hoje é isto impossível; temos de nos sujeitar á força das circumstancias. O nobre senador por Goyaz se encarregou de demonstrar ao senado, com a logica e eloquencia que todos lhe reconhecem, que o Imperador não tinha um pharol que o guiasse ao conhecimento da vontade nacional (*apoiados*). Neste estado de cousas, nenhum partido tem o direito de condemnar o chefe do Estado antes de fazer uma boa lei eleitoral. Só teria o direito de condemnal-o, si elle se oppuzesse á confecção dessa lei.

O SR. SILVEIRA LOBO:—Mas como chamou o partido liberal? Mistificação no caso.

O SR. SARAIVA dizia desta tribuna em 1875, que, a quem pudesse crêr que havia nas regiões superiores a vontade de adiar ou fazer naufragar a reforma eleitoral directa, a entrada do Sr. Barão de Cotegipe para o ministerio, demonstraria o contrario.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE:—Eu não entrei para esse fim: portanto o argumento não procede.

O SR. SARAIVA quer sómente dar a conhecer que já em 1875 assim se exprimia.

Reconhece que pôde o nobre senador não achar prudente o argumento; pois que, segundo declara, não foi esse o motivo da entrada de S. Ex.

O nobre Barão de Cotegipe, quando pela primeira vez fallou no senado, disse que fôra recebido pelos liberaes, então em opposição, de uma maneira cruel, sómente porque tinha commettido o crime de não fazer logo e logo a eleição directa. Pede licença a S. Ex. para dizer-lhe que: essa proposição é rigorosamente inexacta. Os liberaes não atacaram o nobre senador pela Bahia pelo facto de não querer fazer logo e logo a eleição directa. O orador houve-se a esse respeito com tanta moderação, na forma e no fundo do discurso que então proferiu, que ainda hoje esse discurso é a melhor resposta que sobre semelhante assumpto poderia dar ao nobre Barão.

S. Ex. suscitou a questão da constitucionalidade da reforma eleitoral; e disse que o nobre presidente do conselho havia commettido um erro. Pois bem, o orador que queria eleição directa naquello tempo, e quem quer eleição directa não dá importância a uma demora de poucos mezes ou de um anno, fez na sessão de 1875 um grande discurso mostrando, parece que com a maior procedencia, que os artigos que se pretendiam reformar não eram constitucionaes, mas, pedindo ao nobre Barão de Cotegipe que apressasse a reforma constitucional, e pedia isto, porque quer a liberdade, quer a reforma eleitoral, e quem quer esta reforma, não faz de certo questão de satisfazer ou não o ministerio aos escrúpulos de senadores, e mesmo a escrúpulos mais respeitaveis, os da Corôa, si ella os tiver.

O SR. SILVEIRA LOBO:—Deve em todo caso respeitar as leis e os principios.

O SR. SARAIVA entende que si a Corôa quizesse reformar por lei ordinaria artigos constitucionaes a acquiescencia do ministro á sua opinião seria cousa muito grave; mas desde que seus escrúpulos querem dizer—consulta ao paiz,—não ha o menor perigo em respeitá-los.

O SR. SILVEIRA LOBO:—A reforma eleitoral é conservadora, quer-se eliminar a base liberal.

O SR. SARAIVA:—Esta censura não vai á Corôa, dirige-se a nós todos.

O SR. SILVEIRA LOBO:—Si quizesse fazer uma reforma liberal, não precisava tocar na constituição.

O SR. SARAIVA:—Não precipitemos os acontecimentos.

Si a Corôa quizesse fazer a lei sem consulta prévia ao paiz, estes escrúpulos, quando não fosse a realza exercida por um principe prudente e sabio, eram um precedente terrivel, porque os ministros poderiam, respeitando os escrúpulos da Corôa, transformar até o systema governamental; mas os escrúpulos da Corôa traduzindo-se em um pedido de consulta ao paiz, só poderiam ser impugnados por aquelles....

O SR. SILVEIRA DA MOTA:—Que achavam que isso não era preciso. Acabo a phrase.

O SR. SARAIVA.... que acreditam que o paiz não pôde dar ainda uma opinião verdadeira e conscienciosa, a respeito das questões que lhe forem expostas....

O SR. DANTAS:—E que lhe interessam vivamente.

O SR. SARAIVA não poderá responder á queixa feita pelo nobre senador pela Bahia, sinão lendo grande parte do discurso que proferiu em 1875, para o que pede licença ao senado, embora julgue que o vai massar. (*Não apoiados.*) Procurou versí podia destacar alguns trechos desse discurso, mas não pôde; precisa ler grande parte, e não sabe si o senado massar-se-ha com a leitura. (*Não apoiados.*)

Já respondia em 1875 ás objecções feitas actualmente pelo nobre senador Barão de Cotegipe, e o senado vai vêr que o orador foi o mais cordato, o mais attencioso que era possível para S. Ex. A unica proposição que elle emittiu e que poderia ter magoado o nobre senador, foi aquella que já reproduziu; mas o senado sabe que nem sempre se pôde conter a linguagem, e o proprio orador que



muita gente suppõe frio na tribuna, nem sempre o é; ás vezes enthusia-ma-se de mais e diz o que não diria si fallasse com calma.

Tenha o senado um pouco de paciencia (lê).

« O adiamento annuciado pelo meu illustrado amigo senador pela Bahia e offerecido á consideração do senado pelo Sr. senador pelo Ceará, contém a politica que o ministerio deve seguir. Quando vi offerecido este adiamento, pareceu-me que o nobre senador pela Bahia era o *leader* do partido ministerial.

« Desejo, Sr. presidente, que o ministerio neste assumpto faça melhor politica, e tanto desejo que empregarei todo o cuidado em evitar qualquer recriminação.

« O assumpto da reforma eleitoral interessa a todos os partidos, e portanto não é de mais toda a prudência da opposição a ver si consegue alguma cousa. Que o adiamento é politica ministerial, demonstra-se considerando a posição dos ministros, que hontem e hoje mesmo têm opiniões acerca da eleição directa.

« Sr. presidente, o que disse o nobre ministro de estrangeiros, quando censurado por vir defender um projecto, que elle dizia ha mezes não poder defender? Disse que, tendo sido o projecto votado pela camara dos deputados e achando-se actualmente no senado, julgava não ser de boa politica retirar-o da discussão, tanto mais quanto lhe parecia conter algumas providencias favoraveis á liberdade do voto.

« Realmente, Sr. presidente, para um estadista que quer antes de tudo conciliar as divergencias do seu partido, essa opinião pôde passar; são difficuldades em que S. Ex. se vê para abrir luta com o seu proprio partido, hoje reunido na camara dos deputados. S. Ex. decide-se pela passagem do projecto, afim de conciliar a familia conservadora, em que elle vê interesse maior do que o que resulta da passagem este anno da eleição directa.

« O Sr. Pompeu:—O anno passado não pensava assim; questão de época.

« O Sr. Saraiva:—Sr. presidente, concebo as difficuldades do nobre ministro de estrangeiros, e quero crer que S. Ex. tem razão em adoptar o procedimento, que acabei de expôr. Mas pergunto: não seria melhor que o nobre ministro de estrangeiros adiasse o projecto e promovesse na camara a passagem da reforma do Sr. Ferreira Vianna?

« Permitta o senado que eu me colloque na posição de ministerial e assim discorra.

« Permitta o senado que, considerando-me amigo intimo do gabinete, suggira o melhor alvitre para salv-o de uma contradicção e conciliar-o com seu partido, com suas idéas anteriores; não descubro de certo alvitre preferivel a esse.

« Si o nobre ministro de estrangeiros adiasse o projecto e promovesse a reforma do Sr. Ferreira Vianna, a quem offenderia? Aos conservadores? Não, porque elles têm uma lei, que pôde desfavorecer os liberaes, porém decididamente favorece a elles. Por consequencia não é por amor do partido conservador que este alvitre não é seguido, porque ficaria armado com a lei actual, e poderia reproduzir uma camara unanime com alguns liberaes que demonstrassem um pouco de liberdade de voto e tolerancia do gabinete.

« O Sr. Pompeu:—Que o governo o mandasse eleger.

« O Sr. Saraiva:—E' isso mesmo.

« A quem aproveitaria mais o projecto? Aos liberaes. Mas desde que os liberaes recusam o beneficio que lhes quer fazer o ministerio, não está o ministerio obrigado a dar-lhes uma lei que elles não querem. Porque se faz a lei? Diz-se que para dar liberdade aos vencidos, para que a opposição possa ser representada no parlamento. Mas desde que os liberaes não crêm no beneficio da lei, desde que rejeitam semelhante beneficio, porque os nobres ministros hão de estar perdendo o seu tempo em fazer um favor que os beneficiados rejeitam? Realmente é uma politica que não comprehendo.

« O Sr. Barão de Cotegipe:—Si fosse só para os liberaes...

« O Sr. Saraiva:—São os dous partidos que disputam influencia: não me consta que o terceiro partido, isto é, o republicano, que começou e naufragou, pretenda apresentar-se nas urnas.

« O que é o paiz? O paiz compõe-se de tres elementos: o elemento, que guarda uma indifferença absoluta em relação aos negocios publicos, que não se mette nos dous partidos, e o pessoal que compõe esses dous partidos.

« Ora, si o partido conservador não se zanga com o adiamento, nem tem razão para isso; si os liberaes dispensam e agradecem o beneficio, segue-se que o adiamento, e nesta occasião respondendo a uma consideração do nobre ministro de estrangeiros, é necessario. O nobre ministro diz que o paiz deseja alguma cousa, e o nobre ministro já confessou que o paiz quer a eleição directa. Assim, si o nobre ministro, adiando o projecto, tratasse na camara dos deputados da reforma constitucional, o paiz bateria palmas, porque sabia que o nobre ministro si não tratasse este anno da eleição directa, trataria della para o anno ou na futura legislatura.

« Portanto o adiamento satisfaz ao partido conservador, assim como ao liberal, porque não se faz o beneficio contra a vontade do beneficiado; satisfaz ao paiz, porque o nobre ministro dá-lhe a esperanza de fazer a reforma eleitoral, que elle muito deseja, como o proprio nobre ministro confessou em sessões anteriores.

« Já se vê, pois, que defendendo o adiamento, defende a politica ministerial, porque é o que convem ao ministerio fazer nas actuaes circumstancias, e pôde-se dizer que o Sr. Nabuco mostrou-se *leader* ministerial, apresentando uma medida, que o nobre ministro de estrangeiros devia apresentar no primeiro dia da discussão deste projecto.

« Ha um outro alvitre que o nobre ministro poderia propôr e que eu applaudiria tambem. S. Ex. poderia dizer: Si o projecto contém algumas medidas uteis, porque vós, liberaes, não o quereis? Si por elle vai-se representar a minoria (entre parenthesis: eu não creio nisso; mas seria um argumento que o nobre ministro poderia apresentar), porque rejeitar o beneficio que se quer fazer? O ministerio depois dará andamento ao projecto da camara, isto é, preparará os espiritos para a reforma eleitoral directa.

« Eu applaudiria muito o nobre ministro, si o fizesse, promovendo assim a eleição directa, des-

«truindo os escrupulos daquelles, por causa dos  
« quaes não se faz essa eleição. »

Já se vê, pois, destas palavras que o orador empenhava o seu voto, si o nobre senador, que então era ministro, promettesse que na sessão seguinte trataria do projecto.

Ora, quem assim procede, quem se manifesta por esta maneira poderia atacar o nobre senador por não fazer logo a eleição?

O que irritou ao orador, o que muito o magoou foi o retirar o nobre senador, quando ministro, as promessas que tinha feito fóra do governo.

Razões politicas poderiam actuar no animo do nobre senador, e explicar o seu procedimento: mas o nobre senador ha de reconhecer que os seus adversarios foram justos, severamente justos, quando, vindo o nobre senador a figurar em um ministerio que não queria reforma eleitoral directa, foram-lhe feitas, não censuras acerbas, como o nobre senador disse, porém censuras razoaveis como aquellas que se acabam de ler.

O SR. SILVEIRA DA MOTA:—A utopia da representação das minorias já tinha sido elogiada na fallá do throno.

O SR. CRUZ MACHADO:—A isto se responde com um simples aparte: ainda não estava plenamente reconhecida a conveniencia da eleição directa; entendam-me como quizerem.

O SR. SILVEIRA LOBO:—Lá em cima tinha-se medo do povo, e agora não se tem mais.

O SR. SARAIVA acredita que tem dito bastante para que o nobre senador pela Bahia retire a proposição que emittiu, affirmando haver sido censurado cruelmente por não ter feito logo e logo a reforma eleitoral. A censura foi porque S. Ex., quando ministro, nem sequer prometteu a eleição directa.

Tambem ao nobre Barão de Cotejipe pareceu que os partidos politicos, pleiteando pela eleição directa, nunca disseram como, nem de que modo. Não é bem exacta semelhante proposição. Por parte dos conservadores já se disse positivamente o que se queria; e bem assim por parte dos liberaes, que mais ou menos explanaram as suas idéas.

O SR. SILVEIRA LOBO:—Não apoiado; solicitei declarações muitas vezes, e a essencialidade da reforma nunca foi discutida.

O SR. SARAIVA não contesta que em todas as rennições dos liberaes o nobre senador por Minas sempre defendeu a necessidade do voto universal.

O SR. SILVEIRA LOBO:—Não; o que sustentei foi o censo da constituição.

O SR. SARAIVA... ou antes a necessidade de manter-se o censo do que é actualmente votante para eleitor; mas é certo tambem que o nobre senador sempre se achou em grande minoria.

O SR. SILVEIRA LOBO:—Não digo o contrario.

O SR. SARAIVA pondera que no Brazil não se pôde tomar exclusivamente como base o censo; qualquer lei eleitoral deve designar expressamente quaes as categorias ou classes daquelles que tenham renda, porque todos sabem que a lei que deixasse a renda dependente do arbitrio dos agentes electoraes, não produziria bons resultados (apoiados).

O SR. CRUZ MACHADO:—Apoiadissimo.

O SR. SARAIVA declara que, si faz questão de um eleitorado mais restricto, é pela necessidade de não deixar aos agentes o arbitrio do censo, o arbitrio das qualificações (apoiados).

Toda a lei que não exigir um documento como prova da renda ou da aptidão reconhecida por lei, está perdida.

O SR. CRUZ MACHADO:—Ou a profissão, apoiadissimo.

O SR. SARAIVA não desconhece que entre os mais pobres cidadãos se acha muitas vezes tanta independencia como nos ricos (apoiados); mas não se trata de fazer uma lei casuistica.

A este respeito enunciou-se claramente um distincto membro do partido conservador, o Sr. Salles Torres-Homem. Elle demonstrou nesta casa que, conservando-se como eleitores todos que actualmente o podem ser, dispensava-se a eleição primaria.

O SR. CRUZ MACHADO:—Esta é a minha opinião.

O SR. SARAIVA... que si a eleição primaria é feita para escolher dentro de quatrocentos mil homens aptos para o eleitorado vinte mil, ella torna-se superflua, desde que os quatrocentos mil aptos são declarados eleitores.

O SR. PARANAGUÁ:—E são chamados a votar.

(Ha outros apartes.)

O SR. SARAIVA nota que quando os liberaes dizem que a lei eleitoral não offende os interesses conservadores, não querem com isto dizer que ella não é liberalissima (apoiados).

Não ha partido liberal que possa fazer um programma de idéas liberaes sem conservar instituições que merecem ser conservadas; assim como não ha partido conservador que possa achar bom tudo quanto se tem feito e não queira mudar nada...

O SR. CRUZ MACHADO:—Apoiado, o partido conservador é muitas vezes liberal.

O SR. PARANAGUÁ:—O contrario seria imperramento.

O SR. SARAIVA... e por isto, dizendo os liberaes que deve ser votada uma reforma como esta, o verdadeiro conservador não a deve chamar de anarchica.

Pede ainda licença ao senado para lér parte do mesmo discurso, do qual não retira uma palavra, porque conserva as mesmas opiniões que tinha em 1875 (lé).

« Senhores, o que é a eleição directa? Dizia então o orador... Não quero dar definição minha, quero ver si encontro a de uma autoridade.

« Recorrerei a uma definição deduzida de observações de Guizot (tendo): « Eleição de um grau, « no sentido conservador, é o suffragio directo, « ligado, mediante certas condições, ao espirito de « ordem, de independencia e de luzes do paiz.

« Eis ali o que é eleição directa.

« A eleição directa quer dizer—eleitorado numerosissimo, illustrado, independente, inacessivel a qualquer corrupção, pela impossibilidade de corrupção.—Ora, pergunto eu, Sr. presidente: o que pôde sair de semelhante eleitorado? « Camaras independentes, illustradas, inacessiveis « á corrupção, camaras capazes de fiscalisar o governo. »

• Não quer o partido conservador camaras que fiscalissem o governo? Si não o quer, faz bem em votar contra a eleição directa. Mas, si o partido conservador não é um partido absolutista, oligarchico, ha de forçosamente querer camaras que fiscalissem o governo, que sejam independentes e illustradas; e, portanto, o partido conservador do Brazil não pôde, não deve deixar de inscrever no seu programma a eleição directa.

• Ora, senhores, como no Brazil tudo é anormal, como os liberes não têm ainda podido alcançar as liberdades necessarias, é por esta razão que o partido liberal inscreveu no seu programma a eleição directa censitaria, que é uma idéa conservadora.

O SR. SILVEIRA LONO: — Da idéa conservadora não carece o partido liberal; no seu programma acha solução para tudo.

O SR. SARAIVA pede ao nobre senador por Minas Geraes que ouça o resto da leitura; o liberalismo do nobre senador é differente do do orador; são de escolas diversas; S. Ex. foi crendo na opposição, e o orador educado no governo.

Sempre que quer fazer uma reforma liberal, procura ver logo si ella pôde transtornar a seguridade e a marcha regular das instituições.

• Isto é o resultado da experiencia. O orador aprendeu muito no governo, e conquanto na opposição tenha aprendido tambem alguma coisa, o seu liberalismo vem de antes da opposição.

O SR. SILVEIRA LONO: — Mas fique sabendo que a escola do infortunio é a melhor.

O SR. SARAIVA (*continuando a lêr*):

• Elle (*o partido liberal*) podia inscrever a eleição directa com o voto universal; isto podia ser programma liberal. Mas, Sr. presidente, porque não inscreveu o partido liberal no seu programma a eleição directa com o voto universal? E' porque grande numero de liberes, e liberes muito autorizados, não crêm no voto universal...

• O Sr. Paranaguá: — Apoiado.

• O SR. SARAIVA: — ... não annuiriam a esse programma, sustentariam a fracção conservadora que fizesse a eleição directa, segundo os principios de ordem, de luz e de independencia. O partido liberal, portanto, tem-se visto, por falta das liberdades necessarias, por causa da anormalidade do systema na necessidade de adoptar nesta parte o programma conservador, porque tal é o programma da eleição directa censitaria.

O SR. SILVEIRA LONO: — Honra á franqueza do nobre senador.

O SR. SARAIVA (*continuando a lêr*):

• Assim, pois, bem disse eu que podemos ser censurados pelos radicaes do nosso partido, mas nunca pelo partido conservador.

• Sr. presidente, si se dissesse na Europa, perante os estadistas conservadores, perante os Broglie, os Disraeli, os Bismarck e outros estadistas reputados conservadores, homens das tradições antigas, que ha, em um paiz da America, um partido conservador que recusa a eleição directa elles responderiam... eu ia dizendo uma coisa que não devo dizer; elles responderiam: Esse partido ou é uma oligarchia, não sabe o que quer, ou faz o que não quer.

V. II

• Senhores, a eleição directa fez a fortuna da Inglaterra, desde o seu começo; os *torics*, os *wigs*, sempre proclamaram a excellencia da eleição directa. Por causa de ter aquelle paiz a eleição directa censitaria, deu-se alli um facto, que ainda não se deu em nenhuma outro: é que nunca houve alli camara que não tivesse independencia para com o governo, e que não lhe fiscalisasse a despesa. Os reis de Inglaterra, como Carlos I, não convocavam o parlamento por nove annos; mas, desde que o parlamento apparecia, tomava contas aos reis e tinha a independencia, que todos conhecemos pela historia de Carlos I. Vê-se, portanto, que a Inglaterra fôz o paiz que teve, desde os seus primeiros dias, a eleição directa; entretanto é hoje o modelo do systema parlamentar.

O SR. MENDES DE ALMEIDA: — E' preciso não ter lido a historia de Inglaterra.

O SR. SILVEIRA LONO: — Lá o censo é baixo e na Belgica mais baixo ainda.

O SR. SARAIVA: — Entre nós ha de se baixar muito, conforme a illustração do povo.

O SR. SILVEIRA LONO: — Tiramos o que é do povo, para depois fazer-lhe presentinhos daquillo que é seu!

O SR. CRUZ MACHADO: — Nos Estados-Unidos não ha voto universal.

O SR. SARAIVA (*continuando a lêr*):

• Mas, senhores, em França, o partido conservador não quer hoje a eleição directa? Quer até proclamar a excellencia do voto universal. A Prussia feudal tem a eleição directa; a Austria tradicional tem a eleição directa; a Italia liberal tem a eleição directa; Portugal tem eleição directa; a Hespanha, que está se organizando, em todas as suas organizações proclama a excellencia da eleição directa; as republicas americanas — os Estados Unidos, o Chile, Buenos-Ayres, todas têm a eleição directa. Só nós, Sr. presidente, por desgraça nossa, queremos inscrever na lei um principio conservador, mas, um principio altamente moralizador das eleições, e achamos obstaculos invencíveis.

O SR. SILVEIRA LONO: — Na Europa, excepto na Italia, em parte alguma se exige saber ler o escrever.

O SR. SARAIVA passa agora a ler um pequeno trecho, que ha de agradar ao nobre Barão de Cotegipe...

O SR. BARÃO DE COTEGIPE: — Todos me têm agradado.

O SR. SARAIVA (*continuando a lêr*):

• E note-se mais, senhores, que estamos em um senado em que, como disse o nobre Barão de Cotegipe em outros tempos, quasi todos querem a eleição directa. Passai revista ao senado: vade um homem, que em politica tem sempre idéas claras, talvez o mais profundo politico do partido conservador, o honrado senador pela provincia do Rio Grande do Norte; perguntai-lhe a sua opinião: elle vai além do Sr. ministro de estrangeiros. Porque, senhores? Porque comprehendendo o verdadeiro interesse do partido conservador, que não é ser oligarchico, que não é ser subserviente, mas, verdadeiro partido nacional, que represente os interesses permanentes



tes da sociedade brasileira. E' a agulha prescru-  
tando o futuro e dizendo ao partido conser-  
vador: Segue este rumo, do contrario vos  
abysmais.

Depois desto, senhores, quem vemos? O nobre  
ministro de estrangeiros, tambem habil, tambem  
experiente, dizendo ao partido conservador:  
Errais, comprometteis os interesses da monar-  
chia, si não fizerdes a eleição directa.

O que vemos depois? O Sr. S. Vicente, juris-  
consulto eminente, dizendo: Eu tenho eseru-  
pulos constitucionaes, sinão a eleição directa  
seria a primeira reforma, a mais necessaria.

Pois, senhores, si os conservadores do senado  
si os homens mais eminentes pensam assim, por-  
que razão não havemos, nós os liberaes, obter,  
não a eleição directa, porque não exigimos já isto,  
mas a esperança, a promessa dessa eleição?

E eu me esqueci, senhores, do illustre presi-  
dente do senado, filho de Minas, de uma das pro-  
vincias que sempre se ha distinguido pelo seu es-  
pirito conservador liberal... A expressão é exacta,  
porque Minas não é revolucionaria, mas é eminên-  
temente liberal; tomai um conservador de  
Minas, e vereis que é quasi tão liberal como um  
liberal do norte.

Não sabe si asseverou então uma verdade:  
os nobres senadores por Minas Geraes poderão  
dizel-o....

O Sr. CRUZ MACHADO:—Em Minas, ambos os  
partidos são democraticos.

O Sr. SILVEIRA LOBO:—É questão de letreiro ou  
rotulo.

O Sr. SARAIVA (*continuando a ler*):

Por consequencia, si as maiores autoridades do  
partido conservador querem a eleição directa,  
qual a razão por que não havemos de ter essa  
reforma?

Sr. presidente, eu não posso dar a explicação  
deste facto excepcional, anormal; não o com-  
prehendo! O paiz quer a eleição directa, e a  
prova disto é o que disse o Sr. Barão de Cotegipe;  
os conservadores mais autorizados proclamam a  
excellencia dessa eleição directa; os liberaes  
todos dizem unanimemente:—Eleição directa,  
sem a que não somos um partido politico, não  
podemos pleitear o poder legal e regularmente—;  
e, entretanto, senhores, apesar de tudo isso, não  
se faz a eleição directa neste desgraçado paiz!

O orador tem observado que, sem razão alguma,  
diz-se que os liberaes brasileiros querem imitar os  
conservadores de 1848 em França. Não é exacto.  
Os liberaes do Brazil e até os conservadores brazi-  
leiros estão mais adiantados hoje do que os con-  
servadores de 1848, em França.

A questão, em França, não era a que nos occupa.  
Quem quer que seja que faça uma lei no Brazil,  
conservador ou liberal, ha de fazer eleitor. tudo  
quanto no paiz tiver um pouco de instrucção;  
ainda que não pague um real de imposto. Não é  
possivel fazer uma lei que exclua do direito de  
votar ao cidadão que tenha um pergaminho e  
qualquer instrucção, ainda que não possua um  
real (*apoiados*).

O Sr. CRUZ MACHADO:—A instrucção é melhor  
padrão do que a renda.

O Sr. SARAIVA lembra que, pelo contrario,  
em França, podia-se ser membro do instituto, e não  
poder votar, por não pagar imposto. A França

civilizada e instruida podia tolerar um estado de  
coisas tal, a ponto de excluir a classe illustrada  
do paiz! Mas entre nós, quem é que pretende ex-  
cluir de votar a classe instruida do paiz? Não; o  
partido liberal não deseja excluir o artista honrado,  
que, na sua tenda, pôde ter tanta independencia de  
caracter como o senador do Imperio; quem sequer  
excluir é esse bando de individuos, que não tem  
interesse em coisa alguma, o que vive apoiando  
todos os governos e servindo-lhes de instrumento.

O Sr. LEÃO VELLOSO:—A flôr da gente....

O Sr. SILVEIRA LOBO:—Pelo modo por que quo-  
rem, nove decimos da população brasileira é de-  
mittida do direito de votar.

(*Ha mais partes.*)

O Sr. SARAIVA diz que, si o senado não está  
enfasiado, lerá o trecho em que se referiu ao  
Sr. Barão de Cotegipe (*le*).

Senhores, eu fôrmo ainda do caracter do chefe  
do Estado o melhor conceito; não creio que nem  
o chefe do Estado, nem o nobre Duque de Caxias  
entrassem em arranjo com os ministros a quem  
convidaram. Si o nobre ministro, depois de  
entrar para o ministerio, dissesse—fui convidado;  
mas, todo mundo sabe qual é a minha opinião,  
que é fazer triumphar a eleição directa; si assim o  
disse, a eleição directa estava feita.

Desde que soube que o nobre Barão de Coto-  
gipe fôra convidado para o ministerio, eu disse  
comigo: não ha nenhuma prevenção contra a  
eleição directa, nas regiões superiores. Neste  
ponto aparto-me de todos aquelles que ainda  
acreditam que ha, nessas regiões superiores, pre-  
venção contra a eleição directa. O chamamento  
do nobre Barão para uma pasta, na posição que  
occupava S. Ex. no paiz, é a prova mais conclu-  
dente de que o nobre Duque se havia resignado a  
ver a eleição directa ser feita, este anno talvez, e  
si não este anno, na proxima legislatura.

Muitos dizem «quanto peor, melhor». Eu não  
digo isto; quero reformas legaes, opportunas;  
não quero que as reformas venham por meios que  
offereçam perigos graves, e que são sempre acom-  
panhados de grandes calamidades.

E' por isso que não me resigno ainda a deixar  
de fallar neste recinto, a deixar de acompanhar  
o meu illustre amigo pela Bahia, o Sr. Zacarias,  
enquanto não morrer minha ultima esperança  
na regeneração parlamentar deste paiz. Quando  
vir que os homens que podem fazer o bem, não  
o fazem por systema, então sim, resignar-me-hei;  
mas antes, não.

O governo do Brazil, ou antes alguns estadistas  
conservadores (digo alguns de proposito, porque  
não quero comprehender todos os estadistas con-  
servadores), julgam que se pôde fazer tudo, neste  
paiz, porque no estado em que estamos, o paiz  
soffre tudo. Eu não penso assim.

Si os homens, os mais moderados, os mais  
patrioticos, os mais sensatos, levados ao supremo  
desespero, collocam-se em posições extremas,  
quanto mais os partidos?

Quem é que não se lembra do que fez Thiers,  
quando sahiu do ministerio em 1840, em França?

Thiers acreditou então e disse, do si para si,  
que não havia estadista em França, que pudesse  
ter idéas proprias o que pudesse realizar essas  
idéas; e entrou naquella animo varonil a des-  
crença, o desespero.

• Quer o senado saber o que esse homem senta, o salvador actual da França, o homem que fez a paz com a Prussia, na crise mais horrorosa para o seu paiz, pensou, quando levado ao ultimo desespero?

• Odillon Barrot commemora as palavras de Thiers:

• Collocarei o meu navio sobre o promontorio o mais elevado, e ali esperarei que a onda suba até pô-lo a nado, embora leve ao mesmo tempo navio, piloto e passageiros. (*Muito bem.*)

• Pois bem, senhores, os nobres ministros acreditam que o partido liberal, quando chegar ao desespero, quando não puder fazer eleger deputados e senadores, ha de resignar-se a ser excluido, a ser criado de servir de seus adversarios?

• O Sr. Figueira de Mello:—Tenham fé nas instituições.

• O Sr. Saraiva:—E' porque temos fé nas instituições que estamos aqui.

• O Sr. Zucarias:—Apoiado.

• O Sr. Saraiva:—Quando nos exprimimos assim não queremos dizer que havemos de aconselhar no partido liberal uma resolução extrema; mas o nobre senador sabe que os partidos que estão fóra do parlamento não pensam como aquelles que estão no parlamento.

• Quando aconselharmos ao partido liberal, elle nos ha de dizer: sois senadores, não sentis o que á ser privado de toda a influencia nos negocios publicos.

• Si não derem a eleição directa ao partido liberal; si os nobres ministros lhe negarem systematicamente toda a esperanza de intervir nos negocios publicos, serão elles os responsaveis por todo o exaltamento da opinião publica do Brazil, e pelo descredito das nossas instituições.

O Sr. DANTAS:—Tudo isto parece que foi escripto para hoje.

O Sr. SARAIVA tem concluido a sua leitura; si nella se alongou é porque esse discurso o dispensava de fazer outro.

No interesse da Corda, no interesse da nação e dos partidos, a eleição directa é uma necessidade (*apoiados*).

O Sr. SILVEIRA LOBO:—Como vai ser feita, não apoiado.

O Sr. LEÃO VELLOSO:—Com o voto universal é que seria uma desgraça.

O Sr. SARAIVA esperava observar neste recinto um facto que não se dá; era que os nobres senadores conservadores (o orador refere-se áquelles que acham a eleição directa boa, e não a todos) fizessem ao Sr. Sinimbu o mesmo que os liberais estavam dispostos a fazer com o Sr. de Cotegipe.

Ora, porque razão o senado, que pensa como a camara dos Srs. deputados na necessidade de pôr a Corda ao abrigo dos vendavaes...

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—Não ha de ser com este chapéo de sol (*riso*).

O Sr. SARAIVA... não tratará o Sr. de Sinimbu como o orador e seus amigos estavam dispostos a tratar o Sr. de Cotegipe?

O Sr. CRUZ MACHADO:—Si todos estamos concordes, porque não fazemos a reforma por lei ordinária?

O Sr. SARAIVA observa que as questões politicas têm tal atractivo que gastou com ellas longo tempo; e, não desejando estender-se muito, tratará de responder ja a outros topicos do discurso do nobre Barão de Cotegipe.

Manifestou S. Ex. apprehensões sobre o futuro procedimento da constituinte e disse: «Podéis assegurar que a constituinte não fará nada de mal?» O orador nisto desconheceu o nobre Barão de Cotegipe...

O Sr. CRUZ MACHADO:—E tem toda razão de reclar-se; não se brinca com fogo.

O Sr. SARAIVA diz que o nobre Barão de Cotegipe, homem experimentado, conhecendo os partidos, que sabe o que é o Brazil, não pôde ter medo de uma camara liberal, illustrada e ordeira como esta...

O Sr. SILVEIRA LOBO dá um aparte.

O Sr. SARAIVA acredita que o nobre Barão de Cotegipe não tem receio algum da assemblea reformista, que alguns chamam constituinte, e faria uma injustiça a S. Ex. si se demorasse em demonstrar que são phantasticos os temores do nobre senador.

O Sr. SILVEIRA LOBO:—A constituinte ha de vir segura e de gargalheira ao pescoço, si fór preciso.

(*Trocem-se apartes.*)

O Sr. PRESIDENTE reclama attenção.

O Sr. SARAIVA diz que, defendendo-se contra as arguições que lhe foram feitas, o nobre senador pela Bahia usou de um direito incontestavel; mas exerceu este direito, sinão de uma maneira cruel, pelo menos de modo que deixou de ser o direito de defesa para tornar-se o direito da aggressão.

O Sr. SILVEIRA LOBO:—E o caso é que ganhou um abraço do presidente do conselho.

O Sr. SARAIVA:—O nobre presidente do conselho podia elogiar-o pelo talento....

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Eu não sou réo, posso defender-me atacando.

O Sr. SARAIVA diz que, ainda quando o nobre senador achasse incontinencia de linguagem nos documentos assignados pelo nobre ex-ministro da fazenda, melhor teria feito não se pronunciando por fórma tão offensiva áquelle illustre ex-ministro.

O orador não crê que estivesse no pensamento do ministerio, quando escreveu as razões com que fundamentou o decreto da emissão do papel-moeda, o dizer que os ministros conservadores foram ao thesouro e tiraram dinheiro para si e seus apaniguados.

O Sr. BARNES BARNETO:—Si não quizeram dizer, disseram sem saber.

O Sr. SARAIVA diz que não era isto possivel, sem que o governo trouxesse á camara uma accusação em regra; e nós os brasileiros, por honra do paiz, devemos declarar que nunca descemos a semelhante ponto.

Mas estava ou não estava no seu direito o honrado ex-ministro da fazenda, assignalando todos os melhoramentos, inconvenientes ou inoportunos, começados pelos anteriores ministerios e que trouxeram ou crearam embaraços ao thesouro? Certamente que sim.

Ha tres épocas distinctas na gerencia dos negocios financeiros pelo partido conservador.

A primeira época pertence ao Visconde de Itaboraahy, a segunda época (o orador não fallará no ministerio S. Vicente, porque foi ephemero) pertence ao Visconde do Rio Branco; e a responsabilidade da terceira época pertence ao nobre Barão de Cotegipe.

O illustrado Barão de Cotegipe fallou da primeira época e mostrou que o partido liberal tinha legado ao conservador dividas grandes, mas esqueceu-se sómente de que não é possível comparar o estado de guerra com o estado de paz, para confrontar e verificar a gestão dos negocios financeiros.

Estas duas épocas não podem ser comparadas. Ninguém disse, nem aqui, nem em parte nenhuma que o ministerio liberal dos primeiros tempos da guerra e o ministerio conservador, sob cuja administração a mesma guerra se concluiu, não gerissem os negocios com a maior dedicação e patriotismo.

Todos sabem que esses ministerios foram presididos por homens que honraram o paiz, que eram por assim dizer dous baluartes que defendiam os cofres publicos. O Sr. Zacarias tomára por braço e principal motivo de sua marcha politica a defesa dos interesses do thesoiro; da mesma sorte procedeu o nobre Visconde de Itaboraahy. Esses homens por tal forma zelavam a applicação dos dinheiros publicos, que, sob esse ponto de vista, se não levantou jamais accusação nem contra um, nem contra outro.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Qualquer dos dous soffreu muitas censuras.

O Sr. SARAIVA: — Não por errarem no dispendio dos dinheiros publicos.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Foram censurados pelas operações que fizeram.

O Sr. SARAIVA responde que em censuras nunca se disse que da direcção geral das finanças proviesse mal ao paiz.

A segunda época teve á sua frente o Sr. Visconde do Rio Branco, o qual annunciou saldos nesta casa, mostrando assim que as despesas da guerra não tinham abatido as nossas finanças. Então deu-se o facto assignalado pelo bom senso do nobre ministro da guerra, o Sr. Marquez do Herval, com estas palavras: « Os saldos fizeram endoudecer todo o mundo. » E o certo é que havia razão para se dizer que um paiz cujas finanças não ficaram arruinadas pela guerra, era capaz de inauditos commettimentos: assim se pensou, assim se disse e praticou, e as despesas não tiveram limites.

O Sr. SILVEIRA LONO: — O peso ficou até hoje...

O Sr. SARAIVA observa que em virtude do annuncio de saldos se augmentaram todos os vencimentos e até os subsídios. O orador nunca votou um augmento de vencimentos sem que o ministro da fazenda declarasse que havia dinheiro para fazel-o; e até se lembra de que, quando se votou o mais justo dos augmentos, o da magistratura, perguntou ao nobre Visconde de Itaboraahy si o thesoiro podia occorrer a essa nova despesa.

A segunda época foi sem duvida um mal para a situação financeira do paiz.

Os Srs. JUNQUEIRA E RIBEIRO DA LUZ: — Não apoiado.

O Sr. SARAIVA recorda que, nessa época, celebraram-se contratos de colonisação; decretaram-se despesas com melhoramentos uteis...

O Sr. JUNQUEIRA: — Com o voto de V. Ex.

O Sr. SARAIVA... levadas a effeito sem que se cogitasse dos meios de lhes fazer face; fizeram-se preparativos de guerra, que provou-se serem superfluos; e ordenaram-se outras muitas despesas que não quer examinar, mas que deram em resultado os horrozosos *deficits* que foram a causa dos embarços do nobre ministro da fazenda, o Sr. Barão de Cotegipe, e obrigaram o Sr. Silveira Martins a emitir papel-moeda e a fazer as operações de credito que o senado conhece. (*Apoiados e não apoiados.*)

E' dever seu dizer sempre a verdade, e tem prazer em fazer justiça, mesmo áquelles a quem o não ligam os vinculos de amizade: declara pois, que o nobre Barão de Cotegipe não continuou no mesmo caminho...

O Sr. DANTAS: — E' exacto.

O Sr. SARAIVA diz que S. Ex. recuou, procurou pôr um cravo na roda; mais nada pôde fazer porque lhe faltava a hombridade do Sr. Silveira Martins para dizer aos conservadores: — Seguiestes caminho errado, levados pelo desejo de effectuar melhoramentos que não podíeis executar, e assim compromettestes as finanças do Estado. Foi o defeito do Sr. Silveira Martins usar de tamanha franqueza. Assim não fez o nobre Barão de Cotegipe, que não se animou a dizer toda a verdade aos seus correligionarios.

O Sr. JUNQUEIRA: — Não apoiado.

Um Sr. SENADOR: — Agora se disse tudo isso, e ao mesmo tempo se decretavam estradas de ferro para arciaes improductivos.

O Sr. SARAIVA não nega que, talvez o Sr. Silveira Martins poderia ter sido excessivo em sua linguagem e commettido faltas de ministro inoperiente nos negocios da fazenda; poderia ter irrogado offensas que estava em seu poder evitar; mas é impossivel desconhecer que mostrou na gerencia dos negocios financeiros muito patriotismo (*apoiados*), honra lhe seja feita!

Mesmo no negocio da redução dos juros de orphãos seu acto poderia não ter sido muito regular, porém foi inspirado pelo patriotico desejo de diminuir os encargos do thesoiro.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: — Não podia fazer nobreza á custa de ninguém!

O Sr. SARAIVA... mas, o nobre ex-ministro da fazenda foi certamente inspirado por motivo muito nobre.

O Sr. CRUZ MACHADO: — De boas intenções está calçado o inferno.

O Sr. SARAIVA acrescenta, que ninguém pôde negar que as intenções do nobre ex-ministro fossem as melhores. O seu procedimento foi-lhe aconselhado por seu patriotismo; os factos o demonstram...

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE: — Eu só fallo dos actos officiaes, que estão debaixo da nossa censura; aqui não se entra nas intenções.

O Sr. CRUZ MACHADO: — Era uma locomotiva fóra dos trilhos (*risso*) e fez muito bem o nobre presidente do conselho....

O Sr. SARAIVA continúa asseverando que o nobre senador pela Bahia fez uma injustiça a esse illustro ex-ministro da fazenda, quando disse que não se podiam justificar os motivos por elle allegados para retirar-se do gabinete.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Eu mostrarei.

O Sr. SARAIVA... o nobre senador não podia dizer-o sem entrar nas intenções.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Hei de mostrar que elle não tinha os principios que pretextou, quando entrou para o ministerio: foi S. Ex. mesmo quem o disse.

O Sr. SARAIVA julga que o nobre ex-ministro da fazenda deu os verdadeiros motivos para a sua retirada: somente incorreu em uma falta sabindo do ministerio.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Não de saber-se os verdadeiros motivos.

O Sr. SARAIVA está fazendo justiça a um homem que ha de prestar ainda eminentes serviços ao paiz e ao partido liberal (*apoiados*); mas pensa que o seu nobre correligionario, o ex-ministro da fazenda, não devia retirar-se do ministerio.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Então V. Ex. gostou?!

O Sr. CRUZ MACHADO:—Elle devia beber um copo de agua gelada de hora em hora.

O Sr. SARAIVA confessa que chegou a uma idade em que preferia a tudo ver triumphar a idéa da eleição directa...

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Diga que gostou como politico.

O Sr. SARAIVA declara que, como politico, deplora a sahida do nobre ex-ministro da fazenda. S. Ex. não teria sahido, si tivesse seguido a doutrina de Gambetta, o grande democrata, liberal insuspeito, que ainda no seu ultimo discurso em Franca disse cousas que poderiam perfeitamente justificar a permanencia do Sr. Silveira Martins no gabinete de 3 de Janeiro.

Dizia Gambetta:

• Em todas as reformas futuras convem considerar o que está amadurecido...

O Sr. CRUZ MACHADO:—E' a escola do opportunismo...

O Sr. LEÃO VELLOSO:—E' a verdadeira escola politica.

(*Crusam-se outros apartes.*)

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Deixem ouvir!

O Sr. SARAIVA... o que se pode esperar, o que deve ser adiado, e o que deve ser absolutamente condemnado.

Si o nobre ex-ministro da fazenda tivesse presente essa doutrina, que é sensata, seguramente teria continuado a auxiliar ao illustrado presidente do conselho, para que este pudesse obter a reforma eleitoral, porque depois de abertas as urnas nesse sentido, todas as reformas sensatas e boas haviam de vir a tona d'agua. (*Muito bem, muito bem.*)

O Sr. Diogo Velho:—Sr. presidente, meu estado de saude e circumstancias de minha vida privada, que nada interessam ao senado, me têm inhibido de ser tão assíduo ás sessões como devêra e de occupar uma ou outra vez a tribuna.

Felizmente, disto não tem resultado prejuizo, nem para o serviço publico nem para meus correligionarios politicos.

As grandes questões que aqui se tem debatido, da mesma fórma que os actos do governo, têm encontrado, para gloria do partido conservador, assim como das instituições que elle defende, vozes muito mais autorizadas (*não apoiadas*), que nada têm deixado a desejar no terreno do debate.

Entretanto, entendi que não devia encerrar-se a discussão da resposta a falla do throno sem aproveitar eu occasião tão solemne para tambem dizer alguma coisa acerca dos negocios publicos.

Sr. presidente, é notavel que em documento tão importante, como o discurso da Corôa na abertura do parlamento, não se faça menção, nem referencia, ainda a mais remota, a respeito do facto mais momentoso occorrido entre o encerramento da ultima sessão legislativa e a abertura da presente.

Esse facto foi a evolução politica que trouxe para a frente dos negocios publicos o gabinete de 3 de Janeiro. Ao ler-se esse documento, parece que nada occorrera em relação á situação politica, á alta gestão dos negocios do Imperio; entretanto que esse facto, pela sua gravidade, não deveria deixar de figurar entre aquelles de que a Corôa costuma dar noticia aos representantes da nação, na abertura da assemblea geral legislativa.

(*Ha um aparte.*)

Não sei dos precedentes, mas o gabinete de 3 de Janeiro pouco se devera importar com precedentes; elle que inaugurou uma direcção politica e administrativa inteiramente nova em todos os ramos do serviço publico!

Assignalando essa lacuna não tenho em vista moralisar a evolução politica a que me refiro.

E' um acto consummado a mudança que se operou na governação do Estado, tirando-se o poder das mãos do partido conservador, que tinha maioria em ambas as camaras, que tinha seu mecanismo administrativo funcionando regularmente em todo paiz, para dar-se entrada ao gabinete de 3 de Janeiro.

Não moralizo esse acto, porque elle resultou do exercicio legitimo de uma prerogativa da Corôa, e entendo com Thiers que a irresponsabilidade do Imperador é a principal garantia da liberdade parlamentar. Ao Sr. presidente do conselho, que acceitou a responsabilidade desse acto, é que me dirijo.

Parece-me, senhores, que a indicação do honrado presidente do conselho para organizar o gabinete de 3 de Janeiro não foi feita pelo seu antecessor, o digno Sr. Duque de Caxias; e não sei que outra qualquer circumstancia o tivesse indicado, a não ser o facto de occupar S. Ex. o cargo de presidente do Club da Reforma, estando, portanto, á frente do governo do seu partido.

Sabo-se que o Club da Reforma tinha por missão a propaganda liberal, nos termos do celebre manifesto, que constituiu, durante 10 annos, o programma deste partido.

Ora, nesse programma figuravam muitas idéas, muitos principios, muitas innovações, que se pretendiam traduzir em leis do paiz.

E, portanto, para notar-se que o honrado presidente do conselho, indicado á Corôa pela circumstancia do ser presidente do Club, tirasse do programma liberal somente a reforma eleitoral, para arvorar-a em bandeira da nova situação.

S. Ex. e seus amigos, censurados por semelhante restrição, defendem-se dizendo que entenderam de seu dever sacrificar todas as outras aspirações do partido liberal a esta, que era a reforma capital, que era a idea má, como a denominam.

Portanto, senhores, deseja que fique bem estabelecido este ponto: é a reforma eleitoral pelo voto directo a chave da situação inaugurada a 5 de Janeiro; é essa questão, como tem dito S. Ex., a sua *delenda Carthago* (apoiados).

Bem. Vejamos como S. Ex. considerou esta grave questão e como tem procurado resolvê-la: isto é, como tem procedido a fim de realizar a suspirada reforma da eleição directa.

Neste intuito, senhores, devemos fazer um ligeiro exame retrospectivo da situação do paiz, ao tempo em que o honrado presidente do conselho foi chamado aos conselhos da Corôa. Já disse que então dominava o partido conservador, representado no gabinete de 25 de Junho, na maioria das duas camaras legislativas e oficialmente em todo o Imperio.

Lutava este com duas graves dificuldades administrativas: o desequilíbrio entre a receita e despesa e a triste calamidade que tem assolado o norte do Imperio. Refiro-me à seca.

Também devo lembrar que encerrara-se a ultima sessão legislativa sem que se tivesse votado as leis de fixação de forças de terra e mar. Tinham passado na outra camara, mas as respectivas proposições não tinham ainda chegado ao senado.

Estadista prudente, illustrado, de criterio, como tenho o prazer de reconhecer que é S. Ex., estas circumstancias não lhe podiam ter escapado. No momento de assumir a grave responsabilidade do poder, S. Ex. não deixaria de lançar os olhos d'alma sobre todos os mais importantes ramos da administração do paiz e sobre as circumstancias especiaes em que elle se achava; mas, o amor da idea má, o amor da reforma eleitoral deu coragem a S. Ex.; elle esqueceu as dificuldades, dissei mesmo os perigos da subversão politica que ia operar e aceitou o poder.

Mas, senhores, a idea que tanta coragem dava a S. Ex., a idea que constituia e constitua a sua mais ardente aspiração, como se achava na opinião publica?

O senado sabe, e ninguém ignora que a eleição directa constituia um dos pontos mais urgentes do programma liberal. Sabemos todos que ella também era adoptada, si não pelo partido conservador oficialmente, por grande parte deste partido representado nas posições mais elevadas do paiz, na camara dos deputados, e nesta casa. Portanto, si a missão de S. Ex. era levar a effeito a reforma, si era o movel do seu procedimento a realização da idea, desde que o seu partido e o adverso a aceitavam, estava a questão a meio caminho e era facil levá-la ao fim.

Qual devia ter sido o procedimento de S. Ex., ao organizar o gabinete com quem tinha de collaborar? Dicta o simples bom senso que S. Ex. devia procurar para companheiros homens conhecidos no paiz e igualmente comprometidos pela reforma; homens cujos nomes fossem uma garantia, não só para o seu partido, como para o adverso; os chefes ou sub-chefes do partido liberal, que em ambas as camaras, na imprensa, nas conferencias tinham-se abraçado com a idea, tinham adiantado o que entendiam a respeito do modo de levá-la a effeito e

que, apparecendo perante a nação, ao lado do nobre presidente do conselho, teriam de certo facilitado a realização da reforma.

Onde estavam aquelles que, durante quasi dez annos, na tribuna e na imprensa haviam combatido a ascensão do partido conservador, por ser um acto do poder pessoal, e com o ardor das convicções sinceras haviam pugnado pela realização daquillo que julgavam indispensavel para a regeneração do systema representativo? Onde ficaram tantos cidadãos illustres, que não podiam desertar na hora do combate real, e não vieram coadjuvar o nobre presidente do conselho na sua obra grandiosa: Nabuco, Saraiva, Paranaguá, Martinho Campos, e tantos outros que seria longo enumerar?

Porventura lhes era licito ficar nas suas *officinas de trabalho*, fóra da posição a que os chamava a responsabilidade que todo homem politico tem pelas suas idéas, quando as levanta como necessarias ao progresso do seu paiz?

Cerceou-se S. Ex. de homens cujo character individual respeito, cujas habilitações intellectuaes não conteslo, nem estão em questão, mas que, com excepção de alguns, estavam bem longe de reunir as condições exigíveis para a situação creada a 5 de Janeiro.

Um vinha até fazer o seu primeiro tirocinio administrativo e sua estrêa na tribuna parlamentar; outro, partidario ardente das idéas mais adiantadas da democracia, subscreevou um papel atirado aos ventos da publicidade, em que se combatiam as instituições do paiz, em que o principio da monarchia é reputado como elemento deletério, incompativel com a liberdade...

Ora, o nobre presidente do conselho, que vinha realizar a idea abraçada pela unanimidade de seu partido, e pela grande parte do partido conservador, não achou outros collaboradores e foi abandonado pelas sumidades de seu partido?

Si houve abandono, ou si o auxilio dos chefes foi recusado, não é fundada a suspeita de que não era a reforma o que realmente se queria, mas sim, como disse o meu distincto amigo, senador pela Bahia, o poder pelo poder?

Qual foi a consequencia da organização do ministerio tal qual quiz o Sr. presidente do conselho? Os actos do gabinete bem longe de recomendar-se pelo cunho da moderação, pelo desejo de angariar em favor da idea principal do seu programma as sympathias, digo mais, a co-participação de seus adversarios, tornaram-se notaveis pelo espirito de descommunal intolérance.

A reacção não se fez esperar; o paiz guardará triste recordação do quanto occorreu logo depois que se organizou o gabinete de 5 de Janeiro.

É certo que o honrado presidente do conselho deu a entender a principio que desejava preparar o paiz para a reforma por meio de uma politica até certo ponto conciliatoria. Assim, S. Ex. não fez questão da dissolução da camara, que sabia lhe era adversa.

Não duvido, portanto, da boa fé de S. Ex., nem me seria licito affirmar neste momento que S. Ex. não desejava a co-participação de todos para uma reforma que se pôde dizer commun.

O Sr. CANSANÇÃO DE SENECA (presidente do conselho): — E ainda desejo.

O Sr. DIOGO VELLO: — Mas os actos que logo se seguiram vieram demonstrar, ou que S. Ex. era vencido no seio do gabinete, ou que suas idéas se

modificaram por circumstancias que não são conhecidas.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÉ (*presidente do conselho*) dá um aparte.

O Sr. Diogo Velho:— Não posso aceitar como justificação da mudança das idéas do nobre presidente do conselho a emissão do papel-moeda, que veio mais tarde. Está demonstrado com o rigor das cifras, como ainda hontem fel-o, de maneira irrespondível, o nobre ex-ministro da fazenda...

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÉ (*presidente do conselho*):— E ainda se ha de verificar isto.

O Sr. Diogo Velho:—... do gabinete de que tive a honra de fazer parte, que o deficit não era aquelle que se inventava na exposição de motivos do celebre decreto tantas vezes citado e discutido; e ainda mais, que, até á época em que se devia reunir o parlamento, por conta da illegal emissão do papel-moeda, tinha-se despendido menos de 6.000.000\$000.

Ora, havia ou não razão para enxergar-se nessa urgencia da emissão do papel-moeda um pretexto apenas para o golpe que se deu, dissolvendo a camara electiva, golpe tanto mais grave, de tanto maior responsabilidade, quanto eram graves as circumstancias do paiz, conforme já disse? Quando além do deficit estava em seu auge a calamidade que devastava o norte do Imperio? Quando dentro de poucos mezes o governo ver-se-hia compellido a lançar mão de uma medida arbitraria, dictatorial, como a de exigir o imposto do sangue, por um simples decreto do poder executivo? (*apoiados*).

Não entenda o honrado presidente do conselho, não entendam seus adeptos, nem o partido liberal que eu tenho esta linguagem por despeito, ou pelo desejo de que o partido conservador se mantivesse no poder, e menos pela esperanza de que se entrasse em colligação com o governo para a realisação da reforma. Não; o partido conservador não podia nem queria continuar no poder sem tambem realizar a eleição directa, que julga indispensavel á verdade do regimen representativo.

O que elle queria, e tem o direito de exigir, é que o gabinete de 5 de Janeiro, que se levantava sob a idéa de realizar a reforma, respeitasse-o, garantisse-lhe os direitos, attendesse ás circumstancias do paiz a que todos pertencemos, e não se atirasse na senda dos desregramentos de toda ordem a que se atirou por si e pelos seus delegados em todas as provincias (*apoiados*).

Não tínhamos, nós ministros demissionarios, nem podíamos ter, o menor despeito pela nossa retirada do poder, porque foi voluntaria, sem um só acto que lhe indicasse falta de confiança da Corôa, ou do apoio do seu partido.

Transacções com os que assumiam o poder, nem poderíamos fazer no terreno dos principios, nem eram necessarias, sobretudo quando o gabinete de 5 de Janeiro se apresentava, querendo realizar a idéa que tambem constituia uma aspiração nossa.

Era, portanto, facillima a tarefa do nobre presidente do conselho: podia ter constituido o ministerio com membros proeminentes do partido liberal, podia ter seguido uma politica de moderação, ao menos temporariamente, abstenendo-se dos meios reaccionarios que se empregaram no paiz; compareceria assim, sem provenções e antipathias, perante a maioria conservadora de ambas as casas do parlamento, e em nome da idéa que queria realizar, em

nome das circumstancias do paiz, que eram difficéis, solicitaria os meios necessarios para realizar a reforma e sair das difficuldades, si não superal-as.

Mas, como já disse, inventou-se o celebre decreto da emissão do papel-moeda, e para arredarem-se os juizes competentes da legalidade desse acto, foi dissolvida a camara! Então a reacção tomou proporções espantosas, e os maiores attentados, de uma verdadeira dictadura, foram postos em pratica. Semelhantes excessos tornaram-se tanto mais sensiveis, quanto é certo que durante 10 annos incompletos em que governou o partido conservador, foi sempre mote invariavel da opposição a reacção de 1868.

Nesta camara e na outra, cada dia se relatavam factos que eram invertidos, exaggerados e cuja responsabilidade se dava aos chefes do partido conservador, ou ao ministerio que sahira do seu seio. Mas a verdade é, senhores, que os factos que occorreram ultimamente, nesta época da regeneração, não têm comparação alguma, pela gravidade e anacronismo, com os de 1868.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÉ (*presidente do conselho*):—Eu não desejo entrar em retaliação.

O Sr. Diogo Velho:—Eu tambem não desejo retaliar, e ia pôr termo ás observações que fiz externando a seguinte queixa do partido conservador:

Depois de tanto tempo de recriminações contra a chamada reacção de 1868, o governo do partido liberal era o menos proprio para atirar novamente o paiz á senda dos desregramentos, dos desvios, dos abusos que sempre censurou; mas que de certo não eram de effeitos tão extensos e desastrosos como os praticados na situação inaugurada a 5 de Janeiro de 1878.

Esta queixa é tanto mais fundada, quanto é incontestavel que ultimamente durante a gestão dos negocios publicos, pelo meu partido, houve a maior tolerancia em materia politica e administrativa. Nos empregos remunerados, nos de nomeação do governo, como nos de eleição, o partido liberal achou-se sempre representado por homens omisses, e até nas ultimas eleições vieram para a camara electiva os notaveis chefes do mesmo partido, alguns dos quaes aqui hoje se acham. Portanto, que justificação pôde ter a reacção atroz que se fez por todo o paiz contra o partido conservador, ao ponto de, apesar da reforma eleitoral do voto incompleto, ser inteiramente excluido da representação na camara electiva?

Voltando, porém, ao modo pratico da reforma em projecto, noto com satisfação que, de accordo com as idéas que acabo de expôr, se acham alguns dos dignos membros do partido liberal, que têm assento nesta casa. O Sr. conselheiro Saralva, agora e em outras occasiões, tem dito, com a franqueza que sempre revela, e é digna de seu caracter respeitavel, que, para realizar a reforma eleitoral, não duvidaria entrar em transacção, e o nobre presidente do conselho o apoiou.

Observe, porém, que o nobre presidente do conselho, seguindo a politica de reacção que iniciou, está em contradicção com o nobre representante pela Bahia. Comtudo, si eu fosse competente para fallar em nome do meu partido...

ALGUMAS VOZES:—Porque não?

O Sr. Diogo Velho:—... diria ao nobre presidente do conselho: esqueceremos os males que

tendes feito ao palz, si quizerdes voltar atraz e salvar o que chamais idéa má, a reforma eleitoral sem outra transacção que não a accliação de um dos dous meios que offerecemos; ou a reforma por lei ordinária, ou o concurso do senado para a reforma que tem de decretar a camara futura, indovidamente chamada constituinte.

O SR. ANTÃO:—E' camara com poderes especiaes: qual constituinte!

O SR. DIAGO VELHO:—Fique certo o honrado presidente do conselho que o partido conservador por outra qualquer forma... não pôde transigir, não pôde entrar em accordo, por maior que seja seu amor á reforma e a vontade de vê-la realizada; porquanto qual a garantia que nos dá o nobre presidente do conselho? O projecto apresentado na outra camara? A questão não é de apresentar simplesmente um projecto, é de convertel-o em lei, e esta não é a da reformalidade da constituição, mas a própria reforma.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—Aquellas são as idéas da reforma.

O SR. DIAGO VELHO:—A chamada constituinte ha de ficar no limite estreito que V. Ex. lhe traçou? Quaes são as garantias? As que V. Ex. podia dar eram ou reforma pela legislatura ordinaria, ou o concurso do senado para o que se chama constituinte....

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Apoiado, e a sancção da Corôa.

O SR. DIAGO VELHO:—Sem duvida, com a sancção da Corôa. Eu não adianto essa discussão, porque a julgo inopportuna.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Essa questão é importantissima.

O SR. DIAGO VELHO:—Oportunamente havemos de discutil-a.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—E' questão prejudicial.

O SR. DIAGO VELHO:—Após a dissolução da camara dos Srs. deputados, seguiu consequentemente a nova eleição; tambem noto na falla do throno a ausencia absoluta desse facto, allás importantissimo na vida constitucional. Um facto desta ordem, que tão grande influencia exerceu na marcha dos negocios politicos, que tão grande perturbação causou por todo o Imperio, nem de leve foi mencionado na falla do throno!

Si os que se encarregam de colleccionar documentos desta ordem para servir á historia recorrerem um dia á esta falla do throno, hão de pensar que o palz continuou a ser governado pelo mesmo partido, que não houve dissolução da camara, nem reeleições!

Refiro-me ás recentes eleições especialmente para, ainda uma vez, trazer á memoria do senado os actos de arbitrio, de illegalidade, de violencia, de perseguição atroz de que foram victimas os conservadores em todo o Imperio, sendo o typo da liberdade do voto, o gabinete de 5 de Janeiro. A eleição da parochia, talvez a mais importante do Imperio, aquella onde tem domicilio o nobre presidente do conselho, alguns de seus collegas, muitos conselheiros de estado, senadores, deputados e notaveis cidadãos das principaes classes de nossa sociedade, a parochia de Nossa Senhora da Gloria, foi ella o modelo offerecido pelo governo aqui na corte, que

serviu para a eleição de todo o Imperio. A igreja assaltada pelos capangas eleitoraes sob as ordens de alguns cabalistas, e garantidos pela força publica, a mesa parochial e os cidadãos pacíficos repellidos até com violencia, um simulacro burlesco de eleição, as actas a bico de penna, etc. ! !...

Nem podia deixar de ser assim, desde que o gabinete organizado como foi com exclusão daquelles que deviam ser chamados de preferencia, fleou, na parte da politica interna e da administração da justiça com homens de idéas ardentes e adiantadas, os quaes naturalmente escolheram para seus delegados dignos representantes de suas idéas!

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBU (presidente do conselho) dá um aparte.

O SR. DIAGO VELHO:—Deram-se excepções, não contesto; mas em geral a escolha de presidentes para as provincias foi infeliceissima.

O primeiro titulo de recommendação que o governo procurava para seus cargos, era o ter pertencido ao Club da Reforma e especialmente á redacção do respectivo jornal. (Apoiado e apurtes.)

Não preciso lembrar ao senado que o Club da Reforma governava o ministerio.... (Continuam os apurtes.)

Acho que isto tudo não merece vir á discussão, mas é bom que fique consignado, porque estamos habituados a soffrer accusações por actos que no dia seguinte são endeosados.

Além dos actos de prepotencia, e arbitrariedade praticados em todo o Imperio por occasião das eleições, peço permissão ao senado para chamar a sua attenção para os que occorreram naquellas provincias, que se achavam devastadas pela fome e pelos desastres da sêca.

As provincias do Ceará, Parahyba, Rio Grande do Norte, parte da do Piahy e da Pernambuco, estavam debaixo do latogo dessa calamidade, que ha tanto tempo as desola.

As populações tinham desertado dos seus lares; a fome e a peste dizimavam ás centenas, nos mi-lhares, os infelizes retirantes; as relações de vida social estavam inteiramente perturbadas; as da vida politica, consequentemente, resentiam-se dos effeitos de todas essas causas.

Era muito difficil que nas tres primeiras daquellas provincias e principalmente na do Ceará, pudessem haver eleição regular; era quasi impossivel que o voto popular se manifestasse em condições de liberdade....

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—Ficava sómente o sul representado; o norte era excluido.

O SR. DIAGO VELHO:—.... Era quasi impossivel uma eleição, que fosse reputada como a expressão legitima das urnas.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—Era mais uma calamidade ficarem as provincias sem os seus representantes.

O SR. DIAGO VELHO:—Não quero chegar a semelhante extremo; não pretendo que as provincias fossem privadas de seus representantes, mas lembro que a escola liberal já considerou isto facto normal; e que a provincia do Rio Grande do Sul esteve privada de seus representantes no parlamento durante certo periodo da guerra contra o Paraguay.



O SR. PARANAGUÁ : — Por um motivo muito justificado ; era preciso levantar o 3.º corpo do exercito.

O SR. DIOGO VELHO : — Não discuto a legitimidade do acto, mas digo que não era estranhavel que o nobre presidente do conselho não mandasse proceder ás eleições naquellas provincias, porque isto não era contrario ás idéas do seu partido, attento o precedente do Rio Grande do Sul.

Tambem não digo que o nobre presidente do conselho tomasse a responsabilidade de mandar que no Ceará, Rio-Grande do Norte, Parahyba não houvesse eleição, mas digo que devia ser muito escriptuloso, em relação a essas provincias, attentas ás circumstancias especialissimas em que se achavam, devia ter mandado presidil-as pessoas, que por sua posição politica e social, por seu prestigio no partido pudessem exercer o cargo com certa autoridade propria...

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÉ (*presidente do conselho*) : — Foi sempre cousa em que tive muito escriptulo.

UM SR. SENADOR : — Mas foi logrado.

O SR. DIOGO VELHO : — ... a abrigo de qualquer influencia interessada na pequena politica...

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÉ (*presidente do conselho*) dá um aparte.

O SR. DIOGO VELHO : — Não contesto o merecimento individual de nenhum ; contesto, porém, a idoneidade, resultante das condições que aponte, a isenção de animo, a superioridade de posição, que colloca o administrador acima das imposições das influencias locais (*apoiados*).

O nobre presidente do conselho que tinha á sua disposição membros tão importantes de seu partido, homens em que folgo de reconhecer os requisitos necessarios para excellentes administradores, em vez de lhes commetter o importante encargo de governarem as provincias, enviou para algumas cidadãos que não podiam desempenhar satisfactoriamente essa ardua missão.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÉ (*presidente do conselho*) : — V. Ex. não me obrigue a fazer comparações.

O SR. DIOGO VELHO : — Nem as comparações, nem as retaliações a que porventura haja de recorrer o nobre presidente do conselho, attenuarão e menos justificarão o procedimento do seu gabinete a semelhante respeito.

S. Ex. que se apresentou como regenerador dos costumes e praticas administrativas dos conservadores, não pode vantajosamente argumentar com abusos ; porque não attenuam as faltas de seu governo, antes as aggravam...

O certo é, senhores, que as eleições naquellas provincias...

O SR. BARÃO DE COTEGIPE : — Como no pobre Ceará.

O SR. DIOGO VELHO : — ...correram de maneira que não se pôdo dar tal nome ao que por lá se passou. Lavraram-se actas, mas não se receberam votos.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÉ (*presidente do conselho*) : — Houve eleições, e tanto que foram disputadas pelos conservadores.

O SR. DIOGO VELHO : — Apenas em meia duzia de parochias maritimas ou das serras.

V. II.

Fago justiça ás intenções e boa fé do nobre presidente do conselho, estou certo de que S. Ex. si pudesse transportar-se aos logares e ver com seus proprios olhos o estado daquellas miserias provincias, as cousas se teriam passado differentemente. S. Ex. faria com que as condições excepcionaes se iguallassem para ambos os partidos e então não se daria o facto de serem as tristes circumstancias daquellas provincias aproveitadas contra os conservadores perseguidos pelos flagellos da fome e da politica intolerante dos dominadores da situação.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÉ (*presidente do conselho*) : — Seria bom que V. Ex. citasse os factos.

O SR. DIOGO VELHO : — Poderei citar ; cito-os hei em tempo. E' exacto que os dinheiros e viveres destinados a socorrer as victimas da fome foram em grande parte applicados ás eleições.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÉ (*presidente do conselho*) : — Não tenho conhecimento dos factos.

O SR. DIOGO VELHO : — Pois eu tenho, e em não pequeno numero ; mas não estou aqui para denunciar pessoa alguma. Si o nobre presidente do conselho quizer inteirar-se cabalmente da verdade, envie pessoas de sua especial confiança a essas provincias, institua serios exames sobre as contas dos fornecimentos, e ficará convencido, de que muitos daquelles que receberam dinheiro e recursos sob o pretexto de socorrer as victimas da sêcca e fome, os empregaram em cousas muito differentes, locupletaríam-se, fizeram até peculio.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE : — O primeiro que foi fiscalisar entrou para a cadeia.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÉ (*presidente do conselho*) : — Logo já houve quem fosse fiscalisar.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE : — Foi uma tentativa.

O SR. DIOGO VELHO : — Nessa tentativa está a prova de que abusos graves se deram ; e tanto que o nobre presidente do conselho teve necessidade de recorrer a providencias extraordinarias, como foi, por exemplo, a ida de um commissario especial do Rio Grande do Norte.

O SR. MENDES DE ALMEIDA : — Para fiscalisar o presidente.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÉ (*presidente do conselho*) : — Está nomeado para essa provincia um presidente muito distincto, que dará todas as garantias : tem de partir no dia 21.

O SR. DIOGO VELHO : — Reconheço no nobre presidente do conselho as melhores intenções, mas é evidente que no Rio Grande do Norte as cousas chegaram ao ponto o mais deploravel, em virtude de alguns actos do proprio governo. O mal principalmente procedeu de não terem sido encarregados da administração naquella, como em outras provincias, pessoas na altura de resistir ás imposições das influencias locais. Nomeasse o governo liberaes, porém bons liberaes, porque felizmente os ha e bem habilitados em logar de moços sem pratica administrativa, sem prestigio, nem força para assumir a responsabilidade da administração, tanto mais difficil, quanto menor é a categoria da provincia (*apoiados*).

Nas grandes provincias o presidente tem sempre um circulo de pessoas competentes, cujas luzes podem guiar-o na solução das questões ; tem es-

guras fontes de informação, como sejam as repartições publicas, com funcionarios de categoria superior, etc. Assim não succede nas pequenas provincias, onde o administrador quasi sempre se vê obrigado a resolver tudo por si.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—Ahi V. Ex. tem razão; eu o apolo.

O SR. Diogo Velho:—Entretanto tem de lutar com as paixões e interesses mesquinhos dos que disputam o predomínio, sempre contrario á boa politica.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBU (presidente do conselho) dá um aparto.

O SR. Diogo Velho:—Dou testemunho do que V. Ex. tem feito para evitar esses inconvenientes; mas permita-me dizer que quanto ao Rio Grande do Norte o governo concorreu para o fastioso estado que alli se observa; porque, além do mais, no principio da situação, sem necessidade do serviço publico, mandou-se tirar d'alli empregados que estavam desempenhando seus cargos com proveito para o Estado. Cito, por exemplo, o inspector da alfandega, o Sr. Herillo Leão Saraiva, que foi removido.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—Sahiu para ser empregado em Pernambuco por promoção com vantagem propria.

O SR. Diogo Velho:—Não sei si elle preferia essa promoção para um lugar subalterno a permanecer no Rio Grande do Norte como chefe de repartição. O certo é que assumiu o lugar de inspector da alfandega o 1.º escriptuario, Sr. Germano Antonio Machado, que já tinha sido uma vez demittido de 2.º escriptuario da thesouraria ou alfandega do Ceará, e que ultimamente foi exonerado por malversações apparecidas. Tem portanto a responsabilidade da má gestão dos negocios da alfandega o governo que nella deixou ficar semelhante empregado.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—Teve a punição, porque foi demittido.

O SR. Diogo Velho:—Foi nomeado inspector da thesouraria dessa provincia o Sr. Augusto Joaquim de Carvalho, 1.º escriptuario da de Alagoas, já mal notado como empregado interino na alfandega do Rio Grande, d'onde fôra demittido pelo Sr. Visconde de Itaboraí, desaudosa memoria (apoiados). Este Sr. Carvalho procedeu tão irregularmente que o proprio ex-ministro da fazenda que o nomeara viu-se forçado a demittir-o. Apesar desta providencia, não se exime o governo da responsabilidade de semelhante nomeação, attentos os precedentes do nomeado.

O nobre presidente do conselho sabe dos factos occorridos nos ultimos tempos da administração do ex-presidente o Sr. Eliseu Martins, e das causas, em virtude das quaes elle, adoeccendo de beriberi, abandonou a provincia e veio para esta corte, d'onde recentemente foi despachado para a presidencia do Espírito Santo; lembro comtudo que os dous empregados a que me tenho referido, e que tinham sido suspensos e mettidos em processo por actos do presidente Eliseu, foram logo reintegrados em virtude de instrucções dadas d'aquí ao vice-presidente que assumiu a administração, e só mais tarde foram exonerados.

O comissario do thesouro, Sr. Salustiano Pessoa, foi tão prevenido d'aquí em favor desses dous empregados, que doulhes toda a força quando lá chegou amedrontando os outros; e talvez por informações suas fôz-se removido para o Ceará o Sr. Luiz Emilio Pinheiro da Cunha, 1.º escriptuario da thesouraria, o qual, em paga dos bons serviços que prestara, foi mandado para o foco das misérias, da fome, das febres e hexiga; e lá adoeceu!

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBU (presidente do conselho) dá um aparto.

O SR. Diogo Velho:—V. Ex. sabe que tirar-se um empregado de uma cidade menor, onde tem parentes e amigos, onde a vida é mais barata e as circumstancias sanitarias muito melhores que as da Fortaleza e mandal-o para esta, onde as calamidades da sêcca acturam por todos os modos, as epidemias reinavam com a maior intensidade, onde a mortalidade ascende a cifras espantosas, é realmente ser cruel, e infligir uma punição tanto mais dolorosa quanto não ha culpado, antes uma victimia.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Apoiado.

O SR. Diogo Velho:—A prova é que esse empregado honesto lá adoeceu e teve de retirar-se com licença, em cujo gozo se acha, supplicando ao governo que o livre da morte, porque precisa viver para arrimo da familia.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Peior aconteceu ao infeliz juiz municipal da capital do Rio Grande do Norte, que sem o requerer o mandaram para o Bonito, e quando ali já estava ficou o decreto sem effeito!

O SR. Diogo Velho:—Como este ha outros escandalos de que tratarei em tempo opportuno. Ora, senhores, o nobre presidente do conselho, que tomou em consideração os acontecimentos extraordinarios do Rio Grande do Norte, onde a anarchia administrativa chegou ao ponto de o presidente ir á thesouraria, com força armada, para obrigar-a a pagamentos que ella tinha recusado, onde com relação ao fornecimento de viveres e soccorros ás victimas da sêcca se têm dado abusos de muita gravidade, e sobre que até houve discussão pelos jornaes entre um representante daquella provincia e o ex-presidente Sr. Elizeu, deve estar melhor informado pelos meios administrativos que eu, que recebo apenas noticias particulares, ou pelos jornaes, que podem ser oivadas de parcialidade; e portanto está habilitado para reprimir os escandalos denunciados.

O que sei dizer é que o mal vem do cima; os subalternos vão-se inspirando nas doutrinas subversivas que aprendem dos superiores e a consequencia é o que tem acontecido em Macaé e em Mossoró, onde a força publica acommetteru cidadãos inermes, travando-se luta, de que resultaram ferimentos e mortes.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—Lá foi um caudilho que á frente do povo atacou a força publica.

O SR. Diogo Velho:—Por erro da administração, que suspendeu a remessa de soccorros, sem se lembrar de que o povo, quando tem fome, não pôde raciocinar, nem medir o alcance de seus actos, atira-se a cases desregramentos de certo condemnaveis.

Quanto ao conflicto da Macão, não foi o povo que acommettedu os armazens de viveres, como succedeu em Mossoró, foram os soldados que, sem provocação alguma, atacaram os pobres retirantes e os levaram a ferro e fogo.

Mas não se podia esperar outra cousa da força armada, quando esta havia sahido da Parahyba, milha provincia natal, onde estava acostumada a praticar os maiores attentados, os factos mais revoltantes por occasião da distribuição de viveres ás victimas da sêcca. Quero nobre presidente do conselho saber o que se passava na capital, como era denunciado por todos os órgãos da publicidade, (menos a folha do governo) inclusive um do partido liberal muito competente, o *Publicador*? É que esta vez que se tinha de distribuir viveres aos infelizes esfaimados, aquella pobre gente que corra do interior em busca do pão, a força publica levava homens e mulheres, velhos e crianças a pranchadas e a golpes de espada.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:— Apoiado; vieram estas noticias.

O Sr. Diogo Velho:—O presidente da provincia testemunhou scenas desta natureza e pretendeu reprimil-as, mas suas ordens não eram obedecidas, ou elle não as dava com vontade de que fossem cumpridas. A verdade é que os seus agentes não fazem caso dellas.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—Não foi só na capital.

O Sr. Diogo Velho:—Estou fallando da capital, porque ali estava o presidente. A barbaridade chegou ao ponto de enxotarem-se as mulheres e crianças com o emprego de ramos de ortiga atados na extremidade de varas! (*Oh! oh!*)

O Sr. BARÃO DE COTIGUIPE:—Como o presidente do conselho é cansansado (*riso*)...

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—Não empregavam talvez a ortiga branca.

O Sr. Diogo Velho:—O certo é que por causa dessas tropelias deram-se até mortes. Sei a de uma pobre mulher que estava grávida, foi tão maltratada que abortou, e em consequencia do aborto e falta de soccorros veio a fallecer.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBÉ (*presidente do conselho*):—Esses factos não são indifferentes para mim.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—Acontece á ortiga é uma grande novidade, assignala uma situação.

O Sr. Diogo Velho:—Já que estou fallando da Parahyba, saiba o nobre presidente do conselho, si já não sabe, que alli se inaugurou a situação com actos da maior violencia; houve delegado de policia, por exemplo, que levava os menores a palmatoadas e os adultos a pranchadas.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBÉ (*presidente do conselho*):—Mas foi demittido e processado.

O Sr. Diogo Velho:—V. Ex. me disse que tinha mandado ordem nesse sentido.

Um subdelegado porque achou tres ou quatro homens esfaimados, victimas das misérias d'alli, tirando côcos em seu sitio, prendeu-os, tosquiou-lhes os cabellos, mandou-lhes dar uma sova de bôlos por seus escravos, metten-os em gargalheira e os remetteu para a cadeia na sede da comarca!

Trazendo esses factos ao conhecimento do senado, não é proposto meu dar ao nobre presidente

do conselho a responsabilidade do que occorria nas provincias.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—V. Ex. está prestando um bom serviço ao paiz.

O Sr. Diogo Velho:—Quero sómente provar a S. Ex. que razão tenho eu, quando me queixo de que para as presidencias não fossem escolhidos homens idoneos, que infundissem respeito, e, quando dessem conselhos, fossem estes seguidos, quando dessem ordens, fossem executadas.

Felizmente as cousas vão como que melhorando. Com as reclamações da imprensa e algumas providencias, embora parciais e mancas do governo e tambem por ter já passado a grande crise, que era a eleição, a administração vai entrando um pouco em seus eixos.

O nobre presidente do conselho informou que escolhera para presidente e vice-presidentes do Rio Grande do Norte pessoas muito aptas.

O Sr. LEÃO VELLOSO:—Os vice-presidentes nomeados são muito bons.

O Sr. Diogo Velho:—Só tenho a notar que não fosse collocado no primeiro lugar da lista dos vice-presidentes o segundo, o Sr. Dr. Olyntho José Meira, ex-representante da nação, honestissimo, e muito intelligente.

O Sr. LEÃO VELLOSO:—Um delles é formado em direito, o outro medico e o outro magistrado.

O Sr. Diogo Velho:—O Sr. Dr. Olyntho Meira é um distincto caracter, capaz de administrar bem qualquer provincia, e tomar a responsabilidade de seus actos.

O Sr. LEÃO VELLOSO:—E que já foi presidente effectivo daquella provincia.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBÉ (*presidente do conselho*):—Por ali vê o nobre senador qual é o pensamento do governo e o desejo que tem de por termo a essas cousas.

O Sr. Diogo Velho:—Porque V. Ex. demorou tanto estas providencias? porque não completou-as? porque conserva ainda o chefe de policia que lá andou envolvido nesses factos e que naturalmente estará influenciado de modo inconveniente?

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBÉ (*presidente do conselho*):—O nobre senador ha de ser satisfeito, porque elle proprio pediu exoneração.

O Sr. Diogo Velho:—Si é assim, então deixo de lêr um topico de um jornal liberal que se referia a elle, e esta fonte de informações seria mais agradável e menos suspeita ao nobre presidente do conselho.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBÉ (*presidente do conselho*):—Não, senhor; tão insuspeitas como as de V. Ex.

O Sr. BARÃO DE COTIGUIPE dá um aparte.

O Sr. Diogo Velho:—Pedem-me que leia. É só um topico do *Correio do Natal* que diz (*lé*):

« Não admira que esse chefe de policia prendesse cidadãos inoffensivos sómente porque atacavam foguetes; elle estava acostumado a actos de violencia, como a prisão do commissario do ministerio da fazenda, o arrombamento dos cofres publicos, etc. É por isso que digo que se pôde ser muito boa pessoa, magistrado capaz de fazer

justiça, mas não ser o funcionario mais idoneo em certas circumstancias.

Sr. presidente, apesar de, como acabo de dizer, ter melhorado um pouco, quanto à administração, o estado afflictivo da população naquellas regiões, onde a sêcca e a peste devastam tudo, deve merecer ainda o mais sereno cuidado do governo a deploravel situação em que se acham os que nellas têm podido permanecer.

Ha falta de recursos em muitas localidades para onde anteriormente se remetiam viveres. O governo que entendeu decretar a extincção da sêcca por um aviso, teve necessidade de mais tarde reconsiderar o seu acto, e voltar ao systema de fornecerem-se meios de subsistencia. Pego ao honrado presidente do conselho que não tire sua attenção d'alli....

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*):— A prova é o credito que se está pedindo.

O Sr. Diogo Velho:—.... para que continue a remessa de viveres e se prestem os soccorros indispensaveis.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*):— Não se pôde accusar o governo de abandono.

O Sr. Diogo Velho:— Não basta este credito e a solicitude do governo em remetter dinheiro e generos; na applicação desses soccorros é que se exige toda a attenção do governo.

E já que S. Ex. foi tão economico em dar auxilio ás provincias da Parahyba e Rio Grande do Norte, uma d'onde sou natural e outra que tenho a honra de representar, por meio da abertura de estradas de ferro, permita S. Ex. lembrar-lhe que ellas também têm necessidade de vias de communicação. Já se deram duas estradas para o Ceará, uma para a provincia do nobre presidente do conselho, Alagoas.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*):— Não é para minha provincia, engana-se a este respeito; é do interesse geral.

O Sr. Diogo Velho:— Discutiremos isto....

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*):— Já foi objecto de grande discussão no senado, e isso já se demonstrou.

O Sr. Diogo Velho:— O nobre presidente do conselho é digno ministro da agricultura, que dotou o Ceará com duas estradas de ferro, resgatando a empresa quasi fallida de Baturité, no que fez bem, embora ignore o modo do resgate, e decretando a do Camocim....

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*) dá um aparte.

O Sr. Diogo Velho:— Ignoro, por exemplo, a cotação das acções por quanto foi resgatada cada uma dellas, quanto vein a custar toda a empreza... Mas, esta discussão tem mais cabimento no organimento; por ora, sem levar a mal que o nobre presidente do conselho lançasse mão desse recurso....

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*):— Para dar trabalho á população.

O Sr. Diogo Velho:—... si bem que as circumstancias do paiz não pudessem autorizar taes obras, queixo-me de se não ter lembrado de que naquellas provincias também havia fome, miseria, braços

ociosos que precisavam de trabalho, e não ostendesse á Parahyba e ao Rio-Grande do Norte os beneficeios da viação, como fez, dando logo duas estradas para o Ceará e uma para Alagoas.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*) dá um aparte.

O Sr. Diogo Velho:— Hei de discutir essa questão com S. Ex.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:— Tem ido muito bem.

O Sr. Diogo Velho:— Simto, Sr. presidente, estar fatigando o senado (*não apoiados*) em hora tão adiantada, e tratarei de resumir algumas considerações que tenho a fazer, deixando de relatar muitos factos, e circumstancias que se prendem a esta discussão.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:— E' pena.

O Sr. Diogo Velho:— Do que tenho dito, em relação á politica do gabinete de 5 de Janeiro, e ao modo por que se tem resolvido questões importantissimas da administração, resulta que fundamentalmente nutro sérias apprehensões quanto á solução da reforma eleitoral, continuando o gabinete á frente dos negocios publicos....

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:— Eu só tenho medo da continuação da situação.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*) dá um aparte.

O Sr. Diogo Velho:— Já propuz um meio: fique V. Ex. com os cargos publicos, com as presidencias e chefaturas de policia para o partido liberal, e dê-nos a nós, conservadores....

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:— A segurança.

O Sr. Diogo Velho:—.... co-participação na reforma: é tudo quanto queremos.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*):— Si quizer dar nova interpretação ao acto adicional.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:— E' agora occasião.

O Sr. Diogo Velho:— Pois o nobre presidente do conselho, que faz dessa reforma sua *delenda Carthago*, e tem o apoio do respeitavel Sr. conselheiro Saraiva até á transacção, porque não aceita também o meio de chegar a esse accordo?

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*):— V. Ex. proponha.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:— Terminam-se os medos da reforma.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*):— Dêem interpretação nova ao acto adicional.

O Sr. Diogo Velho:— E querem que estejamos tranquillos, nós, conservadores, que não temos um só representante na camara temporaria, que estamos debaixo da reacção e da dictadura, que apenas temos estas valvulas do desafogo aqui, no senado?

O que conseguirá fazer o nobre presidente do conselho com uma camara eleita por um systema condemnado?

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:— Por elles mesmos.

O Sr. Diogo Velho:— Por todos nós, e ainda hoje com tanta prolecioncia e eloquencia pelo honrado representante da Bahia; entretanto o nobre

presidente do conselho mostra-se muito tranquillo!

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*):—Quando defendo uma causa justa, fico sempre tranquillo.

O Sr. Diogo Velho:—O nobre presidente do conselho está sobre um vôleio coberto de neve.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*):—Não duvido; vê mais do que eu.

O Sr. Diogo Velho:—A prova está na decomposição ministerial, que tão cedo começou; a prova está nestes dezoito votos dados ao candidato da opposição á presidência da camara temporaria, opposição que já começou a manifestar-se no seio do partido liberal em diversas provincias, aqui na corte, e em ambas as casas do parlamento.

Tudo isto quando não tenha força de fazer com que o nobre presidente do conselho resigne o cargo que dignamente occupa...

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*):—Obrigado.

O Sr. Diogo Velho:—... não pôde deixar de servir de prenuncio de luta renhida, cujo resultado reputo duvidoso, porque o nobre presidente do conselho não pôde tambem responder pelo resultado da eleição que se ha de fazer para a chamada constituinte...

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*):—Impropiamente chamada constituinte.

O Sr. Diogo Velho:—... si ás urnas concorrerem livremente conservadores, liberaes dissidentes, republicanos, etc.

Ora o nobre presidente do conselho vai mandar proceder a essa eleição, dissolvendo a camara, quando obtiver a lei.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*):—Para apressar a reforma.

O Sr. Diogo Velho:—Porque lei vai V. Ex. fazer esta eleição?

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*):—Pela mesma lei que fizeram os conservadores.

O Sr. Diogo Velho:—Mas esta lei está condemnada por V. Ex. e seus amigos; com ella foram trancadas aos conservadores as portas da camara electiva; e quer S. Ex. que estejamos satisfeitos, regozijando-nos pelos triumphos que espera obter!

Sr. presidente, nós não podemos estar tranquilos, nem descansar nas promessas do nobre presidente do conselho quando assegura que, si a chamada constituinte exorbitar, será dissolvida; porque a ninguem é dado prever o que então acontecerá.

O nobre presidente do conselho, repito, está sobre um vôleio; medite, e verá que o accordo é o unico meio de chegarmos com felicidade e a salvamento ao porto desejado.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—O conselho é de amigo.

O Sr. Diogo Velho:—Ora, a reforma já vem com o vicio de origem dessa camara unanime, eleita sob a pressão, não só de meios illegaes e violentos, mas tambem dos desastres da fome e da miseria. Foi um dos maiores vultos do gabinete, o

Sr. ex-ministro da fazenda, quem considerou os deputados como creaturas do ministerio; reduzindo-os assim a prepostos do executivo. Si reflectirmos que achamo-nos em uma situação inaudgurada sob a pressão desta dictadura insupportavel, intoleravel, como eu nunca suppoz que o paiz pudesse vêr e menos tolerar, mas que entretanto, se apoia na mesma camara já desvirtuada pelos proprios membros do gabinete....

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—Que é réo de infanticidio.

O Sr. Diogo Velho:—... é bem de ver que atravessamos tempos sombrios para as instituições constitucionaes e não nos é licito votar reformas, sem o concurso da camara vitalicia e da Corôa.

Conclúdo, Sr. presidente; mas ainda me dirijo ao honrado presidente do conselho, pedindo-lhe, como senador do Imperio, como cidadão brasileiro, como adepto da reforma...

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—O que causa pena é elle ser adepto desta idéa.

O Sr. Diogo Velho:—... que reflecta nas ponderações que tenho offerecido ao seu espirito, e proceda como dictar-lhe a consciencia.

(*Apoiados, muito bem, muito bem. O orador é cumprimentado por muitos Srs. senadores.*)

A discussão ficou aliada pela hora.

O Sr. PRESIDENTE deu para ordem do dia 20 a mesma já designada.

Levantou-se a sessão ás 3 horas da tarde.

### Acta

EM 20 DE FEVEREIRO DE 1879.

PRESIDENCIA DO SR. VISCONDE DE JAGUARY.

As 11 horas da manhã fez-se a chamada e acharam-se presentes 22 Srs. senadores, a saber: Visconde do Jaguar, Dias de Carvalho, Cruz Machado, Barão de Mamanguape, Godoy, Luiz Carlos, Leão Velloso, Barros Barreto, Almeida e Albuquerque, Candido Mendes, Vieira da Silva, Fausto de Aguiar, Barão da Laguna, Correia, Ribeiro da Luz, Antônio, Visconde de Muritiba, Visconde de Bom Retiro, Cunha e Figueiredo, Dantas, Uchôa Cavalcanti e Saraiva.

Deixaram de comparecer, com causa participada, os Srs. Leitão da Cunha, Conde de Baependy, Duque de Caxias, Firmino, Paula Pessoa, Teixeira Junior, João Alfredo, Marquez do Herval e Visconde do Rio Branco.

Deixaram de comparecer, sem causa participada, os Srs. Nunes Gonçalves, Chichorro, Barão de Cotegipe, Barão do Maroim, Barão de Pirapama, Barão de Souza Queiroz, Jaguaribe, Octaviano, Silveira Lobo, Paes de Mendonça, Junqueira, Fernandes da Cunha, Visconde de Alacé, Visconde de Nieheyroy, Visconde do Rio Grande e Visconde de Suassuna.

O Sr. 1.<sup>o</sup> SECRETARIO deu conta do seguinte

### EXPEDIENTE.

Offícios:

De 18 do corrente, do ministerio do Imperio, remettendo, em resposta ao do senado de 31 do pro-

## ANNAES DO SENADO.

ssado, o officio do presidente da provincia de  
o, acompanhado de algumas actas eleito-  
A quem fez a requisição.

do corrente, do 1.º secretario da camara  
s, deputados, communicando, que tendo  
amara, em sessão de 17 do corrente, proce-  
deição da mesa que deve funcionar no  
3 mez, elegou :

lento o Sr. Visconde de Prados ; vice-pre-  
os Srs. Frederico Augusto de Almeida,  
lippe de Souza Leão e Antonio Francisco  
da Barboza ; 1.º secretario o Sr. José Casa-  
Faria Alvim ; 2.º, 3.º e 4.º os Srs. José  
o Horta do Araujo, Manoel Alves de Arau-  
amaz Pompeu de Souza Brazil. — Ficou o  
interado.

1/2 horas da manhã, o Sr. presidente de-  
ue não podia haver sessão por falta de nu-  
Srs. senadores.

ou mais que a ordem do dia para 21 era  
já designada e convidou os Srs. senado-  
es para se occuparem com trabalhos  
missões.

pareceram depois os Srs. Paranaguá, Diogo  
Silveira da Motta, Diniz e Sinimbu.

### Acta

EM 21 DE FEVEREIRO DE 1879.

ENCIA DO SR. VISCONDE DE JAGUARY.

horas da manhã fez-se a chamada, e  
se presentes 27 Srs. senadores, a saber:  
de Jaguary, Dias de Carvalho, Cruz Ma-  
arão de Mamanguape, Visconde de Abaeté,  
Almeida e Albuquerque, Chichorro,  
Barreto, Leão Velloso, Barão da Laguna,  
Silva, Visconde do Rio Grande, Mendes  
da, Correia, Dias de Carvalho, Luiz Carlos,  
Cotegipe, Visconde de Muritiba, Ribeiro  
Paranaguá, Silveira da Motta, Cunha e  
lo, Marquez do Herval, Diniz, Dantas,  
Aguiar e Visconde de Bom Retiro.

am de comparecer, com causa participada,  
Leitão da Cunha, Conde de Baependy,  
Caxias, Firmino, Paula Pessoa, Teixeira  
João Alfredo, Sinimbu, Godoy e Visconde  
ranco.

am de comparecer, sem causa participada,  
Uchôa Cavalcanti, Barão de Maroim,  
Souza Queiroz, Octaviano, Silveira Lobo,  
Mendonça, Junqueira, Fernandes da  
araiva, Visconde de Nitheroy e Visconde  
na.

1.º SECRETARIO deu conta do seguinte

### EXPEDIENTE.

corrente, do ministerio do Imperio, re-  
por cópia, o officio em que o presidente  
da do Minas Geraes, referindo-se á re-  
o senado de 31 do mez proximo passado,  
ue só com alguma demora poderá satis-  
A quem fez a requisição.

Do 19 do corrente, do ministerio da Justica, re-  
mettendo o autographo sancionado da resolução  
da assemblea geral, autorizando o governo para  
conceder ao Barão de S. Domingos, juiz do direito  
da comarca de S. Fidelis, na provincia do Rio de  
Janeiro, um anno de licença com o ordenado para  
tratar de sua saúde. — Ao archivo o autographo,  
communicando-se á outra camara.

Às 11 1/2 horas da manhã o Sr. Presidente de-  
clarou que não podia haver sessão por falta de nu-  
mero de Srs. senadores.

Em seguida deu para ordem do dia 22:

Discussão dos requerimentos adiados pela ordem  
de sua apresentação.

1.º, do Sr. Jaguaribe, sobre a carnificina e in-  
cendio praticados na provincia do Ceará ;

2.º, do Sr. Corroin, sobre o requerimento de  
João Fernandes Valdez e Bento Julio Valdez, pe-  
dindo autorização para incorporarem uma com-  
panhia para segurar bilhetes do loteria ;

3.º, do Sr. Junqueira, pedindo cópia da con-  
sulta do conselho de Estado relativa á expedição  
do decreto de 10 de Agosto de 1878, e informação  
do quantum é pago ao governo inglez pelo imposto  
do *income-tax* ;

4.º, do Sr. Fausto de Aguiar, relativo aos actos  
praticados pelo presidente da provincia do Pará ;

5.º, do Sr. Silveira da Motta, sobre as licenças  
que têm sido concedidas ao Sr. Duque de Saxe ;

6.º, do mesmo Sr. Silveira da Motta, sobre os  
ultimos acontecimentos do Itú.

O Sn. PRESIDENTE convidou os Srs. senadores  
presentes para se occuparem com trabalhos das  
commissões.

Compareceram depois os Srs. Antônio, Barão do  
Pirapama, Nunes Gonçalves e Diogo Velho.

### Acta

EM 22 DE FEVEREIRO DE 1879.

PRESIDENCIA DO SR. VISCONDE DE JAGUARY.

Às 11 horas da manhã fez-se a chamada, e acha-  
ram-se presentes 24 Srs. senadores, a saber: Vis-  
conde de Jaguary, Dias de Carvalho, Cruz Machado,  
Barão de Mamanguape, Barros Barreto, Almeida e  
Albuquerque, Barão da Laguna, Chichorro, Cor-  
reia, Visconde de Muritiba, Leão Velloso, Diniz,  
Luiz Carlos, Vieira da Silva, Ribeiro da Luz, Ja-  
guaribe, Candido Mendes, Uchôa Cavalcanti, Barão  
do Pirapama, Antônio, Visconde do Rio Grande,  
Visconde do Bom Retiro, Junqueira e Cunha e  
Figueiredo.

Deixaram de comparecer, com causa participada,  
os Srs. Leitão da Cunha, Conde de Baependy, Du-  
que de Caxias, Firmino, Paula Pessoa, Teixeira  
Junior, João Alfredo, Sinimbu, Godoy, Marquez do  
Herval e Visconde do Rio Branco.

Deixaram de comparecer, sem causa participada,  
os Srs. Nunes Gonçalves, Barão de Cotegipe, Barão  
de Maroim, Barão de Souza Queiroz, Diogo Velho,  
Dantas, Octaviano, Silveira Lobo, Paes de Mendon-  
ça, Paranaguá, Fernandes da Cunha, Saraiva, Sil-

veira da Motta, Visconde de Abaeté, Visconde de Nietheray e Visconde de Suassuna.

O Sr. 1.º secretário da conta do segulato

### EXPEDIENTE.

#### Offícios:

Do ministerio da justiça, de 20 do corrente, declarando em satisfação ao do senado de 17, que aguarda informações do presidente da provincia de Minas Geraes, acerca das occorrencias que ultimamente se têm dado na comarca de Caldas.

Do ministerio da fazenda, da mesma data, remetendo, em resposta ao do senado de 18, cópias das ordens expedidas relativamente ao pagamento do juro do dinheiro do cofre de orphãos.

A quem fez a requisição.

Doze do 1.º secretario da camara dos Srs. deputados, remetendo as seguintes

#### Proposições.

• A assembleia geral resolve :

• Art. 1.º O meio soldo de que trata o art. 1.º do decreto legislativo n.º 2618 de 8 de Setembro de 1875 deve contar-se desde a data do fallecimento do official do exército cuja viuva e filhas a elle tenham direito.

• Art. 2.º A disposição desse art. 1.º do citado decreto é extensiva ás viuvas e filhos dos officiaes que falleceram, ou fallecerem fóra dos acampamentos, mas cuja morte provenha de molestia adquirida em serviço de guerra.

• Revogam-se as disposições em contrario.

• Paço da camara dos deputados em 20 de Fevereiro de 1879.—*Visconde de Prados.*—*José Cesarão de Faria Alvim.*—*José Feliciano Horta de Araujo.*

A' commissão de fazenda.

• A assembleia geral resolve :

• Art. 1.º E' autorizado o governo para mandar fazer acto das materias do 3.º anno medico da faculdade da Bahia o pharmaceutico Josino Corrêa Colias.

• Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

• Paço da camara dos deputados em 20 de Fevereiro de 1879.—*Visconde de Prados.*—*José Cesarão de Faria Alvim.*—*José Feliciano Horta de Araujo.*

• A assembleia geral resolve :

• Artigo unico. O governo é autorizado a mandar admitir a exame do 1.º anno medico da faculdade de medicina desta corte Bellarmino Ricardo da Costa Junior, visto não ter podido fazel-o em tempo por se acharem as matriculas encerradas: revogadas as disposições em contrario.

• Paço da camara dos deputados em 20 de Fevereiro de 1879.—*Visconde de Prados.*—*José Cesarão de Faria Alvim.*—*José Feliciano Horta de Araujo.*

• A assembleia geral resolve :

• Artigo unico. O governo fica autorizado a mandar admitir José Antonio de Oliveira Mendonça a exame das materias do 1.º anno do curso juridico do Recife, que frequentou como ouvinte, e, depois de approvado nellas, á matricula do 2.º anno do

referido curso juridico: revogadas as disposições em contrario.

• Paço da camara dos deputados em 20 de Fevereiro de 1879.—*Visconde de Prados.*—*José Cesarão de Faria Alvim.*—*José Feliciano Horta de Araujo.*

• A assembleia geral resolve :

• Artigo unico. O governo é autorizado para mandar admitir Albino Moreira da Costa Lima Junior a fazer exame das materias do 2.º anno do curso medico da faculdade de medicina do Rio de Janeiro, e, depois de approvado nellas, matricular-se no 3.º anno da mesma faculdade: revogadas as disposições em contrario.

• Paço da camara dos deputados em 20 de Fevereiro de 1879.—*Visconde de Prados.*—*José Cesarão de Faria Alvim.*—*José Feliciano Horta de Araujo.*

• A assembleia geral resolve :

• Artigo unico. Fica o governo autorizado a mandar admitir Theodoro Hugo de Castro a exame do 1.º anno da faculdade de direito de S. Paulo, depois de se mostrar habilitado em latim, unico preparatorio que lhe falta: revogadas as disposições em contrario.

• Paço da camara dos deputados em 20 de Fevereiro de 1879.—*Visconde de Prados.*—*José Cesarão de Faria Alvim.*—*José Feliciano Horta de Araujo.*

• A assembleia geral resolve :

• Artigo unico. E' o governo autorizado para mandar admitir á matricula e exame das materias do 3.º anno da faculdade de medicina da Bahia, cujas aulas frequentou como ouvinte, o estudante Aloysio Mario Alvares dos Santos: revogadas as disposições em contrario.

• Paço da camara dos deputados em 20 de Fevereiro de 1879.—*Visconde de Prados.*—*José Cesarão de Faria Alvim.*—*José Feliciano Horta de Araujo.*

• A assembleia geral resolve :

• Artigo unico. Fica o governo autorizado a mandar que se matricule Arnilear Americo de Ataliba Fernandes na faculdade de medicina desta corte, dispensada neste caso a exigencia dos estatutos da mesma faculdade, quanto á idade de 16 annos, mostrando-se elle habilitado em todos os preparatorios exigidos: revogadas as disposições em contrario.

• Paço da camara dos deputados em 19 de Fevereiro de 1879.—*Visconde de Prados.*—*José Cesarão de Faria Alvim.*—*José Feliciano Horta de Araujo.*

• A assembleia geral resolve :

• Art. 1.º O governo é autorizado para mandar admitir a exame das materias do 1.º anno da faculdade de direito do Recife o estudante Isaac Martins dos Reis, e, depois de approvado, á matricula do 2.º anno.

• Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

• Paço da camara dos deputados em 19 de Fevereiro de 1879.—*Visconde de Prados.*—*José Cesarão de Faria Alvim.*—*José Feliciano Horta de Araujo.*



• A assembleia geral resolve :

• Art. 1.º O governo é autorizado a mandar admitir a exame de anatomia descriptiva do 1.º anno medico na faculdade da Bahia o estudante Joaquim Marques Redig, assim de matricular-se no 2.º anno da mesma faculdade.

• Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

• Paço da camara dos deputados em 19 de Fevereiro de 1879.—*Visconde de Prados.*—*José Cesario de Faria Alvim.*—*José Feliciano Horta de Araujo.*

• A assembleia geral resolve :

• Art. 1.º O governo é autorizado para mandar admitir a exame das materias do 1.º anno da faculdade de direito do Recife o estudante Tito Joaquim de Lemos, e, depois de approvado, á matricula do 2.º anno.

• Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

• Paço da camara dos deputados em 19 de Fevereiro de 1879.—*Visconde de Prados.*—*José Cesario de Faria Alvim.*—*José Feliciano Horta de Araujo.*

• A assembleia geral resolve :

• Artigo unico. Fica o governo autorizado a permitir que José Netto de Campos Carneiro se matricule no 1.º anno medico da faculdade da Bahia, com dispensa do exame de latim, que deverá prestar antes de admitido ao do 1.º anno do curso: revogadas as disposições em contrario.

• Paço da camara dos deputados em 11 de Fevereiro de 1879.—*Visconde de Prados.*—*José Cesario de Faria Alvim.*—*José Feliciano Horta de Araujo.*

• A commissão de instrucção publica.

O Sr. 2.º SECRETARIO leu os seguintes

#### *Pareceres.*

• Foi presente á commissão de instrucção publica a proposição n. 9 de 11 do corrente mez, enviada pela camara dos deputados, que autoriza o governo a mandar admitir o pharmaceutico Augusto Gomes de Almeida Lima á matricula do 3.º anno medico da faculdade de medicina desta corte, depois de approvado em anatomia e physiologia do 1.º e 2.º anno da mesma faculdade.

• Conformando-se a commissão aos precedentes estabelecidos pelo senado quanto á pretensão identica a esta, é de parecer que entre em discussão e seja approvada a proposição de que se trata.

• Sala das commissões em 22 de Fevereiro de 1879.—*J. D. Ribeiro da Luz.*—*M. F. Correia.*

• A camara dos deputados enviou ao senado a proposição n. 10 de 11 do corrente que autoriza o governo a mandar admitir Gustavo Bittencourt Cotrim, alumno paisano da escola de marinha, a fazer exame das materias da 1.ª cadeira do 2.º anno, assim de matricular-se no 3.º anno da referida escola, sujeitando-se, porém, previamente aos exames de generalidades, como é de preceito do regulamento da mesma escola.

• A proposição não está documentada; do requerimento, porém, que acompanha, se vê que o supplicante foi inhabilitado em 1877 no exame das materias da 1.ª cadeira acima mencionadas e que deixou por isso de ter praca do aspirante á guarda-marinha, como é expresso no regulamento. Porém, pois, o anno de 1878 e, tendo estudado de novo

aquellas materias, pretende agora ser admitido a exame.

• A commissão de instrucção publica entende que a dispensa solicitada não annulla o julgamento da mesa de exames de 1877, por isso que os seus effectos já se realizaram, desde que este estudante teve baixa do aspirante e perdeu o anno de 1878. Entende tambem que não ha neste caso dispensa de habilitações scientificas, visto ter de fazer o supplicante exame e carrear de approvação para matricular-se no 3.º anno.

• A vista do exposto, é a commissão de parecer que entre em discussão e seja approvada a proposição de que se trata.

• Sala das commissões em 17 de Fevereiro de 1879.—*J. D. Ribeiro da Luz.*—*M. F. Correia.*—*Silveira da Motta.*

• A commissão de instrucção publica examinou a proposição n. 18 de 18 do corrente, enviada pela camara dos deputados, que autoriza o governo a mandar admitir Antonio Victor David, pharmaceutico formado, a exame de anatomia do 1.º, e anatomia e physiologia do 2.º anno da faculdade de medicina da corte, para que possa depois matricular-se no 3.º anno da dita faculdade.

• Os precedentes admitidos pelo senado autorizam o deferimento desta pretensão, a qual, além de ser de equidade, não importa a dispensa de habilitações scientificas, nem tão pouco a alteração de disposições especiaes dos estatutos por que se regem as faculdades de medicina do Imperio.

• A vista do exposto, é a commissão de parecer que entre em discussão e seja approvada esta proposição.

• Sala das commissões em 22 de Fevereiro de 1879.—*J. D. Ribeiro da Luz.*—*M. F. Correia.*

• Ficaram sobre a mesa para ser tomados em consideração com as proposições a que se referem, indo entretanto a imprimir.

Às 11 1/2 horas da manhã o Sr. Presidente declarou que não podia haver sessão por falta de numero de Srs. senadores.

Declarou mais que segundo os precedentes da casa, e não havendo reclamação, daria a ordem do dia para quinta-feira 27 do corrente.

Em seguida declarou ser a ordem do dia :

Continuação da discussão do projecto de resposta á falla do throno (até ás 3 horas da tarde).

O Sr. PRESIDENTE convidou os Srs. senadores presentes para se occuparem com trabalhos das commissões.

Compareceu depois o Sr. Fausto de Aguiar.

#### **33.ª Sessão**

**EM 27 DE FEVEREIRO DE 1879.**

**PRESIDENCIA DO SR. VISCONDE DE JAGUARY.**

**SUMARIO.**—**EXPEDIENTE.**—Sete proposições da camara dos Srs. deputados sobre matricula de estudantes.—Dois pareceres da commissão de instrucção publica sobre a matricula dos estudantes Hermillo Bourguay Macedo de Mendonça e João Frederico Albot.—Requerimento da commissão de constituição sobre a eleição de senador pela provincia de Minas Geraes.—Requisição do Sr. Ribeiro da Luz sobre a remessa á commissão de constituição de diversos documentos relativos a eleições em Minas Geraes.—Discursos e requerimento do Sr. Correia sobre Juizes do direito avulsos.—Ordem do dia.—Resposta á falla do throno. Discursos do Sr. Mendes de Almeida.

Às 11 horas da manhã fez-se a chamada, achando-se presentes 29 Srs. senadores, a saber: Vis-

conde de Jaguary, Dias do Carvalho, Cruz Machado, Barão de Mamanguape, Visconde de Abaeté, Luiz Carlos, Jaguaribe, Mendes de Almeida, Cléhorro, Barão da Laguna, Vieira da Silva, Barão de Cotegipe, Leão Veloso, Barros Barreto, Junqueira, Visconde de Nieheroy, Silveira Lobo, Visconde de Muritiba, Leitão da Cunha, Antônio, Correia, Marquez do Herval, Fausto de Aguiar, Visconde do Rio Grande, Diniz, Barão de Pirapama, Ribeiro da Luz, Cunha e Figueiredo e Nunes Gonçalves.

Deixaram de comparecer, com causa participada, os Srs. Conde de Baependy, Duque de Caxias, Firmino, Paula Pessoa, Teixeira Junior, João Alfredo, Godoy e Visconde do Rio Branco.

Deixaram de comparecer, sem causa participada, os Srs. Barão de Maróim, Barão de Souza Queiroz, Diogo Velho, Almeida e Albuquerque, Paes de Mendonça, Spraiya, Silveira da Motta, Visconde de Bom Retiro e Visconde de Suassuna.

O SR. 1.º SECRETARIO deu conta do seguinte

#### EXPEDIENTE.

##### Offícios:

De 22 do corrente, do ministerio do Imperio, remettendo o autographo sancionado da resolução da assembleia geral que autoriza o governo a conceder ao professor de latim do imperial collegio de Pedro II, Dr. Antonio José de Souza, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratar da sua saúde.—Ao archivo o autographo, communicando-se a outra camara.

De 18 do corrente, do ministerio da justiça, remettendo, em additamento ao de 28 do mez findo, cópia do officio do presidente da provincia das Alagoas sobre o arrombamento da typographia do *Jornal do Pilar*.—A quem fez a requisição.

Actas da eleição de eleitores especiaes a que se procedeu nas seguintes parochias da provincia de Minas Geraes: Paraopeba, Santo Antonio dos Tiros, N. S. da Conceição de Jaboticatubas, Santo Antonio do Rio do Peixe, Carmo, Cabo-Verde, Desterro, Itajubá, Santa Rita da Boa-Vista, Mello do Desterro, S. Pedro do Alcantara, Turvo e Tombos do Carangola.

Actas das eleições a que se procedeu nos seguintes collegios eleitoraes da mesma provincia: Ponte Nova, Rio Pardo, Bagagem, Prata, Juiz de Fóra, Mar de Hespanha, Ubá e Piranga.

A' commissão de constituição.

Sete officios do 20 do corrente, do 1.º secretario da camara dos deputados, remettendo as seguintes

#### Proposições.

• A assembleia geral resolve :

• Artigo unico. Fica o governo autorizado a mandar admitir Arthur de Mello Franco a exame de anatomia do 1.º anno do curso medico da faculdade de medicina desta corte, para que possa matricular-se no 2.º anno medico da mesma faculdade, depois de mostrar-se approvedo no preparatorio que lhe falta; revogadas as disposições em contrario.

• Paço da camara dos deputados em 20 de Fevereiro de 1879.—*Visconde de Prados*.—*José Cesario de Faria Alvim*.—*José Feliciano Horta de Araujo*.

V. II

• A assembleia geral resolve :

• Artigo unico. Fica o governo autorizado para mandar admitir Hyeroclio Eloy Pessoa de Barros a exame de anatomia, para poder matricular-se no 3.º anno medico da faculdade da Bahia; revogadas as disposições em contrario.

• Paço da camara dos deputados em 20 de Fevereiro de 1879.—*Visconde de Prados*.—*José Cesario de Faria Alvim*.—*José Feliciano Horta de Araujo*.

• A assembleia geral resolve :

• Artigo unico. Fica o governo autorizado a mandar admitir Anastacio José Vianna a fazer, em Março proximo futuro, exame do 1.º anno medico da faculdade de medicina desta corte, que seguiu como ouvinte; revogadas as disposições em contrario.

• Paço da camara dos deputados em 20 de Fevereiro de 1879.—*Visconde de Prados*.—*José Cesario de Faria Alvim*.—*José Feliciano Horta de Araujo*.

• A assembleia geral resolve :

• Artigo unico. Fica o governo autorizado a mandar admitir Carlos Costa no exame do 1.º anno da faculdade de medicina desta corte, que frequentou como ouvinte, para poder matricular-se no 2.º; revogadas as disposições em contrario.

• Paço da camara dos deputados em 20 de Fevereiro de 1879.—*Visconde de Prados*.—*José Cesario de Faria Alvim*.—*José Feliciano Horta de Araujo*.

• A assembleia geral resolve :

• Artigo unico. Fica o governo autorizado a mandar matricular no 2.º anno do curso medico da faculdade de medicina da Bahia o estudante Baltazar Vieira de Mello, que já tem o 1.º anno do curso pharmaceutico, depois de approvedo no exame de anatomia descriptiva, que lhe falta para completar o 1.º anno medico; revogadas as disposições em contrario.

• Paço da camara dos deputados em 20 de Fevereiro de 1879.—*Visconde de Prados*.—*José Cesario de Faria Alvim*.—*José Feliciano Horta de Araujo*.

• A assembleia geral resolve :

• Artigo unico. Fica o governo autorizado a mandar que o pharmaceutico formado Agostinho da Silva Bittencourt seja admitido a matricula do 3.º anno medico da faculdade de medicina desta corte, depois de approvedo em anatomia e physiologia do 1.º e 2.º anno da mesma faculdade; revogadas as disposições em contrario.

• Paço da camara dos deputados em 20 de Fevereiro de 1879.—*Visconde de Prados*.—*José Cesario de Faria Alvim*.—*José Feliciano Horta de Araujo*.

• A assembleia geral resolve :

• Artigo unico. O governo é autorizado a mandar admitir Theodorico Cicero Ferreira Penna a exame das uaterias do 1.º anno da faculdade de medicina desta corte, que frequentou como ouvinte, e, depois de approvedo nellas, a matricula do 2.º anno da dita faculdade; revogadas as disposições em contrario.

• Paço da camara dos deputados em 20 de Fevereiro de 1879.—*Visconde de Prados*.—*José Cesario de Faria Alvim*.—*José Feliciano Horta de Araujo*.

A' commissão de instrucção publica.

O SR. 2.º SECRETARIO leu os seguintes

*Pareceres.*

• Foi presente á commissão de Instrução publica a proposição n. 16 de 14 do corrente mez, que autoriza o governo a mandar admitir Herminillo Bourguoy Macedo de Mendonça á matricula na escola polytechnica, sujeitando-se previamente ao exame vago das materias do curso annexo, e dispensada neste caso a exigencia da idade marcada nos regulamentos da mesma escola para a matricula.

• Consta dos documentos, que acompanham a proposição, que o estudante, de que se trata, foi approvado em onze exames de preparatorios, tendo a nota de distincção em dous, que é bastante intelligente e applicado e ainda menor de 15 annos.

• A dispensa requerida versa sobre a idade, porque o regulamento da escola polytechnica exige a de 15 annos para a matricula, e sobre o exame vago de mathematicas elementares, que constituem o curso annexo da mesma escola, nos termos do decreto n. 6438 de 22 de Dezembro de 1876.

• Pensa a commissão que deve ser deferida esta pretensão, já porque a dispensa de idade não implica com habilitações preparatorias, já porque o exame vago a que se sujeita o supplicante, quanto ás materias do curso annexo, si nellas for approvado, presuppõe estar elle habilitado legalmente para a pretendida matricula.

• Releva notar, que no curso annexo denominado aula preparatoria não se ensinam sinão os conhecimentos mathematicos mais elementares, que foram separados do 1.º anno do primitivo curso geral, e so dispensa o exame destas materias a quem tenha approvações equivalentes pela escola de marinha ou pela militar da corte, e permite-se a qualquer alumno o deixar de frequental-a, desde que se presta a fazer o exame a que estão obrigados os matriculados.

• A vista do exposto, é a commissão de parecer que seja discutida e approvada esta proposição.

• Sala das commissões, 27 de FEVEREIRO de 1879. — J. D. Ribeiro da Luz. — M. F. Correia.

• A camara dos deputados enviou ao senado a proposição n. 8 de 11 do corrente mez, que autoriza o governo a mandar que o pharmaceutico João Frederico Abbot se matricule no 3.º anno medico da faculdade de medicina desta corte, depois de mostrar-se approvado em anatomia e physiologia do 1.º e 2.º anno.

• Dos documentos que acompanham a proposição vê-se que o supplicante tem todos os exames de preparatorios exigidos para a matricula nas faculdades de medicina do Imperio, e que frequentou durante o anno passado, como ouvinte, as aulas de physiologia e de anatomia do 1.º e 2.º anno medico.

• O senado tem sempre attendido a pretensões identicas á de que se trata, e, pois, entende a commissão de instrução publica que esta deverá ser tambem deferida, e para esse fim é de parecer que entre a proposição em discussão e seja approvada.

• Sala das commissões, 27 de FEVEREIRO de 1879. — J. D. Ribeiro da Luz. — M. F. Correia.

Ficaram sobre a mesa para ser tomados em consideração com as proposições a que se referem, indo entretanto a imprimir.

Tendo comparecido mais os Srs. Dantas, Octaviano, Uchôa Cavalcante, Fernandes da Cunha, Paranaguá e Sinubô, o Sr. presidente abriu a sessão.

Leram-se as actas de 19, 20, 21 e 22 do corrente e, não havendo quem sobre ellas fizesse observações, foram dadas por approvadas.

Foi igualmente lido, posto em discussão e approvado o seguinte

*Requerimento.*

A commissão de constituição, tendo de dar parecer sobre a eleição de senador a que se procedeu na provincia de Minas Geraes, encontrou a falta de muitas actas, das quaes não pode prescindir em sua totalidade para os devidos estudos, cujo resultado tem de apresentar á consideração do senado. As actas que faltam, e que requer sejam pedidas ao governo, pelo ministerio do Imperio, são as seguintes :

*Actas dos collegios.*

Mar de Hespanha.  
Uba.  
Piranga.  
Ponte-Nova.  
Pouso Alegre.  
Rio-Novo.  
Juiz de Fora.  
Alfenas.  
Bagagem.  
Bom Sucesso.  
Barbacena (a da installação).  
Paraíso.  
Rio Pardo.

*Actas parochiaes:*

*Collegio de Plumhy.*

S. João Baptista da Gloria.  
S. Roque  
Estiva, ou Pimenta.

*Queluz.*

S. Braz de Suassunhy.  
Espírito Santo do Lamim.

*Formiga.*

Carmo dos Arcos.  
Santa Anna de Bembuhy.

*Itabora.*

Carmo.  
S. José da Lázia.  
Santa Anna de Alfie.  
Conceição de Cuieithé.

*Santa Lázia.*

Mattosinhos.

*Santa Barbara.*

S. João do Morro Grande.  
Rosario do Cocas.  
S. Miguel de Piracicava.  
S. Domingos do Prata.

*Pouso Alegre.*

Carmo da Borda da Matta.

## Pitangui.

S. Gonzalo.

## S. João d'El-Rey.

Conceição da Barra,  
Conceição de Carrancas,  
S. Miguel do Cajurú,  
Madre de Deus.

## Ubá.

Bagre,  
S. José do Barrozo,  
S. José de Paraopeba,  
Santo Antonio de Muriaé.

## Montes Claros.

Bomfim,  
Santo Antonio dos Olhos d'Agua,  
Barra do Rio das Velhas.

## Marianna.

Conceição de Camargos,  
Nazareth do Infeccionado,  
Senhora da Saude,  
Furquim,  
Sumidouro,  
Cachoeira do Brumado.

## Sabará.

Lapa,  
N. S. da Boa Viagem do Curral d'El-Rey,  
N. S. do Carmo da Capella Nova do Betim.

## S. José.

Santa Anna do Carandahy,  
Santo Antonio da Lagôa Dourada,  
Penha de França do Arraial da Lage.

## Piranga.

N. S. da Oliveira,  
Conceição do Turvo,  
S. Caetano do Chopotó,  
S. José do Chopotó,  
Piedade da Boa Esperança,  
Santo Antonio da Barra do Bacalhão.

## Ponte Nova.

Santa Cruz do Escalvado,  
S. José da Pedra Bonita,  
Santa Margarida,  
Santa Anna do Jequiry,  
Santa Helena do Ribeirão Vermelho.

## Pomba.

Espirito Santo do Rio Pomba,  
Mercês do Pomba,  
Senhor do Bomfim do Pomba,  
Dom Jesus da Canna Verde.

## Ponso Alto.

Santa Rita do Passa Quatro.

## Prata.

S. Francisco de Salles.

## Uberaba.

Carmo do Fructal,  
S. Pedro do Uberabinha.

## Passos.

Dores do Aterrado,  
S. Sebastião da Ventania,  
Santa Rita de Cassia,  
Carmo do Rio Claro,  
Santa Rita do Rio Claro.

## Jaguary.

Carmo do Cambuhy.

## Monte Alegre.

Santa Maria.

## Viçosa.

S. Sebastião de Coimbra,  
S. Sebastião da Pedra do Anta.

## Rio Novo.

S. João Nepomuceno.

## Sacramento.

N. S. do Desterro do Desemboque.

## Itajubá.

Boa-Vista de Itajubá,  
Soledade de Itajubá,  
Santa Rita da Boa-Vista,  
S. Caetano da Vargem Grande.

## Juiz de Fora.

S. Pedro de Alcantara.

## Ayuruoca.

Rosario da Lagôa.

## Araxá.

S. Francisco das Chagas do Campo Grande,  
Santo Antonio da Pratinha.

## Abaeté.

Dores do Indayá,  
Santo Antonio dos Tiros.

## Muriaé.

S. Paulo de Muriaé,  
Dores da Victoria,  
S. Sebastião da Cachoeira Alegre,  
Santa Luzia de Carangola,  
S. Francisco do Gloria,  
Conceição dos Tombos do Carangola,  
S. Sebastião da Matta,  
S. Francisco de Paula da Boa Família.

## Curvello.

Santo Antonio do Curvello.

## Alfenas.

Santo Antonio da Sacra Família do Machado,  
S. Sebastião do Areado,  
S. Joaquim da Serra Negra,  
Carmo da Escaramuça.

Bagagem.  
 Mãe dos Homens da Bagagem.  
 Carmo da Bagagem.  
 Amparo do Brejo Alegre.  
 Santa Anna do Rio das Velhas.  
 Baependy.  
 Conceição do Rio Verde.  
 Caethé.  
 Bom Sucesso do Caethé.  
 Madre de Deus de Roças Novas.  
 Sacramento do Taquarussu.  
 Conceição de Jabuticubas.  
 Christina.  
 Christina (cidade).  
 Carmo da Christina.  
 S. Sebastião de Capituba.  
 Campanha.  
 Aguas Virtuosas.  
 Tres Corações do Rio Verde.  
 S. João Baptista do Douradinho.  
 Caldas.  
 Santa Rita de Cassia.  
 Carmo do Campestre.  
 S. Sebastião de Jaguary.  
 Cabo Verde.  
 Assumpção de Cabo Verde.  
 S. José da Boa-Vista.  
 Boa Esperança.  
 Dorcas da Boa Esperança.  
 Espírito Santo dos Coqueiros.  
 S. Francisco d'Aguape.  
 Paracatu.  
 Santo Antonio da Manga do Paracatu.  
 Santa Anna de Burity.  
 Santa Anna dos Alegres.  
 Santa Rita do Guarda-Mór.  
 Santa Annas das Catungas.  
 Tamanduá.  
 N. S. do Desterro.  
 Minas Novas.  
 Conceição d'Agua Limpa.  
 Paraíso.  
 Capivary.  
 Sêrro.  
 Santo Antonio do Rio do Peixe.  
 N. S. do Patrocínio.  
 S. Miguel e Almas, as actas da eleição feita na matriz.  
 Barbacena.  
 Cidade de Barbacena.  
 Santa Rita de Ibitipoca.  
 Mello do Desterro.

Dores do Rio do Peixe.  
 Remedios.  
 Ouro Preto.  
 N. S. do Pillar do Ouro Preto.  
 Conceição de Antonio Dias.  
 Nazareth da Cachoeira do Campo.  
 Conceição do Rio das Pedras.  
 Boa-Viagem de Itabira do Campo.  
 Piedade do Paraopéba.  
 Diamantina.  
 S. João da Chapada.  
 Conceição do Rio Manso.  
 S. Gonçalo do Rio Preto.  
 Conceição de Curumatahy.  
 Grão-Mogol.  
 S. José do Gurutuba.  
 Santo Antonio do Itacambira.  
 Rio Pardo.  
 Santo Antonio de Salinas.  
 Juuaria.  
 S. José da Pedra dos Angicos.  
 Santo Antonio da Manga de S. Romão.  
 Bomfim.  
 N. S. das Necessidades do Rio do Peixe.  
 S. Gonçalo da Ponte.  
 Oliveira.  
 N. S. da Oliveira.  
 N. S. da Gloria do Passatempo.  
 Santo Antonio do Amparo.  
 Leopoldina.  
 Piedade.  
 Conceição da Boa-Vista.  
 Santa Anna do Pirapitinga.  
 Conceição do Laranjal.  
 Arassuahy.  
 S. Sebastião do Salto Grande.  
 Sala das commissões do senado, 27 de Fevereiro de 1879.— *Barão de Cotegipe.*— *L. A. Vieira da Silva.*— *Candido Mendes de Almeida.*

## ENTREGA DE DOCUMENTOS.

**O Sr. Ribeiro da Luz:**—Sr. presidente, tenho em meu poder diversos documentos, relativos á eleição primaria para electores' especiaes das freguezias de S. Domingos, do collegio da Conceição do Serro, da cidade de Minas Novas e da freguezia da cidade de Leopoldina. Vou remetel-os á mesa e requeiro a V. Ex. se sirva de os mandar entregar á commissão de constituição o poderes.

**O Sr. presidente:**—Os documentos vão a esta commissão.

## JUIZES DE DIREITO AVULSOS.

**O Sr. Correia:**—Em sua louvavel sollicitude pelo bem publico, o senado requisitou do ministerio da justiça algumas informações que o

nobre ministro prestou em officio de 23 do mez passado.

Para facilitar o exame da materia apresentarei em seguida a cada um dos quesitos a resposta que foi dada.

1.º Quantos juizes de direito que percebem ordenado estão sem exercicio?

— Ha actualmente 18 juizes de direito avulsos percebendo ordenado, incluídos nesse numero 3, cujas comarcas foram supprimidas pela assembléa provincial respectiva.

2.º Qual a despesa com elles feita até o fim do mez passado?

— Não ha possibilidade de prestar informação exacta sobre este quesito por não constar as datas em que os juizes deixaram o exercicio depois do dispensados do logar do chefe do policia, ou de supprimidas as comarcas em que serviam.

3.º Quantos logares de juizes de direito foram providos durante o anno findo, com declaração da entrancia em que estão classificadas as comarcas que vagaram?

— Que 82 foram os provimentos de juizes de direito durante o anno findo, sendo 33 remoções a pedido, ou com accesso para entrancia superior; 45 como primeiras nomeações, 2 por designações e 2 por permuta solicitada pelos juizes.

Dos 82 logares que vagaram, eram 3 da 3.ª entrancia, de 2.ª 10 e de 1.ª 69.

4.º Quantos juizes de direito removidos no mesmo periodo de umas para outras entrancias foram declarados avulsos por não terem entrado em exercicio nas novas comarcas dentro do prazo que lhes foi mareado?

— Só um juiz de direito removido foi, no periodo de 1.º de Janeiro a 31 de Dezembro de 1878, declarado avulso por não haver entrado em exercicio no prazo legal.

5.º Quantas novas comarcas foram classificadas do principio de 1878 até 13 de Janeiro ultimo, com declaração da data das leis provinciaes que as crearam?

— Que do principio de 1878 até 13 de Janeiro foram classificadas as comarcas seguintes:

Rio dos Sinos. (Lei n. 1132 de 21 de Maio de 1878.)  
S. José dos Pinhães. (Lei n. 474 de 3 de Março de 1877.)

S. Borja. (Lei n. 1152 de 21 de Maio de 1878.)

Igarapemiry. (Lei n. 885 de 16 de Abril de 1877.)

Santa Victoria do Palmar. (Lei n. 1141 de 7 de Março de 1878.)

Nossa Senhora da Oliveira. (Lei n. 1141 de 7 de Maio de 1878.)

Santa Maria da Boca do Monte. (Lei n. 1132 de 21 de Maio de 1878.)

Triumpho. (Lei n. 1152 de 21 de Maio de 1877.)

Miranda. (Lei n. 9 de 30 de Junho de 1876.)

S. Simão. (Lei n. 63 de 12 de Maio de 1877.)

Ingazeira. (Lei n. 1260 de 26 de Maio de 1877.)

Floresta. (Lei n. 1260 de 26 de Maio de 1877.)

Taquaritinga. (Lei n. 1260 de 26 de Maio de 1877.)

Maquiné. (Lei n. 1152 de 21 de Maio de 1878.)

Caçapava. (Lei n. 1152 de 21 de Maio de 1878.)

Bom Jardim. (Lei n. 2480 de 9 de Novembro de 1878.)

6.º Qual o acrescimo de despesa que trouxe a criação dessas comarcas?

— Foi de 80:800,000 o acrescimo de despesa com a criação dessas comarcas.

O Sr. Cruz Machado: — Afóra as creadas em Minas, que já estão classificadas.

O Sr. Correia: — Completarei as informações com o que tem occorrido depois da resposta do nobre ministro da justiça.

Mais um juiz de direito, removido de comarca de 1.ª entrancia em Minas para outra de 2.ª no Pará, foi declarado avulso por não ter entrado em exercicio dentro do prazo mareado; e mais uma comarca foi classificada, a de Pouso-Alto, na provincia de Minas-Geraes.

O nobre ministro não declara qual a despesa feita com os juizes de direito avulsos, que percebem ordenado, dando para isto uma razão inaceitavel. Calcularéi essa despesa, no minimo, em 35:000\$.

Vê-se que só na provincia do Rio Grande do Sul, e por uma unica lei, a de 21 de Maio de 1878, foram creadas 6 comarcas: as do Rio dos Sinos, S. Borja, Santa Maria da Boca do Monte, Triumpho, Maquiné e Caçapava; tendo sido pouco antes creadas, por lei de 7 do mesmo mez, duas outras, as de Nossa Senhora da Oliveira e de Santa Victoria do Palmar.

Tambem não foi mal aquinhoada a provincia de Pernambuco, que tinha um representante no ministerio.

Cumpro notar que entre as comarcas, recentemente classificadas, 7 foram creadas por leis provinciaes de 1876 e 1877. A essas leis não quiz dar seguimento o ultimo ministerio conservador, e por motivos que deveremos considerar valiosos, a julgar pelo que ocorre em relação á comarca de S. José dos Pinhães, creada, na provincia do Paraná, pela lei de 3 de Março de 1877.

O Sr. Leirão da Cunha:—Neste caso está a de Igarapemiry no Pará.

O Sr. Correia:—A comarca de S. José dos Pinhães foi declarada de 1.ª entrancia pelo decreto n. 6083 de 27 de Junho de 1878.

Então ainda não estava creado no unico termo da nova comarca o logar de juiz municipal e de orphãos.

Informado disto, o nobre ministro da justiça apressadamente expediu o decreto n. 7038 de 3 de Outubro, cujo unico artigo diz:

• Fica separado do termo de *Campo Largo* o de S. José, na provincia do Paraná, e creado neste o logar de juiz municipal e de orphãos. •

Mas, como o termo de S. José não estava reunido ao de *Campo Largo*, o nobre ministro viu-se forçado a expedir ainda o decreto n. 7082 de 9 de Novembro do anno passado, no qual lê-se:

• O termo de S. José, onde foi creado o logar de juiz municipal e de orphãos pelo decreto n. 7038 de 3 de Outubro deste anno, não se deve considerar separado do termo de *Campo Largo*, mas sim do da capital da provincia do Paraná, ao qual havia sido annexado pela lei da respectiva assembléa n. 439 de 11 de Maio de 1875. •

E' manifesto o atropello com que foi classificada essa comarca, aliás creada em 3 de Março de 1877.

Das informações prestadas vê-se que, nesta época da apregoadas economias, existem ainda dezoito juizes de direito avulsos, inscriptos nos livros da despesa publica, juizes que ha muitos mezes esperam destino, sem que o governo tenha querido alliviar os cofres publicos da despesa que com elles se faz, apesar de ter realizado 82 provimentos de juizes de direito. E' um procedimento que provoca a maior censura.

Com a classificação das 17 novas comarcas e com o pagamento do ordenado aos juizes de direito, que o governo conserva avulsos, faz-se despesa superior a 120:000\$000.

O Sr. Cruz Machado:—Verba de economia.

O Sr. Correia:—Para criação de novas comarcas não ha verba no orçamento. Foi o que, discutindo o orçamento da sua repartição, disse no senado o illustre ex-ministro da justiça, em sessão de 11 de Setembro de 1877. Eis as suas palavras:

• Em resultado pôde-se affirmar que da somma pedida para as novas comarcas não ficou no orçamento quantia alguma. •

S. Ex. referiu-se ás emendas lei do orçamento approvadas pela camara dos deputados.

Dous juizes de direito foram, a pretexto de promoção, arredados da magistratura; é escusado dizer quaes as opiniões politicas que professam.

Para não haver contradicção entre os actos e as palavras, não se devia esperar tal procedimento da parte do nobre ministro da justiça, que no discurso que proferiu na sessão da camara dos deputados em 29 do mez findo, disse:

• Sujeto a ser removido de comarca de categoria inferior, para comarca de categoria superior, o nosso magistrado vitalicio de 1.ª instancia tem a sua sorte dependente do governo; e portanto, digno-mo-o francamente, dos amigos do governo e das influencias locais que sustentam os amigos do governo. É uma concatenação de dependencias. O juiz vive debaixo da pressão do medo ou da esperança, do medo—de ser removido de uma comarca de 1.ª entrancia, boa, para uma comarca de 2.ª entrancia, inhospita;—da esperança de ser removido de uma comarca má para uma comarca excelente. Nestas condições, o juiz não pôde ser aquillo que o Estado quer que seja, isto é, impassível como a lei. •

O Sr. Cruz Machado:—A's vezes classifica-se de 2.ª entrancia uma comarca do interior alim de remover-se para ella o juiz de direito de uma comarca boa de 1.ª entrancia. Foi o que aconteceu com o Sr. Dr. Feitosa.

O Sr. Correia:—O acrescimo de despesa de que tenho tratado dá-se na verba—justiça de 1.ª instancia,—na qual é extraordinario esse acrescimo de um exercicio para outro.

Para o exercicio de 1874-1875 a lei de 25 de Agosto de 1873 votou 2.007:538\$000.

Para o exercicio de 1875-1876 a lei de 22 de Setembro de 1875 votou 2.325:707\$534.

Para o exercicio de 1876-1877 a lei de 20 de Outubro de 1875 votou 2.476:852\$844.

Para o passado e para o corrente exercicio a lei de 20 de Outubro de 1877 votou 2.662:131\$711.

Na proposta para o exercicio futuro pedem-se já 2.823:737\$711.

O Sr. Cruz Machado:—Por causa da economia.

O Sr. Correia:—Dentro de tão poucos exercicios o acrescimo de despesa nesta verba excede a 800:000\$000.

O Sr. Jaguaribe:—E' cortar largo.

O Sr. Correia:—Não é possível que estes factos passem desapercelhidos no senado...

O Sr. Cruz Machado:—Nem no paiz...

O Sr. Correia:—... por isso vou requerer que o officio do nobre ministro da justiça de 23 do mez

findo seja enviado á commissão de fazenda para propôr o que julgar acertado.

Foi lido, posto em discussão e approved o seguinte

#### Requerimento.

• Requeiro que o officio do ministerio da justiça de 23 de Janeiro ultimo, prestando informações sobre o numero de juizes de direito avulsos que percebem ordenado, seja enviado á commissão de fazenda para propôr o que julgar conveniente.—*Manoel Francisco Correia.* •

#### ORDEM DO DIA.

Proseguir a discussão do projecto de resposta á falta do throno, com a emenda do Sr. Silveira da Mota.

O Sr. Mendes de Almeida:—Eu sei, Sr. presidente, que o nobre presidente do conselho não se acha presente no senado, por motivo importante de serviço publico, mas tambem sei que S. Ex. não se demorará. Sinto esta circumstancia, porque tenho de fazer uma mudança na ordem das palavras que vou dizer ao senado.

Si em tempos regulares, Sr. presidente, é muito difficil o desempenho de deveres em uma camara conservadora, como é a do senado, ainda mais difficil é esse dever por parte de um membro da mesma camara nas condições em que me acho, e em uma época anormal, como eu considero a actual, quando os espiritos estão inquietos e assustados, quando a segurança publica interna é vacillante, quando não ha (pôde-se dizer) confiança no presente da nossa patria, o quando, em summa, as instituições, que o paiz abraçou, correm perigo, si não eminente, não muito remoto.

Não sou, Sr. presidente, pessimista; nasci neste seculo, aprecio-o com todas as vantagens que nelle existem o que se têm desenvolvido; mas aprecio tambem o meu paiz e as suas instituições, que amo e muito respeito. E na verdade, pelo estudo que tenho feito das cousas de nossa patria, da sua historia politica, e da razão de ser dos seus partidos, estou persuadido, Sr. presidente, que o que sinto não é uma illusão, e portanto as apprehensões que nutro têm real e solido fundamento.

A este respeito, Sr. presidente, eu desejára entrar em considerações, a meu vêr, de algum merecimento, si já se achasse na casa o nobre presidente do conselho, porque tinham tambem essas considerações alguma cousa do pessoal. Foi S. Ex. quem organizou o ministerio, e não o nobre ministro da guerra, que se acha presente, que pôde responder pelo que o ministerio fez apos sua organização, mas não do que fez antes o do que se relaciona peculiarmente com a posição do nobre presidente do conselho, e me parece, desculpe-me o illustre ministro, que S. Ex. não seria competente para poder responder.

O Sr. Marquez do Herval (ministro da guerra):—O ministro da guerra lá vai para a camara dos deputados.

O Sr. Mendes de Almeida:—Estimarei que faça excellente viagem.

O Sr. Marquez do Herval (ministro da guerra):—Muito obrigado.



O Sr. JUNGUEIRA:—Fica a discussão da resposta à falta do throno sem ministro algum.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—Hoje, Sr. presidente, até tive mais uma infelicidade: não se acha aqui o illustre representante pela provincia de Goyaz, que me fez um repto sobre assumpto que eu desejara diffinir com S. Ex.

O Sr. SILVEIRA LOBO:—Elle o lerá.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—Uma cousa é estar presente e ouvir, e outra é estar ausente e ler; mas vou accellando o conselho pela circumstancia de que considero o ausente ainda vivo.

Ora, na necessidade que tenho de inverter a ordem de meu discurso, vou sempre fazer algumas considerações sobre o assumpto para que me chamon o honrado senador por Goyaz, que é o da responsabilidade ministerial pelos actos do poder moderador.

S. Ex. sustenta que os ministros responderam por esses actos, e o nobre presidente do conselho assegurou a mesma doutrina.

Ora, Sr. presidente, tem-se introduzido em a nossa assemblea geral, camara dos deputados e senado, doutrinas e jurisprudencia de outros paizes, do modo que, em lugar de se estudar a nossa constituição, e applical-a conforme os principios alli estabelecidos, somos obrigados a fazer duplo e triplo estudo.

A maior parte dos nossos estadistas e parlamentares distinctos, permitta-se-me que o diga, andam possuidos da anglomanía, e então, em lugar de se estudar e observar a nossa constituição, a collocam em um leito de Procusto; e, conforme a constituição e leis de outros paizes, maxime as inglezas, que se tomam por norma, ora a esticam, ora a encolhem.

Não ha discurso algum em que não venha logo como espelho a Inglaterra; e até um digno compatriota nosso, já fallecido, quando tocava nesse nome enchia em demasia as bochechas e articulava-o de modo especial dizendo:—a INGLATERRA. Eu, porém, me regulo pela constituição do nosso paiz. *Legem habemus*.

A nossa constituição é uma peça bem acabada, principalmente no sentido theorico; tudo está bem disposto para manter o equilibrio dos poderes que nella estão consagrados e fixar a responsabilidade dos funcionarios que não estão no caso do chefe da nação; é assim que a constituição, quando trata do poder executivo, diz que o Imperador *o exercita pelos seus ministros*, e a estes dá a responsabilidade plena dos actos. E posto que todos concorram no mesmo trabalho, um não pôde, por especíes razões, ser juridicamente responsabilizado.

Em summa, os ministros funcionam com o chefe do Estado, têm a sua responsabilidade pelo que fazem e deixam fazer, podendo impedir. Mas quando a constituição trata do poder moderador, a linguagem é differente, a constituição diz que esse poder *é privativo do Imperador*, e a responsabilidade pelos actos respectivos não foi conferida aos ministros, mas ao conselho de estado, que aliás não existe hoje. Assim, eu leio na constituição art. 132 (12):

« Os ministros do estado referendarão ou assignarão todos os actos do poder executivo, sem o que não poderão ter execução. »

Ora, porque dispõe assim a constituição? É porque no art. 102 diz: « O Imperador é o chefe do poder executivo e o *exercita*, note bem o senado, pelos seus ministros de Estado. »

O Imperador para exercer as funções de chefe do poder executivo necessita da cooperação dos ministros do Estado, e é por isso que elles respondem pelos actos que são praticados em commun.

Mas, quando chegamos ao poder moderador, força é que o repita, a constituição usa de mui differente—linguagem (12):

« O poder moderador... é delegado *privativamente* ao Imperador, como chefe supremo da nação e seu primeiro representante, etc. »

O chefe do poder executivo é outra cousa. O trabalho conjuncto é a fonte da responsabilidade dos ministros, o que é privativo do Imperador não pôde obrigar-os. Punil-os pelo que não fazem e nem podem concorrer seria uma injustiça; admittil-os a intervir, uma illegalidade, e uma invasão.

O Imperador, segundo os principios constitucionaes, não é responsavel juridicamente, isto é, não está sujeito á acção dos tribunaes, porque, além de ser o chefe da nação, ha uma razão, de alta conveniencia social e politica, que exige que elle não seja responsavel por essa forma.

Os seus actos como poder moderador, porém, têm um responsavel na constituição, ou antes tinham, no conselho de Estado antigo, e que foi supprimido pelo acto adicional.

Os conselheiros de Estado serão ouvidos, diz o art. 142...

Serão, note-se, não podiam deixar de ser, não é facultativo; o Imperador era obrigado a ouvir o conselho de Estado (*continua a ler*):

« Serão ouvidos em todos os negocios graves e medidas geraes da publica administração: principalmente sobre a declaração da guerra e ajustes de paz, negociações com as nações estrangeiras, assim como em todas as occasiões em que o Imperador se proponha exercer qualquer *das attribuições proprias do poder moderador*, indicadas no art. 101, a excepção do § 6.º »

Art. 143. São responsaveis os conselheiros de Estado pelos conselhos que derem oppostos ás leis e ao interesse do Estado, manifestamente dolosos.

Mas não é assim na lei actual do conselho de Estado (a de 7 de Novembro de 1841).

O Imperador o consultará em todos os negocios, diz o art. 7.º, em que *houver por bem* ouvi-lo.

Vê-se, que o Imperador não é hoje obrigado a até então era; não podia tomar medida alguma concernente ao poder moderador sem ouvir o conselho de Estado, menos o § 6.º do art. 101, em que outro era o responsavel.

No § 6.º do art. 101, é onde a constituição desobrigava o Imperador de ouvir o conselho de Estado, porque tratava-se ali da nomeação e demissão de ministros, e o responsavel por esse acto do poder moderador era precisamente o ministerio que aceitava a successão.

Quando se tratou do acto adicional, a proposta que veio da camara dos deputados consagrava a doutrina de extinguir o conselho de Estado e substituir a responsabilidade delle pela dos ministros.

Esta doutrina cabiu no senado, porque sustentou a permanencia do conselho de Estado.

Na camara dos deputados, que se intitula *constituente*, um dos luzeiros daquelle tempo, o Sr. José Custodio Dias, renovou a proposta para que a responsabilidade que até então tinha o conselho de Estado, nos assumptos do poder moderador, passasse para os ministros.

Mas esta proposta, Sr. presidente, cahiu; foi positivamente rejeitada pela camara dos deputados.

Eis aqui a proposta do Sr. Custodio Dias apresentada na sessão de 19 de Março de 1834 (12):

• As attribuições do extinto conselho de Estado passarão para o ministerio. •

Portanto, o que a constituição, na organização do equilibrio dos poderes politicos, tinha consagrado, o partido liberal, que então dominava a situação, em 1834, entendeu que não devia mais existir.

Deixou, pois, o Imperador sosinho no meio de uma immensa democracia, sem anteparo conservador algum, com plena autorização de julgar por si só dos assumptos contidos nas attribuições do poder moderador.

Como, pois, em vista da lei escripta que possuímos, se tem querido dar os ministros como responsáveis pelos actos do poder moderador?

Os ministros não são e não podem ser responsáveis, por actos em que não têm e não podem ter parte.

Nos decretos relativos ao poder moderador podem, ou devem mesmo apresentar a sua assignatura como se fazia em outros tempos, unicamente com o fim de fazer reconhecer ao publico o que o Imperador assigna, assegurando que o acto é real, tem authenticidade, e nada mais.

Todos os decretos das outras eras, no geral, ainda no antigo regimen, tinham assignatura dos ministros, porém isto não queria dizer que elles se responsabilisavam pelo que o rei fazia.

No fundo assim acontecia, porque quando se dava um facto em que o ministro intervinha e não tinha aconselhado bem o rei, elle respondia pelas consequências, quando o rei queria, mas não tinha o ministro esta obrigação. O rei ou desgostoso ou irritado, era quem o mandava julgar.

Mas dir-se-hia: então, assentando o governo monarchico representativo na base da responsabilidade dos actos que nelle se praticam, essa responsabilidade desaparecendo nos actos do poder moderador, o systema não se mantem.

Mas, nesse caso direi eu: si não se mantem o systema, a culpa é do legislador, que foi inconsequente, porém, por ser culpado o legislador constituinte, ou que se julgou tal, não se segue que aos ministros caiba essa posição de responsável ou de invasor que a lei não autorizou: e demais são debilidades dos actos humanos.

E' necessario que venha outra lei para sanar o defeito, hoje que essa responsabilidade cahiu toda sobre quem exerce as funções do poder moderador. De outra sorte o mal, si existe, não é reparavel, porquanto, obrigações desta ordem não se podem impor por illações e argumentos do legislador estranhas.

Neste importante assumpto ha um ponto a deslindar, e interessa á nossa forma de governo.

Ahi achase envolvida a questão do governo parlamentar e do governo representativo, que aliás são cousas muito differentes.

Temos pela nossa constituição, Sr. presidente, governo representativo, mas não governo parlamentar.

A anglomania quer por força introduzir no governo representativo do Brazil o governo parlamentar britannico, como se nós estivessemos na Inglaterra, onde todos os poderes dependem do voto da camara temporaria, que passou a ser o unico

soberano, e tem dependente de si toda a marcha o direcção no governo.

Ainda mais, Sr. presidente, com semelhante systema acaba-se com a divisão de poderes, fundamento do governo representativo, porquanto a maioria da camara temporaria é ou vem a ser tudo.

Si não quer que os ministros sejam accusados, assim o faz a seu bel prazer, embora não cumpria o seu dever. Si lhe parece, em um momento de paixão e de enthusiasmo, impõe á Coroa os homems que lhe convem para ministros.

O Sr. SILVEIRA LOBO:—Infelizmente entre nós é o contrario disto; a camara tem existencia nominal, illusoria somente...

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—Portanto, desaparece da constituição a divisão de poderes; e a camara que foi destinada pela constituição para fazer leis e fiscalisar o governo, se divide em dous bandos, não para fazer leis e fiscalisar o governo, mas para ser ella mesma o governo, e a dispensadora de pastas.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—A divisão de poderes, que é a essencia do regimen livre, na theoria da V. Ex. fica destruida, dando esse poder ao Imperador.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—Estou mostrando que a camara deixa de cumprir aquillo para o que foi destinada, deixa de fazer leis e fiscalisar o proceder dos ministros, como diz a constituição. Faz as vezes de poder moderador e do executivo, asenhorease de toda a soberania, não ella propriamente, mas uma maioria, e muitas vezes uma maioria de momento e diminuta. O governo parlamentar traz logicamente esse resultado.

Ora, a nossa constituição não é a constituição da Inglaterra, onde governa uma aristocracia antes do que uma monarchia democratica, onde a camara dos commons póde hoje o que podia outrora a camara dos lords, onde aquelles que prestam ao Estado os subsídios querem ver como esse dinheiro se gasta e impõem os individuos em quem têm confiança para que o rei os aceite como ministros.

Alli a camara dos commons exerce todos os poderes, inclusive o poder executivo, porque dá o pessoal de sua confiança para a administração. Nós não estamos nas mesmas circumstancias. A nossa forma de governo assenta sobre outras bases.

Um dos grandes males do nosso regimen governamental consiste em querer estabelecer-se em nosso paiz, em lugar do governo representativo, o governo parlamentar inglez, governo *sui generis*, e que, segundo a experiencia tem mostrado, é planta que não se acclimata bem em parte nenhuma fora d'alli.

O exemplo da Belgica pouco ou nada prova, quando muito seria uma excepção; porquanto é um Estado imprensado entre duas nações poderosas que o querem absorver, e que a Inglaterra toma a peito protegê-lo. E' uma nação artificial. En poderia entrar em largas investigações para mostrar que esse exemplo nada significa para o caso.

(Ha um aparte.)

O que se segue é que a camara dos deputados, querendo ser tudo em um paiz que não está organizado com instituições como as da Inglaterra, dá pessimos resultados na pratica; e é o que se tem observado em toda parte, fora da Inglaterra. Os

Estados-Unidos, filhos da Inglaterra, não têm o regimen parlamentar; lá domina o poder pessoal, chamado *monstro* em nosso paiz; as camaras não se dividem em bandos para assaltar o poder e conquistar pastas; fazem leis, e fiscalizam os actos dos ministros.

O cidadão, que se faz eleger presidente, tem a segurança de que governará durante quatro annos com os seus ministros, á sua livre e plena escolha; embora estes á sua entrada dependam da approvação do senado.

Alli não ha essa luta que transtorna os governos representativos denominados parlamentares; elles vivem constantemente a procurar maiorias nas camaras, e mantem-se em perpetua inquietação, não cuidando os ministros em administrar o paiz, preoccupados e movidos por uma agitação vertiginosa, lutando pela existencia.

Todos os publicistas que tenho consultado, e não são poucos, fazem a observação — que o governo parlamentar seguido na Inglaterra, quando é transplantado para outros pontos, não dá fructos que prometem. É o contrario do pecego que, sendo venenoso na Persia, transplantado para outras regiões bellamente se desenvolve e tem dado resultados excellentes.

Vimos, Sr. presidente, o que foi o governo parlamentar na França, onde o mais aperfeiçoado durou 18 annos incompletos, e gastou 21 ministros. Esses ministerios viveram sempre inquietos em procura de maiorias para apadrinhar a sua administração, e não davam com herculeas lutas na tribuna um passo para adiante. Nas republicas onde domina em todo o seu vigor o poder pessoal, ao menos tem a vantagem de não ser esse poder considerado um *monstro*; porquanto o presidente eleito executa uma politica sua, ajudado pelos amigos que o rodeiam.

Os exemplos que temos de outros paizes, monarchias representativas como a nossa, demonstram que o systema parlamentar não se mantém e menos se enraiza, e nem se poderia sustentar fora do paiz que o inventou, pela deficiência dos elementos da terra em que foi produzido, e não sei si por largo tempo durará.

Eu poderia, Sr. presidente, mostrar ao senado a opinião de muitos publicistas, e publicistas tidos como os mais adelantados na democracia, e seus progressos, contra o systema parlamentar, e seu merecimento como meio governativo serio e proveitoso.

Já não quero citar intelligencias na altura de Donoso Cortez, seria suspeito; poderia citar muitas das opiniões mais adelantadas, como já disse, mas falta-me tempo. Peço sempre licença para ler a opinião de um, que é o Sr. Emilio Laveleye, publicista belga bem conhecido, cujas doutrinas não são da ordem das de Donoso Cortez, por consequencia para os democratas, autor de boa nota.

Na *Revista dos Dois Mundos* de 1873 (creio que é tambem boa autoridade para estes casos) publicando elle um artigo sobre os *Allmende* da Suissa, e mostrando como alli se manteve sempre o *self-government*, diz o seguinte (12):

• Eis, portanto, um modo de governo completamente livre e democratico. Este *self government* absoluto remontava aos tempos mais remotos, e transmitiu-se sem interrupção até nossos dias.

• Os povos começaram não pela realza patriarcal, como se diz muitas vezes, não tendo em

consideração senão a Grecia heroica, mas no contrario por instituições republicanas. Mme. de Staël tinha razão: é a liberdade que é antiga, o despotismo é recente.

(Refere-se aqui aos cantões de Uri, Schwitz, Glaris, os dous Appenzells, e Unter Walden. Neste o povo governa-se por si mesmo, sem o intermedio de corpo algum representativo.)

• O governo directo, que Rousseau considerava já como impossivel, pôde durar nos cantões primitivos, em primeiro lugar porque o seu territorio é mui pequeno, e depois porque o serviço legislativo reduz-se a pouca coisa.

• A mór parte dos negocios são regulados no seio da communa. As relações com os Estados estrangeiros são da dependencia da confederação. A vida é simples, e o costume exerce um grande imperio.

• Não ha, portanto, sinão poucas leis a fazer: O *Laudmann* as apresenta á assemblea.

• Todo o cidadão tem o direito de iniciativa e de emenda.

• As discussões, ás vezes, são mui animadas, mesmo violentas; mas reclama-se logo o voto, por isso que cada um está com pressa de voltar para sua casa.

• Desta forma escapa-se á este *flagello* particular dos Estados de regimen representativo — o *Parlamentarismo*.

• Quasi por toda a parte as assembleas deliberantes ficam por muito tempo reunidas: ellas irritam, fatigam o paiz; umas vezes lhe communicam as paixões que o animam, e outras provocam um movimento extremo no sentido opposto, quando deixam de representar a opinião publica.

• Quando estas assembleas estão em férias, o paiz fica tranquillo, trata dos seus negocios, de artes, de litteratura, de industria, e de commercio.

• Apenas as deliberações parlamentares recommencam, tudo é posto em questão; os partidos exasperados estão em luta; o governo, obrigado a consagrar todas as suas forças para defender-se de seus adversarios, não acha tempo para occupar-se dos interesses geraes.

Isto é uma coisa que estamos aqui vendo e apalpando, pôde-se dizer. (*Continua a ler.*)

• A nação se apaixona por lutas oratorias de que o premio é uma pasta.

• O regimen parlamentar, desta sorte, degenera em lutas de intrigas nas camaras, e em lutas de influencias, muitas vezes corruptoras, nas eleições.

• Na America, na Alemanha, na propria Inglaterra, tem-se procurado preservar dos abusos do *Parlamentarismo*, que na França e na Italia tornou-se uma verdadeira causa de desordem. O melhor meio de escapar a estes males é reduzir as attribuições do poder central, alargando as dos poderes locais, as da provincia e da communa.

Portanto, Sr. presidente, não se vá confundir a divisão dos poderes, que é a base do systema representativo, o seu principal dogma, como o parlamentarismo confunde para dominar, chamando para si o poder. Quando se quer accusar um ministro, filho de taes maiorias, e que tem praticado atropellos de toda a sorte: que meio encontra o paiz no parlamentarismo, para levar á effeito a accusação? nenhum. A camara dos deputados, por elle dominada, imitando a dos *communs* na Inglaterra diz:

• Eu tenho o direito de vos dar um *bill* de indemnidade; — até o nome é estrangeiro! — isto é, a

camara ou antes a sua maioria, os amigos do réo o repleto dos ministros julgam-se habilitados para annistiar o delinquento, função que essa maioria não pôde exercer sem usurpar a do poder moderador, porque não possui essa attribuição.

Entretanto diz: «Sou promotor, mas não vos accuso, estais absolvido de culpa e pena, e o paiz que fique em pasmacobra.»

Digo absolvido, porquanto, Sr. presidente, nem se espera que findos os annos da prescrição por lei estabelecida, os ministros prevariadores gozem por tal indulto do seu descanso.

O que se está hoje estranhando no poder moderador é o que a camara dos deputados, a exemplo da dos communs, reserva para si.

Além disso, Sr. presidente, ella crê tambem para si o privilegio de que só aquelles que vêm eleitos para fazer leis e vigiar o procedimento dos ministros, são os unicos que devem ser elevados a ministros.

Como é possível que essa corporação julgue os ministros que sabem desta fonte? Esta é uma das causas do transtorno geral que tem havido, nos governos representativos fóra da Inglaterra, sobretudo entre nós.

Si tivessemos camaras que se occupassem em estudar nossas necessidades e applicar-lhes o remédio com boas leis, e melhores exemplos, e que ao mesmo tempo fiscalisassem com rigor e convenientemente os actos do poder executivo, sem a pretensão de darem ministros por privilegio seu, estou persuadido, Sr. presidente, de que não teriamos essas lutas electoraes excessivas, nem mesmo essas continuas dissoluções que tão grandes males causam ao paiz. Teriamos leis boas, leis sensatas, de accordo com os nossos costumes, indole e caracter, sem autorizações a ministros para fazel-as e estragal-as; e teriamos, além disto, uma administração séria, trabalhadora e conveniente como até hoje infelizmente não temos tido. Todo o serviço dos que nos regem é arranjar maiorias para viverem.

Sinto ainda, Sr. presidente, que não se ache na casa o nobre senador pela Bahia, o Sr. Sarinva. Eu quizera discutir na presença de S. Ex. o *monstro* do poder pessoal.

O nobre senador veio, ha poucos dias, sustentar nesta casa que o que tinha dito em 1868 a respeito do poder pessoal o confirmava ainda actualmente, porque via que tudo se tinha realizado conforme sua fatidica palavra; e estabeleceu o seguinte dilemma: «os que não reconhecem a acção do poder pessoal neste paiz, acção que S. Ex. naturalmente encarna no augusto funcionario que exerce o poder moderador, ou são nescios ou subservientes.»

Eu pensei que, quando S. Ex. tinha elaborado tão singular dilemma, o exhibido em 1868, era como um devaneio ou antes desabafo do espirito irritado, pelos acontecimentos inesperados da occasião. Mas não esperava que S. Ex. viesse sustentar hoje do novo essa doutrina, principalmente quando seu partido está governando.

O Sr. SILVEIRA LOBO:—Não apolado.

Domina uma só idéa e esta é conservadora — a eleição censitaria.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—S. Ex. só veio reconhecer essa verdade depois de ter sido tres vezes ministro, o que faz lembrar Mr. Jourdan, não sei si autor de obras, que só na velhice chegou a re-

conhecer que durante toda sua vida tinha escripto em prosa! (riso).

Mas, pergunto a S. Ex.: o que exerce o poder moderador e o executivo, algum dia embarçou a vossa acção nos negocios do paiz, enquanto estaveis no ministerio? Jámais, respondeis, porque si assim fosse a minha honra me impunha o dever de rejeitar a pasta. Mas si vós nunca tivestes um motivo para reconhecer, quando erais ministro a existencia e a influencia do poder pessoal, como vindes dizer depois que este poder, que esta influencia daminha existe? Realmente, no poder executivo os ministros não exercem só as respectivas funções, o Imperador é obrigado pela constituição a exercel-as com o auxilio de seus ministros; e si não ha um só que diga estando na governança; e ainda depois:

«O poder pessoal me impoz isto ou aquillo.» com que fundamento vindes dizer que existe esta perniciosa influencia do poder pessoal e por isso o effluvio do monstro? Dessa influencia, sobre si individualmente, ninguém se accusa, ou por vergonha, ou por ser uma chimera, mas o paiz inquiete-se com taes accusações.

Tomou a palavra *monstro*, Sr. presidente, no sentido de ser uma cousa fóra do natural, ou estranha á constituição; mas si todos nós lemos na constituição: o poder moderador é *privativamente* delegado ao Imperador, como podemos dizer que é *monstruoso* isto que lá está escripto? *Legem habemus.*

É o que aprendemos desde os bancos da academia.

Portanto, Sr. presidente, o que o legislador da constituição quiz, não foi confiar essa missão do poder moderador á camara dos deputados, porque as suas funções são simplesmente legislativas e fiscalizadoras dos governos. Si existe na lei, não é mais *monstro*. A lei não poderá ser do agrado dos illustres senadores ou dos que partilham opinião adversa a esta instituição: mas sempre é a lei, e enquanto ella existe, somos obrigados em consequencia a obedecer-lhe. O augusto funcionario que a desempenha não se pôde furtar ao dever de executal-a, porquanto não temos, como já disse, o parlamentarismo.

Mas, será conveniente que se mantenha o exercicio deste poder, como está na constituição? Vejamos...

O poder moderador, quando o ministerio está organizado (é isto o que tenho colhido das discussões) não se oppõe á marcha da administração como os ministros entendem: é a consequencia da confiança. Por outro lado como chefe do poder executivo, não se pôde fazer a menor accusação neste ponto ao Imperador.

Portanto, Sr. presidente, a accusação versa sobre o facto das mudanças ministeriaes e das mudanças de situações.

(Ha um aparte.)

O ministerio actual, é bom que se diga, quer invadir as attribuições do poder moderador quando se apresenta como seu referendatario.

Sendo ministros, querem ser tudo, querem não só referendar os actos do poder executivo nos serviços que elles fazem do accordo com o seu respectivo chefe, mas tambem querem exercer acção nos actos do poder moderador.

Ora, Sr. presidente, seria conveniente que o exercicio do poder para as mudanças de situações

o ministerio fosse somente um direito da camara dos deputados, cuja vida é tão curta, e que muitas vezes se acha em desacôrdo com a opinião do paiz? E' preciso comprehendermos a nossa situação politica: é uma monarchia no meio de uma vasta democracia. De um lado um grande poder, concentrado em uma individualidade, só e sem amparo de outra natureza; e do outro entidades fracas, mas em quantidades enormes, que a todo o momento excitadas podem produzir pavorosas tempestades politicas e sociaes. E á excepção do senado, Sr. presidente, o poder monarchico não tem do seu lado, força é confessional-o, instituição conservadora no paiz, a não ser a religião, que tão combatida é, e continúa a ser, portanto é um elemento sem força.

Na Inglaterra quando um ministerio sahe e outro vem occupar as posições do governo, não se pratica o que infelizmente vemos aqui. E o que vemos aqui? Nas mudanças, sobretudo do situações, e até mesmo de ministerios, parece que o paiz official está todo a postos para ser quintado o requintado pelos novos ministros que vem felicitar o paiz.

Não se ouve por toda a parte sinão os gemidos das victimas ou applausos dos que vão occupar os logares dellas. Na Inglaterra não ha nada disto, não se abala a administração absolutamente, e mesmo por modo tão cru e barbaro, lançando na miséria tantas familias.

A politica é cousa differente: é um systema que serve para fazer leis no sentido de melhorar o paiz, ou no que diz respeito ás relações com as potencias estrangeiras e assegurar os interesses inglezes.

Aqui não; aqui desce-se na administração aos mais insignificantes empregados publicos, todos passam pela tortura da vingança ou da cubica excitada e todos estes infelizes vêm a soffrer, como já disse, a punição do *quintar* e *requintar*.

Parece, por consequente, reproduzir-se os tempos dos gran-visires ou dos antigos secretarios de Estado, quando os amigos eram sacrificados no dia seguinte em que o rei dava a sua graça ao novo sol que se levantava. Lá na velha Inglaterra não ha nada disto, pôde-se vêr touros de palanque, por assim dizer, isto é, a subida ou descida dos ministerios. Nem nas administrações de ordem superior ha alteração alguma da especie das nossas, a não ser nesses mesmos empregados do proprio ministerio composto de um grande pessoal, como é o dos gabinetes inglezes.

Neste estado de cousas, quem é que pôde com segurança entre nós conhecer do estado da opinião no paiz? quem é que pôde precisar o momento psychologico em que é conveniente fazer-se uma mudança na situação politica governamental?

Ora, sendo assim, não estando nós preparados ainda para a marcha deste systema chamado parlamentar, podendo eternizar-se as maiorias pelos meios que nós todos sabemos e de que tanto uso o abuso se faz presentemente, já vê-se que não é razoavel collocar o chefe do Estado na obrigação de esperar que as maiorias variem, principalmente durante as camaras quatro annos.

A idéa de consultar a opinião do paiz, parece-me uma bella utopia, a opinião varia tanto nas populações que seria preciso ter para estes casos um parlamento annual. Então sim; havia um meio effcaz de aquilatar a força da opinião. Mas si a camara temporaria dura quatro annos, desde que os deputados se elegerem, pôde no anno seguinte a opinião

variar; e quem é que vai então conhecer disto? será a maioria que se fortifica durante estes quatro annos? Alguem ha de ser o que deve perscrutar este momento necessario para encarregar do poder a quem estiver nas condições de o assumir.

Emquanto si não alterar a nossa constituição sobre todos estes pontos, só o Imperador pôde fazer este serviço com vantagem publica, por muitas circunstancias facéis de apreciar, porque é o que está encarregado de manter o equilibrio dos poderes e de manter a respectiva harmonia para entre nós elevar ministerios. A opinião nas camaras dos deputados pôde não ser a do paiz ou pôde ter variado muitas vezes; e, sendo assim, deve-se manter situações somente á pretexto de ter maioria na camara dos deputados?

Não desconheço, Sr. presidente, que da posse de uma tal prerogativa pôde-se abusar, mas outro tanto pôde succeder no caso opposto; mas no estado em que vivemos, possuímos ainda recursos para reprimir e conter os excessos que se podem sanar, sem o emprego do parlamentarismo.

Já se vê, portanto, que esse poder pessoal não é um *monstro*; é legal, porque existe na constituição e, existindo na constituição, o abuso de seu exercicio encontra nella meios de repressão, em pró das conveniencias publicas. Ninguém mais que o chefe do Estado tem interesse em respeitar a dignidade do paiz que governa.

Os partidos com os meios e recursos de que abusam no nosso paiz, podem durar eternamente no poder, a pretexto de dizer—temos maioria.

Mas o Imperador, diz-se, pôde não usar bem desse direito. E' mui natural á humanidade taes desfalcimentos, não ha que duvidar.

Sua Magestade pôde não encarnar bem as situações, pôde enganar-se, tomando a nuvem por Juno, mas também e com mais facilidade pôde se enganar a camara dos deputados, porque as suas maiorias podem depender do enthusiasmo de momento.

O poder parlamentar, em summa, quer dizer despotismo collectivo, absorção de todos os poderes pela metade e mais um dos que se sentam na camara dos deputados. Com o parlamentarismo não ha mais poder moderador, não ha mais poder executivo, não ha mais poder legislativo, dividido como quer a constituição, sobrenada um poder unico: tudo desaparece, desaparece a base do systema representativo, a divisão dos poderes. Haverá um poder impessoal, cego e producto das paixões em luta.

O nobre senador pela Bahia, que está presente (o Sr. Dantas), também tocou neste assumpto. Disse-nos S. Ex. que o poder moderador devia viver nas altas regiões, e ao mesmo tempo queria que elle fosse fiscalizador; de maneira que a entidade—chefe do Estado,—que foi, por assim dizer, preparada para reger e administrar o paiz, devia andar pelas altas regiões, somente procurando saber si já tinha na camara dos deputados mudado a maioria...

O SR. DANTAS:—Porque do clima verá melhor.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:— Isto é conforme a posição; si V. Ex., supponhamos, fôr ao theatro, ha de ver melhor, estando mais perto do palco, porque estando a maior distancia, muito alto, si fôr para as *torrinhas*, por exemplo (*riso*), muita cousa lhe ha de escapar...

O SR. LEITÃO DA CUNHA:—E do Corcovado...

O SR. MENDES DE ALMEIDA:— Si se collocar no Corcovado, ha de vêr tudo envolvido em nuvens...

O chefe da nação não foi creado e preparado para estar longo della, foi para ver e examinar de perto todas as necessidades do paiz e procurar sanal-as.

O SR. DANTAS:— Isto é outra cousa.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:— Pois dessas alturas que S. Ex. imagina pôde por ventura examinar com exactidão uma maioria minúscula da camara dos deputados, descortinar a occasião propria para effectuar as mudancas politicas? E' uma posição das mais tristes a que se propõe ao chefe de um Estado, pôde-se dizer, a do guriteiro que está a contar os pontos no bilhar para ver quem faz mais, si a *preta* ou si a *branca*...

Não foi de certo para isto que se creou o poder moderador. He cousa mais séria.

E como ha de fiscalizar a administração do paiz? São duas cousas contradictorias. Si estiver nos altos intermundios de Epicuro, naturalmente carece de um telescópio para ver os astros, e no nosso planeta, a sua parte mais bella, o Brazil, porque a terra assim tão longe não pôde elle ver com olhos humanos.

Como ha de fiscalizar? Quem fiscaliza devo, conforme a boa razão, estar proximo dos fiscalizados. Senhores, sejamos sinceros, o chefe do Estado tem exercitado perfeitamente o seu logar do chefe do poder executivo, pois não ha um só ministro que se queixe, ao menos em publico, de sua indebita intervenção.

As queixas todas se figuram ou assentam no exercicio do poder moderador do onde resultam despeitos e desapontamentos, sendo differentes, como são os horizontes por onde se apreciam as necessidades publicas.

Ora no exercicio deste poder o imperador não pôde proceder ainda da forma que acabei de sustentar, porque está na lei. E a respeito das conveniencias publicas, não pôde ser sinão o seu juizo proprio que as poderá melhor apreciar (*apoiados*); bem ou mal, justa ou injustamente, terá a inevitavel responsabilidade de que nenhum chefe de governo representativo pôde escusar-se, e que sempre tiveram e ainda tem. Está na natureza das cousas.

E direi mais, Sr. presidente, o unico responsavel nos governos, embora seja por lei responsavel o ministro, é o chefe do Estado; pôde-se dizer que elle é o verdadeiro referendatario dos decretos de seus ministros, como já sustentou uma folha franceza do Sr. Gambeta, *La République Française*, referindo-se ao ex-presidente da republica, o marechal Mac-Mahon.

A responsabilidade ministerial, sejamos francos, é uma burla; raras vezes apparece, já não direi neste paiz, mas no mundo, uma condemnação de ministro. E sómente dá-se o facto, estando o paiz em situação pouco normal. O verdadeiro responsavel é sempre o chefe da nação; a responsabilidade moral superior é delle, porque o ministro é uma entidade do momento, é um insecto que passa.

O chefe do Estado, sobretudo si é monarchia, tem de olhar para os seus antepassados, que lhe legaram um throno, *noblesse oblige*, para seu futuro e a da sua dynastia. Tem pois necessidade de ser prudente e de guardar conveniencias. Elle pois está em situação de melhor examinar os negocios do paiz, tem, si não for perspicaz, de arriscar a sorte do sua dynastia, a sua reputação no paiz, no mundo e na historia.

Os ministros, quaesquer que sejam, estão em degráu inferior.

O ministro não tem esses encargos, esses penosos e difficeis deveres. Quando ha alguma revolta, não se vai procurar um ministro, a menos que não seja um objecto de publica aversão; a revolta derriba os thronos, pouco se importa com este ou aquelle ministro, que posto tenha sido o autor do mal, está esquecido.

E' o que temos visto todos os dias na Hespanha, na França, na Italia, na Grecia, em muitos outros logares, e até mesmo em Portugal...

UMA VOZ:— E aqui mesmo.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:— Diz com razão o nobre senador, e aqui mesmo. Portanto, Sr. presidente, os chefes dos Estados são os verdadeiros responsaveis, embora não subam aos tribunaes, porque suas obrigações são de outra altura que não são as de simples ministros, aves de passagem na politica.

Mas o nobre senador pela Bahia, referindo-se á eleição directa, aventurou algumas proposições, que na occasião eu não quize rebater com insistencia, porque tratava-se de uma estrêa, e eu não desejava cortar o entusiasmo do momento...

UM SR. SENADOR:— E elle que o tem.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:— S. Ex. disse que a eleição directa vinha fazer o bem de todos; tinha feito a felicidade de taes e taes paizes; e ahi referiu-se a Brougham, e á republica de Veneza. Fallar em Veneza, disse o nobre senador, é sufficiente para fazer estremecer; ahi estão os effectos da eleição indirecta; dizendo Veneza, se diz tudo.

Ora, eu sinto dizer ao nobre senador, o com todo respeito, que S. Ex. leu Brougham ás carreiras.

O que diz Brougham é que o systema da eleição indirecta moderna prende-se ao systema da republica de Veneza e de outros paizes, e que eram o resultado do systema federal, na Europa. Mas, em Veneza, Sr. presidente, vê-se o mesmo facto da Inglaterra e da republica Romana, que eram republicas aristocraticas. Estas republicas duraram porque tinham um vigoroso pensamento politico e um principio de associação forte e solido que as mantinha. Quanto á republica Veneziana, si creou essa reputação...

O SR. DANTAS:— Foi injustamente talvez...

O SR. MENDES DE ALMEIDA:— ... de politica tenebrosa, foi por outras causas, e não pela eleição indirecta. E depois, nesse paiz, ninguém do povo se queixava, a republica viveu pacifica e florescente, e creou para si uma gloria immortal. Quem se queixava do conselho dos Dez, eram os nobres ambiciosos, mas não o povo. Mas que relação tem isto com a eleição indirecta? E, depois, as republicas democraticas do mesmo systema...

O SR. DANTAS:— Os que no circo diziam: *Ave Cesar morituri te salutant* também não se queixavam.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:— Esses morriam, como se haviam de queixar? (*riso*).

Mas os Cezares são os resultados da politica democratica; era o povo quem os elegia com os plebiscitos. E noto-se que essa republica durou mil e duzentos annos, e só foi extincta depois por uma republica democratica.

O SR. SILVEIRA LORO dá um aparte.

O SR. MENDES DE ALMEIDA: — Mas durou mais do que as outras, e deixou no mundo um rasto luminoso que ha de ser immortal.

Ora, quem ler a historia da republica de Florença, que era uma republica democratica, não pôde deixar de entristecer-se; eram mudanças continuas de Gonfalonieris, ainda em maior numero do que a dos ministerios dos 18 annos incompletos no reinado de Luiz Philippe, o que não dava um por anno.

Era, pois, uma obra da eleição directa.

Disse tambem o nobre senador pela Bahia, que devia permittir-se as agitações porque não ha liberdade sem agitação, sem ovações, sem discursos dithyrambicos, etc., etc.

O SR. SILVEIRA LOBO dá um aparte.

O SR. MENDES DE ALMEIDA: — Trouxe o nobre senador um exemplo tirado da historia da Belgica. Ah! tendo o partido catholico vencido e havendo subido ao poder o ministerio Theux, appareceram essas agitações no sentido opposicionista. O rei Leopoldo não se affligiu com isso, mas o seu vizinho e sogro Luiz Philippe mandou dizer-lhe que era inconveniente autorizal-as, que tomasso tento. O rei dos francezes sabia muito bem que as agitações da Belgica, como outras da Italia e Suissa, provocavam-lho receios. O rei da Belgica respondeu: — Eu estou descansado.

E, realmente, apoiado como estava pelo poder da Inglaterra, o que poderia temer? Si fosse derribado do throno, a Inglaterra o reporia no lugar, e por isso elle podia dormir em colchões macios; mas o sogro Luiz Philippe não estava nas mesmas condições, e por isso, quando quiz experimentar a receita do genro em 1848 deu-se muito mal com ella... O que convinha era no momento a receita do velho Guizot; mas o rei não queria derramar sangue, e então veio o ministerio Molé, que era mesmo mui fraco, muito molle; veio depois o de Odillon Barrot, e por fim o de Thiers; viu-se o rei obrigado a fugir de França em triste e ridiculo disfarce.

Alludindo ao voto directo em França, permitta o nobre senador que lhe diga, foi S. Ex. ainda infeliz.

A nossa constituição, é certo que tomou o systema de dous grãos da assemblea constituinte, na constituição de 1791, e por ahi foi o nobre senador dizendo: todos seguiram o desastrado systema indirecto até a Restauração, e só quem mudou foi a monarchia de Luiz Philippe. Mas, S. Ex. não notou que a legislativa em França fez o contrario, porquanto a convenção foi eleita por um voto directissimo, que é o suffragio universal. E' certo que a constituição do anno III restabeleceu o systema indirecto como reacção ao systema da convenção. Na época do Consulado e do Napoleão I seguiu-se outro systema e em vez de dous grãos, fizeram tres. E acredita o nobre senador que Napoleão I cahiu por causa desses tres grãos?

Os Napoleões, jámais cahiram em França por causa disso... por causas tão pequeninas. Foi preciso que o estrangeiro bem armado os viesse desalojar e destruir em França; elles eram muito amigos do voto directo, o suffragio universal, e foram sempre elevados por esse voto, pelos famosos plebiscitos...

O SR. FERNANDES DA CUNHA: — Foi esse mesmo voto directo que acabou com Carlos X.

O SR. MENDES DE ALMEIDA: — S. Ex. foi arrastado a esse engano pelo que leu ou obrigou em Brougham. A Restauração começou pelo voto directo; em 1820 estabeleceu-se o *double vote*; por essa palavra no que parece, foi que viu o nobre senador os dous grãos, mas equivocou-se. Por esse systema o que havia era o censo de 1,000 francos para uns eleitores, e de 500 francos para outros, e dividiram-se os circulos electoraes em duas ordens, ou collegios. O maior numero de deputados era dos collegios onde havia o electorado *double vote*, onde os eleitores pagavam o censo mais elevado, de 1,000 francos. E nos collegios de *arrondissements* votavam os eleitores que tinham o censo de 500 francos e davam menor numero de deputados. Não ha aqui dous grãos, todos votavam directamente.

A realza pretendia apoiar-se na grande propriedade territorial, e por isso queria o censo de 1,000 francos para o maior numero de circulos, e, por outro lado, deixou á burguezia os outros circulos onde o censo era de 500 francos, e com menor numero de deputados.

A denominação de voto duplo provinha da circumstancia de poder o eleitor do censo mais elevado votar tanto nos primeiros collegios, como nos outros.

Todos os dias os nossos jornaes trazem os resultados *proveitosos* da eleição directa; em todas essas republicas hespanholas, que circumdam o nosso territorio, ha poder pessoal e eleição directa, e devemos-nos com razão mirar naquelles espelhos. Nós temos 50 annos de existencia politica, depois da nossa secessão, e podemos considerarmo-nos ainda um povo feliz no mundo (*apoiados*). Essa existencia, e essa ordem que tem existido no paiz, podemos dizer que devemos as nossas instituições conservadoras, que o partido liberal pretende si não destruir, abalar. Não me admira que os liberaes as queiram inutilizar, porque, partindo do principio democratico, podem desejar todas as innovações que imaginam, ou sonham. O que admiro é que conservadores tambem apoiem semelhantes reformas.

Não me incommodam as pretensões liberaes; o que me incommoda e na realidade me entristece são os reformadores conservadores, que não podem realizar a sua idéa predilecta, que é um censo alto, e arrastam com taes lembranças o movimento dos espiritos para taes innovações.

O SR. SILVEIRA LOBO: — A eleição directa com censo alto é a exclusão de nove decimos da população.

O SR. MENDES DE ALMEIDA: — Esta reforma não pôde ser levada a effeito no Brazil, com uma propriedade tão irregular e instavel, como é a nossa, o paiz não tem meios de sustentar um censo como para sua reforma imaginam os conservadores innovadores.

Entretanto, Sr. presidente, o partido conservador que devia ser o escudo da monarchia, e estar sempre de lança em risto em sua defesa, contra as innovações democraticas, apresenta-se innovador, fazendo-se até empreiteiro para executar idéas liberaes!

Um SR. SENADOR: — Vá os castigando assim!

O SR. MENDES DE ALMEIDA: — Os conservadores neste paiz deram-lhe aquillo de que necessitava; isto é, o verdadeiro progresso, de que hoje em parte goza



porque apesar das nuvens que já toldam no horizonte, esta paz de 40 annos tem sido a causa principal da prosperidade nacional.

Os conservadores puderam estabelecer leis assegurando a tranquillidade publica e garantindo a segurança do cidadão: deram, além disto, prova de boa administração, e é do que, muito e muito precisamos. Em verdade, Sr. presidente, todos os males de que alguns se queixam não vem do systema da eleição indirecta, não provêm das leis que o consagram, provêm da corrupção dos costumes na sociedade elevada, provêm do abuso dos partidos (*apoiados*).

O SR. SILVEIRA LORO:—Provêm da falta de garantia dos direitos do cidadão.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Si os partidos, Sr. presidente, procurassem sustentar a magestade das leis, fiscalizando sua execução de maneira conveniente, esses excessos não appareceriam jámais.

Portanto, os males não provêm da lei que temos, que é neste caso a mais innocente; não provêm do povo, que é innocentissimo; quem o excita, quem o leva a praticar acções menos convenientes são as classes directoras. (*Muitos apoiados.*)

O SR. SILVEIRA LORO:—E' a pura verdade; o povo é a victima; os governos são os algozes.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Ora, senhores, o que pensar do paiz em que todos os annos o poder moderador diz:—Ida para vossas provincias, faizei com que a lei seja observada, e os que tomam esse compromisso de honra, de fazer cumprir a lei que votaram, são os primeiros a violal-as em seus regulamentos, e por seus actos a insinuar aos povos como hão de melhor atacal-as!

Depois vem outros dizendo: Vós violastes a propria lei que votastes, pois bem, eu vou fazer pelo 1.º... E o que é mais para admirar, Sr. presidente, é que o proprio auctor ou iniciador da lei, aquelle que mais tinha procurado a sua realisação, tambem fez o mesmo, e foi ensinar o modo de melhor ludibrial-a! pobre reforma eleitoral de 1875!

Dizei-me, senhores, isto não é uma anarchia espontanea que existe de lavra neste paiz? Não é outra coisa... Surge agora este governo, eu sinto muito não estar presente o nobre presidente do conselho...

O SR. SILVEIRA LORO:—Não adiantava nada.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—... o diz que vem regenerar este paiz!

Parecia que para mostrar os males da ultima reforma, elles deixariam que os conservadores viessem á camara em maior numero do que vieram os liberaes na de 1877. Entretanto foi o contrario que succedeu; adoptou-se o systema de tudo excluir; parece que este governo tem um pensamento tenebroso, tem um fim, *secreto* e era o que eu queria dizer na presença do nobre presidente do conselho, e que este pensamento, este fim consiste em parte na imitação dos degoladores da camara franceza....

Que exemplos dão taes ministros ás populações! Que lá podem inspirar? E depois declaram ainda que o defeito é da lei! Pois a lei quando não é cumprida, é defeituosa?

Quando vem para uma corporação como a nossa uma eleição qualquer, ninguém quer examinal-a e diz-se logo: está bom, o eleito é fulano, adiantamos este serviço; as eleições estão conformes com

a lei e *Deo gratias*! portanto o escolhido *dignus est intrare in nostro docto corpore* (*risadas*).

Agora, vou entreter-me um pouco com a falla do throno e o projecto de resposta.

O SR. SILVEIRA LORO:—Precisa entrar na tal constituinte....

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Sr. presidente, eu não posso deixar de queixar-me da illustre commissão de resposta á falla do throno, por ella não ter sabido de alguma sorte corresponder em seu projecto de resposta á uma proposição que leio no discurso da Corôa. Os nobres senadores não devem tomar o que venho de dizer em mau sentido. Mas parece-me que a nobre commissão estava dominada de alguma idéa tristonha, visto como não reparou muito para um trecho, que devia fazel-a exultar de alegria.

Diz a falla do throno (*ld*):

• Compraz-me em communicar-vos que se conserva inalteravel a tranquillidade publica, de que felizmente goza, *ha tantos annos*, o Imperio; • prova incontestavel do progresso, que, pela pratica de nossas instituições, tem feito, o *espírito de ordem*. •

Ora dizei-me, senhores, não é isto uma confissão em boca insuspeita, dos eminentes serviços que prestou á nossa cara patria a politica conservadora? Como responde a commissão a este topico? Com uma frialdade, que me causa pezar (*ld*).

• O senado ouviu com o devido acatamento a communicação que á Vossa Magestade Imperial • approve fazer acerca da tranquillidade publica, • tão necessaria á prosperidade do Imperio. •

Senhores, aquellas palavras da falla do throno o partido conservador deveria mandar insculpir nos monumentos que o paiz elevasse a sua gloria, o a que tem incontestavel direito pelos relevantes serviços por elle prestados. Não devia a commissão com tanta frieza responder a esse topico, escripto pelo primeiro ministerio da nova situação liberal.

E' a confissão espontanea e a mais cabal dos beneficios executados neste Imperio pelo partido conservador. Não posso deixar de insistir ainda uma vez na frieza com que se houve na sua resposta a illustre commissão; por quanto as palavras da falla do throno se referem aos 40 annos de paz e tranquillidade de que temos gosado, com quanto tivessem pequenas interrupções, causadas não por conservadores, felizmente....

Com a politica conservadora chegou o paiz a esse estado descripto pela falla do throno. Quer o senado ver quanto é exacto o meu pensamento? Reflicta que isto que neste papel se diz é historico, não é politico, nem de actualidade; registra a falla as obras meritorias da politica conservadora, a qual tem applicação o que dizia Guizot, dirigindo-se aos seus electores de Lisieux: • Todas as politicas podem prometter-vos o progresso; sómente a politica conservadora vos dará a ordem com que podeis adquirir todos os progressos. •

Como foi que se obteve esse grande e inapreciavel beneficio que nós, os conservadores, podemos inscrever em nossos annaes com toda a ufania?

A eleição indirecta foi um dos meios com que o obtivemos; si regresso a eleição directa com todas as suas agitações, com todas as suas ovapões, com todos os seus discursos dithyrambicos, com os seus vivas, foguetes e fogos de bengala (*riso*), não sei onde iria parar o nosso bello paiz.

Sr. presidente, em 1873 tive a honra de proferir perante o senado um discurso sobre a eleição indirecta, do qual não vi até hoje resposta. Nesse discurso citei a opinião de um americano, o Sr. Seaman que confrontava o estado do Brazil com o das republicas hispano-americanas. Disse elle: « O systema das eleições indirectas e do suffragio limitado tem funcionado bem e ha assegurado a paz e a prosperidade desso immenso Imperio, por quasi cincoenta annos. »

O Sr. PAIXANS em um artigo publicado em principios de 1874 na revista franceza *O Correspondente*, pronunciou-se de um modo identico ao do publicista americano no fundo; por quanto fez com muita intelligencia, e rectidão a apologia do nosso paiz. Eis o que elle disse: são poucas palavras, e o senado terá a bondade de aturar-me com a leitura ainda por alguns minutos.

O Sr. JAGUARIBE:— O senado está ouvindo V. Ex. com muito prazer (apoiados).

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:— O escriptor depois de fazer a resenha dos diversos systemas de eleições praticadas em muitos paizes, lamentando que a França não tivesse continuado com o da eleição indirecta, unica instituição que a assembléa constituinte tinha reservado das antigas instituições daquelle paiz, passou a considerar o Brazil, que compara com as republicas hespanholas, as quaes elle considera sede de todas as anarchias. As suas palavras são estas, extrahidas do seu artigo—*A soberania da numero e o governo livre.*

#### *Imperio do Brazil.*

« A ordem, a prosperidade, o incremento do Imperio do Brazil, contrastam com a anarchia e o enfraquecimento das republicas hespanholas.

Entrando no exame do systema eleitoral da nossa Constituição, compara-o com a reforma portugueza, mas em sentido favoravel a nosso paiz; e continúa:

« O Brazil que goza da felicidade de ter á sua frente um dos soberanos mais illustrados deste seculo, não tem guarda nacional; elle subordina a capacidade politica á condições mais severas que a má patria, e nestas condições, governa-se melhor que ella.

« Mas de onde nasce o contraste extraordinario que existe entre a prosperidade deste Imperio e a ruina das republicas hespanholas? Da raça e da religião?

« Não, porque são as mesmas: estas populações são umas e outras de raça hespanhola ou portugueza e da religião catholica. E' na differença das instituições que se deve achar a razão do contraste. Tal é a conclusão necessaria a que chega qualquer espirito livre de prejuizos, retrogrados, qualquer homem sabendo servir-se da sua razão.

Eis aqui como nos apreciam aquelles, que não se acham possuidos dos nossos despoitos, e paixões e dos nossos pequenos interesses que tanto nos preoccupam, obrigando-nos a deixar o paiz por administrar, para cuidar somente de reformas inexecutáveis, e que darão ao paiz quando as ponha em pratica, o que Deus não permita, os resultados mais deploráveis.

A esse proposito cumpre notar que a reforma que se vai fazer terá a sorte das que adoptaram outros paizes, onde está em uso a miraculosa eleição

directa. Alli sempre se está a reformar leis de eleições, e nunca se consegue o *quid* que se deseja. Nós, entretanto, cuidamos que descobrimos a pedra philosophal nesse projecto que foi apresentado á camara dos deputados, suppondo que nesse trabalho está a panacéa com que serão curados todos os males do nosso bem amado paiz. Deus assim o permita.

Tambem tinha, Sr. presidente, de apresentar o testemunho do Sr. de Carné, autoridade insuspeita em materia de liberalismo, porquanto era e creio que ainda é, si vive, orleanista, e por consequencia não era ultramontano, nem legitimista.

O Sr. FERNANDES DA CENHA:— E' doutrinario, da escola de Guizot.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:— E' muito mais adiantado.

Tratando da eleição indirecta examina a questão com o trabalho do jurista e do estadista, da maneira mais notavel e persuasiva. E' um pequeno trecho, mas importante e concernente á materia. Referindo-se á constituição do anno III, que adoptava o systema indirecto, contra o que fora aceito pela Convenção franceza, disse (II):

« Assim a eleição indirecta triumphava desde logo, como uma garantia preciosa dada á ordem publica, como um primeiro principio de segurança restituído á sociedade revolvida até os abyssos. Desde essa época ella sempre conservou este caracter.

« Quando os poderes se veem enfraquecidos, a tem constantemente invocado como meio de salvação; ao passo que os partidos pediam a eleição directa escolhas que este systema de eleição lhes dava mais chances de dominar.

« Como não ver, em verdade, que a eleição directa reflecte de um modo ao mesmo tempo mais soberano, e mais vivo, as celsidões do pensamento publico, e as caprichosas impressões da imprensa, tudo o que faz em fim prevalecer, a parte ardente e movel da opinião contra a sua parte fixa e reflectida?

« E' sobretudo em vista do temperamento francez que a eleição indirecta parece ter sido concebida.

Este temperamento francez approxima-se muito do brasileiro. (Continúa a ler.)

« Acontece com este modo de eloger o mesmo que se dá na divisão do poder legislativo em duas camaras: é uma cautela tomada contra a impetuosidade do primeiro movimento, um refugio para a consciencia publica recolhida no preenchimento dos seus deveres.

Limite-me aqui a esta citação. Ha outros trechos que deixo de reproduzir, porque receio que depois me falte tempo para outras considerações.

Gostei muito do modo por que o nobre senador pela Bahia, como parlamentar projecto, desviou uma objecção que lhe propuz aqui, quando tratava de Venezuela a tenebrosa: lembrando-lhe eu que o actual senado francez fora eleito pelo methodo indirecto, disse S. Ex. « Isto é outra cousa. » Combatia o nobre senador o systema de duas grãos, e aquelle senado foi eleito por este systema, que, si alli tem produzido bom resultado, é um exemplo favoravel....

O Sr. SILVEIRA LOBO:— Do mesmo modo é eleito o presidente dos Estados-Unidos.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:— V. Ex. ajuda o que estou sustentando; entretanto o nobre senador pela Bahia disse-me: « Isto é outra cousa. »

No momento eu não podia replicar a S. Ex., porque, como já declarei, não quiz embaraçar o entusiasmo que corria em ondas na estrêa de S. Ex.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Tambem podia referir-se á eleição do senado norte-americano.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—Ontro artigo da falla do throno parece-me que não foi bem traduzido, interpretado e paraphraseado pela illustre commissão, ella que me desculpe. Diz a falla do throno (18):

• Reconhecida a necessidade de substituir o systema eleitoral vigente pelo de eleição directa, cumpre que, mediante reforma constitucional, a decretemos, assim de que o concurso de cidadãos, devidamente habilitados a exercer tão importante direito, contribua effezadamente para a realidade do systema representativo. •

E como responde a illustre commissão a esse trecho? (18):

• A reforma do systema eleitoral vigente será objecto de serio estudo e meditação do senado! Ora, Sr. presidente, quando nesse trecho se offende tão directamente a lei fundamental do Estado, merecia esta resposta da illustre commissão?

A resposta da illustre commissão parece um amulo; ella não quiz dizer o que sentia; mas eu devo declarar que faltou a seu dever; porque o senado é uma das corporações encarregadas de velar na guarda da constituição, e a constituição, sendo desrespeitada como foi neste trecho da falla do throno, devia encontrar na commissão eloita pelo senado para examinar esse documento, outra resposta que não a que ella deu.

• Reconhecida a necessidade. . . . Quem é que reconheceu esta necessidade? Quem, neste paiz, segundo a constituição, está encarregado de reconhecer essa necessidade? E? a assembléa geral, Sr. presidente. Diz a constituição no art. 173 (18):

• A assembléa geral, no principio de sua sessão, examinará si a constituição politica do Estado tem sido exactamente observada, para promover como fór justo. •

No artigo seguinte diz (18):

• Si passados os quatro annos, depois da jurada a constituição, se reconhecer, etc. • Vêmos, pois, que este artigo não pôde referir-se sinão á instituição encarregada de fazer esse exame; só a assembléa geral é competente para fazel-o e reconhecer a necessidade, de promover uma reforma.

Como é pois que o poder executivo tem a coragem de vir dizer perante a assembléa geral —reconhecida a necessidade,—naturalmente exprobrando-lhe o não ter feito, ha mais tempo, este reconhecimento? Elle que é incompetente para fazel-o, não devia ter se animado a tanto, e essa lembrança é, a meu ver, uma censura pela prevaricação ou desidia do corpo legislativo, por isso que depois lhe impõe a obrigação de decretal-a. Si a assembléa geral não reconheceu essa necessidade, não tinha a falla do throno que vir lembrial-a; é incompetente.

Demais, a assembléa geral tinha já provido nesse caso, porque fez em 1873, com a maioria da camara dos deputados, grande maioria, o com a do senado uma reforma mantendo o systema que tem dado ao Brazil estes annos de paz e de ventura, e firmado a estabilidade de nossas instituições.

Mas ouvi dizer: • Este reconhecimento estava feito; os liberaes queriam a eleição directa, e os

conservadores, por intermedio de tres notabilidades suas, tambem a quizeram; e, pelo que já ouvi dizer, parece que essas notabilidades se offereceram para executar o projecto da eleição directa.

O Sr. SILVEIRA LIMA:—Agora é que se está estabelecendo esta negociação.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—Ora, Sr. presidente, ninguém mais do que eu respeita os vultos do partido conservador que foram citados sobre este assumpto, dizendo-se que se encarregavam de dar conta da mão, de executarem a eleição directa; mas, ainda mesmo que elles por sua conta dissessem isso, não era possível trazer na falla do throno esse reconhecimento, porque só compete esse encargo á assembléa geral.

E demais, Sr. presidente, todos estes nobres caracteres tinham uma opinião individual, quando se fez a ultima reforma, que é de poucos annos. Já nesse tempo o nobre Visconde de Jaguaray era presidente do senado, e conhecia-se a sua opinião a este respeito.

A outra illustre notabilidade, o Sr. conselheiro Paulino, defendeu a sua causa na camara dos deputados e lá foi vencido.

O nobre Barão de Cotegipe, que tinha tambem a sua opinião particular, sustentou a doutrina do projecto que hoje é lei, declarando (note o senado) que a doutrina da eleição directa não era programma: conservador (apoiados). Declarou-o, está escripto.

Pois o partido que acabou de fazer uma lei com grande maioria, ha de seguir já outra opinião, sómente porque estes tres notaveis dissidentes declararam: vamos fazer a reforma da eleição directa, abandonando a lei de poucos mezes de data, mesmo com pessoal conservador?

Duvido que SS. EExs. pudessem dizer tal coisa, porque fariam uma injuria ao seu partido, julgando-o um composto de imbecis que tendo sustentado e affirmado o seu voto com a lei de 1873, mantendo o systema indirecto, viesse agora sem haver um motivo que pudesse alterar a situação, aceitar o novo systema, só pela razão de não ser possível achar-se a perfeição naquella lei pelos defeitos inherentes á humanidade.

Entretanto o que se viu é que os liberaes, antes puderam penetrar na camara dos deputados em 6.ª parte e introduzir aqui um membro do seu partido com essa tão maltratada eleição. Tinha-se feito um primeiro ensaio, e isso, apesar de tudo, não foi mau; que razão pois podia ter o partido conservador para dizer: acabemos com este systema? Si o ensaio não tinha sido infeliz, apresentando uma camara como a passada, cheia de talentos, tanto liberaes como conservadores, o que desempenhou muito bem os seus deveres (falla da camara em geral); como é que logo cinco mezes depois se agita a questão de modificar-se o systema, de acabal-o, de destruil-o? Si o systema actual é conservador, é monarchico; e si se quer fazer outra coisa, isto é, si se quer abalar essa monarchia fundada em 1824, como é que o partido conservador ou algumas de suas influencias poderiam dizer: nós nos encarregamos de fazer esta alteração?

Mas note o senado, que a eleição directa, fallando em geral, é uma abstracção. Não se diz como a reforma se vai fazer, o entretanto declara-se: estamos promptos para, mesmo com votos conservadores, arranjar uma eleição directa menos má e melhor do que a poderiam fazer os liberaes. Não acrodi-

to nisto, porquanto a eleição directa no ponto de vista conservador equivale a censo alto, e não pôde assim satisfazer ao que desejam os liberais.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Os liberais também tiveram a cautela de dizer: não faça questão do modo.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—Isto é outra questão que havemos de deslindar aqui com a presença do nobre presidente do conselho.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Logo, não tinham idea doutrinal do partido, a questão era o poder.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—O que se vai fazer é uma reforma no ar com uma idea abstracta por bagagem, porque a eleição directa tem pelo menos tres faces por onde se possa apreciar-a: suffragio universal, que é directo, suffragio censitario, mas censo baixo, que é o que aprecia o nobre senador pela Bahia, o Sr. Dantas e o nobre senador por Minas, o Sr. Silveira Lobo, o censo elevado que é o que os conservadores poderiam desejar.

Nós o que queremos é que o pessoal que possa entrar na eleição directa seja tal que tenha capacidade para escolher bem. Não reputamos que os que têm menos dinheiro possam escolher bem. Era o pensamento de Guizot aos seus eleitores: « Fundai uma fortuna e podeis eleger, porque quem funda uma fortuna mostra bastante intelligencia. »

Portanto, não acredito, Sr. presidente, o que por ali se afirma, e principalmente porque agitando-se aqui a questão sobre a saída do antigo ministerio e a entrada do actual, não vi que um desses cidadãos, que aliás se podia fazer ouvir nesta casa, dissesse uma palavra sobre o assumpto.

Este silencio me está indicando que de nada se tratou e que nenhum conservador se offereceu para executar a mudança do systema indirecto para o directo, forçando o voto dos seus correligionarios.

São estas as observações que tinha a fazer á illustre commissão, com referencia á resposta da falta do throno. Em uma parte mostrou-se fria, não correspondendo ao que della se deveria esperar, havendo uma confissão de boca insuspeita, em favor do partido conservador; na outra parte mostrou-se amuada, não disse nada, mas não manteve, á meu ver, a dignidade do senado, que é uma parte do poder legislativo, encarregada de examinar e de velar pela constituição.

Sr. presidente, o nobre senador pela provincia do Paraná suscitou aqui uma questão importante e que convem que discutamos com autoecuencia; é a questão prejudicial, e interessa ao projecto que brevemente virá da camara dos deputados.

(Chega o Sr. presidente do conselho.)

Oh! V. Ex. não sabe o prazer que me dá com a sua chegada á esta casa. Eu me felicito de o ver sae salvo e, ao que parece, gosando de esplendida saude.

Deus lh'a continue.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMU (presidente do conselho):—Obrigado.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—Abandono, por hoje, a questão agitada pelo nobre senador pelo Paraná, para dizer algumas palavras a V. Ex. e que não pude logo de principio fazer, por não se achar presente.

V. II

Soube que V. Ex. não tinha podido chegar ha mais tempo ao senado, por motivo de serviço publico; e fiz-lhe completa justica.

Sinto, Sr. presidente, ter de dissentir alguns assumptos que interessam ao nobre presidente do conselho e que, por esta causa, eu possa desgostar-o; mas, hei de fazer todo o esforço para não me arredar u a passo das regras da conveniencia.

No principio do meu discurso, eu disse que sentia serias apprehensões pelo estado do paiz e que mesmo receava pelo futuro das nossas instituições politicas. Agora vou expor, em parte, as razões por que assim penso.

Quando, em 1868, a situação liberal foi substituida pela conservadora, ouvi dizer que tinha sido tal o desgosto da gente decahida que houve um juramento de Annibal, não sei si contra as instituições, si contra quem as representava, juramento que, em outra época, deu lugar ao 7 de Abril.

Nessa occasião, apesar de que se fallasse muito nisto, nunca quiz acreditar nesse juramento; tambem se disse que os que não confiavam na firmeza de semelhante juramento, entenderam dever formar um partido republicano, para sustentar, a todo o transe, guerra á monarchia.

Pensei que eram despeitos, ainda frescos, não acreditei nisto; eram fallatorios de momento, desabafos naturaes; attentas as nossas circumstancias, diversas das de outra época, achando-se a entidade augusta, que está de posse do poder moderador, o chefe do executivo, cercada de tal prestigio, de taes considerações, não suppunha possível a existencia de um tal juramento e de sua manutenção, *quand même*.

Mas, Sr. presidente, quando li pela primeira vez a lista dos membros do actual gabinete, recordei-me desse boato, do que ouvi dizer então; fiquei como o Duque de La Rochefoucault-Liancourt, quando teve de ir participar a Luiz XVI, na noite de 14 para 15 de Julho de 1789, a tomada da Bastilha. Quando o rei indignado, ao ouvir semelhante noticia, exclamara: *Mais c'est donc une revolte*, elle respondeu: *Non, Sire, c'est une revolution*. E não foi somente uma revolução; foi a dissolução da sociedade franceza desde os fundamentos. E' tambem o que eu receio com as consequencias da subida deste gabinete.

Mas, Sr. presidente, vamos apreciar os factos que foram occorrendo de então para cá.

A situação nova entrava para regenerar o paiz; mas, devo confessar, nunca se viu ministerio algum, mesmo de feição liberal mais pronunciada, que ousasse postergar a lei com tanta frieza e desenvoltura.

O Sr. SILVEIRA LOBO:—Elles fazem ostentação do despotismo.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—Começou, em primeiro lugar, a derrubada dos homens, dos funcionarios publicos, como já disse, o *quintec requinte* da população official; os gemidos das victimas e de suas desoladas familias ouviam-se por toda parte; e depois que deixaram os adversarios, foram com a mesma gana aos proprios amigos, que se mostravam tibios ou pouco satisfeitos. Seguiu-se a derrubada das leis; não houve um ministro que não praticasse este delicto, com mais ou menos ostentação, conforme o seu temperamento pessoal, mas sempre com uma segurança, com um sangue frio espantoso, que não pôde resultar do socego da consciencia, sinão de um systema preconcebido e

assentado: e isto se hade fazer até o fim. A degolgação dos funcionarios seguiu-se a degolgação das leis.

O ministerio, que se dizia ter subido ao poder para realizar a reforma da eleição directa com a camara então existente, passados alguns mezes, a dissolveu! Não poderam ainda os nobres senadores, que têm aqui discutido esta materia com tanta mestria, arranjar uma razão legitima desse facto.

Porque se alterou a promessa, que se diz haver sido feita? Pois vós, que fideis de accordo com os conservadores n'uma transacção quanto a esta reforma, que erais o meio termo entre os excessos conservadores e as utopias liberaes, porque não esperastes pela reunião da camara? Porque previamente a dissolvestes?

Porque ia-se emittir papel-moeda, disse-nos aqui o nobre presidente do conselho, e a camara de 1877 não approvava esta resolução. Mas, isto não é um motivo que satisfaça, que cale na consciencia de um homem de razão e de criterio. Na verdade apresentando-se o ministerio ás camaras e mostrando que seu fim era tão somente a questão da reforma, mas, que havendo, por outro lado, um facto superior ás previsões humanas, facto extraordinario, de força maior, fôra obrigado, não tendo meios e não querendo emittir apolices, porque de seu avultado numero estava o paiz sobrecarregado, e não podendo obter emprestimos nas circumstancias do paiz, e mesmo para não ser demasiado pesado o juro que já se pagava, lançou mão da emissão do papel-moeda. Si a assemblea geral ou a camara rejeitasse a medida, fizesse então o governo o que julgasse conveniente ao paiz. Nessa occasião teria todo o fundamento solicitar uma dissolução, porque se ficaria, por assim dizer, n'um becco sem saída; era uma crise, e o ministerio estava justificado pela força maior das necessidades que surgiam. Mas, dissolver a camara previamente é incomprehensivel!

Os nobres senadores têm feito aqui a resenha, não direi perfeita, mas a que era possível, de todos os attentados praticados pelo actual governo, no anno nefasto de 1878. Não é, pois, mais necessario, o seria escusado repetir aquillo que melhor do que eu disseram todos os illustres senadores que fallaram sobre este assumpto.

A resposta, porém, do nobre presidente do conselho, e a que dão seus collegas, são, na mór parte dos casos, banaes ou illusorias, e em geral irrisorias.

O Sr. SILVEIRA LOBO dá um aparte.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—E mesmo por isso não insisti em pedir a S. Ex. promessa alguma sobre o facto occorrido no Pará, de quo, ha dias, occupei-me.

Dantes os ministerios vinham ás camaras pedir, quando exorbitavam das leis, que se lhes desse um intitulado *bill* de indemnidade, esse *bill* arranjado pela anglomanía dos politicos de nosso paiz, mas os actuaes ministros nem já o sollicitam. Quando chegou o tempo da reunião das camaras, foi quando mais se reincidiu, tendo os proprios ministros a assombrosa coragem de dizer no parlamento que haviam de continuar no systema, porque se tratava da salvação publica.

Eis como procedem os nobres ministros! Ha factos deste ministerio, Sr. presidente, no anno que passou e no que continúa, impossiveis de se praticar em nenhuma outra época que se possa qua-

lificar de normal. Todos os grandes estadistas do nosso paiz, ou liberaes ou conservadores, que já falleceram, e que estão dormindo na paz dos túmulos, si, por acaso, de lá se levantassem para ver o que hoje succede, ficariam alysmados!

É incrível a historia ministerial do anno de 1878 e a que vai continuando.

No tempo dos conservadores, a menor queixa que levantava um jornal, ou um membro do parlamento, do partido liberal, era sem demora atendida e examinada. E quando o nobre senador por Alagoas, que me ouve, citava aqui os colletes de couro e os estaqueamentos praticados em sua terra, o partido conservador, ou o ministerio que representava a situação, escolhia um cidadão em quem depositava confiança, e esse cidadão seguia logo para a provincia, fazia esmerilhar o crime e punir os seus autores.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*):—V. Ex. está enganado.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—No Piahy, houve um funcionario publico que mandou dar algumas chicotadas em um homem livre, suppondo-o escravo; e o governo nomeou logo, para syndicar desse facto, pessoa de confiança, que seguiu para lá e o autor do crime foi processado e condemnado.

O Sr. VIEIRA DA SILVA dá um aparte.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—Era o que se dizia.

Elle sahio do Piahy applaudido pelo partido liberal, e isso mostra que o ministerio conservador, sabendo que se havia praticado um crime de ordem elevada, promovia a punição do delinquente. E como procedo, Sr. presidente, o partido liberal, que está hoje no poder, tendo á sua frente o nobre presidente do conselho? Deu-se um facto inaudito, no Coará, que vein justificar as liberrimas e patrioticas previsões do nobre ministro do Imperio, essa cremação horriavel, praticada á sombra da policia em Villa Viçosa...

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*):—Ainda quer que se fizesse mais? Já o demonstrei na sessão passada.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—O que se deu aqui em relação á este facto? Os nobres ministros responderam com a palavra lugubre e cruel de Bar-nave, quando, em Paris, foram assassinados os intendentes Foulon e Berthier: *Et le sang versé était il donc si pur?* e o sangue que se derramou era porventura tão puro?

Foi o que se disse com relação aos homens de Villa Viçosa!

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*):—O governo fez tudo quanto podia fazer.

O Sr. JAQUARIBE:—Não apoiado.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—O inimigo do pavoroso Jurity era um homem mau, de perverso caracter.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*):—O inimigo de Jurity commetteu o crime e ficou impune; e era autoridade.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—A consequencia da palavra ministerial foi que Jurity fez bem em vingar-se.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBU (*presidente do conselho*):—Está enganado V. Ex.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—O certo é que o inimigo do Jurity vive, o foram cremadas infelizes mulheres e crianças, presente a policia!

(Trocam-se apartes entre os Srs. presidente do conselho e Fernandes da Cunha.)

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—O ministerio actual é demolidor, porque ignora (sinto dizê-lo) o que é a administração de um povo culto, e em consequência dos princípios que segue, ha de ser um governo agitador, sem forças para domar os grandes e mais protegidos criminosos e não um governo que procure tranquillisar as populações, empregando para protegê-las remedio efficaz.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBU (presidente do conselho) dá um aparte.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Vêde o facto que se deu em Itú!

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—Tambem o governo é culpado?

O SR. SILVEIRA LOBO dá um aparte.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—O autor do mal, devo dizer, era um discipulo aproveitado dessas escolas nocturnas, onde já se praticam a grande naturalização, e em que se não conhece a patria, a condição e a religião dos alumnos. Sabemos muito bem quem foi o promotor, o fundador dessas escolas, e os resultados que promettem. Elle não deve, portanto, estar satisfeito com o discipulo que ellas já produziram.

Como procedeu o governo, em semelhante emergência, e que medidas tomou para prevenir o acontecimento que todos devemos deplorar? Era impossivel, Sr. presidente, que no meio das doutrinas que adrede se propagaram e se propagam em todo o Brazil, sobretudo contra a entidade augusta que exerce o poder moderador, um governo conhecedor de seus deveres, e das circumstancias delicadas em que nos achamos, dando-se aquelle facto medonho do trucidamento de uma familia amada no lugar, não tomasse logo as providencias e as cautelas que o caso reclamava, inspirando o réo tanto horror. Não as tomou por desidia, por ignorancia da meio em que vive, por indiferença, pois, não é de presumir que as autoridades de Itú não transmittissem logo ao presidente da provincia, depois da primeira aggressão, o estado de irritação da população justamente magoada por crime tão horrendo. E tudo quanto succedeu o governo devia esperar, por quanto o facto havia de produzir uma enorme irritação; maxime, com o temor de que o réo não fosse punido.

O presidente da provincia não mandou retirar o preso das vistas daquella população, irritada no mais alto grau. O governo, Sr. presidente, tinha para isso meios de sobra e tempo que não soube aproveitar.

Si a companhia ingleza não podia pôr á disposição do presidente da provincia os seus recursos, outras podiam fazê-lo de outros pontos.

Um carro extraordinario e especial para ir a Itú podia muito bem ir de Jundiahy, havia, para proporcionar este recurso, o telegrapho.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—Carros de bitola larga para trilhos de bitola estreita.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Pardão-me, V. Ex., eu tambem estive em S. Paulo; ha carros de bitola larguete Jundiahy e d'ahi podia mandar-se outro carro de bitola estreita, e, si não fosse possivel lancar mão deste meio, o presidente da provincia podia dizer ao seu delegado: faça arredar quanto antes o criminoso dessa localidade. Para este transporte gaste o necessario, caminhe-se durante uma noite si for preciso, mas afaste da cidade esse objecto de tanto horror.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—E si fosse morto em caminho, seria o governo o responsavel.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Morto em caminho, como? Só si não houvesse prevenção alguma. Mas, como disse, ha carros de bitola estreita e mesmo em Itú existem.

(Ha um aparte.)

Pelo amor de Deus! Eu sei estas cousas, porque tenho feito já por vezes esta viagem.

Havia, portanto, meios de evitar aquelle pavoroso acontecimento; o governo porém nada fez, e só mandou lá recursos depois, quando infelizmente já não havia remedio.

E' isto o que eu lastimo.

Ah! Sr. presidente, si um caso destes si tivesse dado na gerencia do partido conservador, a imprensa do norte a sul, todas as assembléas provinciaes, atroariam os ares, além desta casa e da camara dos deputados, com justa indignação.

Entretanto o facto mostra a pouca capacidade do governo para administrar o paiz. Não soube prevenir o mal em tempo.

Mas, passemos a outro ponto. Sr. presidente, eu devo ainda dizer ao nobre ministro que as minhas apprehensões a respeito dos males que receio em detrimento do paiz, e de suas instituições provêm do conhecimento que tenho da politica do S. Ex. que procurei estudar. Por isso necessito entrar em algumas considerações, e como preambulo, vou fazer agora, Sr. presidente, uma pequena biographia do illustre presidente do conselho, mas em largos traços, simplesmente.

Eu conheci o nobre ministro em Olinda, em 1835. Lá S. Ex. figurava ao lado de Nabuco, de Souza Franco e de Luiz Maria. Pôde-se dizer que eram os quatro primeiros, as flores d'esse anno.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—Obrigado a V. Ex., os outros eram: eu creio que era folha verde.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Acredito que era folha verde, porque o seu nome o está indicando, e os annos eram poucos.

S. Ex. então escrevia jornaes de côr liberal.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBU (presidente do conselho):—Sempre moderado, acrecente.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—O nobre presidente do conselho escrevia a *Voz do Bibrife* e Nabuco escrevia no *Diario de Pernambuco* e no velho *Pernambucano*, si bem me recordo.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBU (presidente do conselho) dá um aparte.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Pôde ser que eu me engane no nome do periodico, mas os jornaes eram diferentes; V. Ex. escrevia com Souza Franco, e teve uma larga polemica com o padre João Barboza Cordeiro que nesse tempo era deputado e influente.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Em opposição a elle.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Por tal signal que essa discussão era acerbissima.

Vi depois o nobre senador na camara dos deputados em 1843, contestando-se então sobre assumpto eleitoral com o actual presidente da relação.

Nesse tempo S. Ex. com seu companheiro do jornal, assentava-se do lado conservador.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Quando?

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Em 1843.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Em 1843 protestei contra os acontecimentos de Minas.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Então vi sentado ao lado dos conservadores.

(*Trocam-se apurtes.*)

O que é certo é que o partido conservador, não querendo deixar um talento da ordem do do nobre senador em disponibilidade, sem serviço, aproveitou-o nomeando S. Ex. ministro brasileiro na republica Oriental.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—E? verdade.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—O nobre presidente do conselho sabe bem destes factos, e conhece as consequências que podiam trazer ao nosso paiz os actos alli praticados por S. Ex.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—dá um aparte.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—O que é verdade é que ficamos expostos a uma luta sangrenta com a Confederação Argentina sob o dominio de Rosas.

No anno seguinte, em 1844, S. Ex. com o mesmo seu collega de jornal, já militava no partido liberal quando elle então subiu ao poder, e acharam-se depois nas Alagoas, onde a provincia espavorida vin-se forçada a fazer uma revolta contra o seu verdadeiro senhor, ou dominador que era S. Ex.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Como a dos *Baluaios* no Maranhão.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Isso não me toca.

Foi necessario que fosse nomeado d'aqui um presidente conservador para apaziguar a provincia.

Ainda depois, não havendo já revolução em Minas para justificar o nobre presidente do conselho, S. Ex. foi tirado de sua Thebaida de Cantagallo...

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Em 1852 época da conciliação.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—... e o fizera chefe de policia na corte, presidente do Rio Grande do Sul e da Bahia, d'onde não veio muito satisfeito com o ministerio.

Além disto, foi eleito senador pela sua provincia e para isto muito concorreu alguma que está presente e que podia e pôde dizer — *quorum para mihi fui*.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Pôde dizer quem é.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—V. Ex. olhe para o seu lado e dirá si esse alguem não pôde dizer o que

eu enunciei. O nobre ministro foi deputado em situação conservadora...

O SR. SILVEIRA LOBO:—Homem politico eu já disse que elle nunca foi.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—... e ficou depois como a mãe de S. Pedro entre liberes e conservadores, pelo que foi nomeado ministro em um gabinete conservador, mas de cor progressista de que era presidente o Sr. Ferraz.

Foi S. Ex. ainda ministro em uma situação intermedia de que era chefe o illustre Marquez do Olinda, quando se quiz lançar a ponte para a passagem do partido liberal ao poder.

Ora os actos de S. Ex. na Republica Oriental e o golpe de Estado de 30 de Dezembro de 1863, o assignalaram como o homem mais capaz para dar golpes de Estado.

O SR. FERNANDES DA CUNHA:—E? o corta-cabeças.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Ainda não cortei nenhuma.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Esta circumstancia o apresenta como homem capaz, o mais adaptado, ainda com as mãos enluvadas e com aspecto prazenteiro e sympathico, para dar golpes de Estado e pôr em agitação um paiz.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Ainda não o fiz.

O SR. SILVEIRA LOBO:—E quer agora realizar uma reforma eleitoral com a abdição do povo em geral.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Nestes breves traços biographicos do nobre presidente do conselho tenho dito o principal do que sei a seu respeito politicamente.

(*Trocam-se apurtes entre os Srs. Silveira Lobo e Leão Vellozo; o Sr. presidente agita a campainha reclamando attenção.*)

Mas, Sr. presidente, o que mais me surpreendeu depois de conhecer o honrado senador na academia de direito de Olinda, o que mais attrahiu a minha attenção nesses meandros da politica, foi o nome com que S. Ex. se adornou logo em sua juventude e ainda se adorna: *Cansansão*. Pois é possível (dizia eu comigo) que haja um individuo que espontaneamente tome para si o nome da origina branca? (*riso*). Mas com o acrescimo de *Sinimbú* que na occasião eu não sabia o que realmente significava, suppoz que cansansão fosse uma herba maravilhosa de algum sitio das Alagoas denominado *Sinimbú*; e acreditei que S. Ex., tomando essa denominação, derivada do logar assim chamado, ou como depois soubo do nome indigena do rio que banha a terra que teve a honra de produzir um cidadão tão eminente como o nobre presidente do conselho.....

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Obrigado. Não sabia que a minha biographia levasse tão longe o nobre senador.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—... tomava ou um appellido de guerra ou para assignalar e glorificar essa herba maravilhosa, oriunda de sua patria, como disse. Não quero traduzir a palavra *Sinimbú* ou *Genomby*, nem entrar em maiores explicações sobre este termo para não provocar interpretações que nem de leve tenho em mente.



Em todo caso o nome adoptado por S. Ex. deve ser um nome de guerra; porquanto o honrado senador, nos outros seus nomes patronímicos encontra illustrações que deviam satisfazer o seu orgulho. O nome de Lins recorda o de um engenheiro allemão muito distincto; Christovão Lintz, que esteve ao serviço da Hespanha no Brazil, fundou a fortaleza de Cabedelo, deixando progento numerosa em nosso paiz, e de quem S. Ex. naturalmente proceda.

Portanto, o nobre presidente do conselho poderia ter dispensado ou tomado outro nome que não assustasse; preferiu, ao contrario, um nome de guerra, como fizeram tantos outros nossos patricios no principio da epocha da independencia em todo o Brazil.

Notei mais, Sr. presidente, o facto da ascensão do nobre senador á presidencia do conselho, e não menos a organização de seu ministerio. Fiquei logo sorprendido e aterrado; porquanto, havendo no Brazil dous partidos monarchicos, ha-seados na doutrina da constituição, um liberal e outro conservador, era para estranhar que para a organização desse ministerio se fosse procurar, até em terras longinquoas, cidadãos que se tinham pronunciado por uma politica opposta á nossa constituição. Estariam no caso da Franca, onde Thiers sustentava a conveniencia de governar-se uma republica sem republicanos? Era, pois, tambem preciso governar uma monarchia com republicanos? Não achei explicações sérias, racionais a esse facto. Acredito que os cidadãos que adoptaram essa politica são muito talentosos e muito respeitaveis por seu caracter, mas para um ministerio monarchista eram, a meu ver, os menos proprios.

O SR. FERNANDES DA CUNHA:—Penso como V. Ex.: ou trahiram a sua causa, ou trahiram a monarchia.

O SR. CANSANÇÃO DE SINIMBÉ (presidente do conselho):—Nem uma cousa nem outra.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Quando vi a escolha do nobre presidente do conselho para dirigir e organizar um ministerio nas condições que se sabe, lembrei-me tambem de S. Thomaz de Aquino, doutor da Igreja, a quem apresentaram tres candidatos para elle escolher um, que teria de dirigir uma casa de sua ordem. O primeiro era designado como *sanciusimus*, o segundo como *sapientissimus*, o terceiro como *prudensissimus*.

Na proposta S. Thomaz lançou o seguinte despacho: *si sanciusimus, oret; si sapientissimus, doceat; si prudensissimus, regat*. O mesmo se poderia em parte escrever nestas circumstancias que conhecemos. O nobre presidente do conselho vivendo ainda neste mundo não se considera talvez *sanciusimus*; por outro lado, reconhecendo, como reconheço, sua modestia, tambem não se arrogará a denominação de *sapientissimus*; poderá provavelmente aspirar á posição de *prudensissimus*, posto que raras vezes o homem dos golpes de Estado se possa assim qualificar. Mas nesta parte, posto que contra o meu gosto, estou em divergencia com o nobre senador; continuemos.

Como entrou o nobre senador para o ministerio? Vejamos, apreciemos um pouco a questão.

O ministerio de 25 de Junho, como está comprovado até por documentos de lavra imperial, caso novo, pediu a sua demissão. Sua Magestade o Imperador disse nesses documentos que dava a demissão ao illustre presidente do conselho, e que

tambem a darla aos outros ministros, si concordassem na saída.

Os outros illustres membros daquello ministerio disseram que queriam tambem sair, e assim se resolveu. Mas antes disso quiz Sua Magestade ouvir a dous membros importantes do partido conservador, porque eram ambos até então presidentes em cada uma das camaras. Da consulta feita nessa occasião resultou que os dous illustrados conservadores partilhavam a doutrina do systema directo, e então Sua Magestade, depois de ouvi-los, mandou chamar o nobre senador, que tambem partilhava essa doutrina: foi S. Ex. o preferido.

A razão da preferencia dada a um membro do partido liberal sobre o conservador, ou sobre esses membros do partido conservador, que queriam a eleição directa proveiu da idade da idéa. Essa idéa era sempre uma abstracção e não uma medida pratica conhecida, pois não se discriminou, ao que parece, qual era a eleição directa que se queria. Cada um, Sr. presidente, desejava o systema, em abstracto, não revelando a physionomia. Mas isto é materia para outro discurso, para lá reserve-a; quero agora resumir este discurso, porque a hora approxima-se e eu desejo ser agradavel aos illustres senadores, que me ouvem.

Chegados ao senado o honrado presidente do conselho com um dos illustres ministros da actual situação e dous da que tinha decahido, para darem mutuas explicações do acontecimento, não havia necessidade, Sr. presidente, na occasião de se manifestarem os motivos por que uns tinham sahido e outros entrado, de se lerem cartas do augusto funcionario que exerce o poder moderador; pelo menos o caso era para estranhar, pela novidade. Bastava, a meu ver, dizer: «Nós pedimos nossa demissão e ella nos foi concedida»; tudo mais que em taes documentos se lê é posterior, e quem poderia responder por esses factos era, e é, o actual presidente do conselho.

Não podia, Sr. presidente, o ministro que sahira usar destas cartas, ainda mesmo que as reputasse proprias do ministerio de 25 de Junho. Não se podiam exhibir, porquanto, ou ha responsabilidade ministerial ou não ha na nossa forma de governo; si ha, como acredito, não é preciso ler aqui documento algum assignado pelo Imperador, justificando ou não sua conducta; bastaria dizer o occorrido, porque a palavra de cidadãos nas condições dos ex-ministros era sufficiente para o senado e para o paiz. Mas, Sr. presidente, não é este o facto que estranhei, e não sendo o autor mais ministro, corre por sua conta. O que não pude comprehender foi o procedimento do honrado presidente do conselho nessa occasião; porquanto no acto de taes leituras era inusitado, era uma novidade. Apenas uma vez, recordo-me, o Sr. Zacarias apresentou na camara dos Srs. deputados uma carta de Sua Magestade, mas com autorização sua, e por motivo que não podia attrahir nem de leve a odiosidade nem o ridiculo, e a defesa estava consignada na propria carta.

O SR. CANSANÇÃO DE SINIMBÉ (presidente do conselho):—Como nesse caso.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Perdão-me o nobre presidente do conselho, um facto destes, desde que é admittido, pôde trazer essas consequencias, que conviria sempre afastar. Agora o que não posso comprehender, e menos explicar, é que o nobre presidente do conselho do actual ministerio ficasse em tal situação mudo, silente.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Havia de negar as cartas?

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Mas a apresentação dellas atacava o principio da responsabilidade ministerial. O Imperador não precisa justificar seus actos nas camaras, porque tem os ministros que os justificam conforme a doutrina admittida. Não era possível produzir essas cartas sem a vontade e autorização da Sua Magestade; ainda mesmo com relação aos pontos que diziam respeito ao novo ministerio, não podiam ellas ser apresentadas. Esse ministerio é que devia tomar sobre si a obrigação de justificar aquelles actos que lhe interessava.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Isso vai a quem toca.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—O que não posso comprehender, repetirol, é o silencio do nobre presidente do conselho nessa occasião.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—O que havia de fazer?

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Não tomou a defesa....

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—De quem?

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Do acto....

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Que acto? Não era meu.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Apresentou-se um acto inusitado, em que a pessoa do Imperador foi posta em discussão, porque, desde que um documento apresenta-se nesta casa daquella forma, não pôde deixar de soffrer discussão.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Havia de negar as cartas?

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Devia contestar e mesmo reprovár o acto, pois que feria o principio da responsabilidade ministerial.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—V. Ex. devia reprová-lo como conservador.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Estou reprovando agora.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Está direito.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Naquella occasião não tive a palavra, e por isso digo agora o que sinto a este respeito. Não deve firmar-se semelhante precedente. Não é tarde, para esta casa, e nem para o paiz; ainda se está tratando da discussão da resposta á falla do throno; ainda quando fosse demorado, não era de todo tarde, para a questão e para o paiz. O facto que noto, e me surpreendeu, é este: as cartas foram exhibidas e lidas, foram discutidas, e V. Ex. como primeiro ministro não levantou sua voz autorizada em nome da responsabilidade ministerial.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Para que?

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Para condemnar o acto, assim de que não vá depois servir de exemplo como se quer hoje com a denominada *constituinte*. O acto era contrario á doutrina da responsabilidade ministerial, e V. Ex. calou-se; achou-o portanto natural e legal.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Não disse a V. Ex. que achava.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—O silencio do V. Ex. exprimiu a meu ver consentimento.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Não, senhor.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—A regra em direito é esta.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Do quem cala consente?

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Não é só isto; é que, não dizendo o contrario, interessando-se V. Ex. na discussão, mostrou não negal-o.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—V. Ex. quer censurar os outros com minha autoridade.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—A responsabilidade ministerial naquello caso acompanhava ainda o ministro que sahio, era o que V. Ex. devia ter declarado até pelas circumstancias de que aquelle acto estava revestido. Esse acontecimento ia estabelecer um precedente de máu caracter, que pôde ter possimas consequências no futuro, consequencias que V. Ex. devia cortar desde logo em nome do principio da responsabilidade ministerial.

O SR. LEITÃO DA CUNHA:—Houve até quem analysasse o estylo das cartas.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Um dos oradores chegou a dizer que as razões para a mudança da situação eram *infantis*, e isso não achou da parte do illustre senador-presidente do conselho nenhuma reflexão em contrario.

O SR. LEITÃO DA CUNHA:—Não quer dizer que approvasse.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Perdão-me, o honrado senador, quem está na obrigação de fallar, como estava o nobre presidente do conselho, não podia calar-se neste caso.

O SR. FERNANDES DA CUNHA:—Consciencia politica de que não houve razão para mudança da situação; é sómente o que importa o silencio.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Mas, disse o nobre presidente do conselho, e é isto o que se tem declarado, que S. Ex. calculando que lhe podiam passar a vara ou o bastão de marechal na nossa politica, foi consultar seus amigos e lá, no alto conselho dos amphitryões liberaes, S. Ex. propuzera assim a questão (pôz o guizo, como se diz, no pescoço do gato):

«O que devo eu fazer na hypothese de que Sua Magestade, accitando o systema da eleição directa, queira fazel-a por meio da reforma da constituição?»

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Não foi assim que eu disse.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Mas em resumo é isto.

O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Não, senhor.

O SR. FERNANDES DA CUNHA:—Foi mais amplo até: «Não faça questão da forma.»

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Isto disseram os outros. «Em todo o caso agarre o poder, não faça questão do modo. Qualquer que seja o modo, accite.» S. Ex. foi ao paço e lhe disseram: «E' con-

veniente attender que a eleição directa deverá fazer-se com a reforma da constituição, ha para isto razões de muito peso.

Isto tudo são illações minhas resultantes do que tenho ouvido, porquanto o que se passou no colloquio só dous sabem.

O SR. CANSANÇÃO DE SINIMBÉ (*presidente do conselho*):—Quem são os dous?

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—V. Ex. e o poder moderador. Quem é que pôde saber do que houve por lá? Só ahi.

Agora, hereditando nas palavras de todos aquelles que o ouviram...

O SR. FERNANDES DA CUNHA:—São confidencias comprometedoras.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Não sei si são confidencias comprometedoras, o que sei é que S. Ex. sahiu com o proposito de realizar a mudança do systema directo pela reforma da constituição.

Aqui tem-se accusado ao honrado presidente do conselho, por ter adoptado de preferencia este expediente, e por não ter ficado com sua liberdade ampla de acção para escolher o systema que melhor lhe servisse. Foi até um ex-ministro conservador quem quiz ensinar ao nobre ministro a receita de segurar bem o passaro (*risos*). O Sr. ministro devia ter dito que queria ampla liberdade para neste ponto seguir o caminho que lhe parecesse mais conveniente, o que as circumstancias e seu patriotismo lhe inspirassem. E' a phrase da moda.

S. Ex. então deixou-se prender, guiando-se pelo que disseram os seus amigos: agarro o poder em todo caso, e não faça objecção.

O SR. CANSANÇÃO DE SINIMBÉ (*presidente do conselho*):—E' um commentario que V. Ex. está fazendo.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Tambem se disse ao nobre ministro:

O poder moderador não tinha sabida facil, depois que S. Ex. foi chamado; o bastão havia sempre de ir para os liberaes, e, portanto S. Ex. podia carregar-lhe a mão e impôr-lhe as cordilhões que quizesse. O nobre ministro ficou calado e fez bem, porque era expediente mais seguro; e eu vou pela politica do nobre ministro como tactica, e não por aquella que lhe ensinaram. Cada um tem os seus meios de guiar a sua razão. O nobre ministro mostrou nesta emergencia que era politico e, digo ainda, que foi mais politico que todos os de seu partido, que constantemente o aggridem por não querer S. Ex. mais do que prometia. Grande politico, direi mais, e fino. Não é neste ponto o mesmo homem da Republica Oriental, nem do 30 de Dezembro, aprendeu alguma experiencia. E' mais alguma coisa o que o nobre ministro quer, e portanto uma só coisa, e bem simples, fez muito bem: deixem-me somente passar o cavallo de Troia portador da eleição directa, dirá consigo o nobre presidente do conselho. Nesse hoje, por esta grande porta passará o que eu já denominei a formidável Boicinianga, armada de seus guizos (*os casacaes*) com uma bella agitação liberal a belga, etc. e tudo estará feito!

Por isto o honrado presidente do conselho limita-se a uma só coisa, e esta é a primeira vista do fraco importancia, rachitica. A ranha ficará preza, envolvida nas proprias teias. Isto sim, é uma reforma enluvada o macia (*risos*).

Quando a celebrada constituinte fizer o que bem lhe parecer, como fez a de 1834, desprezando todos os atilhos que lhe puzerem na lei ordinaria, o partido liberal saberá quem tinha julgo neste caso; o conservador verá as consequencias de um voto arriscado.

Si o illustre ministro fosse aceitar a reforma da eleição directa pelos meios ordinarios, não teria sido a eleição directa fraquinha, franzidinha, enfadadinha, rachitiquinha, como se diz: «deixem passar o cavallo de Troia, e a victoria irá além de todas as esperanças.» Dirá consigo, muito em segredo, o nobre presidente do conselho.

Eu quizeria, Sr. presidente, occupar-me ainda de outra questão, a prejudicial, tão importante, no caso da reforma que se annuncia. Mas, vejo que são tres horas, e nós que já estamos cobertos de enbellos brancos, nos fatigamos muito; vou, portanto, terminar o meu discurso. Ainda duas palavras.

O nobre ministro nos ameaçou na camara dos deputados, dizendo que, si o senado não quizer aceitar a eleição directa por esta ou aquella maneira, dando a reforma, experimentará ainda outra tentativa para poder convencê-lo, mediante a camara actual ou por outra, dissolvida esta.

Si ainda assim for esta corporação rebelde á essa imposição, então o senado ficará *isolado*! Na camara dos deputados tambem o nobre ministro da fazenda não destoou do seu chefe.

Hei de em outro discurso examinar este negocio mais detidamente, e expôr ao paiz o que por ahi vai neste importante assumpto; cumpre escanear a questão, para que todos a conheçam bem e de perto.

Portanto, Sr. presidente, segundo os illustres ministros, o senado ficará isolado, sinão submeter-se á injunção do governo.

O honrado presidente do conselho nos ameaçou portanto com a retirada para o monte sacro apos o Aventino, seria ameaça que devemos ter sempre presente ao espirito.

Mas o senado, Sr. presidente, ha de mostrar, depois de uma discussão firme, livre e esclarecida (*apoiados*) que, escudado na lei, ha de attrahir a si a opinião illustrada, seria, patriótica do paiz; porque as discussões illucidam, illuminam as questões, põem a verdade á vista de todos; então o senado nessa occasião, poderá zombar dos Brenos que já cahiram e dos que ainda estão de pé. (*Muito bem; muito bem.*)

A discussão ficou adiada pela hora.

O SR. PRESIDENTE deu para ordem do dia 28 a mesma já designada.

Levantou-se a sessão ás 3 horas da tarde.

### 30.ª Sessão

EM 28 DE FEVEREIRO DE 1879.

PRESIDENCIA DO SR. VISCONDE DE JAGUARY.

SUMMARY.—Expediente. —Seis proposições da camara dos Srs. deputados sobre matricula de estudantes.—Discurso e requerimento do Sr. Junqueira sobre o decreto de 16 de Novembro de 1878.—*Ordem do dia*.—Resposta á falta do throne. Discursos e emenda do Sr. Uchôa Cavalcanti. Discursos dos Srs. Visconde de Muritiba e Jaguaribe.

As 11 horas da manhã fez-se a chamada, achando-se presentes 26 Srs. senadores, a saber: Visconde de Jaguaribe, Dias do Carvalho, Cruz Machado,

Barão de Mamanguape, Visconde de Abaeté, Chichorro, Silveira Lobo, Barão da Laguna, Visconde de Nieheroy, Leitão da Cunha, Barros Barreto, Visconde de Muritiba, Luiz Carlos, Correia, Candido Mendes, Celso Cavalcanti, Vieira da Silva, Leão Velloso, Ribeiro da Luz, Jaguaribe, Junqueira, Diniz, Barão de Cotegipe, Visconde do Rio Grande, Dantas e Fernandes da Cunha.

Deixaram de comparecer, com causa participada, os Srs. Conde de Baependy, Duque de Caxias, Firmão, Paula Pessoa, João Alfredo, Sinimbu, Goçoy, Marquez do Herval e Visconde do Rio Branco.

Faltaram, sem causa participada, os Srs. Barão de Marim, Barão de Souza Queiroz, Diogo Velho, Fausto de Aguiar, Octaviano, Almeida e Albuquerque, Paes de Mendonça, Visconde de Bom Retiro e Visconde de Sussuna.

O Sr. 1.º SECRETARIO deu conta do seguinte

### EXPEDIENTE.

Sete officios de 20 do corrente, do 1.º secretario da camara dos Srs. deputados, remettendo as seguintes

#### Proposições.

• A assembleia geral resolve :

• Artigo unico. O governo é autorizado para mandar admitir Alberto Moreira da Costa Lima a fazer exame das materias do 2.º anno do curso medico da faculdade de medicina do Rio de Janeiro, e, depois de approvado nellas, matricular-se no 3.º anno da mesma faculdade; revogadas as disposições em contrario.

• Paço da camara dos deputados em 20 de Fevereiro de 1879. — *Visconde de Prados.* — *José Cesarrio de Faria Alvim.* — *José Feliciano Horta de Araujo.* •

• A assembleia geral resolve :

• Art. 1.º O governo é autorizado a mandar admitir a exame das materias do 1.º anno da faculdade de direito do Recife, o estudante Aristheu da Costa Lima, depois de approvado no unico preparatorio que lhe falta.

• Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

• Paço da camara dos deputados em 21 de Fevereiro de 1879. — *Visconde de Prados.* — *José Cesarrio de Faria Alvim.* — *José Feliciano Horta de Araujo.* •

• A assembleia geral resolve :

• Artigo unico. E' o governo autorizado a mandar admitir Antonio Lara da Fontoura Palmeira, já approvado nas materias do 4.º anno do curso juridico de S. Paulo, a exame vago das materias do 5.º anno, em qualquer das faculdades juridicas do Imperio; revogadas as disposições em contrario.

• Paço da camara dos deputados em 21 de Fevereiro de 1879. — *Visconde de Prados.* — *José Cesarrio de Faria Alvim.* — *José Feliciano Horta de Araujo.* •

• A assembleia geral resolve :

• Art. 1.º E' o governo autorizado a mandar admitir a exame das materias do 4.º anno da faculdade de medicina da Bahia o estudante Tiberio Rodrigues do Araujo, depois de approvado nas do 3.º anno.

• Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

• Paço da camara dos deputados em 21 de Fevereiro de 1879. — *Visconde de Prados.* — *José Cesarrio de Faria Alvim.* — *José Feliciano Horta de Araujo.* •

• A assembleia geral resolve :

• Artigo unico. Fica o governo autorizado a mandar admitir Pedro Emiliano do Alcantara Cotrim, estudante do 1.º anno pharmaceutico, a exame do 1.º anno medico da faculdade desta corte, validas as duas prestações já pagas pelo mesmo; revogadas as disposições em contrario.

• Paço da camara dos deputados em 22 de Fevereiro de 1879. — *Visconde de Prados.* — *José Cesarrio de Faria Alvim.* — *José Feliciano Horta de Araujo.* •

• A assembleia geral resolve :

• Artigo unico. O governo é autorizado a permitir que se matricule no 1.º anno da faculdade de medicina desta corte Luiz Joaquim Nogueira Villas Boas da Gama, sem exame de algebra que, entretanto, prestará antes do do 1.º anno do curso medico; revogadas as disposições em contrario.

• Paço da camara dos deputados em 22 de Fevereiro de 1879. — *Visconde de Prados.* — *José Cesarrio de Faria Alvim.* — *José Feliciano Horta de Araujo.* •

• A assembleia geral resolve :

• Artigo unico. O governo é autorizado a mandar admitir a matricula o pharmaceutico Domingos Alberto Nobey no 3.º anno da faculdade de medicina desta corte, depois que for approvado em anatomia e physiologia do 1.º e 2.º annos da mesma faculdade; revogadas as disposições em contrario.

• Paço da camara dos deputados em 22 de Fevereiro de 1879. — *Visconde de Prados.* — *José Cesarrio de Faria Alvim.* — *José Feliciano Horta de Araujo.* •

A commissão de instrucção publica.

Requerimento do commendador Antonio José Dias Carabiro, residente na cidade de Rezende, pedindo que seja convertido em lei o projecto que permite ao cego fazer testamento cerrado. — A' commissão de legislacão.

Tendo comparecido mais os Srs. Antão, Teixeira Junior, Nunes Gonçalves, Cunha e Figueiredo, Saraiva, Silveira da Motta, Barão de Pirapama e Peranaguá, o Sr. presidente abriu a sessão.

Leu-se a acta da sessão antecedente, e, não havendo quem sobre ella fizesse observações, deu-se por approvada.

O DECRETO DE 16 DE NOVEMBRO.

O Sr. Junqueira: — Vou enviar á mesa, Sr. presidente, um requerimento pedindo cópia da representação que ao governo dirigiu o presidente da relação desta corte acerca do procedimento do desembargador Tristão do Alencar Araujo, como relator de um feito.

O senado conhece esta questão que agitou o foro desta capital, e que teve grande echo mesmo fóra desta corte. Essa representação, consta-me, foi pelo governo remettida á secção de justiça do conselho de Estado, e me consta mais por informacão de pessoa estranha á esta casa, que os votos dos dignos conselheiros não se harmonizaram.

Ora, nestes ultimos dias tem corrido o boato de que o governo pretende suspender o desembargador Araripe, isto é, pretende aconselhar a Corôa que use desta sua prerrogativa de suspender os magistrados.

Mo parece, Sr. presidente, que este é justamente um dos casos a que se pôde applicar o que disse hontem o nobre senador pela provincia do Maranhão, quando declarou que esta actualidade, a semelhança de Annibal que tinha jurado vingar-se dos romanos em memoria da seu pai, pretende, si me posso assim exprimir, crear tropeços ao poder moderador, exigindo actos que realmente não se fundam na justiça nem nas conveniências publicas.

O Sr. BARNES BARRETO:—Apoiado.

O Sr. JUREMA:—Era necessario, portanto, que nós tivéssemos conhecimento desta representação, porque em uma forma de governo livre, com a divisão dos poderes, nada é mais sagrado do que a independencia do poder judiciario.

O Sr. JAGUARINE:—Apoiado.

O Sr. JUREMA:—Ainda ha poucos dias eu li, Sr. presidente, que um dos actos que maiores males fez ao poder de Napoleão I. foi quando, estando elle em luta na Alemanha com as primeiras potencias do norte, já vendo o seu poder um pouco abalado, em 1813, entendeu caprichosamente expedir um decreto annullando um julgamento do tribunal de Anvers.

Este acto revoltou a todos os homens sãos do Imperio francez, porque via-se que era a ultima expressão da dictadura: o chefe do Estado expedindo decretos, annullando julgamentos e mandando proceder a novos sobre a mesma causa! E, pois, a interferencia do executivo nos julgamentos, como se dá com o caso do decreto de 16 de Novembro, um dos symptomas peiores que podem apparecer no seio de um governo livre, ou que se diz livre (apoiados).

Consequentemente me parece que a pretensão do ministerio, si ella é exacta, como se propala, é realmente um meio de, como eu disse, collocar em difficuldades o poder moderador, exigindo delle actos que não se fundam na justiça, nem nas conveniências do Estado.

O que é legal, Sr. presidente, é deixar a justiça seguir o seu curso (apoiados). As responsabilidades estão estabelecidas nas leis, e para os diversos casos occorrentes não ha necessidade de interferir o governo nos julgamentos, nem expedir decretos *ad hoc* e muito menos fazer expedir decretos de prévia suspensão deste ou d'aquelle magistrado.

E' necessario que os magistrados estejam seguros nas suas cadeiras, que não estejam sujeitos a estes golpes, porque do contrario a independencia do poder judiciario acaba-se e a seriedade e valor moral dos julgamentos aniquila-se.

Pedia eu, pois, a cópia da representação que o presidente da relação da corte dirigiu ao governo, porque em virtude desta representação nos conheceremos que razões existem para proceder-se contra o magistrado de que se trata, e igualmente o governo nos diria, si aqui houvesse algum ministro presente, si com effeito ouvia-se a secção de justiça do conselho do Estado, e si no seio desta digna secção os votos divergiram, como pareceo e so diz.

E', portanto, uma materia molindrosa, muito importante que deve ficar as vistas do parlamento,

V. II

porque, si um caso como este passar desaperecebidamente, o poder executivo se achará armado para fazer tudo o que quizer neste paiz; não haverá mais garantia nenhuma; porque desde que a magistratura, isto é, aquella classe que trata da honra, da vida, da propriedade de todos nós e dos nossos coneladados, desde que esta classe ficar amargada, então não vejo salvação.

Mado por consequencia o meu requerimento.

Foi lido, apoiado, posto em discussão o adiado, por haver pedido a palavra o Sr. Dias de Carvalho, o seguinte

#### Requerimento

• Requeiro que, pelo ministerio da justiça, se peça copia da representação, que ao governo dirigiu o presidente da relação da corte, acerca do procedimento do desembargador Tristão de Alencar Araripe, como relator do fim feito.—*Jurema.*

#### ORDEM DO DIA.

Proseguir a discussão do projecto da resposta á falla do throno com a emenda offerecida pelo Sr. Silveira da Motta.

O Sr. Uchôa Cavalcanti:—Sr. presidente, no discurso da Corôa encontra-se este periodo:

• Reconhecida a necessidade de substituir o systema eleitoral vigente pelo de eleição directa, cumpre que, mediante reforma constitucional, a decretais, assim de que o concurso de cidadãos, devidamente habilitados a exercer tão importante direito, contribua effezmente para realidade do systema representativo.

O projecto de resposta nesta parte diz:

• A reforma do systema eleitoral vigente será objecto de serio estudo e meditação do senado.

Quando foi apresentado o projecto de resposta ainda não era conhecida a intenção do governo a respeito da reforma eleitoral, ainda não tinha sido apresentado o projecto na camara dos Srs. deputados, e então nenhuma resposta seria mais bem cabida do que esta; mas hoje, depois que appareceu este projecto e quando já se principia a ameaçar o senado, na supposição de que aqui haverá opposição a essa reforma, e mesmo procurar-se crear uma opinião tornando suspeito o senado de oppôr-se a tudo quanto é medida em sentido liberal....

O Sr. SILVEIRA LONO:—Esta não é.

O Sr. UCHÔA CAVALCANTI:—... tendo até dito ha poucos dias na camara um Sr. deputado que o senado, que sempre teve maioria conservadora, tem embaraçado a vida dos governos liberaes.

Ora isto é inexacto e desalfo a que apresentem medidas que os liberaes tenham deixado de levar a effeito por tal motivo.

Nestas circumstancias, acho que a resposta do senado devia ser um pouco mais clara; era preciso que o paiz e o governo soubessem logo com que paderiam contar a semelhante respeito.

Para este fim, tenho de apresentar uma emenda; justificando-a, direi poucas palavras, e me occuparei tambem em responder a algumas proposições, que aqui têm sido enunciadas, e que, não me parecendo verdadeiras, não devem ficar sem contestação.

Vou fallar, não'em nome do partido conservador, nem do partido liberal, nem do republicano; vou fallar em nome de mais de 9.000.000 de brasileiros de todos os partidos que vão ser excluidos da communhão politica do Brazil por esse projecto ultimamente apresentado.

O SR. SILVEIRA LOBO: — Apoiado.

O SR. UCHÔA CAVALCANTI:—Sr. presidente, depois dos factos, que se tem dado nas nossas eleições, depois do quasi desengano em que está a população de que o paiz não é verdadeiramente representado, appareceu a idéa da eleição directa, como meio de remediar a todos esses males.

O partido liberal, ou direi antes, os chefes do partido liberal, andando sempre à cata de alguma novidade, agarraram-se logo a esta idéa, e como que fazendo-a sua, a inscreveram no seu programma; —o meio de acabar com todos os inconvenientes e termos eleição livre, é a eleição directa.

Fez-se neste sentido uma propaganda. E' preciso reconhecer que hoje geralmente se acredita que só a eleição directa nos pôde salvar. Mas esta opinião parece-me formada um pouco inconscientemente; ha muitos que querem a eleição directa, sem saber o que é essa eleição. Isto faz-me lembrar o que occorreu em Franca no tempo de Luiz XVI. Tratava-se do *veto*; houve tambem grande propaganda contra o *veto*; um individuo perguntou a outro que se mostrava muito exaltado: — Não me dirás o que é o *veto*? Não conheço este sujeito, mas sei que é um damnado e que si chega a tomar conta do governo, está tudo perdido. O mesmo é a eleição directa entre nós: é uma cousa, dizem, que vem fazer a felicidade deste paiz...

O SR. SILVEIRA LOBO: — E está tudo salvo!

O SR. SILVEIRA DA MOTTA: — E' o fructo da segunda viagem.

O SR. UCHÔA CAVALCANTI: — Tanto se insistiu nesta idéa, tanto o partido liberal clamou por ella, que afinal já se dizia que não tinhamos eleição directa, porque a Corôa, ou antes o poder pessoal, não a queria. Mas o facto ultimamente occorrido da chamada do actual ministerio para o poder, faz-me crer que tal poder pessoal não existe (*apoiados*).

O SR. SILVEIRA LOBO: — A circumstancia da constituinte prova que quer ainda mais.

O SR. UCHÔA CAVALCANTI: — Dizia-se que o Imperador não queria a eleição directa porque, tendo ella de vir com um censo alto, ia excluir grande parte de cidadãos brasileiros de direitos que já tinham adquirido, o que me parece ser muito justo. Mas afinal, vendo elle que era necessario ceder á opinião que sedizia publica, geral do paiz, a quem devia chamar para o governo? Aquelles que era do suppor que fariam a eleição com o censo mais baixo possivel, porque si entregasse essa tarefa aos conservadores, que são tidos por anti-liberaes, elles fariam a eleição com o censo muito alto.

Assim, chamando liberaes, tinha alguma garantia, como devia ter, de que o censo seria o mais baixo possivel. Infelizmente, porém, enganou-se, porque, pelo que vejo, o partido liberal é quem quer o censo mais alto; já aqui um dos nobres senadores, chefe do partido liberal, o Sr. Saraiva, disse que o censo quanto mais alto, melhor.

Na camara dos deputados os oradores que alli têm fallado sobre este assumpto, querem o censo mais alto possivel...

Um SR. SENADOR: — Querem acabar com os empecilhos de eleição.

O SR. UCHÔA CAVALCANTI: — Parecem-me estarem esses senhores em contradicção consigo mesmos; o nobre senador, o Sr. Dantas, tambem quer o censo elevado....

O SR. DANTAS dá um aparte.

O SR. UCHÔA CAVALCANTI: — ... e até um republicano na camara dizia....

O SR. SILVEIRA LOBO: — O que admira é que um republicano do ministerio assignasse tal projecto.

O SR. UCHÔA CAVALCANTI (*tendo*):

• Senhores, o que é preciso é acabar com essa tutela terrivel. Ha uma phrase inventada de proposito para que se procrastine essa influencia do governo nos actos mininos da vida humana: diz-se que o paiz não está por ora preparado para governar-se; mas este por ora vai-se prolongando indefinidamente. O que é tutela? E' o resultado da incapacidade; a tutela só tem razão de ser quando ha incapacidade a proteger, mas a tutela produz incapacidade, serve de razão para que ella continue; é um circulo vicioso (*apoiados*). Para que sejamos livres é preciso que pratiquemos a liberdade, e é só na escola liberal que se aprende a ser livre; um eminente publicista já declarou que quartéis e conventos não podem produzir sinão dous resultados — frades e soldados, mas nunca cidadãos. •

E concluiu aceitando o projecto do governo.

Um SR. SENADOR: — Quem é esse?

O SR. UCHÔA CAVALCANTI: — E' o Sr. Freitas Continho.

Um SR. SENADOR: — Esse declarou-se republicano.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE: — Manso.

O SR. SILVEIRA LOBO: — Manso, que consente na continuação da monarchia.

O SR. UCHÔA CAVALCANTI: — Um moço liberal muito distincto, na camara dos Srs. deputados exprime-se deste modo:

• Não pôde haver verdadeira eleição neste paiz por muitos annos sem o censo elevado. (*Apoiados, não apoiados e apartes.*)

Um SR. SENADOR: — Quem foi este?

O SR. UCHÔA CAVALCANTI: — O Sr. Moreira de Barros.... (*Continuando a leitura.*)

• Eu digo que se deve começar pelo censo elevado, porque direitos concedidos não se restringem. Por consequencia as medidas posteriores a tomar sejam antes de alargar do que de restringir, e isto é o que se faz em todos os governos, em todas as camaras prudentes. Antes restringir para conceder depois mais do que começar alargando para depois restringir. •

Entretanto o mesmo que diz: — direitos concedidos não se podem restringir, — quer restringir direitos importantissimos, excluindo grande numero de cidadãos, que hoje gozam do direito de votar.

Porque razão, Sr. presidente, se quer assim proceder? En ouço, em primeiro lugar, dizer-se que o povo é ignorante, e não sabe votar; mas si o povo

é ignorante e não sabe votar, o meio é ensiná-lo, e não se aprende, sinão praticando.

O Sr. SILVEIRA Lobo:—Apoiado, o o systema representativo é uma escola.

O Sr. Uchôa CAVALCANTI:—Excluír de um direito quem não sabe usar bem d'elle, é, Sr. presidente, uma violência. Pois eu tenho minha propriedade, uso mal della, não tiro o proveito que poderia tirar, isso é razão para vir um individuo e dizer—eu sei usar melhor della,—e tomá-la? Isto não pôde ser.

Diz-se ainda que o povo é indifferente, e não se importa com a eleição.

O Sr. SILVEIRA Lobo:—Importa-se, e até muito.

O Sr. Uchôa CAVALCANTI:—Isso faz-me lembrar uma anedota que me contava em Pernambuco um velho Manoel Caetano de Almeida. Dizia elle que lhe tinham dado um gato selvagem Maracaja, o qual gostava muito de gallinhas. Lembrou-se o velho de dar-lhe chicotadas para tirar-lhe a manha, e assim, sempre que uma gallinha passava, chicote no gato; afinal tornou-o tão indifferente, que quando via passar alguma gallinha, punha a mão nos olhos e deixava-a ir. E' o mesmo que se dá com a eleição; convidi-se o povo a votar e encheu-se a igreja de soldados, prende-se, usa-se da baioneta e da espingarda e depois, quando o povo não comparece á eleição, accusam-no de indifferença. Quando occorrem violencias nas eleições attribuem ao povo, a quem denominam de capanga. E' isso tambem um falso testemunho; o maior capanga é o proprio governo, é o ministro, é o presidente, é o chefe de policia, que são os verdadeiros capangas; porque si o governo deixasse o povo livremente votar, não haveria violencias.

O Sr. SILVEIRA Lobo:—E os capangas são mandados pela classe que fica de posse do direito.

O Sr. Uchôa CAVALCANTI:—Falla-se em corrupção. Tambem é outra calumnia, outra injustiça: corrupção maior é a da classe um pouco mais alta; a classe mais baixa leva-se ás vezes pelos impulsos de uma idéa falsa e exagerada, mas a corrupção é sempre exercida sobre a classe dos pretendentes e dos que desejam viver á custa do thesouro.

Um Sr. SENADOR:—*Est modus in rebus.*

O Sr. Uchôa CAVALCANTI:—A corrupção maior existe nesta classe.

O Sr. SILVEIRA Lobo:—Dessa classe é que sahem os dependentes e os pretendentes.

O Sr. Uchôa CAVALCANTI:—Outra razão é que o povo não tem quo perder...

O Sr. SILVEIRA Lobo:—Essa é boa!

O Sr. Uchôa CAVALCANTI:—.... porque só quem é rico é que tem interesse na sociedade. Isso é a maior injustiça possível. Pois, porque o homem ou o cidadão não tem bens, não tem dinheiro, é excluído da sociedade?

Um Sr. SENADOR:—Não tem alma e não tem coraçáo.

O Sr. SILVEIRA Lobo:—Nem familia.

O Sr. Uchôa CAVALCANTI:—Finalmente se diz que o povo não se importa muito com essas cousas, e portanto é preciso livrá-lo desso trabalho. Para remediar isso, o governo offerece um projecto com

o qual se estabelece que para ter direito de votar, é preciso saber ler e escrever.

O Sr. SILVEIRA Lobo:—Por ahí não vou eu.

O Sr. Uchôa CAVALCANTI:—Porque razão quem sabe ler e escrever é mais homem do que outro?

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Para certas cousas, não será.

O Sr. Uchôa CAVALCANTI:—Para se reger, quer saiba ler e escrever, quer não saiba, elle rege-se, instituo familia, estabelece negocio, tem todos esses direitos, sabe exercel-os, e porque é que não deve votar?

Um Sr. SENADOR:—O c'go não faz testamento. (*Ha outros apurtes.*)

O Sr. Uchôa CAVALCANTI:—Nós averiguaremos depois d'onde ha de vir e d'onde nasce o direito de votar; mas vamos ao projecto: é preciso saber ler e escrever e ter mais de 400\$000 de renda. Em dez milhões de individuos haverá um milhão que saiba ler e escrever, e desse milhão, quinhentos mil pelo menos são mulheres, crianças e menores de 21 annos, de modo que só poderão ficar uns quatrocentos a quinhentos mil. D'ahi tire-se quem tenha a renda que não deve ser menos de 400\$000; e como vai ser a reforma feita pelos liberaes, deve ainda subir a 800\$000 ou mais, de modo que sómente ficará um numero multíssimo limitado com direitos políticos.

O Sr. SILVEIRA Lobo:—É um attentado de losa nação: é a Scylla e Charybdes, sahe de um, cahe em outro.

O Sr. Uchôa CAVALCANTI:—O projecto offende a constituição em suas bases.

O Sr. SILVEIRA Lobo:—Apoiado, a soberania do povo desaparece, porque o povo é condemnado.

O Sr. Uchôa CAVALCANTI:—Vamos a ver.

Diz a constituição (12): « Todos estes poderes no Imperio do Brazil são delegações da nação (art. 12). »

Diz o art. 1.º (12): « O Imperio do Brazil é a associação politica de todos os cidadãos brasileiros. Elles formam uma nação livre e independente, etc., etc. »

Portanto, a nação brasileira compõe-se de todos os cidadãos brasileiros (*apoiados*). Diz ainda o art. 6.º (12): « São cidadãos brasileiros os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos ou libertos, etc., etc. »

Por consequencia, existindo isto na constituição, e sendo todos os poderes delegações da nação, quando for excluída do direito de votar ou delegar a quasi totalidade da nação e exercer esse direito sómente uma pequena parte, está destruída a base, e em lugar de termos um systema democratico, teremos o systema aristocratico.

O Sr. SILVEIRA Lobo:—Temos o pecuniarío, que é a peor das aristocracias.

O Sr. Uchôa CAVALCANTI:—Senhores, ha um perigo extraordinario.

O Sr. SILVEIRA Lobo:—Nessas moles immensas de combustiveis.

O Sr. Uchôa CAVALCANTI:—Pois não veem o inconveniente que ha em dividir a nação em classes? Ha uma casta privilegiada; ha outra casta que não tem direitos politicos.



O Sr. SILVEIRA LOBO:—Vem a dar nisto.

O Sr. Uchôa CAVALCANTI:—Já ha seculos Juvenal em uma satyra, que tem por titulo—*Supplicia nos deuses*—dizta:

• Já ha muito (o povo romano) não se preoccupa dos negocios publicos, depois que não temos quem solicite os nossos votos. Lá se foi o tempo em que o povo era quem conferia o governo, as insignias da dictadura, o commando das legiões e muitas outras cousas; agora, porém, vegeta e com ansia espera por duas cousas—pão e espectaculos nos circos.

Eu citarei os versos em latim, mas peço que tenham muito cuidado na transcripção, porque podem ser vistos pelo nobre ministro da justiça e elle querer deliciar-me, como fez com o nobre Visconde de Muritiba por causa do erro de uma palavra em uma citação latina.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Quem sabe si não foi o governo quem mandou errar?

O Sr. Uchôa CAVALCANTI:—Eis os versos (*Id*):

... Jam pridem ex quo suffragia nulli  
Vendimus, effugit curas; nam qui dabat olim  
Imperium, fasces, legiones, omnia, nunc se  
Continet, atque duas tantum res anxius optat:  
Panem et circenses.

Sr. presidente, essas classes que são excluidas dos direitos sociaes, perdem afinal de todo o brio, acostumam-se na miseria, na dependencia e finalmente tornam a levantar-se.

E' verdade que ultimamente o papa em uma encyclica condemna o principio da igualdade humana, a proposito dessas associações que hoje existem na Europa e que são perseguidas pelos governos, dessas sociedades de socialistas e internacionalistas, dizendo que na terra não pôdo haver igualdade, porque no céu também não ha.

A applicar a doutrina do que vai pelo céu devemos proclamar o governo absoluto, porque ensina-se que o Padre Eterno governa absolutamente e a corte celeste occupa se somente em cantar-lhe louvores.

Nós também neste caso deveriamos proclamar o governo absoluto e entoarmos louvores ao rei.

Sr. presidente, com que fundamento se pretende tirar o direito de votar a um cidadão qualquer?

Diz-se que a constituição concede este direito e que nós poderemos tirá-lo.

E' um erro; a constituição não foi quem deu o direito; reconheceu-o somente, si bem que não em toda a sua plenitude, porque fez algumas exclusões.

Sr. presidente, o direito de votar é um direito natural.

O Sr. SILVEIRA LOBO:—Apoiado.

O Sr. SILVEIRA DA MOTA:—Até as mulheres deviam ter o direito de votar.

O Sr. SILVEIRA LOBO:—Todos os que vivem de si proprio.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Não é um direito natural, é essencialmente politico.

O Sr. Uchôa CAVALCANTI:—Dizem que o homem reunindo-se em sociedade renunciou parte de seus direitos, parte de sua liberdade.

E' um principio inteiramente falso; foi para manter todos os seus direitos que o homem se reuniu em sociedade.

O Sr. SILVEIRA LOBO:—A autoridade é somente creada para garantir os direitos de cada um.

O Sr. Uchôa CAVALCANTI:—Mas o systema, que tem predominado, é o da autoridade, o de um tutor para reger o homem em todos os actos da sua vida, e por isso entre nós o governo quer tratar da industria, da agricultura e de tudo, porque entende-se que foi estabelecido para tutelar o homem.

O Sr. DANTAS:—Está de accordo com a nossa raça e com a nossa educação.

O Sr. Uchôa CAVALCANTI:—Não continuemos nessa educação.

Diz-se que vão fazer essa reforma para que tenhamos camaras livres.

Sr. presidente, as camaras podem ser muito livres, a eleição pôdo ser também, mas falta por meia duzia de individuos. E isto será representação do paiz?

O Sr. SILVEIRA LOBO:—De certo que não.

O Sr. Uchôa CAVALCANTI:—Afirmam que isto é principio liberal.

E' preciso defini-mos o que é principio liberal.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Rousseau não definiu.

O Sr. Uchôa CAVALCANTI:—Eu direi o que entendo.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Ah! sim.

O Sr. Uchôa CAVALCANTI:—Liberdade é a ausencia de todo obstaculo ao livre exercicio das faculdades humanas.

O Sr. BARÃO DE COTEGIPE:—Fiquei no mesmo.

O Sr. Uchôa CAVALCANTI:—Toda a vez que uma molida tender a restringir essas faculdades, restringe a liberdade.

Um Sr. SESAION:—Consequencia: a ausencia de governo.

O Sr. SILVEIRA LOBO:—Dize diminuta; nem um passo além.

O Sr. Uchôa CAVALCANTI:—Não é ausencia de governo; intervenha elle quando houver choque entre os direitos.

O Sr. SILVEIRA LOBO:—Benjamin Constant diz: que quanto menos sensivel ao povo for o governo, melhor.

O Sr. Uchôa CAVALCANTI:—Quanto menos governa o governo, melhor.

O Sr. DANTAS:—V. Ex. está além dos radicaes.

O Sr. Uchôa CAVALCANTI:—Não sei onde estou. Já declarei que não fallava em nome de partido algum.

O Sr. CRUZ MACHADO:—Não define, os rotulos estão muito errados.

O Sr. Uchôa CAVALCANTI:—Com que direito, Sr. presidente, vem um cidadão dizer ao outro: hei de governar, porque tenho mais intelligencia de que tu, ou porque tenho mais riqueza?

(Trocam-se apartes.)

A intelligencia e o dinheiro hão de ter sempre a maior influencia na sociedade e por isso mesmo não precisa dar-se-lhe essa influencia legal.

Assim, uma pequena parte do paiz se imporia á grande maioria, e com que direito essa pequena

parte ha do governal-a? Esta está em seu direito si resistir, ainda mesmo com as armas na mão.

Sr. presidente, feitas estas observações, eu me limitarei por ora ao que tenho dito, reservando-me para quando o projecto vier á discussão, dar maior desenvolvimento ás minhas idéas. Resumindo, direi que duvido que no Brazil, ou o partido liberal, ou quem quer que seja, consiga realizar a reforma que se pretende: si realzar-se, no caso de dizer que, quando os conservadores fizeram livres os escravos, os liberaes escravizaram os cidadãos livres.

Vou mandar á mesa a emenda.

Foi lida, apoiada e posta em discussão com o projecto a seguinte

#### Emenda.

• Em logar de—a reforma do systema eleitoral vigente será objecto de serio estudo do senado— diga-se:—O senado, embora duvido da efficacia da eleição directa para realidade do systema representativo, não se recusará a fazer a experiencia sem offensa da soberania nacional. — *Uchiá Cavalcanti.*

**O Sr. Visconde de Muritiba:**—Sr. presidente, pretendia conservar-me silencioso sobre o assumpto que vai occupar-me nesta discussão, até que a illustre commissão, a quem foi sujeito o projecto, que tive a honra de apresentar em uma das passadas sessões, enunciasse o seu parecer; mas demoveu-me deste proposito o ter sido considerada a materia na camara dos deputados, propondo-se dous illustres membros daquella casa regular algumas proposições que eu havia emitido, quando fundamentei o mesmo projecto. Tenho, portanto, obrigação de dar ao senado algumas explicações em resposta aos dous illustres membros a quem alludo.

Um delles, membro tambem da relação da corte, arguiu-me de ser improprio para trazer á discussão o decreto de 16 de Novembro, pois que, havendo assignado o aviso de 9 de Julho de 1859, não podia ter mais o direito de fazer reparos sobre illegalidades.

Esse aviso trata da accusação á revelia dos empregados publicos não privilegiados. Nello se lê uma palavra que, si voluntariamente se achasse no documento que assignei, alguma culpa me traria. Mas o honrado membro, sem dar desconto aos enganos da typographia, e ás vezes mesmo da secretaria, attribuiu-me um erro juridico. Nesse aviso, em vez da palavra *flanga* escreveu-se *denuncia*. Quando em 1859 eu tive a honra de occupar imerecidamente (não apoiados) a pasta da justiça, expedi esse aviso, tendo previamente consultado o nobre procurador da coroa de então, a quem todos nesta casa conheceram, o Sr. Barão do Campo Grande. Com essa consulta conformei-me para expedir o citado aviso. Duvido que na consulta se ache escripta a palavra *denuncia* em logar de *flanga*. O abalado juriscônsulto a quem me refiro não podia deixar escapar um semelhante erro. Por conseguinte julgo que na secretaria se escreveu *denuncia* em vez de *flanga*, e que assim foi a imprimir o aviso contendo a minha assignatura.

Não admira que eu o assignasse, estando nelle escripta a palavra *denuncia*; todos sabem, e aquelles senhores que têm sido ministros hão de recordar-se, que os avisos são redigidos pela secretaria de

Estado, e revistos pelo director respectivo; quando chegam ao ministro, este nem mesmo tem tempo de ler o que se achá escripto, e assigna confidando inteiramente no director geral da secretaria.

Assim, podia a elle escapar a inserção desta palavra em vez da que lá devia figurar.

Foi, pois, o engano ou da secretaria, ou da typographia, e não meu; accresce que no corpo desso aviso, cuja palavra final é essa, se verifica a doutrina com referencia ao artigo sobre que versava a consulta, e diz:—em que *cabe flanga*,—e não denuncia, como se escreveu no aviso. E esse aviso foi posteriormente adoptado na sua verdadeira doutrina, sem notar-se o engano, dizendo-se simplesmente que a regra do aviso de 9 de Julho era esta: que os empregados publicos não privilegiados podem ser processados á revelia nos crimes que não admittem flanga.

E, pois, Sr. presidente, quasi uma futilidade fazer-se-me uma accusação por semelhante motivo, quando ella não vinha para a questão de que se tratava, não tinha cabimento no assumpto.

Esse mesmo honrado membro levou a mal que eu asseverasse não conhecer o nobre ministro da justiça. Queria talvez esse senhor que eu affirmasse aquillo que não era exacto, isto é, que conhecia o Sr. ministro da justiça, porém eu não estava disposto a faltar á verdade. Não conhecia, nem conheço ainda hoje o Sr. ministro da justiça. Tendo-o visto apenas duas vezes no paco de S. Christovão, ainda hoje, si o visse fóra d'alli e sem seus vestidos ministeriaes, não o conheceria. Não foi em outro sentido que avancei não conhecer o Sr. ministro da justiça. Antes disse então que tinha noticia de ser elle autor de uma obra juridica, e sabia que um senhor do mesmo nome havia sido redactor de certo periodico, que em seu tempo teve algum curso nesta corte.

#### VOZES:—A Actualidade.

**O Sr. Visconde de Muritiba:**—Parece-me que essa minha enunciação causou algum desgosto ao nobre ministro, porque não posso explicar de outra forma as aspersões que o mesmo senhor lançou sobre mim, quando entron na materia do projecto. Não me dou, porém, por maculado por estas aspersões, assim como não aceito, posto que muito agradeça, o respeito que o Sr. ministro da justiça disse ter para com meus cabellos brancos e para com meus serviços. Não aceito, porque este respeito muito tem de sedico e de ironico...

**O Sr. FERNANDES DA CUNHA:**—V. Ex. tinha direito a mais consideração.

**O Sr. Visconde de Muritiba:**—Quanto aos meus serviços, não posso acreditar que o Sr. ministro da justiça os respeite por maneira nenhuma. Os exiguos serviços que tenho prestado ao meu paiz são de natureza tal que em boa parte não podem agradar ao nobre ministro da justiça, não se conformam com os principios que S. Ex. segue (*apoiados*).

Posto isto, entrando no assumpto do decreto de 16 de Novembro, o honrado ministro contou a historia do que se seguiu e do que se fez para a publicação desse decreto, como do de 31 de Agosto do mesmo anno.

Nessa historia foi infiel o nobre ministro, não se lembrando de que tinha ajuntado a seu relatório

uma consulta que não está em harmonia com a tal historia.

Elle disse que quando se elaborou o primeiro decreto de 31 de Agosto não se tinha feito allusão ao que foi declarado no decreto de 16 de Novembro; quiz dizer que não se tinha tratado de saber si os juizes que primeiro tinham sido sorteados deviam continuar o processo até que tivessem proferido a sentença. Entretanto, esta questão foi justamente a que constava o segundo topico da consulta feita pelo presidente da relação de Pernambuco. Este segundo topico foi considerado pelo nobre procurador da corôa da corte e foi tambem implicito no parecer da secção de justiça do conselho de Estado.

Para que as minhas palavras sejam autorizadas por documento, lerei o topico a que me refiro.

O segundo ponto da consulta do presidente da relação de Pernambuco foi o seguinte:

• Si podem baixar, em condições taes, os autos de recursos crimes para novas diligencias nas primeiras instancias, sem julgamento, e si, tornando elles para superior instancia, deve-se ou não sortear novos juizes para o julgamento do recurso; parecendo certo que, nos recursos crimes como nos aggravos, a lei quiz que o julgamento tenha lugar nos proprios dias do sorteo dos juizes.

O nobre procurador da corôa da corte exprimiu-se no sentido de que não se podia deixar de conceder aos juizes sorteados o direito de exigirem e mandarem fazer as diligencias que julgassem necessarias, mas que nem por isto se devia sortear novos juizes para o julgamento ou decisão dos recursos.

A secção, considerando este e os outros quesitos, declarou:

• A secção do conselho de Estado, pondo de parte os termos em que está redigido o parecer do conselho procurador da corôa da relação da corte, e contra os quaes reclama a secretaria, conforma-se com a sua doutrina, restricta aos pontos da consulta.

Ora, a doutrina era exactamente sobre o ponto que acabo de ler, e fez objecto do decreto de 16 de Novembro do anno proximo passado. E note o senado: foi tão ampla a discussão a semelhante respeito que a secretaria opinou sempre que não se devia conceder aos juizes que ordenassem diligencias, e si as ordenassem, perdessem a competencia que tinham para julgar; insistiu sempre no sentido em que foi concebido o decreto de 16 de Novembro.

Depois desta infidelidade, ou esquecimento do honrado ministro, passou S. Ex. a justificar a doutrina do decreto, e reproduziu ali mais largamente o que em menos palavras havia dito no mesmo relatório.

Toda a justificação do honrado ministro cifra-se em que o § 7.º do art. 1.º da lei que criou as novas relações encerra em si o sentido de que os juizes dos recursos e das pronuncias sejam incertos até o momento do julgamento.

Para comprovar esta intelligencia o nobre ministro soccorreu-se da natureza da sorte e, assim como no jury, disse elle, era necessario que os jurados fossem incertos até a occasião do julgamento, assim tambem no caso de que trata o § 7.º deviam ser incertos os juizes da relação.

Depois citou os arts. 111 e 112 do regulamento das relações, um dos quaes diz o seguinte: «apresentado o processo em mesa pelo relator, se sortearão dois juizes, os quaes, instruidos do processo, darão a sua decisão.»

Quando o nobre ministro citou o art. 112 não viu que o art. 93 desse mesmo regulamento manda que os processos de pronuncia sejam julgados por esta mesma forma, a saber: que depois que o relator tiver visto o feito, o apresente em mesa e, instruidos os juizes, profram a sua decisão. Mas este artigo acrescenta: os juizes darão em acto successivo, accentuando estas palavras, as quaes não vêm no art. 112 e denotam que a decisão requerida pelo art. 112 pôde não ser dada em acto successivo; por consequencia, que outra qualquer decisão pôde ser proferida, quando seja necessario, para que depois tenha lugar a decisão final.

Este artigo do regulamento, portanto, não prova por maneira alguma a incerteza dos juizes até o julgamento; assim como nada prova o exemplo do juizo por jurados, porque a nossa lei trata, não do julgamento da condemnacão ou absolvição, mas da materia muito menos importante, como é a pronuncia ou não pronuncia; em taes condições não se pôde argumentar do maior para o menor.

Não é sustentavel a doutrina professada pelo nobre ministro, á vista do proprio § 7.º do art. 1.º da lei das relações. S. Ex. agarra-se a elle como os condemnados de Dante agarram-se ás chammas que os estão queimando (*apoiados*). E o proprio artigo quem condemna o nobre ministro, porque esse artigo traz nas entranhas a certeza de juizes para o julgamento das pronuncias e dos recursos em certos casos, como no das relações de cinco membros, e mesmo no das relações com sete membros, dada a hypothese de que devam ser sorteados novos juizes; em um caso, como em outro, os juizes são sempre certos.

Equivocou-se infelizmente o nobre ministro quando, fallando não só a respeito das relações de cinco membros, como das de sete, disse que se poderão chamar juizes de direito para supprir os juizes impedidos: não viu o nobre ministro que não se podem chamar na occasião em que se faz o primeiro sorteo, e é justamente nesse primeiro sorteo que nas relações de cinco membros os juizes são certos na pronuncia.

O art. 7.º do regulamento das relações não manda chamar juizes sinão para substituirem os que faltam, quando não ha juizes sufficientes, em numero legal, para pronunciar em decisão; por consequencia não se podem chamar juizes nas relações de cinco membros para entrarem no primeiro sorteo, pois que a relação está completa. Não se podem chamar juizes nas relações de sete membros, uma vez que não entrem os dois membros impedidos, como quer o nobre ministro, si existem dois que podem, com o relator, conhecer do processo.

A idéa do nobre ministro daria em resultado que os juizes effectivos das relações poderiam ser preteridos no sorteo por juizes que não fazem parte dellas, tendo esses tribunaes juizes em numero legal para funcioarem.

E por consequente inadmissivel o que exhibiu o nobre ministro, no intuito de firmar a sua opinião. A incerteza de juizes, segundo a lei, é somento para designação dos que devem entrar no processo que delle devem conhecer; não se estende á exclusão dos mesmos juizes para a decisão da causa.

Sr. presidente, si a lei pudesse admitir duvida a semelhante respeito, o nobre ministro deveria soccorrer-se aos principios da hermeneutica juridica, affirmar de poder dar soluçào a essa duvida, e cortar a difficuldade, para conhecer o verdadeiro espirito da lei.

Ora, a regra da hermenêutica é que, quando alguma lei offerece qualquer duvidade sobre sua verdadeira intelligencia, as leis anteriores que têm tratado do mesmo assumpto dão-lhe solução.

Desde que se instituiu o sorteio dos juizes para pronunciar nos processos, sempre os juizes que foram sorteados a primeira vez para conhecer do feito continuavam certos para decidir dello.

A primeira lei sobre esta materia foi a da criação do supremo tribunal de justiça; as palavras em que ella estabeleceu a maneira de julgar então as pronuncias eram quasi as mesmas que foram copiadas no regulamento das relações de 1833 e no novissimo regulamento de 1874.

Essa lei, que é de 18 de Setembro de 1828, foi seguida da de 20 de Dezembro de 1830, a qual no art. 30 determina que os ministros sorteados, para conhecerem da pronuncia, tenham autoridade para mandar proceder antes de proferirem a sentença, a todas as diligencias que entenderem necessarias.

Depois da lei de 1840 (note-se que trata-se da pronuncia, que é o caso a que tambem se refere o decreto), appareceu o código do processo criminal.

Então as pronuncias eram decretadas pelos juizes de paz, dos quaes havia recurso para o primeiro conselho de jurados. Creio que ha poucos na casa que tenham pratica desses processos, mas todos (estou certo) conhecem perfeitamente o direito que existia naquella época. O primeiro conselho dos jurados, pelo art. 212 do código do processo, era extrahido por sorte no primeiro dia de sessão; depois que heava constituido, eram-lhe entregues todos os processos de formação de culpa, de pronuncia e de recurso.

Esse conselho não terminava suas funcções no mesmo dia; continuava permanente enquanto existiam processos como preceituava o art. 330 do mesmo código; já vê o senado que a doutrina da incerteza de juizes sorteados até o julgamento não tem fundamento.

A legislação a repellia mesmo no primeiro conselho dos jurados. Veiu a 3.ª disposição, que é o regulamento das relações de 3 de Janeiro de 1833; ali vê-se identica doutrina consignada nos arts. 14 e 15, que os juizes sorteados podiam mandar fazer as diligencias necessarias, e depois julgarem elles mesmos o processo e proferirem as suas decisões. Portanto, e em vista destas disposições parallelas, anteriores, não se podia deixar de concluir que a incerteza de juizes se exigia somente para começar a conhecer do processo; esse era, por consequencia, o espirito, e não podia ser outro, do § 7.º do art. 1.º da lei das novas relações.

E isso, senhores, era tanto mais necessario quanto, pelo numero que se estabeleceu na maior parte das relações, haveria perturbação na administração da justiça com o systema que o nobre ministro quer introduzir pelo decreto de 16 de Novembro. Seria preciso, para que os juizes fossem sorteados, chamar constantemente juizes do direito para poder se proceder ao sorteamento, sendo, portanto, menos aceitavel o principio da incerteza de juizes, como quer o nobre ministro da justiça.

E, senhores, quanta foi a leviandade com que S. Ex. me increpou de ter enunciado uma petição de principio, quando disse que o seu decreto era inconstitucional!

Arguiu-me dessa falta, porque partiu elle do principio erroneo de que os juizes deveriam ser incertos até o momento do julgamento. O meu ra-

ciozinho achava-se no discurso que proferi, o fundava-se em que, sendo a competencia uma parte da jurisdicção, a propria jurisdicção não podia ser conferida sinão pelo poder legislativo; e pois que o nobre ministro havia supprimido a jurisdicção dos primeiros juizes para dá-la aos segundos sorteados, tinha por isso mesmo promulgado um decreto inconstitucional.

Sr. presidente, peço a V. Ex. que consulte o senado si me concede continuar o meu discurso sentado.

Consultado o senado é e concedida a permissão.

O Sr. Visconde de MÉRITUM:—Continuarei agradecendo ao senado ter-me permitido que eu descançasse alguns instantes.

O honrado ministro deitou-se na outra camara com imputar-me proposições que eu não proferi, para melhor as poder combater e se mostrar victorioso. Disse, por exemplo, S. Ex. que eu havia derivado a jurisdicção da competencia, e servindo-se dos termos da escola, procurou mostrar que eu não tinha idéa perfeita do que era jurisdicção.

Entretanto essa asserção de S. Ex. é menos exacta; pronunciei-me da maneira mais positiva sobre a competencia e jurisdicção, derivando a competencia da jurisdicção, ou dando a entender que a jurisdicção é uma idéa simples como o nobre ministro tambem dá, pois que declarei que competencia era a propria jurisdicção, porém limitada a certos casos; e, senhores, fosse de uma ou de outra maneira, o que é certo é que a jurisdicção ou competencia não podia (e era esta a minha proposição) ser conferida sinão pelo poder legislativo.

Era, por consequencia, impertinente esta derivação uma da outra, ou *vice-versa*.

Mas, passemos adiante, pois que o nobre ministro quiz mostrar a sua sapiencia, o que aliás não era necessario. Com igual injustiça começou a fazer differença entre processo e jurisdicção.

Eu tinha dito que o processo criminal baseava-se na jurisdicção. Quiz dizer com isto que o processo criminal não podia ter valor algum si, porventura, não houvessem jurisdicções, que os puzesse em execução; era essa a mola real; era, por assim dizer, o instrumento por meio do qual o processo podia funcionar.

Foi neste sentido que eu disse assentar o processo sobre a organização das jurisdicções; e não disse mal, porque achei depois em um escriptor de nota quasi a mesma phrase. Não desconhecia eu então, nem desconheço agora, que uma coisa é a organização das jurisdicções e outra é o processo; todavia é certo que na falta das jurisdicções o processo não pôde ser uma realidade.

Esse autor a que me refiro é Ortolan, bem conhecido de todos. O distincto juriconsulto, na sua obra sobre o direito penal, diz o seguinte (tê): «A jurisdicção é uma parte do poder social organizado, annexa, portanto, ao direito politico, gyrando na orbita das constituições.»

Tal é a importancia que dá ao estabelecimento da jurisdicção; o acrescenta: «emquanto que o processo gyra na orbita das jurisdicções.»

Pôde-se conceber que haja jurisdicção sem processo; mas não que haja processo sem jurisdicção.

Eis ali o sentido em que tive a honra de fallar ao senado. E, por consequencia, impertinente tudo quanto a este respeito quiz trazer o honrado ministro, para mostrar o seu saber juridico.

O que porém fez mais impressão ao Ilustre membro do gabinete, foi ter eu dito que o decreto violava a lei da prevenção.

O honrado ministro combatu esta proposição, servindo-se de uma definição de prevenção o ate parece-me que remetteu-me para as doutrinas de Pereira e Souza, livro d.º que desquitei-me o do que não tenho feito uso ha mais de 20 annos.

Disse elle: que a prevenção é o direito que têm os juizes com jurisdicção cumulativa para ao mesmo tempo tomarem conhecimento de uma questão; e no caso de que se trata não ha juizes que tomem ao mesmo tempo conhecimento da questão.

Digo eu, que esta distincção do honrado ministro não pôde servir de argumento, porque em primeiro lugar devia recordar-se do preceito que todos temos em lembrança: *omnis definitio in jure periculosa*.

Não se argumenta, portanto, em direito com definições: devo-se argumentar com os fundamentos e com as disposições legaes.

Não se deve trazer a escola para discussões sérias e importantes: *non ex schola sed vite docemur*; não aprendemos para a escola, mas para a vida real. Os fundamentos da prevenção de escola realizam-se no caso de que fiz menção; realizam-se, porque o principio cardinal é que haja juizes com jurisdicção e destes o que tenha começado a conhecer do processo seja competente para proferir a decisão.

Isso se dá nas relações, porque todos os seus juizes têm jurisdicção cumulativa para conhecer das questões que estão dentro do circulo de suas attribuições; e tambem ali se verifica que aquelles que primeiro tomaram conhecimento da questão são os que devem decidil-a.

Quando argumentei com o principio de prevenção adoptado por nossas leis, citei a ord. do liv. 1.º tit. 1.º § 10 em que se determina que aquelles desembargadores a quem competia conhecer de qualquer feito, continuassem a conhecer delle não só naquella occasião, mas ainda quando por embargos se tivesse de decidir a respeito. Citei tambem a ord. liv. 2.º tit. 63 § 4 no mesmo sentido; e do liv. 3.º tit. 87 em mais de um lugar. Citei ainda a legislação romana, igualmente no sentido do que o juiz que começou a conhecer da causa é o mesmo que deve terminal-a. Citei afinal um precedente do senado, em que esta corporação decidiu que, uma vez que tinha começado a conhecer de um processo, devia ella mesma terminal-o, sem que houvesse outro tribunal, na occasião em que começara a conhecer do processo, que tivesse jurisdicção cumulativa.

Por consequencia de que servem essas palavras? Que valor podem ter as definições dos praxistas ou as definições da escola, quando na realidade se verificam as necessarias condições?

Quando citei a prevenção, podia dizer (e talvez fosse mais exacto) que se tinha violado as leis da certeza dos juizes; não o quiz fazer, o parece que não andei mal nisto, pois que, no fundo, é indifferente dizer-se juizes certos, ou juizes prevenidos.

Relava dizer que a decisão do senado na adopção desse principio apoucou-se justamente nas condições a que tenho alludido. Tendo o senado incumbido a sua commissão de constituição de resolver sobre um caso que se apresentava, a commissão em sua maioria declarou que o senado não devia continuar em sua jurisdicção, pois que tinha cessado o privilegio do deputado que se tratava de julgar. Mas o nobre Visconde de Abaeté que era o 3.º

membro da commissão, declarou que, pois que o processo tinha já começado a ser conhecido pelo senado, o senado, apesar da cessação do privilegio, devia terminal-o. Esta opinião triumphou, e o processo foi aqui terminado, sendo o réo julgado. Por consequencia, o principio da prevenção do juiz certo foi adoptado pelo senado. Não tem, pois, razão o nobre ministro em dizer que o senado tinha conhecido do processo, porque julgou que devia conhecer. Eu perguntaria a S. Ex.ª, qual a razão dessa razão que elle deu.

O parecer do Sr. Visconde de Abaeté tem a data de 30 de Maio de 1857. Ah! disse S. Ex.ª: Deve o processo ser julgado pelo senado. Tenho esta opinião como fundada no art. 17 § 1.º da constituição; porquanto, devendo o senado, conforme o citado artigo conhecer dos delictos dos deputados durante o periodo da legislatura, sendo certo que na phrase do direito a palavra *conhecer* não significa somente dar sentença, mas tambem proferir quaesquer despachos preparatorios, exercendo actos como juiz. Cumpro pois reconhecer que o senado por mais de uma vez interveiu neste processo, no qual exerceu actos como juiz, terminando aqui a causa, sendo o réo julgado.

Qual foi, portanto, o principio admittido pelo senado? Foi o de ter começado a conhecer o processo como delle começam a conhecer os juizes primeiro sorteados; condição que foi preferida pelo decreto do Novembro mandando que, não esses, mas outros juizes, sejam os que julguem o processo.

La me esquecendo dizer, a respeito da incerteza dos juizes até o julgamento, que mesmo no caso do julgamento definitivo do processo por juizes sorteados não ficam inhibidos os primeiros sorteados de proferir sua decisão, si por ventura houve adiamento da causa. Não está mais em vigor esta disposição, relativa aos juizes do commercio de 2.ª instancia, mas mostra qual é o espirito do nosso direito. Citei da outra vez o autor desta disposição, o Sr. Nabuco de Araújo. No art. 45 do regulamento para os tribunaes de commercio do Imperio se diz que, si algum dos juizes sorteados quizer ainda estudar a questão, o julgamento seja feito na sessão seguinte, mettendo-se por consequencia de permello um grande intervallo de tempo.

Senhores, o sorteoimento de juizes, eu disse em outra occasião que era uma anomalia a respeito dos magistrados, porque me parece irracional que na occasião da pronuncia se exija que os juizes sejam incertos, e na do julgamento, em que se decide da vida, da fazenda e da honra dos cidadãos, sejam certos; isto nas relações limitadas de 5 a 7 juizes em que se pôde muito bem prevenil-os com empenhos e por outros meios. Não se reflecte que os magistrados exercem um sacerdocio na administração da justiça e que não se deve suppor que algum delles se leve pelos pedidos das partes, ou por quaesquer suggestões. Por consequencia, como fazer-se uma condigão essencial na pronuncia e recursos para o magistrado, esta de ser juiz incerto até o julgamento?

Eis porque eu disse que isso era uma anomalia e que, portanto, não se lhe podia dar uma intelligencia extensiva, visto que aquillo que é feito contra o direito regular não pôde ser trazido para consequencia, *non est trahendum ad consequentiam*; e foi contra essa maxima de direito que procedeu o nobre ministro querendo dilatar a tal incerteza de juizes ao ponto de se tornar necessaria até ao julgamento.

O honrado ministro também disse que eu tinha batido em falso quando me fundei no art. 76 da lei de 3 de Dezembro de 1841, que manda julgar os recursos pelo disposto no art. 14 do regulamento das relações. Disse S. Ex., porém não provou que essa lei estava revogada; pergunto-lhe, qual é o artigo que a revogou? O art. 7.º § 1.º da lei das relações? Por maneira nenhuma. Este artigo fez duas mudanças no direito antigo: a primeira foi dar voto ao relator, e a segunda estabelecer que, em vez de tres juizes sorteados, apenas se sorteariam dous; no mais não tocou, ficou intacto.

Ora o art. 76 manda proceder pela maneira estabelecida no art. 14 do regulamento, e essas duas alterações podem combinar-se com o disposto nos arts. 14 e 15 do regulamento das relações; por consequencia não ha razão para se dizer que o art. 76 está revogado, sendo principio de direito que uma lei anterior não se reputa revogada sinão quando a posterior lhe é contraria, *nisi sint contrariae*. Na parte que se pode conciliar, subsiste a antiga; é principio de que não se pode duvidar. Como, pois, dizer-se que o art. 76 está revogado? Está, sem duvida, modificado, revogado não.

Violou, portanto, o nobre ministro, com o decreto de 16 de Novembro, a lei de 3 de Dezembro no seu art. 76, que não se acha revogado, porém simplesmente modificado. O nobre ministro mandou cousa diversa daquillo que esta lei tinha ordenado, violou-a por consequencia.

Eis ali, senhores, porque eu disse que, além de ser inconstitucional em si o decreto de 16 de Novembro, violou demais simultaneamente a lei dos juizes certos, que eu chamei de prevenção; o principio geral dos juizes que começavam a tomar conhecimento da causa, segundo o art. 76 da lei de 3 de Dezembro.

O decreto é, por consequente, illegal, porque o poder regulamentar não se estende á revogação da lei....

O Sr. JAGUARINE:—Apoiado.

O Sr. VISCONDE DE MURITIBA:—...mas realmente á sua execução. A lei, como se exprime um publicista bem conhecido, é um acto da soberania, e o regulamento um acto do magistrado, um acto da execução.

Sr. presidente, omitirei, para não enfadar mais o senado...

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—Não apoiado.

O Sr. VISCONDE DE MURITIBA:—...outras observações, que poderia fazer. Mas esta materia tem de vir ainda á discussão e, si não me faltarem as forças, poderei dizer mais alguma cousa.

Entretanto, não quero agora deixar de acompanhar o nobre ministro da justiça no que avançou a respeito de uma maxima que innocentemente citei nesta casa, dizendo que tinha alguma cousa de machiavelica. Este *alguma cousa* foi para o nobre ministro uma expressão que elle julgou como equivalente a ser a maxima de Machiavel.

O que eu disse foi que esta maxima tinha alguma cousa de machiavelica, e na verdade tem, senhores, porque é talvez por causa della que actualmente se tem calçado aos pés as leis, a pretexto de salvação publica, não se procurando sinão chegar ao fim sem se importar com os meios.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—Apoiado.

O Sr. VISCONDE DE MURITIBA:—Esta maxima, que aliás é verdadeira em certas occasiões, é perigosa

para este tempo; é, por consequente, um pouco machiavelica, como eu tive a honra de dizer ao senado, e não disse que era de Machiavel, porque não foi nelle que a li ou aprendi.

O nobre ministro creio que demorou-se neste topico para poder mostrar que a sua erudição acerca deste famoso publicista, occupando-se S. Ex. com as habilitações deste mesmo publicista, de sua sciencia pouco vulgar e de seus talentos de ordem elevada. A não ser com esse fim, não sei como poderia, á vista das minhas palavras, entreter-se com Machiavel.

Actual disse que o latim que citei era macarrônico, improprio daquelle grande publicista, versado em sciencias, o verdadeiramente douto. Não sei, Sr. presidente, si com effeito o latim é macarrônico, mas o apurado gosto do nobre ministro pôde dal-o como tal e eu me folleto agora de ter citado o latim macarrônico, porque correspondia ao decreto artificiozo de 16 de Novembro de 1878.

O Sr. JAGUARINE:—Ficará sendo um decreto macarrônico.

O Sr. VISCONDE DE MURITIBA:—Sr. presidente, resta-me dizer somente mais duas palavras em resposta ao nobre ministro. Elle acotinou o projecto que apresentei á camara de attentado, de crime commetido por mim contra a constituição, porque invadia o poder executivo propondo a revogação de seus actos. A onnipotencia a que está acostumado o nobre ministro faz que se não possa estranhar esta sua pretensão; mas ninguém seguramente poderá deixar de estranhar que o nobre ministro queira tirar ao poder soberano, ao poder legislativo, o direito de estabelecer regras geraes pelas quaes os cidadãos se regulam nas diferentes relações sociais, embora o governo tenha providenciado desta ou daquella maneira. E isto não é só uma theoria, senhores, esta é a pratica do poder legislativo do Brazil.

Não referirei, quanto á pratica, sinão alguns actos: os primeiros e os ultimos, deixando os intermediarios. O primeiro é o decreto do poder legislativo, sancionado por Sua Magestade o Imperador o Sr. D. Pedro I, de 13 de Novembro de 1827, quando se diz que o systema constitucional estava em sua pureza e o poder executivo tinha a força que nós sabemos que tinha o Sr. D. Pedro I, nessa época, e quando os legisladores eram, como se dizia, os representantes legitimos do povo.

Foi essa camara que decretou, a 13 de Novembro de 1827, a revogação da provisão em que se traduziu a resolução de consulta do conselho supremo militar, de 23 de Novembro de 1823. Eis as palavras da lei:

«Tendo resolvido a assembléa geral legislativa:—art. 1.º, que é abusiva, irrita e nulla a provisão do conselho supremo militar de 23 de Novembro de 1823, cujo theor é o seguinte (1).»

Eis aqui um acto legislativo, revogando um acto do poder executivo de sua competencia, porque esses negocios, como o senado sabe, são levados ao conselho supremo militar pelo governo; o conselho consulta, e depois resolve-se a consulta por uma resolução imperial. Antigamente, até 1860, essas resoluções imperiaes transformaram-se em providões; nessa occasião deixaram de ter essa denominação, de modo que hoje não ha sinão consulta. E, porém, um acto de attribuição do poder executivo, que entretanto foi naquella época revogado por uma resolução legislativa.

Parece-me que isto decide a questão. Exhorbitou a assembleia, tirando este direito ao governo? Usou de poder que não lhe competia? Quem seria capaz de sustentar semelhante cousa?

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Só o Sr. ministro da justiça; só elle é capaz de sustentar esta blasphemia jurídica.

O Sr. VISCONDE DE MURITIBA:—O que importaria a doutrina contraria? Importaria a omnipotencia do governo, porque depois que elle tratasse de uma materia em seu regulamento, não havia mais meio de providenciar, de regular a mesma cousa de outra forma.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—E é um ministro liberal!

O Sr. VISCONDE DE MURITIBA:—Era um poder absoluto proclamado, e foi isto que fez o nobre ministro da justiça...

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Apoiado; é a proclamação do absolutismo do ministro da justiça.

O Sr. VISCONDE DE MURITIBA:—... negando á assembleia geral o direito de revogar um acto do poder executivo.

Esse foi o primeiro acto, os intermediarios, eu disse que os deixava em silencio; mas vou mostrar actos semelhantes, revogando, annullando disposições do poder executivo; são em grande numero, são de todos os dias.

Aqui está um: o regulamento das relações, feito pelo governo, para execução do código do processo foi alterado pela lei de 2 de Junho de 1834. O regulamento mandava que o feito fosse visto por tres juizes somente, e a lei mandou que fosse por cinco. Em seguida, foram tambem apparecendo novos actos.

O regulamento da escola militar de 1863, regulamento feito pelo governo, exigia approvação plena para que o grão de bacharel fosse conferido; veio a lei de 2 de Maio de 1875, que revogou essa disposição.

Mais adiante, em 22 de Setembro de 1875 revogou-se uma disposição do regulamento das escolas de medicina, mandando que os professores substitutos não fossem sujeitos a concurso para serem cathedromaticos. E, como essas, muitas outras leis apparecem; até nas leis annuaes do orçamento muitas vezes vão disposições que são contrarias ás medidas, ás disposições geraes tomadas pelo governo, e que por este facto ficam annulladas.

Não se pode, portanto, senhores, sustentar a doutrina de que, desde que o governo providencie sobre uma cousa, está fechada a porta para o poder legislativo providenciar a esse respeito...

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—E' a proclamação do absolutismo feita por um ministro de Estado.

Um Sr. SENADOR:—E liberal!

Outro Sr. SENADOR:—Liberal não, republicano.

O Sr. VISCONDE DE MURITIBA:—Sr. presidente, não posso mais continuar; vou concluir, pedindo desculpa ao senado por lhe ter tomado estes instantes do seu tempo; mas ora preciso que eu dêsse á esta augusta corporação explicações sobre acto meu, explicações que pudessem, quando não destruir cabalmente as contestações que foram oppostas pelo nobre ministro da justiça, e por outro honrado deputado pela provincia de S. Paulo, ao menos attenuar o effeito que pudessem ter produzido. *(Muito bem; muito bem. O orador é cumprimentado.)*

O Sr. JAGUARIBE:—Tendo necessidade de tomar parte nesta discussão, para que meu silencio não seja traduzido como recelo de assumir a responsabilidade de discussões importantes, como é a da resposta á falla do throno, preciso entretanto declarar que lamento profundamente que, só em hora tão adiantada, me caiba tomar parte neste debate, porque assim faltar-me-ha tempo para dar todo desenvolvimento ás ponderações que tenho de submeter ao senado.

E' certo que estava em minhas mãos não tomar a palavra nesta hora assim adiantada, mas o faço para que a discussão não fique encerrada, contando que deste modo outros oradores, em melhor occasião, ainda tenham de se fazer ouvir.

Lamentando assim que só em occasião tão adiantada pudesse vir á tribuna, lamento ainda mais, Sr. presidente, não ver na casa, actualmente, nenhum dos nobres ministros, e principalmente que nella se não ache o nobre presidente do conselho, com quem eu desejava travar uma especie de conversação, visto que em outra cousa não importariam as toscas considerações que vou ter a honra de fazer ao senado.

O Sr. DANTAS:—Está na camara dos Srs. deputados, e foi obrigado a demorar-se lá.

O Sr. JAGUARIBE:—O nobre collega pela provincia da Bahia acaba de informar-me que o nobre presidente do conselho está em serviço na outra camara; eu não tinha feito nenhuma censura, considerava mesmo que S. Ex., não se achando no senado, como era de seu dever, naturalmente seria por motivo justo...

O Sr. DANTAS:—Apoiado.

O Sr. JAGUARIBE:—... como isto que acaba de allegar o nobre collega pela provincia da Bahia; o que agradeço, para que fique bem claro que eu não fazia uma censura, visto como estava convencido de que S. Ex. não estava no senado, por motivo de serviço publico tão urgente, ou mais ainda, como o de aqui achar-se.

Senhores, lamentava a ausencia do nobre ministro ainda mais porque eu pretendia começar felicitando a S. Ex. por um acto que de outros tem merecido censura; d'onde se vê que nesta parte não me acio de accordo com os autores dessas censuras, embora alguns sejam amigos, que prezo, e cujas opiniões muito respeito.

A minha felicitação, Sr. presidente, é por um acto de S. Ex., que reputo dever ter em politica quasi a qualificação de um milagre.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—Com effeito!

O Sr. JAGUARIBE:—Eu me refiro, senhores, ao poder quasi magico que teve S. Ex. de converter em puros monarchistas cidadãos que, na opinião geral, eram reputados como republicanos, de que não faziam mysterio, tendo alguns delles se estendendo por assignaturas em documentos publicos e authenticos.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—E' que elle ensinou-lhes o bom caminho.

O Sr. JAGUARIBE:—E isto que a outros tem merecido censuras, para mim é objecto de felicitação ao ministro que conseguiu esse milagre, e milagre tão grande que peço licença ao senado para comparal-o a um facto do christianismo, que não é outro sinão o da conversão de S. Paulo, o qual,



depois de haver sido o perseguidor dos christãos, illuminado pela luz Divina, constituiu-se o maior propagandista da nova lei, cabendo-lhe a honra de ser chamado o apóstolo das nações.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Muito bem!

O SR. JAGUARINE:—E, senhores, si acho nessa conversão de republicanos confessos em monarchistas um motivo de louvor, devo acrescentar que outra não podia ser a apreciação a respeito de homens illustrados como são esses que entraram para o ministerio, não obstante a qualificação de republicanos, como eram tidos, desde que estou convencido que homens honestos, como são, e caracteres elevados, não podiam, de maneira alguma, tomar parte nos conselhos da Corôa, de um soberano illustrado, como é o que felizmente existe no Brazil, sem que os animasse sincera convicção de que a doutrina monarchica e a causa que iam servir são justas e meritorias.

Sim, nenhum cidadão, quaesquer que fossem os principios republicanos, em que a mocidade ou o velho dos primeiros annos tivesse feito exterior-se, tem motivo de envergonhar-se de vir a ser monarchista em um paiz, como o Brazil, onde, tanto pelas theorias consagradas em nossa constituição politica, como praticamente, ha muito mais liberdade do que em algumas republicas; por quanto, não obstante o enthusiasmo da juventude haver proclamado aquellas idéas, o estudo e a reflexão sobre o systema representativo, bem como sobre as circumstancias especiaes do nosso vasto territorio, trazendo a convicção de que a monarchia constitucional representativa é a forma de governo mais adaptada á conservação de sua integridade, operam a mudança de opinião sem nenhum vexame, desde que reconhecem que aqui vigora do mesmo modo o amor da liberdade em que elle se abraza.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—E' a monarchia sustentada pelos republicanos.

O SR. JAGUARINE:—Não direi isso; são os republicanos convertidos em monarchistas, e ficando tão a seu gosto como nós outros: nenhum de nós sente vexame de que se diga que não somos representantes de uma causa nobre, como é a do povo do Brazil, que não envia para membros da representação nacional senão homens dignos e amantes da liberdade. Pensar o contrario disto, Sr. presidente, seria julgar que estes republicanos que entravam para os conselhos da Corôa não seriam sinceros, ou seriam desleaes, o que de modo algum posso admitir.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Apoiado.

O SR. JAGUARINE:—Seria comparal-os com certos cidadãos que, na republica dos Estados-Unidos, foram acoimados por alguns historiadores de pouco leaes á causa que serviam.

Refiro-me aos presidentes e ministros que naquella republica foram elevados a essas posições em periodos anteriores á guerra sustentada pelos esforços supremos dos Estados do Sul.

Recejavam esses Estados, pelo antagonismo que pouco a pouco se ia levantando entre os que tinham escravidão e aquelles onde a não havia, que um dia a luta teria de rebentar; e por isso esforçaram-se para collocar nessas posições homens pertencentes aos Estados do Sul, como de facto fizeram para lhes dar força, de maneira que, quando um dia houvessem de lutar, a vantagem estivesse do seu lado.

Succedendo, porém, que na ultima eleição anterior a essa luta, aquella em que foi elevado Lincoln ao lugar de presidente da republica, não tivesse triumphado o partido do Sul, immediatamente começou a guerra, que todos previam que seria terrível.

Alguns apreciadores da causa da guerra fundam-na principalmente nessa força que os Estados do Sul tinham obtido em eleições successivas, em que a vantagem estava de seu lado; e notam que esses eleitos não foram bastante leaes á causa da União, e que antes procuraram elementos para a victoria, quando a luta se viesse collocar no pé em que o foi.

Não julgando de modo algum que brasileiros distinctos, como são estes de quem fallo, deixem de ter toda a lealdade á causa que servem, vejo nesse procedimento motivo de prazer para todos os monarchistas sinceros, e motivo de felicitação para o nobre presidente do conselho, que teve a força de o conseguir.

Ouço uma voz que diz que o louvor seria muito bem cabido, si elles se confessassem arrependidos.

Senhores, eu julgo esta confissão desnecessaria, porque o acto por si tem mais valor do que uma manifestação plena de arrependimento, e nem nós devemos exigir manifestações desta ordem, que sempre causam certo vexame, segundo o modo de ver de alguns pyrrhonicos.

Assim, o acto é mais significativo do que a declaração expressa de *pœnitent me peccati*.

(Ha um aparte.)

Estas palavras são apenas o modo de conciliar as cousas; eu as denominarei *ponte* para a passagem. O acto é o arrependimento já em acção, e as palavras são o revestimento do caminho para que não pareça tão aspero.

Eu acho, Sr. presidente, que exigir de um homem, que é deputado ou senador, a confissão de que já não é republicano, é exigir de mais, desde que elle ao entrar presta juramento de manter a monarchia e as instituições taes quaes a constituição nol-as deu.

Do mesmo modo não posso admitir que entre para os conselhos da Corôa um individuo sem que se subentenda *ipso facto* que elle é monarchista, o por isso não vejo a necessidade da confissão; isto seria uma injuria.

Portanto, feita esta felicitação ao nobre presidente do conselho, que sinto não estar presente, eu vou precipitar os pontos de que tenho de me occupar no pouco tempo que me resta, invertendo assim a ordem que poderia dar ao meu discurso.

Tem-se dito geralmente nesta tribuna, e na da outra casa do parlamento, que a necessidade de trocar o systema de eleição indirecta pelo da eleição directa é uma necessidade palpitante e reconhecida por todos os partidos.

Não tendo, pela minha parte, estabelecido nenhuma especie de inquerito sobre esta affirmação, não direi que os que assim se exprimem falem a verdade, mas ao menos por mim posso declarar que não reconheci ainda tal necessidade.

Em minha opinião, o systema de eleição indirecta é tão bom como outro qualquer, e mesmo me parece o melhor, porque é aquelle que eu já conheço praticamente.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—E' o melhor nas nossas circumstancias.

O Sr. JAGUARIBE:—Acrescentarei, aproveitando o aparte do nobre senador, que, nas nossas condições, o melhor systema de eleições é o systema indirecto.

A um paiz atrazado como o nosso, com classes pouco illustradas, com população disseminada por grande territorio, sem meios rapidos de comunicação que accelerem a marcha das idéas, a um paiz como este, não pôde convir sinão um systema de eleições que estabeleça gradações correspondentes ás classes em que a sociedade se acha dividida... porque deste modo se attende melhor ao interesse de todos, e tambem ao amor proprio de cada uma dessas classes.

Comprehende-se que os brasileiros em geral, como creio, a humanidade inteira, gostam de não ser esquecidos, de apparecer; e desde que, pelo atrazo a que ha pouco me referi, uma numerosa classe não está em circumstancias de fazer a escolha immediata dos seus representantes, por não conhecer os que são aptos para tal fim, é claro que o amor proprio fica muito satisfeito por poderem occupar a 1.ª escala, votando em eleitores, e sendo assim eleitores do 1.º grau.

Deste modo contenta-se o amor proprio nacional pelo facto de concorrer cada um para o grande banquete nacional, além de que assim, ainda os menos favorecidos da fortuna recebem dos candidatos aos cargos de eleitor, de deputado, de senador, risos e abraços que os satisfazem consideravelmente.

Diz-se-lha que é uma valdade a que o legislador não deve attender. Eu ao contrario acho que a grande massa da população tem o melhor direito ás attentões do legislador; e desde que o habito de votar em dous graus satisfaz o seu amor proprio, não devo parecer cousa muito simples despojar-a daquillo em cuja posse tem estado, atirando-a para um lado como cousa indigna de apreço, como constituindo uma especie de parias ou ilotes.

Na verdade, uma vez estabelecido o systema da eleição directa, principalmente com o censo alto, como aqui tenho ouvido, horrorizado por ver que semelhante idéa parto de homens que se dizem liberaes, os infelizes que pertencem a maioria da nação serão menos do que ilotes e parias, serão lançados para as trevas exteriores, ficarão de todo esquecidos, perderão todos os direitos, todas as esperanças, cairão no inferno de Dante.

O Sr. BARNES BARRETO:—Ficarão privados até do lar.

O Sr. JAGUARIBE:—Diz muito bem o nobre senador; porque sabemos que, pelo mecanismo da nossa sociedade, muitos desses individuos, menos favorecidos da fortuna, acham *ubi* com facilidade, pelo interesse que têm os homens do mais influencia em contarem com uma certa clientella que os ajude em suas pretensões politicas.

O Sr. DANTAS:—Eu desejo que elles obtenham esse *ubi* sem ser por taes serviços.

O Sr. JAGUARIBE:—Eu cordialmente desejo que pelo amor ao trabalho e á economia esses brasileiros obtenham meios de estabilidade, sem se valerem de taes recursos; mas, enquanto não se puder realizar esta aspiração, enquanto o nosso organismo social fôr o que indiquei, a eleição indirecta facilitará a esses desvalidos um *ubi* para residirem.

O Sr. LEITÃO DA CUNHA:—Principalmente em tempo de eleições.

O Sr. JAGUARIBE:—Estas considerações servem para mostrar a minha convicção de que o actual systema de dous graus é o que mais convem á nossa população.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—Não querem que o pobre viva.

O Sr. DANTAS:—Pois não! E' assim mesmo.

O Sr. JAGUARIBE:—Levam-me, ao menos, a fazer uma especie de protesto, para que, quando se disser que a idéa da eleição directa é geralmente aceita, conste que ao menos houve um senador que protestou contra. Eu sei que o meu honrado collega pelo Maranhão, com mais proleciencia...

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—Não apoiado.

O Sr. JAGUARIBE:—... já fez este protesto, e por isso não entrarei no desenvolvimento da questão.

O Sr. LEITÃO DA CUNHA:—Espere pela oportunidade.

O Sr. JAGUARIBE:—Para que, porém, o meu protesto fique melhor fundamentado, peço licença ao senado para fazer uma ligeira resenha dos diversos systemas eleitoraes que temos tido, assim como dos seus resultados. Farei depois uma rapida comparação desses resultados com os que se promettem com o novo *Eldorado* que não conhecemos, o que entretanto se descreve, como uma nova terra da promissão, á qual nunca chegaremos. Desse confronto tirarei as illações que a minha fraca intelligencia permittir.

Tivemos o systema primitivo, que foi o das instruções de 26 de Março de 1824, systema que mandára organizar as mesas por aclamação, e no qual se dizia que dominava o imperio do grito, da força dos pulmões, muitas vezes de uma minoria turbulenta.

Apezar de se dizer que a força dos pulmões fazia com que essa minoria vencesse a maioria, contudo convem não esquecer que nesses tempos tivemos excellentes eleições, o que os eleitos nesse periodo prestaram serviços tão relevantes que a geração actual delles se não pôde recordar sem muita gratidão (*apoiados*).

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—Os liberaes com a sua eleição directa tendem para o imperio do grito.

O Sr. JAGUARIBE:—Para acabar com o imperio do grito, da força dos pulmões ou de minorias turbulentas, veio o decreto de 4 de Maio de 1842 que organizava as mesas por meio da sorte, isto é, constituindo-se pela sorte uma comissão de 16 eleitores que faziam a eleição da mesa parochial. Esse systema foi muito accusado de se prestar a fraudes, e a prestidigitações, segundo era maior ou menor o talento inventivo dos cabalistas. Esse systema não podia continuar e foi a lei de 19 de Agosto de 1846, que lhe succedeu. Em virtude della as mesas parochiaes eram feitas por escolha dos eleitores e dos supplentes destes.

Entre o primeiro systema, o do imperio do grito, e o da sorte, mediou um periodo de 18 annos, bem como entre o do decreto de 1842 e o da lei de 1846 mediou o espaço de 4 annos.

As eleições até então eram por provincias.

Veu depois a lei que subdividiu as provincias em circulos de um só deputado, circulos que foram denominados homoeopathicos, foi a lei de 19 de Setembro de 1853, lei para a qual, lembro-me bem, muito concorreu o partido liberal, que adoptou-a com enthusiasmo, applaudindo estrepitosamente ao estadista conservador que se pôz á testa dessa idéa, fazendo para este fim até uma nova situação politica, que se denominou da conciliação; retro-mo ao sempre saudosamente lembrado Marquez do Paraná.

Essa lei que, como eu dizia, foi applaudida pelos liberais, dentro em pouco pareceu que dava lugar a muitas fraudes, até a contratos deshonestos, porque mantendo ainda o systema de supplentes consignado na legislação anterior...

O Sr. MENDES DE ALMEIDA: — Isso é que foi o mal dessa lei.

O Sr. JAGUARIBE: —... dava logara que houvesse conchavos entre deputados e supplentes, e diante de alguns escandalos, de que houve noticia, reconheceu-se que era uma necessidade revogal-a.

Um Sr. senador: — Houve até contratos por escriptura publica.

O Sr. JAGUARIBE: —... A revogação foi total; a lei de 18 de Agosto de 1860 incorporou tres circulos em um só districto, dando este tres deputados, em vez de um, que primitivamente dava cada circulo. Reconheceu-se, pois, então a necessidade de alargar os circulos, e foi o que vigorou, havendo entre a ultima e essa lei o periodo de 5 annos.

Depois, parecendo que a lei dos districtos não satisfazia as necessidades, veio a ultima lei eleitoral, que foi a de 20 de Outubro de 1873, lei que é conhecida pela da representação das minorias, e que adoptando essa inovação voltou ao systema de eleição por provincia; sendo de 15 annos o periodo decorrido entre a ultima lei e essa.

Em cada uma das occasiões, Sr. presidente, em que se iniciou qualquer desses projectos, que depois vieram a ser leis, se dizia que era isso uma necessidade indeclinavel, que o povo reclamava alteração na legislação para sua felicidade; mas a lei passava e dentro em pouco appareciam as mesmas queixas. Agora pergunto eu: que certeza nos podem dar os advogados da nova alteração do systema eleitoral, de que desta vez não se enganam como se enganaram nossos predecessores tantas vezes antes, sendo que em algumas dellas os proprios liberais tomaram parte activissima.

Na lei de 19 de Agosto de 1846 eram elles que predominavam; a lei foi portanto delles, e depois reconheceram que se haviam enganado. Na lei dos circulos, si não eram os liberais que estavam no poder, mas suas notabilidades, adoptaram a idéa e a proclamaram como salvadora; dentro em pouco, porém, reconheceram que se tinham enganado.

Actualmente pergunto eu: qual é a garantia que nos podem dar, quando se trata de fazer uma inversão tão profunda em nossos habitos...

O Sr. MENDES DE ALMEIDA: — Na base das instituições.

O Sr. JAGUARIBE: —... e na base das instituições, como bem diz o nobre senador, porque até se tem julgado necessario a reforma da constituição, a convocação de uma constituinte, não se pôde deixar de recear os perigos que possam provir desse desconhecido, sobre o qual não podemos de antemão fazer nenhuma apreciação.

Que certeza nos podem dar de que desta vez acharam a verdade, de que não se enganam, como se enganaram os legisladores que nos precederam?

O Sr. NUNES GONÇALVES: — Os exemplos dos outros povos.

O Sr. JAGUARIBE: — Senhores, não fallemos muito em exemplos de outras nações...

O Sr. MENDES DE ALMEIDA: — E' trabalho de Symplo.

O Sr. JAGUARIBE: —... porque cada povo tem seus habitos, suas tendencias; e porque as lições das outras nações nos convenceram de que aquellas que são mais acatoladas, menos precipitadas em reformas, são as que têm um futuro mais lisonjeiro e vão marchando livres de grandes perigos, causando inveja a outros povos.

A Inglaterra, por exemplo, não tem reformado sua constituição; ao contrario sua constituição é objecto de veneração ao ponto de lhe respeitarem até disposições que parecem já um pouco ridiculas, segundo o progresso que a civilização tem feito... Os inglezes veneram tanto aquella arca santa, que recusam no meio desse liberalismo que domina o mundo: por exemplo, encontram-se naquella nação modelo formulas antiquadas, das quaes não se arredam. Portanto, em vez de aceitarmos essas mudanças rapidas que todos os povos estão fazendo, vamos aproveitar essa lição mestra naquillo que é mais essencial para a prosperidade de um povo, que nos offerece uma nação tão celebre pelo seu bom senso pratico como é a Inglaterra.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA: — Que tem o orgulho de dizer que nunca innovou.

O Sr. DANTAS: — Lá a constituição não embaraça as reformas.

O Sr. NUNES GONÇALVES: — O parlamento é soberano.

O Sr. JAGUARIBE: — E depois sejamos francos: o effeito dessa mudança é simplesmente dizer-se: « E' uma eleição mais activa, sabe immediatamente da mão do artista, o deputado ou senador, sabe immediatamente da mão do eleitor, é portanto uma representação mais legitima; » eis o que se diz geralmente.

Mas, pergunto eu: é elevado, ou não, o censo? Qual é a garantia pratica de que o eleitor directo ha de votar com certeza, o seu voto ha de produzir effeito?

Neste systema de eleição directa não haverá mesa eleitoral, esta intendencia que diz ao votante « o senhor não é o qualificado, pôde retirar-se. » Nesse tempo os organizadores da mesa perderão esta phrase « o senhor não é o eleitor. »

O Sr. MENDES DE ALMEIDA: — Vão votar no tabellão.

O Sr. JAGUARIBE: — Diz-se: « E' gente mais elevada, mais conhecida. » Porém, senhores, essa é a questão e exactamente a duvida em que me parece que os legisladores laboram por quererem deixar-se enganar. Queremos acreditar que este povo de um dia para outro se converta; que os vicios hão de desaparecer, só porque se mudou uma phrase da lei?

O Sr. NUNES GONÇALVES: — Ninguém diz que a eleição directa é extremo de abusos.

O Sr. JAGUARIBE: — Pois então, senhores, o que é que lucraremos?

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—E' só mudar de cabeça.

O Sr. JAGUARIBE:—É-me desagradável citar factos deploráveis, muito recentes e que todos nós conhecemos. Eu perguntaria si neste novo systema de eleições se poderá estabelecer um censo tão alto que arrede todas as duvidas, e si este censo poderá dar, por exemplo, eleitores que tenham, não direi mais, ao menos o valor do nosso collega o Sr. Visconde de Muritiba?

O Sr. BARROS BARRETO:—Apoiado.

O Sr. JAGUARIBE:—Eu duvido. Basta o facto de ser um senador do Imperio e o senador ser uma corporação tão pouco numerosa para se suppôr desde logo que é um homem elevado, que não encontra muitos outros, que com elle se possam confundir. Mas, além disto, senhores, o Sr. Visconde de Muritiba é um conselheiro de Estado, o mais do que isto, é um homem que tem encaucado em prestar relevantes serviços ao Estado e que é conhecido em todo o Imperio.

O Sr. BARROS BARRETO:—Apoiado.

O Sr. JAGUARIBE:—Pois bem, senhores, este cidadão assim qualificado foi nesta corte votar na sua freguezia, onde se achava qualificado, e lhe embarçaram o passo. Soldados collocados na frente da igreja lhe disseram: « Não entra, não entra, não entra. » E homem prudente, naquella idade, comprehendendo-se que não podia saltar pelas balonetas e expôr a sua vida por uma questão que lhe pareceu não valer a pena tão grande sacrificio.

Quando se vê isto, pôde-se esperar que, embora a elevação do censo (idéa esta que acho anti-liberal e contra a qual desde já protesto), pôde-se esperar que esta mudança ha de trazer em resultado que venham ás camaras representantes legitimos da nação? Ninguém me convencerá, e, direi mesmo, ninguém de bon fé o poderá dizer.

E não se pôde dizer desde que se conhece que os defeitos da eleição estão em outra parte, não estão em ser de um ou de dous graus, estão nos executores (apoiados).

O Sr. BARÃO DA LAGUNA:—Ahi é que está a verdade.

O Sr. NUNES GONÇALVES:—A eleição directa é para tornar menos efficaz a intervenção do governo.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—Não tem acontecido isto nas republicas hespanholas.

O Sr. JAGUARIBE:—Acabo de perguntar qual é a garantia, qual é o meio que nos assele de que por este novo systema o eleitor ha de, infallivelmente, votar. Porque, senhores, é preciso attender-se: eu não tive nenhum enthusiasmo por esta ultima lei da representação das minorias, idéa que aliás acho muito generosa e liberalissima. Mas, conhecendo o nosso paiz e entendendo sempre que ella não produziria bom effeito, votei pela maioria do seus artigos, mas pela adopção da lei não votei, declaro-o. Portanto, não tenho nenhum enthusiasmo por ella.

Obedeço hoje, é lei do Estado, mas que ella fosse do meu agrado, não.

Reconheço, porém, que nesta lei ha uma coisa superior a todas as outras que temos tido e é o processo da qualificação.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—Apoiado.

O Sr. JAGUARIBE:—O processo da qualificação acho-o perfeito, si de perfeição é susceptivel alguma obra humana. Nem concebo que este novo systema, que se quer inaugurar, possa offerecer mais garantias do que a qualificação ordenada pela ultima lei.

E' uma qualificação que dá ao votante um titulo e, que na presença da mesa, apresentado elle, desaparecem todas as duvidas.

O Sr. LEITÃO DA CUNHA:—Nem por isto deixarão de haver muitas duvidas agora.

O Sr. JAGUARIBE:—O nobre senador toca exactamente na chaga. As duvidas começaram porque os cabalistas se compenetraram de que a distribuição dos diplomas era uma desgraça para elles, e por isso trataram de os não distribuir. O partido que receava que a apresentação dos diplomas seria um mal para o mesmo partido, desde que influa na distribuição dos mesmos diplomas, tratou de difficalta-los, não dal-os, de maneira que a maioria dos qualificados não os tinha.

Mas esse defeito é da lei ou dos executores? E' dos executores; portanto, tratemos de dar execução fiel á lei; é este o remedio para os males que nos affligem.

Um Sr. SENADOR:—Deixemos de utopias; não teremos tão cedo eleição livre; venha o systema que vier; o defeito não é deste ou daquella systema.

O Sr. JAGUARIBE:—Ha muitos annos, Sr. presidente, que já o honrado Visconde de Itaboraí, de saudosa memoria (apoiados), dizia de uma destas cadeiras que não era de leis que precisavamos, mas de reforma dos costumes dos executores, porque leis tinhamos suficientes para fazer a nossa felicidade. Já não vivo infelizmente esse nosso illustre collega, cuja falta lamento, mas acredito que, recordando suas palavras, acharei quem me apoie, no menos compenetrando-se de que não sou eu só que assim penso; antes de mim um homem notavel do nosso paiz já assim pensava.

Precisamos de reforma dos nossos costumes, de empregarmos meios para chegar a esta reforma.

Um Sr. SENADOR:—Nas classes directoras da sociedade.

O Sr. JAGUARIBE:—Nas classes directoras e nas inferiores. O primeiro remedio de que o Brazil precisa é que nos illustremos, que difundamos as luzes, espalhemos a instrucção primaria por toda a parte, e com tal solicitude que dentro de poucos annos desapareça d'entre nós a vergonha, como infelizmente se dá ainda, de haver tanta gente sem saber ler, nem escrever. Esforcemo-nos—governo e povo—em derramar as luzes, em crear associações que as fomentem, que o melhoramento dos costumes virá. A' proporção que esta base larga tomar todo o espaço do paiz, deste immenso territorio, tambem o cume da pyramide que, sobre esta larga base se erguer, ha de ser muito mais elevado.

Por consequencia espero que, assim se espalhando a instrucção, ha de haver muito maior numero de homens notaveis, e é de suppôr que estes façam a nossa prosperidade, procurem fazer com que os costumes se melhorem, o que esses vicios, essas fraudes, que se dão, não se apresentem em tão larga escala, como infelizmente actualmente se vê.

O Sr. LEITÃO DA CUNHA :— Bem illustrados são os governos, e entretanto são os primeiros corruptores da eleição. D'ahi vem o mal todo. Enquanto não houver governo que se ponha superior aos partidos, escusado é estarmos a fazer reformas.

O Sr. JAGUARING :— Enquanto não houver governo que inspire confiança de moralidade, creio ser este o pensamento do nobre senador, governo que cuide dos interesses nacionaes e não dos individuos, não devemos ter esperança de salvação. Mas, senhores, devemos empregar os meios para isso conseguirmos; o que indico parece muito mais proficuo do que a esperança da panacea da eleição directa. Ilustremos o povo; a maior necessidade a attender é a de derramar a instrucção.

Em apoio desta minha opinião, citarei um facto modernissimo, estrondoso, que preoccupou todo o mundo. A ninguém é occulta a grandeza da victoria nesta ultima guerra—franco-prussiana—, por parte do vencedor, bem como o estrepito da derrota da grande nação que marchava á frente dos outros povos. Os nobres senadores, que me ouvem, devem ter lido, como eu, que depois dessa grande victoria alcançada pela Prussia, quando o general Moltke recebia felicitações dos seus amigos e admiradores, com uma modestia digna de nota dizia: « Não é a mim que isto se deve; é ao mestre escola; ide agradecer aos mestres escolas que em nosso paiz elevaram a nação; elles é que alcançaram essas victorias, não foram os generaes, não fui eu. »

E dizia uma verdade. Todos sabem, que depois da batalha de Yena, a Prussia ficou abatida; um exercito numeroso foi esmagado por outro menos numeroso, porém commandado pela primeira espada do seculo, Napoleão I.

A nação abateu-se, e desde então fez um proposito de erguer-se até chegar o dia da desforra, compreendendo que o meio de attingi-la era a instrucção do povo, e, como á paria, homem por homem, começou a esforçar-se para illustrar a nação; a escola era o primeiro dever de todo o cidadão, escolas por toda a parte, escola no exercito, escola no campo, escola na aldeia, escola na cidade e no lar domestico, escolas emfim por toda a parte.

E essa nação cresceu, como todos sabem, até que sessenta annos depois chegou o dia de quasi inesperadamente affrontar a nação que se dizia a mais civilisada na Europa, aquella de sentimentos mais generosos que estava á frente da civilisação e que tinha a sympathia do mundo inteiro, e dando-lhe combate, dentro em poucos dias se achava ás portas da grande capital, e cada soldado era tão illustrado que tinha os mappas da cidade e das ruas dentro da patrona e conhecia a França mais que os proprios francezes.

Pois, senhores, não será digno de uma nação, e uma nação que começa, como a nossa, tomar esse nobre exemplo e derramar por toda a parte a instrucção, fazendo disso o objecto da sua primeira preocupação? E' dessa baptisção da civilisação que ha de provir a nossa grandeza e a nossa prosperidade.

Tratemos desses melhoramentos; e, como consequencia, virão os outros, entre os quaes o da emenda dos costumes, e o de haver maior quantidade de homens notaveis, homens que uma vez collocados nos conselhos da Coroa, façam cessar essas vergonhosas accusações, que continuamente ouvi-

mos em nosso paiz, de governo pessoal, que não é outra coisa mais minio a declaração de que muitos dos ministros que autorizam tal accusação não estão na altura dos logares que occupam, ministros que muitas vezes para se defenderem de não servir ao amigo e de não satisfazer a algum pequeno capricho, são os primeiros a dizer:—o Imperador não quiz, mentindo á sua consciencia, porque todos que têm sido ministros sabem do contrario.

Digo, pois, que ha uma grande necessidade de derramar-se a instrucção por toda a parte, porque ha falta de homens dignos desses logares. E como preencher essa lacuna, sinão diffundindo a instrucção? E' portanto com a diffusão das luzes, que se deve esperar maior quantidade de homens elevados e dignos dessas posições.

Sr. presidente, passando á outra ordem de idéas, direi agora, quando a posição do paiz é essa que acabei de descrever, posto que mal, a traços largos e incompletos, que esperanças nos pode dar o governo, que actualmente se põe á testa dessa reforma?

Esta esperança devia sobretudo consistir em factos. Acabamos de ver uma eleição que se procedeu no dominio desse governo, e esta eleição que resultado produziu? Uma camara unanime; nem uma voz dissonante; si um ou outro deputado do partido opposto foi eleito pelas provincias, foi posto fóra das portas da camara pela omnipotencia da maioria. Ora, quando isso é a verdade, que esperança pôde dar-nos o governo que se põe á testa dessa reforma?

O que vemos, Sr. presidente, é que o proprio governo (não tenho em vista ferir nenhum dos membros do governo, porque julgo a todos cidadãos muito respeitaveis, e é por isso que mais sinto que o nobre presidente do conselho não esteja presente para dizer-lhe isto), o que vemos é que os ministros não têm talvez liberdade, e seguem as exigencias dos amigos; fazem-se órgãos das paixões, em vez de serem órgãos da justiça, e assim é impossivel que garantam os direitos daquelles que lutam inermes contra adversarios armados.

Dizendo que os ministros fazem-se órgãos de paixões, não lhes faço injuria, porque sei que, ha poucos dias, um ministro se levantou na outra camara, para fazer conhecer que as paixões partidarias serviam-lhe de guia. Esse ministro, tendo contas a ajustar com um deputado da sua provincia, o Sr. Martin Francisco, lançava-lhe em rosto que tivesse tido a pretensão de sustentar a eleição de um conservador, o Sr. João Mendes.

Assim, o nobre ministro do Imperio, pois é o Sr. Ex. que alludo, claramente declarava que não pôde haver maior peccado do que um homem advogar a causa de um adversario, ainda que do sua justiça esteja convencido, como succedia ao Sr. conselheiro Martin Francisco em relação ao Sr. João Mendes: uma tal confissão feita por um membro do governo desanima completamente os governados.

Depois, todos sabem que houve aqui um club, que teve um órgão notavel, o d'ahi sahiam todos os planos.

Aqui, na casa, já se declarou que foi desse club que veio a idéa de que o organizador do ministério não devia fazer questão de forma, e devia em todo caso acceitar o poder.

Portanto, o governo representa um club, o trata de fazer vigorar as suas paixões, ou os interesses partidarios, que o mesmo club representava.

Ora, pôde-se esperar que do ministerio, órgão das paixões, surja a justiça, surja a esperança de que o direito seja garantido? É impossivel.

Eu me lembro, Sr. presidente, que o conselheiro Nabuco, de saudosa memoria, em seu ultimo ministerio, quando se tratava das questões de guerra e de mistura com ellas, vinham as questões politicas, proferiu umas celebres palavras, que não sei si citarei textualmente. Dizia o Sr. Nabuco: Tratemus do debellar a guerra, e deixemos o ajuste das contas para depois.

Parecia-me que, quando se trata de uma eleição, sobretudo depois de uma dissolução, sobre a qual tanto ha que dizer, porque não estando resolvida, como o governo o tem confessado, foi depois effectuada; parecia-me que o governo, em taes circumstancias, devia adoptar, como norma de conduta, as palavras proferidas pelo Sr. Nabuco: Tratemus de ser justos, para que a nação possa mandar com liberdade quem fór de seu gosto.

Um Sr. SENADOR:—Não podiam lutar depois.

O Sr. JAGUARIBE:—Mas, então si o governo entra nas eleições, não devemos esperar melhoramento da reforma, porque o resultado será o mesmo, visto como o governo dispõe da força e a emprega a favor da gente do seu partido.

O governo pôde ser representante de um partido, mas para fazer vigorar as suas idéas, e não suas paixões, ou os interesses do seus amigos. Infelizmente é o que estamos vendo.

Assim pois, a sinceridade do governo se devia manifestar por seus actos. Mas, pelo que vemos, como acreditar que teremos um systema de eleições que dará uma verdadeira representação?

O mesmo fallecido Sr. Nabuco, em relação a mudanças de situação politica e appello á nação, fallava-nos de um *sortile*, que importava em um círculo vicioso, cujo resultado era sempre fatal á verdade da representação nacional; mas, si o governo não pôde offerecer á nação nem uma garantia de que nas futuras eleições, que presidir pelo systema de sua projectada reforma, procederá de modo differente daquelle com que interveiu na ultima eleição, como inspirar confiança o novo systema, si continuar a realizar o *sortile* do Sr. Nabuco?

Eleita a camara pelo methodo directo, e dado o caso de dissolução, quem inhibe o governo de influir na eleição da nova camara?

Depois da invocação que fez o nobre ministro do Imperio da preferencia que lhe merece a paixão partidaria sobre o espirito de justiça, como o resultado da eleição mostrou em todo o Imperio, eu tinha necessidade de provar, pelos exemplos da minha provincia, quanto isto alli se verificou.

Deste assumpto eu teria de me occupar longamente; mas, restando pouco tempo para terminar a hora, precisarei resumir-me o mais possível. Nesta occasião de novo lamento que não esteja presente nenhum dos nobres ministros, principalmente o nobre presidente do conselho, porque eu desejava dizer a S. Ex., si no resto do Imperio a eleição mostrou-se fructo legítimo da paixão partidaria, na provincia do Ceará, si eleição alli tivesse havido, o que se diz resultado della é mais que a expressão da vontade de um partido, porque o é da de um pequeno grupo, quasi de uma só familia.

Nossa provincia, em que a desolação proveniente da sécca reduziu a população ao estado universal da mendicidade, a ponto de ser necessario a quasi todos estender a mão ao pão do governo, dizer-se-

que houve eleição é um escarneo intoleravel. Alli, a eleição foi stupida designação; sem sophisma, não se lhe pôde dar outro nome. Assim mesmo foi uma designação da peor qualidade, porque nem ao menos foi designação de um partido, como já disse.

Agora, ainda mais deploro que o nobre presidente do conselho não esteja presente, para ouvir as provas com que demonstro que essa eleição, nem ao menos foi designação de um partido.

Senhores, foi nomeado presidente do Ceará um cidadão a respeito de quem já tive occasião de emitir meu juizo, lembrando suas qualidades pessoais, sua illustração, etc. Mas os actos mostraram que não possui a energia e a isenção de espirito necessarias para o cargo, nas actuaes circumstancias daquella provincia. Aquelle illustre cidadão é primo-irmão de um dos actuaes deputados, o Sr. Dr. Antonio Joaquim Rodrigues Junior, que consta exercer sobre elle bastante ascendencia.

Assumindo a presidencia e prometendo a todos ser imparcial na distribuição da justiça, seus amigos começaram a ter receios de que cumprisse elle taes promessas, e deixasse de attender as exigencias do grupo, que na capital se arrogava a pretensão de dominar a provincia; queixas neste sentido chegaram á cidade de Sobral, ponto da residencia do presidente e de seu alludido primo; este, as pressas, veio á capital, installou-se em palacio e era ali tão presidente, ou mais, do que o presidente nomeado; dava ordens, recebia partes, e demorou-se ali enquanto julgou necessario para pôr o presidente a bom caminho, isto é, no sentido dos interesses de uma familia.

Feita a installação do presidente com esse companheiro, essa especie....

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—De fidus Achates.

O Sr. JAGUARIBE:—... de auxiliar ou superintendente, a deputação devia ser no interesse dessa familia.

Quer V. Ex., Sr. presidente, saber como foi montado o machinismo administrativo? O presidente da provincia, seu secretario e o chefe de policia são filhos de Sobral, cidade que dista da capital sessenta leguas, e que passou á assumir a preeminencia em todos os negocios da provincia, de sorte que quem tem hoje alli qualquer negocio importante, começa por solicitar empenhos de Sobral, d'onde é a maioria da deputação da provincia.

Comprehende-se que uma provincia tão populosa, como foi o Ceará, deve ter filhos muito importantes, em diversos pontos, não sendo natural que só os de uma localidade assumam, quasi exclusivamente, a dominação della; entretanto, para que não se diga que improviso, apresentarei os seguintes nomes: O Sr. Viriato de Medeiros, o Sr. Antonio Joaquim Rodrigues Junior, seu cunhado o Sr. Dr. Francisco-de Paula Pessoa, e o Sr. Theodoro são quatro deputados pelo Ceará, todos filhos da antiga comarca de Sobral; o Sr. Dr. Pompeu não é filho d'alli, mas seu pai, e o finado senador Pompeu, o era; e, portanto, tem lá a sua estirpe; aqui estão, portanto, cinco deputados, e entrou mais o Sr. Dr. Joaquim Bento, que se dizia parente do finado senador Pompeu e que por este titulo foi eleito. Só não são do Sobral os parentes do finado senador Pompeu, o Sr. conselheiro José Liberato Barroso, coarense muito distincto, e o Sr. major João Brígido dos

Santos, que consta-me ser filho do Rio de Janeiro, mas tem familiaridade com Ceará e é ali muito relacionado.

Feita esta exposição, preciso declarar francamente que acho muito dignos todos os deputados por minha provincia, e reconhecidos, como foram, pelo poder competente, os respeito como taes, e faço votos para que lhes caiba a gloria de prestarem à provincia, de que são representantes, os serviços de que ella precisa; mas, a verdade é que, si houvesse eleição livre, naturalmente não viriam, pelo menos todos; e ainda mais que, si o proprio partido liberal pudesse fazer a eleição, com certeza alguns delles cá não teriam vindo, porque ha, mesmo aqui no senado, quem conheça que no Ceará existem homens importantes no partido liberal, que não podiam ficar esquecidos, no predomínio de sua politica, como, por exemplo, o Sr. Barão do Grato e outros.

Este de quem acabo de declinar o titulo, e que já foi deputado, é um homem importante em seu partido, no qual dispõe de elementos muito naturaes, foi candidato à deputação e à senatoria, mas não pôde ser contemplado em nenhuma das listas dos vencedores.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—Eagora foi demittido.

O Sr. JAGUARIBE:—Quanto a mim, não é o partido liberal que está dominando naquella provincia, é um grupo, uma familia.

Ha poucos dias, o mesmo Sr. Barão do Grato, que é um liberal distincto, sendo vice-presidente da provincia, foi demittido deste lugar, para ser nomeado um outro, que acabava de prestar ao grupo dominante um serviço importantissimo, como aquelle de que aqui já me occupei, por occasião da celeberrima cremação de uma familia inteira em Villa-Vieosa.

Sr. presidente, a hora está dada e eu sentar-me-lhe desde já si tomasse a resolução de uma outra vez tomar parte na discussão. Mas, não quero; receio, si assim o fizesse, tomar mais tempo ao senado e por isto talvez seja preferivel que me resuma e diga ainda algumas palavras. V. Ex. me relevará.

Fallando, Sr. presidente, nos negocios do Ceará, não posso deixar de queixar-me ao governo de que aquella provincia continue a resentir-se da falta de administração. Já tive occasião de nisto falar, sendo, portanto, urgentissimo dar-se-lhe um presidente independente. A descripção que fiz demonstra que o actual não tem a independencia precisa para oppor-se à cobiça e aos desatinos, que ali aggravam os flagellos da sêcca. Elle, em vez de ser agente de uma idéa, o é, não de um partido regular, mas de um grupo de familia.

Entretanto, tendo-me parecido que o governo tem o proposito de não dar a minha infeliz provincia um administrador estranho aos odios locais, preferindo conservar naquella posição um filho daquella provincia, que tenha ali interesses identificados com os dos amigos do mesmo governo, seja-me licito fazer uma supplica, a qual, ao menos espero, não parecerá contraria aos interesses do seu partido.

Pela exposição, que fiz, sobre o estado politico do Ceará, vê-se que o Sr. deputado Rodrigues Junior é o chefe do grupo, que ali domina. Pois bem, desde que ha queixas e queixas fundadas de que o presidente não tem a energia precisa para occorrer as necessidades da quadra a que é indispensavel dar-lhe um successor, si o governo tem escrúpulos em demittir-o, para não desagradar ao grupo de seus amigos, eu supplico que mande como presidente do Ceará o Sr. Dr. Antonio Joaquim Rodrigues, que ao menos é um chefe, é um homem importante em seu partido, que governará por si, tomará a responsabilidade de seus actos, não terá por detrás de si um editor responsavel, como deve considerar-se o presidente a quem inspira.

Manifestando-me deste modo, demonstro que não tenho nenhuma pretensão na administração da minha provincia, sinão a de evitar que malor ainda seja seu abatimento moral, porquanto pego, e até supplico, que, em vez de um presidente que tem dado tantas provas de ineptia, seja mandado um meu adversario da importancia daquelle que indico, porque ao menos responderia por seus actos.

Acredito que si o governo solicitar da respectiva camara licença para, nesta quadra, mandar aquelle seu aliado distincto membro, ella lhe não negaria e que si o Ceará tivesse á sua frente um homem, como o Sr. Dr. Antonio Joaquim Rodrigues, que, si é chefe de seu partido, tem a reputação de ser energico, e a amigos e adversarios inspirariam confiança de que por si mesmo resolveria os negocios, sem a intervenção desse corrilho que, infelizmente, domina o Ceará, em prejuizo dos cofres, e da moralidade de todos os ramos do serviço publico.

Agradeço ao senado a benevola attenção, que se dignou prestar-me.

A discussão ficou adiada pela hora.

O Sr. PRESIDENTE deu para a ordem do dia 1.º de Março:

Discussão dos requerimentos adiados pela ordem de sua apresentação:

1.º, do Sr. Jaguaribe, sobre a carnificina e incendio praticados na provincia do Ceará;

2.º, do Sr. Correia, sobre o requerimento de João Fernandes Valdez e Bento Julio Valdez, pedindo authorização para incorporarem uma companhia para segurar bilhetes de loteria;

3.º, do Sr. Junqueira, pedindo cópia da consulta do conselho de Estado relativa á exp.ºção do decreto de 10 de Agosto de 1878, e informação do quantum é pago ao governo inglez pelo imposto de *income-tax*;

4.º, do Sr. Fausto de Aguiar, relativo aos actos praticados pelo presidente da provincia do Pará;

5.º, do Sr. Silveira da Motta, sobre as licenças que têm sido concedidas ao Sr. Duque de Saxe;

6.º, do mesmo Sr. Silveira da Motta, sobre os ultimos acontecimentos de Itu;

7.º, do Sr. Junqueira, pedindo cópia da representação do presidente da relação da corte acerca do procedimento do desembargador Tristão de Alencar Araripe.

Levantou-se a sessão ás 3 horas da tarde.